



NÚMEROS DA EDUCAÇÃO PRIVADA BRASILEIRA

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL
DAS ESCOLAS PARTICULARES



AGOSTO DE 2022

Números da Educação Privada Brasileira

Apresentação

William Thomson, um dos cientistas mais importantes do século XIX disse:

“Aquilo que não se pode medir, não se pode melhorar”.

Mais tarde, um dos pais da Gestão da Qualidade, Deming, afirmou que:

“O que não pode ser medido, não pode ser gerenciado.”

Muito antes disso, Sun Tzu, em 500 A.C., na sua obra Arte da Guerra, nos ensinou:

“Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se... conheces a ti mesmo, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Caso não conheça nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas”

Estes pensadores serviram de inspiração para a atual diretoria da FENEP produzir este estudo.

A FENEP, tem um dever para com os sindicatos que a compõe, e também para a sociedade brasileira, de mostrar o nosso setor através de números. Números que precisam ser entendidos, que precisam ser explicitados, mas, acima de tudo números relevantes de um setor, com atuação prevista na Constituição Federal, que desonera o Estado brasileiro de forma relevante e presta um serviço de qualidade para a população. E falando em números, importante lembrar que a nossa Federação está presente em 15 estados e no Distrito Federal, regiões as quais compõe 90% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Que tenhamos sapiência para usar as informações contidas neste estudo, para que a educação se transforme finalmente em prioridade para o nosso país e para que o trabalho realizado pela livre iniciativa seja reconhecido.

A seguir apresentaremos números, métricas, gráficos, mas, lembramos: se eles não forem gerenciados e melhorados, deixaremos de conhecer a nós mesmo, e assim jamais venceremos nossas batalhas.

Boa leitura.

BRUNO EIZERIK
Presidente licenciado da FENEP

Informações Relevantes

A responsabilidade da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) em pesquisar os “Números do Ensino Privado”, continua permanente e assim, publica a quinta edição, que trata de uma forma mais completa estes números e aborda cinco temas da maior importância para o ensino particular nacional e regional. Aqui estão tratados os números que demonstram a grandiosidade desse setor e que promove o desenvolvimento intelectual, social e econômico para o nosso País, são eles:

- I. Aspectos Demográficos e socioeconômicos da educação particular;
- II. Estrutura Orçamentária dos Usuários da Rede Particular de Educação;
- III. Matrículas e Estabelecimentos da Rede Particular de Educação;
- IV. Aspectos Econômicos da Rede Particular de Educação
- V. Impactos da Desoneração da Folha de Pagamento da Educação Particular.

Os números aqui tratados são avaliados em período que corresponde a última década, tomando como base o ano de 2012. A gravidade do cenário nacional, que veio com uma forte desaceleração do crescimento nacional a partir de 2014 e em seguida com uma pandemia a partir de 2020, transformou, a partir de 2014, em uma recessão jamais vista nos últimos 100 anos e seguido de um estado de paralisação das escolas devido a pandemia. Apesar de todos esses entraves a escola particular se reinventou, gerou soluções e cresceu. As matrículas em estabelecimentos privados de ensino básico e superior alcançam 14,8 milhões e o setor emprega diretamente 1,5 milhão de pessoas. O setor educacional particular é um dos maiores empregadores dentre os empregos formais privados brasileiro e corresponde a 3,4%. A Educação particular também é destaque no PIB Nacional com uma Contribuição de 126,5 bilhões de reais no ano de 2019 e com uma participação de 1,65%. O PIB do setor continuou crescente entre 2015 e 2019, mesmo com os entraves já citados cresceu 1,8%.

O estudo desta edição permitirá às Instituições de Ensino e todos os setores relacionados com a rede privada de educação, entenderem como se encontra posicionado o setor. O comportamento das famílias que usam os serviços da rede privada, num cenário diferente de períodos anteriores, torna-se necessário para os gestores conhecerem esses números para que todos tenham um entendimento

melhor do que está sendo vivenciado, permitindo rever programas, projetos e avaliar investimentos.

Representar os interesses da categoria econômica e dos associados é dever da FENEP e deve ser exercitado continuamente. Porém, não é o bastante nos dias atuais, também devemos agir como instituição de colaboração, proposição e informação para que as entidades associadas e as empresas educacionais possam estar municiadas de dados do setor. A FENEP espera estar cumprindo com sua função de representante nacional das escolas privadas ao firmar mais este trabalho de grande relevância para a educação brasileira.

ANTÔNIO EUGÊNIO CUNHA
Ex-Presidente da FENEP
Membro do Conselho Consultivo
Coordenador da Pesquisa

isaac, plataforma que garante a Receita para escolas e confere flexibilidade de pagamento para muitas famílias, esteve presente nos trabalhos da pesquisa educacional realizada pela FENEP.

O isaac, a maior plataforma financeira feita sob medida para impulsionar escolas, é apoiador das pesquisas educacionais nos setores de Educação Básica e Ensino Superior do Brasil desenvolvida pela Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP).

Segundo David Peixoto, CEO e cofundador, participar deste projeto, que dá mais visibilidade para dados e indicadores relevantes da educação brasileira, dialoga bem com a missão da empresa. “Queremos continuar impulsionando ainda mais escolas em sua vocação de educar e transformar o país. Acreditamos que a disponibilização de dados estruturados do setor pode ajudar as instituições de ensino no planejamento de suas atividades”, afirma.

O objetivo do isaac em participar da pesquisa é se unir ao FENEP na importante missão de trazer mais visibilidade para os dados do setor educacional brasileiro, proporcionando o seu desenvolvimento sustentável, com expansão da base de alunos atendidos por projetos pedagógicos de qualidade. Dois anos depois da fundação, o isaac já se tornou parceiro de mais de 800 escolas particulares pelo país, e o sonho, segundo David, é crescer essa base e chegar a 10 mil instituições beneficiadas.

The logo for isaac, featuring the word "isaac" in a bold, blue, lowercase sans-serif font. The letter 'i' has a small blue dot above it.

Sumário

I	Estatísticas Socioeconômicas da Rede Privada	25
1	Educação Básica	28
1.1	Aspectos Demográficos do Ensino Básico Privado	28
1.2	Aspectos Socioeconômicos do Ensino Básico Privado	42
2	Educação Superior	53
2.1	Aspectos Demográficos do Ensino Superior Privado	53
2.2	Aspectos Socioeconômicos do Ensino Superior Privado	67
II	Estrutura Orçamentária dos Usuários da Rede Privada	77
3	Educação Básica	81
3.1	Habitação	86
3.2	Transporte	90
3.3	Assistência à Saúde	94
3.4	Educação	98
3.5	Tabelas da POF - Educação Básica	103
4	Educação Superior	105
4.1	Habitação	109
4.2	Transporte	114
4.3	Assistência à Saúde	117
4.4	Educação	121
4.5	Tabelas POF – Educação Superior	126
III	Matrículas e Estabelecimentos da Rede Privada	128
5	Educação Básica	130
5.1	Educação Infantil	150
5.2	Ensino Fundamental	163
5.3	Ensino Médio	176
5.4	Educação Profissional	188
5.5	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	200

5.6	Educação Especial	213
5.6.1	Classes Comuns	215
5.6.2	Classes Exclusivas	218
6	Educação Superior	233
6.1	Matrículas	233
6.2	Ingressantes	250
6.3	Concluintes	260
6.4	Estudantes com deficiência	265
6.5	Financiamento Estudantil	267
6.6	Estabelecimentos	272
6.7	Docentes	276
6.8	Técnicos Administrativos	279
IV	Aspectos Econômicos da Rede Privada	282
7	O PIB do Ensino Privado	284
8	Mercado de Trabalho	289
8.1	Setor Educacional	289
8.2	Professores	297
9	Impactos da Desoneração da Folha	313
9.1	Contexto Histórico	313
9.2	Impacto Econômico	314
9.3	Simulações	315

Lista de Figuras

1.1	Total de estudantes no ensino básico (em milhares)	29
1.2	Total de estudantes no ensino básico privado (em milhares)	30
1.3	Total de domicílios com estudantes no ensino básico privado (em milhares)	31
1.4	Total de pessoas em domicílios com estudantes no ensino básico privado (em milhares)	32
1.5	Média de pessoas em domicílios usuários do ensino básico privado	33
1.6	Média de estudantes em domicílios usuários do ensino básico privado	34
1.7	Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Brasil	35
1.8	Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Região Norte	36
1.9	Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Região Nordeste	37
1.10	Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Região Sudeste	38
1.11	Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes na rede básica privada – Região Sul	39
1.12	Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Região Centro-Oeste	40
1.13	Média de anos de estudo dos chefes dos domicílios com estudantes no ensino básico privado	43
1.14	Renda per capita média dos domicílios com estudantes no ensino básico privado	45
1.15	Renda per capita mediana dos domicílios com estudantes no ensino básico privado	46
1.16	Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Norte	47
1.17	Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Região Nordeste	48
1.18	Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Região Sudeste	49
1.19	Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Região Sul	50

1.20 Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Região Centro-oeste	51
2.1 Total de estudantes no ensino superior (em milhares)	54
2.2 Total de estudantes no ensino superior privado (em milhares)	55
2.3 Total de domicílios com estudantes no ensino superior privado (em milhares)	56
2.4 Total de pessoas em domicílios com estudantes no ensino superior privado (em milhares)	57
2.5 Média de pessoas em domicílios usuários do ensino superior privado	58
2.6 Média de estudantes em domicílios usuários do ensino superior privado	59
2.7 Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Brasil	60
2.8 Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Norte	61
2.9 Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Nordeste	62
2.10 Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Sudeste	63
2.11 Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Sul	64
2.12 Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Centro-Oeste	65
2.13 Média de anos de estudo dos chefes dos domicílios com estudantes no ensino superior privado	68
2.14 Renda per capita média dos domicílios com estudantes no ensino superior privado	69
2.15 Renda per capita mediana dos domicílios com estudantes no ensino superior privado	70
2.16 Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Norte	71
2.17 Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Nordeste	72
2.18 Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Sudeste	73
2.19 Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Sul	74
2.20 Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Centro-oeste	75
3.1 Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$) .	82
3.2 Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %) .	83

3.3	Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa e quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)	85
3.4	Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa e quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)	86
3.5	Despesa média mensal familiar com habitação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)	87
3.6	Despesa média mensal familiar com habitação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)	88
3.7	Despesa média mensal familiar com habitação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)	89
3.8	Despesa média mensal familiar com habitação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)	90
3.9	Despesa média mensal familiar com transporte, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)	91
3.10	Despesa média mensal familiar com transporte, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)	92
3.11	Despesa média mensal familiar com transporte, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)	93
3.12	Despesa média mensal familiar com transporte, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)	94
3.13	Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)	95
3.14	Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)	96
3.15	Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)	97
3.16	Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)	98
3.17	Despesa média mensal familiar com educação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)	99
3.18	Despesa média mensal familiar com educação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)	100
3.19	Despesa média mensal familiar com educação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)	101

3.20	Despesa média mensal familiar com educação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)	102
4.1	Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	105
4.2	Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	106
4.3	Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa e quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	107
4.4	Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa e quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	108
4.5	Despesa média mensal familiar com habitação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	110
4.6	Despesa média mensal familiar com habitação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	111
4.7	Despesa média mensal familiar com habitação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	112
4.8	Despesa média mensal familiar com habitação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	113
4.9	Despesa média mensal familiar com transporte, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	114
4.10	Despesa média mensal familiar com transporte, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	115
4.11	Despesa média mensal familiar com transporte, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	116
4.12	Despesa média mensal familiar com transporte, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	117
4.13	Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	118
4.14	Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	119
4.15	Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	120

4.16	Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	121
4.17	Despesa média mensal familiar com educação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	122
4.18	Despesa média mensal familiar com educação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	123
4.19	Despesa média mensal familiar com educação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)	124
4.20	Despesa média mensal familiar com educação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)	125
5.1	Matrículas no ensino básico privado (em milhares)	131
5.2	Taxa de variação anual das matrículas na rede privada	132
5.3	Matrículas no ensino privado como percentual do total de matrículas no ensino básico	133
5.4	Percentual de matrículas por Unidades Federativas – 2021	134
5.5	Percentual de matrículas por Unidades Federativas – 2012	135
5.6	Média da variação das matrículas na rede privada entre 2012-2021, por UF	137
5.7	Estabelecimentos de ensino básico privado	142
5.8	Taxa de variação anual dos estabelecimentos na rede privada	143
5.9	Estabelecimentos de ensino básico privado como percentual do total de estabelecimentos de ensino básico	144
5.10	Tipo de estabelecimentos de ensino como proporção do total de estabelecimentos de ensino básico privado	145
5.11	Tipo de estabelecimentos de ensino como proporção do total de estabelecimentos de ensino básico privado, por região, no ano de 2021	146
5.12	Total de docentes no ensino básico privado (em milhares)	148
5.13	Razão matrículas por docentes	149
5.14	Matrículas por nível de ensino como proporção do total de matrículas no ensino básico privado nos anos de 2012 e 2021	150
5.15	Matrículas na Educação Infantil privada (em milhares)	152
5.16	Matrículas na Educação Infantil privada como percentual do total de matrículas na Educação Infantil	153
5.17	Estabelecimentos privados que ofertam Educação Infantil	156
5.18	Estabelecimentos privados que ofertam Educação Infantil como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Educação Infantil	157
5.19	Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Infantil privada	158
5.20	Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Infantil privada – por região	159
5.21	Total de docentes da Educação Infantil privada (em milhares)	161

5.22 Razão matrículas por docentes na Educação Infantil privada	162
5.23 Percentual de matrículas em Creches e Pré-escolas privadas	163
5.24 Matrículas no Ensino Fundamental privado (em milhares)	165
5.25 Matrículas no Ensino Fundamental privado como percentual do total de matrículas no Ensino Fundamental	166
5.26 Estabelecimentos privados que ofertam Ensino Fundamental	169
5.27 Estabelecimentos privados que ofertam Ensino Fundamental como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Ensino Fundamental	170
5.28 Tipo de estabelecimentos de Ensino Fundamental privado como proporção do total de estabelecimentos de Ensino Fundamental privado	171
5.29 Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Fundamental privada – por região	172
5.30 Total de docentes do Ensino Fundamental privado (em milhares)	174
5.31 Razão matrículas por docentes no Ensino Fundamental privado	175
5.32 Percentual de matrículas nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Privado	176
5.33 Matrículas no Ensino Médio privado (em milhares)	178
5.34 Matrículas no Ensino Médio privado como percentual do total de matrículas no Ensino Médio	179
5.35 Estabelecimentos privados que ofertam Ensino Médio	182
5.36 Estabelecimentos privados que ofertam Ensino Médio como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Ensino Médio	183
5.37 Tipo de estabelecimentos de Ensino Médio privado como proporção do total de estabelecimentos de Ensino Médio privado	184
5.38 Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Médio privada – por região	185
5.39 Total de docentes do Ensino Médio privado (em milhares)	187
5.40 Razão matrículas por docentes no Ensino Médio privado	188
5.41 Matrículas na Educação Profissional privada (em milhares)	190
5.42 Matrículas na Educação Profissional privada como percentual do total de matrículas na Educação Profissional	191
5.43 Estabelecimentos privados que ofertam Educação Profissional	194
5.44 Estabelecimentos privados que ofertam Educação Profissional como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Educação Profissional	195
5.45 Tipo de estabelecimentos de Educação Profissional privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Profissional privada	196
5.46 Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Profissional privada – por região	197
5.47 Total de docentes da Educação Profissional privada (em milhares)	199

5.48 Razão matrículas por docentes na Educação Profissional privada	200
5.49 Matrículas na EJA privada (em milhares)	202
5.50 Matrículas na EJA privada como percentual do total de matrículas na EJA	203
5.51 Estabelecimentos privados que ofertam EJA	206
5.52 Estabelecimentos privados que ofertam EJA como percentual do total de estabelecimentos que ofertam EJA	207
5.53 Tipo de estabelecimentos de EJA privada como proporção do total de estabelecimentos de EJA privada	208
5.54 Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de EJA privada – por região	209
5.55 Total de docentes da EJA privada (em milhares)	211
5.56 Razão matrículas por docentes na EJA privada	212
5.57 Percentual de matrículas no EJA em nível Fundamental e no EJA em nível Médio privados	213
5.58 Matrículas na Educação Especial privada - classes comuns (em milhares)	215
5.59 Taxa de variação das matrículas na Educação Especial privada - classes comuns	216
5.60 Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas como percentual do total de matrículas na Educação Especial - classes comuns	217
5.61 Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas (em milhares)	218
5.62 Taxa de variação das matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas	219
5.63 Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas como percentual do total de matrículas na Educação Especial - classes exclusivas	220
5.64 Estabelecimentos privados que ofertam Educação Especial - classes exclusivas	225
5.65 Estabelecimentos privados que ofertam Educação Especial - classes exclusivas como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Educação Especial - classes exclusivas	226
5.66 Tipo de estabelecimentos de Educação Especial privada - classes exclusivas como proporção do total de estabelecimentos de Educação Especial privada - classes exclusivas	227
5.67 Tipo de estabelecimentos de Educação Especial privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Especial privada - classes exclusivas – por região	228
5.68 Total de docentes da Educação Especial privada - classes exclusivas (em milhares)	230
5.69 Razão matrículas por docentes na Educação Especial privada - classes exclusivas	231

5.70	Percentual de matrículas de Classes Comuns e Classes Especiais em relação ao total de matrículas na Educação Especial	232
6.1	Matrículas no ensino superior privado (em milhares)	234
6.2	Matrículas em cursos presenciais do ensino superior privado (em milhares)	235
6.3	Matrículas em cursos à distância do ensino superior privado (em milhares)	236
6.4	Taxa de variação anual das matrículas na rede privada	237
6.5	Taxa de variação anual das matrículas em cursos presenciais na rede privada	238
6.6	Taxa de variação anual das matrículas em cursos à distância na rede privada	239
6.7	Percentual de matrículas por Unidades Federativas – 2011	240
6.8	Percentual de matrículas por Unidades Federativas – 2020	241
6.9	Percentual de matrículas na rede privada	242
6.10	Percentual de matrículas em cursos presenciais na rede privada	243
6.11	Percentual de matrículas em cursos à distância na rede privada	244
6.12	Grau de interiorização das matrículas da rede privada de ensino superior	245
6.13	Ingressantes no ensino superior privado (em milhares)	251
6.14	Ingressantes em cursos presenciais do ensino superior privado (em milhares)	252
6.15	Ingressantes em cursos à distância do ensino superior privado (em milhares)	253
6.16	Taxa de variação anual de ingressantes na rede privada	254
6.17	Taxa de variação anual de ingressantes em cursos presenciais na rede privada	255
6.18	Taxa de variação anual das matrículas em cursos à distância na rede privada	256
6.19	Concluintes no ensino superior privado (em milhares)	262
6.20	Concluintes em cursos presenciais do ensino superior privado (em milhares)	263
6.21	Concluintes em cursos à distância do ensino superior privado (em milhares)	264
6.22	Estudantes com deficiência no ensino superior privado (em milhares)	266
6.23	Estudantes com financiamento estudantil (total) no ensino superior privado (em milhares)	268
6.24	Estudantes com financiamento estudantil (FIES) no ensino superior privado (em milhares)	269
6.25	Estudantes com financiamento estudantil (Prouni integral) no ensino superior privado	270
6.26	Estudantes com financiamento estudantil (Prouni parcial) no ensino superior privado	271
6.27	Estabelecimentos de ensino superior privado	273

6.28	Percentual de estabelecimentos de ensino superior privados	274
6.29	Tipo de estabelecimentos de ensino como proporção do total de estabelecimentos de ensino superior privado	275
6.30	Docentes no ensino superior privado (em milhares)	277
6.31	Razão de matrículas por docentes	278
6.32	Técnicos administrativos em estabelecimentos do ensino superior privado (em milhares)	280
7.1	Valor Adicionado Bruto da Educação Privada	285
7.2	Participação da Educação Privada no Valor Adicionado Bruto (em %)	286
7.3	Previdência oficial /FGTS	287
8.1	Número de trabalhadores no setor da educação privada – ensino básico	290
8.2	Número de trabalhadores no setor da educação privada – ensino superior	291
8.3	Percentual de trabalhadores empregados no setor da Educação Básica privada sobre o total de trabalhadores no setor privado – em %	292
8.4	Percentual de trabalhadores empregados no setor da Educação Superior privada sobre o total de trabalhadores no setor privado – em %	293
8.5	Percentual de trabalhadores empregados no setor da Educação Básica privada sobre o total de trabalhadores no setor de serviços privados – em %	294
8.6	Percentual de trabalhadores empregados no setor da Educação Superior privada sobre o total de trabalhadores no setor de serviços privados – em %	295
8.7	Média salarial dos funcionários do ensino básico privado – em R\$	296
8.8	Média salarial dos funcionários do ensino superior privado – em R\$	297
8.9	Número empregos de professor no setor da educação privada – ensino básico	298
8.10	Número de professores no setor da educação privada – ensino superior	299
8.11	Idade média dos professores no ensino básico privado	300
8.12	Idade média dos professores no ensino superior privado	301
8.13	Distribuição do sexo dos professores no ensino básico privado	302
8.14	Distribuição do sexo dos professores no ensino superior privado	303
8.15	Distribuição da escolaridade dos professores no ensino básico privado	304
8.16	Distribuição da escolaridade dos professores no ensino superior privado	305
8.17	Média salarial dos professores do ensino básico privado com jornada acima de 35 horas semanais – em R\$	306
8.18	Média salarial dos professores do ensino básico privado com jornada até 35 horas semanais – em R\$	307

8.19 Média salarial dos professores do ensino superior privado com jornada acima de 35 horas semanais – em R\$	308
8.20 Média salarial dos professores do ensino superior privado com jornada até 35 horas semanais – em R\$	309
8.21 Prêmio salarial dos professores do ensino básico privado	311
8.22 Prêmio salarial dos professores do ensino superior privado	312
9.1 Simulação do efeito da política de desoneração da folha sobre o número de empregados no setor privado de educação	316

Lista de Tabelas

1.1	Estatísticas populacionais descritivas do ensino básico privado - 2016	41
1.2	Estatísticas populacionais descritivas do ensino básico privado - 2021	42
1.3	Estatísticas Descritivas da Renda dos Domicílios com Estudantes no Ensino Básico Privado (Em R\$)	52
2.1	Estatísticas populacionais descritivas do ensino superior privado - 2016	66
2.2	Estatísticas populacionais descritivas do ensino superior privado - 2021	67
2.3	Estatísticas Descritivas da Renda dos Domicílios com Alunos no Ensino Superior Privado (Em R\$)	76
2.4	Distribuição de renda do Brasil e das Grandes regiões em quintis	80
3.1	Estatísticas Descritivas da Estrutura Orçamentária dos Domicílios com Alunos no Ensino Básico Privado (Em R\$)	103
3.2	Estatísticas Descritivas da Estrutura Orçamentária dos Domicílios com Alunos no Ensino Básico Privado (Em R\$) – Principais subcontas de despesas	103
3.3	Distribuição da despesa de consumo média mensal familiar, por tipo de despesa em domicílios com estudantes na rede básica privada, como percentual do total da despesa familiar (Em %)	104
3.4	Distribuição da despesa de consumo média mensal familiar, por principais subcontas da despesa, em domicílios com estudantes na rede básica privada, como percentual do total da despesa familiar (Em %)	104
4.1	Estatísticas Descritivas da Estrutura Orçamentária dos Domicílios com Alunos no Ensino Superior Privado (Em R\$)	126
4.2	Estatísticas Descritivas da Estrutura Orçamentária dos Domicílios com Alunos no Ensino Superior Privado (Em R\$) – Principais subcontas de despesas	126
4.3	Distribuição da despesa de consumo média mensal familiar, por tipo de despesa em domicílios com estudantes na rede superior privada, como percentual do total da despesa familiar (Em %)	127

4.4 Distribuição da despesa de consumo média mensal familiar, por principais subcontas da despesa, em domicílios com estudantes na rede superior privada, como percentual do total da despesa familiar (Em %)	127
5.1 População, Matrículas, Percentual de Matrículas na Rede Privada – Educação Básica	138
5.2 População, Matrículas, Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Educação Básica	139
5.3 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada nas capitais brasileiras – Educação Básica	140
5.4 População, Estabelecimentos e Percentual de Estabelecimentos Privados – Educação Básica	147
5.5 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – Educação Infantil) por UFs	154
5.6 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Educação Infantil	155
5.7 População, Estabelecimentos e Percentual de Estabelecimentos Privados – Educação Infantil	160
5.8 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – Ensino Fundamental	167
5.9 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Ensino Fundamental	168
5.10 População, Estabelecimentos e Percentual de Estabelecimentos Privados – Ensino Fundamental	173
5.11 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – Ensino Médio	180
5.12 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Ensino Médio	181
5.13 População, Estabelecimentos, Percentual de Estabelecimentos Privados no Ensino Médio (2012 e 2021) por UFs	186
5.14 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – Educação Profissional	192
5.15 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Educação Profissional	193
5.16 População, Estabelecimentos, Percentual de Estabelecimentos Privados de Ensino Profissional (2012 e 2021) por UFs	198
5.17 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – EJA	204
5.18 População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – EJA	205
5.19 População, Estabelecimentos, Percentual de Estabelecimentos Privados – EJA (2012 e 2021) por UFs	210

5.20	População, Matrículas, Percentual de Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas(2012 e 2021) por UFs	221
5.21	População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – classes exclusivas(2012 e 2021) por UFs	222
5.22	População, Matrículas, Percentual de Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas(2012 e 2021) por UFs	223
5.23	População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – classes exclusivas(2012 e 2021) por UFs	224
5.24	População, Estabelecimentos, Percentual de Estabelecimentos Privados – EJA (2012 e 2021) por UFs	229
6.1	Cursos com maior número de matrículas na rede privada	246
6.2	Cursos com maior número de matrículas em cursos presenciais na rede privada	247
6.3	Cursos com maior número de matrículas em cursos à distância na rede privada	248
6.4	Matrículas na rede privada, em cursos presenciais e à distância, por UF	249
6.5	Matrículas na rede privada, em cursos presenciais e à distância, excluídas as capitais, por UF	249
6.6	Cursos com maior número de ingressantes na rede privada	257
6.7	Cursos com maior número de ingressantes em cursos presenciais na rede privada	258
6.8	Cursos com maior número de ingressantes em cursos à distância na rede privada	259
6.9	Ingressantes na rede privada, em cursos presenciais e à distancia, por UF	260
6.10	Concluintes na rede privada, em cursos presenciais e à distancia, por UF	265
6.11	Estudantes com deficiência no ensino superior privado, por UF	267
6.12	Estudantes com financiamento estudantil (Total, FIES, Prouni Integral e Prouni Parcial) no ensino superior privado, por UF	272
6.13	Estabelecimentos de ensino superior privado, por UF	276
6.14	Docentes no ensino superior privado, por UF	279
6.15	Técnicos administrativos em estabelecimentos do ensino superior privado, por UF	281
7.1	Consumo Intermediário do Ensino Privado em 2019 (em milhões de reais)	288
7.2	Distribuição do Consumo Intermediário entre Produtos (% do total)	288

Sumário Executivo

Estadísticas socioeconômicas

Ensino Básico

→ No Brasil, em 2016, existiam 5,4 milhões de domicílios com estudantes da rede privada, o que representa 8,1% do total de domicílios do Brasil. No ano de 2021, havia 5,2 milhões de domicílios (7,3% do total de domicílios do país). Houve redução de 3,1% no período.

→ Entre 2016 e 2021, o tamanho médio dos domicílios brasileiros oscilou ao redor de 3,8 pessoas, o que representa um valor maior do que a média nacional que é de três pessoas por domicílio.

→ A renda per capita dos domicílios com estudantes no ensino básico privado em 2021 foi de R\$ 2.250,00. Considerando o número médio de pessoas por domicílio, a renda total média domiciliar foi de R\$ 8.550,00.

Ensino Superior

→ No Brasil, houve aumento de 12% no número de domicílios com estudantes na rede privada do ensino superior - passando de 6,7 milhões de domicílios em 2016 para 7,5 milhões em 2021.

→ O número médio de moradores em domicílios com estudantes da rede superior era de 3,3 em 2021.

→ A renda per capita média dos domicílios era de R\$ 2.015,77 em 2016. Ela teve um incremento de 4,5% em cinco anos, passando para R\$ 2.105,67. A renda média domiciliar era de R\$ 6.651,71 em 2021.

Estrutura orçamentária dos domicílios

Ensino Básico

→ Famílias com estudantes no ensino básico privado gastam R\$ 10.000 por mês com suas despesas. O principal gasto familiar é com habitação (27%), seguida por transporte (16,5%), alimentação (12%) e educação (10%).

→ Dos R\$ 1.038 gastos com educação em média, a maior parte é destinada para “cursos regulares” (58%), seguido de “outros cursos” (15%) e “curso superior” (10%).

Ensino Superior

→ Famílias com estudantes no ensino básico privado gastam R\$ 9.200 por mês com suas despesas. O principal gasto familiar é com habitação (27,5%), seguida por transporte (17%), alimentação (13%) e educação (9%).

→ Dos R\$ 827,45 gastos com educação, 59% eram gastos em “curso superior”, 17% em “outros cursos” e 14% em “cursos regulares”.

Matrículas, docentes e estabelecimentos

Ensino Básico

→ Em 2012, eram 50,5 milhões estudantes matriculados na Educação Básica brasileira, considerando todas as redes de ensino. Esse número caiu para 46,7 milhões em 2021, o que representa uma redução de 7,7%.

→ A redução no número de matrículas foi mais intensa na rede pública: enquanto a rede privada exibiu diminuição de 2,2% no período, a rede pública reduziu-se em 8,7%.

→ Em 2021 em comparação com 2012, há em torno de 38 mil professores a mais, o que representa um crescimento de quase 8% no período. Isso influencia diretamente a razão matrículas por docentes, que caiu para pouco mais de 15 alunos por professor.

→ Em 2021 havia 40,5 mil estabelecimentos privados de ensino básico, um crescimento de 6,5% ante 2012. Como o número de matrículas na rede privada caiu 2,2%, houve redução do número de estudantes por estabelecimentos.

Ensino Superior

→ Em 2020, o Brasil tinha cerca de 6,7 milhões de estudantes matriculados no ensino superior privado. Destes, 56% eram alunos de cursos presenciais e 44% estavam em cursos à distância.

→ O número de novos estudantes no ensino superior privado presencial passou de 1,46 milhão em 2011 para 1,28 milhão em 2020. Isso representou uma queda de 12% no número de ingressantes em dez anos.

→ Já no ensino à distância, houve forte crescimento na última década. O número de ingressantes passou de 398 mil em 2011 para 1,96 milhão de novos alunos em 2020, um aumento de mais de 390%.

→ O crescimento no número de estabelecimentos privados de Ensino Superior de 2011 para 2020 foi de 4,6%. A participação dos estabelecimentos privados frente aos públicos também apresentou leve crescimento, passando de 88% do total para 88,6%.

PIB da Educação Privada

→ O crescimento do PIB do Ensino Privado entre 2010 e 2015 foi maior do que o crescimento da economia como um todo nesse período. Isso fez com que

a participação do Ensino Privado no PIB brasileiro crescesse de 1,42% em 2010 para 1,65% em 2019.

Mercado de Trabalho

→ O setor educacional privado brasileiro tinha 1,2 milhões de vínculos empregatícios formais em 2020, o que representa 3,4% de todos os empregos formais do setor privado no Brasil. Destes, cerca de dois terços ficam na educação básica (850 mil postos de trabalho).

→ O salário médio no Brasil em 2020 para professores do ensino básico privado em tempo integral é próximo ao salário do começo da década, cerca de R\$ 3.000. Já o salário médio para professores do ensino superior em tempo integral foi aproximadamente R\$ 9.000 reais.

Impacto da desoneração da folha

→ Em 2020, aproximadamente entre 12 e 50 mil empregos seriam gerados caso o setor educacional tivesse a desoneração da folha aplicada a ele¹.

¹A estrutura do mercado de trabalho dos setores analisados no trabalho original usado como base são potencialmente diferentes do setor educacional. Dessa forma as simulações realizadas devem ser utilizadas com cautela.

Introdução

A educação é um dos alicerces do desenvolvimento econômico e social de uma sociedade. No Brasil, esse alicerce é construído a partir dos sistemas de educação pública e privada. Embora a primeira contemple a maior parte dos alunos da rede básica, o setor privado respondeu por 17,4% do total de matrículas em 21. Dada a importância do setor, é necessário um estudo que contemple as diversas facetas da educação privada. Este trabalho é um esforço nesse sentido.

O setor educacional privado brasileiro pode ser analisado sob diferentes recortes. Optou-se neste relatório por seguir uma abordagem econômica. Neste sentido, dividiu-se a análise da educação privada entre o lado da demanda e lado da oferta. Do lado da demanda, encontram-se as famílias dos alunos da rede privada. Em relação a educação básica, por exemplo, são quase 5,2 milhões de domicílios com pelo menos um estudante matriculado no ensino privado, nos quais encontram-se aproximadamente 20 milhões de pessoas. Estas pessoas tem peculiaridades próprias. Os chefes de domicílio e os seus respectivos cônjuges têm maior anos de estudo, maior renda média. Além disso, famílias que habitam esses domicílios tem padrões de consumos específicos, que diferem da média nacional.

Do ponto de vista da oferta do setor educacional, pode-se analisar a quantidade de estabelecimentos e empregados, bem como o salário observado. Por exemplo, em 2021, o número de estabelecimentos de ensino básico privado era aproximadamente 40,5 mil. O número de empregos no setor privado do ensino básico em 2020 foi próximo de 850 mil. O resultado da interação entre as forças de oferta e demanda determinam o tamanho do setor educacional. Nesse sentido, pode-se observar o impacto que a educação privada gera no PIB brasileiro. Apenas em 2019, o valor adicionado bruto deste setor (sua contribuição para o "PIB"), foi de 126,5 bilhões de reais.

Para realizar esse relatório foram utilizadas seis bases de dados públicas: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNADc), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), estatísticas do Sistema Contas Nacionais (SCN-IBGE), microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Censo Escolar e Censo da Educação Superior compilados pelo INEP. Como recorte temporal, optou-se pelo período que vai de 2012 até 2021. Esse é o intervalo de tempo mais longo possível para qual a maioria das informações estão disponíveis. Como recorte geográfico, as bases de dados e pesquisas permitem a construção de indicadores e estatísticas em nível nacional, regional e estadual.

Este relatório está segmentado em quatro partes. Na primeira delas, são apresentadas estatísticas socioeconômicas da rede privada, dentre as quais incluem características como a pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes. A segunda parte do trabalho apresenta como está estruturado o orçamento familiar dos usuários da rede. Em particular, qual é a composição dos gastos com habitação, transporte, assistência à saúde e etc. dessas famílias. Na terceira parte do trabalho, mostra um panorama das matrículas e dos estabelecimentos da rede privada brasileira. A última parte do trabalho apresenta aspectos econômicos da rede privada. Dentre estes, destaca-se a contribuição deste setor para o PIB brasileiro.

Parte I

**Estatísticas Socioeconômicas da
Rede Privada**

Introdução

A Parte I do trabalho faz uma descrição das principais estatísticas demográficas e socioeconômicas da educação privada no Brasil. Os dados utilizados neste estudo foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio contínua (PNADc), divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). Embora a PNADc seja divulgada trimestralmente, optou-se por utilizar apenas o segundo trimestre de cada ano para fins de comparação temporal. É importante ressaltar que, para dados referentes ao setor educacional, o primeiro trimestre não é a melhor opção, pois janeiro e fevereiro são meses de férias escolares, o que poderia interferir nos resultados das estatísticas apresentadas.

A PNADc foi implantada pelo IBGE em janeiro de 2012 com o objetivo de acompanhar a evolução de informações relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Assim, há dados disponíveis da PNADc desde 2012. No entanto, somente a partir de 2016, foi incorporada à pesquisa a pergunta de qual rede de ensino o estudante frequenta (privada *versus* pública). Por isso, as estatísticas apresentadas a seguir são referentes ao período de 2016 a 2021.

Esta parte do relatório foi dividida em dois capítulos. O primeiro apresenta os dados da Educação Básica que compreende os ensinos Fundamental e Médio no formato regular ou de jovens adultos. O segundo capítulo apresenta os dados da Educação Superior os quais compreendem graduação, especialização de nível superior, mestrado e doutorado. A PNADc considera apenas crianças acima de 5 anos. Dessa forma, a leitura dos dados desta Parte exige a ressalva de que não estão sendo consideradas crianças menores de 5 anos de idade. Consequentemente, não estão sendo consideradas crianças que frequentam a Educação Infantil (creche ou pré-escola).

Os dados apresentados, na sua grande maioria, refletem os efeitos da pandemia nas estatísticas relativas ao ano de 2021 apenas. Isso decorre, em parte, da escolha do segundo trimestre como período de comparação. Os efeitos da pandemia sob o setor educacional em abril, maio e junho de 2020 foram menos intensos do que os demais trimestres daquele ano. Já o segundo trimestre de 2021 captura os desdobramentos da pandemia com maior precisão.

Capítulo 1

Educação Básica

Neste capítulo, são apresentadas estatísticas socioeconômicas e demográficas da população que utiliza a Educação Básica privada no Brasil. Conforme citado acima, uma vez que a PNADc considera apenas crianças acima de 5 anos de idade, as estatísticas apresentadas abaixo não levam em consideração a Educação Infantil (creche e pré-escola). Dessa forma, os dados da Educação Básica neste capítulo se referem ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio no formato regular ou de jovens adultos.

1.1 Aspectos Demográficos do Ensino Básico Privado

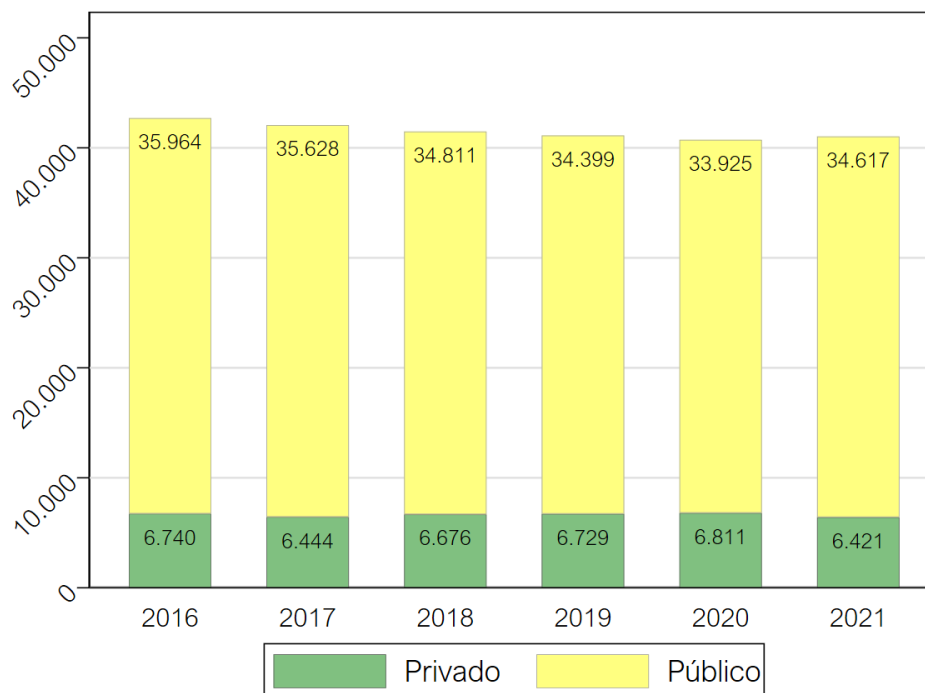
Estima-se que a população brasileira em 2021 seja de 213.317.639 residentes, de acordo com o IBGE. Destes 213 milhões de brasileiros, aproximadamente 41 milhões frequentam a Educação Básica (Ensino Fundamental ou Médio), conforme apresentado na figura 1.1. Em termos percentuais, quase 20% da população brasileira se encontra no ensino básico - em torno de 3% da população está matriculada na Educação Básica privada e 16% na pública. Em 2016, a estimativa populacional brasileira era de aproximadamente 206 milhões, e o número de estudantes na Educação Básica era de quase 43 milhões. Assim, o percentual da população usuária do ensino básico no Brasil caiu em torno de um ponto percentual nos últimos cinco anos, de 2016 para 2021, de aproximadamente 21% para aproximadamente 20%.

A maior parte dos estudantes da Educação Básica, no Brasil, estudam em escolas da rede pública. Como é possível verificar na figura 1.1, em 2016, apenas 15,8% dos estudantes do ensino básico frequentavam escolas da rede privada. Entre 2016 e 2021, essa razão chegou a ultrapassar os 16%, mas retornou em 2021 ao patamar de 15,6%, segundo dados da PNADc/IBGE ¹. Outro fator que se verifica na figura 1.1 é consequência do envelhecimento populacional brasileiro

¹Conforme já mencionado, estes dados advêm de uma pesquisa amostral. Dados censitários serão apresentados na Parte III, com base no Censo Escolar da Educação Básica.

por decorrência da diminuição da natalidade. Ao longo dos anos, se verifica uma consistente redução do número de estudantes no ensino básico. Em cinco anos, houve uma queda de aproximadamente 4% dos estudantes, segundo dados da PNADc. No ensino privado, essa queda foi de 4,7%, a qual é decorrente não só da diminuição da natalidade, mas também incorpora os efeitos da pandemia da COVID-19 nos anos de 2020 e 2021.

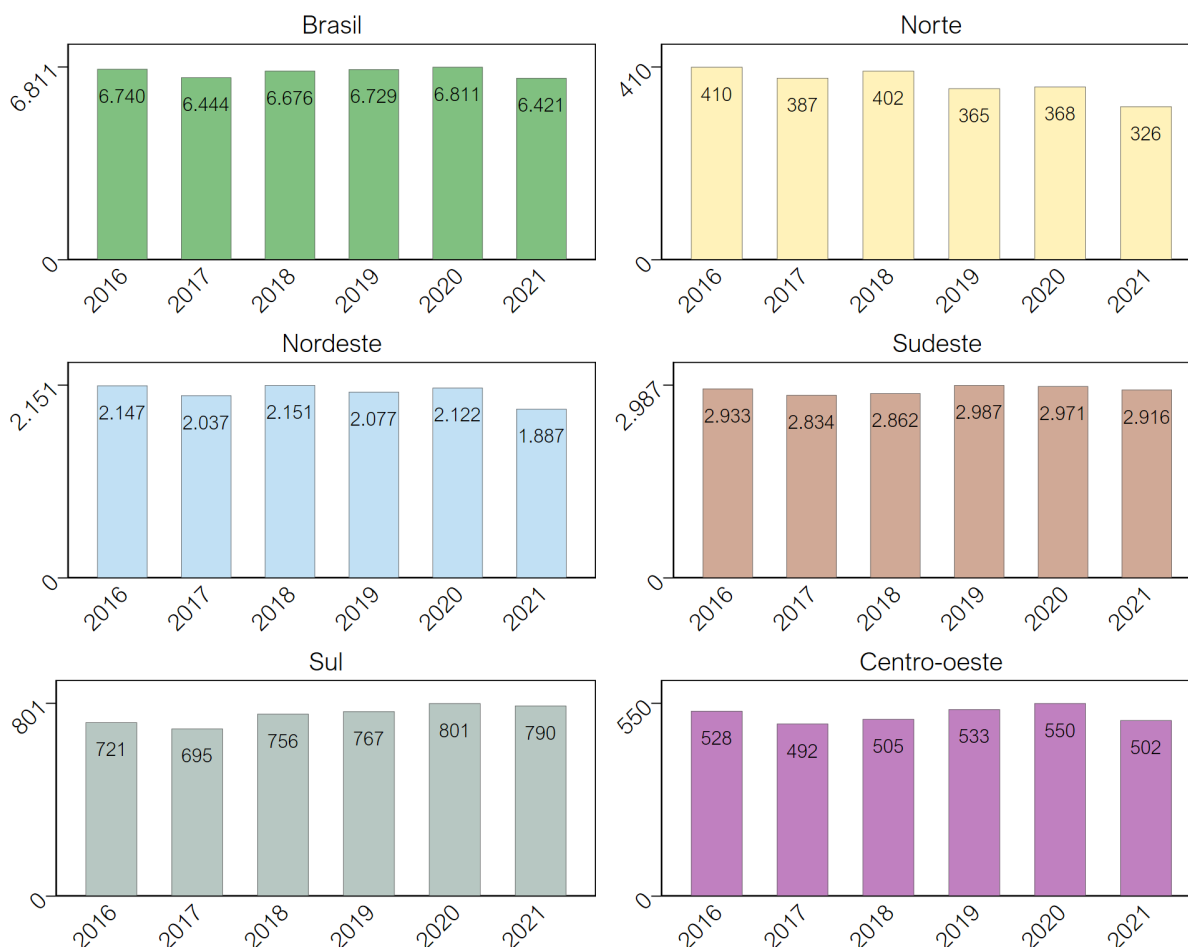
Figura 1.1: Total de estudantes no ensino básico (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

A figura 1.2 mostra a evolução do total de estudantes na rede privada para as diferentes regiões do Brasil. No período analisado, a região Sul foi a única que teve um aumento do número de estudantes que declararam estar estudando no nível básico privado. Esse aumento, de 2016 a 2021, foi de 9,6%. Em oposição à região Sul, a região Norte foi a que mais perdeu estudantes no ensino privado, com uma taxa de redução superior a 20%. O Nordeste também teve redução expressiva, na ordem de 12%. Na sequência, aparecem as regiões Centro-Oeste com variação negativa de 5% e Sudeste com redução de cerca de 0,58%. A queda de estudantes se acentuou nos anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia da COVID-19. Com efeito, se olharmos até o ano de 2019, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste tinham aumentado seu número de alunos na rede privada, ao passo que o Nordeste se mantinha relativamente estável. Olhando apenas até 2019, apenas a região Norte já apresentava uma tendência clara de redução no número de matrículas no ensino básica privado.

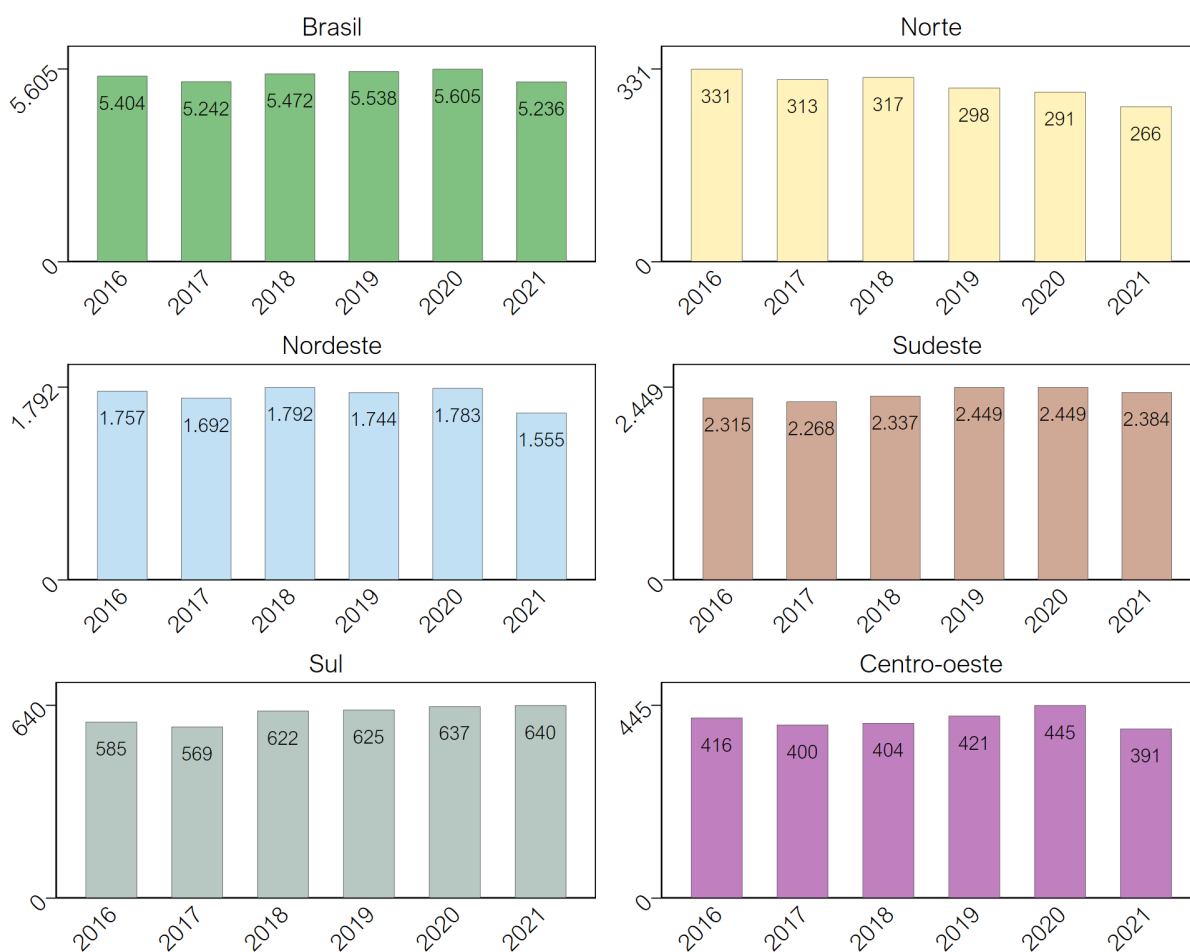
Figura 1.2: Total de estudantes no ensino básico privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Como esperado, o número de domicílios com estudantes no ensino básico privado teve dinâmica muito semelhante ao resultado do número de estudantes no ensino privado. Como se depreende da figura 1.3, no Brasil, em 2016, existiam 5.404.366 domicílios com estudantes da rede privada, o que representa 8,1% do total de domicílios do Brasil. Já no ano de 2021, havia 5.236.331 de domicílios (7,3% do total de domicílios do país), segundo a PNADc. Assim, observa-se uma redução de cerca de 3,1% no número absoluto de domicílios usuários do ensino básico privado nos últimos cinco anos. É interessante notar que, enquanto apenas 3% da população brasileira está matriculada no ensino básico privado, em termos de domicílios, a Educação Básica privada representa 7,3%. Esse resultado se deve ao fato de os domicílios usuários da rede privada terem um menor número de estudantes em comparação com aqueles usuários da rede pública.

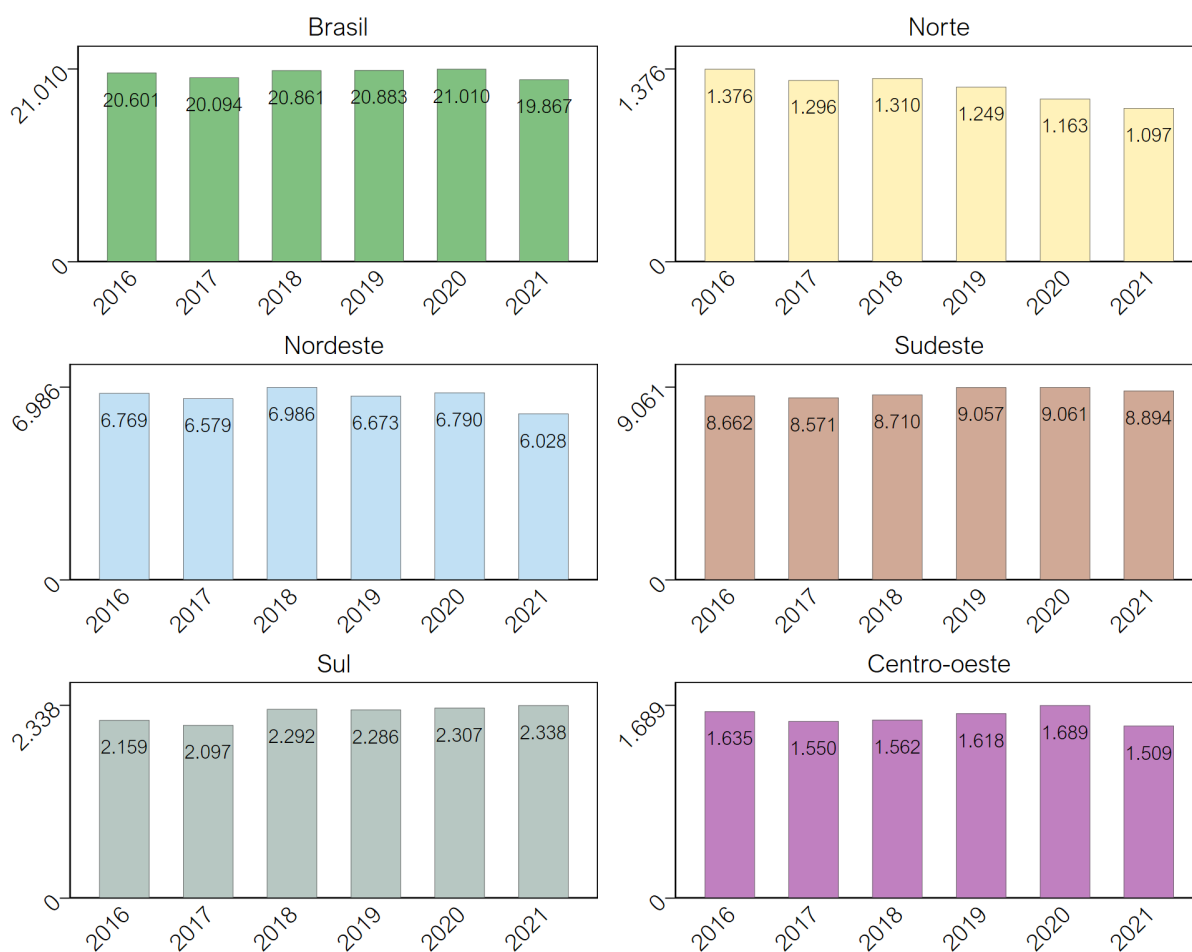
Figura 1.3: Total de domicílios com estudantes no ensino básico privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Voltando à figura 1.3 para analisar a dinâmica dos domicílios com estudantes no ensino básico privada por região, é possível observar que novamente a Região Sul apresentou aumento, desta vez na ordem de 9,4%. Em que pese a redução do número de estudantes, segundo estimativas da PNADc, o Sudeste apresentou aumento do número de domicílios com estudantes da rede privada de cerca de 3% - o que significa que nesta região há atualmente menos estudantes por domicílio em comparação com 2016. O Norte foi a região com maior impacto negativo, uma redução de 19,6% no número de domicílios. A seguir, as regiões Nordeste, -11,5%, e Centro-Oeste, -6%, também apresentaram quedas significativas.

Figura 1.4: Total de pessoas em domicílios com estudantes no ensino básico privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

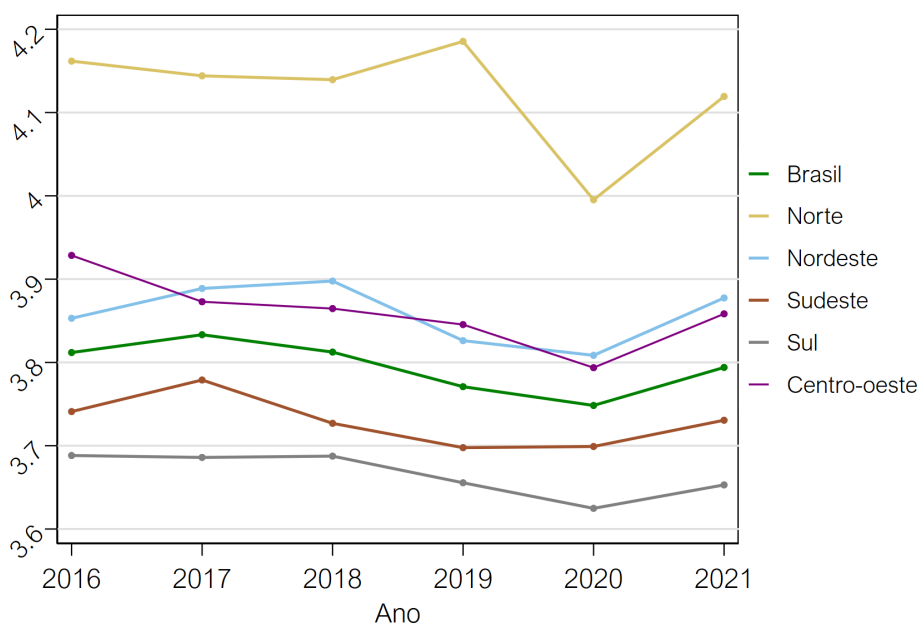
A figura 1.4 contextualiza o número de pessoas envolvidas diretamente na utilização da Educação Básica privada no Brasil. A partir das informações dos domicílios que possuem estudantes no ensino privado, é possível mensurar o total de pessoas que moram nestes domicílios. Em 2016, o Brasil tinha 20,6 milhões de pessoas morando em domicílios com pelo menos um estudante da Educação Básica privada. Isso representava à época cerca de 10% da população brasileira. Conforme pode ser observado na figura, esse número apresentou estabilidade em termos absolutos até 2020 e, em 2021, uma queda de aproximadamente 1 milhão de pessoas em comparação ao ano anterior. Essa oscilação pode ser atribuída, pelo menos em parte, às consequências da pandemia da COVID-19. Em termos percentuais, o percentual da população brasileira envolvida na Educação Básica privada apresentou tendência de queda nos últimos

cinco anos, uma vez que o número absoluto de envolvidos apresentou estabilidade e a população brasileira continuou crescendo. Em 2021, este percentual caiu para aproximadamente 9%.

Considerando os recortes regionais, observa-se que a maior parte da população envolvida na Educação Básica privada se concentra nas regiões Sudeste e Nordeste, as quais são também as regiões mais populosas do Brasil. O padrão de evolução temporal do total de pessoas segue o observado na figura 1.2. A região Norte apresenta um padrão de queda ao longo do tempo, enquanto as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam um padrão de estabilidade ou leve crescimento até 2020. Com a exceção da Região Sul, todas apresentaram uma queda em 2021, pelos motivos já expostos anteriormente.

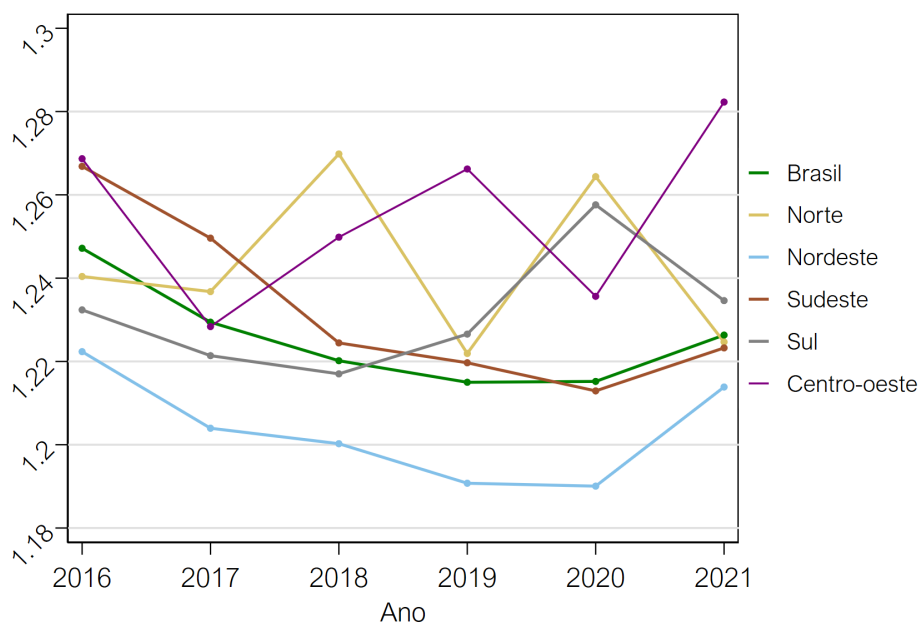
A figura 1.5 mostra a evolução do tamanho médio dos domicílios com estudantes do ensino básico privado. Entre 2016 e 2021, o tamanho médio dos domicílios brasileiros oscilou ao redor de 3,8 pessoas, o que representa um valor maior do que a média nacional que é de três pessoas por domicílio. Quando se observa os recortes regionais, destaca-se que a região com os maiores domicílios é a Norte (oscilando ao redor de 4,1 pessoas por domicílio), enquanto a região com as menores domicílios é a do Sul (oscilando ao redor de 3,6 e 3,7 pessoas por domicílio).

Figura 1.5: Média de pessoas em domicílios usuários do ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Figura 1.6: Média de estudantes em domicílios usuários do ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

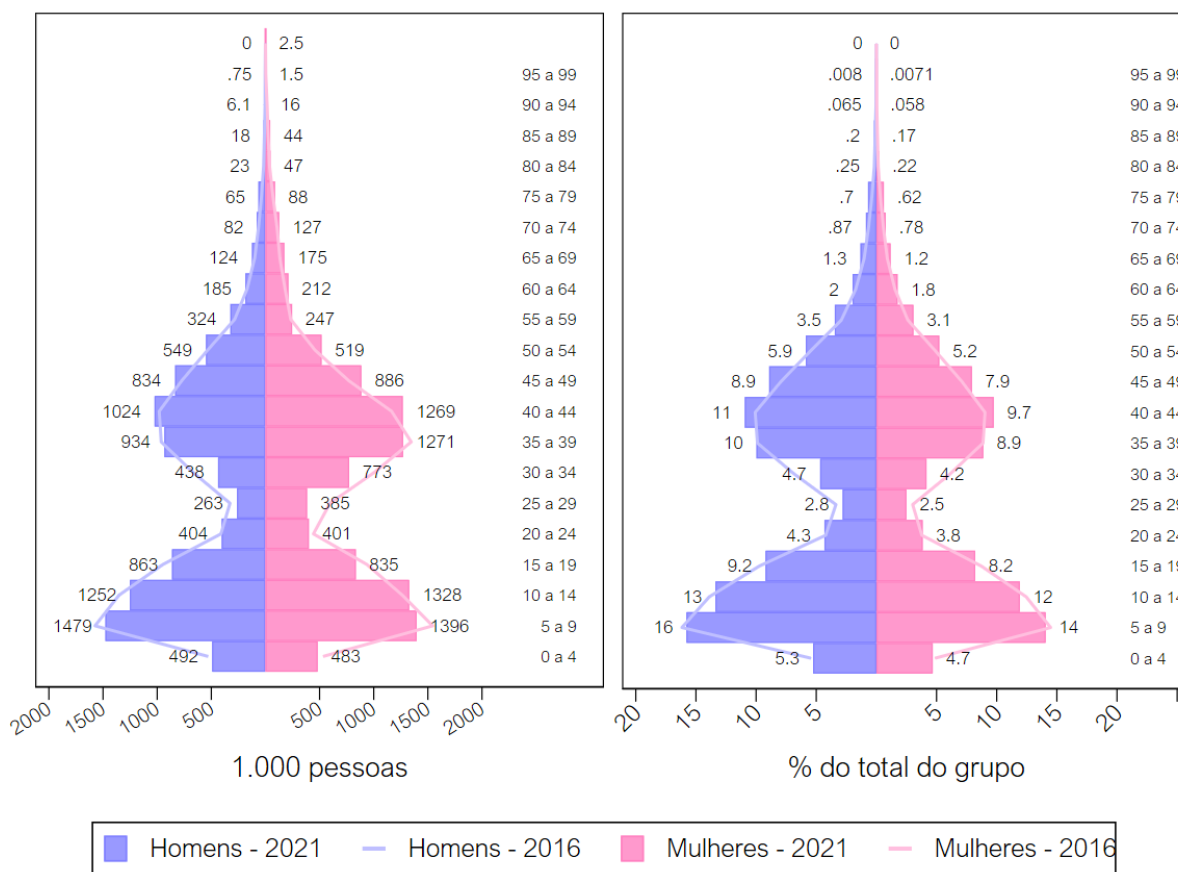
A figura 1.6 complementa a figura anterior, mostrando a média de estudantes no ensino básico privado por domicílios. A média brasileira oscila ao redor de 1,22 a 1,26 estudantes por domicílio ao longo do período analisado. Em todos os anos, as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte apresentaram um número similar ou superior à média nacional. Enquanto isso, a região Nordeste se destaca como a única região cuja média fica sempre abaixo da média nacional.

A figura 1.7 mostra a pirâmide etária da população brasileira residente em domicílios com estudantes do ensino básica da rede privada para os anos 2016 e 2021. O gráfico da esquerda mostra a distribuição do número de homens (azul) e mulheres (rosa) por faixas de idade de cinco anos. Já o gráfico da direita, por sua vez, mostra a proporção em cada faixa para cada sexo. As linhas representam os valores em 2016, enquanto as barras indicam os valores para 2021.

Pela a figura 1.7, pode-se perceber que a distribuição etária é bimodal, ou seja, existem dois intervalos de idade cuja frequência de indivíduos é maior. A primeira concentração na distribuição ocorre nas faixas de “5 a 9”. As faixas que a sucedem apresentam percentuais gradativamente menores a medida que elas vão se distanciando dos trechos mais significativos da população em idade escolar do ensino básico. Entre as faixas de “5 a 9” e “15 a 19” estão aproximadamente 38,2% dos indivíduos de sexo masculino e 34,2% dos indivíduos de sexo feminino. A segunda concentração ocorre nas faixas “35 a 39”, “40 a 44” e “45 a 49”. Essas faixas representam a população de responsáveis pelos estudantes e totalizam aproximadamente 30% da população masculina e 26,5% da população

feminina.

Figura 1.7: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Brasil

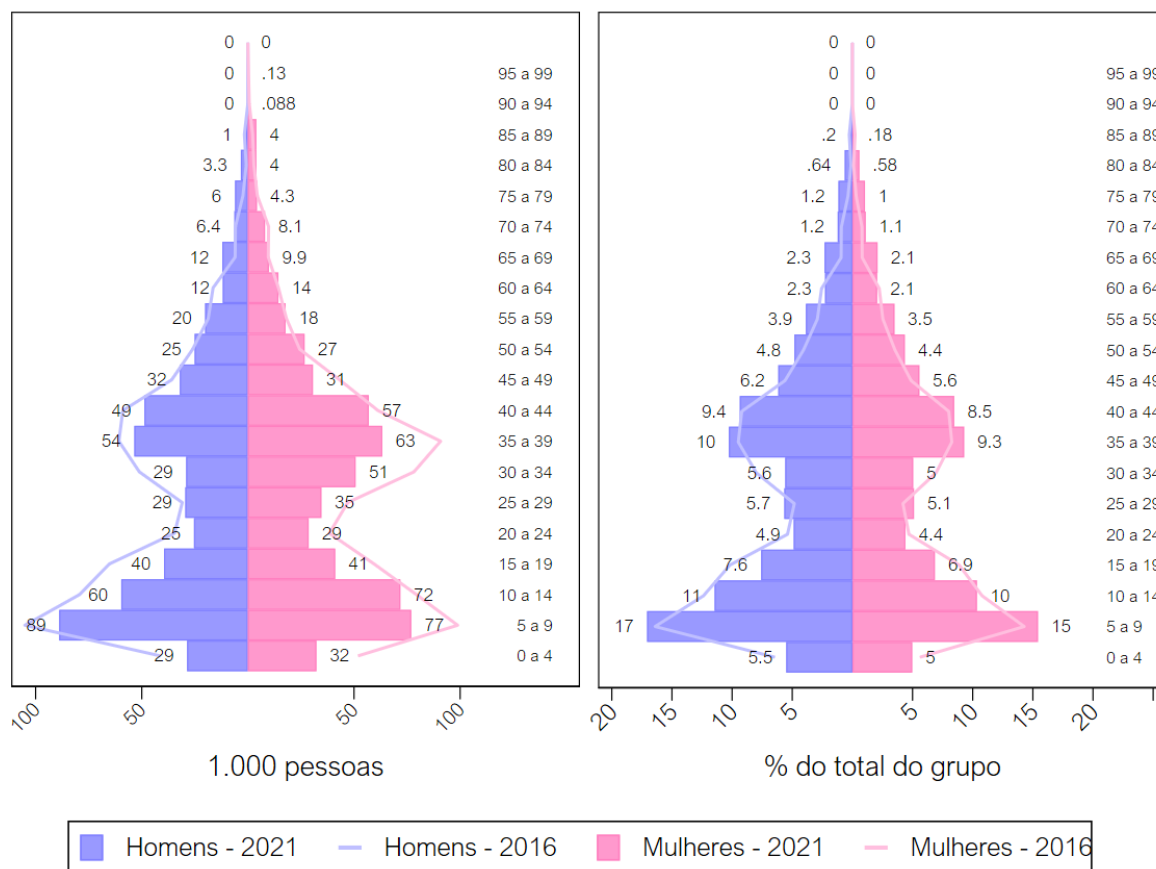


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

A figura 1.8 mostra a pirâmide etária para a região Norte do Brasil. Ela segue um padrão similar à pirâmide do Brasil, mas com peculiaridades importantes. O gráfico apresenta uma região mais alargada nas faixas de idade intermediárias, de “20 a 24” até “30 a 34” anos. Além disso, na parte de cima da pirâmide, a faixa com maior número de pessoas é a faixa “35 a 39 anos”, enquanto a do Brasil era “40 a 44”. Pode-se afirmar, portanto, que a distribuição etária da região Norte indica uma população relativamente mais jovem do que a média nacional. Em 2016 e 2021, a maior concentração de estudantes se concentra na faixa dos “5 a 9” anos. Esta faixa representou 17% dos indivíduos do sexo masculino e 15% dos indivíduos do sexo feminino no último ano do estudo. A medida que se avança nas faixas de idade, a pirâmide vai estreitando, até que, na faixa “35 a 39” ela volta a se alargar. Em 2021, cerca de 20% da população do sexo masculino

estava nas faixas de “35 a 39” e “40 a 44”, enquanto aproximadamente 18% do sexo feminino se encontrava nesses mesmos intervalos de idade.

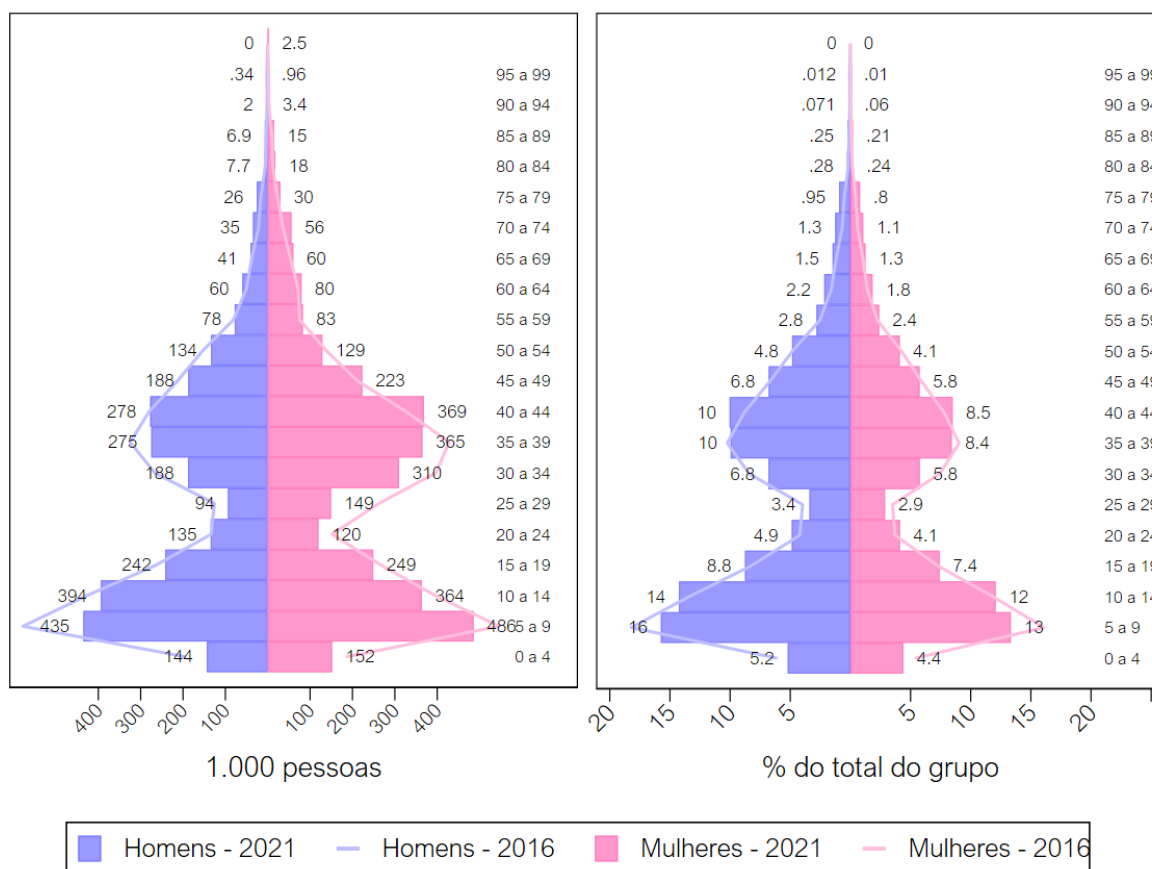
Figura 1.8: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Região Norte



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

A região Nordeste, representada na figura 1.9, tem um padrão similar à região Norte. Ressaltam-se, no entanto, algumas diferenças em relação a magnitudes. Em primeiro lugar, as faixas de “5 a 9” e “10 a 14” são relativamente mais próximas entre si no Nordeste do que Norte. Em segundo lugar, observa-se um estreitamento maior na região do Nordeste nas faixas de “20 a 24” e “26 a 29” anos. Por fim, a pirâmide começa a se alargar em uma faixa de idade menor do que a do Norte.

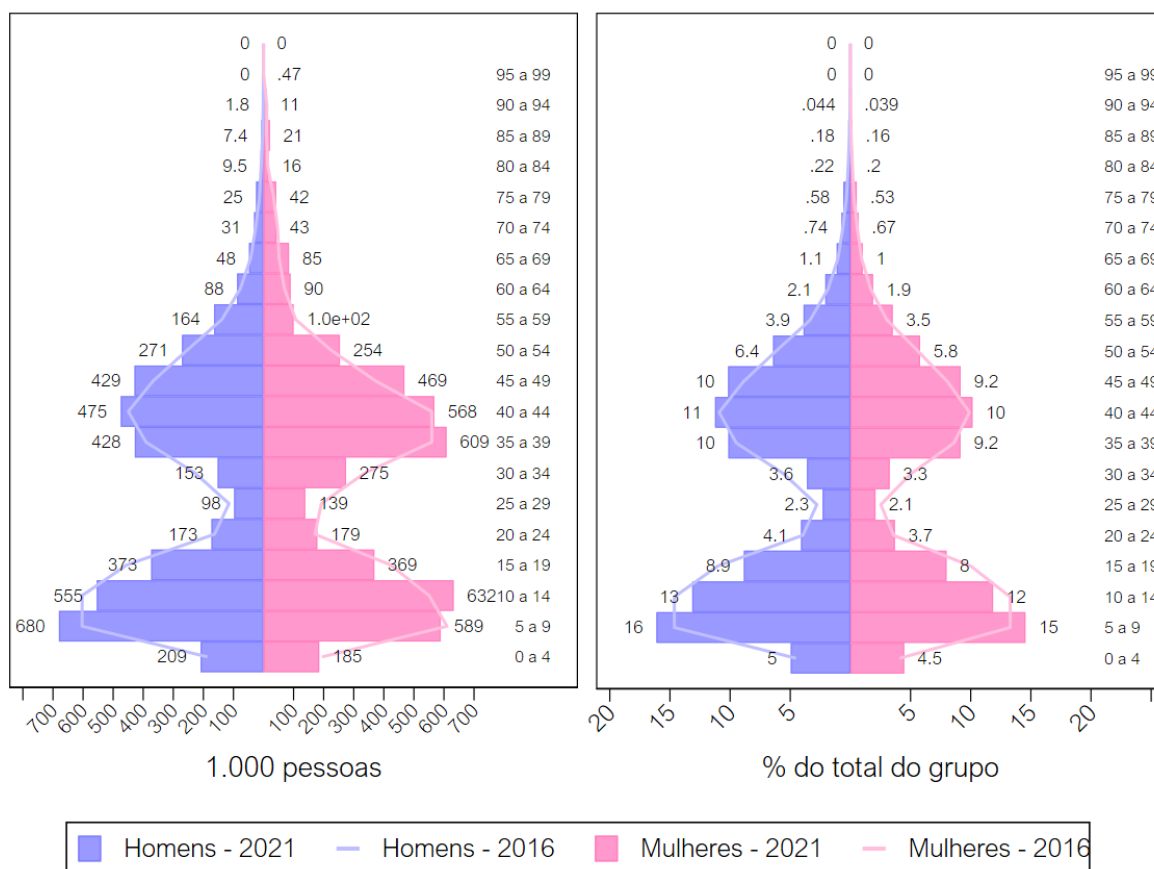
Figura 1.9: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Região Nordeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

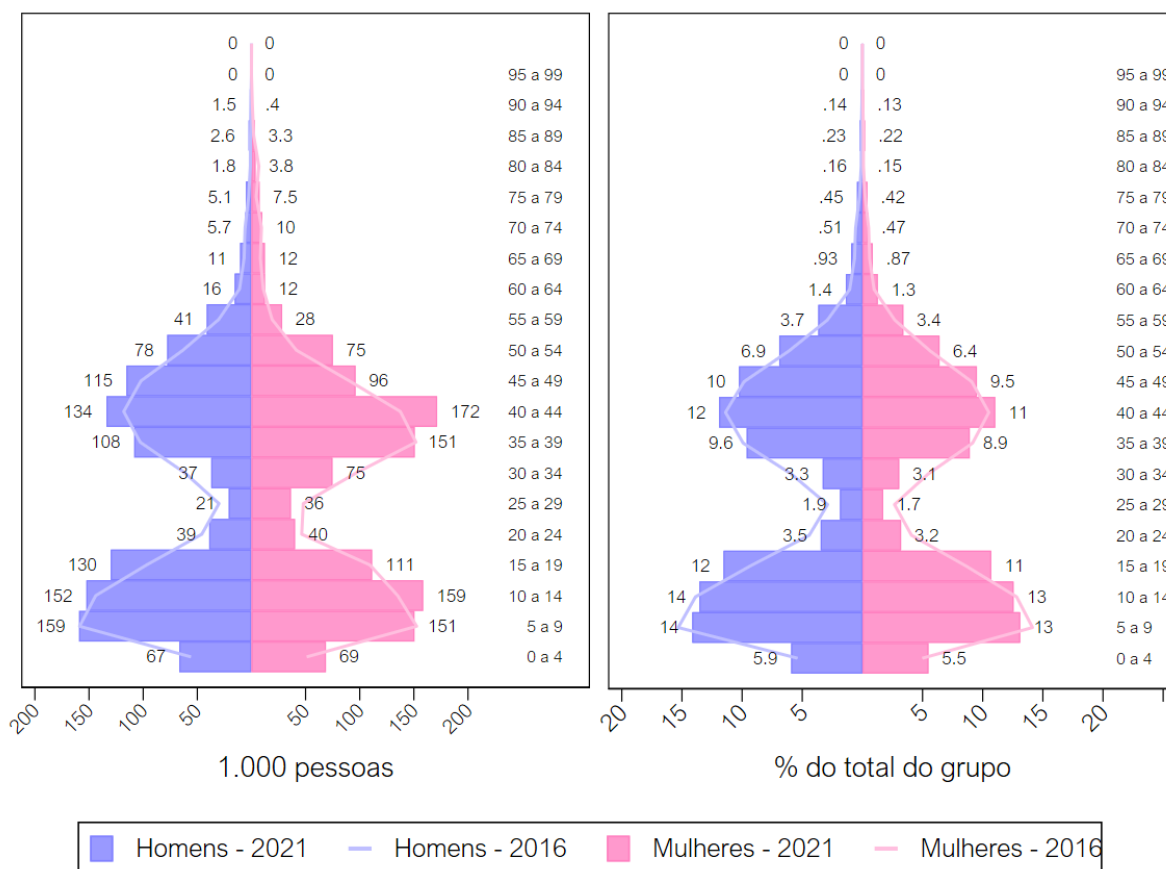
As regiões Sudeste e Sul, representadas nas figuras 1.10 e 1.11, respectivamente, apresentam em 2021 o padrão bimodal similar aos das demais regiões. No entanto, em ambas as regiões as proporções das faixas de idade mais elevadas são maiores do que nas regiões Norte e Nordeste, refletindo que os casais das regiões Sul e Sudeste estão deixando para ter filhos cada vez mais tarde. Nessas regiões, a faixa “45 a 49” anos apresenta uma proporção maior de indivíduos do que nas regiões do Norte e Nordeste. Além disso, destaca-se também que o meio da pirâmide (faixas “20 a 24” até “30 a 34”), entre as duas modas da distribuição, são mais estreitas, compondo apenas 19,1% da população na região Sudeste e 16,7% na região Sul. Na base da pirâmide, pode-se destacar uma diferença importante entre a região Sul e as demais. A faixa “5 a 9” é mais estreita do que nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte e a faixa “15 a 19” é maior. Essa diferença reflete o fato de que a natalidade da região Sul vem caindo em um ritmo mais acelerado do que no resto do país.

Figura 1.10: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Região Sudeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

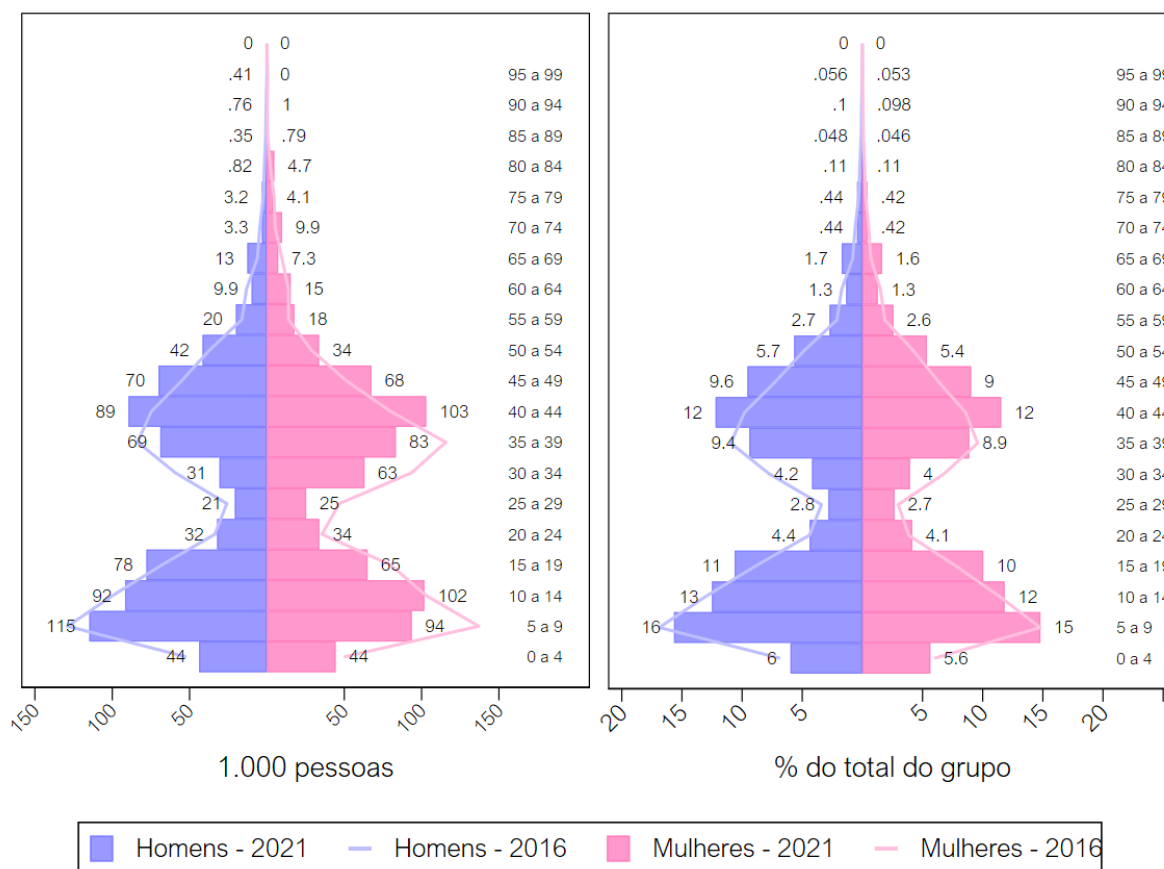
Figura 1.11: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes na rede básica privada – Região Sul



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Por fim, a figura 1.12 com a pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privada apresenta um padrão muito parecido com a pirâmide etária brasileira da figura 1.7. As faixas “5 a 9” até “15 a 19” concentram 40% da população masculina e 37% da população feminina. Na parte de cima da pirâmide, nota-se que a faixa com maior proporção é a “40 a 44” anos e que, considerando as faixas de “35 a 39” até “45 a 49”, a região Centro-Oeste concentra 31% dos homens e 30% das mulheres.

Figura 1.12: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino básico privado – Região Centro-Oeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

As tabelas 1.1 e 1.2 mostram as informações demográficas do Brasil, regiões e estados para os anos 2016 e 2021, respectivamente. A região Sudeste concentra a maior parte dos estudantes do ensino básico privado e São Paulo é o estado com o maior número, totalizando cerca de 1,5 milhões de estudantes em 2021 – quase metade da região Norte e um quarto do Brasil. Em segundo lugar, destaca-se a região Nordeste, na qual a Bahia registra o maior número de estudantes, aproximadamente 440 mil em 2021.

Comparando 2021 com 2016, percebe-se que alguns estados apresentaram ganhos significativos no número de estudantes, enquanto outros tiveram perdas significativas. A variação na região Sul (9,6%) a única positiva dentre as regiões, deveu-se inteiramente pelo aumento de estudantes em Santa Catarina (30,3%) e no Rio Grande do Sul (15,8%). Na região Norte – a região que mais perdeu alunos em termos percentuais – o estado que, proporcionalmente, mais perdeu estudantes foi Roraima, com uma queda percentual de 52,8%, enquanto o que

menos perdeu foi o Pará, com uma queda de apenas 15,8%. A região Sudeste, que apresentou relativa estabilidade em termos percentuais (-0,58%), teve sua composição afetada pelas quedas em três estados: Minas Gerais (-2,4%), Espírito Santo (-0,5%) e São Paulo (-4,4%). Rio de Janeiro, por outro lado, foi o único Estado da região Sudeste que teve um aumento no número de estudantes de 8,0%.

O padrão observado dos estudantes no ensino básico privado também é encontrado no número de domicílios com estudantes e de total de pessoas nestes domicílios. São Paulo e Rio de Janeiro são os dois estados com maior número de domicílios e de pessoas. Aproximadamente um quarto das pessoas que moram em domicílios com estudantes do ensino básico privado ficam no estado de São Paulo (em 2021).

Tabela 1.1: Estatísticas populacionais descritivas do ensino básico privado - 2016

Região	Estudantes no Ensino Privado	Domicílios com Estudantes	Pessoas nos Domicílios	Média de Pessoas nos Domicílios	Média de Estudantes nos Domicílios	Média de Anos de Estudo dos Chefes de Domic.
Brasil	6.740.193	5.404.366	20.600.891	3,812	1,247	12,213
<i>Norte</i>	<i>410.090</i>	<i>330.609</i>	<i>1.375.914</i>	<i>4,162</i>	<i>1,240</i>	<i>11,721</i>
Rondônia	24.966	21.221	78.921	3,719	1,176	11,991
Acre	10.385	8.299	35.498	4,278	1,251	12,124
Amazonas	87.640	66.199	286.500	4,328	1,324	12,390
Roraima	14.748	11.426	46.482	4,068	1,291	13,393
Pará	225.654	187.425	783.185	4,179	1,204	11,096
Amapá	20.323	15.323	64.999	4,242	1,326	13,177
Tocantins	26.373	20.716	80.329	3,878	1,273	12,795
<i>Nordeste</i>	<i>2.147.298</i>	<i>1.756.690</i>	<i>6.768.555</i>	<i>3,853</i>	<i>1,222</i>	<i>10,908</i>
Maranhão	156.494	118.665	494.625	4,168	1,319	10,904
Piauí	93.226	74.625	298.662	4,002	1,249	11,453
Ceará	372.961	308.206	1.205.083	3,910	1,210	10,458
Rio Grande do Norte	147.535	121.145	472.879	3,903	1,218	11,253
Paraíba	165.155	132.768	521.915	3,931	1,244	11,216
Pernambuco	395.972	325.866	1.258.394	3,862	1,215	11,053
Alagoas	127.937	100.569	393.486	3,913	1,272	10,334
Sergipe	108.450	86.205	327.031	3,794	1,258	11,064
Bahia	579.569	488.641	1.796.481	3,676	1,186	10,935
<i>Sudeste</i>	<i>2.933.246</i>	<i>2.315.389</i>	<i>8.661.933</i>	<i>3,741</i>	<i>1,267</i>	<i>13,007</i>
Minas Gerais	419.134	344.715	1.304.313	3,784	1,216	12,528
Espírito Santo	89.409	72.282	270.097	3,737	1,237	12,777
Rio de Janeiro	815.814	658.198	2.425.927	3,686	1,239	12,214
São Paulo	1.608.888	1.240.193	4.661.597	3,759	1,297	13,575
<i>Sul</i>	<i>721.414</i>	<i>585.382</i>	<i>2.159.065</i>	<i>3,688</i>	<i>1,232</i>	<i>12,996</i>
Paraná	311.470	240.917	920.831	3,822	1,293	13,214
Santa Catarina	154.230	130.906	467.414	3,571	1,178	12,569
Rio Grande do Sul	255.714	213.558	770.820	3,609	1,197	13,012
<i>Centro-oeste</i>	<i>528.144</i>	<i>416.296</i>	<i>1.635.423</i>	<i>3,929</i>	<i>1,269</i>	<i>12,591</i>
Mato Grosso do Sul	54.651	44.652	169.411	3,794	1,224	12,874
Mato Grosso	69.293	54.759	211.244	3,858	1,265	12,234
Goiás	254.449	204.932	812.048	3,963	1,242	11,843
Distrito Federal	149.751	111.953	442.720	3,955	1,338	14,021

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Tabela 1.2: Estatísticas populacionais descritivas do ensino básico privado - 2021

Região	Estudantes no Ensino Privado	Domicílios com Estudantes	Pessoas nos Domicílios	Média de Pessoas nos Domicílios	Média de Estudantes nos Domicílios	Média de Anos de Estudo dos Chefes de Domic.
Brasil	6.421.498	5.236.331	19.866.798	3,794	1,226	13,261
<i>Norte</i>	<i>326.230</i>	<i>266.383</i>	<i>1.097.322</i>	<i>4,119</i>	<i>1,225</i>	<i>13,023</i>
Rondônia	18.836	14.270	57.111	4,002	1,320	13,901
Acre	8.671	7.174	27.714	3,863	1,209	14,322
Amazonas	68.254	56.559	223.616	3,954	1,207	13,658
Roraima	6.956	5.782	25.495	4,409	1,203	14,342
Pará	190.043	155.068	650.063	4,192	1,226	12,462
Amapá	15.731	11.685	53.674	4,593	1,346	13,819
Tocantins	17.740	15.844	59.649	3,765	1,120	13,808
<i>Nordeste</i>	<i>1.887.060</i>	<i>1.554.592</i>	<i>6.027.806</i>	<i>3,877</i>	<i>1,214</i>	<i>11,996</i>
Maranhão	141.660	112.085	458.613	4,092	1,264	11,910
Piauí	98.894	82.739	321.012	3,880	1,195	11,557
Ceará	282.008	234.563	955.973	4,076	1,202	12,511
Rio Grande do Norte	121.481	98.473	365.632	3,713	1,234	12,803
Paraíba	154.703	116.750	469.587	4,022	1,325	11,245
Pernambuco	410.349	332.944	1.285.018	3,860	1,232	12,263
Alagoas	134.554	112.047	437.234	3,902	1,201	11,979
Sergipe	98.763	85.887	328.468	3,824	1,150	12,318
Bahia	444.649	379.104	1.406.269	3,709	1,173	11,516
<i>Sudeste</i>	<i>2.916.409</i>	<i>2.384.139</i>	<i>8.894.307</i>	<i>3,731</i>	<i>1,223</i>	<i>13,860</i>
Minas Gerais	408.905	333.149	1.234.361	3,705	1,227	13,590
Espírito Santo	88.969	74.345	283.516	3,814	1,197	14,088
Rio de Janeiro	881.187	720.393	2.660.635	3,693	1,223	13,450
São Paulo	1.537.348	1.256.252	4.715.795	3,754	1,224	14,153
<i>Sul</i>	<i>790.204</i>	<i>640.046</i>	<i>2.338.089</i>	<i>3,653</i>	<i>1,235</i>	<i>13,913</i>
Paraná	294.200	234.666	876.812	3,736	1,254	14,000
Santa Catarina	199.999	159.213	587.399	3,689	1,256	13,507
Rio Grande do Sul	296.005	246.167	873.877	3,550	1,202	14,093
<i>Centro-oeste</i>	<i>501.594</i>	<i>391.171</i>	<i>1.509.274</i>	<i>3,858</i>	<i>1,282</i>	<i>13,739</i>
Mato Grosso do Sul	64.679	49.720	192.992	3,882	1,301	13,616
Mato Grosso	57.205	45.751	164.960	3,606	1,250	13,203
Goiás	207.663	165.661	635.492	3,836	1,254	13,320
Distrito Federal	172.048	130.038	515.830	3,967	1,323	14,509

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

1.2 Aspectos Socioeconômicos do Ensino Básico Privado

Esta seção descreve as características socioeconômicas da população que reside em domicílios com estudantes do ensino básico privado. São analisados três aspectos: anos de estudo dos chefes dos domicílios, rendimento per capita e distribuição de renda no Brasil e regiões. Essas características auxiliam identificar o perfil das famílias cujos estudantes frequentam o ensino básico privado.

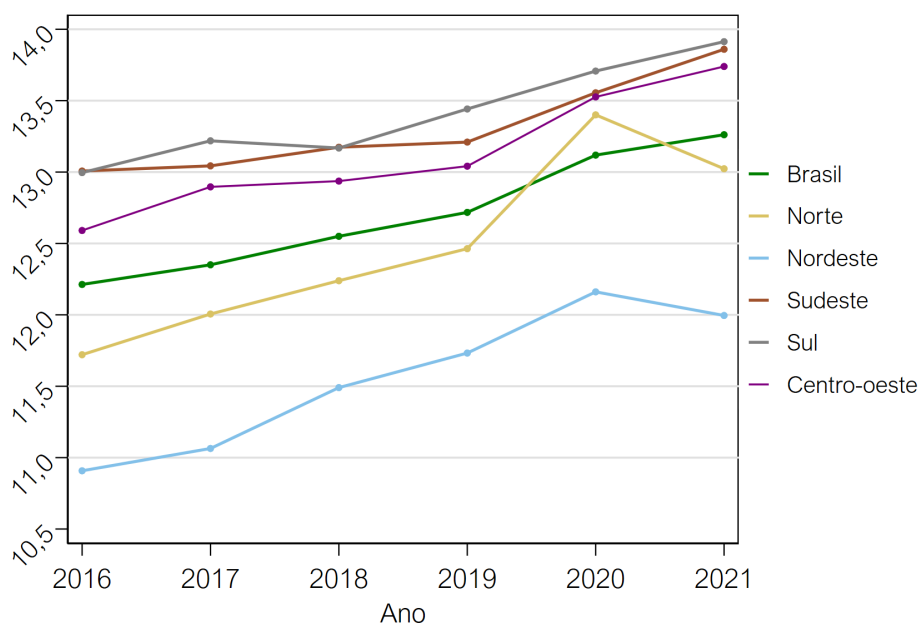
A figura 1.13 mostra a evolução da média de anos de estudo dos chefes dos domicílios que possuem algum estudante no ensino básico privado para o Brasil e suas regiões. Definiu-se a categoria “Chefe do Domicílio” a partir da PNADc².

²Chefe do domicílio é a pessoa que respondeu ser “Responsável do Domicílio” na questão V2005 – “Condição no Domicílio” na PNADc.

A partir do gráfico, pode-se constatar que a média de anos de estudo dos chefes de domicílio no Brasil subiu aproximadamente um ano entre 2016 e 2021, subindo de aproximadamente 12,2 para 13,2. Esses valores são superiores à média de anos de estudos considerando todos os chefes de domicílio e dos chefes de domicílios com estudantes no ensino básico público, 9,9% e 9,2%, em 2021, respectivamente.

Comparando as regiões brasileiras, percebe-se uma clara heterogeneidade em relação à média de anos de estudos. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste aparecem com valores superiores à média nacional ao longo dos 5 anos analisados. As três regiões tiveram aumento nos anos de estudo no decorrer do período com a região Sul saindo de 13 anos para um valor ligeiramente inferior a 14 anos. Comparativamente, pode-se destacar que a região Nordeste apresenta os menores valores de todas as cinco regiões. No entanto, assim como as demais regiões, ela apresentou um aumento ao longo dos anos, saindo de um valor ligeiramente inferior a 11 anos para aproximadamente 12 anos. Por fim, destaca-se a região Centro-Oeste, a qual segue um padrão similar à média nacional.

Figura 1.13: Média de anos de estudo dos chefes dos domicílios com estudantes no ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

A figura 1.14 apresenta a evolução da renda per capita dos domicílios com estudantes no ensino básico privado³. A renda per capita deste grupo para

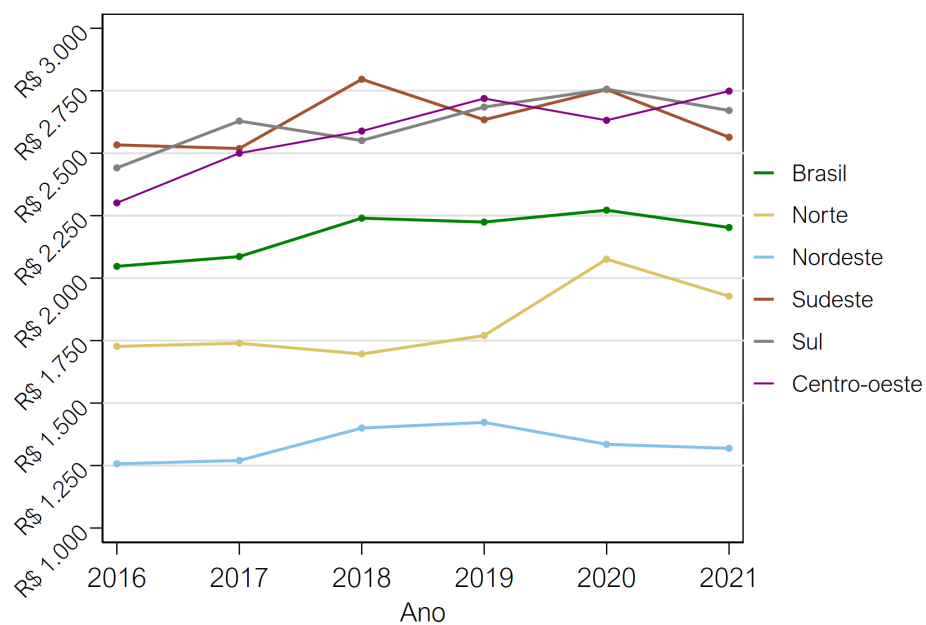
³A renda per capita foi construída a partir da divisão entre rendimento mensal habitual de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade no domicílio e o número de moradores

o Brasil em 2021 foi de aproximadamente R\$ 2.250,00. Considerando que o número de pessoas por domicílio neste mesmo ano foi de aproximadamente 3,8, pode-se concluir que a renda total do domicílio foi, em média, R\$ 8.550,00. Considerando a evolução temporal da renda per capita para o Brasil, nota-se que, em cinco anos, houve um incremento de aproximadamente 12% em termos reais.

Quando se observa o padrão das regiões, nota-se que, assim como na figura 1.13, há uma considerável heterogeneidade nos níveis de renda per capita. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam os níveis de renda per capita mais elevados, estando acima de média nacional. Tanto o nível quanto a evolução da renda nessas regiões são similares. As regiões Sul e Sudeste, por exemplo, apresentaram em 2016 uma renda per capita ao redor de R\$ 2.500,00 e, em 2021, uma renda per capita próxima de R\$ 2.600,00. A região Centro-Oeste apresentou o maior crescimento nos 5 anos, saindo de aproximadamente R\$ 2.250,00 em 2016 para R\$ 2.750,00 em 2021, um crescimento de cerca de 20%.

Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste apresentam um nível de renda per capita inferior à média nacional. O Nordeste é a região com a menor renda per capita, totalizando em 2021 aproximadamente R\$ 1.250,00, um valor similar ao observado em 2016. A região Norte também fica abaixo da média nacional, mas tem uma média maior que a da região Nordeste. Em 2016, a região Norte tinha uma renda per capita de R\$ 1.750,00 e, ao final do período, uma renda per capita próxima a R\$ 2.000,00.

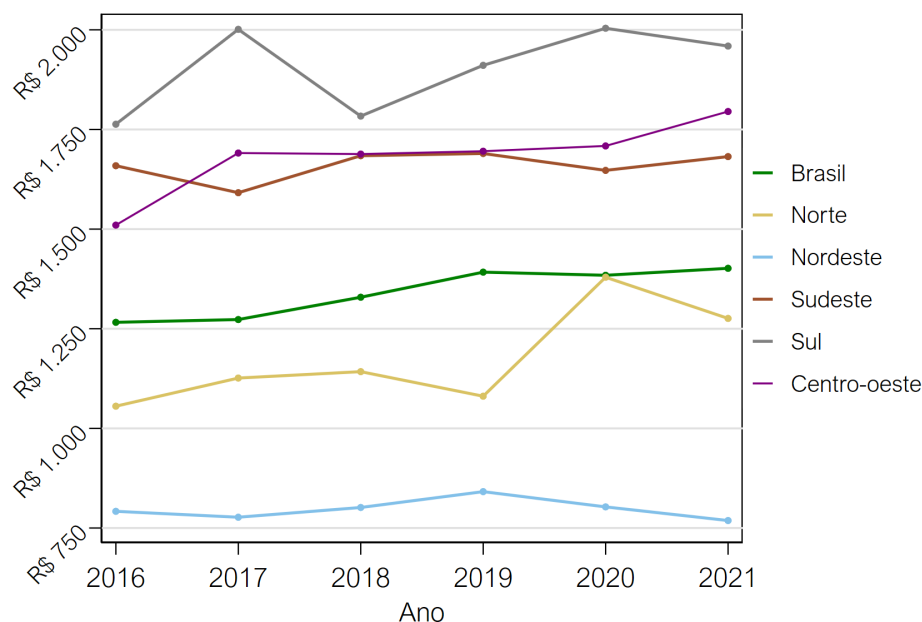
Figura 1.14: Renda per capita média dos domicílios com estudantes no ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021.

Figura 1.15: Renda per capita mediana dos domicílios com estudantes no ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021.

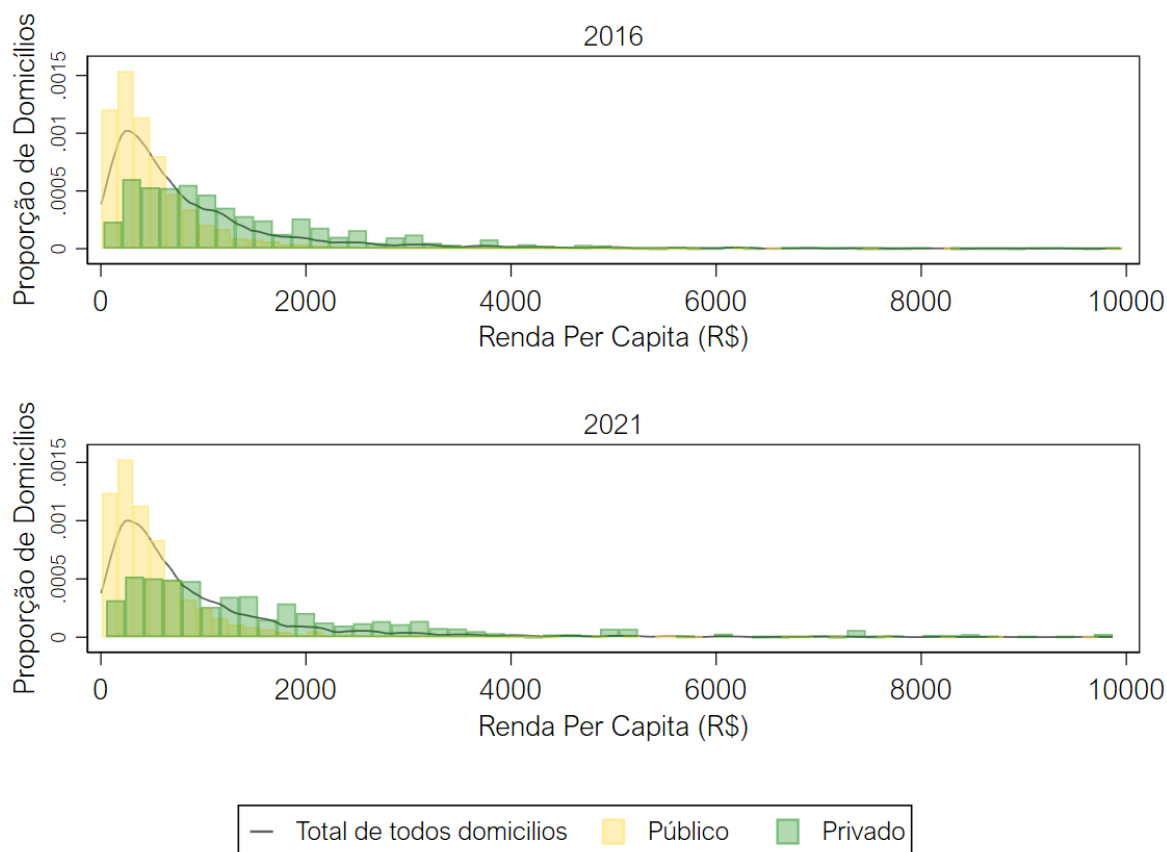
A figura 1.15 mostra a renda per capita mediana dos domicílios com estudantes no ensino básico privado do Brasil e suas regiões. A primeira constatação que pode ser feita é que as rendas per capita medianas são menores do que as médias, seja para o Brasil ou para as regiões. Ou seja, mais da metade dos domicílios tem uma renda per capita menor do que a média. Em segundo lugar, pode-se perceber que o ranking em relação à renda per capita mediana segue o padrão observado anteriormente quando se considera a renda média. Sul, Sudeste e Centro-Oeste lideram o ranking durante todo o período, enquanto Norte e Nordeste ficam abaixo da renda per capita mediana nacional.

A sequência de gráficos que seguem abaixo mostram como a renda per capita domiciliar se distribui entre os domicílios das regiões para os anos 2016 e 2021. Em cada gráfico, apresentam-se três distribuições de renda per capita: i) distribuição considerando todos os domicílios daquele lugar (incluindo todos os domicílios, mesmo aqueles onde não há estudantes), representado pela linha preta; ii) distribuição considerando apenas os domicílios que contêm estudantes do ensino básico público, representado pelas barras amarelas; e iii) distribuição considerando apenas os domicílios que contêm estudantes do ensino privado, representando pelas barras verdes.

A leitura desses gráficos é feita da seguinte forma: para cada nível de renda per capita (localizada no eixo horizontal), existe uma certa proporção de domicílios. Quanto maior for a proporção de domicílios naquela faixa de renda per

capita, mais altas serão as barras (ou valor da linha). A partir desses gráficos, é possível compreender as diferenças entre as populações com estudantes nas redes pública e privada.

Figura 1.16: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Norte



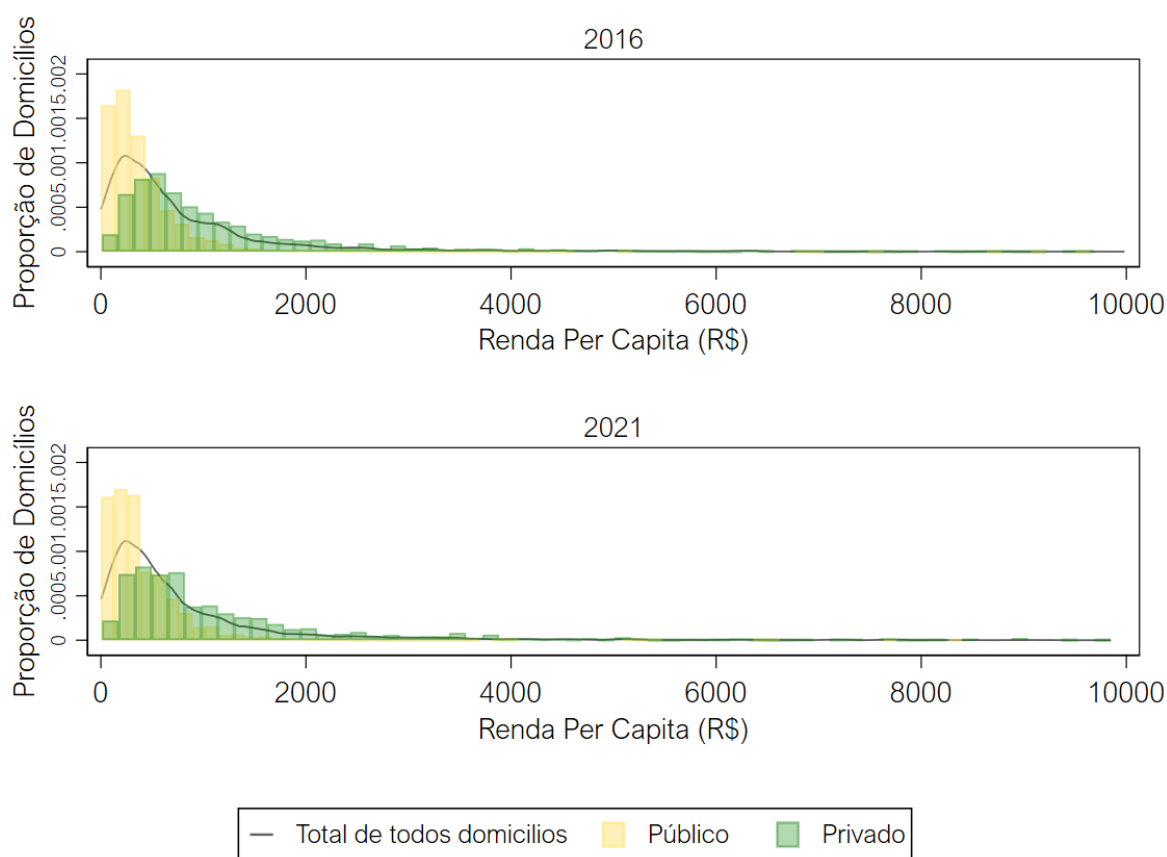
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

A figura 1.16 mostra as distribuições referentes à região Norte do Brasil. Comparando as distribuições dos domicílios com estudantes em escolas públicas com a dos domicílios com estudantes em escolas privadas, notam-se importantes diferenças. Em primeiro lugar, embora existam sobreposições nas distribuições, há uma proporção muito maior de domicílios com estudantes em escolas públicas nos níveis mais baixos de renda per capita (entre R\$ 0,00 e R\$ 1.000,00). De fato, a maior parte dos domicílios com estudantes em escola pública fica nesse

intervalo. Em contraste, a distribuição de renda entre os domicílios com estudantes no ensino privado apresenta um caráter mais uniforme, com a proporção caindo mais rapidamente a partir de R\$ 1.000,00 per capita. A partir desse valor, nota-se que as barras verdes são sempre maiores do que as barras amarelas e do que a linha preta, indicando que há maior proporção de domicílios com estudantes de ensino privado nessas faixas de renda do que nos outros dois recortes. Outro ponto que chama atenção é o fato de que, para valores superiores de renda (R\$ 2.000,00 para cima), há um predomínio quase exclusivo dos domicílios com estudantes em ensino privado. Esse padrão se manteve o mesmo entre 2016 e 2021.

Figura 1.17: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Região Nordeste

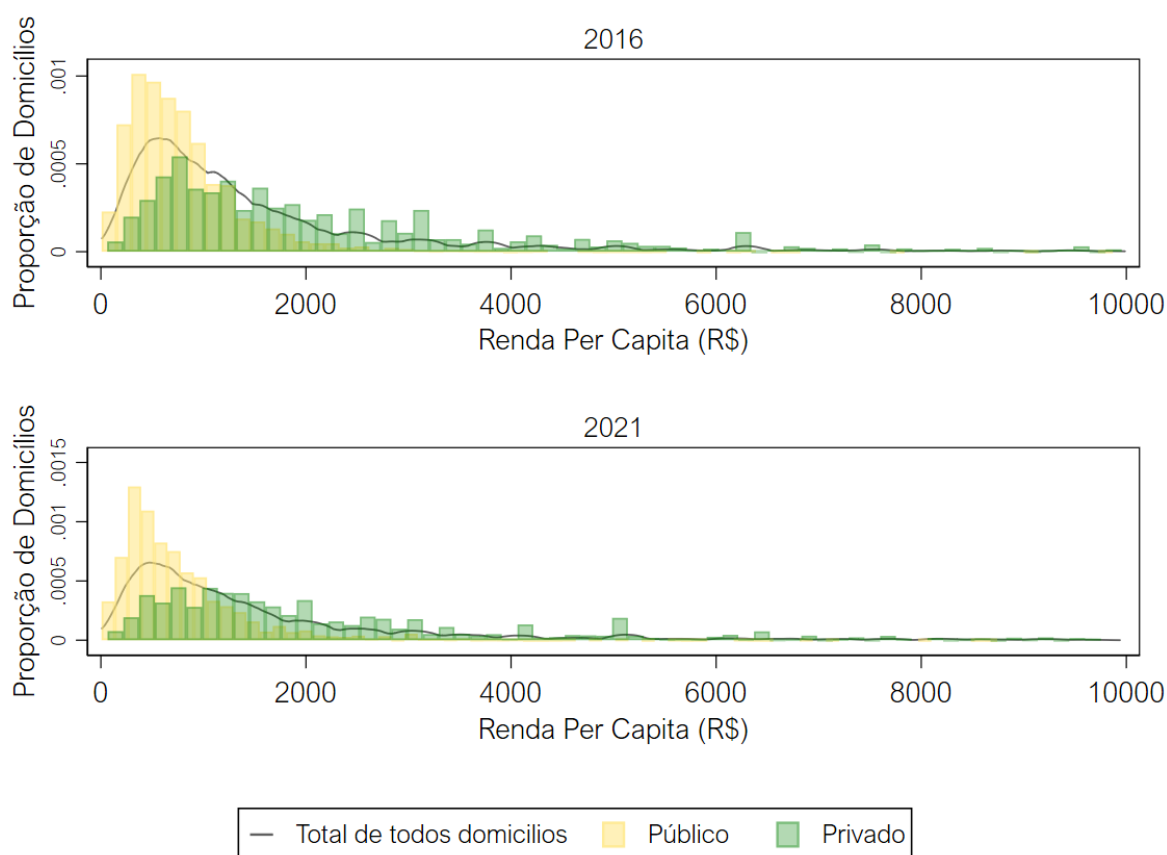


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

Na figura 1.17, apresentam-se as distribuições para a região Nordeste. Em consonância com as estatísticas anteriores, percebe-se que esta é uma região, em média, mais pobre do que as demais regiões. A distribuição de renda para nos domicílios com estudantes no ensino público é muito diferente da sua contrapartida privada. As barras amarelas mais altas estão concentradas em níveis de renda per capita muito menores, inclusive quando comparado à região Norte. As barras verdes (representando os domicílios com estudantes no ensino privado) começam a decrescer em faixas menores do que na região Norte.

Figura 1.18: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Região Sudeste



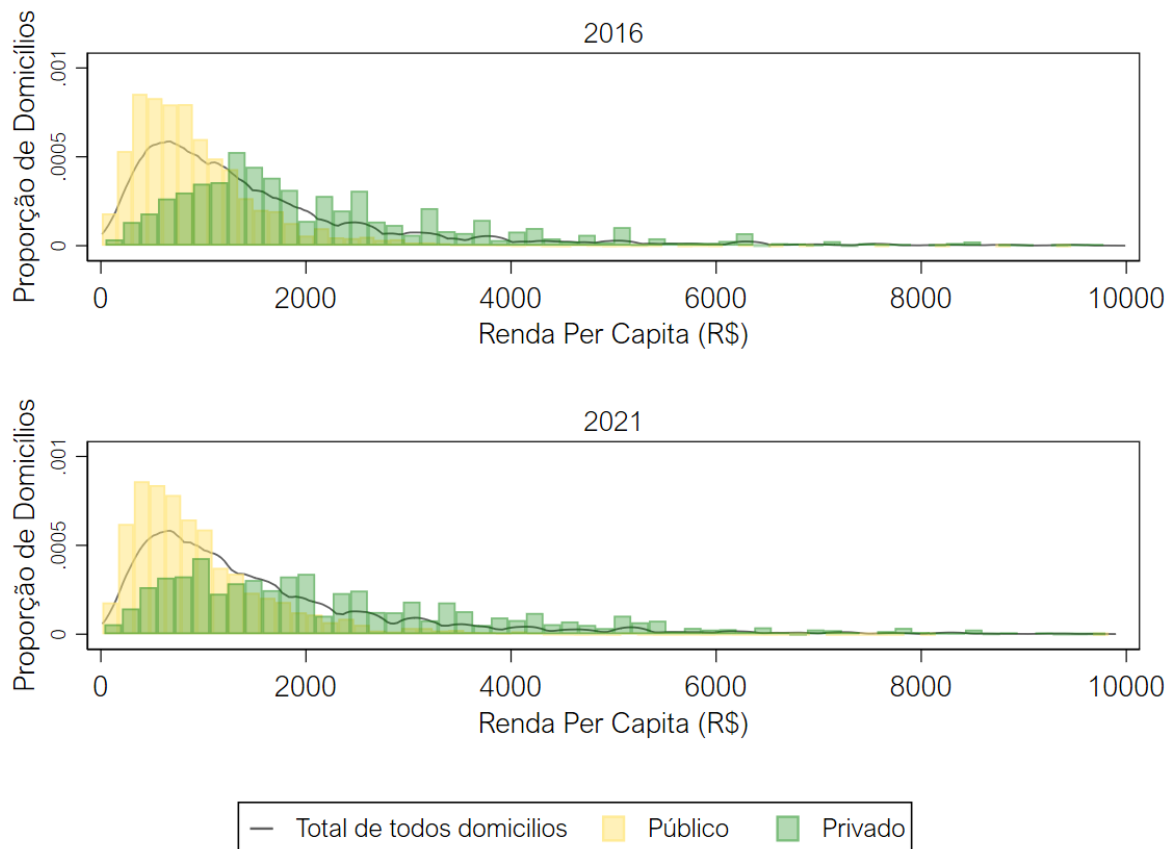
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

Olhando para a figura 1.18, nota-se um padrão destoante das demais regiões analisadas anteriormente. A distribuição de renda, na região Sudeste, para

os domicílios com estudantes no ensino público está concentrada em faixas de renda maiores do que nas regiões Norte e Nordeste. Da mesma forma, a distribuição de renda dos domicílios para estudantes do ensino privado concentra-se em faixas de renda maiores.

Figura 1.19: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Região Sul



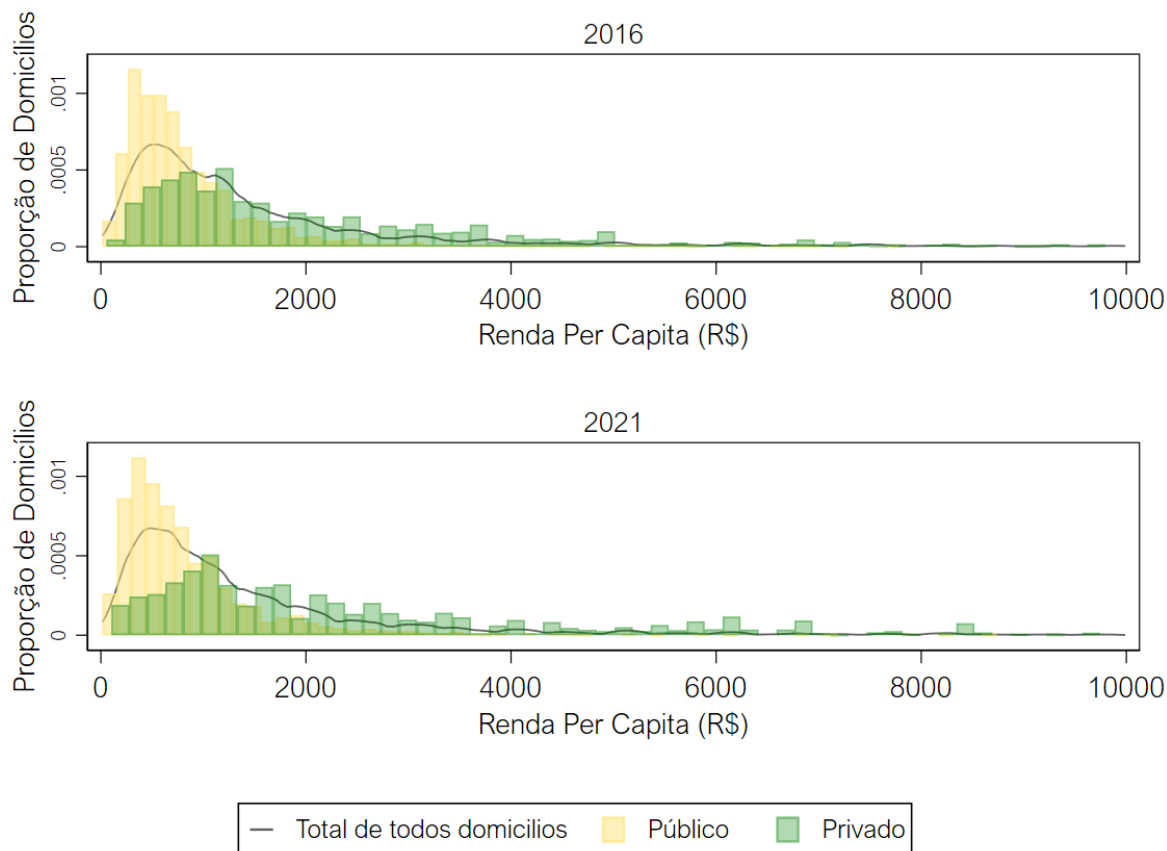
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

O padrão das distribuições observadas na região estão na figura 1.19. Assim como na região Sudeste, a distribuição de renda dos domicílios com estudantes no ensino público se concentram em faixas de renda maiores do que nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, considerando a distribuição de renda dos domicílios com estudantes no ensino privado, percebe-se que as faixas de renda que contemplam as maiores proporções de domicílios se concentram entre R\$

1.000,00 e R\$ 2.000,00. Vale apenas destacar ainda a relativa elevada proporção de domicílios em faixas de renda maiores que R\$ 2.000,00.

Figura 1.20: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino básico privado – Região Centro-oeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

Tabela 1.3: Estatísticas Descritivas da Renda dos Domicílios com Estudantes no Ensino Básico Privado (Em R\$)

	Renda Média	Renda Mediana	Renda Média	Renda Mediana
	Domic. Per Capita	Domic. Per Capita	Domic. Per Capita	Domic. Per Capita
	2016		2021	
Brasil	2.047,29	1.266,13	2.202,52	1.401,67
<i>Norte</i>	<i>1.726,95</i>	<i>1.055,67</i>	<i>1.927,73</i>	<i>1.275,95</i>
Rondônia	1.969,75	1.468,98	2.036,91	1.225,25
Acre	2.111,23	1.376,51	2.788,86	2.047,73
Amazonas	2.125,53	1.120,41	2.134,19	1.276,30
Roraima	2.499,67	1.950,34	2.661,31	2.552,61
Pará	1.336,35	931,47	1.708,62	1.112,63
Amapá	2.763,32	1.867,35	2.238,28	1.301,83
Tocantins	2.388,33	1.556,12	2.218,52	1.531,56
<i>Nordeste</i>	<i>1.257,17</i>	<i>791,94</i>	<i>1.319,05</i>	<i>768,77</i>
Maranhão	1.074,53	761,07	1.171,48	853,48
Piauí	1.549,30	889,67	1.235,19	845,64
Ceará	1.290,14	773,96	1.442,42	843,72
Rio Grande do Norte	1.340,05	846,70	1.719,69	943,02
Paraíba	1.243,96	789,83	1.173,61	751,68
Pernambuco	1.308,17	794,08	1.400,29	684,46
Alagoas	1.074,13	741,39	1.061,92	691,89
Sergipe	1.414,99	968,98	1.439,25	840,56
Bahia	1.193,13	789,62	1.214,03	743,45
<i>Sudeste</i>	<i>2.533,26</i>	<i>1.659,11</i>	<i>2.564,04</i>	<i>1.682,00</i>
Minas Gerais	1.963,33	1.345,66	2.166,39	1.428,03
Espírito Santo	2.087,37	1.518,23	2.396,96	1.632,49
Rio de Janeiro	1.915,33	1.244,34	2.268,78	1.359,19
São Paulo	3.030,96	2.004,71	2.836,31	1.881,94
<i>Sul</i>	<i>2.441,36</i>	<i>1.763,14</i>	<i>2.670,88</i>	<i>1.959,29</i>
Paraná	2.287,65	1.731,65	2.615,99	1.969,83
Santa Catarina	2.137,59	1.682,22	2.438,26	1.757,59
Rio Grande do Sul	2.804,28	1.859,27	2.877,94	2.062,41
<i>Centro-oeste</i>	<i>2.301,17</i>	<i>1.510,05</i>	<i>2.748,63</i>	<i>1.795,11</i>
Mato Grosso do Sul	2.035,72	1.621,83	2.612,70	1.692,53
Mato Grosso	2.119,25	1.572,97	2.600,71	2.151,74
Goiás	1.733,49	1.158,13	1.900,74	1.401,35
Distrito Federal	3.562,15	2.490,41	3.933,54	2.864,57

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021.

Capítulo 2

Educação Superior

Neste capítulo, são apresentadas estatísticas socioeconômicas e demográficas da população que utiliza a Educação Superior privada no Brasil. Conforme citado anteriormente, neste capítulo, os dados da Educação Superior se referem à graduação, à especialização de nível superior, ao mestrado e ao doutorado.

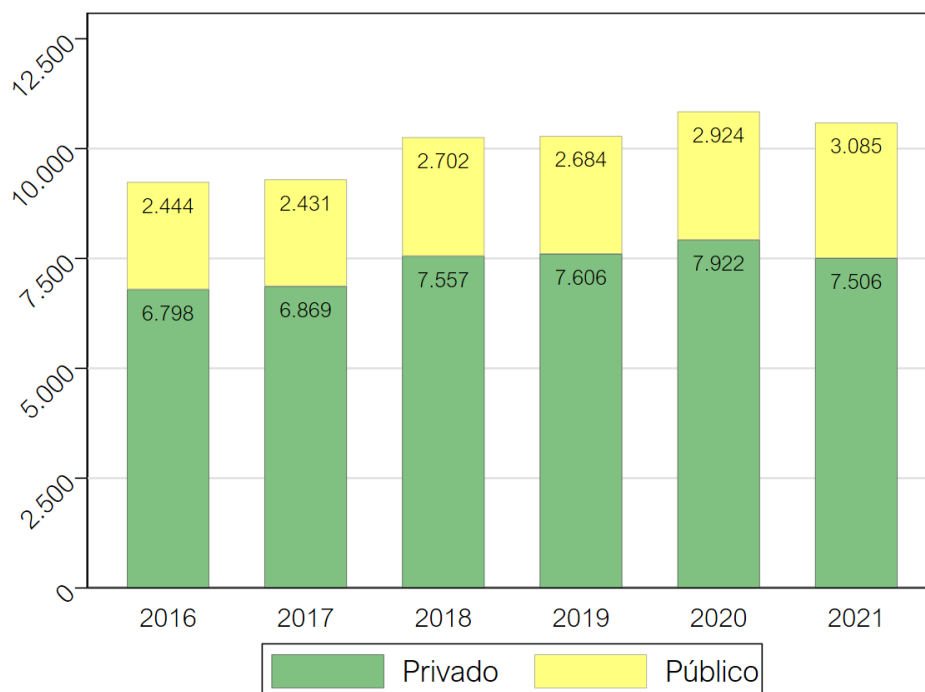
2.1 Aspectos Demográficos do Ensino Superior Privado

Dada a estimativa do IBGE de aproximadamente 213 milhões de residentes no Brasil em 2021, em torno de 5% desta população frequenta a Educação Superior (10,5 milhões de pessoas, conforme 2.1). Esse percentual de 5% é composto por 3,5% da população brasileira matriculada na rede privada e 1,5% na rede pública. Em 2016, o percentual da população brasileira matriculada na Educação Superior era de 4,4%. Dessa forma, essa proporção vem apresentando uma tendência de aumento nos últimos anos.

Ao contrário da Educação Básica, a Educação Superior tem a maioria dos estudantes matriculados na rede privada. Segundo dados da PNADc, em 2021, havia 7.506.471 alunos em IES privadas, o que representa cerca de 70% do total dos estudantes no ensino superior¹. No entanto, como se vê na figura 2.1, em relação à 2016, o número de alunos no ensino superior privado cresceu 10,4%, enquanto o número de estudantes na rede pública cresceu cerca 26,2% no mesmo período. Em relação ao ano imediatamente anterior, 2020, houve uma queda de 5,3% no ensino privado, ao passo que, no ensino público, o número de estudantes aumentou em cerca de 5,5%.

¹Conforme já mencionado, estes dados advêm de uma pesquisa amostral. Dados censitários serão apresentados na III, com base no Censo da Educação Superior.

Figura 2.1: Total de estudantes no ensino superior (em milhares)



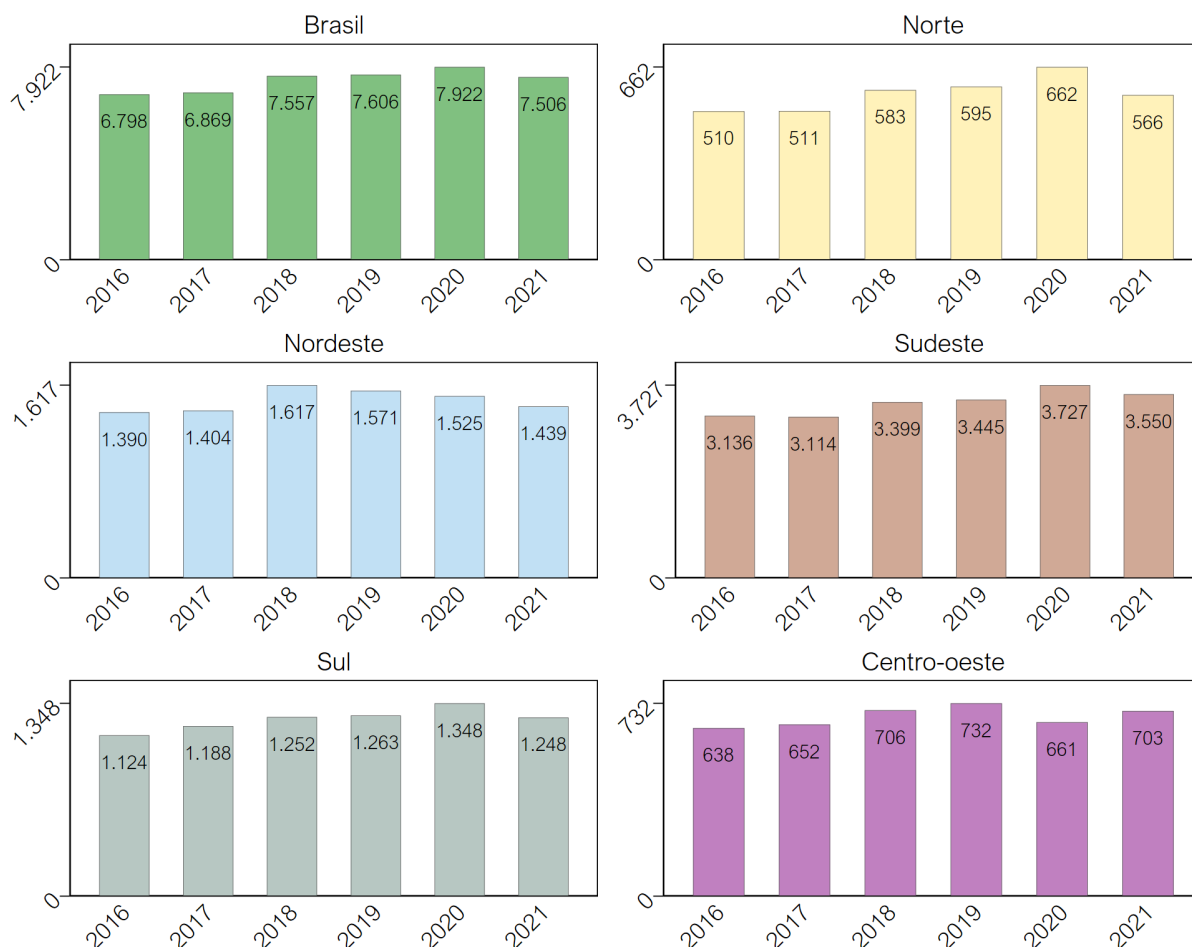
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Na figura 2.2, é possível visualizar a dinâmica do número de estudantes nas diferentes regiões do Brasil. O ensino superior privado, em todas as regiões brasileiras, acompanhou a tendência agregada de leve crescimento ao longo dos últimos cinco anos. O Sudeste apresentou crescimento de cerca de 13%, as regiões Norte e Sul apresentaram crescimento de cerca de 11%, o Centro-Oeste 10% e o Nordeste 3,5%. Nas diferentes regiões, é possível verificar uma queda no número de estudantes em 2020 ou em 2021, o que pode ser atribuído aos efeitos econômicos negativos decorrentes da pandemia.

Naturalmente, essa tendência verificada no número de estudantes ocorre de forma semelhante no número de domicílios com estudantes no ensino superior privado. No Brasil, como se verifica na figura 2.3 houve aumento na ordem de 12% no número de domicílios com estudantes na rede privada do ensino superior - passando de 6,7 milhões de domicílios em 2016 para 7,5 milhões em 2021. O Sudeste foi a região com maior aumento no número de domicílios, com cerca de 16%. A seguir, o Norte teve aumento de 15,4%, o Sul, 11,7%, o Centro-Oeste, 7,6% e o Nordeste com 4,6% de aumento no número de domicílios. Em termos percentuais, o número de domicílios com estudantes no ensino superior privado representa 9,3% dos domicílios brasileiros, segundo estimativa da PNADc para 2021. Em 2016, esse percentual era de 8,9%.

Tal como no capítulo 1, é possível estimar o total de pessoas residentes nos domicílios com estudantes na rede privada do ensino superior. De acordo com

Figura 2.2: Total de estudantes no ensino superior privado (em milhares)

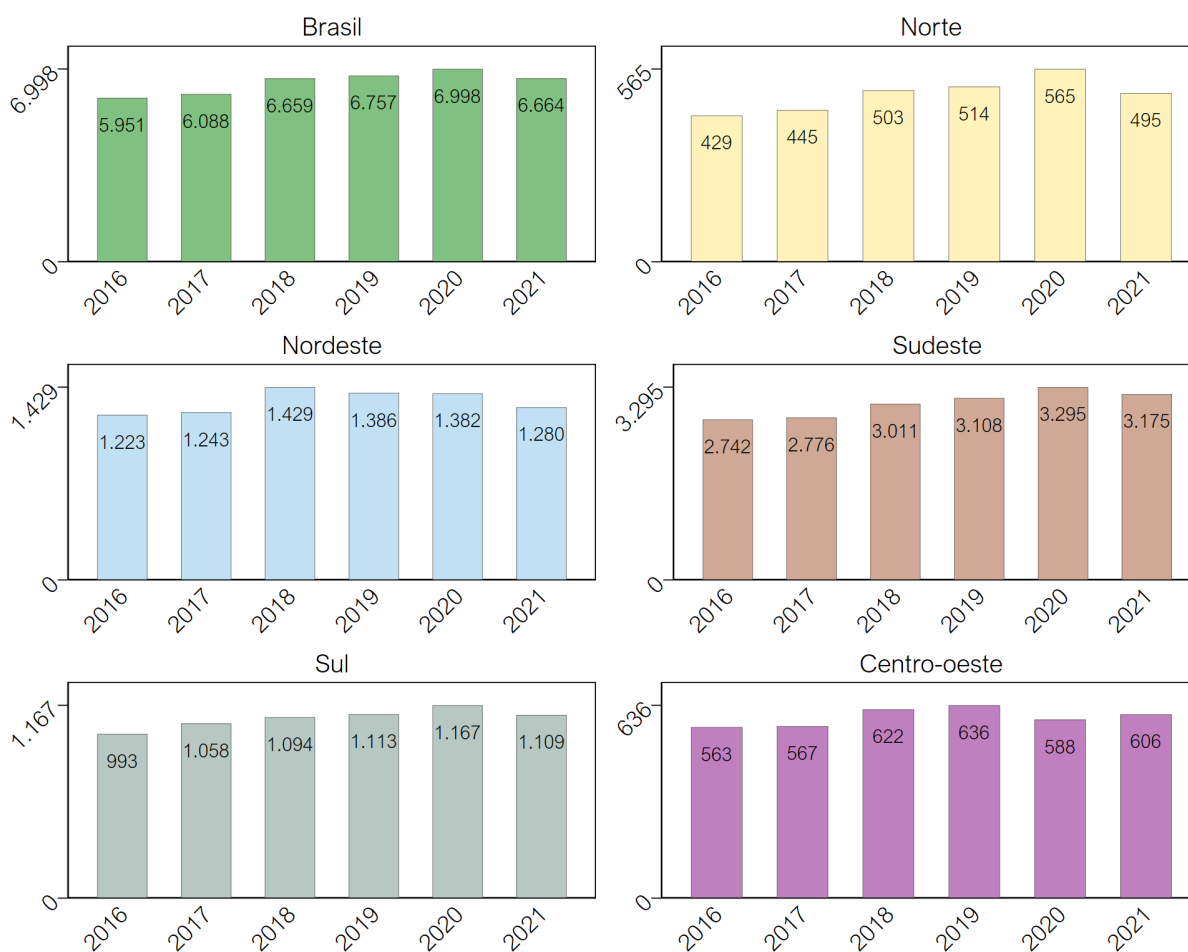


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

dados da PNADc, no Brasil, em 2021, havia cerca de 22,3 milhões de pessoas em residências com pelo menos um estudante matriculado no ensino superior privado. Esse total representa cerca de 10,5% da população brasileira. Dessa forma, o total de pessoas envolvidas na utilização da Educação Superior privada superam em aproximadamente 2,4 milhões o total de pessoas envolvidas na utilização da Educação Básica privada.

Ao contrário da tendência verificada na Educação Básica, que apresentou queda nos últimos cinco anos, o número de pessoas envolvidas na Educação Superior sofreu um aumento de cerca de 9% de 2016 para 2021. Na figura 2.4, essa tendência positiva no número de pessoas envolvidas na utilização da Educação Superior, fica evidente. Em termos percentuais em relação ao total da população brasileira, o resultado também foi de aumento, novamente na contramão da Educação Básica. A proporção de pessoas residindo em domicílios com estudan-

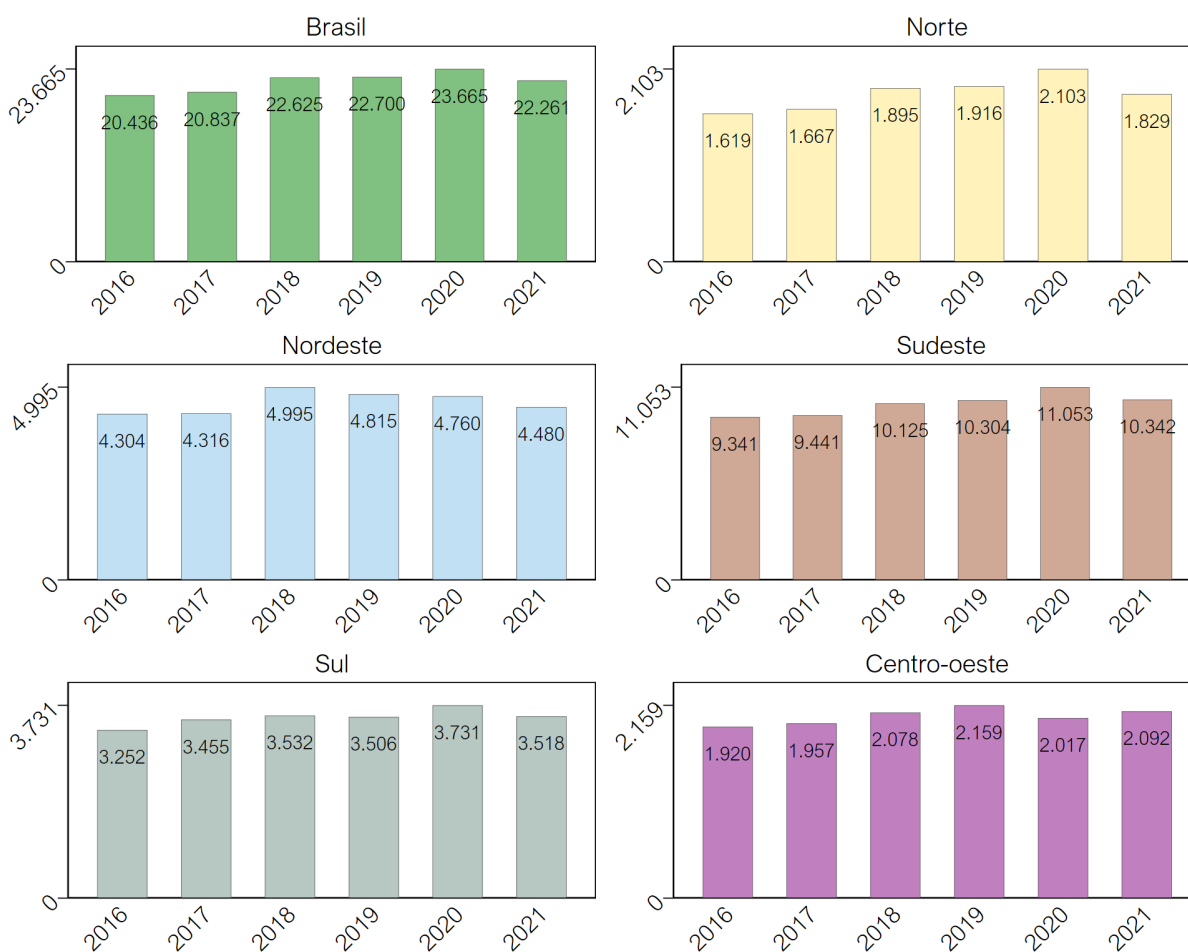
Figura 2.3: Total de domicílios com estudantes no ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

tes da Educação Superior privada passou de 9,9% para 10,5%. Considerando os recortes regionais, a região Norte apresentou o maior crescimento no período, 13,0%. A seguir, o Sudeste teve um aumento na ordem de 10,7%, o Centro-Oeste, 9,0%, o Sul, 8,2%. O Nordeste teve o menor crescimento, com 4,1% no número de pessoas residentes em domicílios com estudantes do ensino superior privado.

Figura 2.4: Total de pessoas em domicílios com estudantes no ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

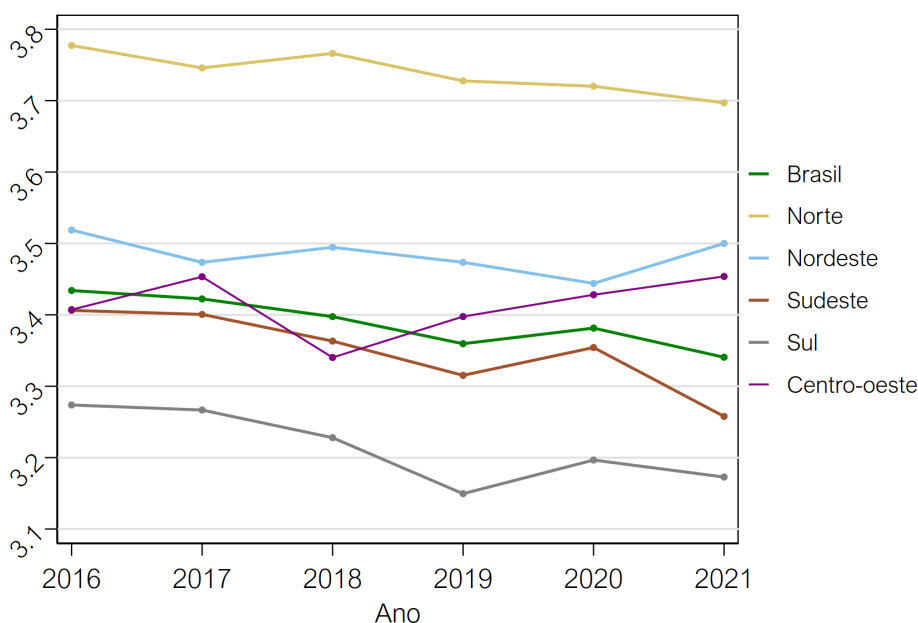
A figura 2.5 mostra o tamanho médio das famílias com estudantes na rede privada do ensino superior. Nos últimos cinco anos, o número médio de pessoas residindo nestes domicílios se manteve relativamente estável. Em 2016, a nível nacional, a média era de 3,4, ao passo que, em 2021, este número passou para 3,3. O Norte se manteve, no período, como a região com a maior média, passando de 3,8 em 2016 para 3,7 em 2021. O Sudeste e o Sul também tiveram redução na média, passando de aproximadamente 3,4 para 3,3 e de 3,3 para 3,2 neste entre 2016 e 2021, respectivamente. O Nordeste se manteve estável no patamar de 3,5 residentes por domicílio. A única região que apresentou um pequeno aumento no período foi o Centro-Oeste, cuja média passou de 3,4 para pouco mais de 3,45.

A figura 2.6 traz a média de estudantes no ensino superior privado por do-

micílio. A média brasileira oscila ao redor de 1,13 durante o período analisado. Todas as regiões apresentam médias muito similares, sempre entre 1,1 e 1,2 estudantes por domicílio. Analisando diferenças na casa dos centésimos, a região Norte se destaca como a única região cuja média ficou durante todo o período sempre acima da média nacional, e a região Sudeste se destaca por ter, na maior parte do período analisado, a menor média.

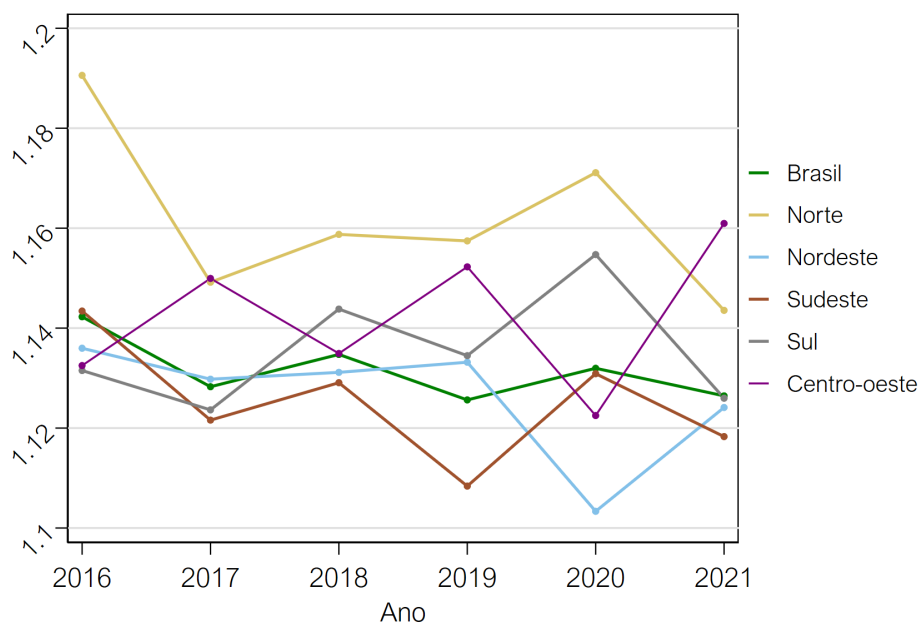
Em comparação com a Educação Básica, a média de pessoas em domicílios usuários da Educação Superior privada é menor. Enquanto a média da Educação Básica gira em torno de 3,8, a da Educação Superior fica um pouco abaixo entre 3,3 e 3,4. O mesmo ocorre com a média de estudantes por domicílio: na Educação Básica privada, essa média fica entre 1,22 e 1,26; já na Educação Superior, fica entre 1,12 e 1,14.

Figura 2.5: Média de pessoas em domicílios usuários do ensino superior privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Figura 2.6: Média de estudantes em domicílios usuários do ensino superior privado

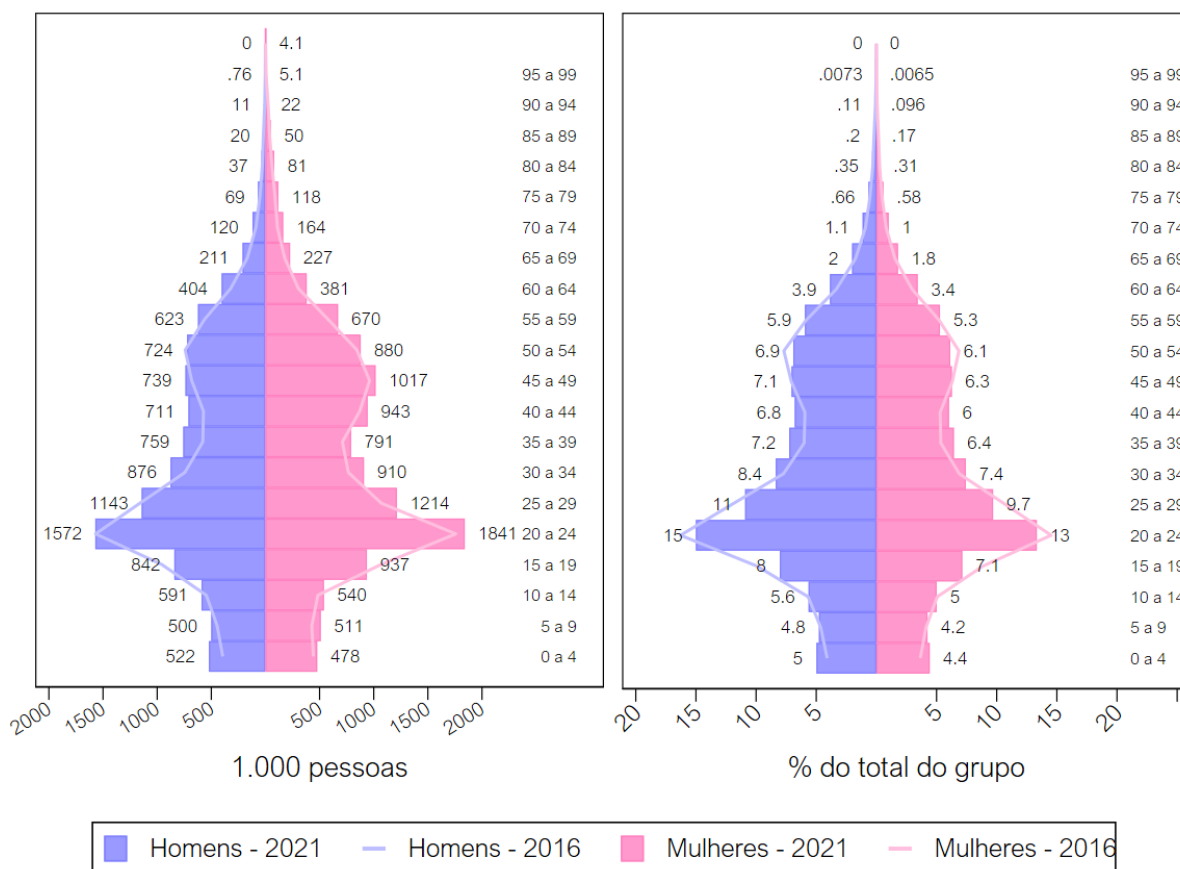


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

A figura 2.7 mostra a pirâmide etária da população brasileira residente em domicílios com estudantes do ensino superior da rede privada para os anos de 2016 e 2021. Assim, como no capítulo da Educação Básica, o gráfico da esquerda mostra a distribuição do número de homens (na cor azul) e de mulheres (na cor rosa) por faixas de idade de cinco anos. Já o gráfico da direita, por sua vez, apresenta a proporção que aquele total por faixa representa para cada sexo. As linhas indicam os valores em 2016, e as barras indicam os valores em 2021.

Pela figura 2.7, observa-se que a pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado se diferencia bastante daquela apresentada no capítulo anterior referente à Educação Básica privada. Vale lembrar que a pirâmide referente à Educação Básica é bimodal, apresentando maior concentração em dois pontos da pirâmide, de 5 a 19 anos e de 35 a 49 anos, e estreitamento quanto mais longe destas faixas etárias. Enquanto isso, a pirâmide referente à Educação Superior privada apresenta apenas um ponto de concentração, na faixa etária de 20 a 24 anos. Essa faixa etária representa 15% dos homens em domicílios com estudantes e 13% das mulheres. As faixas etárias de 25 a 29 anos também se destaca com percentuais próximos a 10% em cada um dos sexos. Nas demais faixas etárias, não percebemos um estreitamento, mas uma uniformidade, com cada faixa etária representando em torno de 5% a 7% da população de cada sexo, com algumas pequenas variações para mais ou para menos. Apenas depois de 60 anos, a pirâmide etária se estreita.

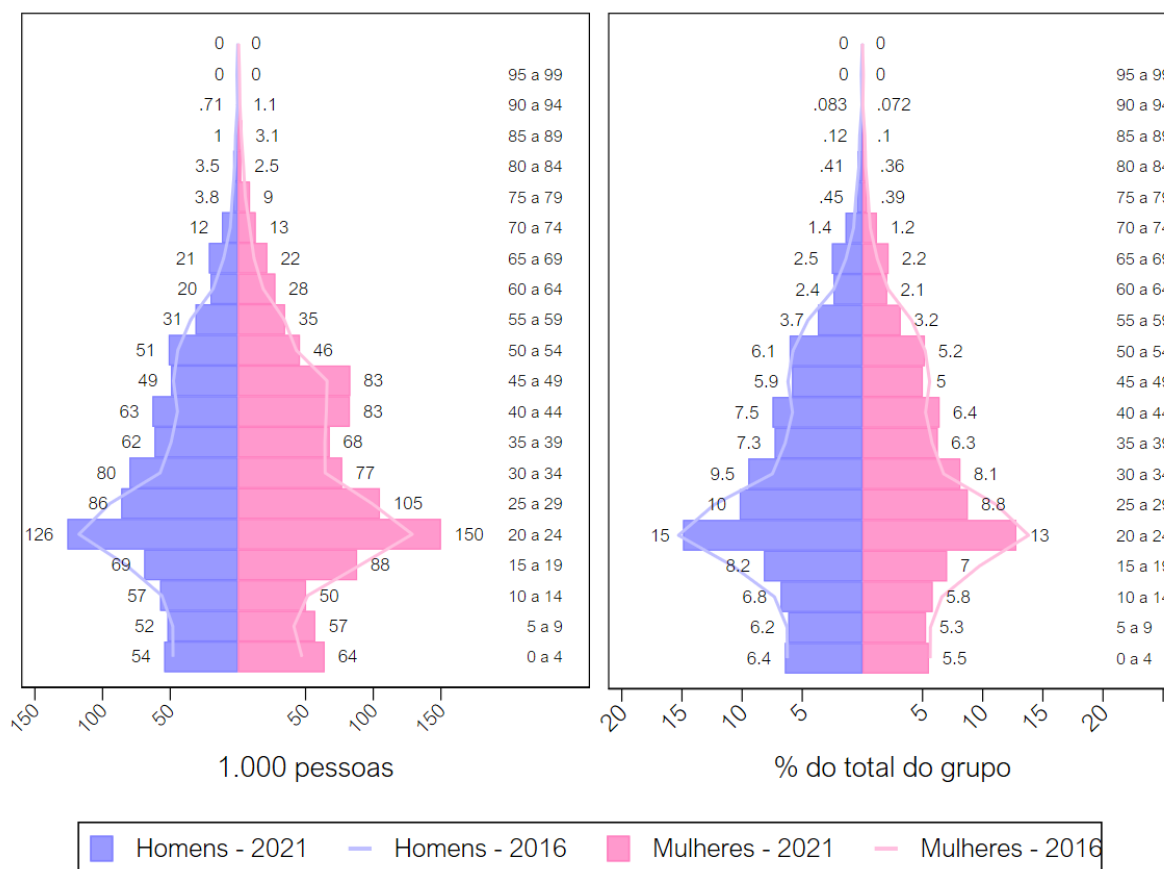
Figura 2.7: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Brasil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

A figura 2.8 traz a pirâmide etária para a região Norte. Ela segue um padrão similar à pirâmide do Brasil, mas com algumas peculiaridades. Assim como a pirâmide nacional, o ponto de concentração se dá na faixa etária de 20 a 24 anos, a qual representa o mesmo percentual de 15% dos homens e de 13% das mulheres. As faixas etárias de 15 a 19 anos e 30 a 34 anos se destacam juntamente com a faixa etária de 25 a 29 anos, com porcentagens próximas a 10% de cada um dos sexos. As demais faixas etárias novamente representam em torno de 5% a 7% de cada um dos grupos até os 55 anos. O achatamento da pirâmide da região Norte se inicia um pouco antes, aos 55 anos em vez de aos 60, em comparação com a do país como um todo.

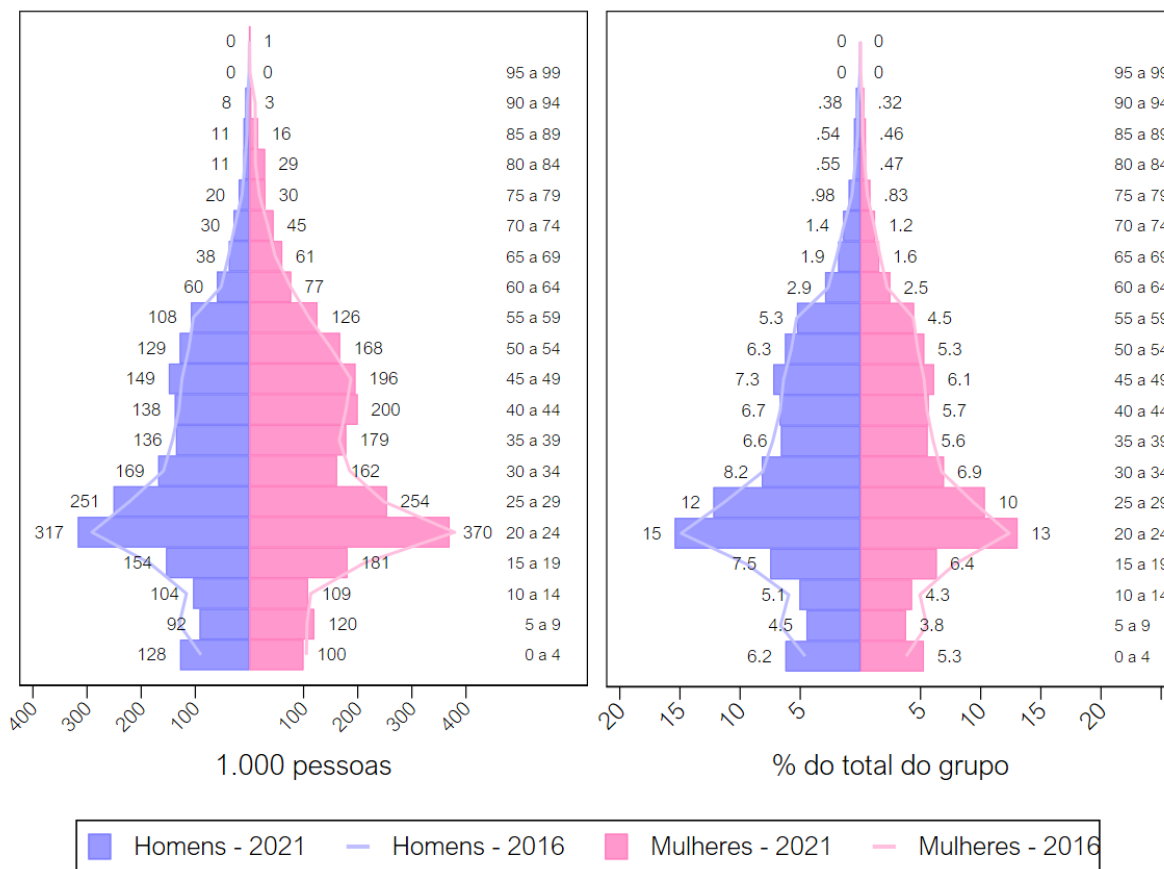
Figura 2.8: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Norte



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

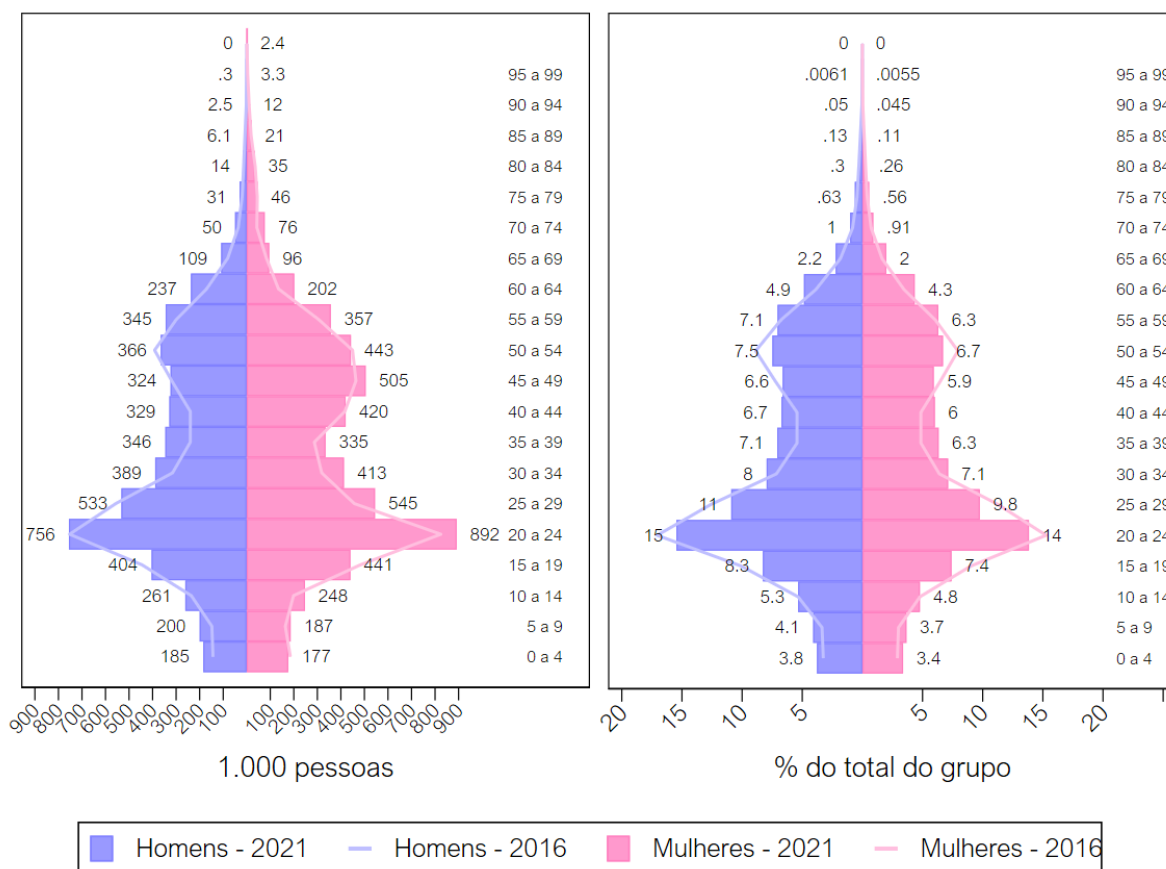
As regiões Nordeste e Sudeste, representadas nas figuras 2.9 e 2.10, seguem um padrão também muito similar à pirâmide nacional. Como as pirâmides apresentadas anteriormente, a concentração de indivíduos ocorre novamente na faixa etária dos 20 a 24 anos, a qual representa, na região Nordeste, mais uma vez 15% dos homens e 13% das mulheres em domicílios com estudantes no ensino superior privado, e, na região Sudeste, 15% dos homens e 14% das mulheres. Desta vez, a faixa de 25 a 29 anos representa um percentual muito próximo ou superior a 10% para cada um dos sexos. As demais faixas etárias ficam novamente próximas de 5% a 7% dos sexos masculino e feminino, com algumas variações para mais ou para menos. O estreitamento da pirâmide ocorre a partir do 60 anos, assim como a pirâmide do Brasil.

Figura 2.9: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Nordeste



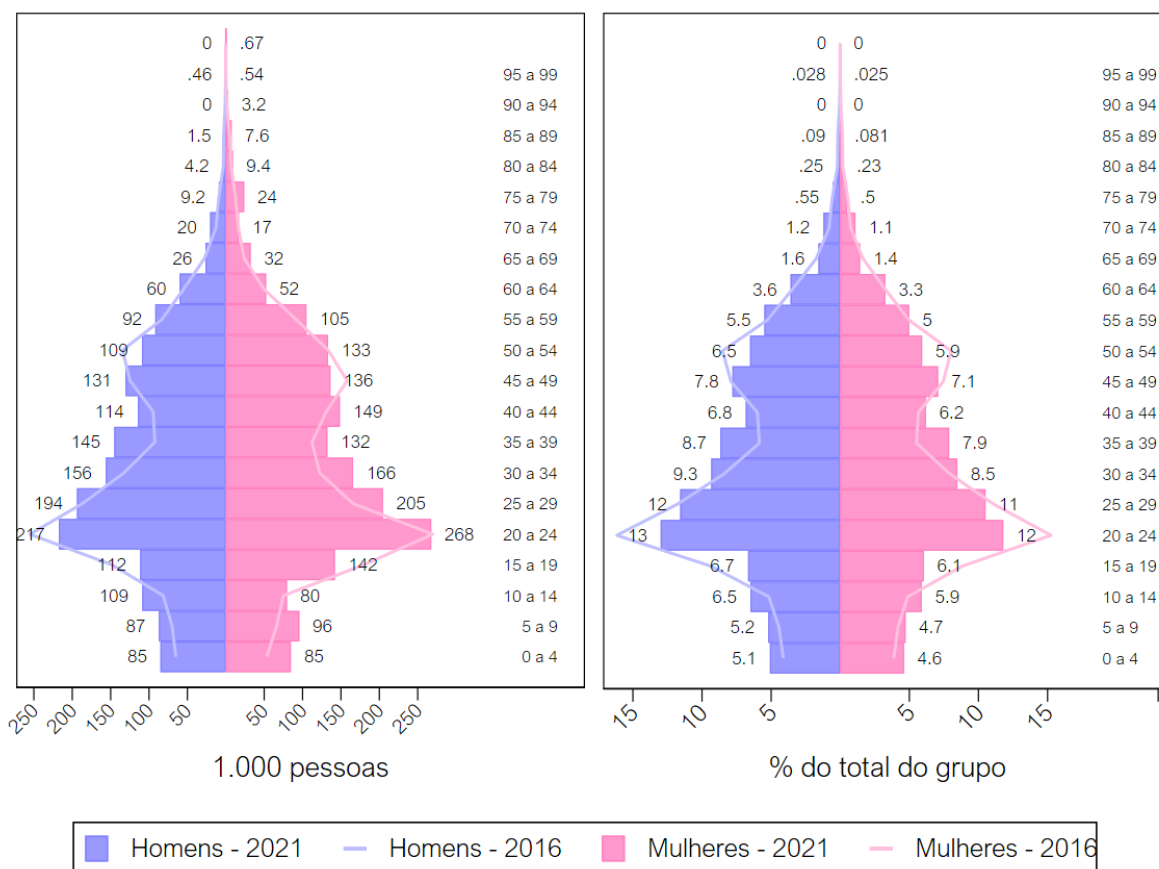
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Figura 2.10: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Sudeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

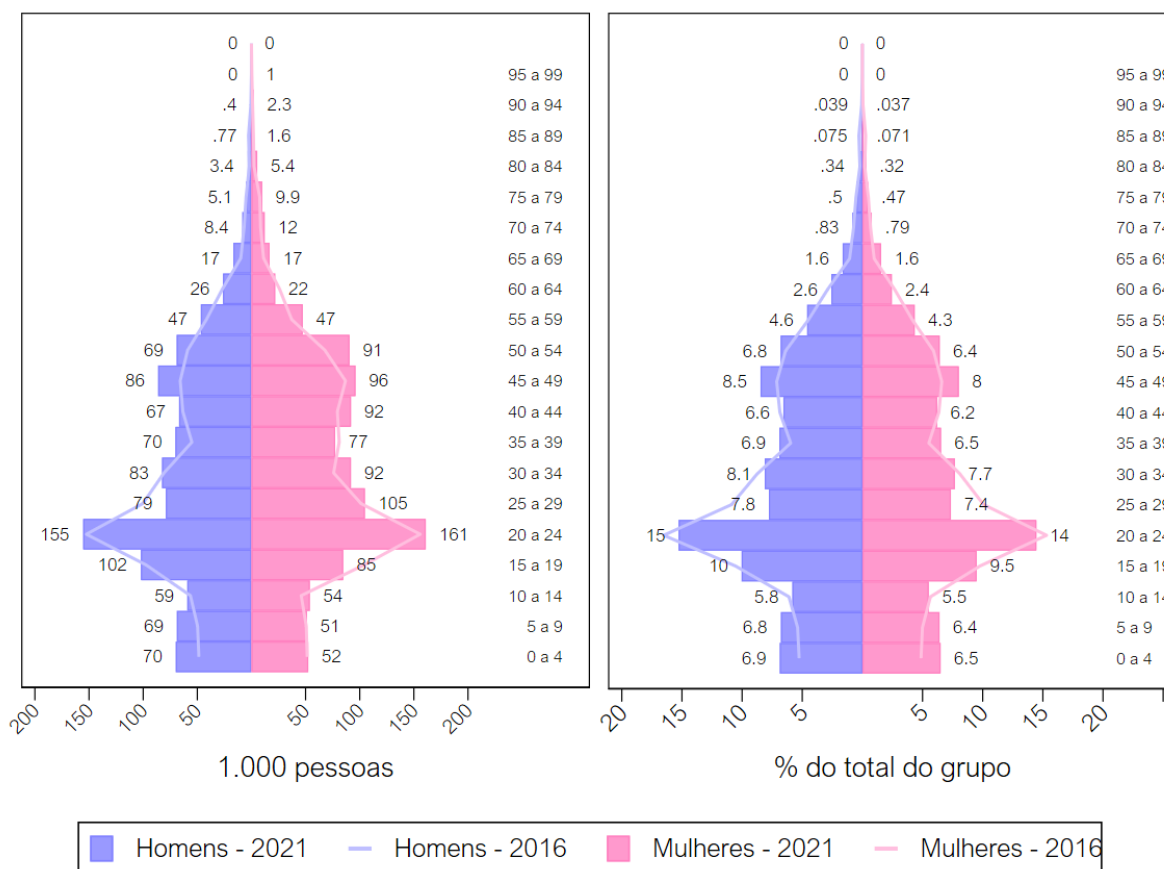
Figura 2.11: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Sul



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

A região Sul, representa na figura 2.11, possui uma concentração não apenas na faixa etária de 20 a 24 anos, mas a concentração de indivíduos se estende também nas faixas etárias de 25 a 29 anos, 30 a 34 anos e 35 a 39 anos. Cada uma dessas faixas etárias representa de 7,9% a 13% dos indivíduos de cada um dos sexos. Somadas estas faixas etárias, esse grupo representa 43,0% do total de homens e 39,4% do total de mulheres (em torno de uns 3 pontos percentuais a mais que a proporção nacional).

Figura 2.12: Pirâmide etária da população residente em domicílios com estudantes no ensino superior privado – Região Centro-Oeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Por fim, a figura 2.14 apresenta a pirâmide etária da região Centro-Oeste. Mais uma vez, a concentração de indivíduos em domicílios com estudantes no ensino superior privado ocorre na faixa etária de 20 a 24 anos, representando 15% do total de homens nestes domicílios na região e 14% das mulheres. A segunda faixa etária com maior proporção é a de 15 a 19 anos, diferente das demais regiões, nas quais a segunda faixa etária com maior concentração é de 25 a 29 anos. Assim como a região Norte, na região Centro-Oeste, o estreitamento da pirâmide para iniciar aos 55 anos. Outra peculiaridade da região Centro-Oeste é que o percentual de crianças, de 0 a 14 anos, é o maior entre todas as regiões, alcançando 19,5% do sexo masculino e 18,4% do sexo feminino.

As tabelas 2.1 e 2.2 trazem as informações demográficas do Brasil, regiões e UFs para os anos de 2016 e 2021, respectivamente. Assim como ocorre na Educação Básica, a região Sudeste concentra a maior parte dos estudantes da Educação Superior privada, totalizando cerca de 3,6 milhões em 2021, quase metade dos estudantes do Brasil. Apenas o estado de São Paulo sozinho possui

2 milhões de matrículas no ensino superior privado, o que representa mais do que todas as demais regiões isoladas e mais do que um quarto do total do país. A segunda região com mais estudantes no ensino superior privado é novamente a região Nordeste, na qual o estado da Bahia se destaca como o maior.

Comparando 2021 com 2016, percebe-se que apenas sete UFs apresentaram perdas no número de estudantes no ensino superior privado: Amazonas (-20,4%), Rio Grande do Norte (-19,4%), Mato Grosso (-10,1%), Minas Gerais (-9,1%), Bahia (-4,4%), Santa Catarina (-2,5%) e Pernambuco (-1,5%). Amapá e Alagoas apresentam uma estabilidade no número de estudantes, enquanto as demais 18 UFs apresentaram ganhos significativos a partir de 4,8% como o estado do Tocantins até 55,8% como o estado do Rio de Janeiro.

As demais informações apresentadas, como número de domicílios e total de pessoas em domicílios com estudantes do ensino superior privado, seguem padrão semelhante.

Tabela 2.1: Estatísticas populacionais descritivas do ensino superior privado - 2016

Região	Estudantes no Ensino Privado	Domicílios com Estudantes	Pessoas nos Domicílios	Média de Pessoas nos Domicílios	Média de Estudantes nos Domicílios	Média de Anos de Estudo dos Chefes de Domic.
Brasil	6.797.542	5.950.925	20.435.936	3,434	1,142	11,729
<i>Norte</i>	<i>510.305</i>	<i>428.619</i>	<i>1.619.015</i>	<i>3,777</i>	<i>1,191</i>	<i>11,719</i>
Rondônia	67.075	57.718	194.588	3,371	1,162	11,349
Acre	30.201	26.014	96.042	3,692	1,161	11,599
Amazonas	128.084	105.140	420.270	3,997	1,218	11,969
Roraima	17.508	15.498	59.806	3,859	1,130	11,907
Pará	187.609	156.883	599.333	3,820	1,196	11,615
Amapá	30.449	25.623	106.424	4,153	1,188	11,702
Tocantins	49.379	41.742	142.553	3,415	1,183	12,008
<i>Nordeste</i>	<i>1.389.505</i>	<i>1.223.177</i>	<i>4.304.037</i>	<i>3,519</i>	<i>1,136</i>	<i>11,297</i>
Maranhão	145.099	124.540	472.536	3,794	1,165	11,205
Piauí	71.158	65.378	245.693	3,758	1,088	10,766
Ceará	233.453	205.256	739.793	3,604	1,137	10,566
Rio Grande do Norte	77.600	67.856	249.146	3,672	1,144	11,142
Paraíba	88.538	79.989	275.842	3,449	1,107	11,599
Pernambuco	232.568	208.262	726.894	3,490	1,117	11,414
Alagoas	74.176	62.914	226.685	3,603	1,179	10,563
Sergipe	59.771	49.119	172.196	3,506	1,217	11,948
Bahia	407.142	359.863	1.195.251	3,321	1,131	11,778
<i>Sudeste</i>	<i>3.135.659</i>	<i>2.742.357</i>	<i>9.341.188</i>	<i>3,406</i>	<i>1,143</i>	<i>11,832</i>
Minas Gerais	757.036	653.950	2.205.938	3,373	1,158	11,365
Espirito Santo	132.742	117.970	394.883	3,347	1,125	11,766
Rio de Janeiro	449.687	401.068	1.353.196	3,374	1,121	12,222
São Paulo	1.796.193	1.569.369	5.387.171	3,433	1,145	11,932
<i>Sul</i>	<i>1.124.012</i>	<i>993.370</i>	<i>3.252.057</i>	<i>3,274</i>	<i>1,132</i>	<i>11,943</i>
Paraná	369.175	330.266	1.116.143	3,380	1,118	12,144
Santa Catarina	295.278	260.250	837.031	3,216	1,135	11,676
Rio Grande do Sul	459.559	402.854	1.298.883	3,224	1,141	11,950
<i>Centro-oeste</i>	<i>638.061</i>	<i>563.403</i>	<i>1.919.639</i>	<i>3,407</i>	<i>1,133</i>	<i>11,795</i>
Mato Grosso do Sul	104.013	91.362	307.419	3,365	1,138	11,714
Mato Grosso	123.337	109.335	374.195	3,422	1,128	11,452
Goiás	244.059	216.455	729.688	3,371	1,128	11,406
Distrito Federal	166.653	146.252	508.337	3,476	1,139	12,676

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Tabela 2.2: Estatísticas populacionais descritivas do ensino superior privado - 2021

Região	Estudantes no Ensino Privado	Domicílios com Estudantes	Pessoas nos Domicílios	Média de Pessoas nos Domicílios	Média de Estudantes nos Domicílios	Média de Anos de Estudo dos Chefes de Domic.
Brasil	7.506.471	6.663.861	22.261.312	3,341	1,126	12,784
<i>Norte</i>	<i>565.871</i>	<i>494.836</i>	<i>1.829.414</i>	<i>3,697</i>	<i>1,144</i>	<i>12,157</i>
Rondônia	76.327	65.582	210.428	3,209	1,164	12,414
Acre	35.286	30.335	111.827	3,686	1,163	12,410
Amazonas	101.991	87.897	338.812	3,855	1,160	12,638
Roraima	18.777	17.014	61.453	3,612	1,104	13,070
Pará	251.288	221.480	828.605	3,741	1,135	11,452
Amapá	30.461	25.557	101.594	3,975	1,192	12,955
Tocantins	51.741	46.970	176.695	3,762	1,102	13,296
<i>Nordeste</i>	<i>1.438.950</i>	<i>1.280.065</i>	<i>4.480.270</i>	<i>3,500</i>	<i>1,124</i>	<i>12,099</i>
Maranhão	160.654	139.137	495.740	3,563	1,155	11,892
Piauí	109.078	95.359	347.946	3,649	1,144	11,167
Ceará	245.152	222.071	757.930	3,413	1,104	11,954
Rio Grande do Norte	62.369	59.651	199.425	3,343	1,046	12,611
Paraíba	99.941	89.119	309.194	3,469	1,121	12,293
Pernambuco	229.105	209.414	697.409	3,330	1,094	12,698
Alagoas	75.249	68.067	243.646	3,579	1,106	12,277
Sergipe	68.294	58.229	209.315	3,595	1,173	12,586
Bahia	389.107	339.015	1.219.664	3,598	1,148	11,911
<i>Sudeste</i>	<i>3.550.029</i>	<i>3.174.503</i>	<i>10.341.735</i>	<i>3,258</i>	<i>1,118</i>	<i>13,027</i>
Minas Gerais	688.313	621.857	2.038.917	3,279	1,107	12,367
Espírito Santo	160.709	141.659	481.344	3,398	1,134	12,885
Rio de Janeiro	700.797	628.267	1.969.092	3,134	1,115	13,481
São Paulo	2.000.210	1.782.719	5.852.383	3,283	1,122	13,108
<i>Sul</i>	<i>1.248.439</i>	<i>1.108.761</i>	<i>3.517.916</i>	<i>3,173</i>	<i>1,126</i>	<i>13,008</i>
Paraná	465.667	411.304	1.322.387	3,215	1,132	13,047
Santa Catarina	287.790	259.002	856.575	3,307	1,111	12,598
Rio Grande do Sul	494.982	438.454	1.338.953	3,054	1,129	13,212
<i>Centro-oeste</i>	<i>703.181</i>	<i>605.697</i>	<i>2.091.978</i>	<i>3,454</i>	<i>1,161</i>	<i>13,057</i>
Mato Grosso do Sul	113.165	98.358	333.507	3,391	1,151	13,167
Mato Grosso	110.940	103.634	351.734	3,394	1,070	12,831
Goiás	276.674	235.879	833.926	3,535	1,173	12,655
Distrito Federal	202.403	167.825	572.811	3,413	1,206	13,699

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

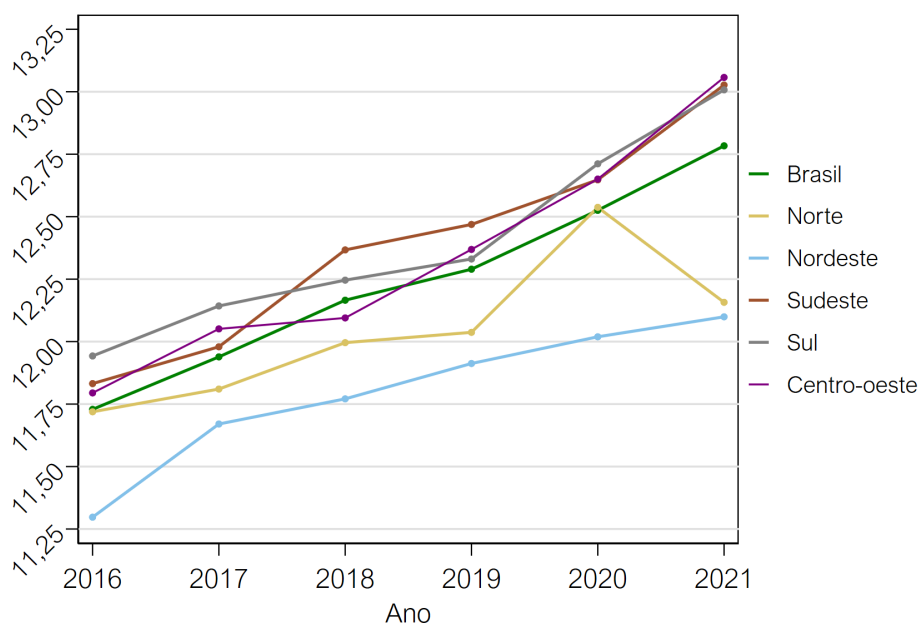
2.2 Aspectos Socioeconômicos do Ensino Superior Privado

Nesta seção, são descritos aspectos socioeconômicos do Ensino Superior privado. Assim como na seção 1.2, são abordados a média de anos de estudos dos chefes de domicílios com estudantes no ensino superior, as rendas médias e medianas per capita e, por último, a distribuição de renda.

A figura 2.13 mostra a média de anos de estudo dos chefes dos domicílios com estudantes no ensino superior privado para o Brasil e para suas regiões. Considerando as médias para o Brasil, percebe-se que elas são menores do que os valores observados para os chefes de domicílio da Educação Básica. Enquanto a média para o ensino superior é de aproximadamente 12,8 anos em 2021, para o ensino básico nesse mesmo ano a média foi de 13,3%. No entanto, de forma similar ao observado no ensino básico, constata-se que a variação na média de anos

de estudo para o Brasil entre 2016 e 2021 foi de aproximadamente 1 ano. Por último, cabe destacar que as diferenças regionais observadas no ensino básico também se manifestam no ensino superior. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão acima da média nacional, enquanto as regiões Norte e Nordeste se encontram abaixo da média, com esta última tendo a menor das médias entre as regiões.

Figura 2.13: Média de anos de estudo dos chefes dos domicílios com estudantes no ensino superior privado

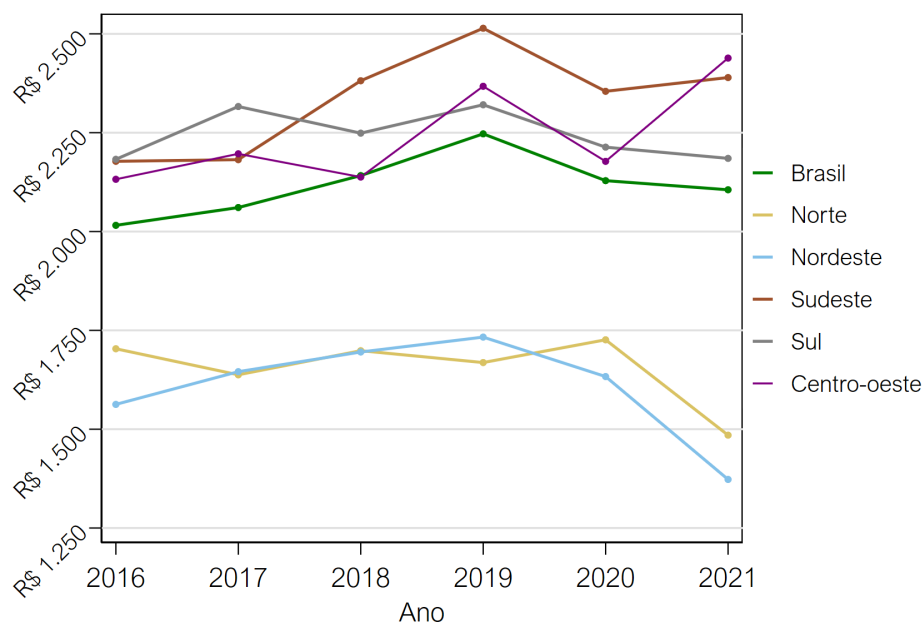


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021.

A figura 2.14 mostra a renda per capita média dos domicílios com estudantes no ensino superior privado. A evolução da renda per capita média do Brasil está representada pela linha verde. Nela, pode-se destacar que, em 2016, a renda per capita média no Brasil era de um pouco mais de R\$ 2.000,00 e que, 5 anos depois, ela teve um incremento de aproximadamente 4,5%. Ou seja, o aumento de renda para esse grupo foi inferior ao observado no ensino básico privado. Além disso, destaca-se que o padrão de heterogeneidade regional se mantém o mesmo do ensino básico. Novamente, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão acima da média nacional. Em 2021, Sudeste e Centro-Oeste apresentavam as rendas per capita mais altas, com a região Sul aparecendo em terceiro lugar. Abaixo da média nacional, se encontram as regiões Nordeste e Norte.

Figura 2.14: Renda per capita média dos domicílios com estudantes no ensino superior privado

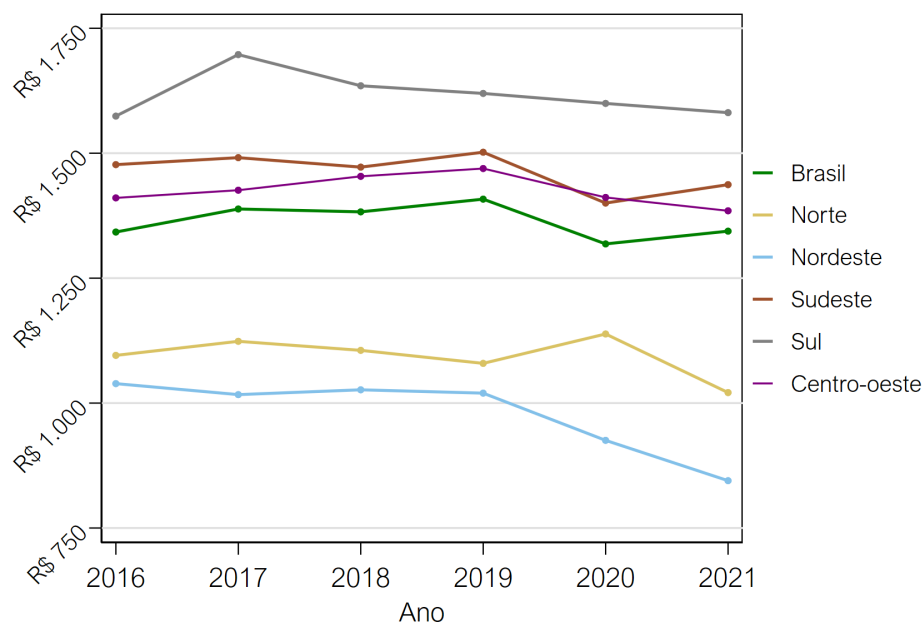


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021.

A figura 2.15 apresenta as rendas per capita medianas para o Brasil e suas regiões. Assim como observado no caso do ensino básico, as medianas são menores do que as médias, indicando que mais da metade dos domicílios tem uma renda menor do que média. Considerando a trajetória temporal das rendas per capita medianas, cabe destacar que elas não apresentaram uma tendência clara de alta nem de queda, à exceção da região Nordeste. Por exemplo, a renda do Brasil apresentou estabilidade ao longo do período analisado.

Figura 2.15: Renda per capita mediana dos domicílios com estudantes no ensino superior privado

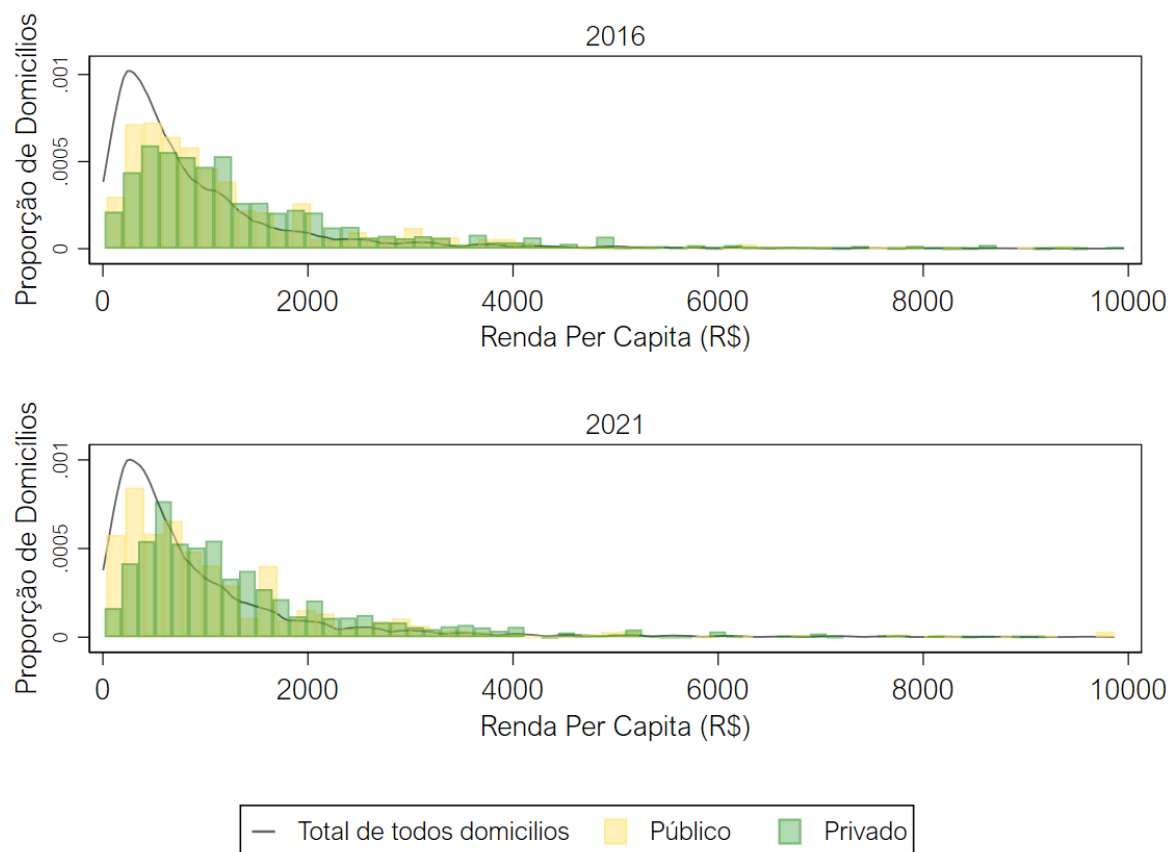


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021.

As figuras abaixo mostram a distribuição de renda per capita para três grupos de domicílios. A forma de leitura e interpretação são idênticas às descritas na seção 1.2. Além dos padrões já mencionados sobre diferenciais de renda entre regiões, com Nordeste e Norte tendo uma maior concentração de domicílios nas faixas mais baixas de renda, a maior lição que pode ser tomada a partir da análise das figuras 2.16 até 2.20 é de que as distribuições de renda para os domicílios com estudantes no ensino privado e público apresentam uma grande semelhança entre si. Note que tal fato não é observado quando se olha para o ensino básico, pelo contrário. No grupo de ensino básico, há uma clara diferença entre o privado e público: domicílios que usam educação pública tem sua renda concentrada em níveis mais baixos do que domicílios que usam a educação privada. Já no caso dos grupos referentes ao ensino superior, as distribuições do público e privado se sobrepõe. Isso sugere que o perfil de renda das famílias tende a ser o mesmo, em média.

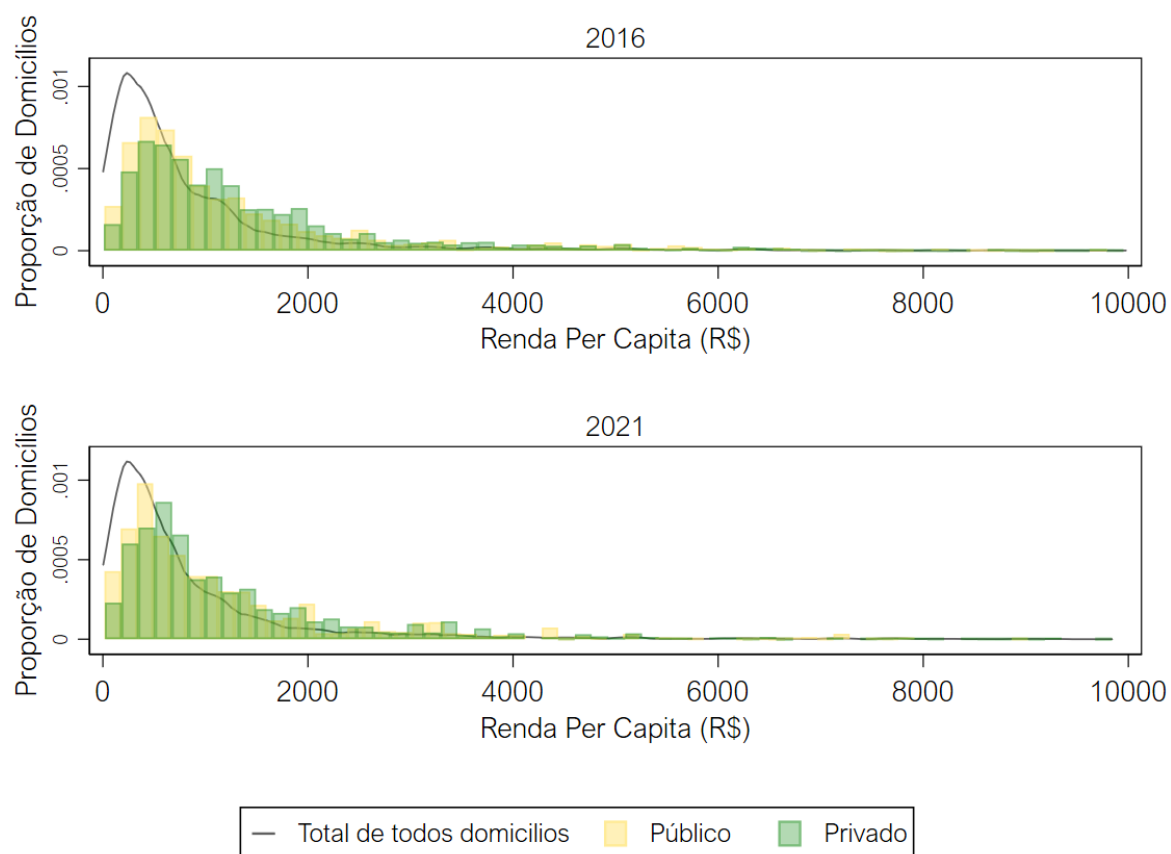
Figura 2.16: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Norte



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

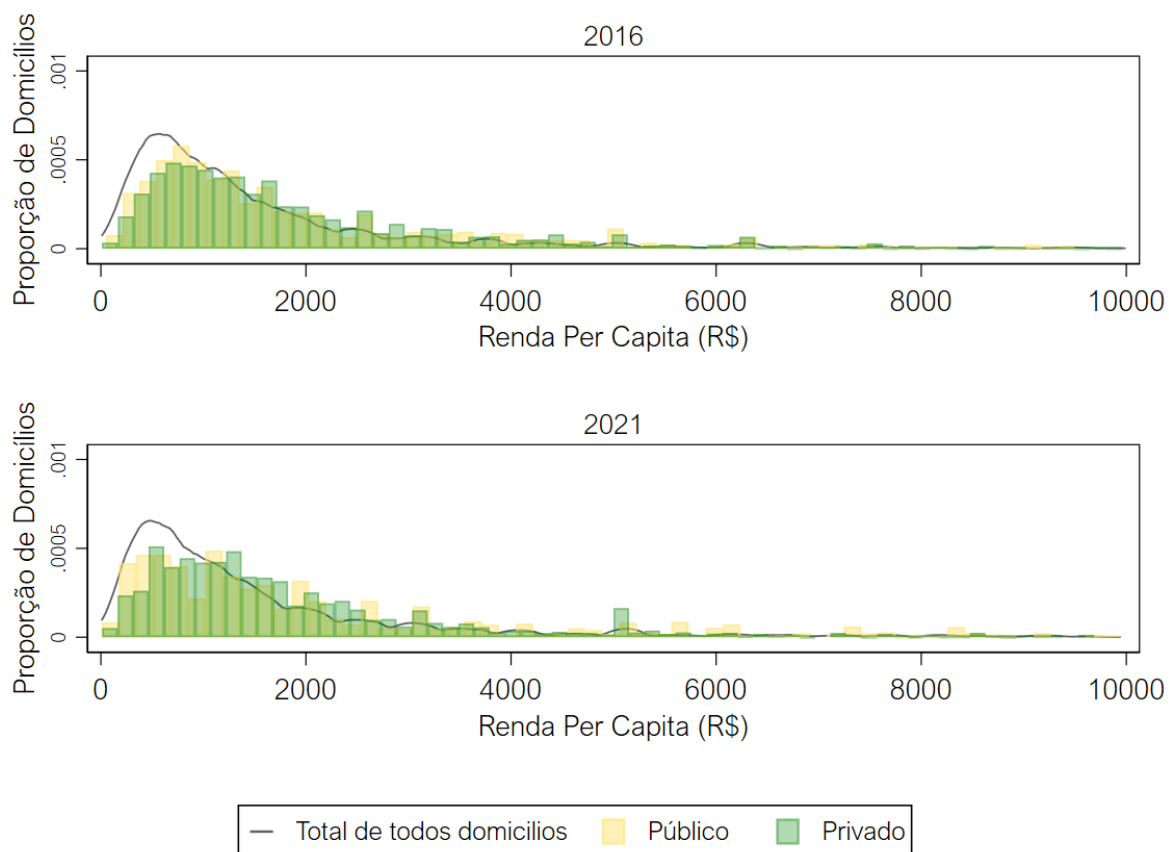
Figura 2.17: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Nordeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

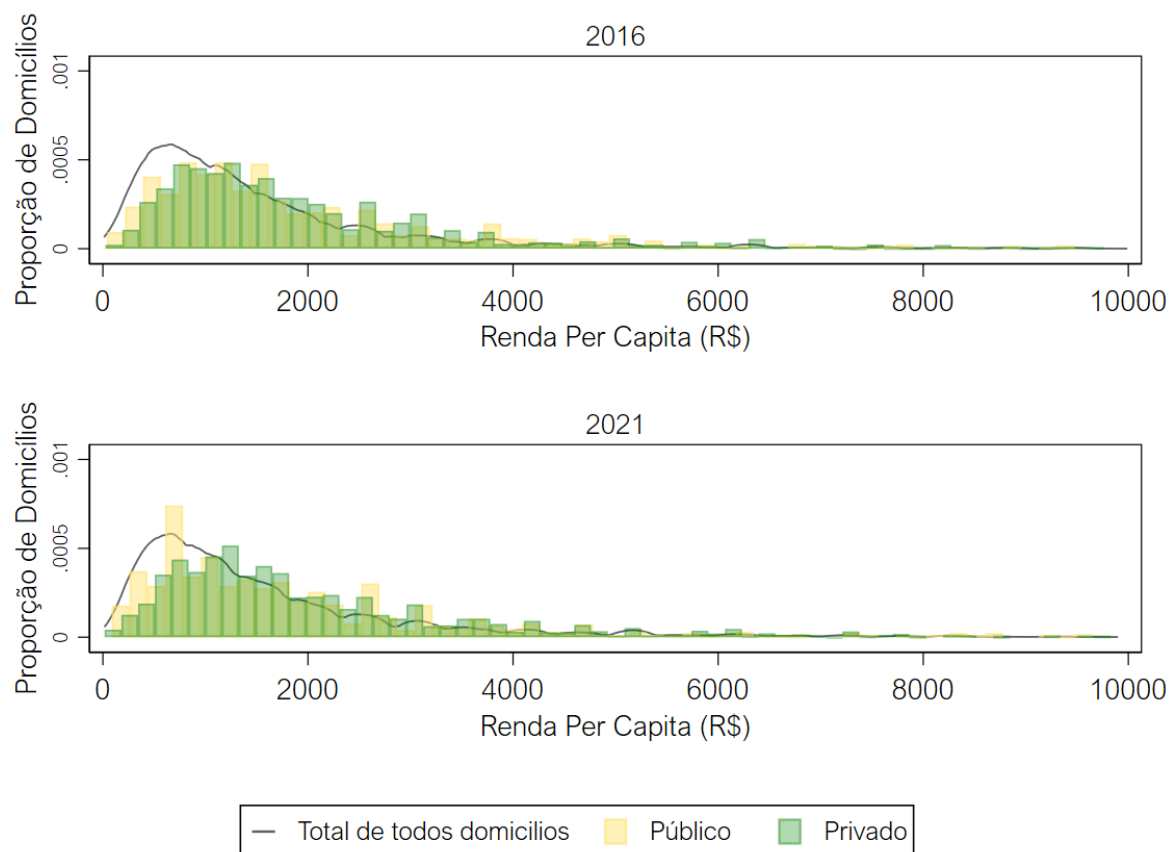
Figura 2.18: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Sudeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

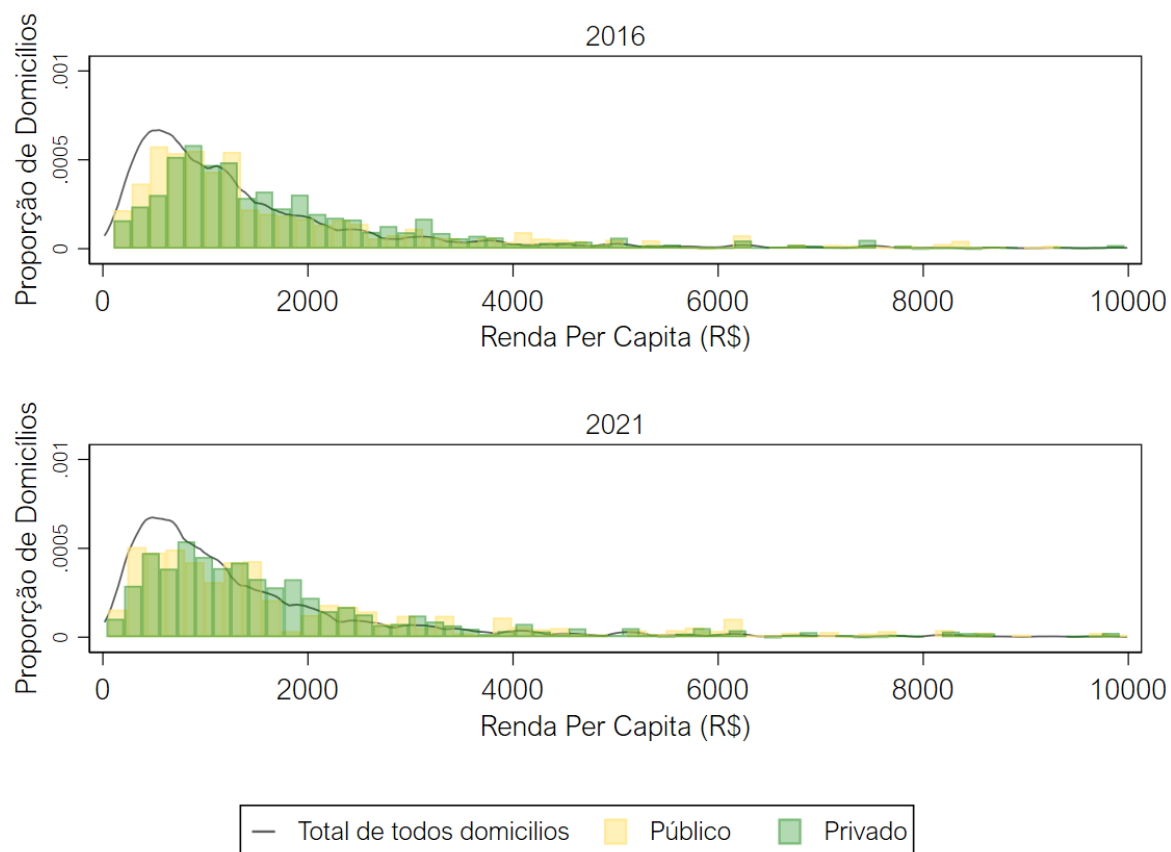
Figura 2.19: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Sul



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

Figura 2.20: Distribuição da renda per capita média dos domicílios usuários do ensino superior privado – Região Centro-oeste



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro/2021. A distribuição «Total de todos os domicílios» é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

Tabela 2.3: Estatísticas Descritivas da Renda dos Domicílios com Alunos no Ensino Superior Privado (Em R\$)

	Renda Média	Renda Mediana	Renda Média	Renda Mediana
	Domic. Per Capita	Domic. Per Capita	Domic. Per Capita	Domic. Per Capita
	2016		2021	
Brasil	2.015,77	1.342,27	2.105,67	1.344,04
<i>Norte</i>	<i>1.703,51</i>	<i>1.095,51</i>	<i>1.484,96</i>	<i>1.021,04</i>
Rondônia	1.802,08	1.200,08	1.496,77	1.174,20
Acre	1.648,09	1.142,84	1.519,94	972,67
Amazonas	1.662,15	933,67	1.414,10	935,96
Roraima	1.678,03	1.093,44	1.937,26	1.225,25
Pará	1.629,15	1.117,76	1.488,74	1.020,76
Amapá	2.120,43	1.089,29	1.484,83	1.191,22
Tocantins	1.734,88	1.220,00	1.406,97	1.021,04
<i>Nordeste</i>	<i>1.562,78</i>	<i>1.038,98</i>	<i>1.372,96</i>	<i>844,74</i>
Maranhão	1.288,66	979,88	1.255,70	751,06
Piauí	1.781,02	932,00	1.290,68	794,39
Ceará	1.383,08	951,33	1.215,47	803,44
Rio Grande do Norte	1.489,75	1.010,98	1.760,50	1.127,53
Paraíba	1.519,90	1.010,14	1.796,72	1.025,02
Pernambuco	1.703,30	1.105,36	1.375,02	869,26
Alagoas	1.303,18	853,02	1.529,63	888,35
Sergipe	1.503,50	1.056,50	1.886,59	1.231,12
Bahia	1.714,39	1.196,90	1.250,32	752,00
<i>Sudeste</i>	<i>2.177,67</i>	<i>1.477,16</i>	<i>2.389,50</i>	<i>1.437,12</i>
Minas Gerais	1.851,99	1.279,94	1.976,86	1.309,45
Espírito Santo	1.895,74	1.256,75	1.801,61	1.285,43
Rio de Janeiro	2.171,76	1.442,60	2.478,22	1.529,09
São Paulo	2.335,29	1.582,67	2.548,11	1.488,96
<i>Sul</i>	<i>2.182,73</i>	<i>1.574,23</i>	<i>2.185,12</i>	<i>1.581,18</i>
Paraná	2.157,97	1.586,82	2.269,47	1.590,03
Santa Catarina	1.995,21	1.513,99	1.993,29	1.550,81
Rio Grande do Sul	2.324,35	1.592,12	2.219,99	1.615,55
<i>Centro-oeste</i>	<i>2.132,25</i>	<i>1.410,62</i>	<i>2.438,77</i>	<i>1.384,80</i>
Mato Grosso do Sul	1.908,65	1.297,47	2.266,50	1.230,93
Mato Grosso	1.655,76	1.283,54	2.191,54	1.536,96
Goiás	1.909,01	1.272,07	2.025,37	1.257,80
Distrito Federal	2.978,69	1.867,81	3.269,33	1.705,10

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pnad-Contínua/IBGE (2º tri).

Nota: Preços corrigidos a valores de setembro 2021. A distribuição Total de todos os domicílios é referente a todos domicílios daquela região, independentemente de haver estudante residindo no local.

Parte II

Estrutura Orçamentária dos Usuários da Rede Privada

Introdução

A Parte II do trabalho descreve a estrutura orçamentária das famílias que utilizam os serviços da rede privada de ensino no Brasil. Os dados utilizados foram obtidos da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), divulgada pelo IBGE. A POF é uma pesquisa amostral que tem como objetivo avaliar as estruturas de consumo, de gastos e de rendimentos das famílias brasileiras a partir da análise dos orçamentos domésticos. Neste estudo, será utilizada a última POF, a sexta edição da pesquisa, realizada em 2017/2018, oito anos após a anterior de 2008/2009.

Esta parte do relatório foi dividida em dois capítulos. O primeiro apresenta os dados das famílias que possuem algum membro matriculado na Educação Básica, enquanto o segundo apresenta os dados das famílias que possuem algum membro matriculado na Educação Superior.

Chamaremos de família a unidade básica da POF. Mais especificamente, a unidade básica da POF é a unidade de consumo que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia. É importante ressaltar que essa definição segue as recomendações e práticas internacionais referentes às pesquisas similares. A unidade de consumo compreende o conjunto de moradores que compartilham um mesmo estoque de alimentos ou realizam um conjunto de despesas alimentares ou domiciliares comuns.

Outra definição importante são os instrumentos de coleta. Seguindo orientações técnicas internacionais e experiência do próprio órgão, o IBGE realiza o levantamento das informações de orçamentos familiares através de cadernos de questionários. Para o escopo do presente relatório, utilizamos aqueles que possuem informações relativas a despesas correntes familiares.

Os resultados foram obtidos precipuamente por meio do questionário de aquisição coletiva (Questionário POF 2), da caderneta de aquisição coletiva (Questionário POF 3) e do questionário de aquisição individual (Questionário POF 4). Algumas despesas tributárias foram levantadas a partir dos questionários de trabalho e rendimento individual (Questionário POF 5). No questionário de aquisição coletiva, são pesquisadas as aquisições monetária e não monetária de produtos de uso comum da família, além das despesas com serviços e taxas de energia elétrica, água e esgoto, telefone fixo, gás de uso doméstico, aluguel, condomínio, prestação e outras despesas do domicílio principal, serviços domésticos, construção, reforma e pequenos reparos de habitação ou jazigo, aquisição, aluguel, conser-

tos ou manutenção de móveis, eletro-domésticos, máquinas e utensílios de uso doméstico, aquisição de artigos de decoração e equipamentos diversos. Neste questionário, também são levantadas informações sobre quantidade, ano de aquisição, estado (novo ou usado) e forma de obtenção de diferentes tipos de bens duráveis existentes em uso pelo domicílio. na caderneta de aquisição coletiva, foram registradas informações sobre aquisições monetária e não monetária de alimentos, bebidas, artigos e produtos de limpeza, combustíveis de uso doméstico e outros produtos, cuja aquisição costuma ser frequente e, em geral, servem a todos os moradores.

Ainda sobre as definições utilizadas no presente estudo, cabe salientar as principais terminologias que passaremos a utilizar. A primeira delas é a diferença entre despesa monetária e não monetária. As despesas monetárias são aquelas efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito. As não monetárias são aquisições obtidas sem dispêndio monetário (doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado). As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local. O aluguel atribuído aos domicílios cuja condição de ocupação era diferente de "alugado" também é contabilizado como despesa não monetária.

As despesas de consumo foram classificadas em alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais, despesas diversas e outras despesas correntes. Alimentação é a aquisição total com alimentação realizada pela unidade de consumo, tanto a domiciliar quanto aquelas realizadas e consumidas fora do domicílio.

Habitação compreende as despesas com aluguel de moradia, condomínio, despesas com serviços e taxas de energia elétrica, telefone fixo, telefone celular, pacote de telefone, televisão e internet, gás de uso doméstico (gás encañado e gás de bujão), água e esgoto, despesas com locação do imóvel e taxas de serviços em geral. Ainda, estão incluídas na rubrica de habitação despesas com manutenção e pequenos reparos com habitação, despesas com serviços domésticos, com dedetização e também despesas com aquisição de água, lenha e carvão vegetal. Aquisições de artigos e produtos de limpeza do domicílio, aquisições de eletrodomésticos e equipamentos do lar (refrigeradores, máquina de lavar, etc), aquisições de mobiliários e artigos do lar, tais como móveis, luminárias, e têxteis (como, por exemplo, cortinas), bem como artigos de cozinha também entram dentro da despesa com habitação. Ainda, na classificação de outras despesas com habitação, estão agregadas as despesas com conserto e manutenção de aparelhos domésticos, móveis, eletroeletrônicos e equipamentos do lar.

Vestuários compreende despesas com a aquisição de roupas, calçados e acessórios, joias e bijuterias e tecidos. Transporte considera as despesas habituais com transporte urbano, tais como ônibus, táxi, metrô, integração, trem, barca, transporte alternativo, bonde e plano inclinado. Inclui, ainda, as aquisições de combustível para veículo próprio, manutenção e acessórios, aquisição de

veículos e despesas com viagens esporádicas. Na classificação outras despesas com transporte, estão agregadas despesas como: estacionamento, pedágio, combustíveis diversos do álcool e gasolina e seguro obrigatório.

Higiene e cuidados pessoais compreende despesas com a aquisição de artigos de higiene e de beleza como perfume, produtos para cabelo, sabonete, instrumentos e produtos de uso pessoal. Assistência à saúde contém despesas com produtos e serviços relativos à saúde, tais como: remédios, planos e seguros saúde, consulta e tratamento dentário, consulta médica, tratamento médico e ambulatorial, serviços de cirurgia, hospitalização, exames diversos e material de tratamento. Outras despesas com assistência à saúde agregam as despesas e aquisições tais como: chupeta, mamadeira, ambulância (remoção), aluguel de aparelho médico, etc.

As despesas com educação compreendem dispêndios com mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio), curso superior de graduação, outros cursos e atividades (curso supletivo, informática, cursos de idioma e outros), livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares (mochila escolar, merendeira, etc.).

Cumpramos ressaltar que a análise dos dados da POF não pôde ser feita a nível das Unidades Federativas brasileiras. Isso porque o controle do tamanho da amostra das unidades primárias de amostragem foi determinado a partir de dois níveis geográficos: a área urbana de cada Unidade da Federação e a área rural de cada Grande Região. Isso faz com que a precisão das estimações pontuais encontradas para os estados, em especial para as regiões rurais dos estados, seja grande demais para a tomada de conclusões consistentes. Dessa forma, decidimos apresentar os resultados apenas no nível federal e no nível de cada Grande Região.

Ademais, nota-se que parte das análises realizadas na Parte II do presente relatório foi feita a partir da estratificação da renda nas diferentes regiões. A tabela abaixo resume a distribuição de renda por quintis no Brasil e nas Grandes Regiões que serão utilizadas a seguir.

Tabela 2.4: Distribuição de renda do Brasil e das Grandes regiões em quintis

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
q1	Até R\$ 2.055,44	Até R\$ 1.504,84	Até R\$ 1.523,90	Até R\$ 2.567,86	Até R\$ 2.742,63	Até R\$ 2.477,98
q2	Entre R\$ 2.055,44 e R\$ 3.282,55	Entre R\$ 1.504,84 e R\$ 2.348,02	Entre R\$ 1.523,90 e R\$ 2.314,39	Entre R\$ 2.567,86 e R\$ 3.923,40	Entre R\$ 2.742,63 e R\$ 4.171,90	Entre R\$ 2.477,98 e R\$ 3.805,14
q3	Entre R\$ 3.282,55 e R\$ 4.959,22	Entre R\$ 2.348,02 e R\$ 3.477,89	Entre R\$ 2.314,39 e R\$ 3.310,70	Entre R\$ 3.923,40 e R\$ 5.870,76	Entre R\$ 4.171,90 e R\$ 6.147,32	Entre R\$ 3.805,14 e R\$ 5.675,76
q4	Entre R\$ 4.959,22 e R\$ 8.377,89	Entre R\$ 3.477,89 e R\$ 5.628,82	Entre R\$ 3.310,70 e R\$ 5.474,27	Entre R\$ 5.870,76 e R\$ 9.844,90	Entre R\$ 6.147,32 e R\$ 9.675,02	Entre R\$ 5.675,76 e R\$ 10.179,15
q5	Acima de R\$ 8.377,89	Acima de R\$ 5.628,82	Acima de R\$ 5.474,27	Acima de R\$ 9.844,90	Acima de R\$ 9.675,02	Acima de R\$ 10.179,15

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Capítulo 3

Educação Básica

Uma família possui despesas de diversos tipos, de habitação e alimentação a recreação e cultura. A POF agrupa as despesas observadas em cinco níveis que se diferem em termos de agregação. Por exemplo, gastos com aluguel, condomínio e serviços e taxas são classificados como “Habitação” no nível 3 de agregação. Já no nível 4, esses gastos são discriminados. O nível 5 vai a um nível de granularidade ainda maior, separando, por exemplo, o grupo “serviços e taxas” em gastos com telefonia móvel, pacote de telefone, TV e internet.

A figura 3.1 mostra a despesa média, medida em reais, de uma família com estudantes no ensino básico privado e como ela se distribui em cada tipo de despesa para o Brasil e regiões. A altura de cada barra representa o valor médio gasto mensalmente pelas famílias. Dentro de cada barra, os blocos identificados por cores mostram como esse gasto se distribui nos grupos de despesas.

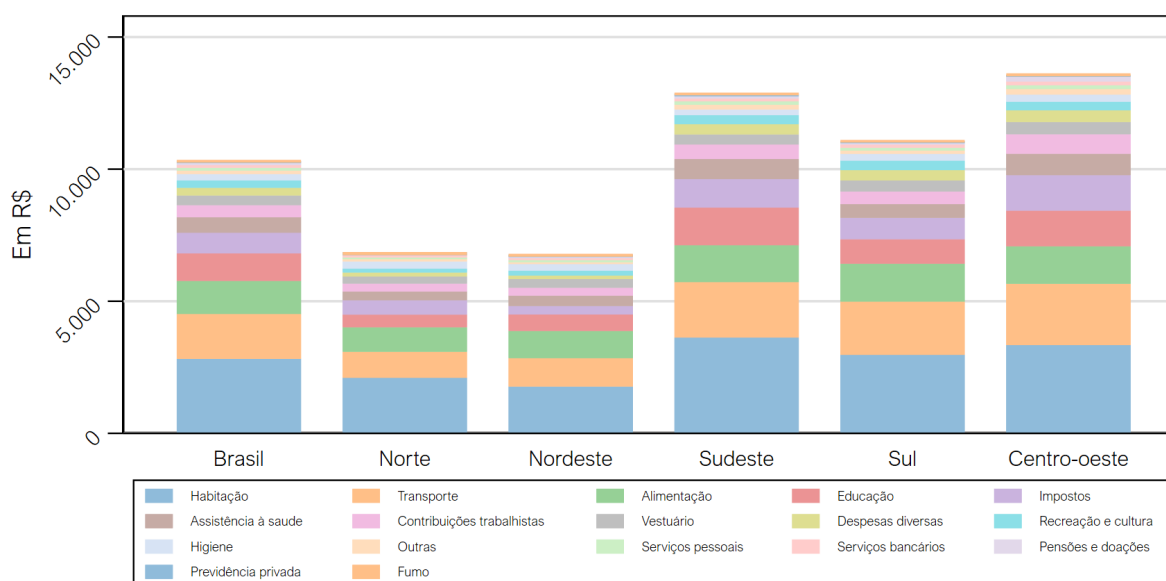
Essa figura mostra que, no Brasil, uma família com estudantes no ensino básico privado gasta aproximadamente R\$ 10.000 por mês com suas despesas. Essa média, no entanto, esconde uma importante heterogeneidade regional. As regiões brasileiras se dividem em dois grupos ao se considerar o nível de despesa familiar. Sudeste, Sul e Centro-Oeste são regiões cujo o gasto médio da família está acima da média brasileira. Norte e Nordeste ficam bem abaixo da média do Brasil, com níveis muito parecidos entre si – aproximadamente R\$ 6.000. Essas diferenças regionais corroboram as diferenças observadas na seção 1.2 deste trabalho: se as regiões Norte e Nordeste apresentam uma renda per capita familiar substancialmente menor do que as outras regiões, é de se esperar que o seu gasto médio mensal fosse substancialmente menor também.

A figura 3.1 revela também como esses gastos são distribuídos entre tipos de despesa, bem como o valor de cada uma delas. Considerando o Brasil, o principal gasto familiar é com habitação (R\$ 2.821), seguida por transporte (R\$ 1.698), alimentação (R\$ 1.252) e educação (R\$ 1.038). A partir da figura 3.2, pode-se observar a mesma informação da figura anterior, mas em termos percentuais. No Brasil, as famílias consideradas gastam 27,4% de sua renda com habitação, 16,5% com transporte, 12,1% com alimentação e 10,1% com educação. Esse padrão de ordenação dos gastos é observado para todas as regiões, exceto a região Sudeste. Nesta região, o gasto com educação troca

de lugar com a alimentação, pois representa 11,1% do total gasto, enquanto a alimentação representa 10,9%.

Assim como havia importantes diferenças regionais no total de gastos, pode-se observar algumas diferenças regionais significativas na composição desse gasto. As regiões Norte e Nordeste gastam uma parcela maior da sua renda com alimentação (13,6% e 15,3%, respectivamente) do que as regiões de renda mais alta, Sudeste, Sul e Centro-Oeste (10,9%, 13% e 10,5%, respectivamente). Além disso, há diferenças significativas no gasto com transporte entre esses dois grupos de regiões. As regiões de renda mais alta gastam uma parcela maior da renda com transporte. Sudeste, Sul e Centro-Oeste gastam 16,3%, 18,2% e 17,1%, respectivamente, contra 14,5% no Norte e 15,9% no Nordeste.

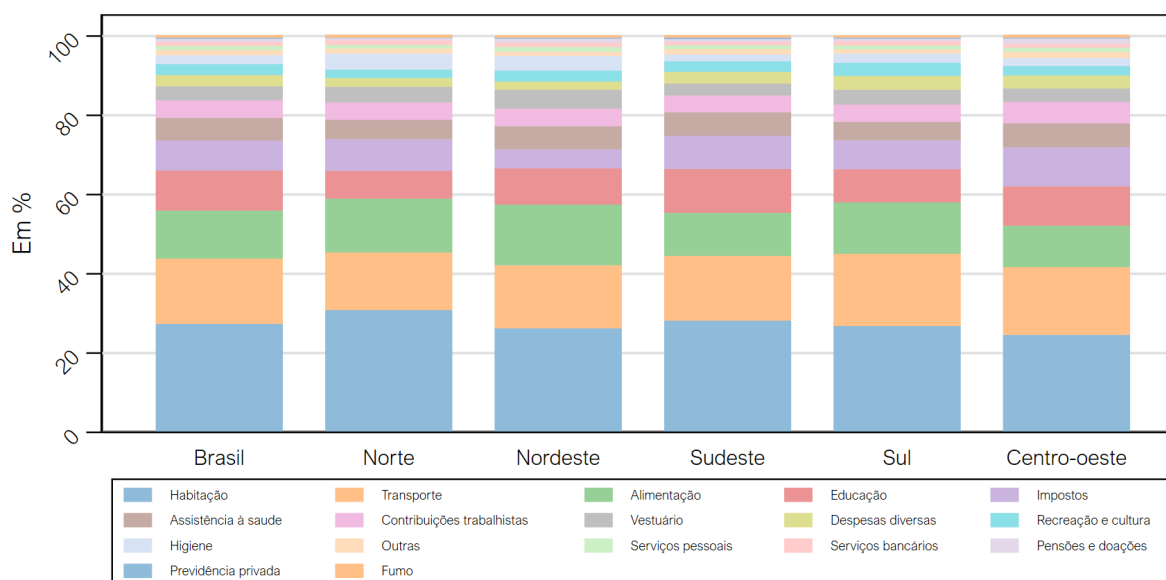
Figura 3.1: Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.2: Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

Além de esconder heterogeneidades regionais importantes, o valor gasto médio esconde heterogeneidades de consumo ao longo da distribuição de renda. Famílias pobres gastam menos do que famílias ricas, e a composição desse gasto também é diferente. As figuras 3.3 e 3.4 revelam o quão grande podem ser essas diferenças.

A figura 3.3 mostra a despesa média mensal familiar de cada quintil de renda, para o Brasil e regiões, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado. Cada quintil representa um quinto (20%) do total de famílias de cada recorte geográfico. O primeiro quintil se refere aos 20% das famílias mais pobres daquela localidade. O segundo quintil se refere aos penúltimos 20% das famílias mais pobres e assim sucessivamente. A figura revela uma grande diferença no gasto médio entre quintis para todos os recortes geográficos.

No Brasil, enquanto as famílias no primeiro quintil gastam R\$ 2.449,25 no total, as famílias do quinto quintil gastam R\$ 16.887,42, ou seja, aproximadamente sete vezes mais. Observa-se esse mesmo padrão para as regiões brasileiras. O Centro-Oeste é a região onde essa diferença é maior (7,5 vezes) e a região Norte é onde essa diferença é menor (3,8 vezes). Assumindo que o número de pessoas em uma família com renda mais alta não é substancialmente maior do que em uma família de renda mais baixa, é seguro dizer que essa diferença implica que o gasto per capita é substancialmente maior nas famílias dos quintis mais altos do que nos mais baixos.

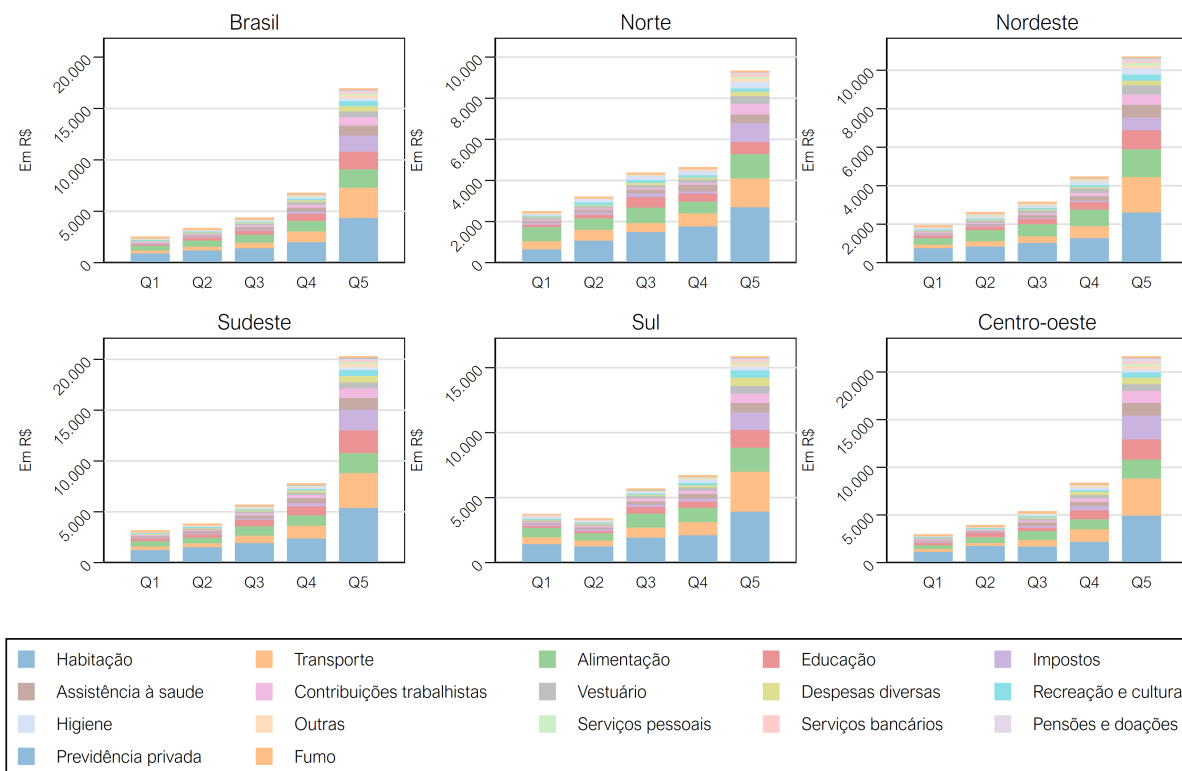
As figuras 3.3 e 3.4 também mostram as diferenças na composição de gasto

entre as famílias de baixa e alta renda. O principal gasto das famílias em qualquer quintil de renda e recorte geográfico é habitação. No entanto, com exceção da região Norte, essa parcela é decrescente nos quintis. Por exemplo, no Brasil, o primeiro quintil gasta quase 40% de sua renda com despesas de habitação, enquanto o quintil mais alto gasta aproximadamente 25%. Ou seja, em geral, quanto maior é a renda das famílias, menor é o percentual gasto com habitação. Esse mesmo padrão é observado para o gasto com alimentação. Enquanto as 20% famílias mais pobres gastam quase um quinto da renda com alimentação (19,3%), as 20% famílias mais ricas gastam de um décimo (10,6%).

Um padrão oposto aos gastos de habitação e alimentação é observado os gastos com transporte. Neste caso, tanto para o Brasil quanto suas regiões, a parcela da renda alocada com transporte cresce conforme a renda aumenta. Enquanto uma família do primeiro quintil gasta 11,1% da renda com esse tipo de gasto, famílias de renda mais alta gastam 17,4%. Os fenômenos da alimentação e transporte combinados, fazem com que ordem do tamanho de gastos se altere a medida que a renda aumenta. Enquanto a alimentação é o segundo maior gasto para famílias de baixa renda, ele é o terceiro para famílias de renda alta.

Considerando apenas o Brasil, pode-se classificar os diversos gastos em dois grupos: aqueles que crescem em proporção da renda e aqueles que decrescem. Alimentação, habitação, vestuário e higiene são do tipo que perdem participação no gasto conforme a renda aumenta. Transporte, assistência à Saúde, educação e recreação, por outro lado, são aqueles que ganham participação no gasto conforme a renda aumenta.

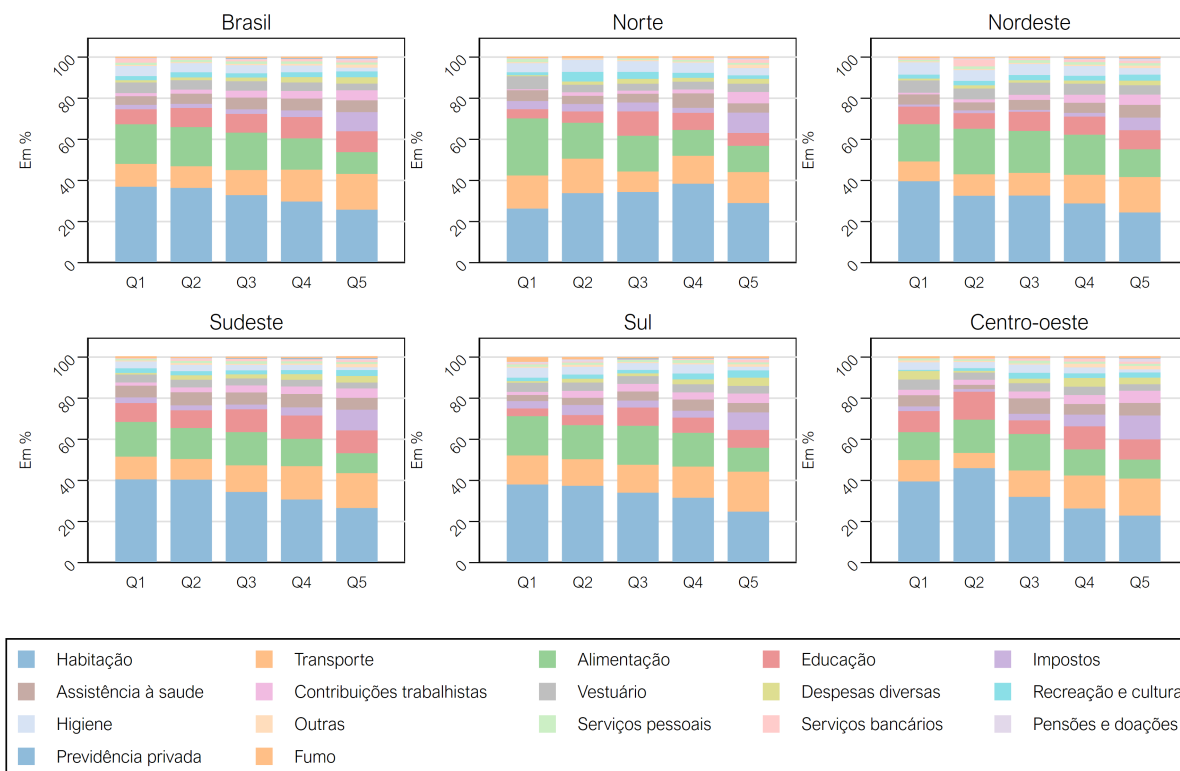
Figura 3.3: Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa e quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.4: Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa e quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

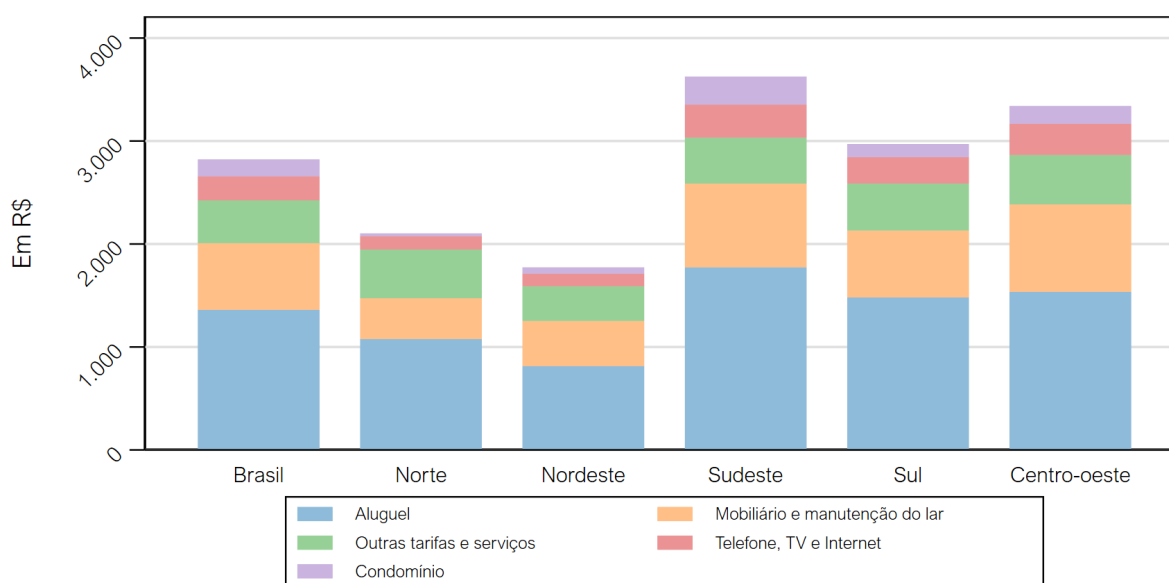
Nota: Despesa monetária e não monetária.

3.1 Habitação

A habitação é o maior componente do gasto das famílias para qualquer recorte geográfico e nível de renda. Por esse motivo, é importante entender quais são seus componentes e como eles estão distribuídos dentro desse grupo. A figura 3.5 mostra a despesa média mensal com habitação das famílias que possuem estudantes no ensino básico privado em diferentes recortes geográficos. As diferentes cores que compõe as barras de cada região representam cinco subgrupos do gasto com habitação. No Brasil, o principal gasto dentro de habitação é aluguel, seguido de “mobiliário e manutenção do lar”, “outras tarifas e serviços”, “telefone, TV e internet”, e “condomínio”. É importante mencionar que o gasto com aluguel inclui despesas monetárias e não monetárias. As famílias que possuem um imóvel próprio pagam implicitamente um aluguel para elas mesmas. Trata-se de um custo econômico (custo de oportunidade).

Assim como no Brasil, o principal gasto em todos recortes geográficos é aluguel. As diferenças do nível do gasto desse componente se assemelham ao que já foi observado anteriormente, isto é, as regiões Norte e Nordeste apresentam um nível de gasto abaixo da média nacional, enquanto Sudeste Sul e Centro-Oeste gastam acima. No entanto, considerando apenas a participação relativa do aluguel na despesa familiar, observa-se uma semelhança entre todas as regiões. A figura 3.6 mostra a participação de cada componente do gasto no grupo habitação. Em todos os recortes geográficos, quase metade dos gastos com habitação são destinados ao aluguel.

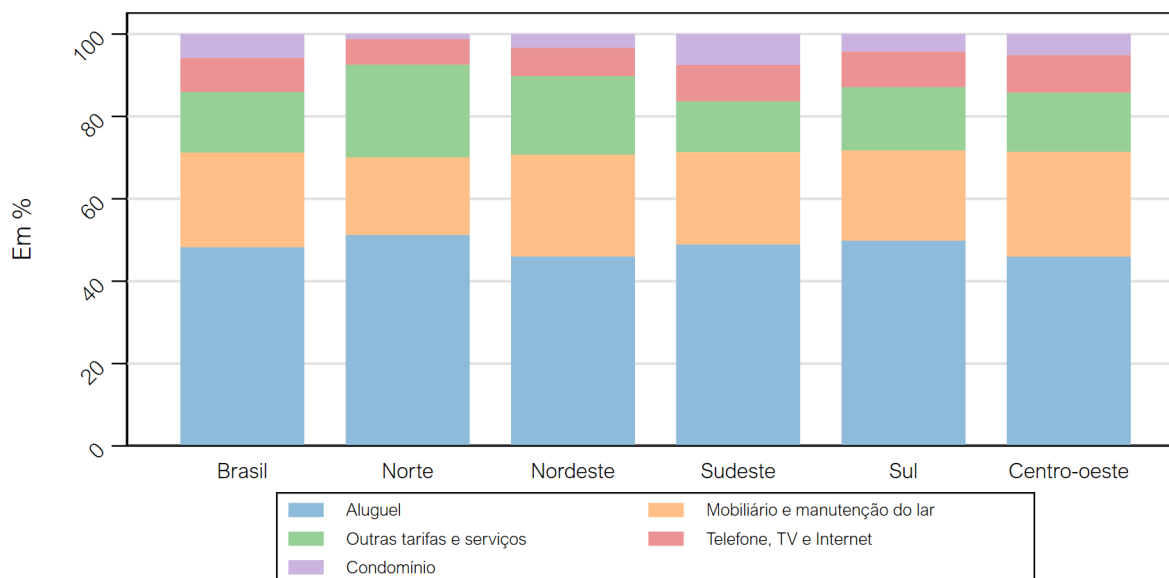
Figura 3.5: Despesa média mensal familiar com habitação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.6: Despesa média mensal familiar com habitação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)



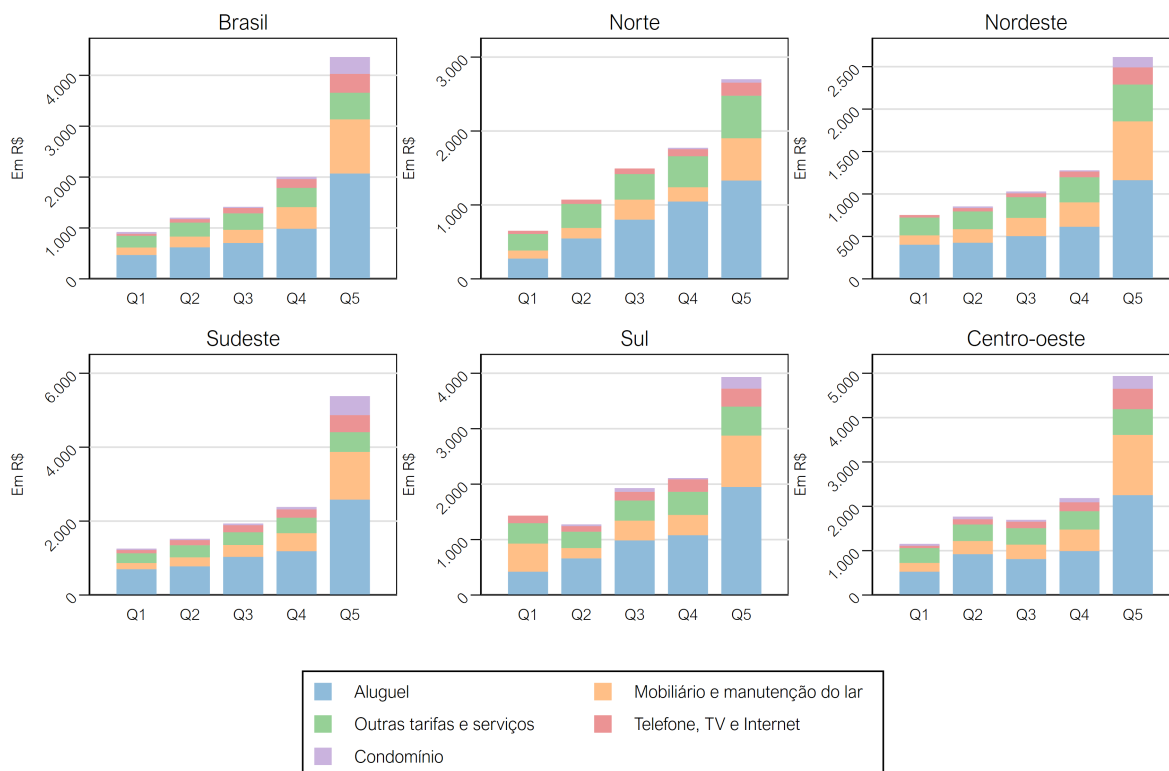
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

A figura 3.7 mostra as diferenças nos gastos de habitação entre as famílias de baixa, média e alta renda. No Brasil, as 20% famílias mais pobres com estudantes no ensino básico privado gastam apenas um quinto (20,7%) do que as 20% famílias mais ricas gastam com habitação. A menor diferença entre o primeiro e quinto quintil é na região Sul (36%), enquanto a maior é Centro-Oeste (22,9%).

Dentro da despesa habitação, percebe-se que a composição das despesas também muda conforme a renda das famílias vai aumentando. Em geral, os gastos medidos em reais vão crescendo para quintis mais altos de renda das famílias. No entanto, alguns crescem mais rápido do que outros, o que faz com que a participação deles no dispêndio mude. No Brasil, conforme mostra a figura 3.8, a proporção do aluguel no gasto de habitação é decrescente. Já a despesa com “mobiliário e manutenção do lar” é crescente nos quantis de renda.

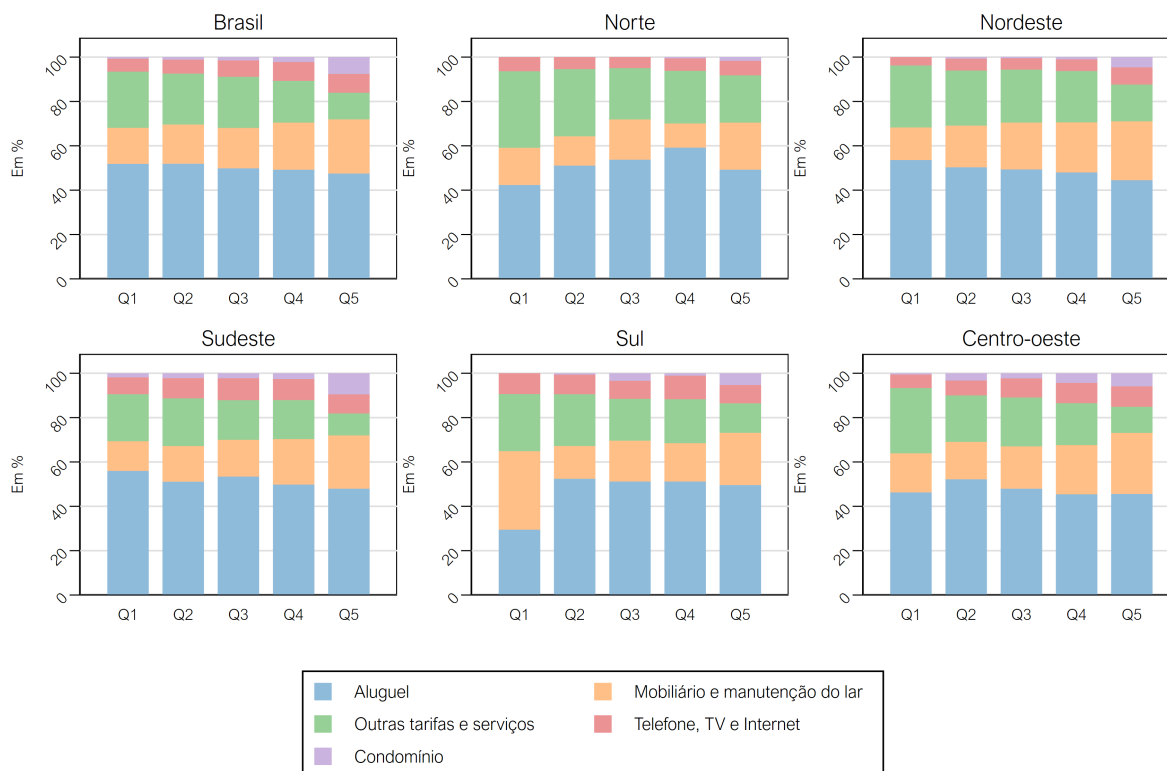
Figura 3.7: Despesa média mensal familiar com habitação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.8: Despesa média mensal familiar com habitação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

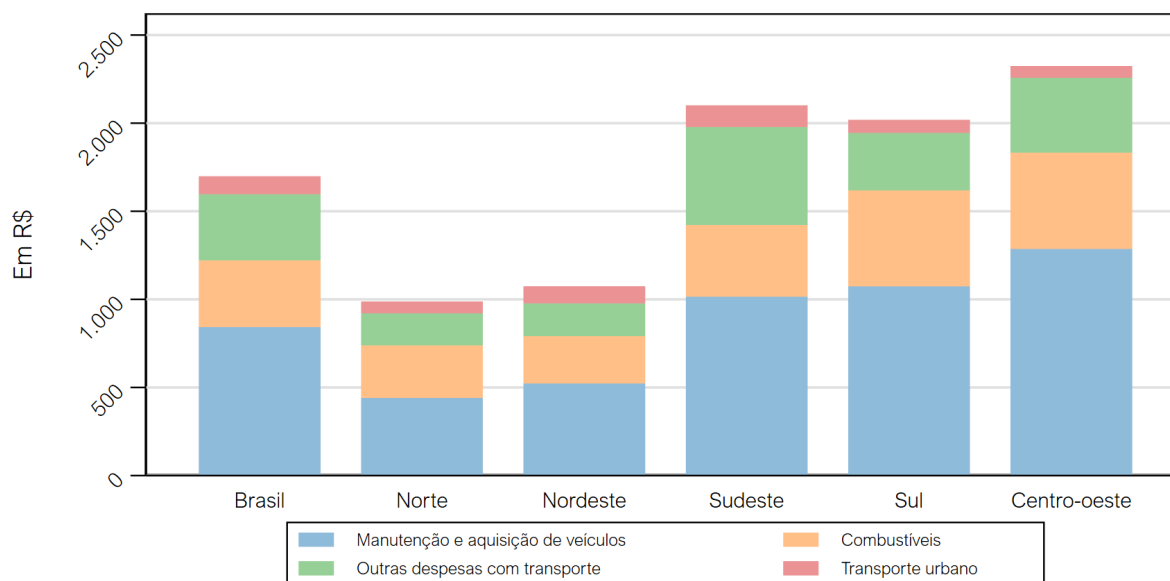
3.2 Transporte

O maior gasto com transporte das famílias no Brasil é “manutenção e aquisição de veículos” (R\$ 842,74), “combustíveis” (R\$ 379,34), “outras despesas com transporte” (R\$ 375,56) e “transporte urbano” (R\$ 100,66). Em termos relativos, o maior gasto, com “manutenção e aquisição de veículos”, representa aproximadamente 50% do total do gasto, seguido por “outras despesas com transporte” e “combustíveis” (22% cada) e, por fim, “transporte urbano” (6%).

As regiões Norte e Nordeste gastam com transporte um valor abaixo da média nacional. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste gastam um valor acima da média nacional. Em todas as regiões, o principal componente do gasto em termos absolutos e relativos é com “manutenção e aquisição de veículos”. “Combustíveis” tem um maior peso na despesa na região Norte do que a média nacional, enquanto a região Nordeste é onde os “combustíveis” têm o menor peso

relativo. Por outro lado, o gasto com “transporte urbano” é mais relevante na região Nordeste (9%) e menos relevante no Centro-Oeste (3%).

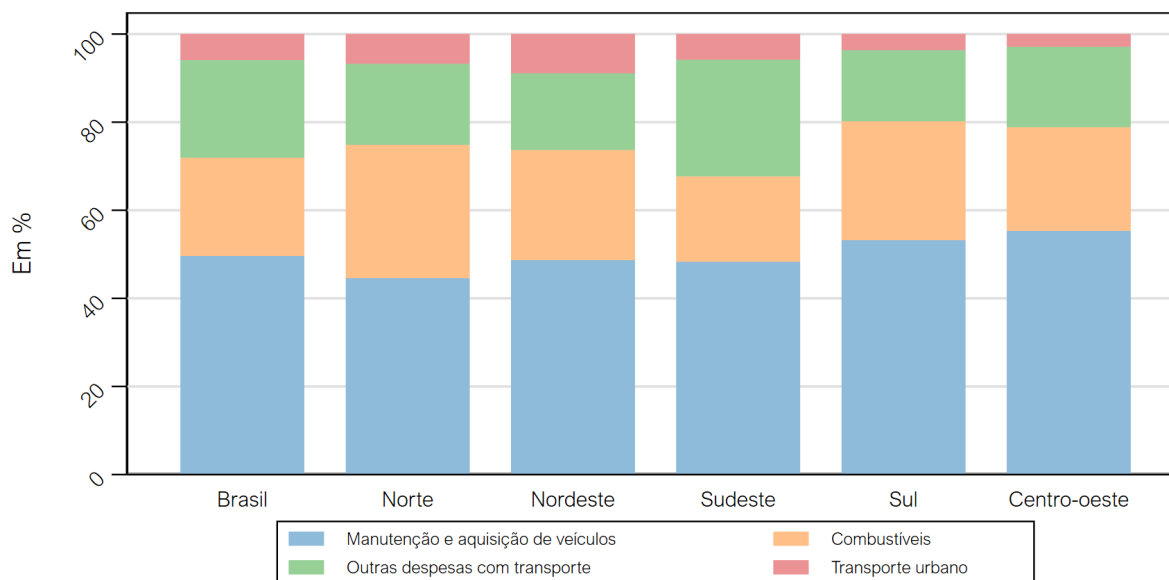
Figura 3.9: Despesa média mensal familiar com transporte, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.10: Despesa média mensal familiar com transporte, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)

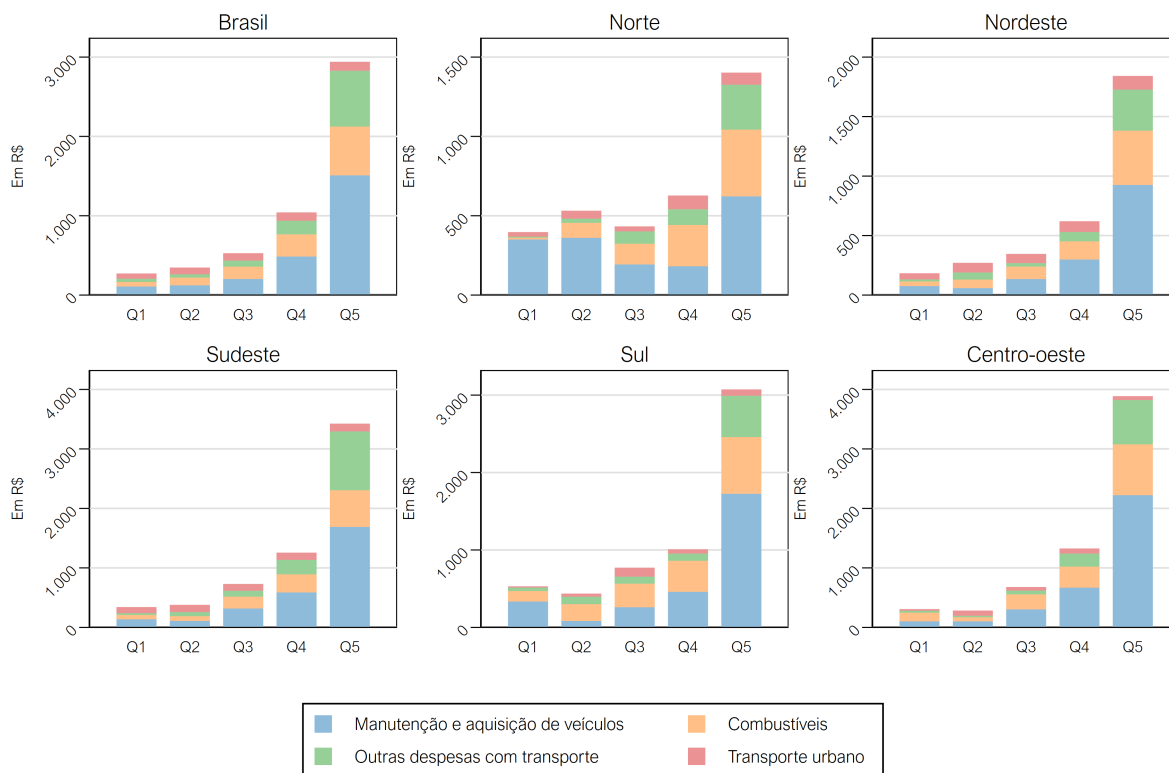


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

Existem grandes diferenças entre os quintis de renda no gasto com transporte. No Brasil, o maior quintil de renda gasta sete vezes mais com transporte do que o quintil mais baixo. Essa diferença é maior no Centro-Oeste (13 vezes) e menor na região Norte (3,5 vezes). A figura 3.11 mostra que o peso do gasto com “transporte urbano” é maior entre os quintis de renda mais baixa da população do que nos quintis maiores. Famílias com renda mais alta têm uma chance maior de possuir um veículo próprio e, portanto, a demanda por transporte urbano é menor. Um indicativo disso se encontra na mesma figura. Ela mostra que o percentual do gasto com transporte alocado para manutenção e aquisição de veículos é crescente nos quintis de renda.

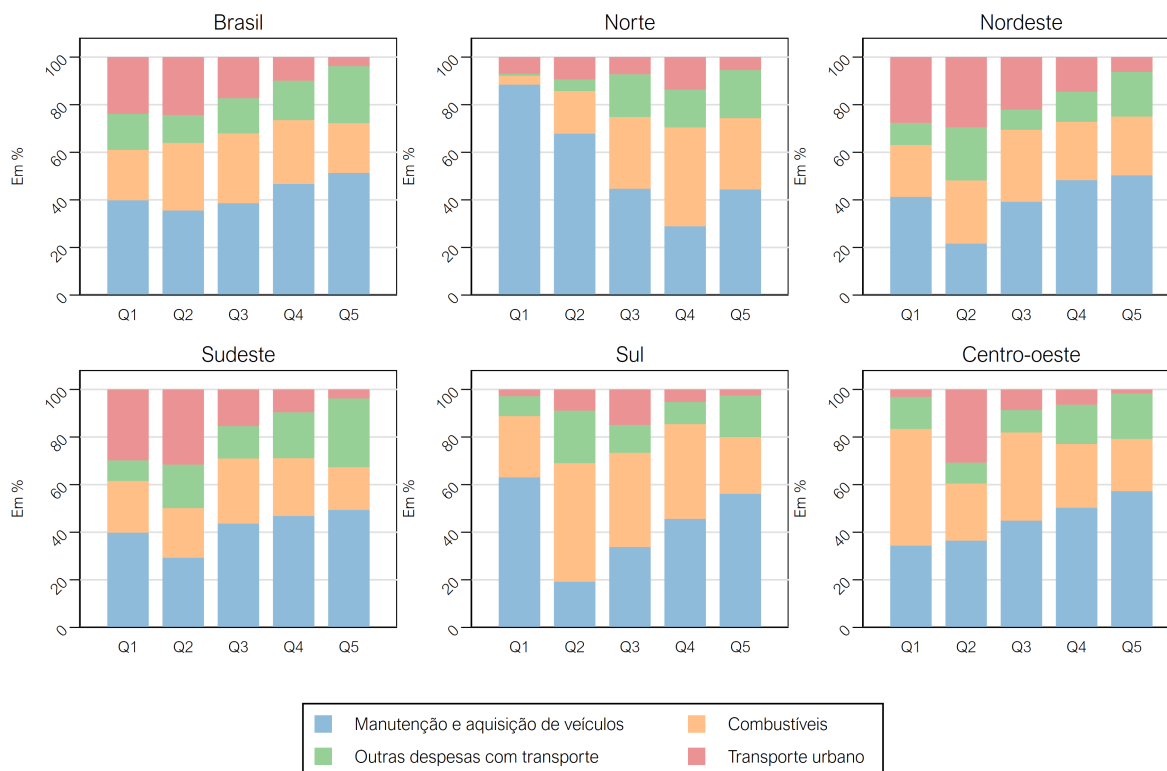
Figura 3.11: Despesa média mensal familiar com transporte, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.12: Despesa média mensal familiar com transporte, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)



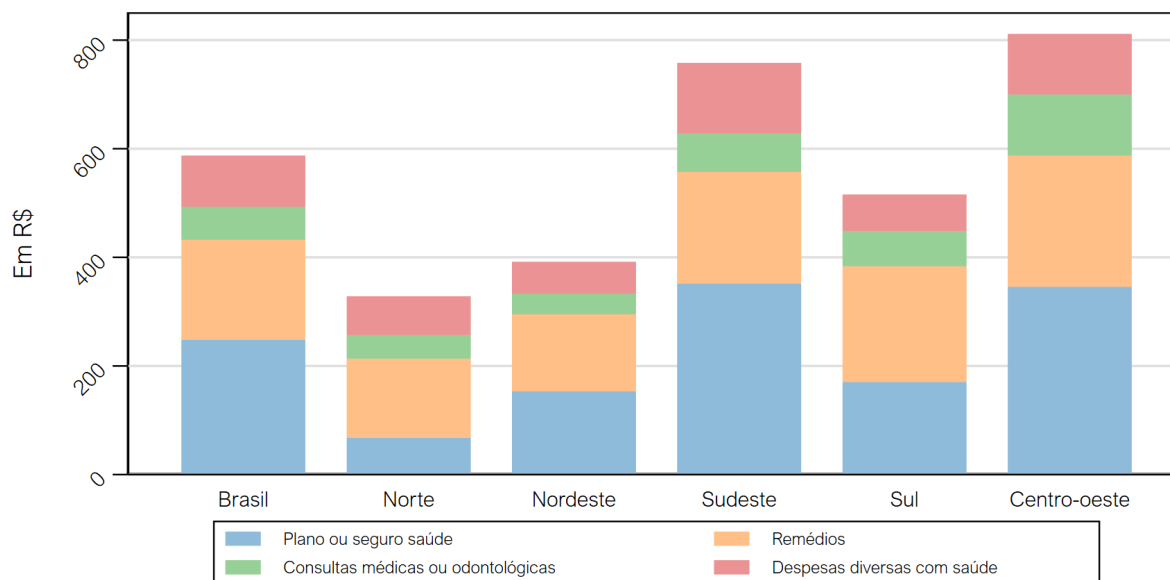
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

3.3 Assistência à Saúde

Gastos com assistência à Saúde representam 5,7% dos gastos das famílias brasileiras com estudantes no ensino básico privado. Em reais, o maior gasto dentro dessa categoria é com planos de saúde (R\$ 248,45), seguido por remédios (R\$ 184,11), despesas diversas (R\$ 93,94) e consultas (R\$ 60,24). O mesmo padrão é observado nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Já nas regiões Norte e Sul, os gastos com remédios são mais altos do que os gastos com seguro de saúde. A região que aloca a maior parcela dos seus gastos de saúde com seguro de saúde é a região Sudeste (45% do total).

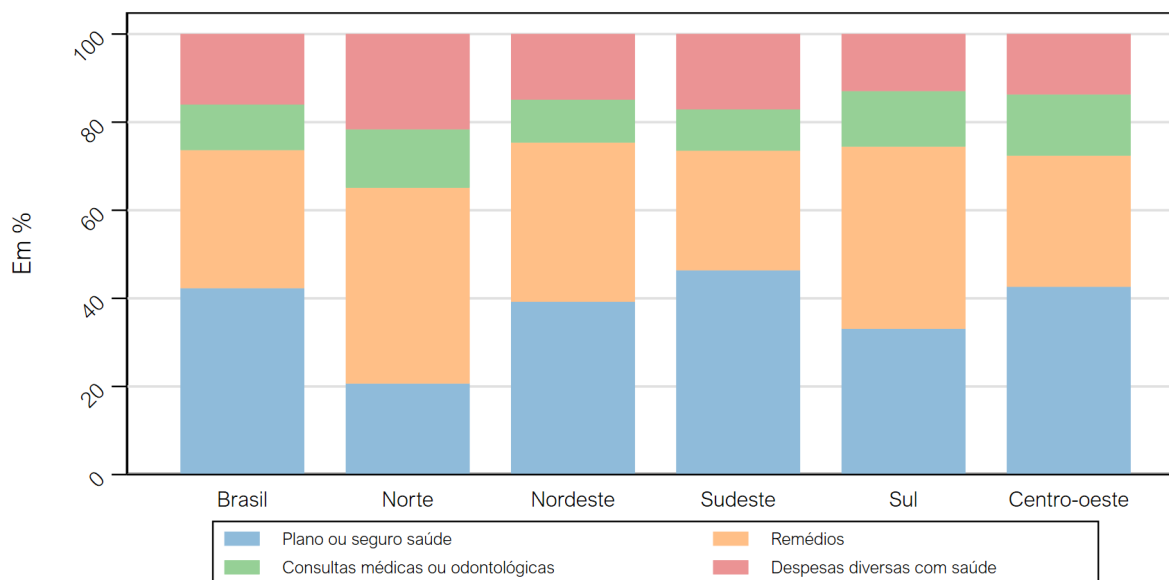
Figura 3.13: Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.14: Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)

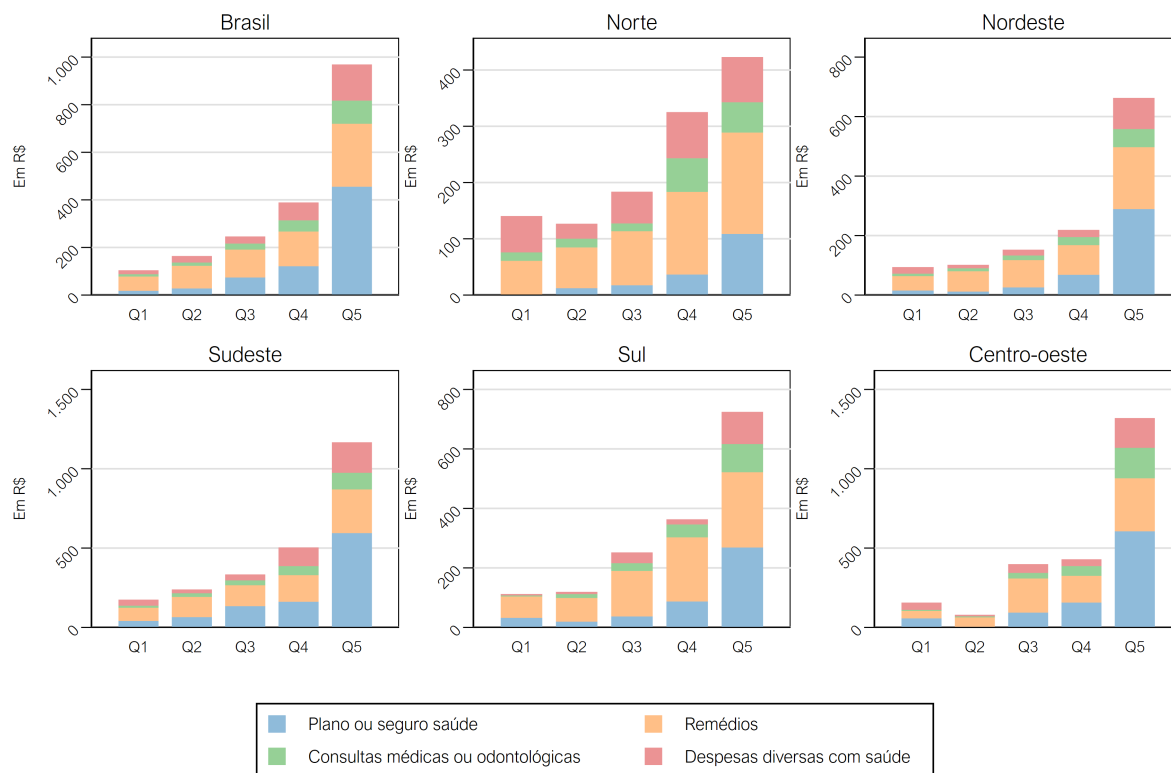


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

O percentual do gasto com seguro de saúde das famílias cresce conforme os quintis de renda. No Brasil, do gasto com saúde das famílias no primeiro quintil, apenas 0,7% é de plano de saúde, enquanto esse valor chega a 2,7% para o quinto e mais alto quintil de renda. Esse padrão é observado em todas as regiões do Brasil. Analogamente, o inverso é observado no gasto com remédios.

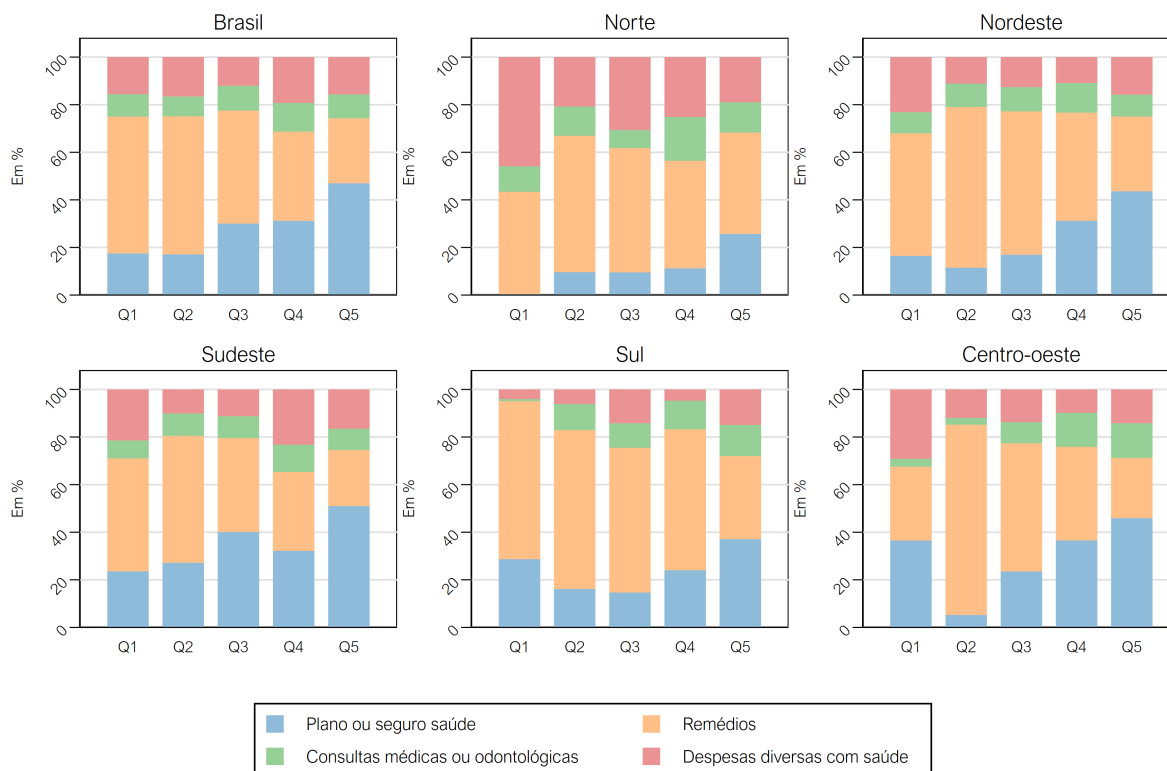
Figura 3.15: Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.16: Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

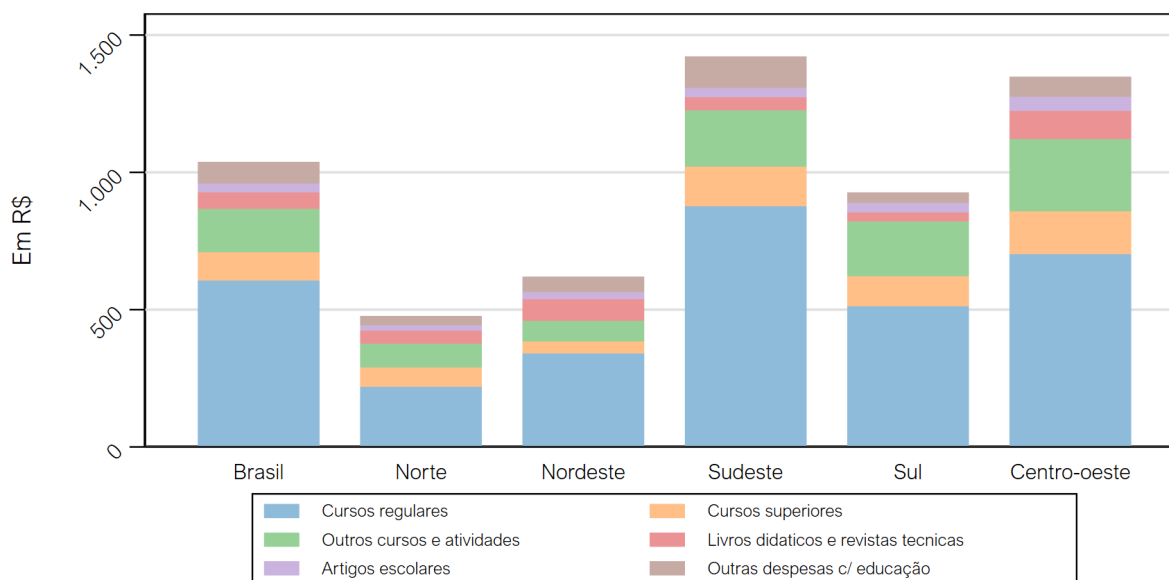
3.4 Educação

Gastos com educação representam aproximadamente 10,1% de todo o gasto das famílias brasileiras que possuem estudantes no ensino básico privado. Esse percentual representa o equivalente a R\$ 1.038,10 por mês para o recorte geográfico Brasil. Os maiores gastos com educação em termos absolutos são nas regiões Sudeste (R\$ 1.421,77) e Centro-Oeste (R\$ 1.347,93). Em terceiro lugar aparece a região Sul, com R\$ 927,16, e, nos últimos lugares, Nordeste (R\$ 620,01) e Norte (R\$ 477,10).

No Brasil, os R\$ 1.038 são, em sua maior parte, destinados a gastos com “cursos regulares” (R\$ 606,40), seguido de “outros cursos” (R\$ 158,08) e “curso superior” (R\$ 102,85). A região Sudeste é onde o gasto com “cursos regulares” é o maior em termos absolutos (R\$ 876,97). A região com o menor gasto em termos absolutos é a região Norte (R\$ 219,48). Em termos relativos, os gastos com

“cursos regulares” no Brasil ocupam 58,4% do total das despesas com educação. O Sudeste é a região onde o percentual é o mais elevado (61,1%) e o Norte é onde o percentual é o menor de todas as regiões (45,7%).

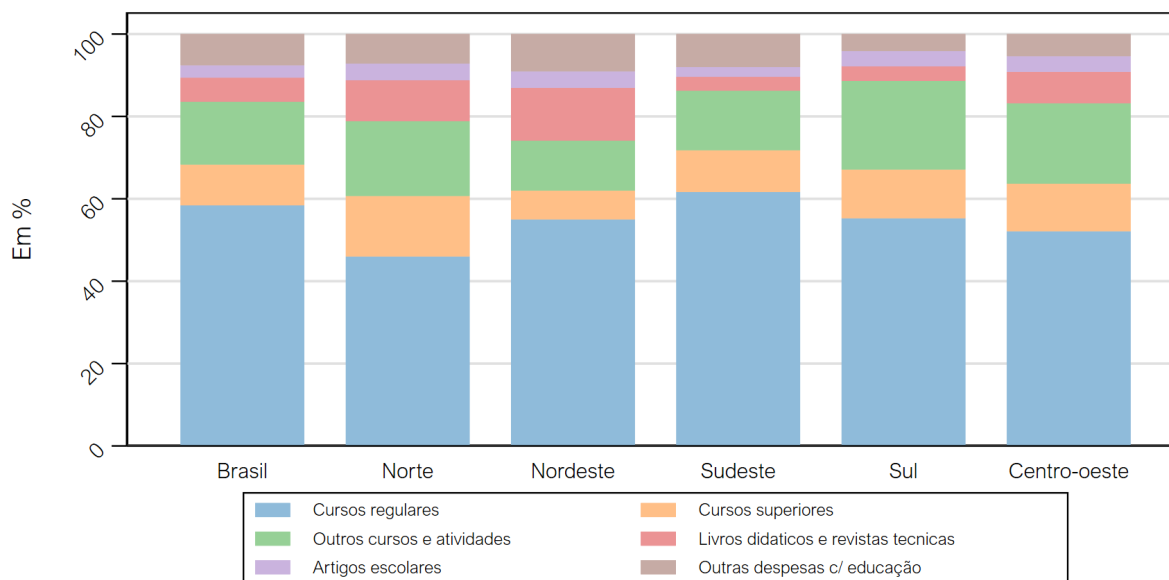
Figura 3.17: Despesa média mensal familiar com educação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.18: Despesa média mensal familiar com educação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)

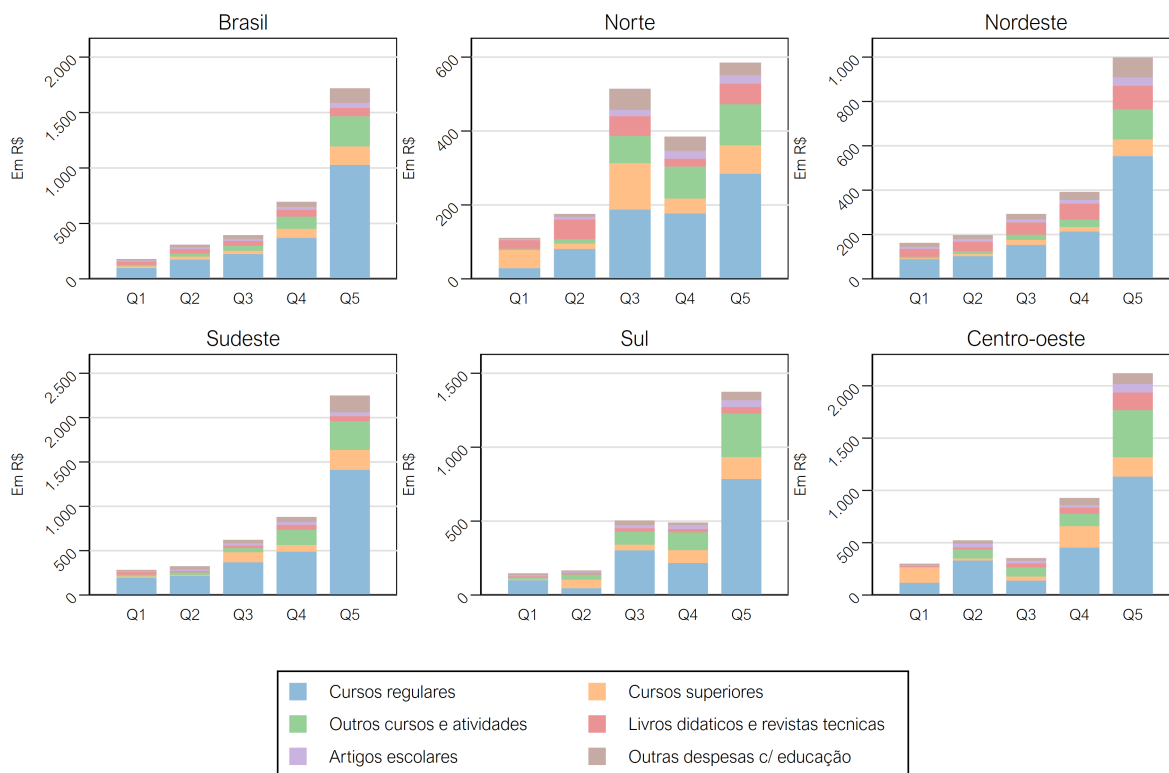


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

No Brasil, o peso do gasto com “cursos regulares” no gasto é crescente conforme os quintis de renda. Os 20% brasileiros mais pobres gastam certa de 55% das despesas com educação em cursos regulares, o que em reais significa um total de R\$ 98,31. Já os 20% famílias brasileiras mais ricas gastam R\$ 1027,84, ou seja, 10 vezes mais do que o primeiro quintil. Esse montante representa 60% do total gasto com educação. Outro componente do gasto que cresce em importância relativa é o gasto com “outros cursos e atividades”. Em contrapartida, a participação relativa do gasto com “livros didáticos e revistas técnicas” se reduz para quintis mais altos.

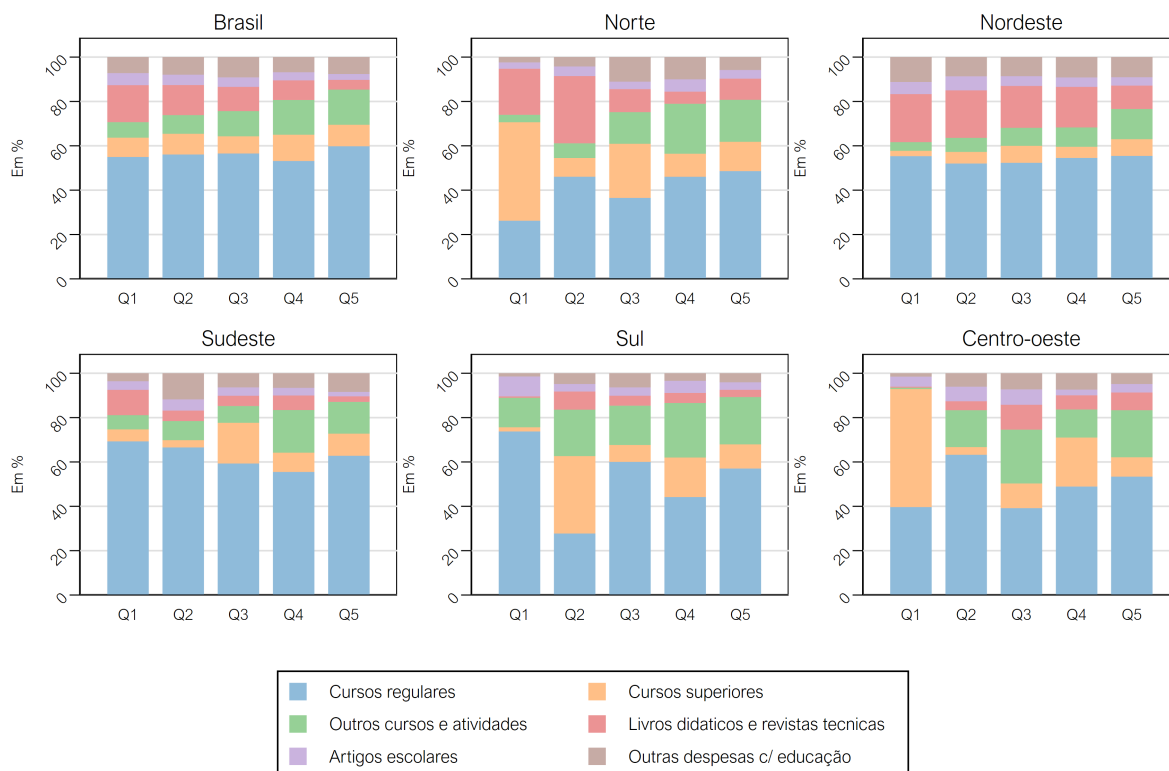
Figura 3.19: Despesa média mensal familiar com educação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em R\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Figura 3.20: Despesa média mensal familiar com educação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino básico privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

3.5 Tabelas da POF - Educação Básica

Tabela 3.1: Estatísticas Descritivas da Estrutura Orçamentária dos Domicílios com Alunos no Ensino Básico Privado (Em R\$)

Região	Quintil de renda	Alimentação	Habitação	Vestuário	Transporte	Higiene	Assistência à Saúde	Educação	Recreação	Fumo	Serviços pessoais	Despesas diversas	Impostos	Contribuições trabalhistas	Serviços bancários	Pensões e doações	Previdência privada	Outras
Brasil	Total	1.252,40	2.821,04	366,30	1.698,30	238,76	587,15	1.038,10	279,73	18,30	292,30	784,33	457,26	101,30	82,83	49,73	132,07	
	Q1	472,42	905,74	126,88	271,54	129,46	104,02	178,86	47,57	8,22	26,99	27,71	52,28	35,66	50,26	7,51	0,00	4,10
	Q2	623,80	1.194,47	149,65	346,17	152,67	163,85	308,21	80,81	11,12	36,46	45,64	63,46	63,85	18,90	12,05	0,00	11,28
	Q3	780,90	1.414,06	199,46	526,92	170,67	246,37	394,73	89,74	14,00	52,42	75,81	94,99	143,52	35,68	35,13	2,70	26,45
	Q4	1.024,70	2.002,61	277,73	1.411,40	211,81	389,10	695,24	160,33	3,54	83,80	173,47	219,11	246,92	74,15	37,73	3,96	54,38
	Q5	1.783,00	4.357,59	551,53	2.940,58	305,47	988,95	1.718,77	483,14	20,96	168,48	519,91	1.574,96	820,90	163,39	149,14	107,51	253,14
Norte	Total	926,56	2.102,45	267,99	987,45	274,93	328,22	477,10	144,33	5,99	61,46	151,95	546,12	301,63	81,31	61,82	2,14	85,50
	Q1	684,31	649,82	163,64	396,46	120,23	140,29	110,52	34,89	7,99	48,76	3,97	98,09	1,77	1,16	1,89	0,00	1,15
	Q2	553,64	1.072,08	114,95	531,55	200,97	126,65	175,49	147,17	0,65	17,25	51,16	113,90	53,87	2,91	3,57	0,00	2,69
	Q3	754,48	1.492,34	144,70	432,73	229,41	183,63	514,29	146,81	2,82	34,20	103,30	186,10	67,85	22,37	3,67	0,00	18,98
	Q4	577,12	1.768,51	173,45	627,01	239,82	325,10	384,80	112,54	3,94	49,70	87,83	111,62	85,78	15,89	30,67	0,00	10,10
	Q5	1.186,64	2.700,47	372,83	1.402,16	326,23	422,91	585,02	162,91	8,45	82,59	218,80	916,22	513,30	141,88	104,80	4,06	152,82
Nordeste	Total	1.032,13	1.772,25	325,20	1.073,76	249,65	391,53	620,01	187,09	14,70	82,20	134,87	323,38	299,67	76,85	70,04	24,26	70,29
	Q1	343,82	751,34	113,70	182,74	117,61	93,76	162,04	37,05	5,30	20,32	16,67	19,00	15,35	3,72	9,05	0,00	4,76
	Q2	575,82	846,32	135,53	270,14	143,80	101,47	197,14	55,92	16,53	32,41	42,25	34,74	37,71	91,88	8,56	0,00	5,97
	Q3	637,22	1.020,37	184,96	345,38	170,87	152,29	292,78	78,24	7,54	41,92	36,86	27,35	76,66	20,32	18,43	0,00	13,82
	Q4	864,85	1.277,82	238,47	620,05	210,24	218,84	392,12	100,82	8,82	57,29	68,34	79,22	172,71	50,16	43,05	4,01	29,46
	Q5	1.436,46	2.612,41	485,28	1.841,28	336,07	662,75	998,61	316,40	21,02	127,32	237,60	652,30	533,03	115,82	122,29	51,38	132,85
Sudeste	Total	1.395,05	3.625,85	382,28	2.100,68	215,77	758,04	1.421,77	341,25	22,19	128,32	383,91	1.082,48	550,40	111,14	83,74	74,63	177,78
	Q1	520,66	1.248,21	118,11	341,80	118,32	174,53	281,74	68,94	4,20	28,21	24,06	86,29	48,96	11,11	6,28	0,00	2,72
	Q2	566,57	1.520,25	141,30	377,62	114,87	239,10	324,86	76,15	17,23	40,94	79,84	90,69	89,06	31,33	20,63	0,00	32,35
	Q3	908,72	1.933,97	190,82	729,30	150,63	333,78	621,87	110,42	17,73	71,81	112,39	130,34	190,25	68,64	23,54	1,69	27,19
	Q4	1.027,51	2.380,06	249,31	1.256,90	197,17	503,71	880,10	149,32	38,69	84,78	216,81	306,46	284,20	84,94	29,96	3,65	51,10
	Q5	1.968,55	5.380,58	576,85	3.424,22	273,77	1.166,87	2.248,77	580,49	18,72	193,59	645,02	2.027,18	926,14	162,80	147,70	152,09	329,33
Sul	Total	1.434,22	2.970,10	417,88	2.018,30	256,95	515,48	927,16	363,08	25,80	111,07	389,18	810,50	479,28	120,89	66,98	44,85	117,70
	Q1	719,07	1.430,26	165,54	529,86	195,55	112,08	141,60	63,58	87,34	52,69	27,91	133,30	56,58	9,35	26,52	0,00	5,81
	Q2	620,32	1.262,02	177,03	436,23	127,21	119,45	181,40	69,60	6,34	37,31	61,68	164,12	111,93	16,51	35,38	0,00	32,17
	Q3	1.073,63	1.927,89	214,74	770,58	190,06	251,85	503,66	95,75	34,89	54,11	74,70	189,40	208,41	35,10	6,61	4,31	27,06
	Q4	1.099,44	2.109,78	262,76	1.007,86	295,31	363,39	489,88	192,00	16,16	95,91	159,27	223,85	233,13	61,07	18,04	1,70	42,60
	Q5	1.836,02	3.931,75	589,44	3.072,99	278,48	724,38	1.374,34	560,79	23,56	145,22	632,13	1.347,91	728,15	188,79	109,63	82,54	190,60
Centro-oeste	Total	1.420,35	3.339,20	462,43	2.324,15	267,43	811,17	1.347,93	329,44	10,24	140,59	441,25	1.342,57	737,50	143,95	178,85	67,04	211,78
	Q1	389,13	1.134,74	142,92	298,39	106,08	156,49	294,10	12,39	3,51	31,49	122,39	65,97	75,68	11,25	0,98	0,00	24,94
	Q2	620,32	1.766,36	134,12	283,36	113,27	79,63	252,56	51,95	2,34	36,96	30,91	49,24	94,14	12,48	19,47	0,00	21,30
	Q3	938,36	1.693,77	214,11	678,36	219,21	485,87	732,82	150,14	4,77	71,36	166,88	216,41	176,21	58,47	27,21	0,51	19,75
	Q4	1.048,45	2.185,43	339,37	1.326,71	240,04	428,92	927,65	185,59	7,43	82,53	348,83	473,15	359,72	102,93	64,60	7,06	148,78
	Q5	1.995,04	4.939,03	687,66	3.885,69	336,08	1.319,20	2.120,00	536,25	15,32	219,89	686,04	2.501,02	1.279,79	225,73	329,79	136,09	353,62

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Preços corrigidos a valores de março2022.

Tabela 3.2: Estatísticas Descritivas da Estrutura Orçamentária dos Domicílios com Alunos no Ensino Básico Privado (Em R\$) - Principais subcontas de despesas

Região	Quintil de renda	Subcontas Habitação					Subcontas Transporte				Subcontas Saúde			Subcontas Educação						
		Aluguel	Mobiliário e manutenção	Obras e serviços	Tv, telefone e internet	Condomínio	Manutenção e aquisição	Combustíveis	Outras despesas	Transporte urbano	Piano ou seguro saúde	Remédios	Consultas	Despesas diversas	Cursos regulares	Curso outros	Livros e revistas didáticos	Artigos escolares	Outras	
Brasil	Total	1.362,00	647,65	414,59	234,11	162,70	842,74	379,34	375,36	160,66	248,45	184,11	60,64	93,94	210,48	102,85	138,08	60,96	31,18	78,62
	Q1	469,88	147,12	229,40	53,01	6,32	108,16	57,33	40,99	44,86	18,22	59,79	9,82	16,19	98,31	15,63	12,50	29,78	9,78	12,85
	Q2	620,35	211,41	274,11	75,48	13,11	123,06	98,37	40,44	84,30	28,07	95,00	13,71	27,07	172,93	26,76	25,97	41,84	14,28	24,42
	Q3	705,21	357,80	325,68	105,13	20,25	203,45	154,63	77,95	90,89	74,01	117,06	25,63	29,66	223,18	30,65	44,81	43,08	17,03	35,99
	Q4	986,19	424,88	376,88	170,93	43,72	485,87	280,22	172,18	103,12	121,34	145,89	47,04	74,82	389,74	83,43	108,89	61,46	25,34	47,38
	Q5	2.071,54	1.063,59	622,52	371,86	328,08	1.509,28	615,66	704,16	111,49	455,70	264,38	97,36	151,51	1.027,84	168,70	272,17	75,44	45,83	130,79
Norte	Total	1.072,98	385,54	473,37	129,94	25,62	440,58	208,60	181,78	66,50	67,86	143,84	43,58	70,93	219,48	70,15	86,47	47,46	19,33	34,18
	Q1	275,34	108,92	224,14	41,43	0,00	350,77	14,64	3,29	21,77	0,59	60,32	14,96	64,41	29,02	49,06	3,71	22,95	3,17	2,60
	Q2	547,78	141,65	324,77	57,87	0,00	360,59	95,21	25,89	49,86	12,18	72,57	15,56	26,34	80,85	14,82	11,65	53,19	7,62	7,36
	Q3	801,92	270,70	345,41	74,31	0,00	193,50	130,40	77,72	31,10	17,54	95,95	13,92	56,22	187,72	125,59	73,44	53,48	17,15	56,92
	Q4	1.046,88	192,84	419,27	99,35	10,17	181,41	260,50	99,58	85,53	36,63	146,84	59,78	81,84	177,20	40,07	86,70	21,07	21,30	38,45
	Q5	1.330,29	572,13	576,07	176,88	45,99	622,71	420,12	283,33	76,00	108,76	180,13	53,92	80,20	284,49	77,23	110,77	55,85	22,73	33,89
Nordeste	Total	815,66	458,43	337,28	122,02	58,86	522,50	268,42	186,76	95,68	133,57	141,57	38,08	38,08	341,06	43,40	75,08	79,54	28,30	56,14
	Q1	402,69	110,33	210,11	28,22	0,00	75,37	39,89	17,00	50,47	15,45	48,27	8,33	21,70	89,73	3,88	6,31	35,10	8,88	18,15
	Q2	425,98	159,17	209,82	45,73	5,62	58,50	71,66	60,40	79,58	11,66	68,54	9,99	11,28	102,60	10,28	12,47	42,22	12,53	17,02
	Q3	503,68	215,35	243,97	53,71	3,67	135,40	104,59	29,04	76,36	25,84	91,70	15,83	19,						

Tabela 3.3: Distribuição da despesa de consumo média mensal familiar, por tipo de despesa em domicílios com estudantes na rede básica privada, como percentual do total da despesa familiar (Em %)

Região	Quintil de renda	Alimentação	Habituação	Vestúário	Transporte	Higiene	Assistência a Saúde	Educação	Recreação	Fumo	Serviços pessoais	Despesas diversas	Impostos	Contribuições trabalhistas	Serviços bancários e doações	Pensões	Previdência privada	Outras
Brasil	Total	12,1	27,4	3,6	16,5	2,3	5,7	10,1	2,7	0,2	1,0	2,8	7,6	4,4	1,0	0,8	0,5	1,3
	Q1	19,3	37,0	5,2	11,1	5,3	4,2	7,3	1,9	0,3	1,1	1,1	2,1	1,5	2,1	0,3	0,0	0,2
	Q2	19,0	36,4	4,6	10,5	4,7	5,0	9,4	2,5	0,3	1,1	1,4	1,9	1,9	0,6	0,4	0,0	0,3
	Q3	18,1	32,9	4,6	12,2	4,0	5,7	9,2	2,1	0,3	1,2	1,8	2,2	3,3	0,8	0,8	0,1	0,6
	Q4	15,2	29,8	4,1	15,5	3,3	5,8	10,3	2,4	0,3	1,2	2,6	3,3	3,7	1,1	0,6	0,1	0,8
	Q5	10,6	25,8	3,3	17,4	1,8	5,7	10,2	2,9	0,1	1,0	3,1	9,3	4,9	1,0	0,9	0,6	1,5
Norte	Total	13,6	30,9	3,9	14,5	4,0	4,8	7,0	2,1	0,1	0,9	2,2	8,0	4,4	1,2	0,9	0,0	1,3
	Q1	27,8	26,4	6,6	18,1	4,9	5,7	4,5	1,4	0,3	2,0	0,2	4,0	0,1	0,0	0,1	0,0	1,1
	Q2	17,5	33,8	3,6	16,8	6,3	4,0	5,5	4,6	0,0	0,5	1,6	3,6	1,7	0,1	0,1	0,0	0,1
	Q3	17,4	34,4	3,3	10,0	5,3	4,2	11,9	3,4	0,1	0,8	2,4	4,3	1,6	0,5	0,1	0,0	0,4
	Q4	12,5	38,4	3,8	13,6	5,2	7,1	8,4	2,4	0,1	1,1	1,9	2,4	1,9	0,3	0,7	0,0	0,2
	Q5	12,8	29,0	4,0	15,1	3,5	4,5	6,3	1,8	0,1	0,9	2,4	9,8	5,5	1,5	1,1	0,0	1,6
Nordeste	Total	15,3	26,3	4,8	15,9	3,7	5,8	9,2	2,8	0,2	1,2	2,0	4,8	4,4	1,1	1,0	0,4	1,0
	Q1	18,1	39,6	6,0	9,6	6,2	4,9	8,5	2,0	0,3	1,1	0,9	1,0	0,8	0,2	0,5	0,0	0,3
	Q2	22,2	32,6	5,2	10,4	5,5	3,9	7,6	2,2	0,6	1,2	1,6	1,3	1,5	3,5	0,3	0,0	0,2
	Q3	20,4	32,7	5,9	11,1	5,5	4,9	9,4	2,5	0,2	1,3	1,2	0,9	2,5	0,7	0,6	0,0	0,4
	Q4	19,5	28,8	5,4	14,0	4,7	4,9	8,8	2,3	0,2	1,3	1,5	1,8	3,9	1,1	1,0	0,1	0,7
	Q5	13,4	24,5	4,5	17,2	3,1	6,2	9,3	3,0	0,2	1,2	2,2	6,1	5,0	1,1	1,1	0,5	1,2
Sudeste	Total	10,9	28,2	3,0	16,3	1,7	5,9	11,1	2,7	0,2	1,0	3,0	8,4	4,3	0,9	0,7	0,6	1,4
	Q1	16,9	40,5	3,8	11,1	3,8	5,7	9,1	2,2	0,1	0,9	0,8	2,8	1,6	0,4	0,2	0,0	0,1
	Q2	16,2	34,4	3,4	13,0	2,7	6,4	8,6	2,0	0,3	1,3	2,0	2,4	2,4	0,8	0,5	0,0	0,9
	Q3	16,2	34,4	3,4	13,0	2,7	6,4	8,6	2,0	0,3	1,3	2,0	2,4	2,4	0,8	0,5	0,0	0,5
	Q4	13,3	30,7	3,2	16,2	2,5	6,5	11,4	1,9	0,5	1,1	2,8	4,0	3,7	1,1	0,4	0,0	0,7
	Q5	9,7	26,6	2,9	16,9	1,4	5,8	11,1	2,9	0,1	1,0	3,2	10,0	4,6	0,8	0,7	0,8	1,6
Sul	Total	13,0	26,8	3,8	18,2	2,3	4,7	8,4	3,3	0,2	1,0	3,5	7,3	4,3	1,1	0,6	0,4	1,1
	Q1	19,1	38,1	4,4	14,1	5,2	3,0	3,8	1,7	2,3	1,4	0,7	3,6	1,5	0,2	0,7	0,0	0,2
	Q2	16,6	37,4	4,1	12,9	3,8	3,5	4,9	2,1	1,1	1,1	1,8	4,9	3,3	0,5	1,0	0,0	1,0
	Q3	19,0	34,0	3,8	13,6	3,4	4,4	8,9	1,7	0,6	1,0	1,3	3,3	3,7	0,6	0,1	0,1	0,5
	Q4	16,5	31,6	3,9	15,1	4,4	5,4	7,9	0,2	1,4	2,4	3,4	3,5	3,5	0,9	0,3	0,0	0,6
	Q5	11,6	24,9	3,7	19,4	1,8	4,6	8,7	3,5	0,1	0,9	4,0	8,5	4,6	1,2	0,7	0,5	1,2
Centro-oeste	Total	10,5	24,6	3,4	17,1	2,0	6,0	9,9	2,4	0,1	1,0	3,3	9,9	5,4	1,1	1,3	0,5	1,6
	Q1	13,6	39,5	5,0	10,4	3,7	5,5	10,2	0,4	0,1	1,1	4,3	2,3	2,6	0,4	0,0	0,0	0,9
	Q2	16,2	46,0	3,5	7,4	3,0	2,1	13,6	1,4	0,1	1,0	0,8	1,3	2,5	0,3	0,5	0,0	0,6
	Q3	17,7	32,0	4,0	12,8	4,1	7,5	6,7	2,8	0,1	1,3	2,2	3,2	3,3	1,1	0,5	0,1	0,4
	Q4	12,7	26,4	4,1	16,0	2,9	5,2	11,2	2,2	0,1	1,0	4,2	5,7	4,3	1,2	0,8	0,1	1,8
	Q5	9,3	22,9	3,2	18,0	1,6	6,1	9,8	2,5	0,1	1,0	3,2	11,6	5,9	1,0	1,5	0,6	1,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Preços corrigidos a valores de março2022.

Tabela 3.4: Distribuição da despesa de consumo média mensal familiar, por principais subcontas da despesa, em domicílios com estudantes na rede básica privada, como percentual do total da despesa familiar (Em %)

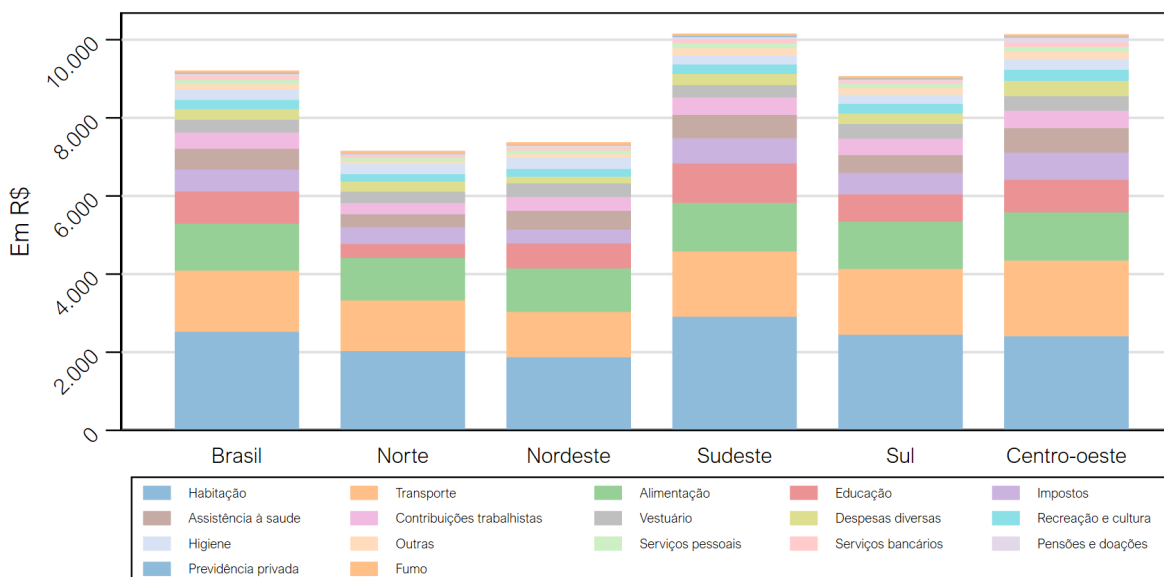
Região	Quintil de renda	Subcontas Habitação					Subcontas Transporte				Subcontas Saúde			Subcontas Educação						
		Aluguel	Mobiliário e manutenção	Outras tarifas e serviços	Tv, telefone e internet	Condomínio	Manutenção e aquisição	Combustíveis	Outras despesas	Transporte urbano	Piano ou seguro saúde	Remédios	Consultas	Despesas diversas	Cursos regulares	Curso superior	Outros cursos	Livros e revistas didáticos	Artigos escolares	Outras
Brasil	Total	13,2	6,3	4,0	2,3	1,6	8,2	3,7	3,6	1,0	2,4	1,8	0,6	0,9	5,9	1,0	1,5	0,6	0,3	0,8
	Q1	19,2	6,0	9,4	2,2	0,3	4,4	2,3	1,7	2,6	0,7	2,4	0,4	0,7	4,0	0,6	0,5	1,2	0,4	0,5
	Q2	18,9	6,4	8,4	2,3	0,4	3,7	3,0	1,2	2,6	0,9	2,9	0,4	0,8	5,3	0,9	0,8	1,3	0,4	0,7
	Q3	16,4	6,0	7,6	2,4	0,5	4,7	3,6	1,8	2,1	1,7	2,7	0,6	0,7	5,2	0,7	1,0	1,0	0,4	0,8
	Q4	14,7	6,3	5,5	2,5	0,7	7,2	4,2	2,6	1,5	1,8	2,2	0,7	1,1	5,5	1,2	1,6	0,9	0,4	0,7
	Q5	12,3	6,3	3,1	2,2	1,9	8,9	3,6	4,2	0,7	2,7	1,6	0,6	0,9	6,1	1,0	1,6	0,4	0,3	0,8
Norte	Total	15,8	5,8	7,0	1,9	0,4	6,5	4,4	2,7	1,0	1,0	2,1	0,6	1,0	3,2	1,0	1,3	0,7	0,3	0,5
	Q1	11,2	4,4	9,1	1,7	0,0	14,2	0,6	0,1	1,1	0,0	2,4	0,6	2,8	1,2	2,0	0,2	0,9	0,1	0,1
	Q2	17,3	4,5	10,2	1,8	0,0	11,4	3,0	0,8	1,6	0,4	2,3	0,5	0,8	2,6	0,5	0,4	1,7	0,2	0,2
	Q3	18,5	8,2	8,0	1,7	0,0	4,5	3,0	1,8	0,7	0,4	2,2	0,3	1,3	4,3	2,9	1,7	1,2	0,4	1,3
	Q4	22,7	4,2	9,1	2,2	0,2	3,9	5,7	2,2	1,9	0,8	3,2	1,3	1,8	3,8	0,9	1,9	0,5	0,5	0,8
	Q5	14,3	6,2	6,2	1,9	0,5	6,7	4,5	3,0	0,8	1,2	1,9	0,6	0,9	3,1	0,8	1,2	0,6	0,2	0,4
Nordeste	Total	12,1	6,5	5,0	1,8	0,9	7,7	4,0	2,8	1,4	2,3	2,1	0,6	0,9	3,1	0,6	1,1	1,2	0,4	0,8
	Q1	21,2	5,8	11,1	1,5	0,0	4,0	2,1	0,8	2,7	0,8	2,5	0,4	1,1	4,3	0,2	0,3	1,9	0,5	1,0
	Q2	16,4	6,1	8,1	1,8	0,2	2,3	2,8	2,3	3,1	0,4	2,6	0,4	0,4	4,0	0,4	0,5	1,6	0,5	0,7
	Q3	16,1	6,9	7,8	1,7	0,1	4,3	3,3	0,9	2,4	0,8	2,9	0,5	0,6	4,9	0,7	0,8	1,8	0,4	0,8
	Q4	13,8	6,5	6,7	1,5	0,3	6,7	3,4	1,8	2,0	1,5	2,2	0,6	0,5	4,8	0,4	0,8	1,6	0,4	0,8
	Q5	10,9	6,5	4,1	1,9	1,1	8,7	4,3	3,2	1,1	2,7	1,9	0,6	1,0	5,2	0,7	1,3	1,0	0,4	0,8
Sudeste	Total	13,8	6,3	3,5	2,5	2,1	7,9	3,2	4,3	0,9	2,7	1,6	0,6	1,0	6,8	1,1	1,6	0,4	0,3	0,9
	Q1	22,7	5,4	8,6	3,1	0,7	4,4	2,4	1,0	3,3	1,3	2,7	0,4	1,2	6,3	0,5	0,6	1,0	0,4	0,3
	Q2	20,7	6,8	8,7	3,7	0,9	2,9	2,1	1,8	3,2	1,7	3,4	0,6	0,6	5,7	0,3	0,7	0,4	0,4	1,0
	Q3	18,4	5,7	6,1	3,4	0,8	5,7	3,5	1,8	2,0	2,4	2,3	0,5	0,7	6,6	2,0	0,8	0,5	0,4	0,7
	Q4	15,3	6,3	5,4	2,9	0,8	7,6	3,9	3,1	1,6	2,1	2,2	0,7	1,5	6,3	1,0	2,2	0,7	0,4	0,7
	Q5	12,8	6,4	2,6	2,3	2,5	8,4	3,0	4,9	0,6	2,9	1,4	0,5	1,0	7,0	1,1	1,6	0,3	0,2	0,9
Sul	Total	13,4	5,9	4,1	2,3	1,1	9,7	4,9	2,9	0,7	1,5	1,9	0,6	0,8	4,6	1,0	1,8	0,3	0,3	0,3
	Q1	11,2	13,5	9,8	3,6	0,0	8,9	3,6	1,2	0,4	0,9	2,0	0,0	0,1	2,8	0,1	0,5	0,0	0,3	0,1
	Q2	19,6	5,5	8,7	3,3	0,2	2,5	6,4	2,9	1,1	0,6	2,4	0,4	0,2	1,4	1,7	1,0	0,4	0,2	0,2
	Q3	17,4	6,8	8,4	2,8	1,2	4,6	5,4	1,8	2,0	0,7	2,7	0,5	0,6	5,3	0,7	1,6	0,4	0	

Capítulo 4

Educação Superior

Os maiores gastos das famílias brasileiras com estudantes do ensino superior privado são com habitação, transporte, alimentação, educação e tributos. Segundo dados da POF 2017/2018 (figura 4.1), a média da despesa monetária e não-monetária mensal dessas famílias, no âmbito nacional, foi de cerca de nove mil reais. Desses, pouco menos de um terço são gastos com despesas relacionadas ao domicílio, como aluguel, condomínio, mobiliário, manutenção, pacotes de conexão (TV, internet e telefone), tarifas de luz e água, bem como demais gastos com outras despesas correntes relativas à habitação.

Figura 4.1: Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)

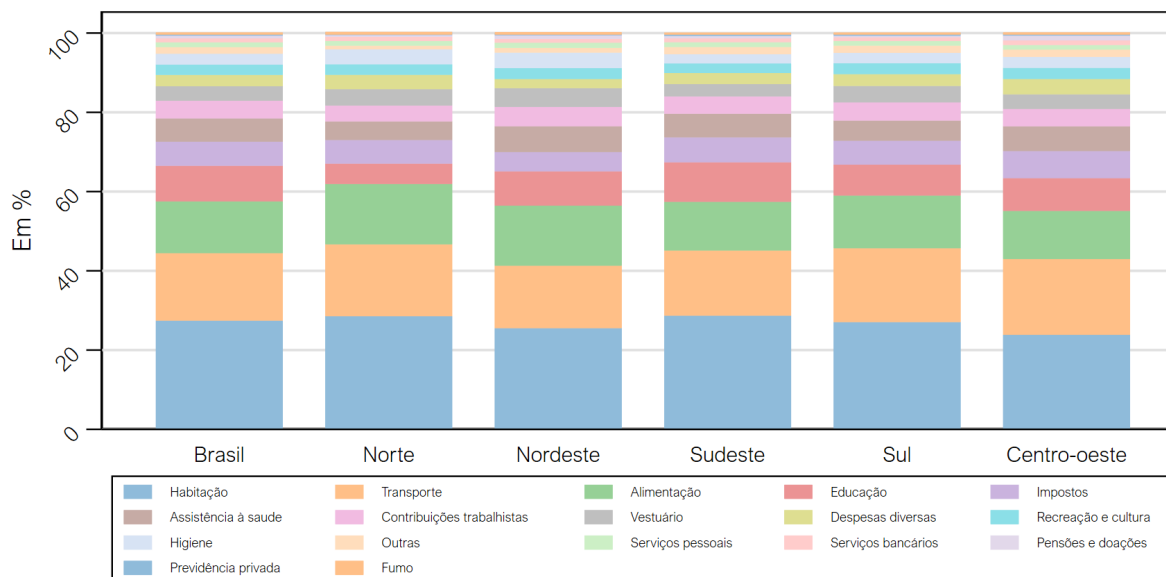


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Importante notar que a heterogeneidade regional quanto ao dispêndio familiar se assemelha ao que se viu no capítulo anterior. As maiores médias são das regiões Sudeste e Centro-Oeste, que ultrapassam os dez mil reais mensais. Em seguida, vem a região Sul, que se assemelha à média nacional. Por fim, o Nordeste e o Norte são as regiões com a menor despesa familiar mensal.

Figura 4.2: Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

Em termos percentuais, a heterogeneidade regional é menor (figura 4.3). De modo geral, as famílias brasileiras com alunos no ensino superior privado ocupam pouco menos de um terço da sua despesa total com habitação. A nível nacional, a média é de 27,5%. A região Norte é a que mais gasta percentualmente com habitação (28,7%), seguida pela região Norte (28,6%), pela região Sul (27,1%), pela região Nordeste (25,5%) e pela região Centro-Oeste (23,8%).

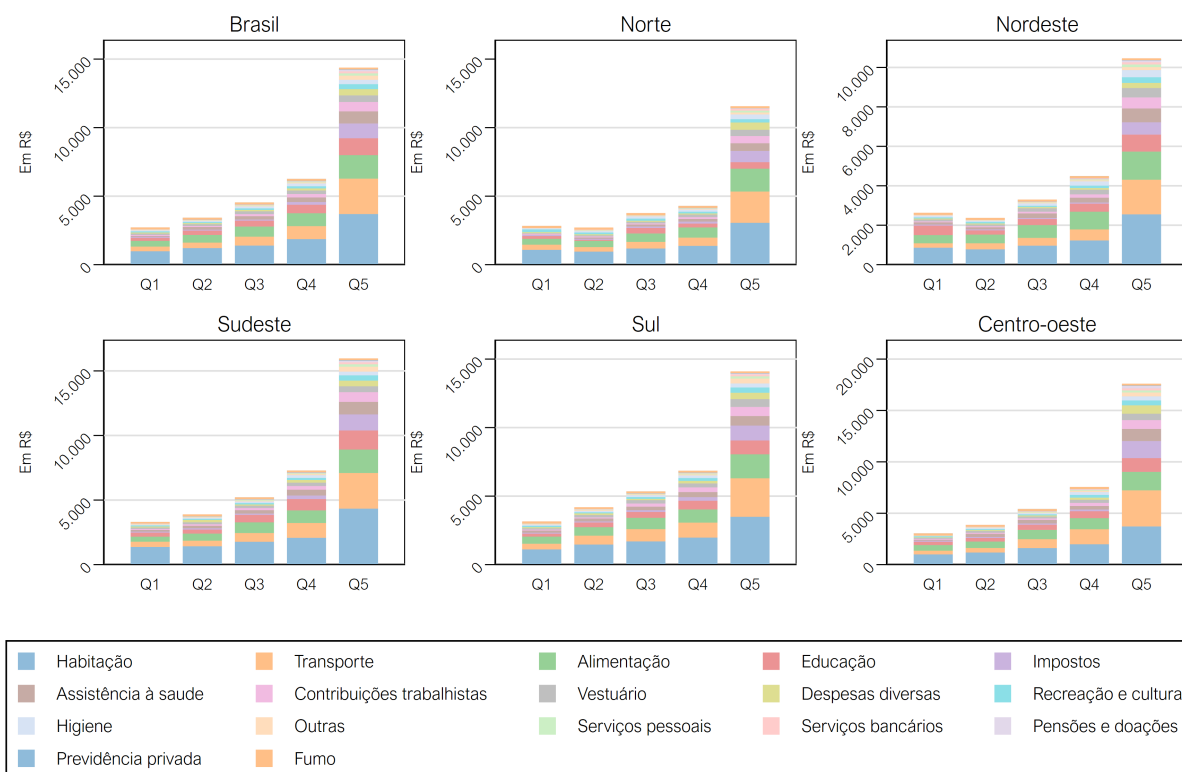
Além das despesas relativas à habitação, os principais componentes da despesa das famílias são transporte e alimentação. Na média nacional, os domicílios com estudantes no ensino superior privado ocupam 17% do seu gasto mensal com transporte individual ou coletivo. As regiões que mais ocupam o seu orçamento com gastos em transporte são o Centro-Oeste (19,1%), o Sul (18,6%) e o Norte (18,1%). Abaixo da média brasileira, temos a região Sudeste (16,4%) e a região Nordeste (15,8%). Quanto à alimentação, estes domicílios ocupam, em média, cerca de 13% do seu orçamento mensal. Nesse componente, a heterogeneidade regional fica mais evidente. As regiões Norte e Nordeste ocupam

respectivamente 15,2% e 15,1% do orçamento familiar mensal com alimentação. Isso representa cerca de 16% ou 17% a mais do que a média nacional. A seguir, estão a região Sul (13,3%), a Sudeste (12,3%) e a Centro-Oeste (12,2%).

A rubrica com educação também é um componente significativo no gasto mensal dos domicílios brasileiros com estudantes no ensino superior privado. A média nacional é de 9%. A região Sudeste é a que mais ocupa o orçamento familiar com educação (10%). A seguir, vem a região Nordeste (8,7%), a região Centro-Oeste (8,3%), a região Sul (7,8%) e, por fim, a região Norte (5,1%).

Além dessas principais rubricas, as famílias brasileiras com estudantes da rede privada em nível superior desembolsam, na média, as seguintes proporções do seu orçamento mensal: impostos (6,1%), assistência à saúde (5,9%), contribuições trabalhistas (4,5%), vestuário (3,6%), despesas diversas (2,9%), higiene (2,8%), recreação (2,6%), serviços pessoais (1,2%), serviços bancários (1%), pensões e doações (0,8%), previdência privada (0,3%), fumo (0,2%) e outras despesas correntes (1,7%).

Figura 4.3: Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa e quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)

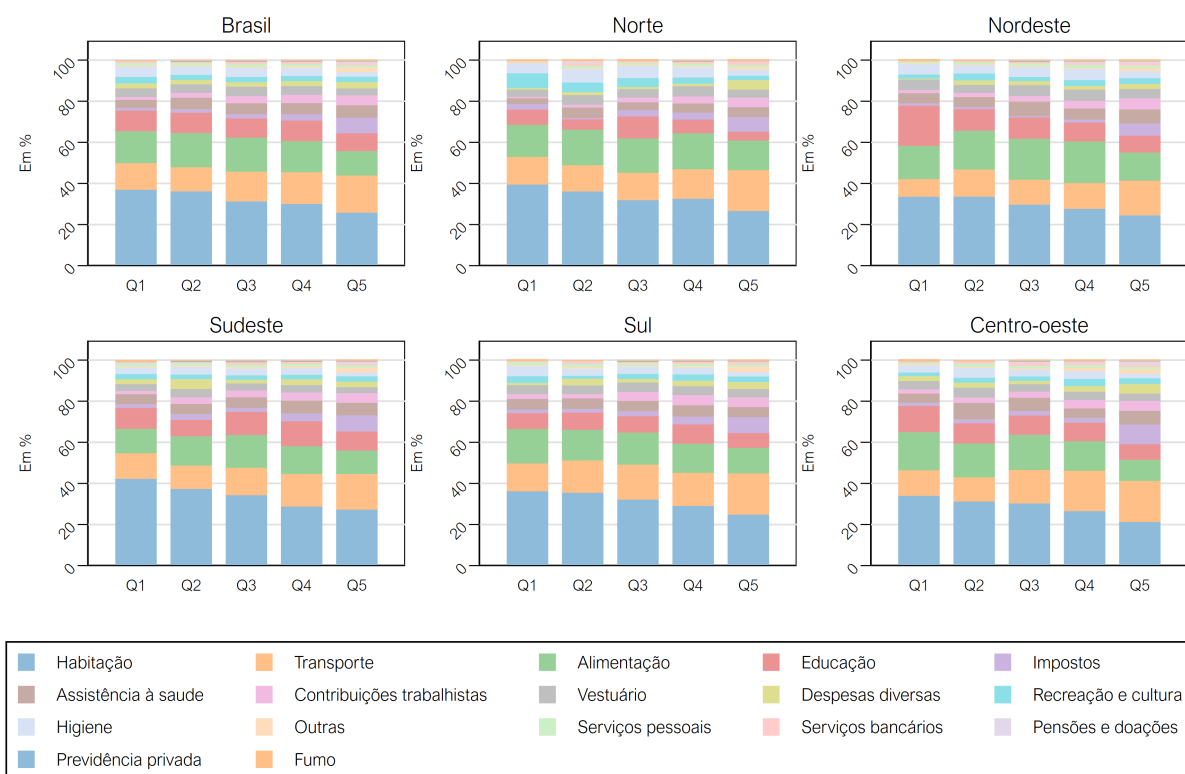


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Tal como no capítulo anterior, a análise do gasto familiar estratificado pela renda nos permite observar conclusões importantes quanto à composição do dispêndio. A figura 4.3 apresenta a despesa familiar por quintis de renda em reais. A figura 4.4 apresenta os componentes do gasto percentual ao longo da renda familiar.

Figura 4.4: Despesa média mensal familiar, por tipo de despesa e quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

As famílias com alunos no ensino superior privado que estão no último quintil da distribuição têm a sua despesa monetária e não monetária mensal de R\$ 14.329,03, ao passo que as famílias do primeiro quintil têm sua despesa na ordem de R\$ 2.654,62, o que representa um dispêndio mais de cinco vezes maior das famílias mais ricas em relação às mais vulneráveis. Essa relação se mantém relativamente constante nas regiões. Outro ponto importante de notar é que as contas de habitação, de transporte, alimentação e educação se mantêm como as principais despesas familiares independentemente do nível de renda familiar.

A análise do peso dos componentes da despesa no orçamento familiar mostra

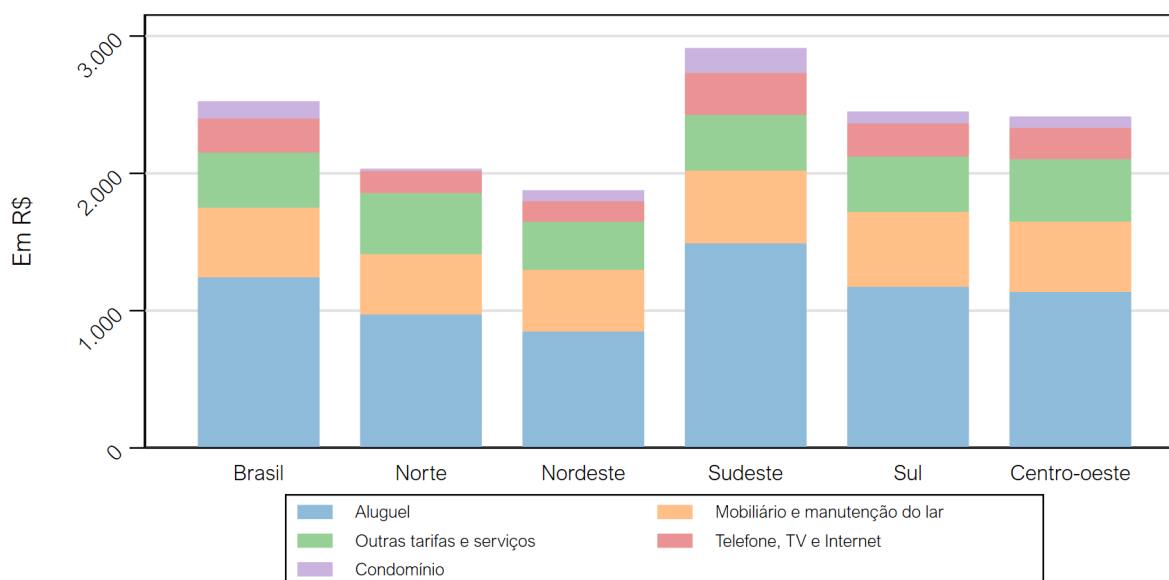
uma configuração diferente. A figura 4.4 apresenta estes resultados. Como se vê, os gastos essenciais em habitação, alimentação, vestuário e higiene têm participação essencialmente decrescente ao longo da renda, de modo que as famílias mais ricas gastam menos percentualmente em relação às mais pobres. Já a conta de transporte parece ter relação inversa aos demais componentes essenciais destacados anteriormente, pois ela é crescente ao longo da renda. Na média nacional, as famílias do último quintil ocupam cerca de 18% do seu orçamento com transporte individual ou coletivo, ao passo que os domicílios do primeiro quintil ocupam apenas 13%. Estes tópicos serão analisados em maior detalhe nas próximas subseções.

4.1 Habitação

Nessa seção e nas próximas, o objetivo é analisar o gasto dos principais subcomponentes da POF 2017-2018 do IBGE, destacando as principais características do dispêndio familiar dos domicílios com estudantes no ensino superior privado pelas grandes regiões brasileiras, mas também pela distribuição de renda dessas famílias.

Tal como no capítulo anterior, começamos pelas despesas com habitação. Dividimos essa conta da POF em cinco subcontas: aluguel (que inclui o gasto monetário e não monetário), condomínio, mobiliário e manutenção do lar (que abrange os dispêndios com artigos de limpeza, eletrodomésticos, consertos, mobiliários em geral e outras despesas com a manutenção domiciliar), pacotes de telefone, televisão e internet e, por fim, outras tarifas e serviços (que inclui tarifas de luz, água e esgoto, bem como outros serviços e taxas). A figura 4.5 apresenta o dispêndio em reais.

Figura 4.5: Despesa média mensal familiar com habitação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)



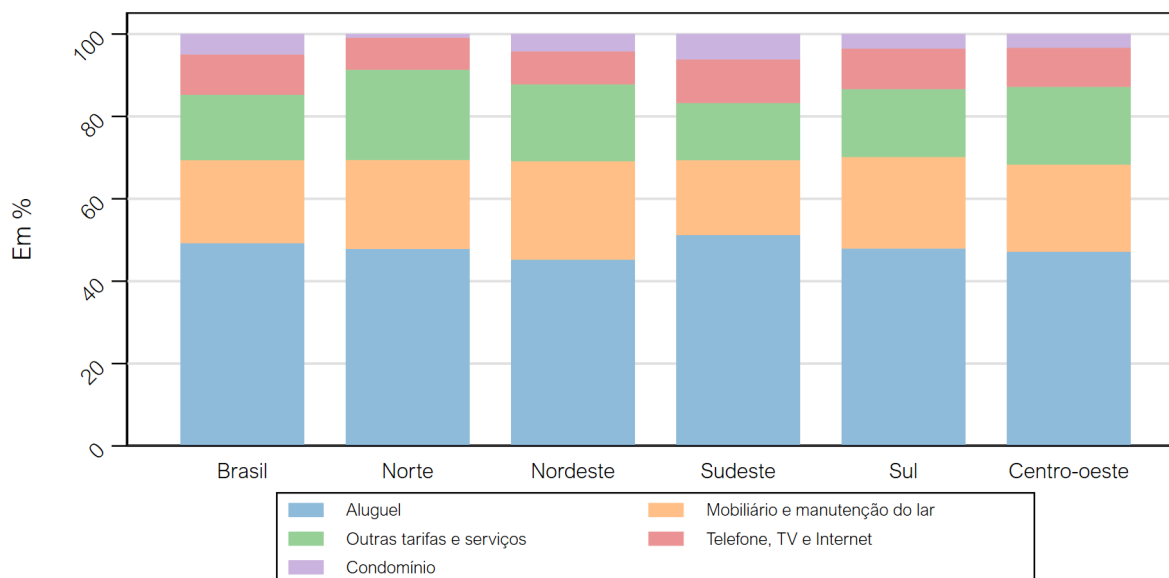
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Essa figura equivale à figura 4.1, mas com enfoque apenas no gasto em habitação. Como vimos, na média, os domicílios de interesse a nível nacional gastam cerca de R\$ 2.500,00 com habitação. Desse montante, quase metade é relativo ao dispêndio monetário e não monetário com aluguel. Além disso, as famílias desembolsam aproximadamente R\$ 500,00 com mobiliário e manutenção, R\$ 400,00 em tarifas e serviços relativos ao domicílio, R\$250,00 com pacotes de conexão (telefone TV e internet), em como R\$ 125,00 em taxas condominiais.

Nas regiões, o gasto com aluguel é heterogêneo. O Sudeste é a região que mais ocupa o orçamento familiar com esta subconta (R\$ 1.490,31), seguida da região Sul (R\$1.174,65), da região Centro-Oeste (R\$ 1.137,82), da região Norte (R\$ 973,09) e da região Nordeste (R\$ 848,83). O dispêndio com mobiliário e manutenção é mais homogêneo entre as regiões, variando entre R\$ 438,96 no menor valor (região Norte) e R\$ 544,84 no maior (região Sul). Na média brasileira, as famílias desembolsam R\$ 507,63 nessa subconta. O consumo de tarifas de luz, água e esgoto e outros serviços domiciliares também é relativamente semelhante entre as regiões: em média R\$ 400,92 mensais. Destaque para as regiões Nordeste, que tem o menor gasto com esses serviços (R\$ 350,10), e Centro-Oeste, que apresenta o maior dispêndio mensal (R\$ 455,45).

Figura 4.6: Despesa média mensal familiar com habitação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)



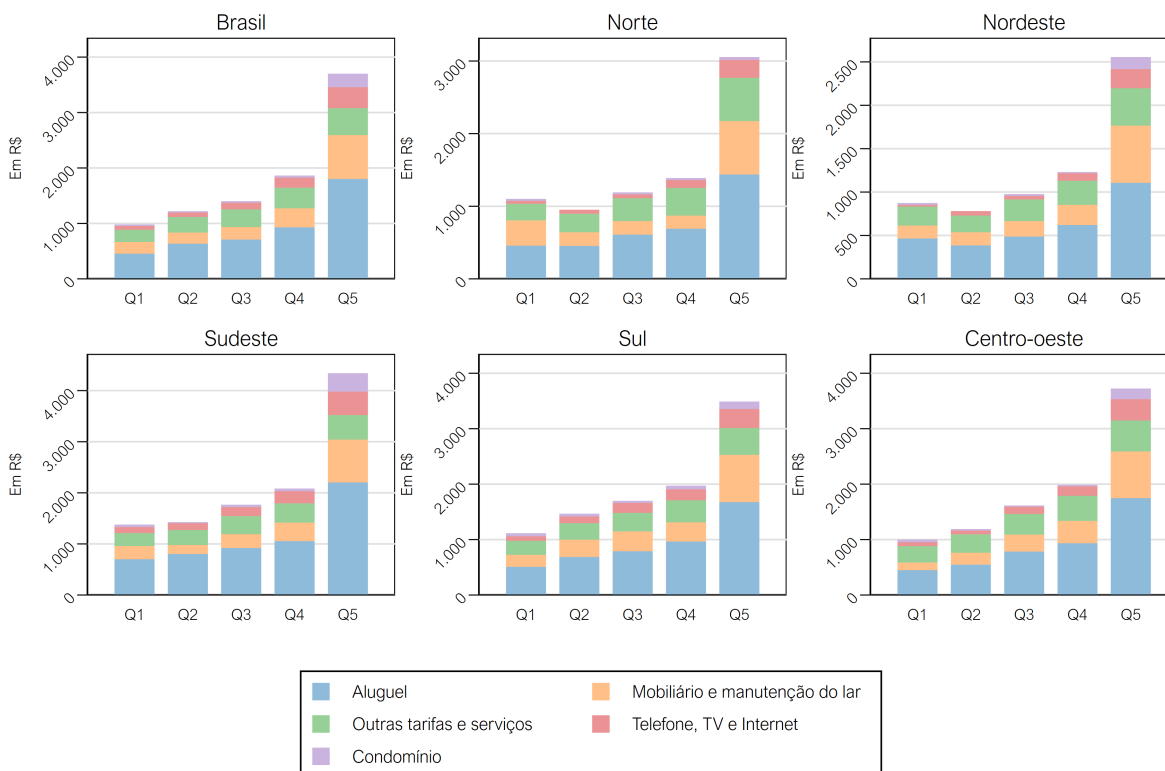
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

Já a figura 4.6 apresenta o gasto percentual dessas famílias. Do total do consumo com habitação, a nível nacional, os brasileiros que têm estudantes do ensino superior privado em suas residências alocam cerca de 49% em aluguel, 20% com mobiliário e manutenção, 16% com tarifas e serviços domiciliares, 10% com pacotes de conexão (televisão, internet e telefone), bem como 5% em condomínio.

No nível regional, percebemos que os pesos que as famílias alocam nos diferentes tipos de despesa com habitação são relativamente homogêneos. A região Sudeste é onde as famílias mais alocam seu orçamento em aluguel e em condomínio (54,2% e 6,6% respectivamente). Já a região Nordeste é onde o dispêndio com mobiliário e manutenção residencial é mais alto percentualmente: cerca de 24%. Ainda, a região Norte é a que mais ocupa o orçamento familiar com tarifas e serviços domiciliares: 22%, mas a que menos ocupa com condomínio: apenas 0,7%.

Figura 4.7: Despesa média mensal familiar com habitação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)

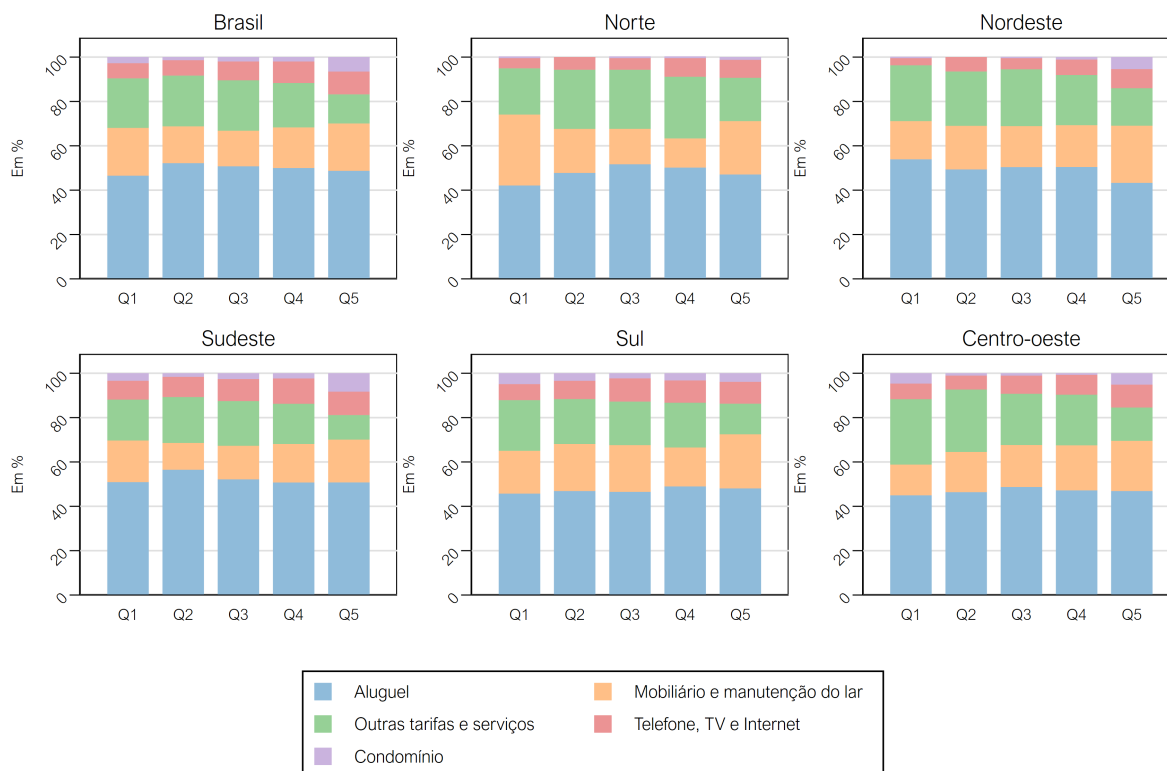


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Na figura 4.7, analisamos o dispêndio familiar em relação a renda. Naturalmente, na medida em que as famílias se movem nos quintis de renda, elas gastam mais com todas as contas. Entretanto, é importante notar que o gasto como mobiliário e condomínio cresce desproporcionalmente à medida que a renda do domicílio sobe. Essa relação fica mais evidente na figura 4.8.

Figura 4.8: Despesa média mensal familiar com habitação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

A figura 4.8 apresenta a análise do peso dos principais gastos domiciliares nos orçamentos familiares brasileiros com estudantes na rede privada de ensino superior. Como dito, quando a renda das famílias é maior, os domicílios são capazes de alocar uma parcela percentual menor da sua renda em tarifas de luz, água, gás, etc. Isso permite que estas famílias com bens não essenciais, como mobiliário, eletrodomésticos, dentre outros. Outro ponto de destaque é que o quintil mais rico das famílias brasileiras também aloca um peso substancialmente maior em gastos com condomínio. Já o peso do gasto com pacotes de conexão é relativamente constante ao longo da distribuição da renda dessas famílias, bem como entre as regiões, variando entre cerca de 1% e 3% do total do dispêndio domiciliar.

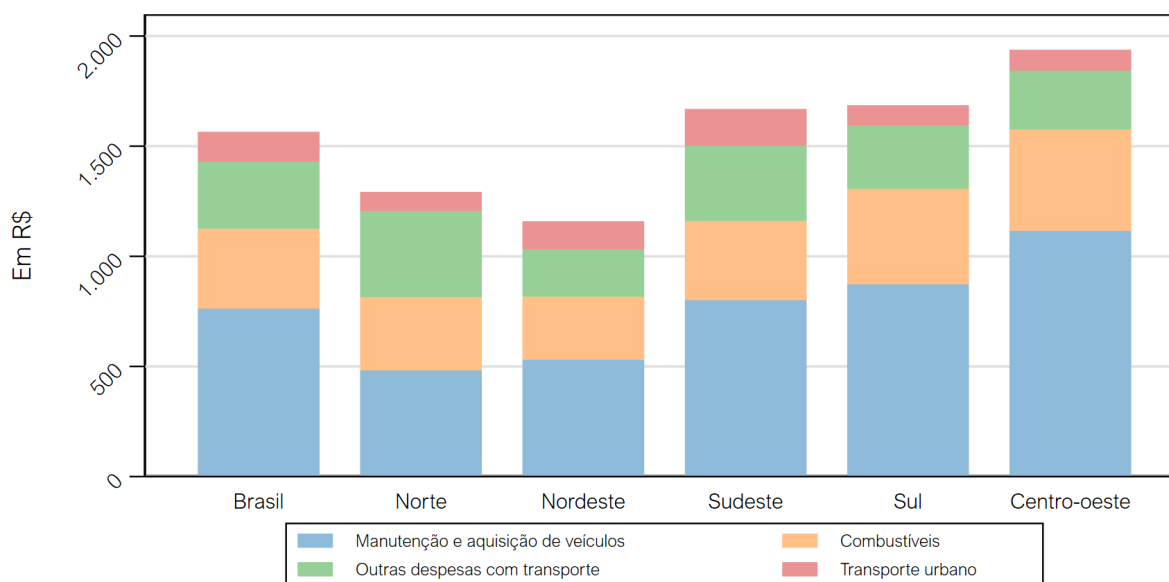
4.2 Transporte

O gasto das famílias analisadas com transporte é semelhante àqueles domicílios com estudantes na rede de ensino básico privado. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste gastam mais do que a média nacional. Já as famílias do Norte e Nordeste dispõem menos em transporte individual e coletivo.

O maior gasto dos brasileiros em transporte é com aquisição e manutenção de veículos: na média, R\$ 763,33. A seguir, vêm os gastos com combustíveis e outras despesas com transporte, que incluem viagens esporádicas, estacionamento, pedágios e seguro obrigatório. Por último, vem o gasto com transporte urbano, que inclui ônibus, táxi, metrô, integração, trem, barca, transporte alternativo, bonde e plano inclinado.

A figura 4.9 apresenta essa distribuição do gasto.

Figura 4.9: Despesa média mensal familiar com transporte, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)

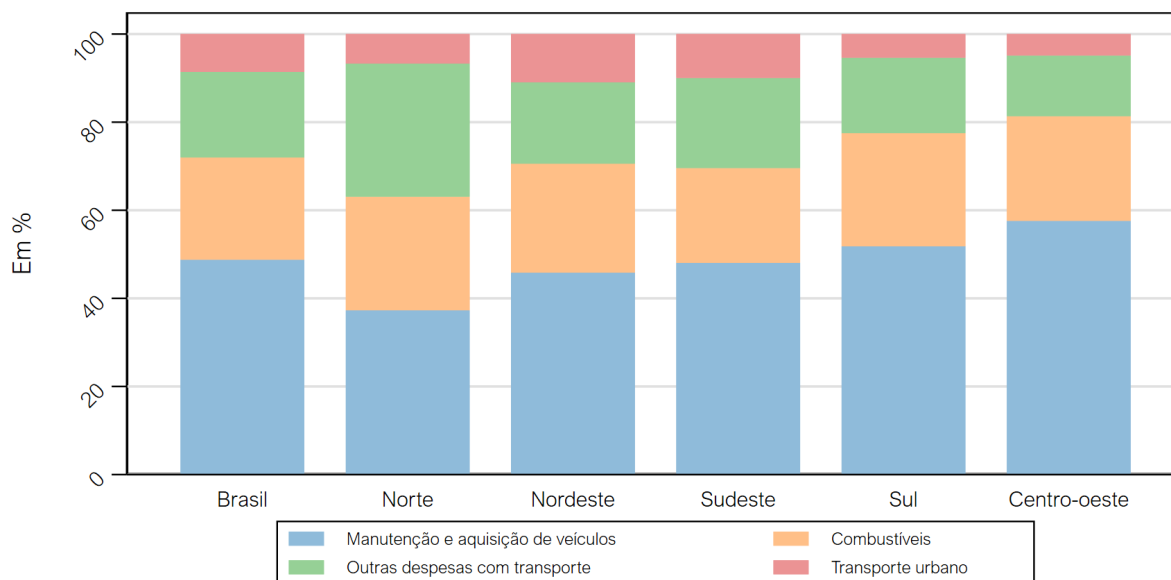


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Na figura 4.10, é possível ver a alocação que as famílias fazem do gasto com transporte individual e coletivo. Como se vê, as famílias do centro-oeste são as que destinam maior parcela do seu orçamento para aquisição e manutenção de veículos. Outro ponto importante de frisar é que a região norte gasta substancialmente mais com outros dispêndios assessoriais do transporte.

Figura 4.10: Despesa média mensal familiar com transporte, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)

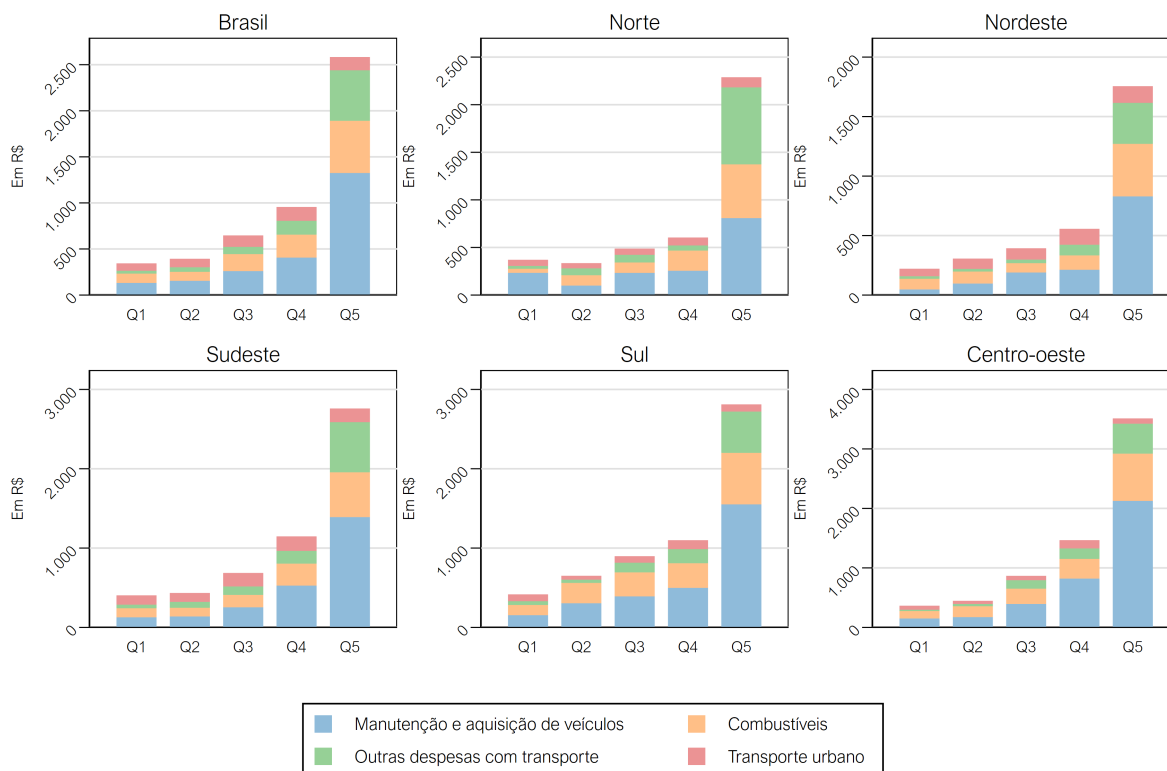


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

Na figura 5.25, é possível verificar a despesa com transporte ao longo da renda das famílias. Intuitivamente, vemos que as famílias mais ricas gastam mais com aquisição, manutenção e combustíveis de veículos individuais.

Figura 4.11: Despesa média mensal familiar com transporte, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)

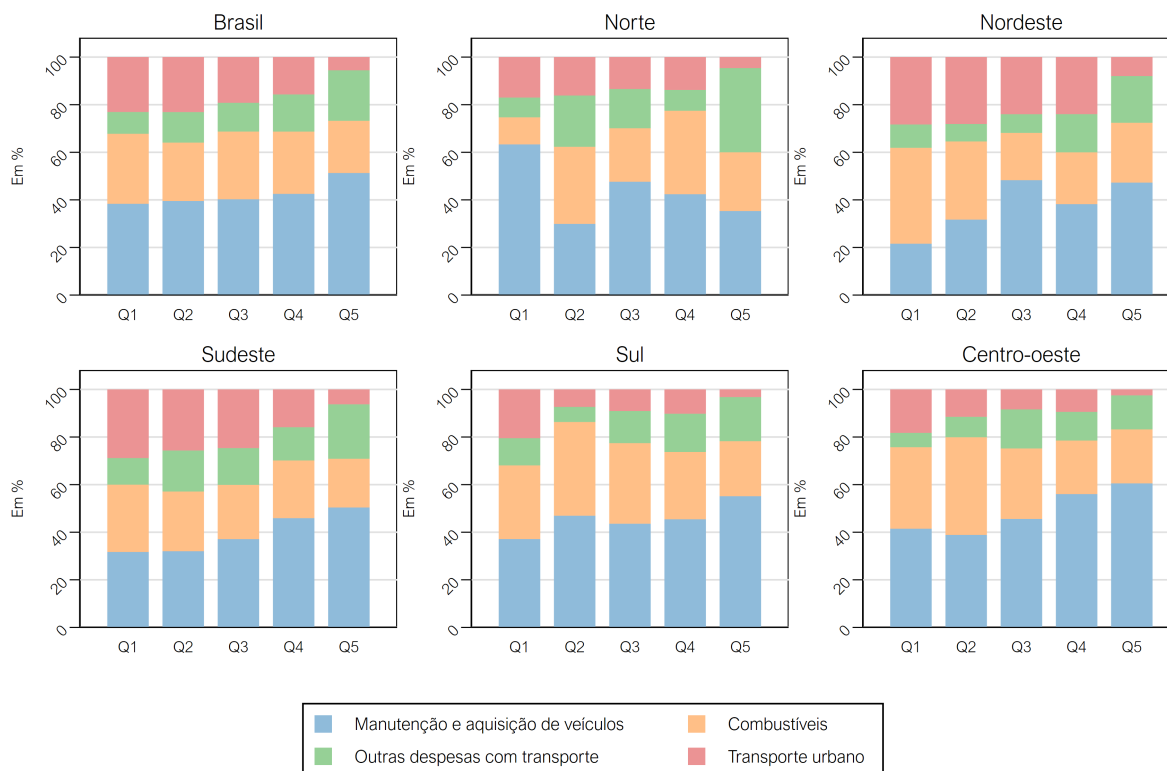


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Como é possível verificar na figura 4.12, as famílias mais pobres alocam desproporcionalmente mais renda em transporte coletivo. Na média nacional, os domicílios do primeiro quintil ocupam cerca de 3% do seu orçamento, ou 23% do total do do gasto em transporte, com deslocamento urbano. Na medida em que a renda sobe, as famílias decidem ocupar maior parcela da sua renda com transporte individual e combustíveis. Além disso, as famílias do quinto quintil ocupam uma parte muito maior do seu do orçamento com viagens esporádicas e outras despesas acessórias do transporte, como pedágios, estacionamentos, dentre outras.

Figura 4.12: Despesa média mensal familiar com transporte, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

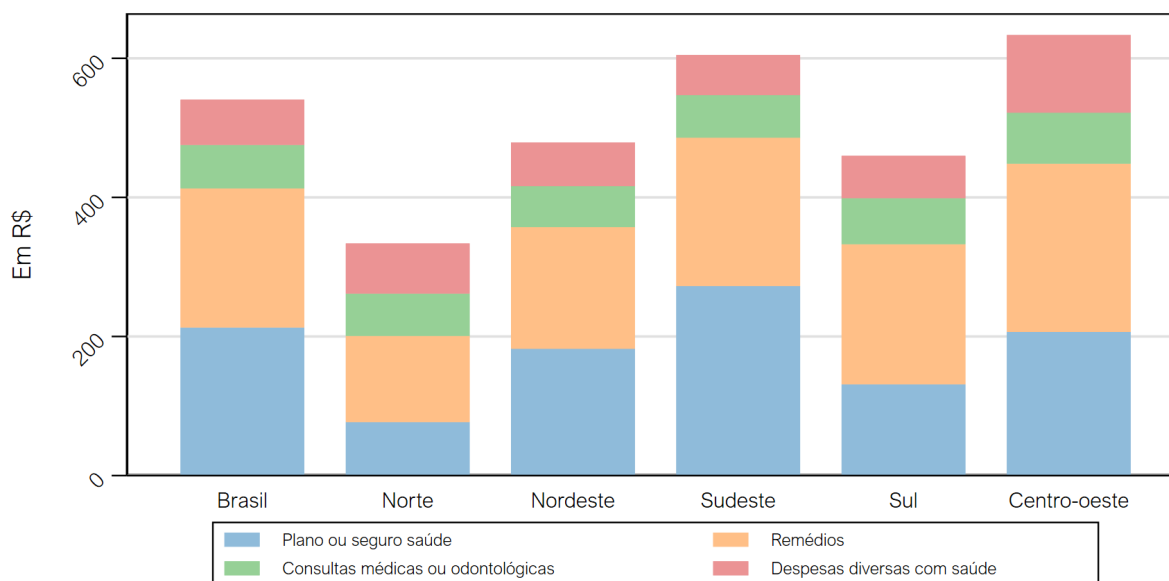
4.3 Assistência à Saúde

O gasto em assistência à saúde é especialmente heterogêneo entre as regiões brasileiras. Na média nacional, as famílias gastam cerca de R\$ 540, mas esse gasto pode ser decomposto em planos ou seguros de saúde, remédios, consultas médicas ou odontológicas, bem como gastos diversos, tais como cirurgias, exames, materiais de tratamento, hospitalização, dentre outros serviços diversos.

Em média, os domicílios brasileiros gastam cerca de R\$ 200 em planos de saúde, outros R\$ 200 em remédios, R\$ 62 em consultas e R\$ 65 em outras despesas relativas à saúde. Como se verifica da figura 4.13, a maior parte da heterogeneidade regional da despesa em saúde é explicada pelo gasto com planos ou seguro saúde. Na região Norte, o gasto médio das famílias é de aproximadamente R\$ 77, ao passo que na região Sul é de R\$ 130 e na região Nordeste, R\$ 182. As regiões Centro-Oeste e Sudeste gastam mais do que a média nacional

em planos de saúde: R\$ 207 e R\$ 273, respectivamente.

Figura 4.13: Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)

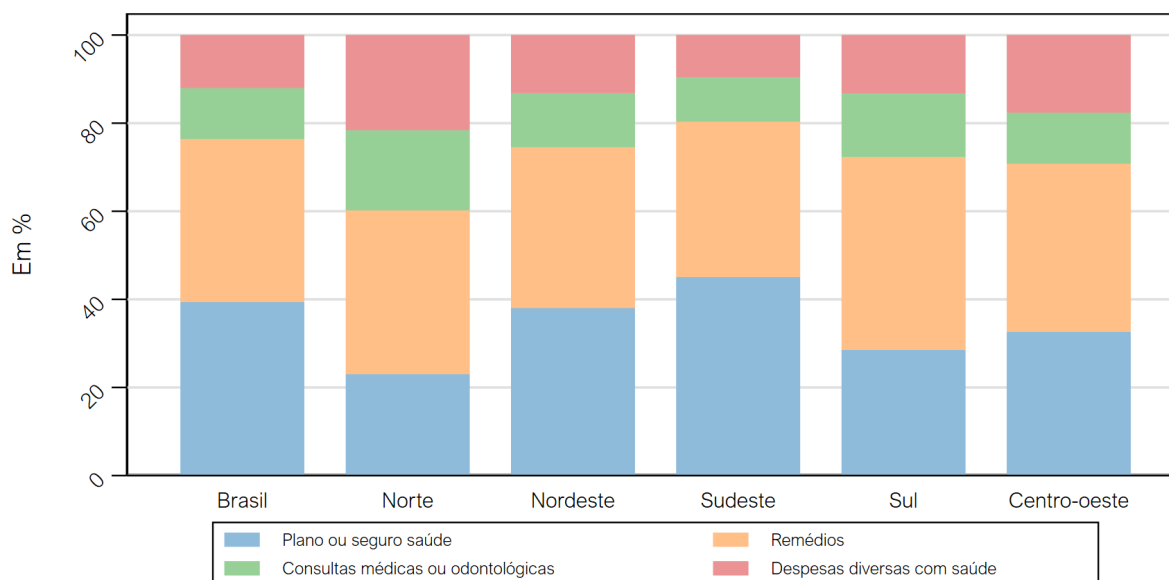


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Na figura 4.14, é possível verificar o peso que cada despesa tem sobre o orçamento domiciliar em assistência à saúde. O gasto com remédios é relativamente constante nas regiões. Na média nacional, as famílias alocam 37% de toda despesa com saúde em remédios. A região com maior peso de gastos com remédios é a região Sul. Consultas médicas e despesas em serviços diversos de saúde têm peso maior no norte, de modo que o gasto em planos de saúde é menor tanto em termos absolutos como relativos na região.

Figura 4.14: Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)

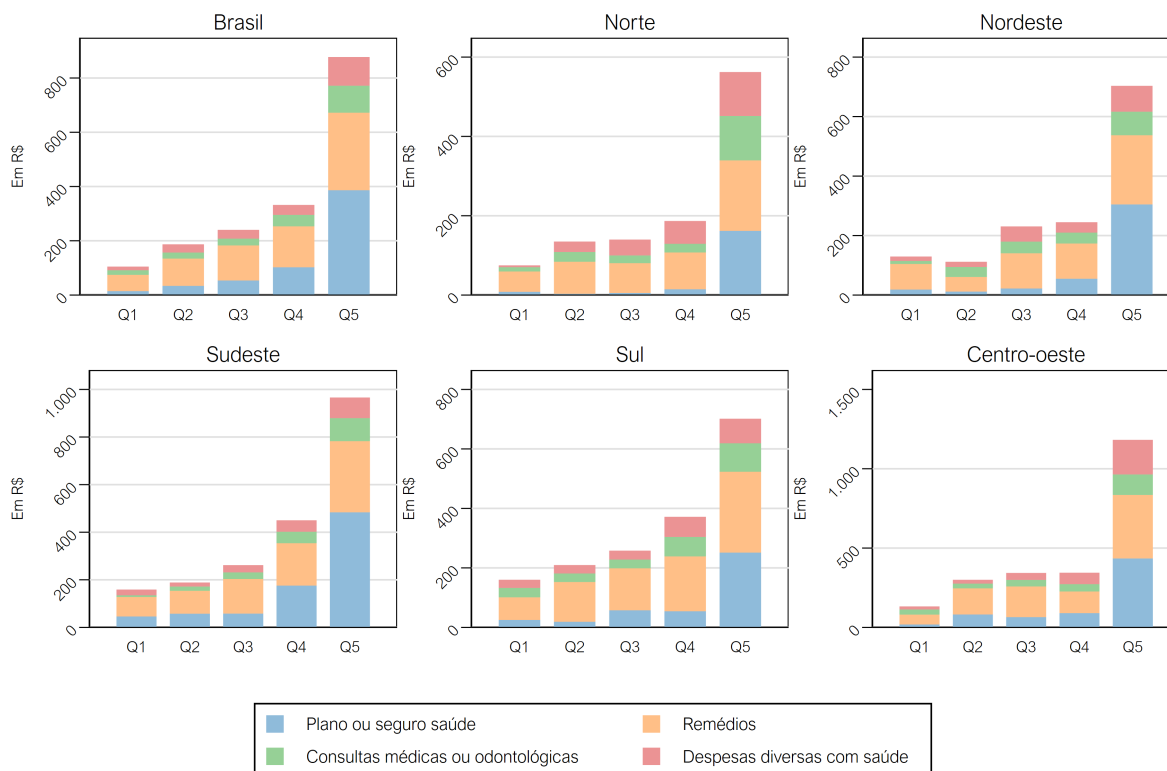


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

Na figura 4.15, analisa-se o gasto familiar por quintis de renda. Naturalmente os quintis mais altos da distribuição aumentam desproporcionalmente o gasto familiar em melhores planos ou seguros saúde, mas também em exames médicos, odontológicos e outros serviços de cirurgia, hospitalares, dentre outras despesas relativas à saúde.

Figura 4.15: Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)

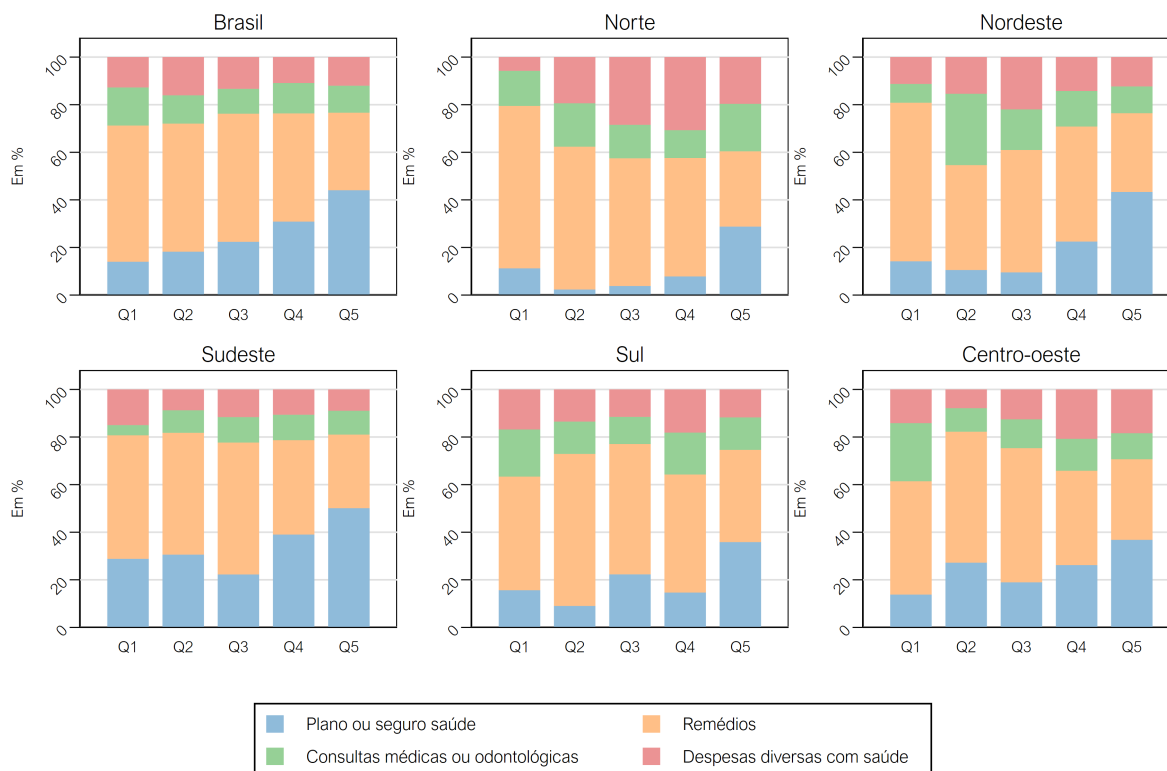


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Essa relação pode ser melhor observada na figura 4.16. Nos gráficos, podemos observar como a despesa com remédio vai encolhendo proporcionalmente à medida que a renda aumenta. Este gasto vai sendo substituído por planos de saúde, consultas e outras despesas auxiliares.

Figura 4.16: Despesa média mensal familiar com assistência à saúde, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

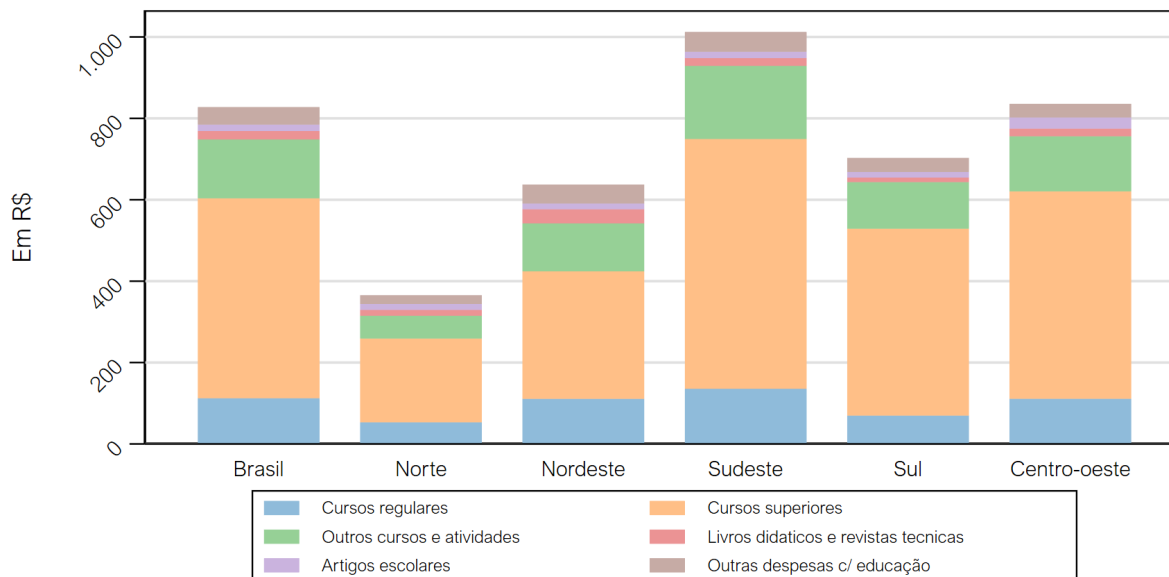
4.4 Educação

As famílias com alunos no ensino superior privado gastam R\$ 827,45 mensais em educação. Em média, isso representa 9% da renda domiciliar. Entretanto esse gasto é muito heterogêneo ao longo das regiões brasileiras. Com efeito, a região em que as famílias analisadas mais desembolsam com educação é a região Sudeste, R\$ 1.012,08 mensais. A seguir, vem a região Centro-Oeste, R\$ 835,55, região Sul, R\$ 702,63, região Nordeste, R\$ 637,39, e, por fim, a região Norte, R\$ 365,17.

Naturalmente, o maior componente da despesa com educação destas famílias é a rubrica de cursos superiores. A média brasileira é de R\$ 491,14 mensais em cursos de ensino superior. A região que mais gasta em cursos superiores é a região Sudeste, R\$ 613,92 ao mês. A seguir, vem a região Centro-Oeste, R\$ 509,73, a região Sul, R\$ 459,26, a região Nordeste, R\$ 312,97, e a região Norte

R\$ 205,95.

Figura 4.17: Despesa média mensal familiar com educação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)



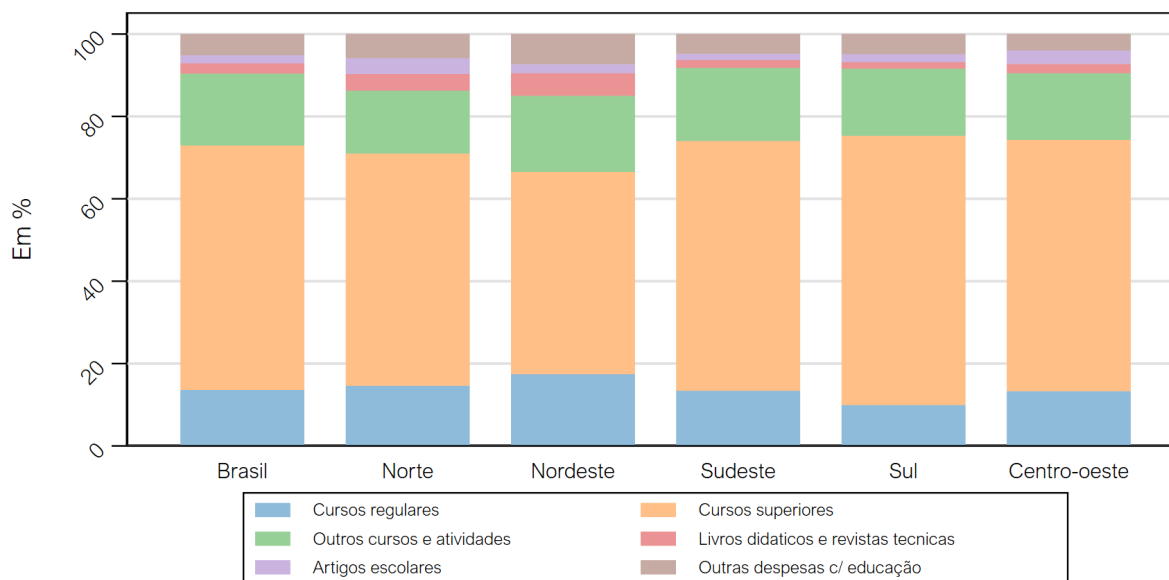
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

As demais despesas domiciliares em educação são distribuídas em cursos regulares, que incluem os níveis infantil, fundamental e médio, bem como outros cursos e atividades, que incluem cursos supletivos, informática, cursos de idioma, etc. Ainda, as famílias desembolsam recursos em livros didáticos e revistas técnicas, artigos escolares e outras despesas diversas, tais como tais como uniforme escolar, matrícula, dentre outras.

A figura 4.18 mostra o peso que essas famílias alocam em gastos com educação. Como se verifica, os componentes da despesa com educação são alocados com relativa homogeneidade entre as regiões brasileiras. Cursos de ensino superior representam 59% do dispêndio total em educação das famílias analisadas a nível nacional. Cursos regulares representam 13%, outros cursos, 18%, livros didáticos, 2%, livros didáticos, 2%, e outras despesas, 6%.

Figura 4.18: Despesa média mensal familiar com educação, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

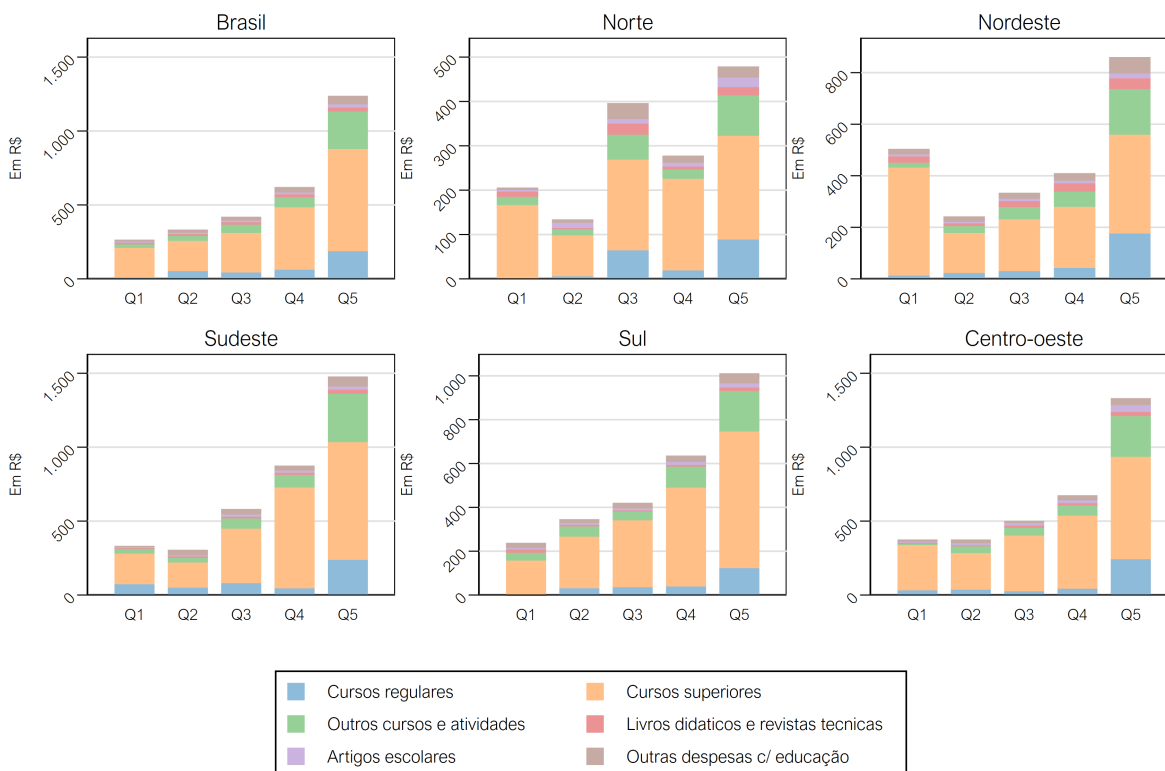
Nota: Despesa monetária e não monetária.

Na análise estratificada pela renda (figura 4.19), é possível verificar que o quintil mais baixo da distribuição aloca uma parte substancial do gasto em educação com cursos superiores. Entretanto, na medida em que a renda aumenta, parte desse dispêndio vai sendo alocado com outros cursos e materiais educacionais.

É importante notar que as famílias 20% mais ricas gastam R\$ 1.238,07 mensais em educação, ao passo que as famílias 20% mais pobres alocam apenas R\$ 265,01. Ou seja, as famílias do quintil mais rico gastam 4,7 vezes mais do que as do quintil mais pobre.

Outro ponto interessante de notar é que, diferentemente das famílias que possuem indivíduos no ensino básico privado, os domicílios com estudantes no ensino superior alocam muito menos recursos orçamentários em livros didáticos e outras revistas.

Figura 4.19: Despesa média mensal familiar com educação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em R\$)



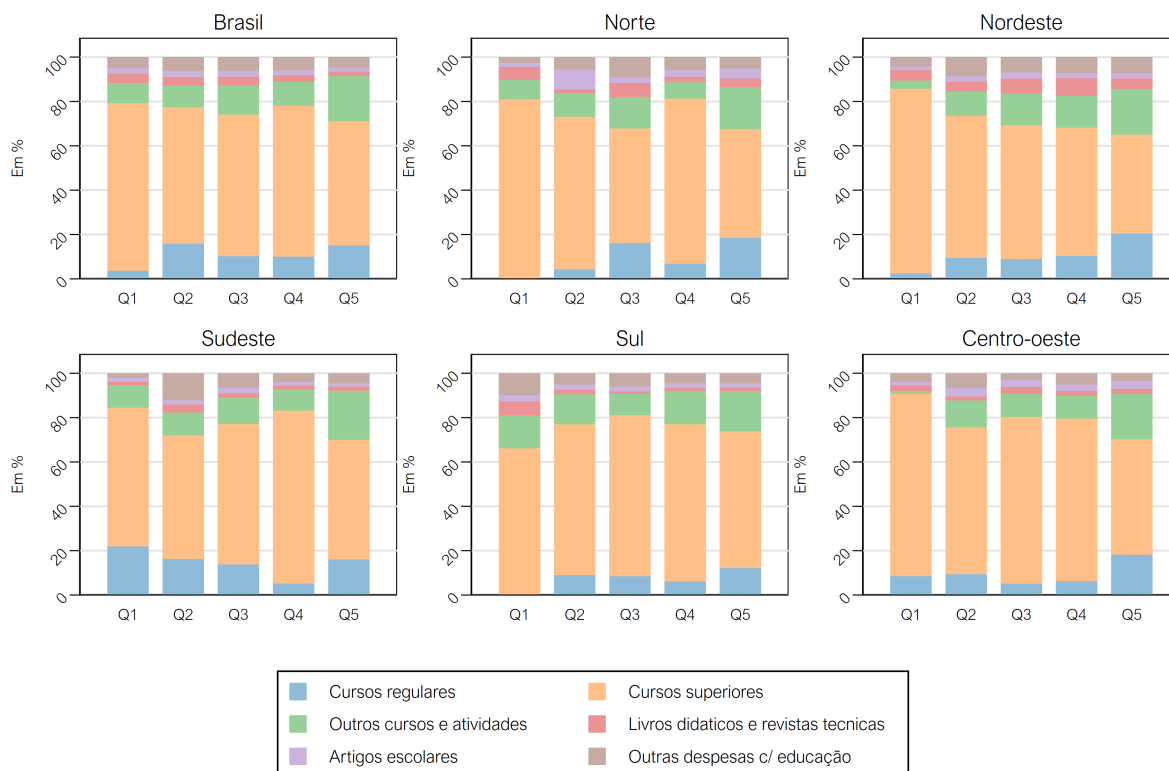
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Valores corrigidos a fevereiro/2022; Despesa monetária e não monetária.

Na figura 4.20, é possível verificar a alocação dos recursos familiares em educação de forma mais assertiva. Na medida em que a renda aumenta, os domicílios destinam mais parte de seus recursos para outras despesas que não cursos de nível superior. Podem ser gastos de cursos regulares para outros indivíduos do domicílio, gastos com outros cursos complementares educacionais ou livros e revistas científicos e profissionais.

Como proporção da despesa total familiar, as famílias brasileiras do quintil mais rico alocam apenas 4,8% do orçamento em cursos superiores, ao passo que os domicílios do quintil mais pobre alocam cerca de 7,5% do total do dispêndio familiar em cursos superiores privados.

Figura 4.20: Despesa média mensal familiar com educação, por quintil da distribuição da renda familiar, considerando apenas famílias com estudantes no ensino superior privado (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Despesa monetária e não monetária.

4.5 Tabelas POF – Educação Superior

Tabela 4.1: Estatísticas Descritivas da Estrutura Orçamentária dos Domicílios com Alunos no Ensino Superior Privado (Em R\$)

Região	Quintil de renda	Alimentação	Habitação	Vestuário	Transporte	Higiene	Assistência à Saúde	Educação	Recreação	Fumo	Serviços pessoais	Despesas diversas	Impostos	Contribuições trabalhistas	Serviços bancários	Pensões e doações	Previdência privada	Outras
Brasil	Total	1.199,39	2.523,95	334,43	1.564,64	252,81	540,49	827,45	236,86	22,52	111,27	264,99	557,11	410,86	90,50	71,28	28,95	154,85
	Q1	413,07	979,84	113,71	343,53	138,79	104,88	265,01	85,04	15,24	32,91	63,60	36,55	33,33	18,08	4,45	0,00	6,58
	Q2	561,13	1.216,71	138,33	393,21	143,11	186,81	332,83	82,39	12,16	41,59	73,06	58,08	79,28	17,68	11,31	1,31	13,79
	Q3	740,60	1.400,20	206,28	647,25	193,20	240,10	420,04	116,87	15,17	60,63	96,54	91,11	153,80	39,01	31,14	0,06	25,32
	Q4	936,48	1.863,00	258,25	955,42	296,23	331,86	621,25	157,91	20,89	77,00	151,59	192,99	254,99	61,35	31,12	4,08	43,86
	Q5	1.707,63	3.700,47	481,96	2.582,65	314,63	877,03	1.238,07	369,08	28,69	169,80	446,41	1.079,86	691,10	146,29	126,77	61,81	306,77
Norte	Total	1.084,41	2.033,33	293,61	1.292,21	268,22	333,73	365,17	188,49	7,32	82,30	258,91	424,89	284,95	77,94	53,74	3,76	67,15
	Q1	428,28	1.088,77	97,69	369,71	143,67	74,70	205,90	198,64	3,25	18,05	19,97	76,28	18,57	6,25	2,32	0,00	2,79
	Q2	455,71	951,23	124,01	335,52	180,24	134,82	134,10	122,42	2,53	29,84	38,90	16,79	34,30	33,40	34,87	0,00	5,62
	Q3	616,29	1.178,10	150,80	488,25	224,79	139,83	396,39	162,16	1,33	36,31	38,10	112,90	84,52	27,85	16,16	0,00	15,40
	Q4	740,89	1.374,91	211,74	604,40	220,55	186,59	277,79	129,06	12,24	49,42	48,98	148,08	143,56	36,28	21,05	1,92	14,54
	Q5	1.662,02	3.053,97	450,86	2.287,77	347,35	592,15	478,85	243,84	7,69	136,71	534,72	822,82	522,89	138,64	96,99	7,35	136,56
Nordeste	Total	1.111,68	1.876,38	347,90	1.158,74	287,95	479,02	637,39	201,58	11,71	95,57	169,30	356,50	358,33	72,06	76,84	17,29	87,78
	Q1	416,74	864,51	133,23	221,07	140,59	129,46	504,24	51,72	1,02	26,19	11,36	27,68	38,00	8,36	0,98	0,00	1,95
	Q2	439,53	780,08	88,13	306,45	105,74	111,79	242,29	76,71	5,28	25,17	53,10	24,17	48,74	9,01	4,27	0,00	2,37
	Q3	649,24	968,41	170,02	393,00	164,28	230,52	334,07	65,04	11,27	44,01	66,83	22,72	90,79	22,00	16,18	0,31	7,31
	Q4	898,22	1.230,47	240,07	556,63	247,61	244,83	410,04	126,57	8,70	61,46	78,60	59,73	166,24	38,29	55,97	0,05	20,07
	Q5	1.426,55	2.555,15	478,00	1.755,21	362,29	703,22	890,37	288,85	14,54	134,51	256,02	623,48	559,04	109,38	112,20	31,94	151,31
Sudeste	Total	1.245,54	2.912,15	313,94	1.688,43	233,29	604,75	1.012,08	246,72	28,85	122,68	281,86	638,99	443,82	97,15	65,17	41,30	186,55
	Q1	388,57	1.376,84	109,92	403,63	111,67	158,75	331,93	81,56	35,06	47,33	77,22	60,30	48,17	15,12	1,49	0,00	10,77
	Q2	545,08	1.427,77	154,81	433,49	144,06	188,48	305,88	84,45	15,98	48,57	184,95	109,00	121,07	27,35	9,96	2,38	20,84
	Q3	822,36	1.767,69	180,14	685,70	172,67	261,62	581,96	108,74	24,66	64,77	91,55	99,41	172,32	67,69	22,96	0,72	29,20
	Q4	974,47	2.082,02	264,81	1.146,89	238,50	449,98	875,29	153,32	29,37	91,44	206,21	277,16	283,43	62,66	37,05	2,50	56,37
	Q5	1.812,81	4.339,91	450,50	2.759,41	289,01	965,97	1.477,90	409,13	31,97	187,63	445,06	1.244,16	757,26	153,15	117,14	93,73	381,62
Sul	Total	1.204,44	2.450,23	376,27	1.685,85	237,71	459,81	702,63	247,24	23,72	105,21	269,41	548,93	414,85	85,79	53,18	17,27	166,72
	Q1	515,17	1.114,26	134,27	415,55	155,27	159,86	376,01	103,56	2,21	45,37	31,55	53,21	71,49	22,73	2,37	0,00	15,21
	Q2	618,48	1.466,26	173,38	450,11	143,03	209,56	345,93	58,57	27,09	57,74	135,44	75,74	82,79	19,80	6,00	0,00	37,69
	Q3	826,02	1.699,08	243,85	896,78	193,33	257,80	420,69	131,75	20,32	59,21	91,10	135,14	229,18	38,97	14,20	0,89	27,00
	Q4	961,72	1.971,66	295,68	1.098,66	226,37	371,73	636,05	206,10	22,61	81,57	179,90	260,44	338,97	63,02	33,35	5,92	41,46
	Q5	1.748,51	3.489,22	563,57	2.811,68	295,66	701,30	1.011,83	384,24	28,61	159,53	469,53	1.087,54	662,31	142,03	97,69	37,92	358,04
Centro-oeste	Total	1.230,69	2.413,38	373,15	1.937,34	281,67	633,43	835,55	284,09	22,71	118,40	392,01	691,85	442,85	114,89	137,14	28,47	184,11
	Q1	545,20	999,21	118,44	364,74	113,23	132,19	375,57	50,41	2,62	23,54	71,49	44,45	60,93	26,53	6,81	1,39	3,48
	Q2	622,76	1.182,33	179,53	446,32	183,40	289,64	576,01	91,00	27,83	55,47	93,48	73,06	100,79	22,93	16,93	0,00	19,68
	Q3	908,95	1.718,59	195,22	895,79	178,06	342,93	595,02	116,09	43,85	55,85	85,74	118,75	154,50	74,05	55,30	2,82	38,49
	Q4	1.072,05	1.982,11	303,04	1.466,45	284,37	344,55	674,83	260,49	10,58	99,85	207,25	170,23	303,24	85,92	73,05	11,62	116,24
	Q5	1.795,22	3.723,81	612,48	3.511,69	385,63	1.181,81	1.331,55	477,80	37,38	195,78	826,65	1.669,49	854,19	198,08	283,23	66,94	386,50

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

Nota: Preços corrigidos a valores de março2022.

Tabela 4.2: Estatísticas Descritivas da Estrutura Orçamentária dos Domicílios com Alunos no Ensino Superior Privado (Em R\$) – Principais subcontas de despesas

Região	Quintil de renda	Subcontas Habitação					Subcontas Transporte				Subcontas Saúde			Subcontas Educação					Outras	
		Aluguel	Mobiliário e manutenção	Outras tarifas e serviços	Tv, telefone e internet	Condomínio	Manutenção e aquisição	Combustíveis	Outras despesas	Transporte urbano	Piano ou seguro saúde	Remédios	Consultas	Despesas diversas	Cursos regulares	Curso superior	Outros cursos	Livros e revistas didáticos		Artigos escolares
Brasil	Total	1.243,30	507,63	400,92	247,57	124,54	763,33	363,04	303,72	134,56	212,98	200,07	62,52	64,98	112,66	491,74	144,39	20,78	16,02	42,46
	Q1	456,00	211,21	218,99	96,99	26,05	131,72	101,13	31,50	79,18	14,71	60,04	16,78	13,35	9,90	200,09	24,12	11,08	6,52	13,29
	Q2	635,15	201,87	278,59	84,20	16,89	155,49	96,58	50,44	90,70	34,07	100,55	22,22	29,96	53,02	204,73	32,97	12,35	9,01	20,75
	Q3	710,68	225,15	318,00	119,26	27,11	260,65	184,28	78,11	124,21	43,05	129,29	25,12	31,92	43,05	288,33	55,26	16,44	10,60	26,37
	Q4	931,44	341,29	373,60	181,11	36,15	406,52	250,16	149,18	149,57	102,51	150,92	42,28	36,15	62,18	422,34	67,48	19,08	12,90	37,21
	Q5	1.803,04	730,78	486,32	379,54	240,78	1.325,10	597,26	547,81	142,49	386,69	285,69	99,50	105,15	187,92	690,81	253,63	25,80	21,91	57,99
Norte	Total	973,09	438,96	445,31	158,69	17,30	481,98	333,37	390,21	86,65	76,94	124,00	60,79	72,00	53,38	205,95	53,69	14,72	14,26	21,17
	Q1	458,55	348,37	227,13	52,77	1,95	234,21	42,09	30,65	62,76	8,37	51,01	11,03	4,28	0,00	166,58	18,38	11,86	3,78	5,30
	Q2	454,31	180,69	253,63	53,90	0,00	100,48	108,72	72,19	54,14	3,18	80,91	24,59	26,14	5,83	92,20	14,94	2,24	11,93	7,55
	Q3	608,69	188,41	314,25	64,95	1,79	232,65	109,72	80,46	65,76	5,36	75,06	19,66	39,76	64,36	204,48	56,13	25,33	10,01	36,08
	Q4	690,37	180,73	382,39	119,62	1,81	256,21	212,07	52,82	83,30	14,62	92,85	21,85	57,27	19,07	206,77	20,50	7,02	8,50	15,94
	Q5	1.438,29	735,25	595,14	248,05	37,24	808,42	995,10	809,05	105,20	161,89	177,93	111,99	110,42	88,69	233,94	90,97	19,06	21,19	25,00
Nordeste	Total	848,83	448,61	350,10	150,20	76,64	531,07	686,65	213,97	127,06	182,35	174,88	58,93	62,88	111,33	312,97	81,81	35,06	14,04	46,37
	Q1	468,41	148,94	217,34	28,93	2,89	47,75	89,13	21,67	62,83	18,41	86,29	10,22	14,55	12,49	419,69	18,63	24,35	5,55	21,82
	Q2	384,95	153,53	191,19	50,41	0,00	97,25	100,63	22,43	86,15	11,81	49,26	33,51	17,21	22,98	155,32	26,38	10,81	5,82	20,97
	Q3	488,08	179,02	248,40	49,28	3,63	189,84	78,11	30,79	94,25	22,04	118,55	39,31	50						

Parte III

**Matrículas e Estabelecimentos da
Rede Privada**

Introdução

A Parte III do trabalho traz os grandes números da educação privada nos últimos dez anos – em termos de matrículas, estabelecimentos e docentes. Os dados utilizados foram obtidos a partir do Censo Escolar da Educação Básica e do Censo da Educação Superior. Alguns dados apresentados aqui são semelhantes aos já apresentados na Parte I. Porém, enquanto, naquela parte, foi utilizada uma pesquisa amostral, os dados desta seção advêm de pesquisas de caráter censitário. Por isso, pode haver diferença nos valores finais.

Assim como as partes anteriores do relatório, esta também foi dividida em dois capítulos: Educação Básica e Educação Superior. O primeiro capítulo apresenta, com base no Censo Escolar, os dados da Educação Básica - que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Profissional, a EJA e a Educação Especial. O segundo capítulo apresenta, com base no Censo da Educação Superior, os dados da Educação Superior a nível de graduação.

O Censo Escolar é coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. O Censo Escolar reúne, anualmente, informações de todas as instituições de Educação Básica do país (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, EJA e Educação Especial). Assim, através dos microdados, divulgados pelo Inep, temos acesso aos dados de matrículas, docentes e outros funcionários, localização, infraestrutura, proposta pedagógica e demais características das instituições públicas e privadas do Brasil que oferecem ao menos um dos níveis da Educação Básica.

O Censo da Educação Superior também é realizado pelo Inep anualmente, a partir das informações do cadastro do Sistema e-MEC, e reúne informações de todas as instituições de Educação Superior que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica. Através dos microdados, temos acesso a informações sobre alunos, ingressantes, concluintes, docentes e outros funcionários, cursos, infraestrutura, vagas oferecidas, candidatos e demais características das IES públicas e privadas do Brasil.

Assim como ocorre com os dados apresentados na parte I, os dados apresentados nesta parte do estudo refletem os efeitos da pandemia nas estatísticas relativas.

Capítulo 5

Educação Básica

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica, em 2021, havia no Brasil 46.668.401 estudantes matriculados na Educação Básica (a qual abrange os níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, EJA e Educação Especial). Destes mais de 46 milhões de estudantes, 8.136.345 estavam matriculados em instituições privadas, o que representa 17,4% do total.

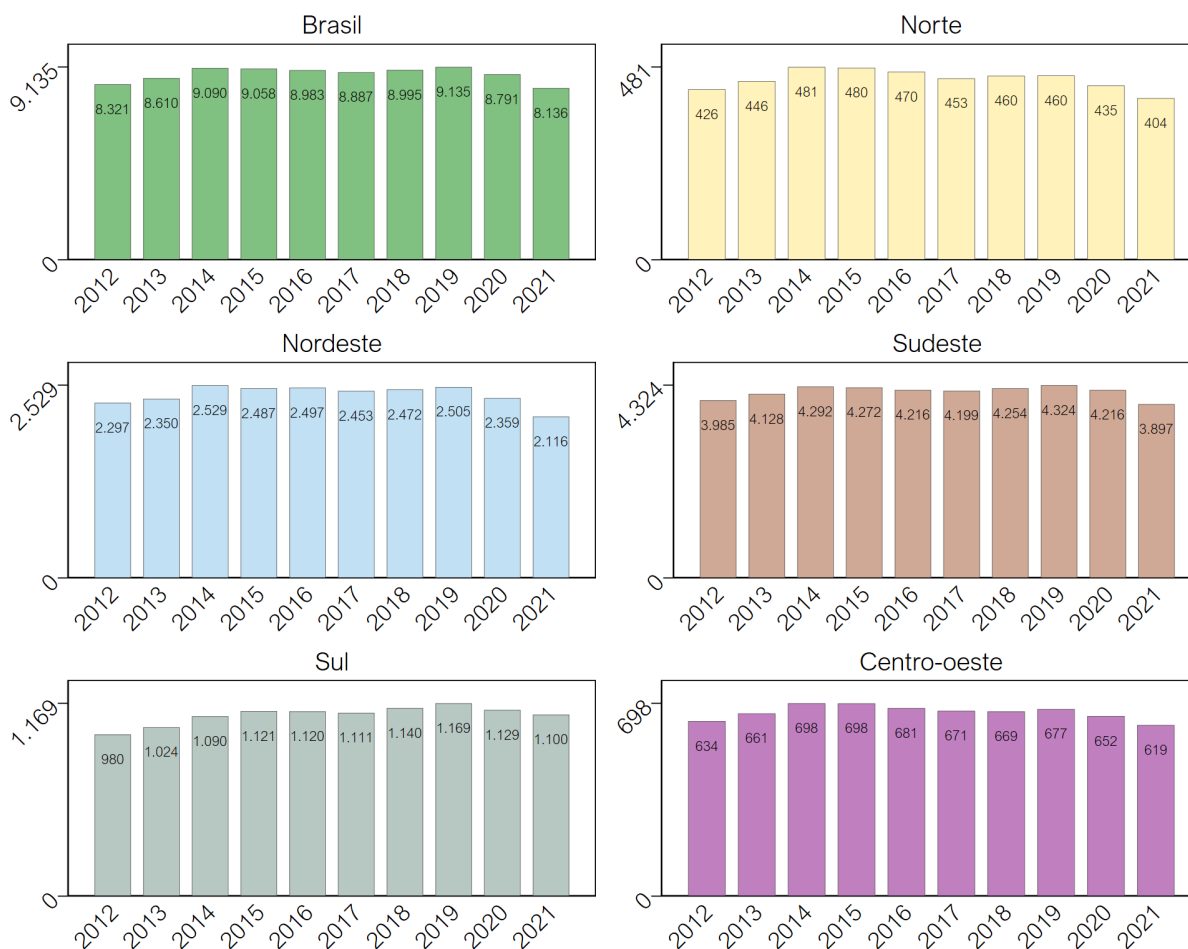
A figura 5.1 apresenta a evolução do número de matrículas na Educação Básica privada nos últimos dez anos, de 2012 a 2021, no Brasil e em suas regiões. Na comparação destes dois anos, 2012 e 2021, observamos uma diminuição de 2,2% no total de estudantes na rede privada no país. Após sofrer expansão nos anteriores (até 2014), de 2014 a 2019, a rede privada apresentou relativa estabilidade no número de matrículas, alcançando sempre valores próximos a 9 milhões. Em 2020 e 2021, observamos um número menor de estudantes matriculados na rede privada, devido à crise econômica da pandemia de COVID-19.

As taxas de variação anuais no número de matrículas na rede privada podem ser visualizadas na figura 5.2. Nos anos de 2013 e 2014, as taxas de variação continuaram altas, mantendo a expansão da rede privada da década anterior. Entre 2015 e 2019, as taxas de variação do Brasil como um todo foram pequenas, sempre próximas de 0, resultando em relativa estabilidade. Já em 2020 e 2021, as taxas foram negativas.

Ao longo dos anos, tem-se verificado uma consistente redução do número de estudantes da Educação Básica, como consequência da diminuição da natalidade. Em 2012, eram 50.545.050 estudantes matriculados na Educação Básica brasileira, considerando todas as redes de ensino. Esse número caiu para 46.668.401 em 2021, o que representa uma redução de 7,7%. A redução no número de matrículas foi mais intensa na rede pública: enquanto a rede privada exibiu diminuição de 2,2% no período, a rede pública reduziu-se em 8,7%.

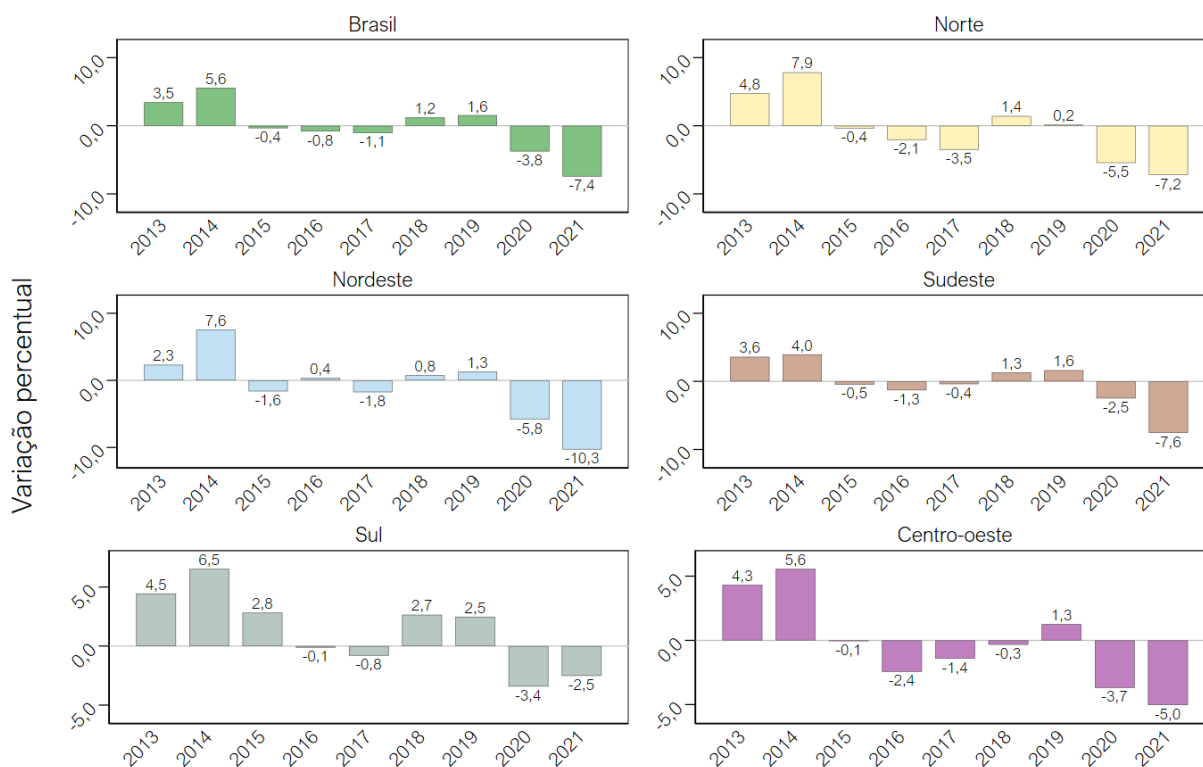
Dessa forma, como a rede pública vem diminuindo a um ritmo mais forte do que a rede privada, a rede privada aumentou seu percentual de matrículas da Educação Básica, passando de 16,4% em 2012 para 17,4% em 2021, como mostra a figura 5.3. O maior percentual foi alcançado em 2019, 19,1%, para depois decair nos anos subsequentes, como consequência da pandemia.

Figura 5.1: Matrículas no ensino básico privado (em milhares)



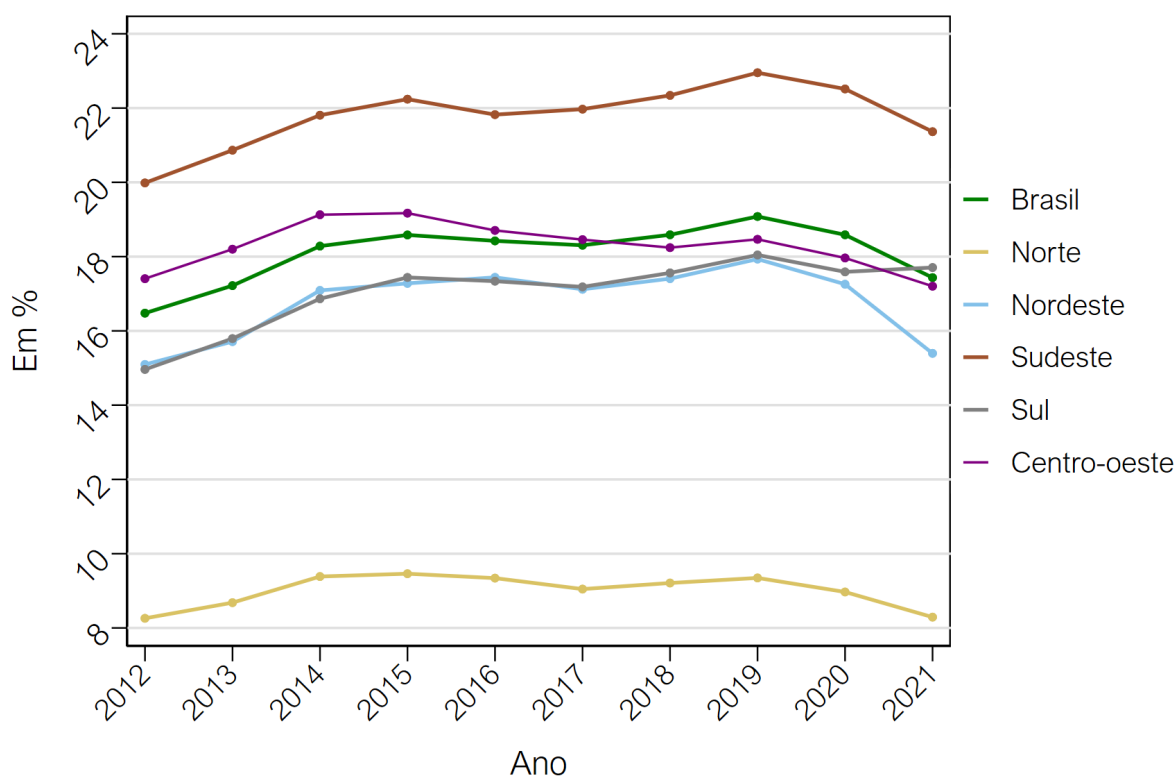
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.2: Taxa de variação anual das matrículas na rede privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.3: Matrículas no ensino privado como percentual do total de matrículas no ensino básico

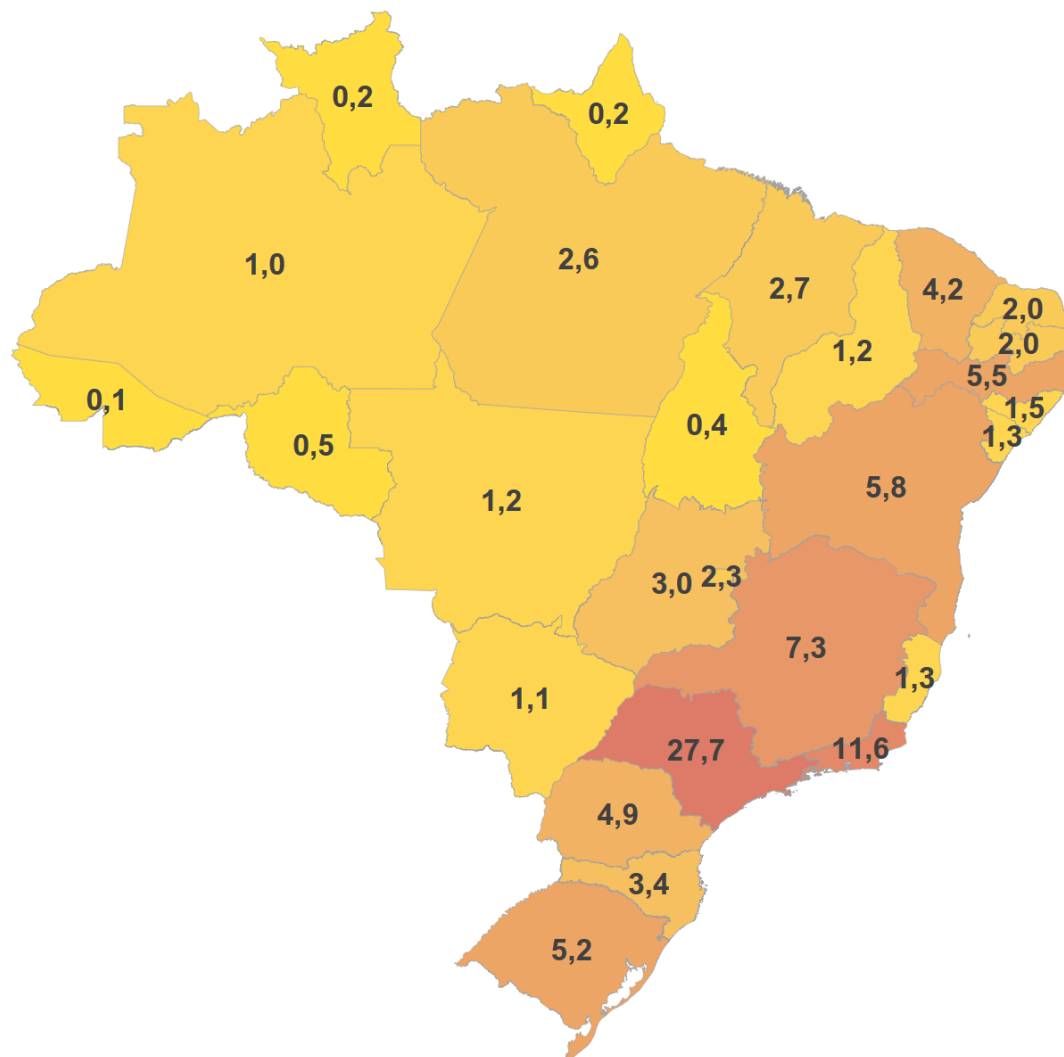


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Analisando os dados do ano mais recente, 2021, observa-se que a região Sudeste apresenta a maior parcela das matrículas em instituições privadas do Brasil, com 48% (figura 5.4). Em outras palavras, dos 8,1 milhões de estudantes da rede privada no país, quase 4 milhões são da região Sudeste. A região Sudeste é seguida pela região Nordeste (26%, 2,1 milhões) e região Sul (14%, 1,1 milhão). Por fim, temos as regiões Centro-Oeste e Norte, com pequenas parcelas das matrículas privadas do país, 7% e 5%, respectivamente.

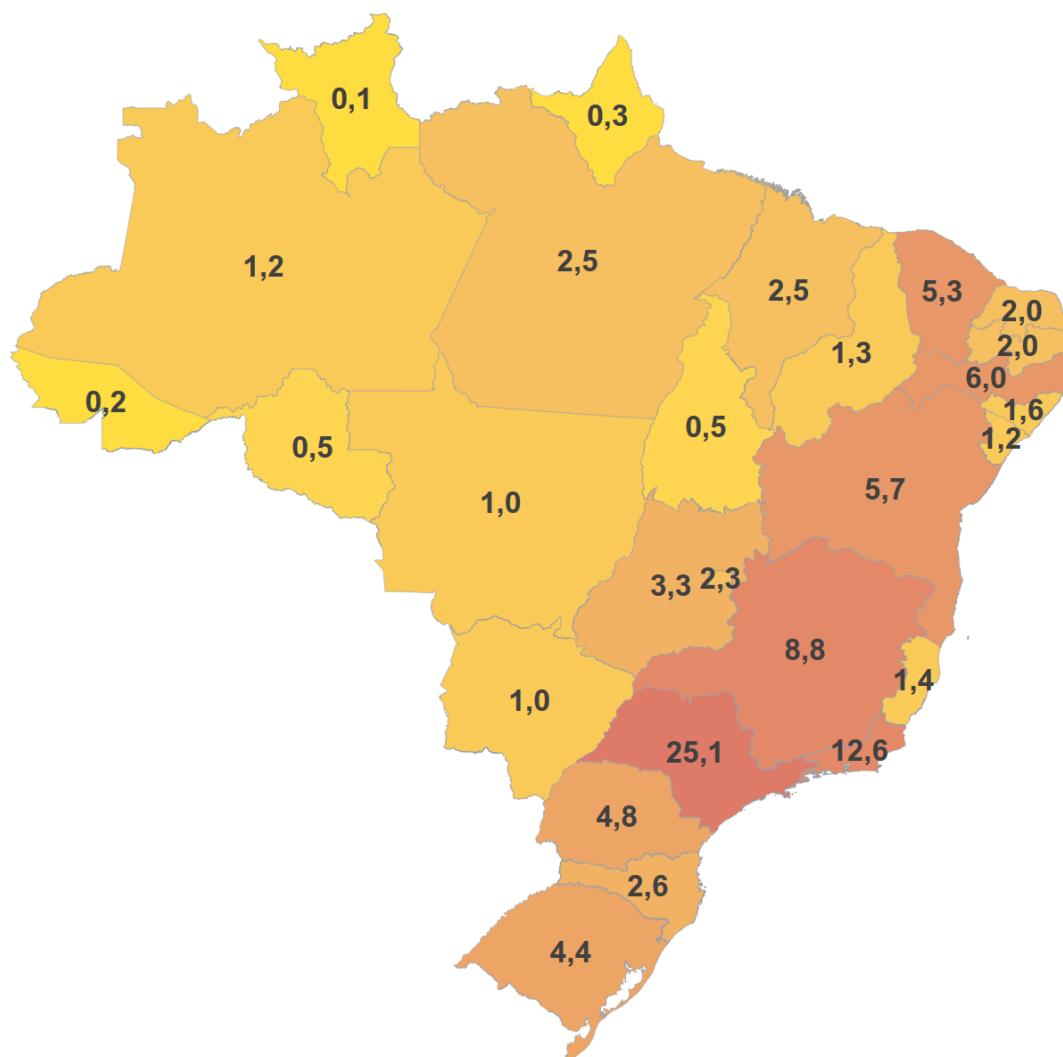
Em 2012 (figura 5.5), as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste possuíam a mesma parcela de matrículas privadas de 2021, ou seja, de todas as matrículas privadas do país o mesmo percentual em 2012 e em 2021 estavam em instituições destas regiões. Já a região Nordeste, representava 28%, ou seja, perdeu 2 pontos percentuais. Na contramão da região Nordeste, a região Sul passou de 12% em 2012 para 14% em 2021. Isso significa que a rede privada da região Sul cresceu a um ritmo mais intenso que as demais durante esses dez anos e/ou sentiu menos os impactos da pandemia e a região Nordeste, ao contrário, sentiu mais os impactos.

Figura 5.4: Percentual de matrículas por Unidades Federativas – 2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.5: Percentual de matrículas por Unidades Federativas – 2012



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Comparando o total de matrículas em 2019 com 2021, a queda foi de 11% no Brasil como um todo. Como já deduzido acima, a região Nordeste foi a que sofreu a maior queda, provavelmente enfrentando maior impacto da crise econômica devido à pandemia de COVID-19. A queda no número de matrículas privadas de 2019 a 2021 foi de 16% na região Nordeste, enquanto as regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste tiveram reduções de 9% a 12%. A região Sul sentiu menos os impactos, o que se traduziu numa queda de apenas 6%. A diferença nas taxas anuais de diminuição de matrículas entre as regiões podem ser observadas na figura 5.2.

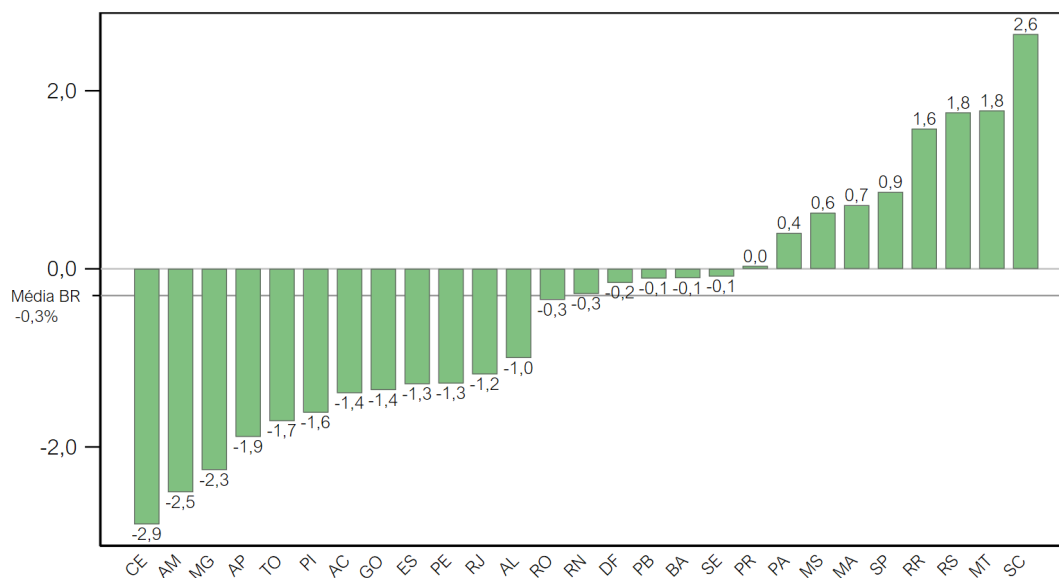
O percentual da rede privada dentro do total de matrículas da Educação Básica se comportou de forma semelhante em todas as regiões (com algumas

peculiaridades em cada região): o percentual teve tendência de crescimento até 2019 e queda nos dois anos consecutivos, 2020 e 2021 (figura 5.3). O Sudeste é a região na qual a rede privada representa maior percentual do total de matrículas da Educação Básica daquela região, 21,4%. Com base em 2021, as regiões Centro-Oeste e Sul possuem percentuais de matrículas na rede privada muito próximos à média do Brasil (17,4%). No entanto, chama a atenção que nos últimos dois anos a região Centro-Oeste teve grande redução neste percentual, enquanto a região Sul teve variação bastante menor, inclusive com aumento de 2020 para 2021. Durante quase todo o período analisado, os percentuais de matrículas privadas sobre o total de matrículas do ensino básico nas regiões Sul e Nordeste foram quase idênticos, como mostra a figura 5.3. Essas duas curvas se desgrudaram em 2020 e 2021, quando o Sul sentiu pouco os efeitos da pandemia e o Nordeste, ao contrário, foi a região que mais sentiu. A região Norte, por sua vez, é a região na qual a rede privada representa o menor percentual do total de matrículas da Educação Básica, apenas 8,3%, bastante atrás da segunda região, o Nordeste (com 15,4%).

Em relação às unidades federativas do Brasil, apenas nove apresentaram variação média anual positiva de matrículas na década analisada. Santa Catarina teve a maior taxa média, e o Rio Grande do Sul ficou em terceiro lugar. Esses dois estados juntos levaram ao crescimento da região Sul, única região que apresentou crescimento no número de matrículas no ensino básico privado entre 2012 e 2021. As demais UFs que apresentaram variação anual positiva foram Mato Grosso, Roraima, São Paulo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná (este último com média muito próxima de zero), conforme apresentado pela figura 5.6.

As tabelas 5.1, 5.2 e 5.3 apresentam os dados de matrículas por UF. Como já apresentado na figura 5.4 de outra maneira, a 5.1 reafirma que São Paulo é o estado com mais matrículas do ensino básico privado em termos absolutos, com mais de 2 milhões de matrículas e 27,7% das matrículas do país. São Paulo é seguido por Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em termos percentuais, a rede privada tem maior parcela das matrículas da Educação Básica no Distrito Federal, onde 29% das matrículas da Educação Básica deste estado estão na rede privada, e no Rio de Janeiro, 28%. Quando são considerados apenas os municípios com mais de 100 mil habitantes, como mostra a tabela 5.2, outros estados alcançam os percentuais de quase ou mais de 30%: Maranhão (27%), Ceará (28%), Rio Grande do Norte (35%), Paraíba (31%), Pernambuco (30%), Alagoas (35%), Sergipe (32%), Rio Grande do Sul (29%), além do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. A tabela 5.3 traz os dados considerando apenas as capitais.

Figura 5.6: Média da variação das matrículas na rede privada entre 2012-2021, por UF



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.1: População, Matrículas, Percentual de Matrículas na Rede Privada – Educação Básica

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	8.321,22	16,48	193.946,89	8.136,35	17,43	213.317,64	-2,22	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>426,00</i>	<i>8,26</i>	<i>16.318,16</i>	<i>403,70</i>	<i>8,29</i>	<i>18.906,96</i>	<i>-5,24</i>	<i>0,16</i>
Roraima	39,36	8,33	1.590,01	38,15	9,53	1.815,28	-3,09	0,14
Acre	12,63	4,76	758,79	11,13	4,36	906,88	-11,88	0,20
Amazonas	98,18	8,16	3.590,99	78,12	6,67	4.270,00	-20,44	0,19
Roraima	11,00	7,62	469,52	12,66	7,53	652,71	15,09	0,39
Pará	205,83	8,48	7.792,56	213,42	9,35	8.777,12	3,69	0,13
Amapá	21,22	9,10	698,60	17,87	8,47	877,61	-15,75	0,26
Tocantins	37,79	9,16	1.417,69	32,35	8,48	1.607,36	-14,38	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>2.296,84</i>	<i>15,10</i>	<i>53.907,14</i>	<i>2.116,14</i>	<i>15,40</i>	<i>57.667,84</i>	<i>-7,87</i>	<i>0,07</i>
Maranhão	205,11	9,61	6.714,31	218,70	11,28	7.153,26	6,62	0,07
Piauí	109,43	11,53	3.160,75	94,51	10,85	3.289,29	-13,63	0,04
Ceará	442,00	18,54	8.606,01	340,13	16,02	9.240,58	-23,05	0,07
Rio Grande do Norte	163,56	18,29	3.228,20	159,46	19,96	3.560,90	-2,51	0,10
Paraíba	165,11	15,83	3.815,17	163,51	16,75	4.059,91	-0,97	0,06
Pernambuco	498,70	20,59	8.931,03	443,80	20,74	9.674,79	-11,01	0,08
Alagoas	134,31	14,20	3.165,47	122,68	14,34	3.365,35	-8,66	0,06
Sergipe	103,90	17,86	2.110,87	103,09	19,46	2.338,47	-0,77	0,11
Bahia	474,72	12,29	14.175,34	470,26	13,39	14.985,28	-0,94	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>3.984,67</i>	<i>19,98</i>	<i>81.565,98</i>	<i>3.897,13</i>	<i>21,36</i>	<i>89.632,91</i>	<i>-2,20</i>	<i>0,10</i>
Minas Gerais	732,26	15,14	19.855,33	596,14	14,41	21.411,92	-18,59	0,08
Espírito Santo	114,66	12,46	3.578,07	101,97	11,74	4.108,51	-11,07	0,15
Rio de Janeiro	1.049,82	27,61	16.231,37	943,07	27,62	17.463,35	-10,17	0,08
São Paulo	2.087,93	20,11	41.901,22	2.255,96	22,97	46.649,13	8,05	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>979,88</i>	<i>14,96</i>	<i>27.731,64</i>	<i>1.100,18</i>	<i>17,71</i>	<i>30.402,59</i>	<i>12,28</i>	<i>0,10</i>
Paraná	398,60	15,16	10.577,76	399,82	16,86	11.597,48	0,31	0,10
Santa Catarina	216,97	14,38	6.383,29	274,23	16,71	7.338,47	26,39	0,15
Rio Grande do Sul	364,31	15,11	10.770,60	426,13	19,36	11.466,63	16,97	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>633,84</i>	<i>17,41</i>	<i>14.423,95</i>	<i>619,20</i>	<i>17,20</i>	<i>16.707,34</i>	<i>-2,31</i>	<i>0,16</i>
Mato Grosso do Sul	85,13	12,67	2.505,09	90,08	13,67	2.839,19	5,82	0,13
Mato Grosso	85,57	9,84	3.115,34	100,28	11,45	3.567,23	17,19	0,15
Goiás	272,24	19,03	6.155,00	240,64	16,94	7.206,59	-11,61	0,17
Distrito Federal	190,90	28,52	2.648,53	188,20	29,21	3.094,33	-1,41	0,17

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.2: População, Matrículas, Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Educação Básica

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	6.420,16	24,07	106.877,20	6.475,91	25,17	123.022,51	0,87	0,15
<i>Região Norte</i>	<i>342,46</i>	<i>14,55</i>	<i>7.765,26</i>	<i>337,27</i>	<i>14,19</i>	<i>9.941,51</i>	<i>-1,52</i>	<i>0,28</i>
Roraima	21,63	12,82	560,79	28,23	14,10	895,64	30,56	0,60
Acre	11,53	10,59	348,35	9,94	10,03	419,45	-13,82	0,20
Amazonas	91,60	14,76	1.965,67	72,29	11,68	2.476,39	-21,08	0,26
Roraima	10,98	12,55	296,96	12,48	12,50	436,59	13,66	0,47
Pará	164,90	15,18	3.675,33	177,41	16,18	4.566,68	7,59	0,24
Amapá	20,04	12,02	519,96	16,79	11,41	647,17	-16,20	0,24
Tocantins	21,78	18,85	398,19	20,12	17,33	499,59	-7,61	0,25
<i>Região Nordeste</i>	<i>1.554,07</i>	<i>28,25</i>	<i>21.722,40</i>	<i>1.444,95</i>	<i>28,22</i>	<i>24.141,80</i>	<i>-7,02</i>	<i>0,11</i>
Maranhão	143,45	23,06	2.211,93	152,74	27,33	2.361,24	6,48	0,07
Piauí	69,42	24,66	977,96	58,71	25,07	1.024,99	-15,43	0,05
Ceará	337,58	33,41	3.859,06	253,14	27,51	4.294,91	-25,02	0,11
Rio Grande do Norte	109,94	33,30	1.298,55	112,47	35,05	1.577,91	2,30	0,22
Paraíba	106,15	29,17	1.457,03	100,76	31,48	1.486,49	-5,07	0,02
Pernambuco	340,39	31,64	4.331,71	307,09	29,50	4.931,30	-9,78	0,14
Alagoas	97,10	33,83	1.171,53	85,54	34,98	1.265,91	-11,91	0,08
Sergipe	56,71	32,69	752,90	60,90	32,15	966,36	7,40	0,28
Bahia	293,34	21,62	5.661,72	313,62	24,27	6.232,70	6,92	0,10
<i>Região Sudeste</i>	<i>3.348,33</i>	<i>24,32</i>	<i>56.325,57</i>	<i>3.392,15</i>	<i>25,94</i>	<i>63.691,46</i>	<i>1,31</i>	<i>0,13</i>
Minas Gerais	478,97	23,23	8.648,48	413,44	22,06	9.899,55	-13,68	0,14
Espírito Santo	100,96	17,49	2.203,63	91,04	15,90	2.685,73	-9,83	0,22
Rio de Janeiro	976,14	29,83	14.175,52	895,28	29,64	15.641,00	-8,28	0,10
São Paulo	1.792,26	22,81	31.297,95	1.992,39	26,18	35.465,18	11,17	0,13
<i>Região Sul</i>	<i>685,06</i>	<i>22,38</i>	<i>13.025,62</i>	<i>800,81</i>	<i>26,25</i>	<i>15.124,99</i>	<i>16,90</i>	<i>0,16</i>
Paraná	279,26	21,70	5.245,32	289,06	23,38	6.250,12	3,51	0,19
Santa Catarina	148,05	23,29	2.735,15	200,64	26,70	3.332,34	35,52	0,22
Rio Grande do Sul	257,75	22,64	5.045,14	311,11	29,26	5.542,54	20,70	0,10
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>490,25</i>	<i>24,69</i>	<i>8.038,36</i>	<i>500,73</i>	<i>23,84</i>	<i>10.122,76</i>	<i>2,14</i>	<i>0,26</i>
Mato Grosso do Sul	61,52	19,14	1.216,26	62,89	19,92	1.381,80	2,23	0,14
Mato Grosso	54,61	17,84	1.140,68	61,76	18,49	1.410,20	13,10	0,24
Goiás	183,23	26,58	3.032,89	187,88	23,29	4.236,43	2,54	0,40
Distrito Federal	190,90	28,52	2.648,53	188,20	29,21	3.094,33	-1,41	0,17

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.3: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada nas capitais brasileiras – Educação Básica

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	3.286,86	29,06	193.946,89	3.240,10	31,27	213.317,64	-1,42	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>248,45</i>	<i>16,91</i>	<i>16.318,16</i>	<i>214,10</i>	<i>15,82</i>	<i>18.906,96</i>	<i>-13,83</i>	<i>0,16</i>
Porto Velho (RO)	17,63	13,08	1.590,01	20,25	16,35	1.815,28	14,88	0,14
Rio Branco (AC)	11,53	10,59	758,79	9,94	10,03	906,88	-13,82	0,20
Manaus (AM)	91,31	15,70	3.590,99	69,71	12,55	4.270,00	-23,66	0,19
Boa Vista (RR)	10,98	12,55	469,52	12,48	12,50	652,71	13,66	0,39
Belém (PA)	87,33	24,52	7.792,56	76,24	26,54	8.777,12	-12,70	0,13
Macapá (AP)	15,64	11,96	698,60	13,38	11,51	877,61	-14,43	0,26
Palmas (TO)	14,03	20,22	1.417,69	12,11	16,84	1.607,36	-13,72	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>967,70</i>	<i>34,02</i>	<i>53.907,14</i>	<i>840,21</i>	<i>33,69</i>	<i>57.667,84</i>	<i>-13,17</i>	<i>0,07</i>
São Luís (MA)	96,14	32,76	6.714,31	97,78	40,45	7.153,26	1,71	0,07
Teresina (PI)	60,56	25,32	3.160,75	51,54	26,01	3.289,29	-14,89	0,04
Fortaleza (CE)	255,77	41,88	8.606,01	179,57	33,43	9.240,58	-29,79	0,07
Natal (RN)	75,89	36,34	3.228,20	61,69	35,39	3.560,90	-18,71	0,10
João Pessoa (PB)	51,58	29,55	3.815,17	54,48	31,75	4.059,91	5,61	0,06
Recife (PE)	145,09	37,59	8.931,03	116,34	33,59	9.674,79	-19,82	0,08
Maceió (AL)	83,68	36,96	3.165,47	72,38	38,30	3.365,35	-13,51	0,06
Aracaju (SE)	46,07	34,50	2.110,87	48,71	38,85	2.338,47	5,73	0,11
Salvador (BA)	152,91	26,73	14.175,34	157,73	30,92	14.985,28	3,15	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>1.448,57</i>	<i>29,77</i>	<i>81.565,98</i>	<i>1.520,40</i>	<i>33,73</i>	<i>89.632,91</i>	<i>4,96</i>	<i>0,10</i>
Belo Horizonte (MG)	181,95	32,31	19.855,33	153,52	32,68	21.411,92	-15,62	0,08
Vitória (ES)	24,63	26,04	3.578,07	21,60	26,13	4.108,51	-12,29	0,15
Rio de Janeiro (RJ)	464,80	32,87	16.231,37	423,29	33,08	17.463,35	-8,93	0,08
São Paulo (SP)	777,19	27,82	41.901,22	921,98	34,47	46.649,13	18,63	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>251,74</i>	<i>30,54</i>	<i>27.731,64</i>	<i>300,13</i>	<i>39,90</i>	<i>30.402,59</i>	<i>19,22</i>	<i>0,10</i>
Curitiba (PR)	119,29	28,27	10.577,76	122,96	34,78	11.597,48	3,08	0,10
Florianópolis (SC)	30,34	33,73	6.383,29	49,62	42,21	7.338,47	63,54	0,15
Porto Alegre (RS)	102,11	32,70	10.770,60	127,55	45,38	11.466,63	24,91	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>370,40</i>	<i>28,30</i>	<i>14.423,95</i>	<i>365,26</i>	<i>29,13</i>	<i>16.707,34</i>	<i>-1,39</i>	<i>0,16</i>
Campo Grande (MS)	41,59	20,20	2.505,09	43,25	21,61	2.839,19	4,00	0,13
Cuiabá (MT)	32,84	22,25	3.115,34	37,43	25,84	3.567,23	14,00	0,15
Goiânia (GO)	105,07	36,72	6.155,00	96,37	36,41	7.206,59	-8,29	0,17
Brasília (DF)	190,90	28,52	2.648,53	188,20	29,21	3.094,33	-1,41	0,17

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Em relação aos estabelecimentos que ofereciam ao menos um dos níveis percententes à Educação Básica, em 2021, eram 178.370 no Brasil como um todo. Deste total, 40.542 eram estabelecimento privados, o que representa 22,7% do total. O percentual de estudantes da Educação Básica matriculados nestes estabelecimentos privados é de 17,4%. Assim, como o percentual de estabelecimentos privados é superior ao percentual de matrículas privadas, conclui-se que as instituições públicas são maiores, isto é, que o número de estudantes por instituição é maior na rede pública do que na rede privada.

A figura 5.7 apresenta a evolução no número de estabelecimentos privados de Educação Básica nos últimos dez anos no país e suas regiões. O número seguiu tendência de crescimento até 2019, quando alcançou um total de 41.434 estabelecimentos privados no Brasil. Em 2020 e 2021, assim como as matrículas, o número sofreu uma queda devido à pandemia. Comparando 2021 com 2012, são 40,5 mil estabelecimentos a mais, um crescimento de 6,5%. No mesmo período, o número de matrículas na rede privada caiu 2,2%. Conseqüentemente, o número de estudantes por estabelecimento privado diminuiu.

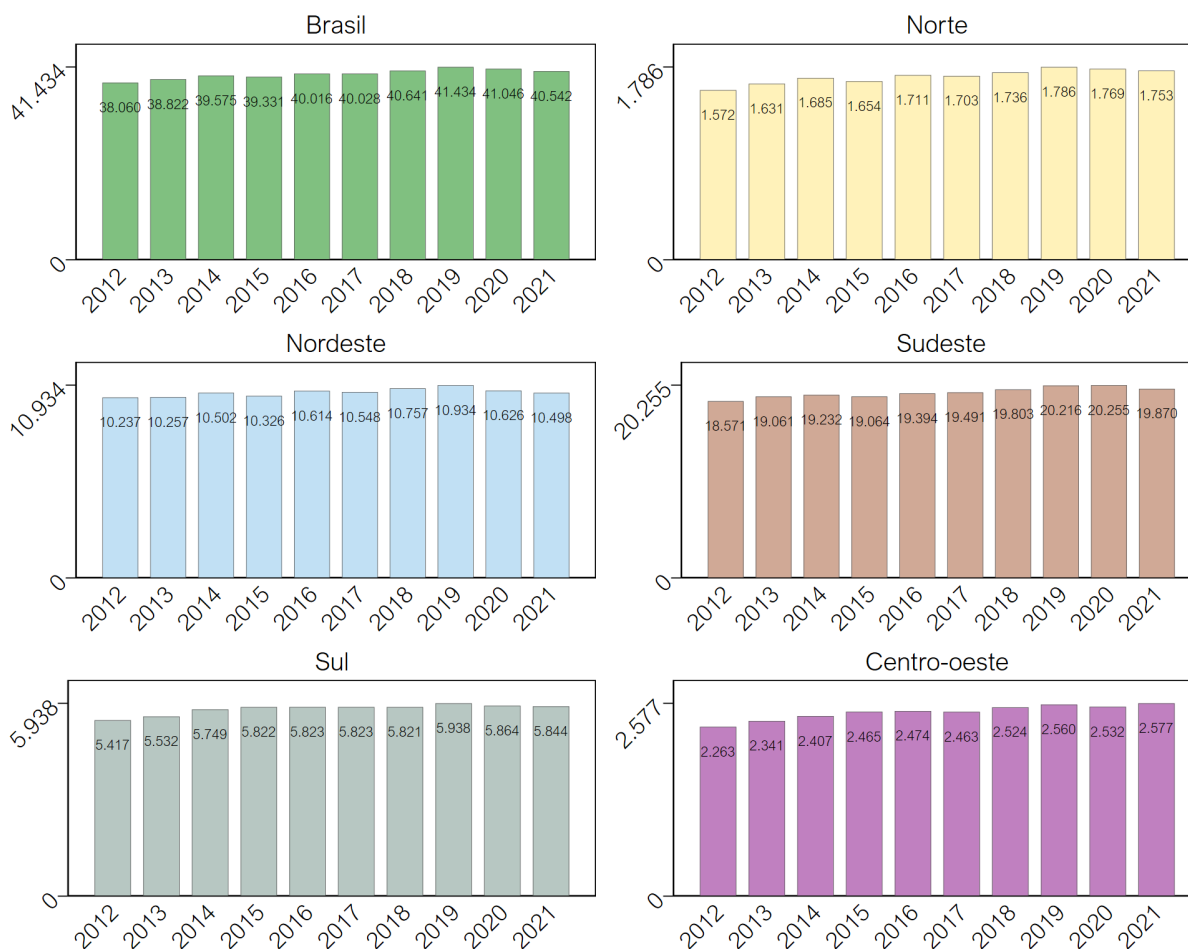
As taxas de variação anuais no número de estabelecimentos privados podem ser visualizadas na figura 5.8. Diferente das matrículas que teve um período de estabilidade entre 2014 e 2019, o número de estabelecimentos seguiu crescendo durante quase todos os anos até o início da pandemia. Por exemplo, em 2016,

2017 e 2019, a taxa de variação alcançou valores próximos a 2% no Brasil como um todo.

De 2012 a 2021, os estabelecimentos de Educação Básica no país, considerando todas as redes de ensino, reduziram-se de 192.676 para 178.370. Enquanto novos estabelecimentos privados surgiram, escolas públicas foram fechadas. Em 2012, eram 154.616 instituições públicas; já em 2021, esse número caiu para 137.828 – diminuição de quase 11%. Dessa forma, como as redes privadas e públicas apresentam trajetórias opostas no que se refere ao número total de estabelecimentos, o percentual de escolas privadas do total de escolas de Educação Básica aumentou, como mostra a figura 5.9. Novamente, o maior percentual alcançando foi em 2019, 22,9%, para depois diminuir nos dois anos seguintes de pandemia.

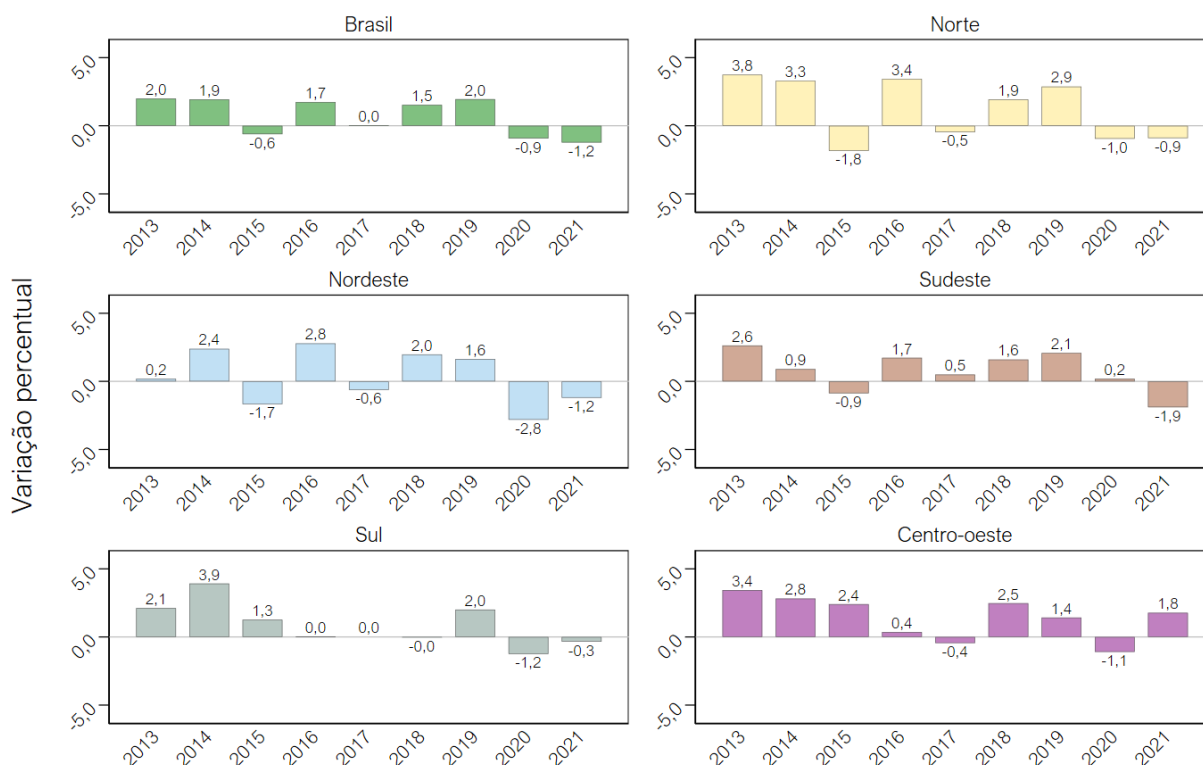
As escolas privadas podem ser de quatro tipos: comunitária, confessional, filantrópica e particular. Escola confessional é aquela vinculada a igrejas ou confissões religiosas. Conforme a figura 5.10, as escolas confessionais representam menos 1% do total de escolas privadas do país, apenas 0,8%. Esse percentual se alterou pouco ao longo dos últimos dez anos, atingindo o menor percentual de 0,5% e o maior percentual de 1,4%. As escolas comunitárias podem também ser chamadas de cooperativas. Essas escolas são administradas por um grupo de pais ou uma ou mais empresas. Elas representam a segunda menor parcela dos estabelecimentos privados, com apenas 5,0%. De 2012 para 2021, o percentual de escolas comunitárias apresentou pequena queda, de 5,8% para 5,0%, tendo atingido o menor valor em 2017 com 4,0%. As escolas particulares são a maioria, representando 76% das instituições privadas de Educação Básica. Seguindo as escolas particulares, a segunda maior parcela é de escolas filantrópicas, que representam 18,2%. Escola filantrópica é aquela sem fins lucrativos, que presta serviços de educação e assistência social.

Figura 5.7: Estabelecimentos de ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.8: Taxa de variação anual dos estabelecimentos na rede privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

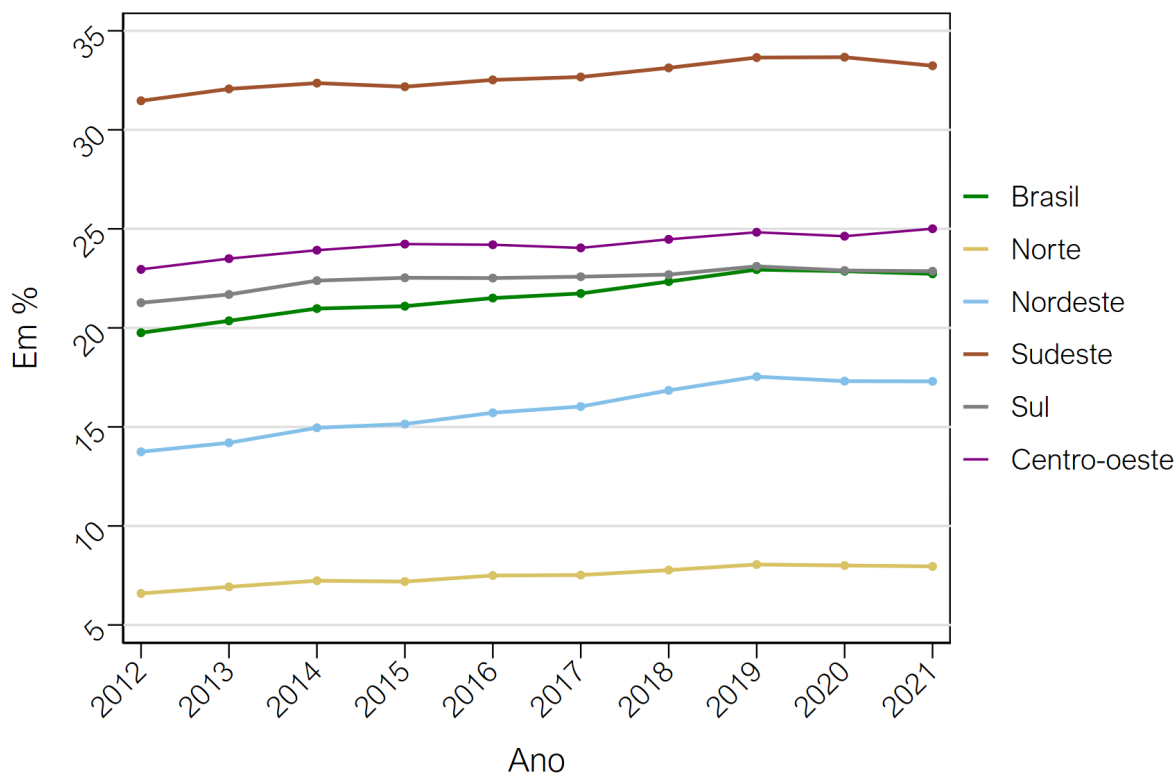
Como esperado, a maior parcela de estabelecimentos privados do país está localizada na região Sudeste, 49,0%. Na sequência, 25,9% das escolas privadas estão no Nordeste e 14,4% estão no Sul. Por fim, as instituições das regiões Centro-Oeste e Norte representam, respectivamente, 6,3% e 4,3%.

Nos últimos dez anos, as regiões Norte, Nordeste e Sul alcançaram o maior número de estabelecimentos privados de Educação Básica em 2019, antes da pandemia, enquanto a região Sudeste alcançou o maior número em 2020 (figura 5.7). No período analisado, a região Centro-Oeste apresentou o maior número de escolas privadas em 2021, após sofrer pequena queda no total de 2019 para 2020, o número de estabelecimentos voltou a crescer em 2021, acompanhando o crescimento populacional e econômico daquela região.

De 2012 para 2021, o Centro-Oeste foi a região com o maior crescimento, 14%, seguido do Norte com 12%. Por serem as duas regiões com o menor número de estabelecimentos privados, se torna mais fácil alcançar taxas de crescimento mais elevadas. As regiões Sul e Sudeste tiveram crescimento um pouco mais modesto, na faixa de 7% e 8%. Por fim, a região Norte apresentou aumento de apenas 3%. Vale lembrar que, em termos de matrículas, as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram diminuição.

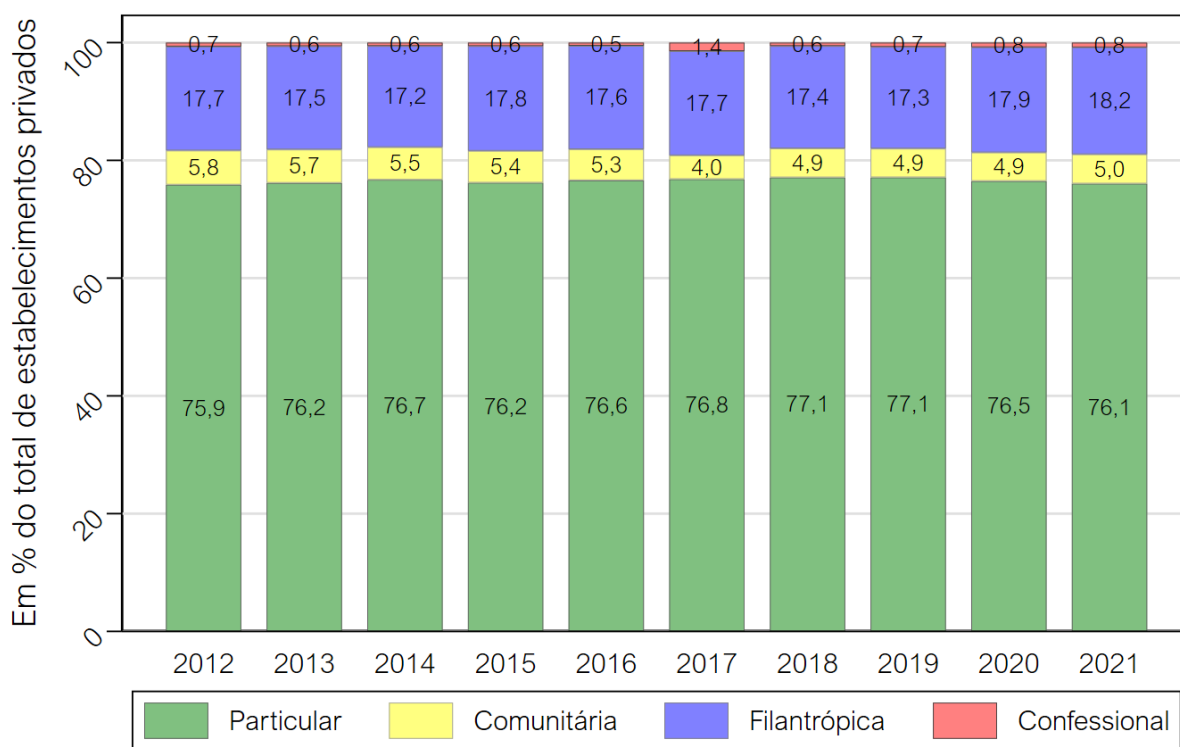
Olhando apenas para o período da pandemia, o cenário foi positivo apenas para a região Centro-Oeste. De 2019 para 2021, o número de estabelecimentos privados cresceu 1%, ainda que as matrículas tenham se reduzido. As regiões Norte, Sudeste e Sul apresentaram taxas de decréscimo de 2%, enquanto o Nordeste, novamente, sentiu mais os efeitos da pandemia e teve taxa igual a -4

Figura 5.9: Estabelecimentos de ensino básico privado como percentual do total de estabelecimentos de ensino básico



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.10: Tipo de estabelecimentos de ensino como proporção do total de estabelecimentos de ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

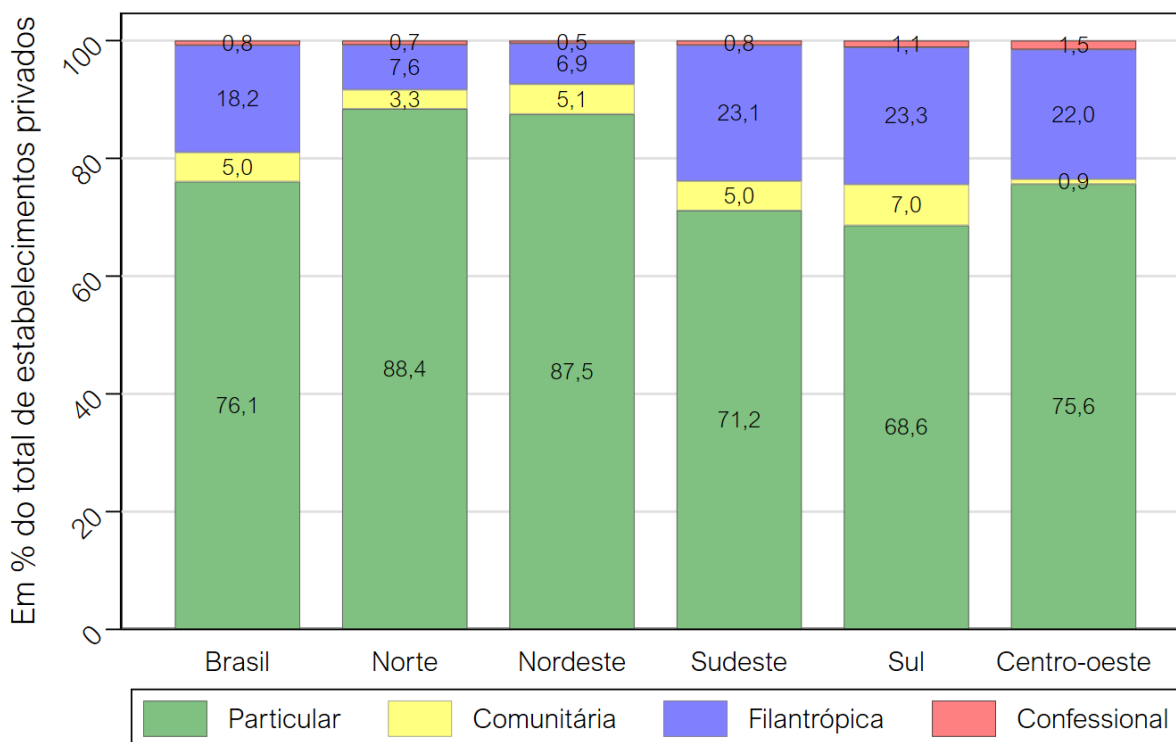
A figura 5.8 apresenta as taxas de variação anuais no número de estabelecimentos privados de Educação Básica por região. Em 2020, apenas o Sudeste apresentou taxa positiva, sendo que esta foi pequena, de apenas 0,2% em relação ao ano anterior. Em 2021, novamente apenas uma região apresentou taxa positiva. Desta vez foi o Centro-Oeste, que conseguiu alcançar uma taxa significativamente alta, de 1,8% de crescimento no número de estabelecimentos em comparação com 2020. No anos que antecedem a pandemia, há uma alternância entre taxas positivas e taxas próximas de zero ou negativas. A maior taxa de variação alcançada foi pela região Sul em 2014, com taxa de variação em relação ao ano anterior de 3,9%. No entanto, foi a região Norte que apresentou durante mais anos taxas próximas ou acima de 2%. Vale ressaltar novamente que, como esta região possui poucos estabelecimentos privados, há uma maior facilidade em alcançar taxas de crescimento alta.

Em cada uma das regiões, o percentual de escolas privadas sobre o total de escolas de Educação Básica é diferente (figura 5.9). Enquanto o Norte possui o menor percentual, de apenas 8,0%, a região Sudeste está no extremo oposto, com o maior percentual, igual a 33,2%. No meio entre essas duas regiões, estão

o Centro-Oeste 25,0%, a região Sul (22,9%, semelhante à média nacional) e a região Nordeste 17,3%). Em geral o percentual de estabelecimentos privados em cada região é maior do que o percentual de matrículas nestes estabelecimentos. A exceção é a região Norte, com percentuais bastante próximos (8,0% de estabelecimentos privados e 8,3% de matrículas nestes estabelecimentos).

As regiões também apresentam suas peculiaridades no que se refere aos percentuais por tipo de estabelecimento privado de Educação Básica, conforme mostra figura 5.11. O Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam percentuais mais altos de escolas filantrópicas, próximas a 23% em cada região. Enquanto nas regiões Norte e Nordeste, este percentual não chega a 8%. O percentual de escolas comunitárias não chega a 8% em nenhuma das regiões, mas tem maior representatividade na região Sul (7%). Nas demais regiões esse percentual varia de 0,9% (Centro-Oeste) e 5,1% (Nordeste). Em comum, todas as regiões possuem pequenos percentuais de escolas confessionais, menos de 2% em todas elas.

Figura 5.11: Tipo de estabelecimentos de ensino como proporção do total de estabelecimentos de ensino básico privado, por região, no ano de 2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

A tabela 5.4 apresenta os dados de estabelecimentos por UF. Novamente, São Paulo é o estado que se destaca por ter o maior número de estabelecimentos

privados. Em termos percentuais, a rede privada tem maior parcela dos estabelecimentos da Educação Básica no Distrito Federal e no Rio de Janeiro.

Tabela 5.4: População, Estabelecimentos e Percentual de Estabelecimentos Privados – Educação Básica

	2012			2021			Variação %	
	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos	População
Brasil	38.060	19,75	193.946,89	40.542	22,73	213.317,64	6,52	0,10
<i>Região Norte</i>	1.572	6,59	16.318,16	1.753	7,96	18.906,96	11,51	0,16
Roraima	167	11,95	1.590,01	156	12,72	1.815,28	-6,59	0,14
Acre	26	1,54	758,79	41	2,65	906,88	57,69	0,20
Amazonas	254	4,57	3.590,99	321	5,99	4.270,00	26,38	0,19
Roraima	30	3,97	469,52	43	5,11	652,71	43,33	0,39
Pará	831	7,04	7.792,56	950	8,94	8.777,12	14,32	0,13
Amapá	63	7,63	698,60	82	9,62	877,61	30,16	0,26
Tocantins	201	11,07	1.417,69	160	10,08	1.607,36	-20,40	0,13
<i>Região Nordeste</i>	10.237	13,75	53.907,14	10.498	17,30	57.667,84	2,55	0,07
Maranhão	852	6,36	6.714,31	1.064	9,22	7.153,26	24,88	0,07
Piauí	442	6,94	3.160,75	450	10,49	3.289,29	1,81	0,04
Ceará	1.680	19,12	8.606,01	1.503	20,43	9.240,58	-10,54	0,07
Rio Grande do Norte	607	15,60	3.228,20	661	19,38	3.560,90	8,90	0,10
Paraíba	851	14,38	3.815,17	885	18,66	4.059,91	4,00	0,06
Pernambuco	2.383	23,78	8.931,03	2.159	26,49	9.674,79	-9,40	0,08
Alagoas	537	16,22	3.165,47	545	18,86	3.365,35	1,49	0,06
Sergipe	370	16,06	2.110,87	433	20,97	2.338,47	17,03	0,11
Bahia	2.515	12,28	14.175,34	2.798	17,23	14.985,28	11,25	0,06
<i>Região Sudeste</i>	18.571	31,47	81.565,98	19.870	33,24	89.632,91	6,99	0,10
Minas Gerais	4.064	23,75	19.855,33	3.572	22,95	21.411,92	-12,11	0,08
Espírito Santo	358	10,73	3.578,07	346	11,43	4.108,51	-3,35	0,15
Rio de Janeiro	4.276	39,68	16.231,37	4.716	41,54	17.463,35	10,29	0,08
São Paulo	9.873	35,52	41.901,22	11.236	37,66	46.649,13	13,81	0,11
<i>Região Sul</i>	5.417	21,27	27.731,64	5.844	22,86	30.402,59	7,88	0,10
Paraná	2.096	22,67	10.577,76	2.096	22,22	11.597,48	0,00	0,10
Santa Catarina	949	15,21	6.383,29	1.156	18,34	7.338,47	21,81	0,15
Rio Grande do Sul	2.372	23,75	10.770,60	2.592	26,38	11.466,63	9,27	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	2.263	22,96	14.423,95	2.577	25,00	16.707,34	13,88	0,16
Mato Grosso do Sul	393	24,07	2.505,09	416	23,81	2.839,19	5,85	0,13
Mato Grosso	363	13,62	3.115,34	442	16,38	3.567,23	21,76	0,15
Goiás	1.041	23,38	6.155,00	1.129	24,50	7.206,59	8,45	0,17
Distrito Federal	466	42,06	2.648,53	590	47,12	3.094,33	26,61	0,17

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

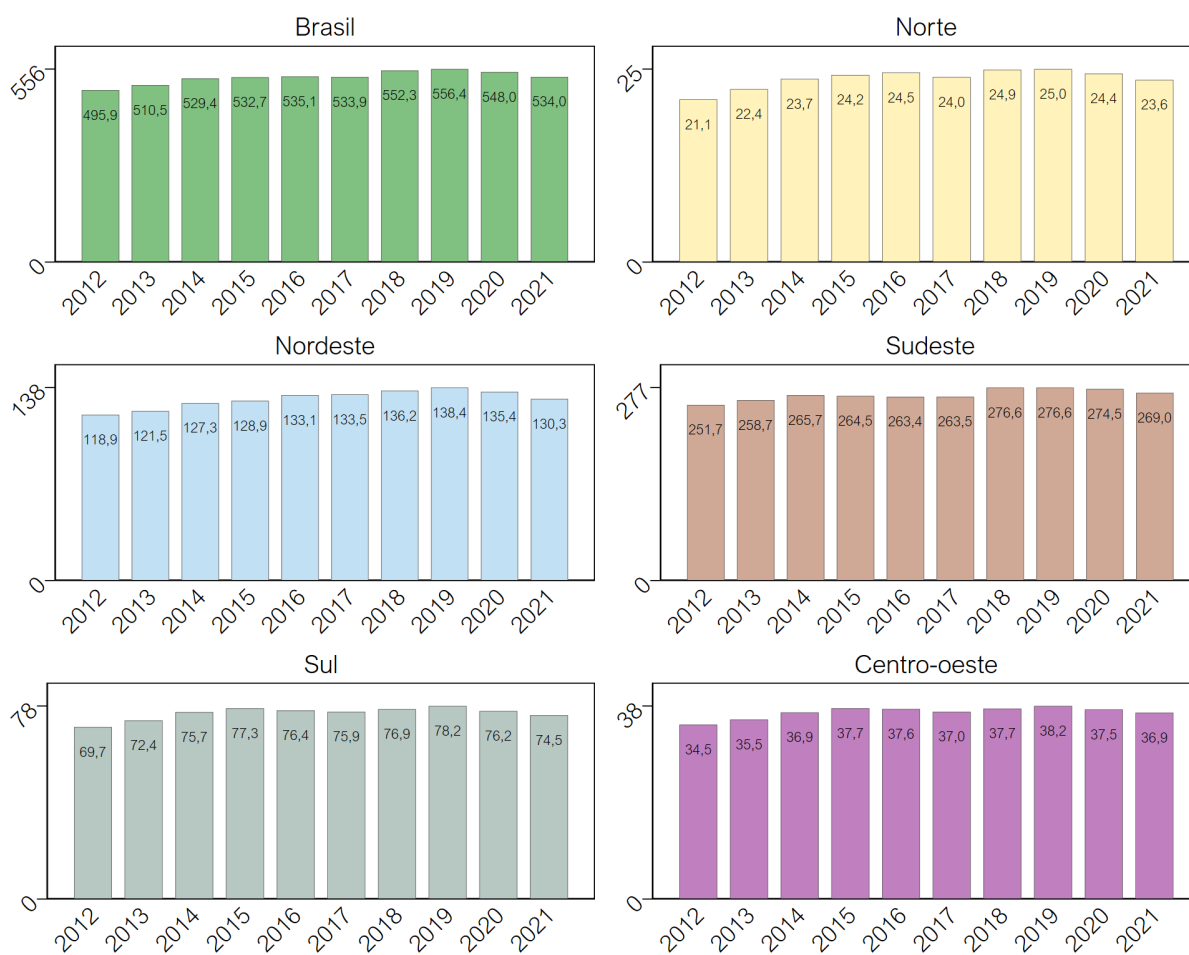
Na figura 5.12, é possível observar o número de docentes trabalhando nos estabelecimentos privadas que oferecem algum dos níveis pertencentes à Educação Básica ao longo dos últimos dez anos. Em 2021 em comparação com 2012, há em torno de 38 mil professores a mais, o que representa um crescimento de quase 8% no período. Em oposição à queda das matrículas nos estabelecimentos privados, o número de docentes apresentou crescimento quase que contínuo, com a exceção dos últimos dois anos (2020 e 2021), devido à pandemia. Comparando com a taxa de crescimento no número de estabelecimentos, a taxa de variação no número de docentes foi superior.

As regiões tiveram todas a mesma trajetória de crescimento com exceção dos anos de pandemia, porém cada uma com uma magnitude de crescimento diferente. A região Norte é a que apresenta maior taxa de variação no número de docentes de 2012 a 2021, 12%, mesma taxa de variação do número de estabelecimentos privados na região. As regiões Sul e Sudeste também apresentam taxas de variação de docentes similares às taxas de variação dos estabelecimentos privados (7% e 8%). A região Nordeste teve um aumento de docentes superior ao aumento dos estabelecimentos, enquanto a região Centro-Oeste vivenciou o cenário contrário, aumento de docentes inferior ao aumentos dos estabelecimentos.

Uma vez que as matrículas privadas estão decaindo no país e em todas as regiões e o número de docentes nos estabelecimentos privados está aumentando, a

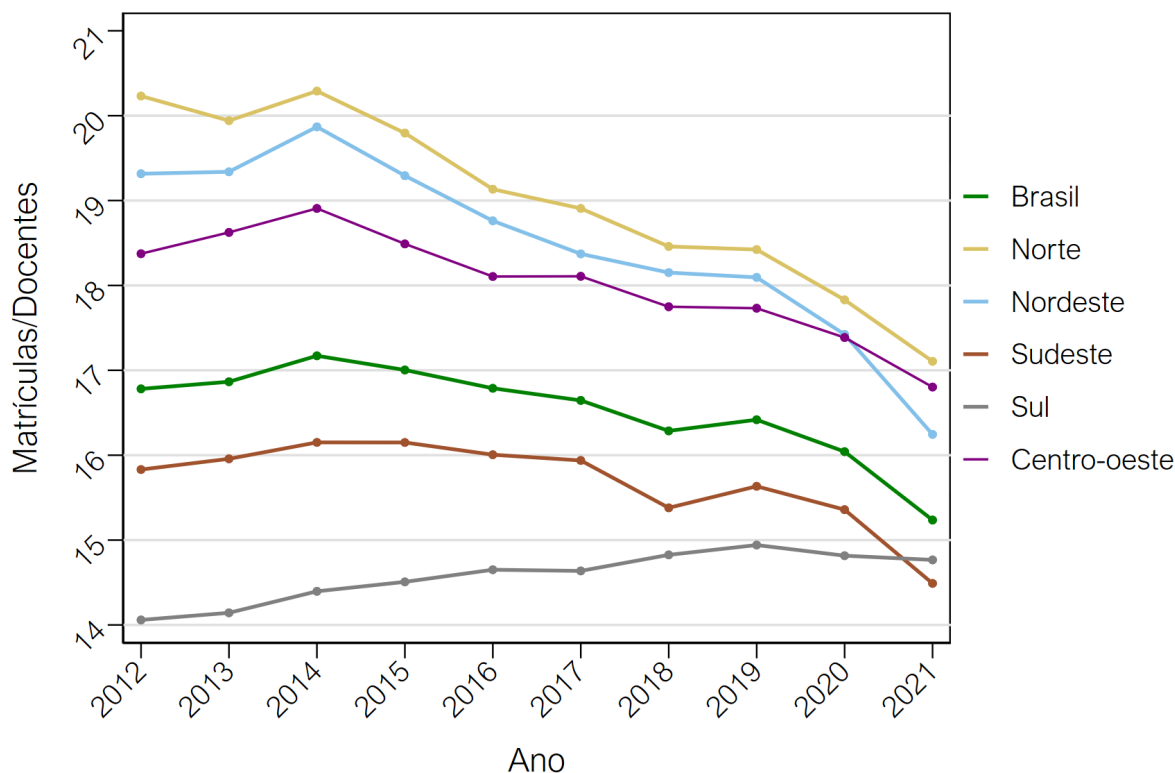
razão matrículas por docentes está caindo, como mostra a figura 5.13. A exceção fica por conta da região Sul, que apresentou aumento de estudantes no período analisado e este crescimento foi superior ao crescimento no total de docentes, resultando num aumento da razão. Por isso, em 2021, a região Sul deixou de ser a região com a menor razão matrículas por docentes na rede privada de ensino, e a região Sudeste tomou este lugar, com uma razão de aproximadamente 14,5 estudantes por docente. A região Norte foi a região com a maior razão durante os dez anos analisados, passando de em torno de 20 estudantes/docentes para em torno de 17 estudantes/docente.

Figura 5.12: Total de docentes no ensino básico privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.13: Razão matrículas por docentes



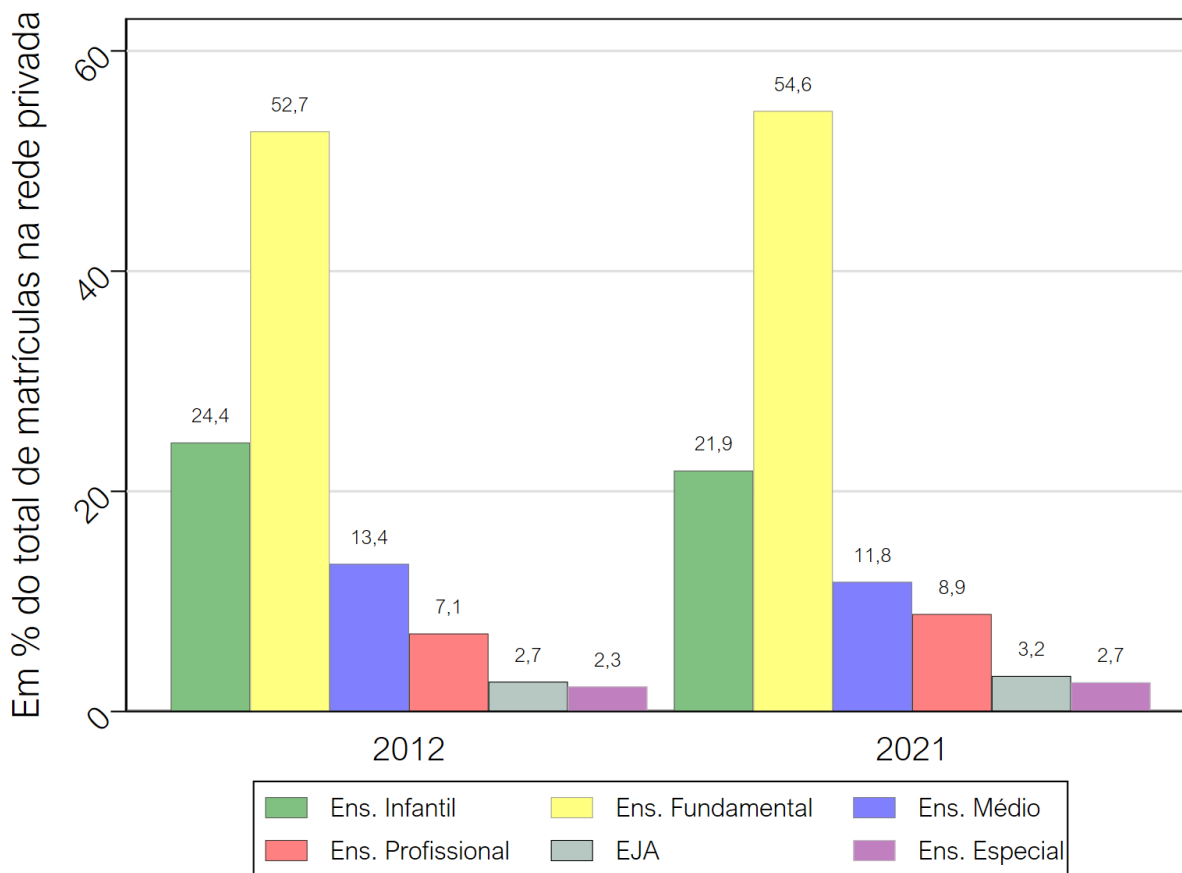
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

A Educação Básica engloba os níveis Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, EJA e Educação Especial. A figura 5.14 traz a distribuição das matrículas pelos níveis de ensino. Vale ressaltar que esses níveis não são exclusivos, por exemplo, uma matrícula em um Ensino Médio integrado conta como Ensino Médio e como Educação Profissional. Dessa forma, os percentuais da figura somam mais do que 100%. Como é possível observar no gráfico, o Ensino Fundamental representa mais da metade das matrículas privadas da Educação Básica. O segundo nível com maior número de matrículas é a Educação Infantil, seguida pelo Ensino Médio e Educação Profissional e Educação Especial (apenas classes exclusivas). Na comparação de 2012 com 2021, Ensino Fundamental e Educação Profissional ganharam mais matrículas que os demais níveis, aumentam os seus percentuais de participação sobre o total de matrículas da Educação Básica.

A seguir, o capítulo está dividido em mais seis seções. Cada um das seções traz os dados de um destes níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional, EJA e Educação Especial. O texto não repetirá as tendências descritas aqui sobre a Educação Básica como um todo. Em cada seção, será apenas descritas as particularidades de cada um

dos níveis.

Figura 5.14: Matrículas por nível de ensino como proporção do total de matrículas no ensino básico privado nos anos de 2012 e 2021



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

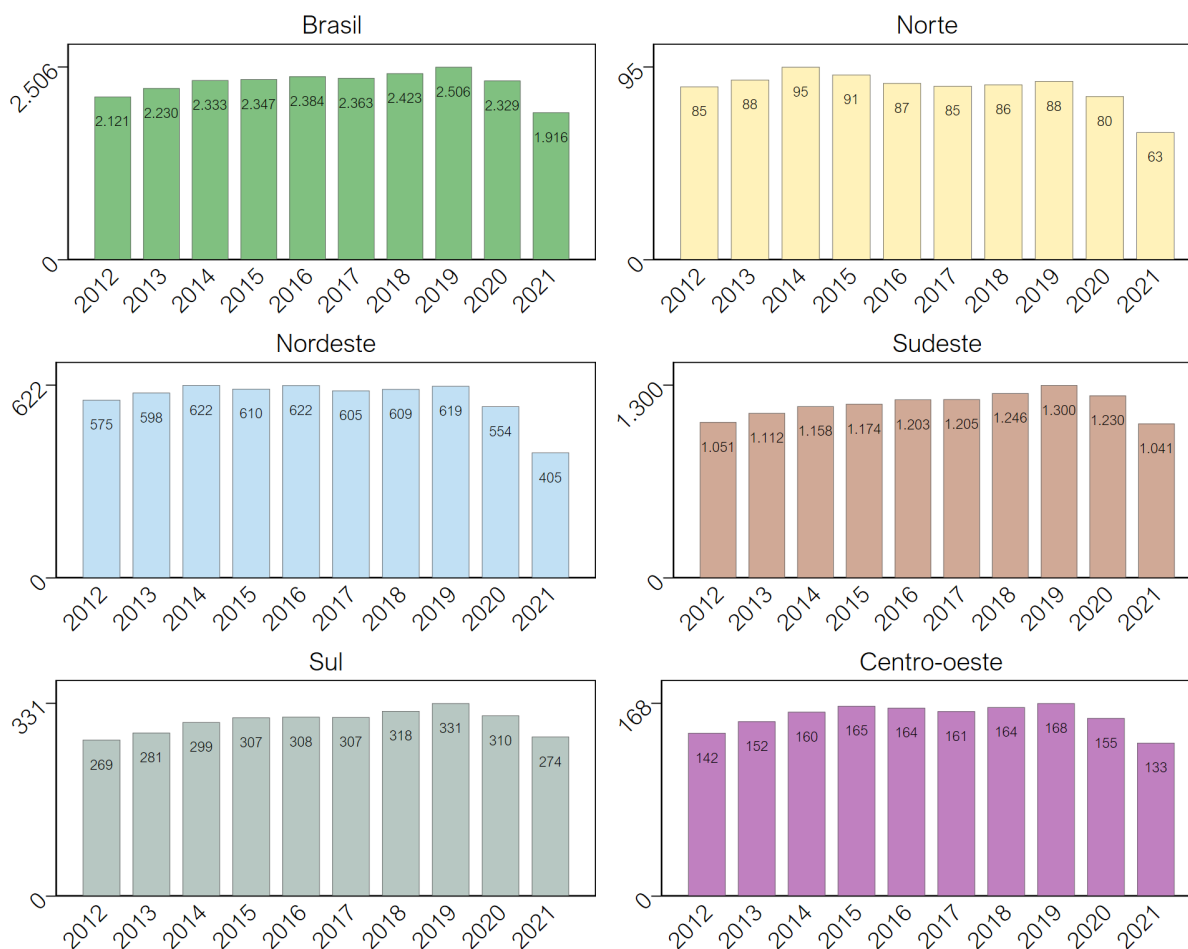
5.1 Educação Infantil

Nesta seção, trazemos os mesmos gráficos e tabelas da seção anterior, porém agora referentes apenas à Educação Infantil - nível da Educação Básica que engloba a creche e a pré-escola. Aqui não serão descritas todas as figuras novamente, apenas serão listados pontos referentes à Educação Infantil que chamam a atenção:

- As matrículas em estabelecimentos privados representam 23,0% das matrículas da Educação Infantil, percentual superior ao percentual da Educação Básica como um todo e dos níveis seguintes, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

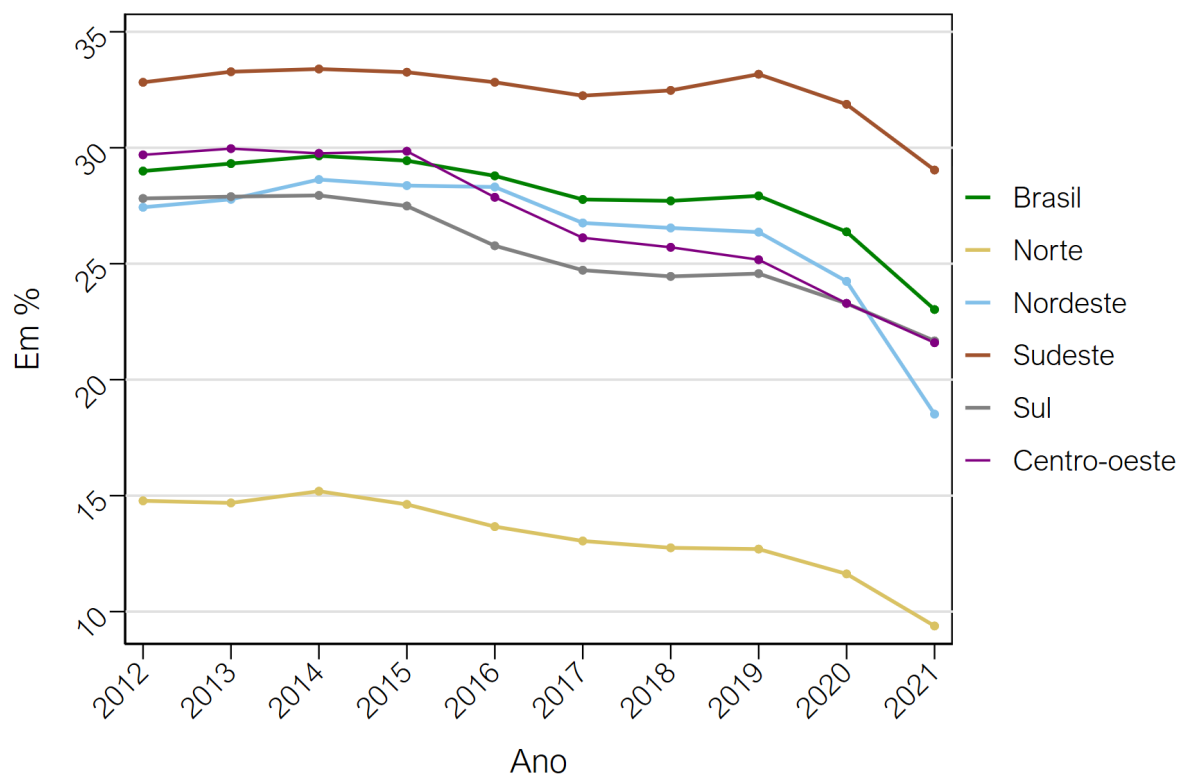
- De 2012 a 2021, a diminuição no número de matrículas na Educação Infantil privada foi de quase 10%, percentual superior à diminuição no número de matrículas na Educação Básica privada como um todo. Apenas o Ensino Médio apresentou maior retração no período.
- As taxas de diminuição nas matrículas da Educação Infantil privada neste período de dez anos chegaram próximas de 30% nas regiões Norte e Nordeste.
- De 2019 para 2021, a diminuição no número de matrículas na Educação Infantil privada superior a 23%. Foi o maior percentual entre os níveis de ensino da Educação Básica. Como este nível de ensino não é compulsório, na pandemia, quando as aulas presenciais estavam suspensas, muitos pais optaram por desmatricular seus filhos.
- De 2019 para 2021, houve diminuição no número de matrículas na Educação Infantil privada em todas as regiões. A menor taxa de diminuição foi na região Sul, com 17% a menos de matrículas em 2021 em comparação com 2019.
- Com o aumento da oferta de Educação Infantil na rede pública, o percentual de matrículas na Educação Infantil em estabelecimentos privados decaiu ao longo da década. No país, esse percentual era igual a 29% em 2012 e caiu para 23% em 2021.
- A variação no número de matrículas na Educação Infantil privada foi positiva em apenas cinco UFs durante a década analisada: Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Maranhão.
- O crescimento no número de estabelecimentos privados que ofertam Educação Infantil de 2012 para 2021 foi de 3,4%, crescimento mais modesto que o do total de estabelecimentos da Educação Básica (6,5%).
- Na contramão da diminuição de matrículas, acentuada devida à pandemia, o número de estabelecimentos cresceu em quase todas as regiões entre 2012 e 2021, a exceção foi o Nordeste.
- Conforme exigência deste nível de ensino, a razão matrículas por docentes fica bastante abaixo da razão da Educação Básica. Além disso, com a queda de matrículas desde o início da pandemia, esta razão despencou nos últimos dois anos. Considerando o Brasil como um todo, esta razão passou de 14 para 11 matrículas por docente.

Figura 5.15: Matrículas na Educação Infantil privada (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.16: Matrículas na Educação Infantil privada como percentual do total de matrículas na Educação Infantil



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.5: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – Educação Infantil) por UFs

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	2.120,75	29,00	193.946,89	1.915,53	23,02	213.317,64	-9,68	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>84,96</i>	<i>14,78</i>	<i>16.318,16</i>	<i>62,60</i>	<i>9,38</i>	<i>18.906,96</i>	<i>-26,31</i>	<i>0,16</i>
Rorônia	9,37	18,68	1.590,01	6,50	12,64	1.815,28	-30,62	0,14
Acre	1,90	6,33	758,79	1,28	3,51	906,88	-32,56	0,20
Amazonas	20,15	15,88	3.590,99	13,85	9,07	4.270,00	-31,26	0,19
Roraima	3,82	20,12	469,52	2,19	8,09	652,71	-42,69	0,39
Pará	35,58	13,02	7.792,56	30,85	10,01	8.777,12	-13,30	0,13
Amapá	4,24	18,93	698,60	1,99	8,20	877,61	-53,12	0,26
Tocantins	9,90	18,58	1.417,69	5,95	8,84	1.607,36	-39,94	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>574,69</i>	<i>27,43</i>	<i>53.907,14</i>	<i>404,87</i>	<i>18,52</i>	<i>57.667,84</i>	<i>-29,55</i>	<i>0,07</i>
Maranhão	60,78	18,43	6.714,31	64,52	18,52	7.153,26	6,14	0,07
Piauí	21,38	16,16	3.160,75	15,83	11,05	3.289,29	-25,97	0,04
Ceará	107,39	28,28	8.606,01	71,35	17,71	9.240,58	-33,56	0,07
Rio Grande do Norte	36,77	26,84	3.228,20	27,55	20,82	3.560,90	-25,09	0,10
Paraíba	38,10	29,25	3.815,17	30,47	20,09	4.059,91	-20,02	0,06
Pernambuco	132,19	41,85	8.931,03	88,12	29,71	9.674,79	-33,34	0,08
Alagoas	27,49	24,81	3.165,47	19,19	15,27	3.365,35	-30,20	0,06
Sergipe	23,13	30,38	2.110,87	15,75	20,79	2.338,47	-31,89	0,11
Bahia	127,45	26,39	14.175,34	72,10	14,13	14.985,28	-43,43	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>1.050,64</i>	<i>32,82</i>	<i>81.565,98</i>	<i>1.041,01</i>	<i>29,04</i>	<i>89.632,91</i>	<i>-0,92</i>	<i>0,10</i>
Minas Gerais	210,09	31,62	19.855,33	143,85	19,77	21.411,92	-31,53	0,08
Espirito Santo	16,94	10,91	3.578,07	13,40	8,03	4.108,51	-20,88	0,15
Rio de Janeiro	220,68	41,97	16.231,37	173,56	30,79	17.463,35	-21,35	0,08
São Paulo	602,93	32,49	41.901,22	710,20	33,39	46.649,13	17,79	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>268,56</i>	<i>27,81</i>	<i>27.731,64</i>	<i>273,77</i>	<i>21,67</i>	<i>30.402,59</i>	<i>1,94</i>	<i>0,10</i>
Paraná	103,47	28,27	10.577,76	84,78	17,86	11.597,48	-18,06	0,10
Santa Catarina	53,36	18,58	6.383,29	67,47	18,08	7.338,47	26,45	0,15
Rio Grande do Sul	111,73	35,78	10.770,60	121,52	29,25	11.466,63	8,76	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>141,90</i>	<i>29,70</i>	<i>14.423,95</i>	<i>133,28</i>	<i>21,59</i>	<i>16.707,34</i>	<i>-6,08</i>	<i>0,16</i>
Mato Grosso do Sul	20,67	20,63	2.505,09	19,86	15,86	2.839,19	-3,93	0,13
Mato Grosso	19,67	16,00	3.115,34	17,31	10,56	3.567,23	-12,02	0,15
Goiás	53,75	30,80	6.155,00	43,37	18,83	7.206,59	-19,31	0,17
Distrito Federal	47,81	59,62	2.648,53	52,75	53,92	3.094,33	10,32	0,17

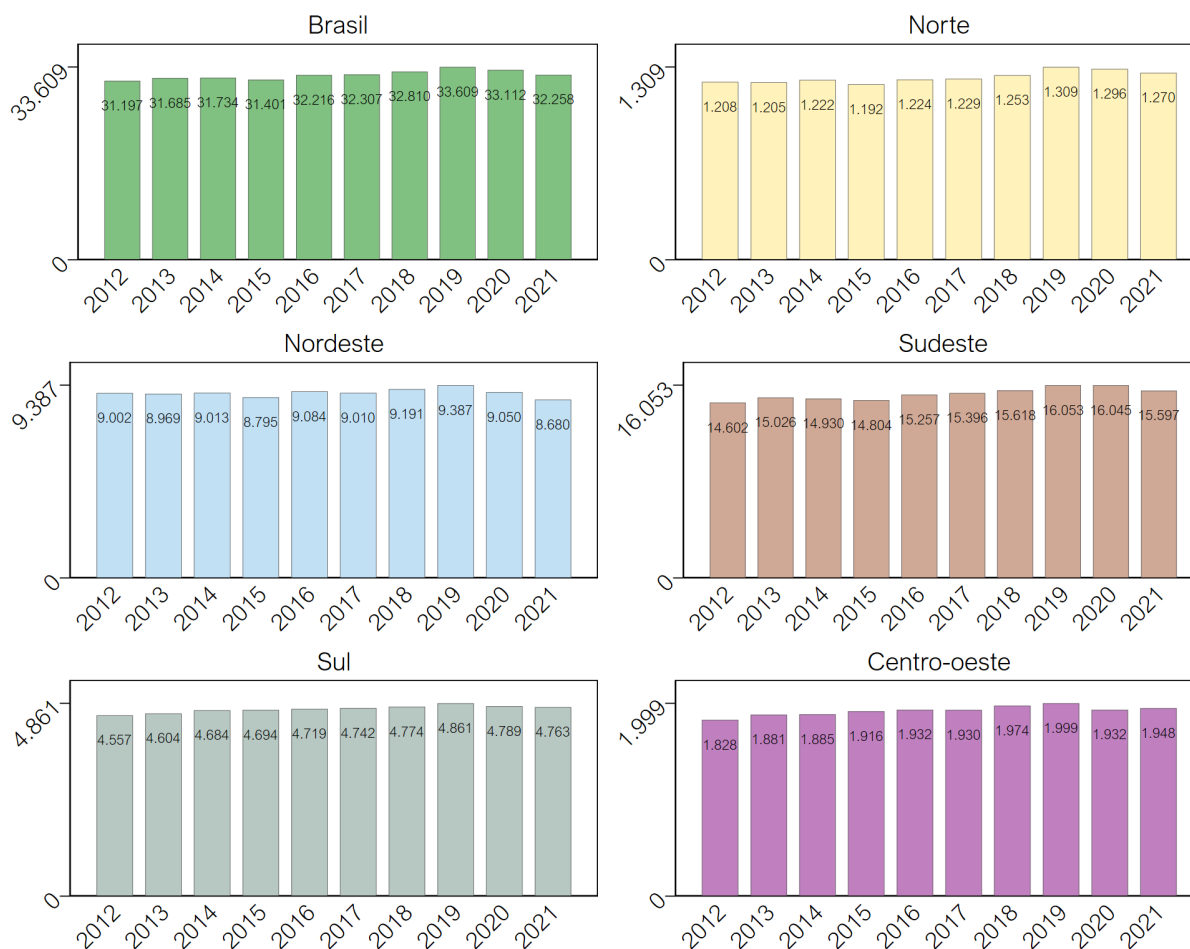
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.6: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Educação Infantil

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	1.630,36	42,07	106.877,20	1.580,16	34,61	123.022,51	-3,08	0,15
<i>Região Norte</i>	<i>65,82</i>	<i>26,33</i>	<i>7.765,26</i>	<i>52,23</i>	<i>17,29</i>	<i>9.941,51</i>	<i>-20,65</i>	<i>0,28</i>
Roraima	4,63	26,17	560,79	5,14	20,50	895,64	10,99	0,60
Acre	1,65	14,29	348,35	1,17	8,08	419,45	-29,36	0,20
Amazonas	18,21	28,15	1.965,67	12,14	17,07	2.476,39	-33,33	0,26
Roraima	3,82	33,91	296,96	2,13	14,38	436,59	-44,19	0,47
Pará	27,61	24,66	3.675,33	26,26	18,89	4.566,68	-4,86	0,24
Amapá	4,07	28,32	519,96	1,90	12,98	647,17	-53,16	0,24
Tocantins	5,84	31,64	398,19	3,48	15,24	499,59	-40,38	0,25
<i>Região Nordeste</i>	<i>365,18</i>	<i>51,47</i>	<i>21.722,40</i>	<i>274,78</i>	<i>37,27</i>	<i>24.141,80</i>	<i>-24,76</i>	<i>0,11</i>
Maranhão	43,21	45,12	2.211,93	48,35	48,86	2.361,24	11,89	0,07
Piauí	11,56	28,92	977,96	8,56	22,83	1.024,99	-25,96	0,05
Ceará	80,09	51,18	3.859,06	52,77	32,36	4.294,91	-34,11	0,11
Rio Grande do Norte	22,31	48,61	1.298,55	17,06	35,05	1.577,91	-23,54	0,22
Paraíba	21,49	52,06	1.457,03	17,36	36,27	1.486,49	-19,22	0,02
Pernambuco	83,89	62,55	4.331,71	57,97	43,88	4.931,30	-30,90	0,14
Alagoas	17,47	59,03	1.171,53	11,80	42,21	1.265,91	-32,44	0,08
Sergipe	10,66	56,51	752,90	8,39	34,90	966,36	-21,31	0,28
Bahia	74,50	50,53	5.661,72	52,53	33,44	6.232,70	-29,50	0,10
<i>Região Sudeste</i>	<i>900,21</i>	<i>40,40</i>	<i>56.325,57</i>	<i>947,80</i>	<i>36,32</i>	<i>63.691,46</i>	<i>5,29</i>	<i>0,13</i>
Minas Gerais	143,87	50,41	8.648,48	108,56	32,64	9.899,55	-24,54	0,14
Espírito Santo	14,02	14,61	2.203,63	11,20	10,46	2.685,73	-20,12	0,22
Rio de Janeiro	204,16	45,97	14.175,52	167,25	34,15	15.641,00	-18,08	0,10
São Paulo	538,15	38,37	31.297,95	660,79	39,32	35.465,18	22,79	0,13
<i>Região Sul</i>	<i>189,15</i>	<i>43,23</i>	<i>13.025,62</i>	<i>196,47</i>	<i>34,30</i>	<i>15.124,99</i>	<i>3,87</i>	<i>0,16</i>
Paraná	72,76	39,08	5.245,32	61,45	25,83	6.250,12	-15,55	0,19
Santa Catarina	37,62	31,13	2.735,15	49,99	30,19	3.332,34	32,89	0,22
Rio Grande do Sul	78,78	60,38	5.045,14	85,03	50,24	5.542,54	7,95	0,10
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>110,00</i>	<i>44,00</i>	<i>8.038,36</i>	<i>108,88</i>	<i>31,61</i>	<i>10.122,76</i>	<i>-1,02</i>	<i>0,26</i>
Mato Grosso do Sul	14,67	29,60	1.216,26	13,58	22,71	1.381,80	-7,38	0,14
Mato Grosso	12,34	27,71	1.140,68	10,65	17,27	1.410,20	-13,72	0,24
Goiás	35,18	46,45	3.032,89	31,90	25,49	4.236,43	-9,32	0,40
Distrito Federal	47,81	59,62	2.648,53	52,75	53,92	3.094,33	10,32	0,17

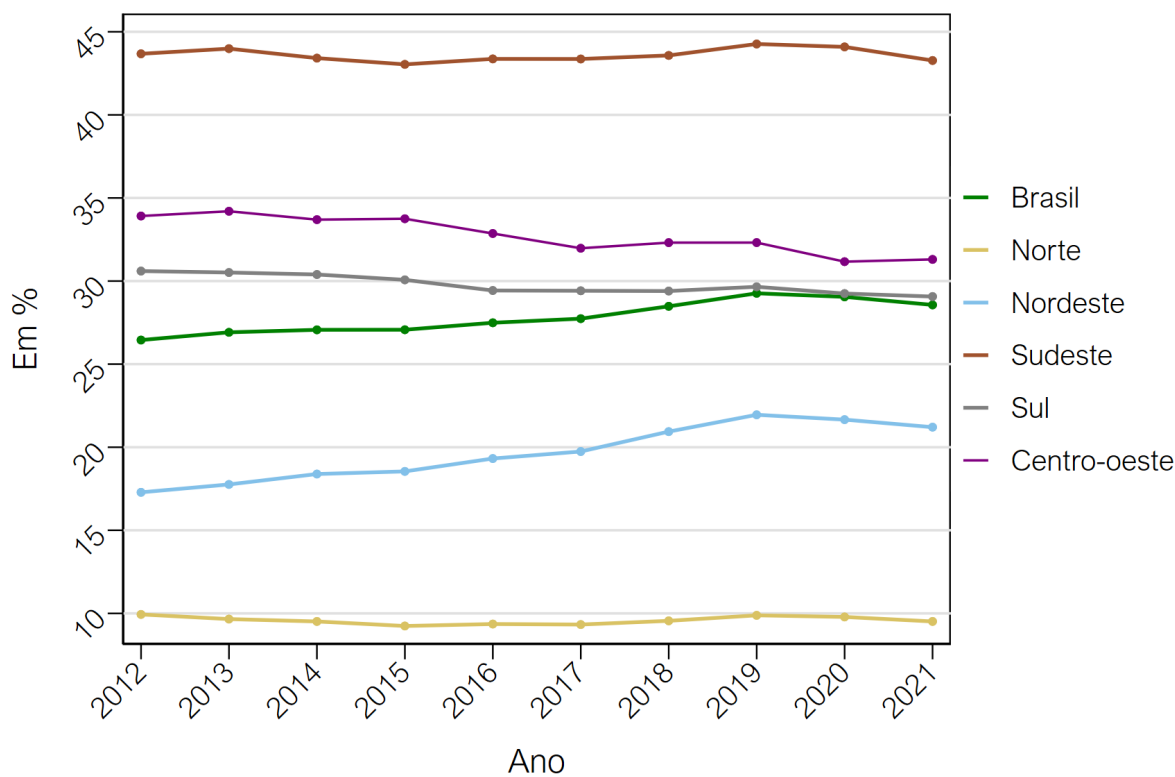
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.17: Estabelecimentos privados que ofertam Educação Infantil



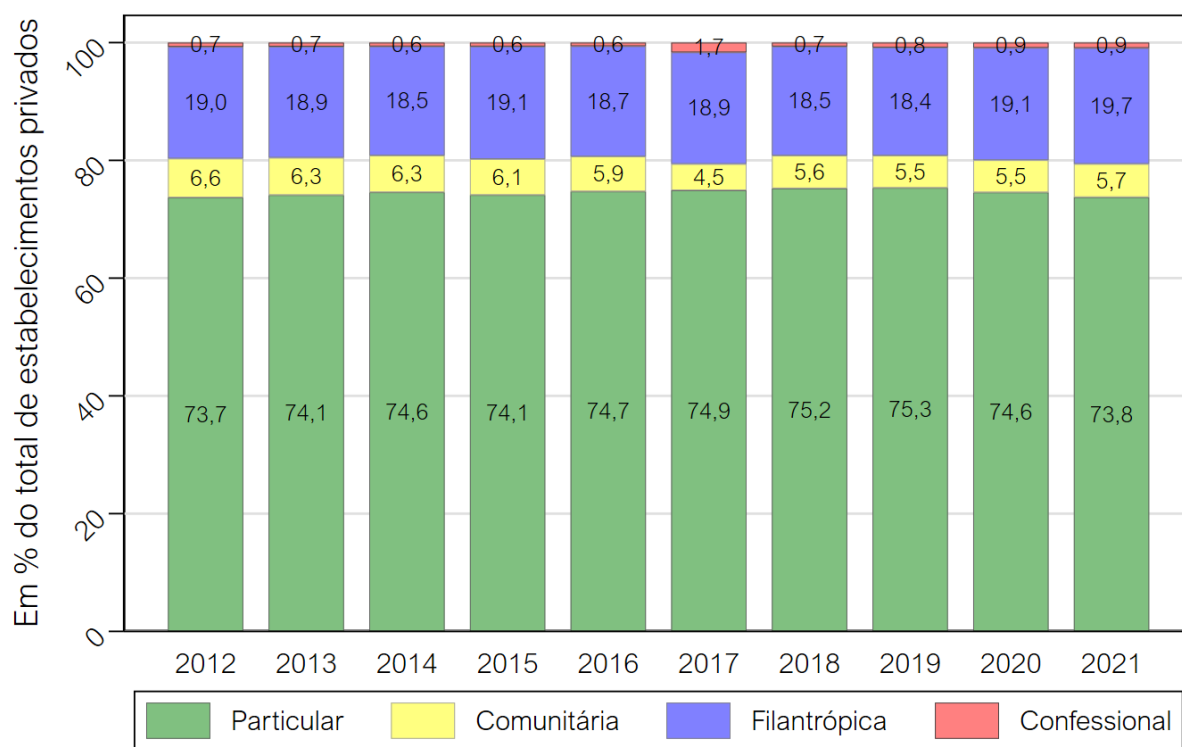
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.18: Estabelecimentos privados que ofertam Educação Infantil como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Educação Infantil



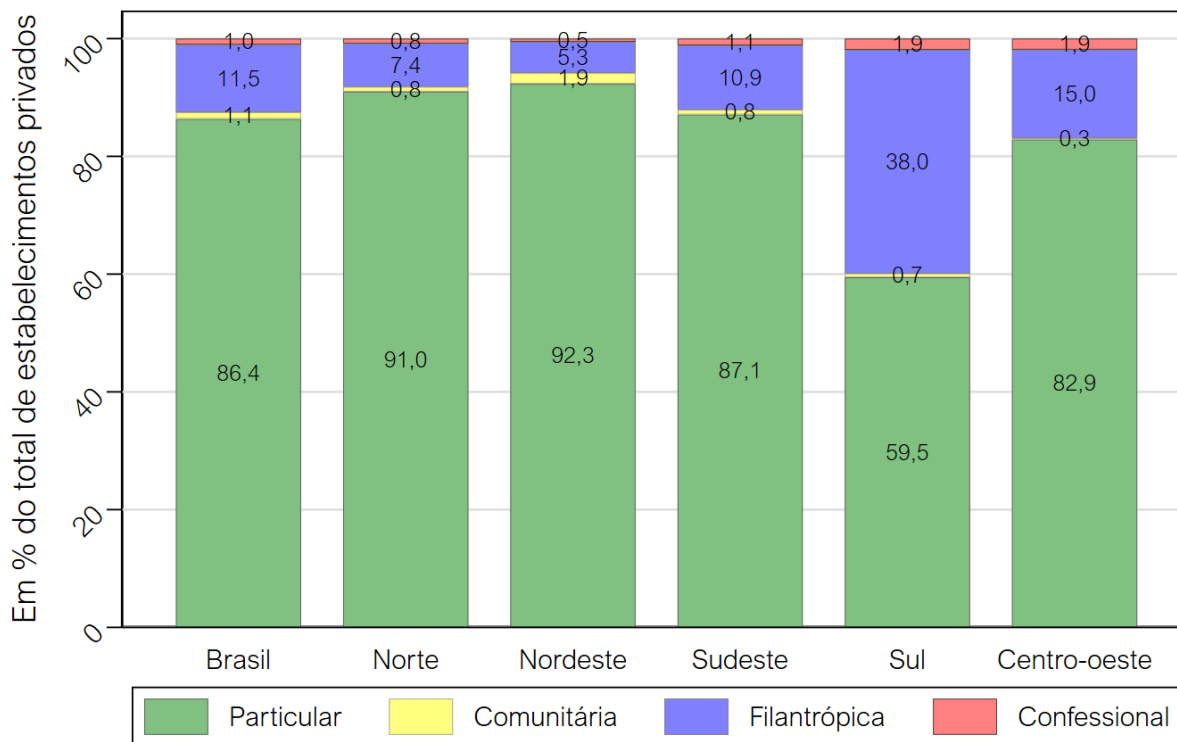
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.19: Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Infantil privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.20: Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Infantil privada – por região



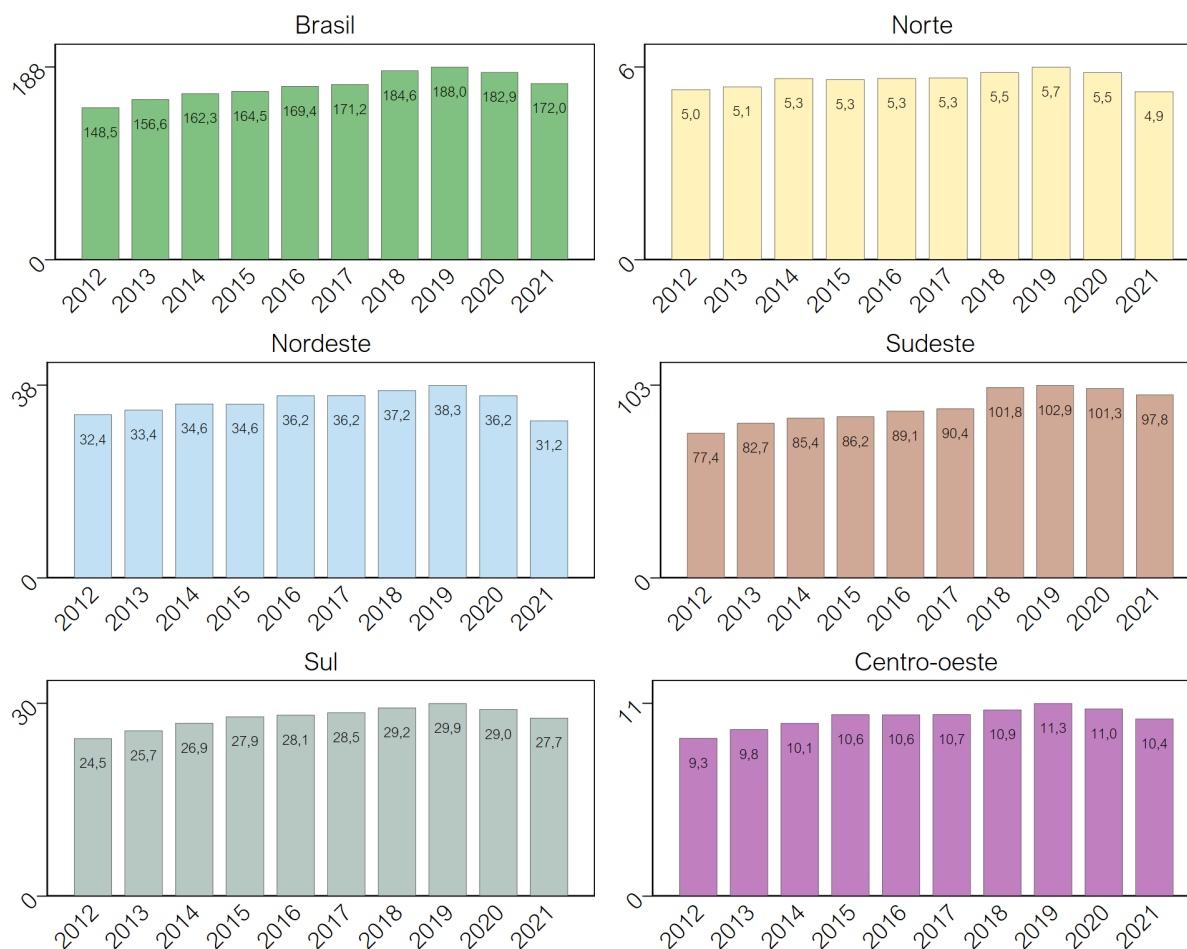
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.7: População, Estabelecimentos e Percentual de Estabelecimentos Privados – Educação Infantil

	2012			2021			Variação %	
	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos	População
Brasil	31.197	26,45	193.946,89	32.258	28,57	213.317,64	3,40	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>1.208</i>	<i>9,94</i>	<i>16.318,16</i>	<i>1.270</i>	<i>9,52</i>	<i>18.906,96</i>	<i>5,13</i>	<i>0,16</i>
Rondônia	128	26,23	1.590,01	102	18,78	1.815,28	-20,31	0,14
Acre	18	3,78	758,79	26	4,64	906,88	44,44	0,20
Amazonas	209	6,71	3.590,99	255	7,10	4.270,00	22,01	0,19
Roraima	27	8,44	469,52	34	8,10	652,71	25,93	0,39
Pará	641	9,79	7.792,56	684	9,70	8.777,12	6,71	0,13
Amapá	46	13,18	698,60	60	14,85	877,61	30,43	0,26
Tocantins	139	16,13	1.417,69	109	14,05	1.607,36	-21,58	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>9.002</i>	<i>17,29</i>	<i>53.907,14</i>	<i>8.680</i>	<i>21,21</i>	<i>57.667,84</i>	<i>-3,58</i>	<i>0,07</i>
Maranhão	733	7,84	6.714,31	882	10,94	7.153,26	20,33	0,07
Piauí	340	8,48	3.160,75	332	12,92	3.289,29	-2,35	0,04
Ceará	1.492	22,93	8.606,01	1.283	26,06	9.240,58	-14,01	0,07
Rio Grande do Norte	523	22,67	3.228,20	555	27,50	3.560,90	6,12	0,10
Paraíba	765	17,39	3.815,17	781	23,45	4.059,91	2,09	0,06
Pernambuco	2.141	28,51	8.931,03	1.855	31,31	9.674,79	-13,36	0,08
Alagoas	446	20,23	3.165,47	437	23,38	3.365,35	-2,02	0,06
Sergipe	322	20,16	2.110,87	368	26,06	2.338,47	14,29	0,11
Bahia	2.240	15,77	14.175,34	2.187	20,21	14.985,28	-2,37	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>14.602</i>	<i>43,68</i>	<i>81.565,98</i>	<i>15.597</i>	<i>43,27</i>	<i>89.632,91</i>	<i>6,81</i>	<i>0,10</i>
Minas Gerais	3.193	36,98	19.855,33	2.702	30,50	21.411,92	-15,38	0,08
Espírito Santo	252	16,07	3.578,07	239	14,78	4.108,51	-5,16	0,15
Rio de Janeiro	3.361	46,89	16.231,37	3.517	47,50	17.463,35	4,64	0,08
São Paulo	7.796	48,54	41.901,22	9.139	50,31	46.649,13	17,23	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>4.557</i>	<i>30,60</i>	<i>27.731,64</i>	<i>4.763</i>	<i>29,07</i>	<i>30.402,59</i>	<i>4,52</i>	<i>0,10</i>
Paraná	1.770	34,34	10.577,76	1.693	27,88	11.597,48	-4,35	0,10
Santa Catarina	755	19,67	6.383,29	871	22,07	7.338,47	15,36	0,15
Rio Grande do Sul	2.032	34,46	10.770,60	2.199	34,54	11.466,63	8,22	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>1.828</i>	<i>33,91</i>	<i>14.423,95</i>	<i>1.948</i>	<i>31,30</i>	<i>16.707,34</i>	<i>6,56</i>	<i>0,16</i>
Mato Grosso do Sul	315	30,29	2.505,09	292	25,82	2.839,19	-7,30	0,13
Mato Grosso	300	21,22	3.115,34	334	21,03	3.567,23	11,33	0,15
Goiás	813	35,61	6.155,00	831	30,38	7.206,59	2,21	0,17
Distrito Federal	400	61,26	2.648,53	491	63,85	3.094,33	22,75	0,17

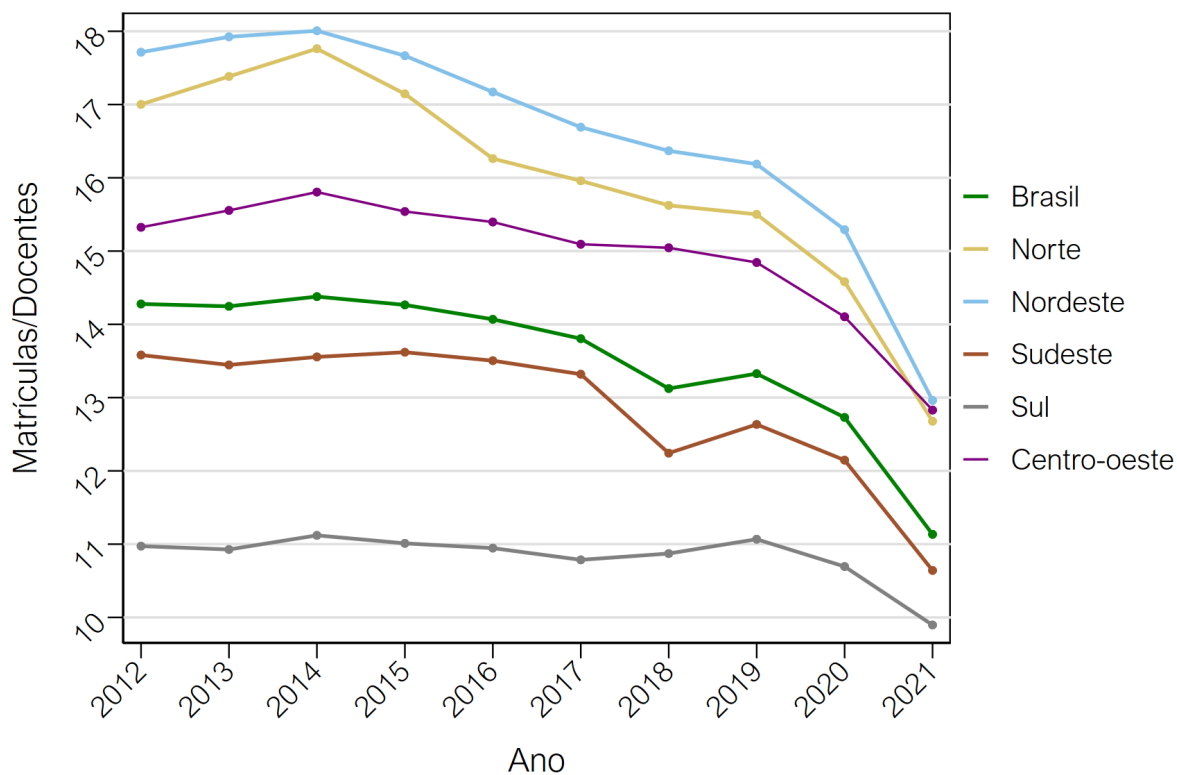
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.21: Total de docentes da Educação Infantil privada (em milhares)



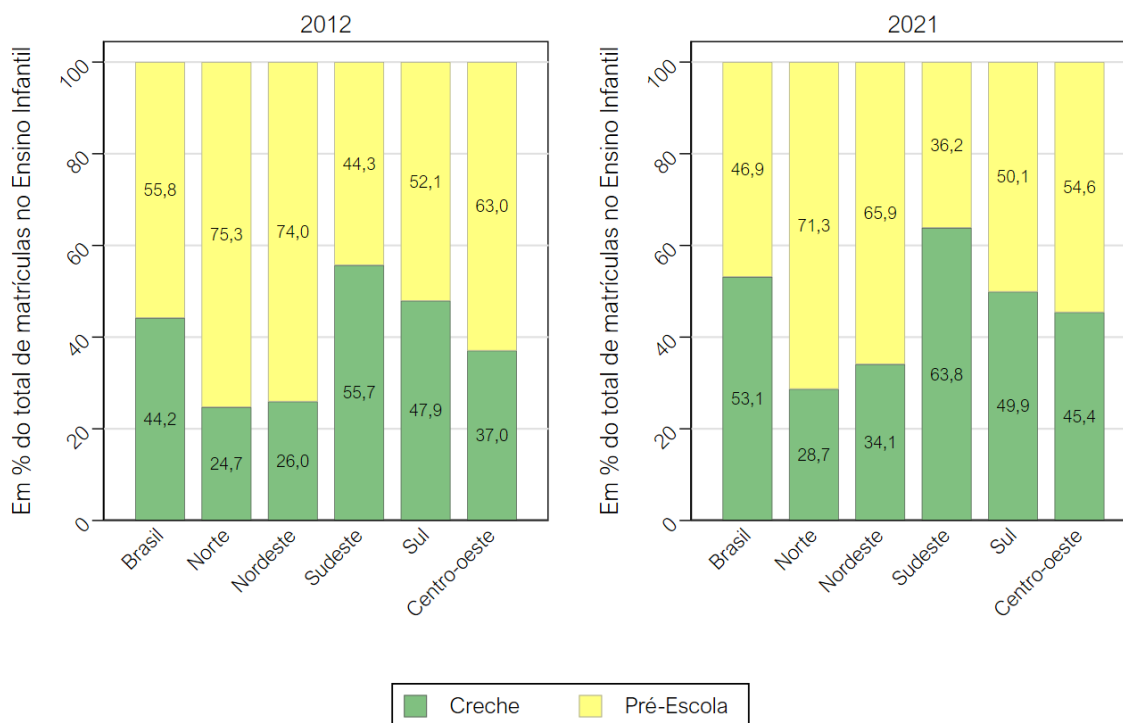
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.22: Razão matrículas por docentes na Educação Infantil privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.23: Percentual de matrículas em Creches e Pré-escolas privadas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

5.2 Ensino Fundamental

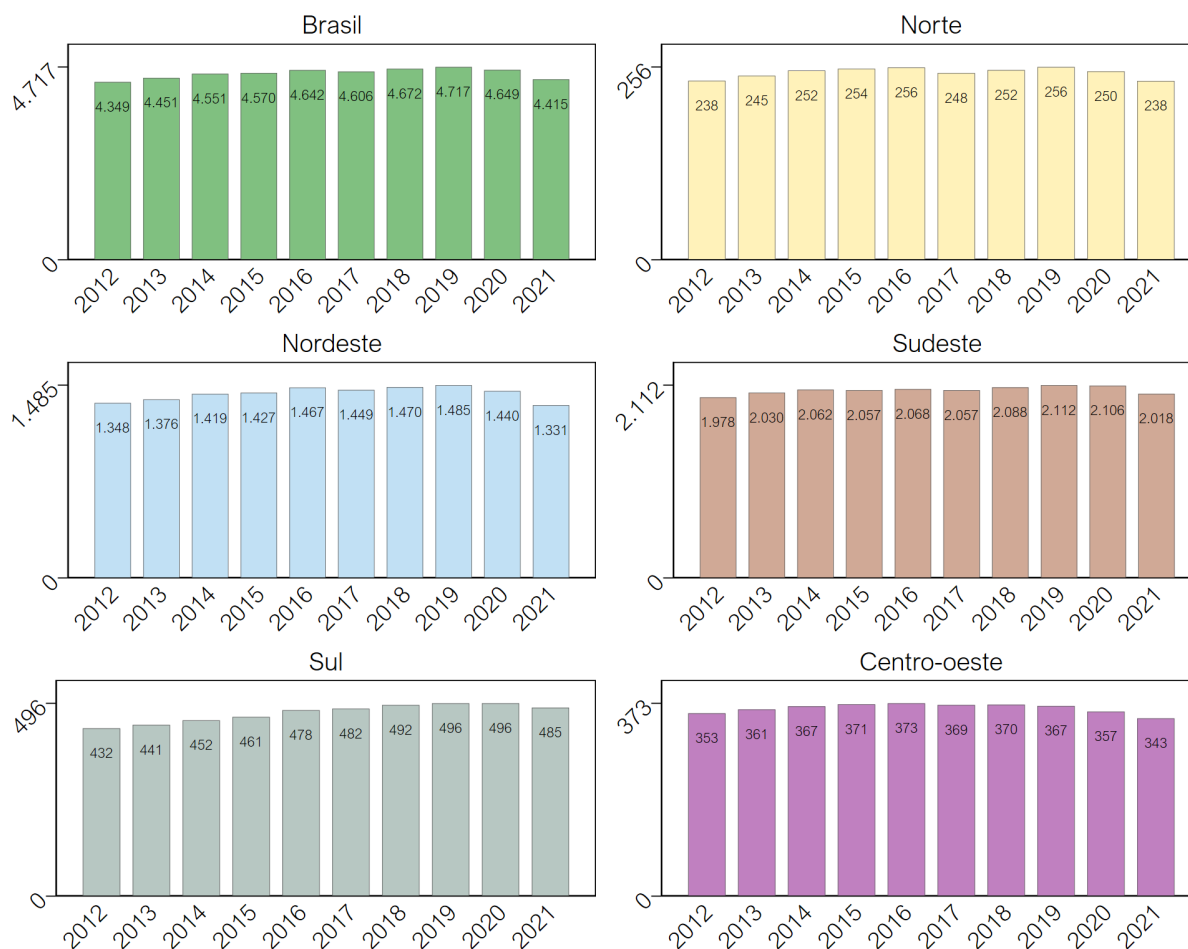
Nesta seção, são apresentados os dados do Ensino Fundamental. Os pontos de destaque deste nível de ensino são os seguintes:

- As matrículas em estabelecimentos privados representam 16,6% das matrículas da Educação Infantil, percentual um pouco inferior ao percentual da Educação Básica como um todo.
- Na contramão da Educação Básica com um toda e da Educação Infantil e do Ensino Médio, de 2012 a 2021, houve aumento (ainda que leve) no número de matrículas no Ensino Fundamental privado, de 1,5%.
- O crescimento no número de matrículas no Ensino Fundamental privado foi sustentado pelas regiões Sul e Sudeste. Na região Sul, o crescimento foi de 12% e, na região Sudeste, de 2%. Na região Norte, o número de matrículas foi aproximadamente o mesmo em 2012 e 2021, passando por aumentos e diminuições no número ao longo do período. Já nas regiões Nordeste e

Centro-Oeste, houve diminuição de matrículas, com magnitude de 1,3% e 2,8%, respectivamente.

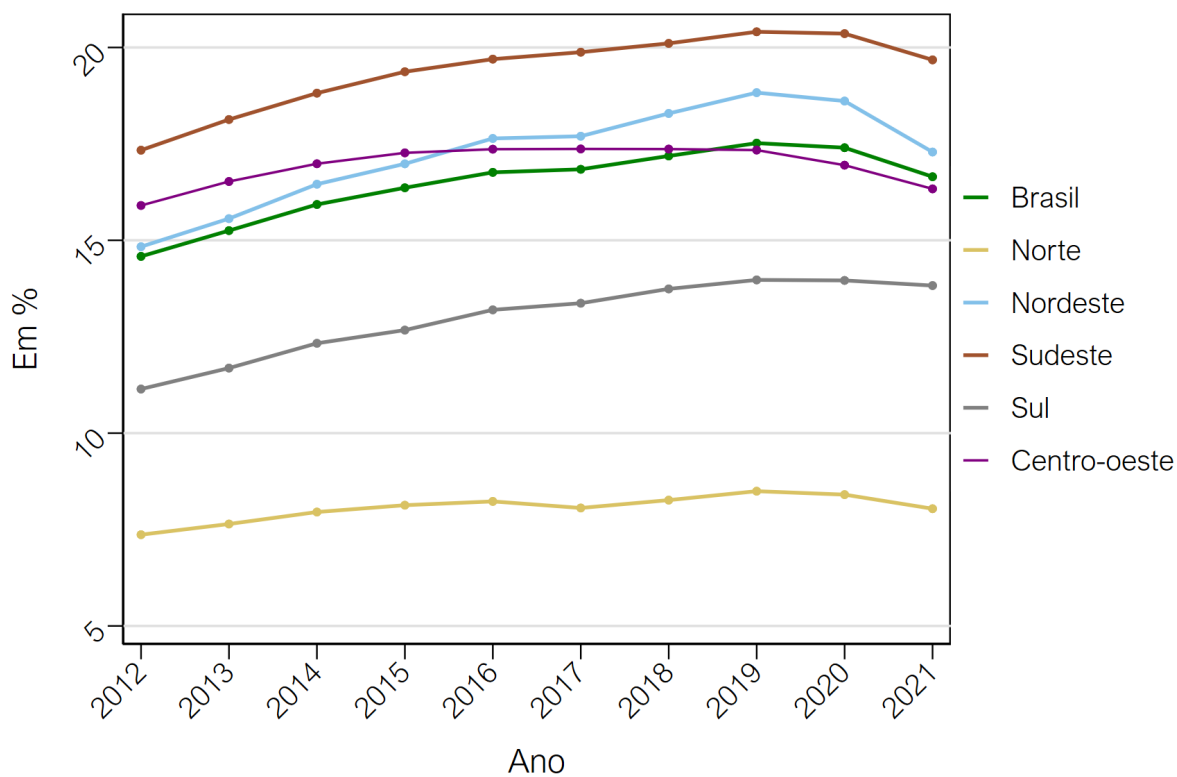
- De 2019 para 2021, a diminuição no número de matrículas no Ensino Fundamental privado foi 6,4%, inferior à diminuição da Educação Básica privada como um todo. Uma vez que este nível de ensino é compulsório, imagina-se que os pais que desmatricularam seus filhos optaram por colocá-los na rede pública devido à diminuição de sua renda ou algo semelhante.
- A diminuição no número de matrículas no Ensino Fundamental privado de 2019 para 2021 ocorreu em todas as regiões do país, com taxas entre -2% e -10%.
- Diferente da Educação Infantil, o Ensino Fundamental privado vinha ganhando espaço em relação à rede pública até o início da pandemia. Assim, o percentual da rede privada no Ensino Fundamental passou de 14,6% em 2012 para 16,6% em 2021, tendo alcançado valor máximo em 2019 (17,5%).
- O crescimento no número de estabelecimentos privados que ofertam Ensino Fundamental de 2012 para 2021 foi de 4,6%, crescimento superior à Educação Infantil, mas ainda mais modesto que o do total de estabelecimentos da Educação Básica.
- O número de estabelecimentos privados que ofertam Ensino Fundamental cresceu em todas as regiões, a taxas entre 3,2% e 14,4%.
- As escolas comunitárias e filantrópicas perdem espaço no Ensino Fundamental e, conseqüentemente, as escolas particulares aumentam sua participação neste nível de ensino. As escolas comunitárias e filantrópicas, por sua natureza, são mais fortes nos níveis de ensino infantil e EJA.

Figura 5.24: Matrículas no Ensino Fundamental privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.25: Matrículas no Ensino Fundamental privado como percentual do total de matrículas no Ensino Fundamental



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.8: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – Ensino Fundamental

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	4.349,00	14,58	193.946,89	4.414,53	16,65	213.317,64	1,51	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>237,90</i>	<i>7,37</i>	<i>16.318,16</i>	<i>237,62</i>	<i>8,04</i>	<i>18.906,96</i>	<i>-0,12</i>	<i>0,16</i>
Rondônia	19,25	6,74	1.590,01	22,95	9,37	1.815,28	19,19	0,14
Acre	6,71	4,07	758,79	6,73	4,40	906,88	0,33	0,20
Amazonas	58,75	7,70	3.590,99	46,51	6,62	4.270,00	-20,83	0,19
Roraima	5,47	5,92	469,52	7,11	6,90	652,71	29,92	0,39
Pará	118,70	7,81	7.792,56	123,12	8,86	8.777,12	3,73	0,13
Amapá	10,89	7,56	698,60	11,34	8,47	877,61	4,18	0,26
Tocantins	18,14	6,97	1.417,69	19,85	8,72	1.607,36	9,47	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>1.348,09</i>	<i>14,83</i>	<i>53.907,14</i>	<i>1.331,09</i>	<i>17,29</i>	<i>57.667,84</i>	<i>-1,26</i>	<i>0,07</i>
Maranhão	107,53	8,24	6.714,31	121,24	10,90	7.153,26	12,75	0,07
Piauí	64,08	11,65	3.160,75	59,48	12,93	3.289,29	-7,17	0,04
Ceará	258,81	18,78	8.606,01	209,70	18,06	9.240,58	-18,97	0,07
Rio Grande do Norte	92,50	18,13	3.228,20	94,83	21,18	3.560,90	2,52	0,10
Paraíba	99,91	16,11	3.815,17	105,38	19,48	4.059,91	5,48	0,06
Pernambuco	296,09	20,43	8.931,03	283,84	22,71	9.674,79	-4,14	0,08
Alagoas	77,96	13,22	3.165,47	78,01	17,00	3.365,35	0,06	0,06
Sergipe	63,11	17,37	2.110,87	70,43	21,97	2.338,47	11,59	0,11
Bahia	288,11	12,41	14.175,34	308,17	15,83	14.985,28	6,96	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>1.977,97</i>	<i>17,34</i>	<i>81.565,98</i>	<i>2.017,52</i>	<i>19,68</i>	<i>89.632,91</i>	<i>2,00</i>	<i>0,10</i>
Minas Gerais	297,73	10,52	19.855,33	307,36	12,77	21.411,92	3,23	0,08
Espírito Santo	61,89	11,72	3.578,07	61,68	12,26	4.108,51	-0,34	0,15
Rio de Janeiro	602,18	26,82	16.231,37	554,15	28,48	17.463,35	-7,98	0,08
São Paulo	1.016,16	17,50	41.901,22	1.094,34	20,28	46.649,13	7,69	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>431,73</i>	<i>11,14</i>	<i>27.731,64</i>	<i>484,84</i>	<i>13,83</i>	<i>30.402,59</i>	<i>12,30</i>	<i>0,10</i>
Paraná	192,69	12,35	10.577,76	195,38	14,49	11.597,48	1,39	0,10
Santa Catarina	90,27	10,60	6.383,29	119,02	13,22	7.338,47	31,85	0,15
Rio Grande do Sul	148,77	10,17	10.770,60	170,44	13,55	11.466,63	14,57	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>353,31</i>	<i>15,90</i>	<i>14.423,95</i>	<i>343,47</i>	<i>16,33</i>	<i>16.707,34</i>	<i>-2,79</i>	<i>0,16</i>
Mato Grosso do Sul	41,51	9,96	2.505,09	47,67	12,16	2.839,19	14,85	0,13
Mato Grosso	45,62	9,52	3.115,34	55,13	11,33	3.567,23	20,85	0,15
Goiás	161,75	17,70	6.155,00	145,93	17,07	7.206,59	-9,78	0,17
Distrito Federal	104,43	25,37	2.648,53	94,73	25,66	3.094,33	-9,29	0,17

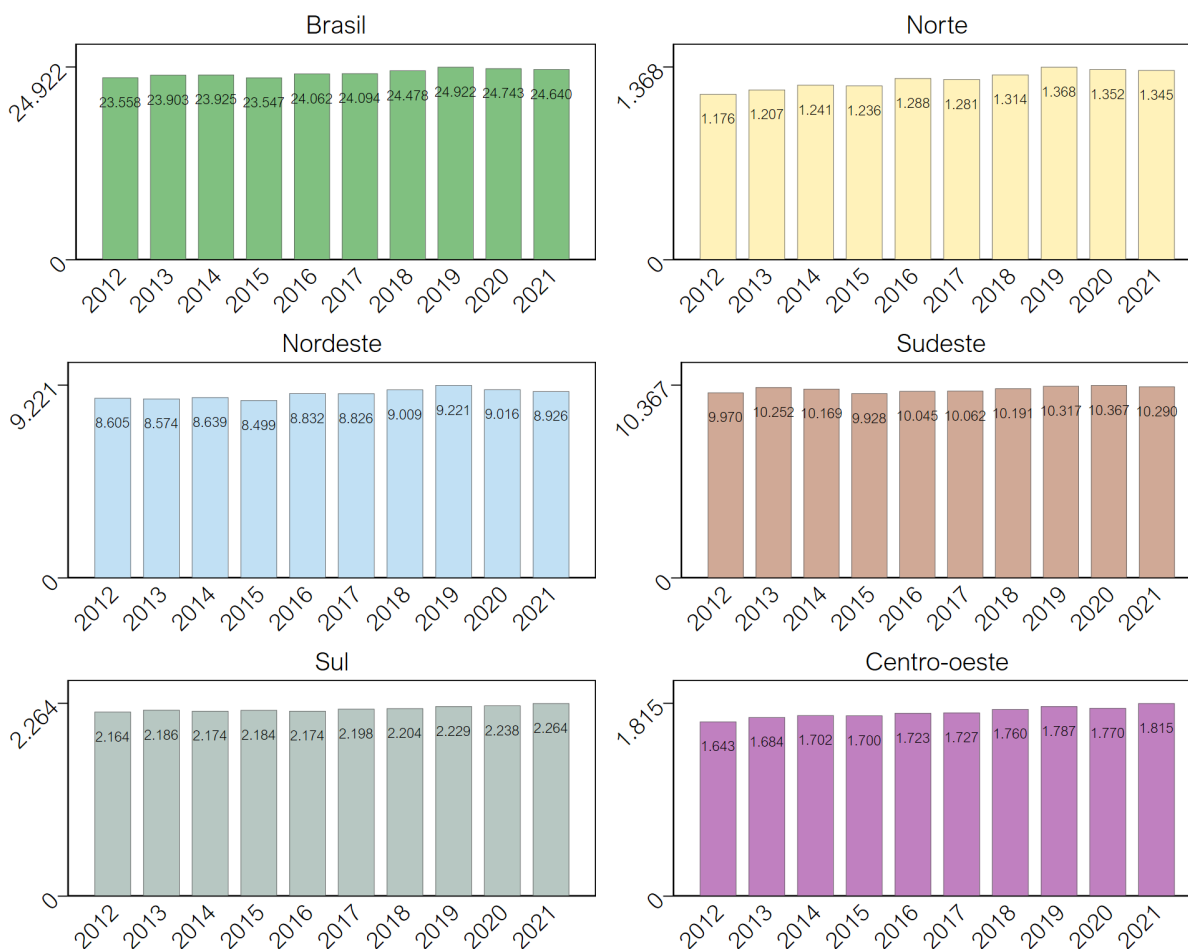
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.9: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Ensino Fundamental

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	3.313,76	21,68	106.877,20	3.400,26	23,50	123.022,51	2,61	0,15
<i>Região Norte</i>	<i>195,23</i>	<i>13,85</i>	<i>7.765,26</i>	<i>199,29</i>	<i>14,01</i>	<i>9.941,51</i>	<i>2,08</i>	<i>0,28</i>
Roraima	11,88	11,57	560,79	17,61	14,43	895,64	48,19	0,60
Acre	6,04	9,56	348,35	6,18	10,85	419,45	2,32	0,20
Amazonas	54,68	14,25	1.965,67	43,59	11,76	2.476,39	-20,27	0,26
Roraima	5,47	10,12	296,96	7,01	11,64	436,59	28,01	0,47
Pará	96,05	15,00	3.675,33	101,63	15,59	4.566,68	5,80	0,24
Amapá	10,32	10,22	519,96	10,78	11,44	647,17	4,40	0,24
Tocantins	10,78	16,65	398,19	12,50	18,82	499,59	15,92	0,25
<i>Região Nordeste</i>	<i>889,98</i>	<i>28,47</i>	<i>21.722,40</i>	<i>870,91</i>	<i>30,28</i>	<i>24.141,80</i>	<i>-2,14</i>	<i>0,11</i>
Maranhão	73,46	20,41	2.211,93	80,11	24,71	2.361,24	9,06	0,07
Piauí	38,98	27,44	977,96	35,49	27,68	1.024,99	-8,96	0,05
Ceará	192,52	34,12	3.859,06	151,07	30,00	4.294,91	-21,53	0,11
Rio Grande do Norte	59,62	33,27	1.298,55	64,04	36,53	1.577,91	7,43	0,22
Paraíba	63,57	30,35	1.457,03	63,24	34,70	1.486,49	-0,52	0,02
Pernambuco	198,24	31,73	4.331,71	189,53	31,95	4.931,30	-4,39	0,14
Alagoas	55,59	31,19	1.171,53	52,17	35,82	1.265,91	-6,14	0,08
Sergipe	33,38	32,84	752,90	40,32	35,07	966,36	20,80	0,28
Bahia	174,63	22,78	5.661,72	194,93	27,49	6.232,70	11,63	0,10
<i>Região Sudeste</i>	<i>1.656,35</i>	<i>21,36</i>	<i>56.325,57</i>	<i>1.709,11</i>	<i>23,62</i>	<i>63.691,46</i>	<i>3,19</i>	<i>0,13</i>
Minas Gerais	192,66	16,58	8.648,48	204,78	19,11	9.899,55	6,29	0,14
Espírito Santo	54,43	16,90	2.203,63	55,00	16,76	2.685,73	1,06	0,22
Rio de Janeiro	557,45	28,87	14.175,52	521,90	30,36	15.641,00	-6,38	0,10
São Paulo	851,81	19,63	31.297,95	927,43	22,53	35.465,18	8,88	0,13
<i>Região Sul</i>	<i>300,94</i>	<i>16,80</i>	<i>13.025,62</i>	<i>346,92</i>	<i>20,33</i>	<i>15.124,99</i>	<i>15,28</i>	<i>0,16</i>
Paraná	134,88	18,01	5.245,32	142,33	20,27	6.250,12	5,52	0,19
Santa Catarina	60,65	17,47	2.735,15	83,81	20,93	3.332,34	38,18	0,22
Rio Grande do Sul	105,42	15,17	5.045,14	120,79	20,01	5.542,54	14,58	0,10
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>271,27</i>	<i>22,52</i>	<i>8.038,36</i>	<i>274,04</i>	<i>22,28</i>	<i>10.122,76</i>	<i>1,02</i>	<i>0,26</i>
Mato Grosso do Sul	28,32	14,89	1.216,26	32,13	17,46	1.381,80	13,46	0,14
Mato Grosso	28,85	17,55	1.140,68	33,86	17,84	1.410,20	17,35	0,24
Goiás	109,67	25,01	3.032,89	113,32	23,27	4.236,43	3,33	0,40
Distrito Federal	104,43	25,37	2.648,53	94,73	25,66	3.094,33	-9,29	0,17

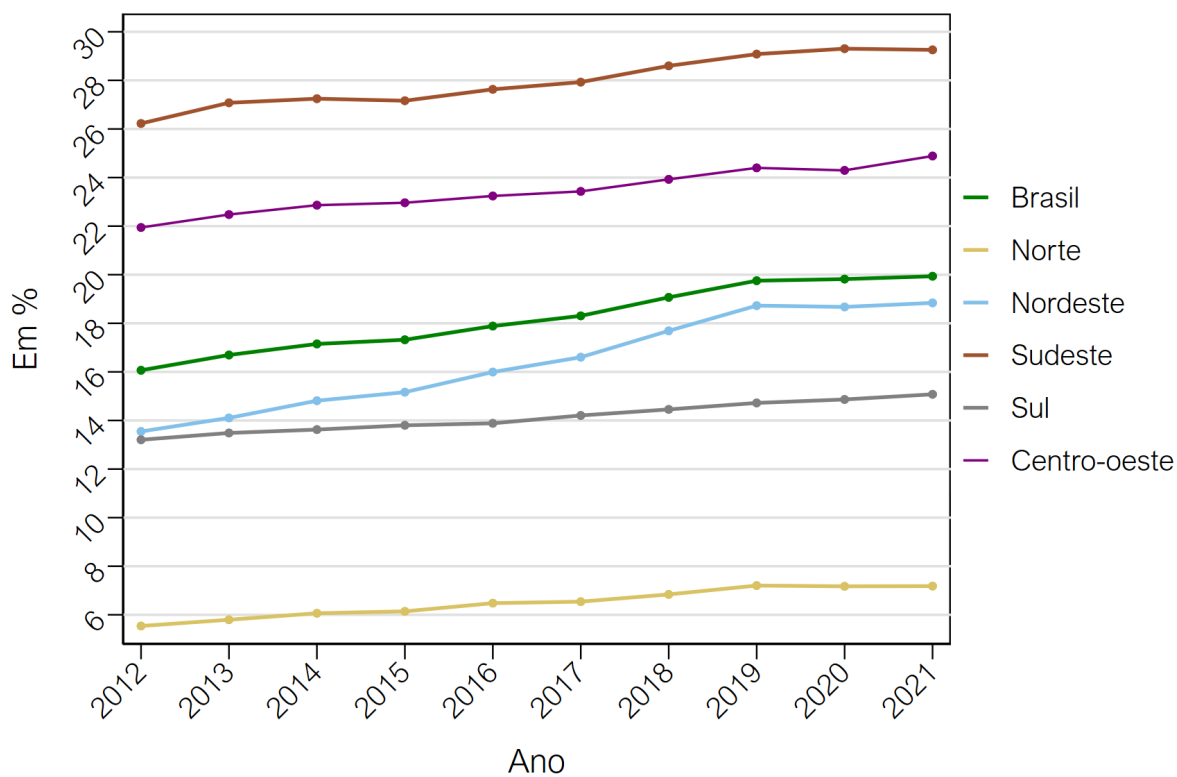
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.26: Estabelecimentos privados que ofertam Ensino Fundamental



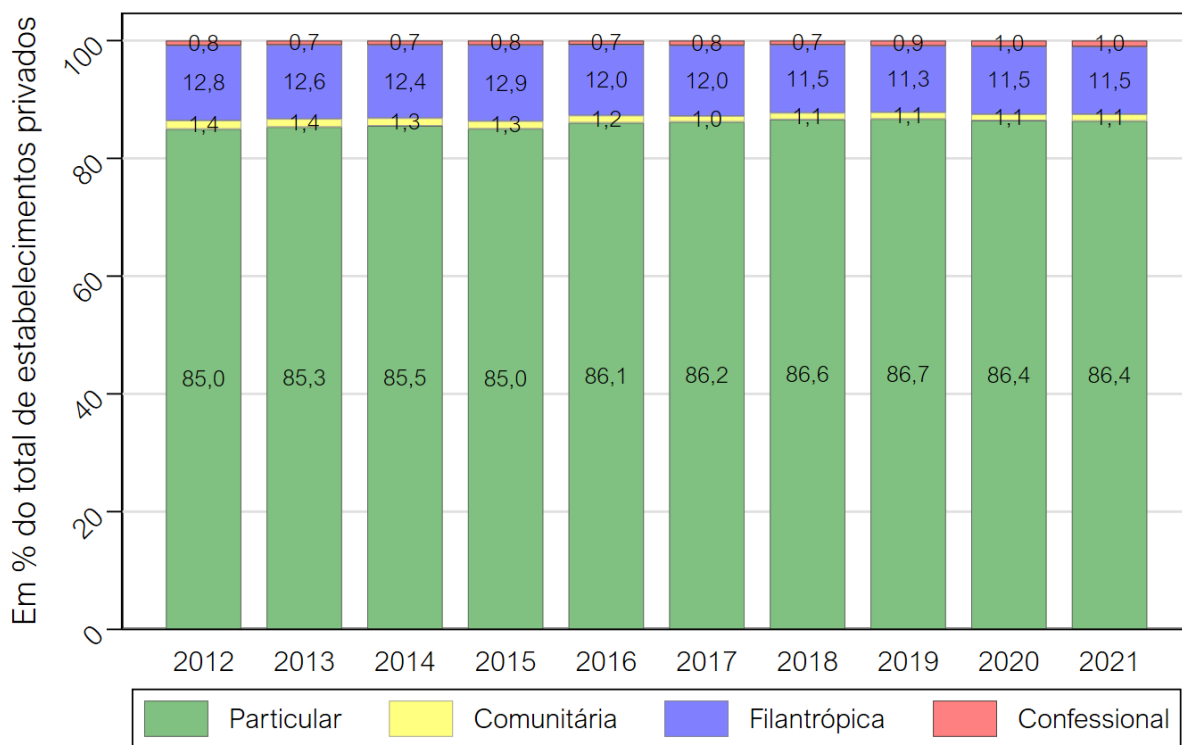
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.27: Estabelecimentos privados que ofertam Ensino Fundamental como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Ensino Fundamental



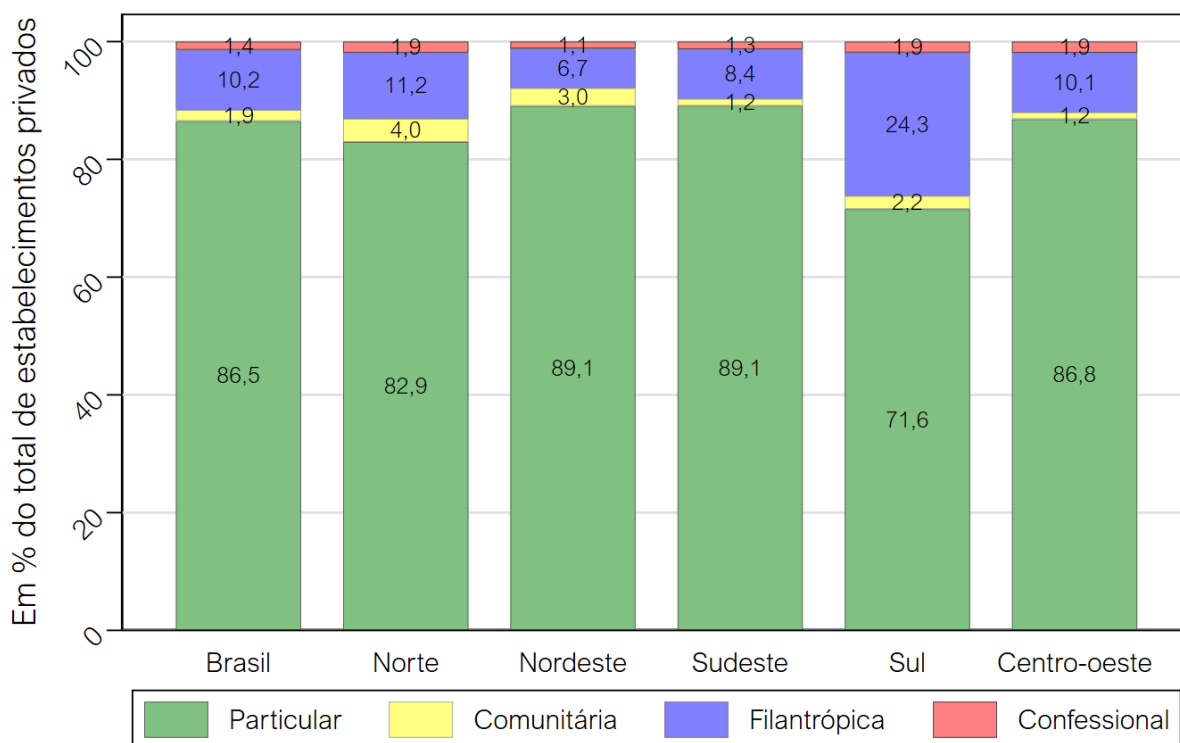
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.28: Tipo de estabelecimentos de Ensino Fundamental privado como proporção do total de estabelecimentos de Ensino Fundamental privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.29: Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Fundamental privada – por região



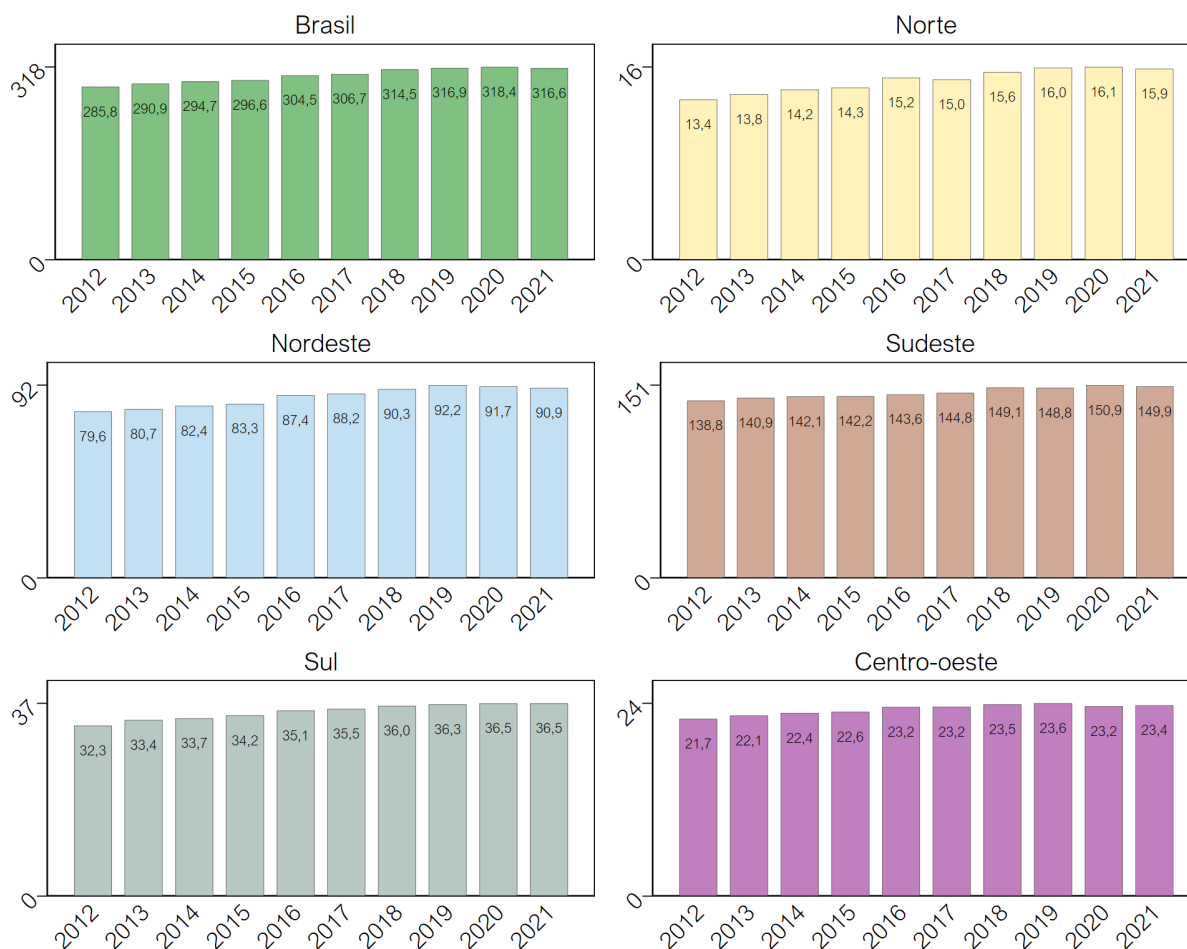
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.10: População, Estabelecimentos e Percentual de Estabelecimentos Privados – Ensino Fundamental

	2012			2021			Variação %	
	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos	População
Brasil	23.558	16,07	193.946,89	24.640	19,94	213.317,64	4,59	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>1.176</i>	<i>5,54</i>	<i>16.318,16</i>	<i>1.345</i>	<i>7,18</i>	<i>18.906,96</i>	<i>14,37</i>	<i>0,16</i>
Rondônia	107	9,16	1.590,01	100	10,48	1.815,28	-6,54	0,14
Acre	19	1,24	758,79	27	2,03	906,88	42,11	0,20
Amazonas	205	4,02	3.590,99	252	5,38	4.270,00	22,93	0,19
Roraima	21	3,35	469,52	34	5,40	652,71	61,90	0,39
Pará	665	6,28	7.792,56	751	8,19	8.777,12	12,93	0,13
Amapá	41	5,88	698,60	67	9,38	877,61	63,41	0,26
Tocantins	118	7,84	1.417,69	114	9,14	1.607,36	-3,39	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>8.605</i>	<i>13,55</i>	<i>53.907,14</i>	<i>8.926</i>	<i>18,84</i>	<i>57.667,84</i>	<i>3,73</i>	<i>0,07</i>
Maranhão	650	5,67	6.714,31	780	8,45	7.153,26	20,00	0,07
Piauí	369	6,98	3.160,75	379	12,25	3.289,29	2,71	0,04
Ceará	1.432	20,84	8.606,01	1.274	24,16	9.240,58	-11,03	0,07
Rio Grande do Norte	501	16,55	3.228,20	562	22,31	3.560,90	12,18	0,10
Paraíba	774	14,94	3.815,17	814	21,42	4.059,91	5,17	0,06
Pernambuco	1.969	22,19	8.931,03	1.825	27,75	9.674,79	-7,31	0,08
Alagoas	455	16,08	3.165,47	495	22,38	3.365,35	8,79	0,06
Sergipe	316	15,78	2.110,87	388	22,89	2.338,47	22,78	0,11
Bahia	2.139	11,90	14.175,34	2.409	18,57	14.985,28	12,62	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>9.970</i>	<i>26,23</i>	<i>81.565,98</i>	<i>10.290</i>	<i>29,26</i>	<i>89.632,91</i>	<i>3,21</i>	<i>0,10</i>
Minas Gerais	2.100	17,13	19.855,33	1.940	18,80	21.411,92	-7,62	0,08
Espírito Santo	227	9,45	3.578,07	224	11,00	4.108,51	-1,32	0,15
Rio de Janeiro	3.162	39,92	16.231,37	3.430	44,99	17.463,35	8,48	0,08
São Paulo	4.481	29,03	41.901,22	4.696	30,92	46.649,13	4,80	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>2.164</i>	<i>13,21</i>	<i>27.731,64</i>	<i>2.264</i>	<i>15,08</i>	<i>30.402,59</i>	<i>4,62</i>	<i>0,10</i>
Paraná	1.185	18,48	10.577,76	1.191	19,38	11.597,48	0,51	0,10
Santa Catarina	371	10,97	6.383,29	477	15,27	7.338,47	28,57	0,15
Rio Grande do Sul	608	9,23	10.770,60	596	10,37	11.466,63	-1,97	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>1.643</i>	<i>21,94</i>	<i>14.423,95</i>	<i>1.815</i>	<i>24,89</i>	<i>16.707,34</i>	<i>10,47</i>	<i>0,16</i>
Mato Grosso do Sul	272	23,94	2.505,09	288	25,20	2.839,19	5,88	0,13
Mato Grosso	264	12,95	3.115,34	330	16,76	3.567,23	25,00	0,15
Goiás	795	22,96	6.155,00	859	25,83	7.206,59	8,05	0,17
Distrito Federal	312	36,75	2.648,53	338	39,49	3.094,33	8,33	0,17

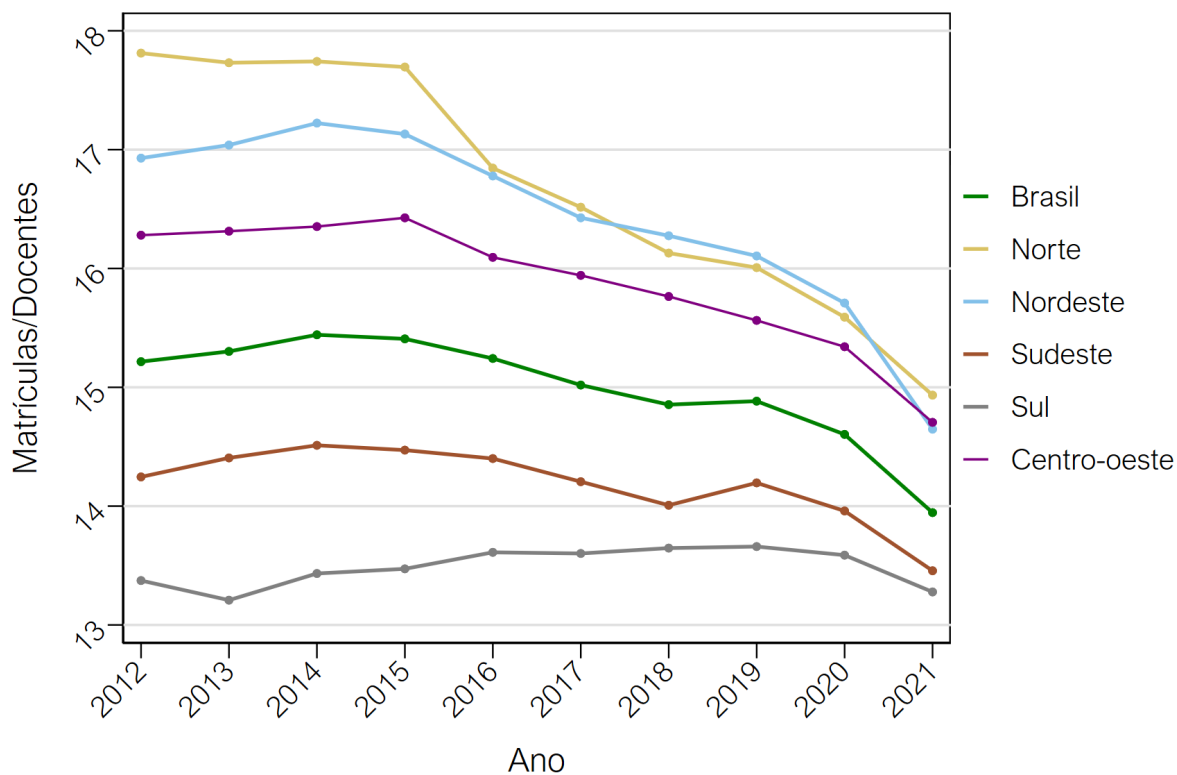
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.30: Total de docentes do Ensino Fundamental privado (em milhares)



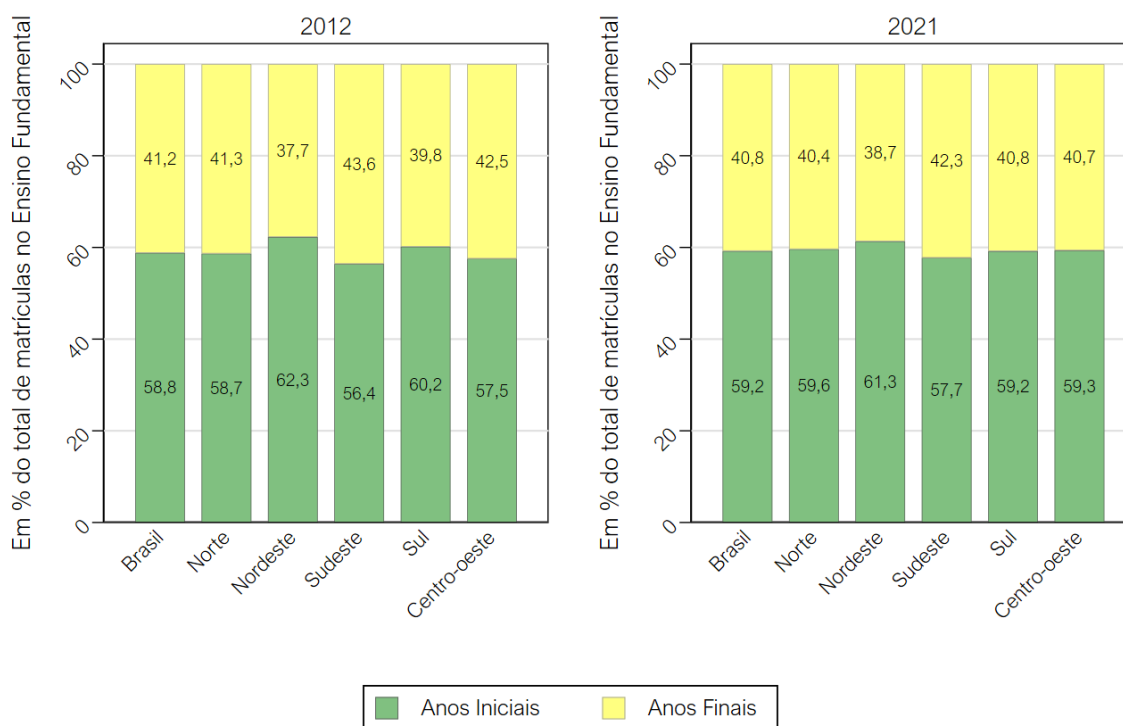
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.31: Razão matrículas por docentes no Ensino Fundamental privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.32: Percentual de matrículas nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental Privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

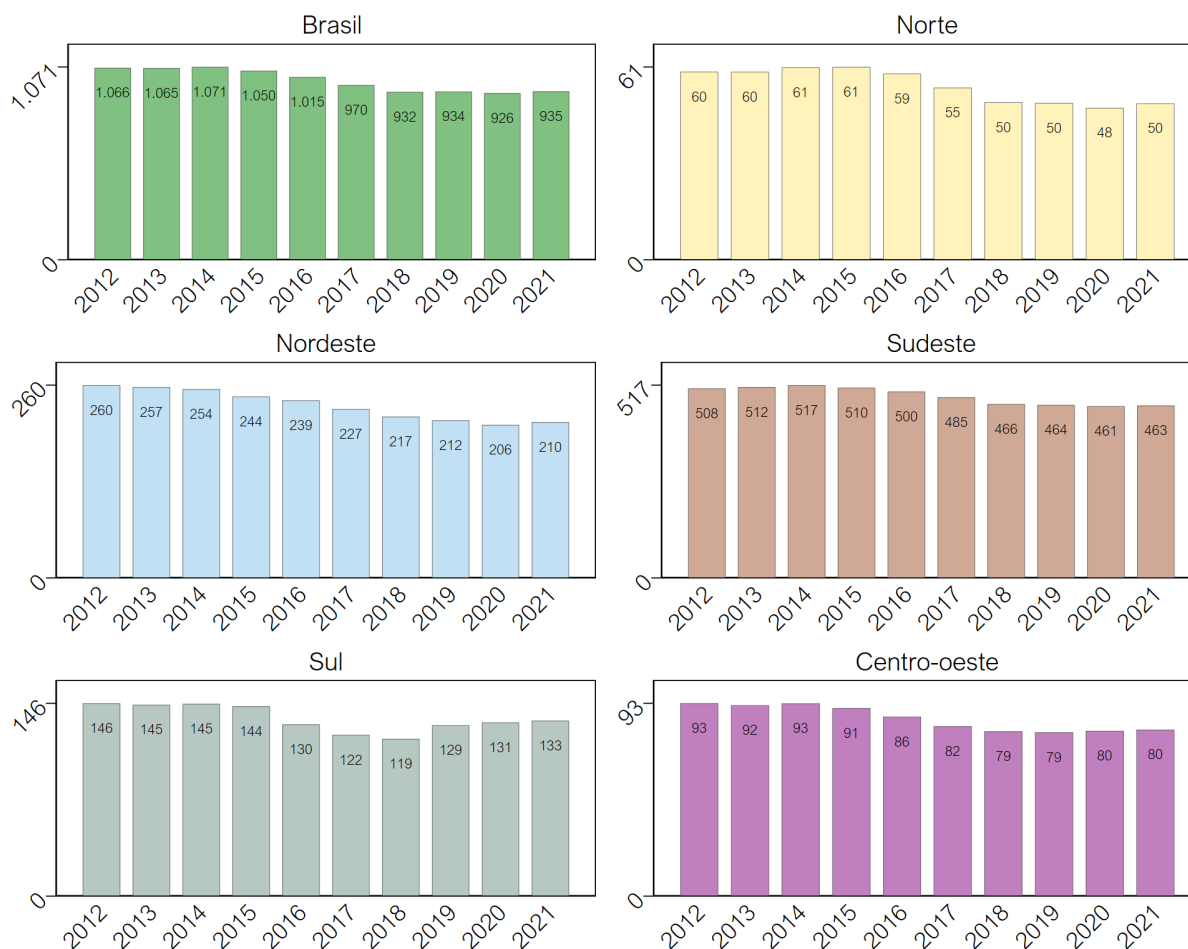
5.3 Ensino Médio

Nesta seção, são apresentados os dados do Ensino Médio. Os pontos de destaque deste nível de ensino são os seguintes:

- As matrículas em estabelecimentos privados representam 12,0% das matrículas da Educação Infantil, percentual inferior ao percentual da Educação Básica como um todo.
- De 2012 a 2021, a diminuição no número de matrículas no Ensino Médio privado foi de 12%, maior percentual de diminuição no número de matrículas entre todos os níveis pertencentes à Educação Básica.
- Inclusive a região Sul, que apresentou crescimento no total de matrículas na Educação Básica privada e nos níveis anteriores (Educação Infantil e Ensino Fundamental), apresentou diminuição nas matrículas do Ensino Médio privado. Assim, as taxas de variação no número de matrículas no período foi negativo em todas as regiões, entre 8,9% e -19,2%.

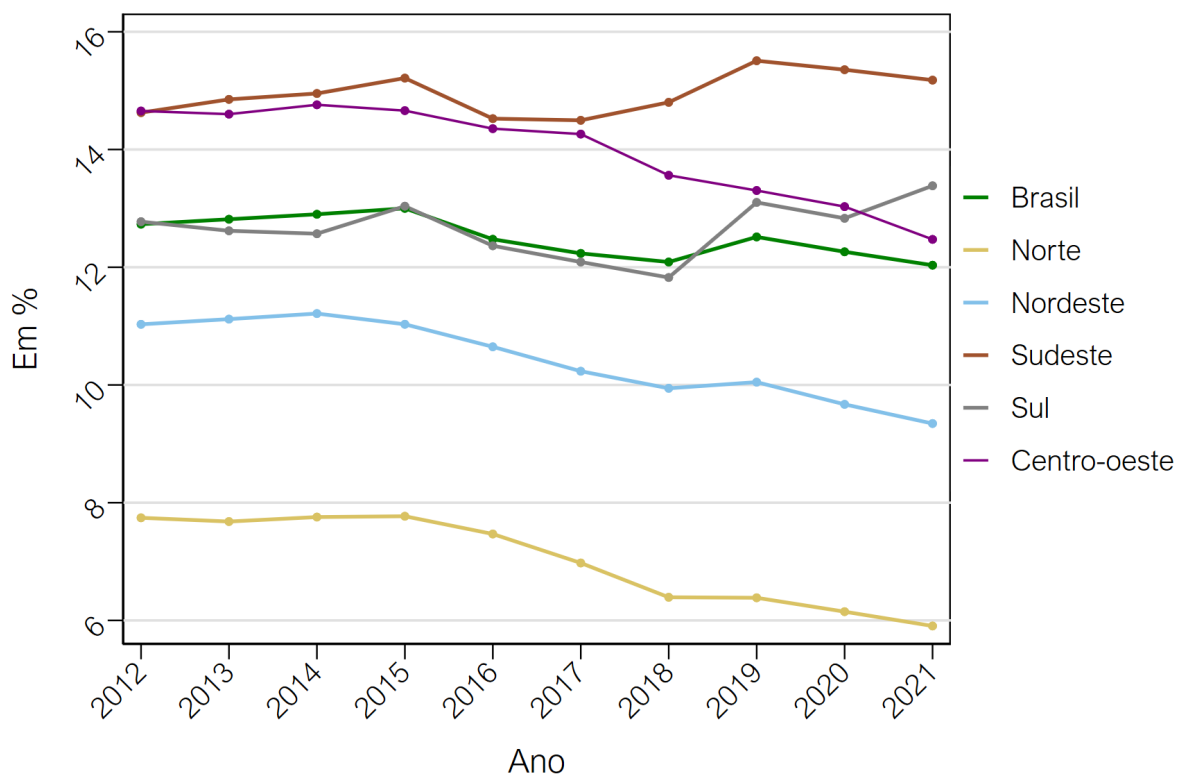
- Curiosamente, de 2019 para 2021, não percebe-se diminuição no número de matrículas no Ensino Médio privado. Em todas as regiões, ocorreu o mesmo fenômeno.
- Olhando para o Brasil como um todo, o percentual da rede privada no Ensino Médio decaiu levemente, de 12,7% em 2012 para 12,0% em 2021.
- As regiões Sul e Centro-Oeste chamam a atenção pelo aumento da participação da rede privada no Ensino Médio de 2018 para 2021.
- Na década analisada, apenas uma UF apresentou variação positiva nas matrículas do Ensino Médio privado, que foi a Bahia.
- O número de estabelecimentos privados que oferecem Ensino Médio aumentou 8,4% de 2012 a 2021, taxa de crescimento superior à dos estabelecimentos privados de Educação Básica, Educação Infantil e Ensino Médio.
- Assim como ocorreu com as matrículas, não houve diminuição no número de estabelecimentos privados de Ensino Médio de 2019 a 2021, durante a pandemia.
- Similarmente ao que ocorre no Ensino Fundamental, as escolas comunitárias e filantrópicas perdem espaço no Ensino Médio e, conseqüentemente, as escolas particulares aumentam sua participação neste nível de ensino. As escolas comunitárias e filantrópicas, por sua natureza, são mais fortes nos níveis de ensino infantil e EJA.

Figura 5.33: Matrículas no Ensino Médio privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.34: Matrículas no Ensino Médio privado como percentual do total de matrículas no Ensino Médio



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.11: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – Ensino Médio

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	1.066,49	12,73	193.946,89	935,16	12,03	213.317,64	-12,31	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>59,82</i>	<i>7,74</i>	<i>16.318,16</i>	<i>49,73</i>	<i>5,91</i>	<i>18.906,96</i>	<i>-16,88</i>	<i>0,16</i>
Roraima	5,05	7,68	1.590,01	4,11	5,94	1.815,28	-18,69	0,14
Acre	2,05	5,21	758,79	1,62	3,98	906,88	-20,88	0,20
Amazonas	10,50	5,79	3.590,99	8,33	3,94	4.270,00	-20,72	0,19
Roraima	1,23	5,83	469,52	1,16	4,33	652,71	-5,86	0,39
Pará	33,37	9,36	7.792,56	28,01	7,15	8.777,12	-16,05	0,13
Amapá	3,24	8,28	698,60	2,55	7,47	877,61	-21,29	0,26
Tocantins	4,39	6,33	1.417,69	3,96	5,78	1.607,36	-9,85	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>259,62</i>	<i>11,03</i>	<i>53.907,14</i>	<i>209,92</i>	<i>9,34</i>	<i>57.667,84</i>	<i>-19,14</i>	<i>0,07</i>
Maranhão	22,96	7,45	6.714,31	15,66	5,61	7.153,26	-31,79	0,07
Piauí	18,21	11,67	3.160,75	13,42	10,12	3.289,29	-26,33	0,04
Ceará	48,25	11,86	8.606,01	29,43	8,01	9.240,58	-39,02	0,07
Rio Grande do Norte	20,07	13,75	3.228,20	15,94	11,88	3.560,90	-20,57	0,10
Paraíba	21,87	15,37	3.815,17	18,20	12,31	4.059,91	-16,78	0,06
Pernambuco	48,62	12,40	8.931,03	33,97	9,94	9.674,79	-30,14	0,08
Alagoas	19,08	14,48	3.165,47	15,29	12,28	3.365,35	-19,83	0,06
Sergipe	14,10	17,24	2.110,87	12,28	14,76	2.338,47	-12,92	0,11
Bahia	46,46	7,89	14.175,34	55,74	8,77	14.985,28	19,97	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>508,27</i>	<i>14,63</i>	<i>81.565,98</i>	<i>462,59</i>	<i>15,18</i>	<i>89.632,91</i>	<i>-8,99</i>	<i>0,10</i>
Minas Gerais	88,95	10,48	19.855,33	73,90	10,67	21.411,92	-16,92	0,08
Espírito Santo	18,42	13,41	3.578,07	13,89	10,76	4.108,51	-24,59	0,15
Rio de Janeiro	129,23	21,42	16.231,37	116,98	20,12	17.463,35	-9,48	0,08
São Paulo	271,66	14,41	41.901,22	257,81	15,68	46.649,13	-5,10	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>145,86</i>	<i>12,77</i>	<i>27.731,64</i>	<i>132,72</i>	<i>13,38</i>	<i>30.402,59</i>	<i>-9,01</i>	<i>0,10</i>
Paraná	64,11	13,23	10.577,76	56,34	14,88	11.597,48	-12,13	0,10
Santa Catarina	37,11	14,57	6.383,29	33,70	12,64	7.338,47	-9,21	0,15
Rio Grande do Sul	44,64	11,09	10.770,60	42,68	12,32	11.466,63	-4,38	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>92,93</i>	<i>14,65</i>	<i>14.423,95</i>	<i>80,21</i>	<i>12,47</i>	<i>16.707,34</i>	<i>-13,68</i>	<i>0,16</i>
Mato Grosso do Sul	11,63	11,57	2.505,09	9,75	8,88	2.839,19	-16,16	0,13
Mato Grosso	12,71	7,96	3.115,34	12,65	8,01	3.567,23	-0,51	0,15
Goiás	40,11	15,30	6.155,00	31,69	12,26	7.206,59	-20,98	0,17
Distrito Federal	28,48	25,48	2.648,53	26,13	22,36	3.094,33	-8,27	0,17

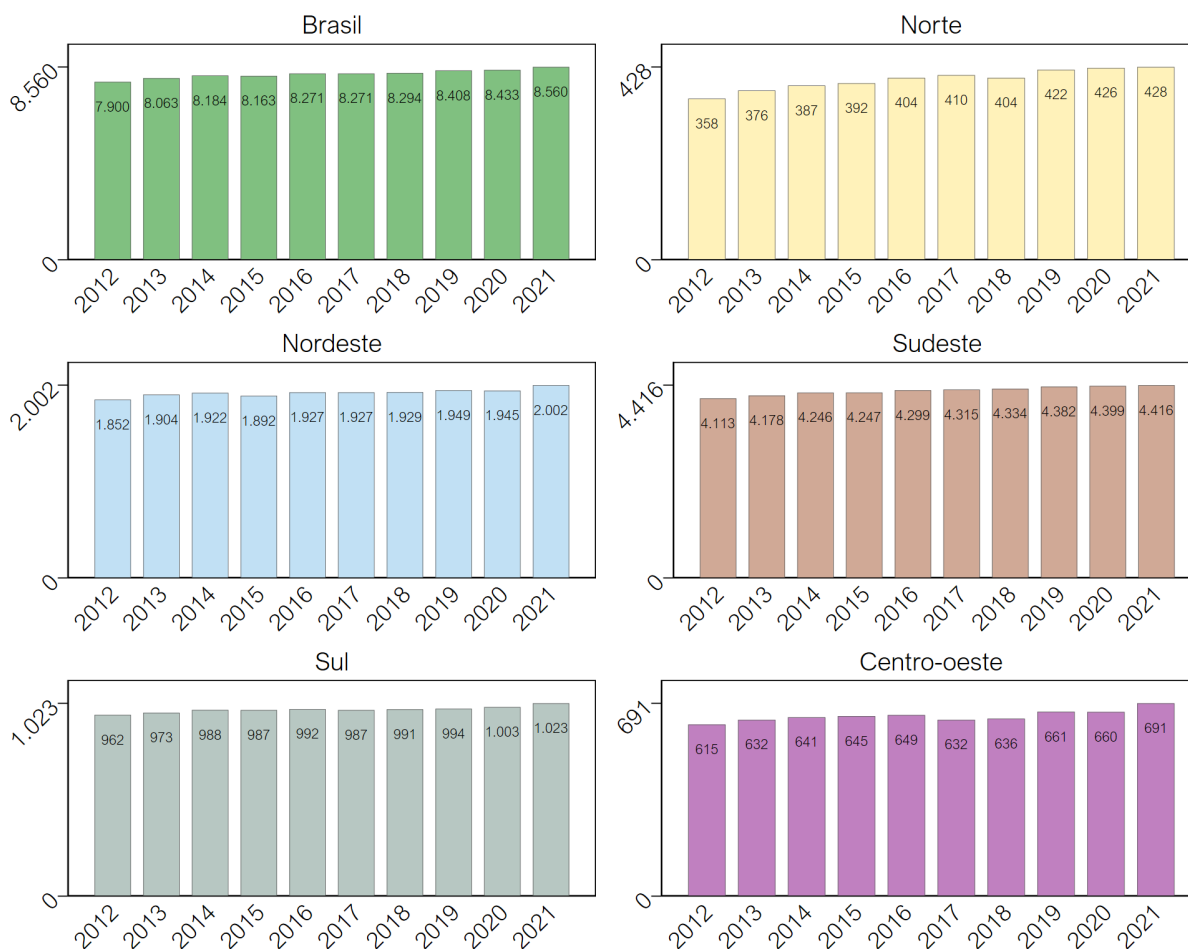
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.12: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Ensino Médio

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	853,05	18,30	106.610,50	762,41	17,32	123.022,51	-10,63	0,15
<i>Região Norte</i>	<i>49,95</i>	<i>12,51</i>	<i>7.661,43</i>	<i>42,24</i>	<i>9,60</i>	<i>9.941,51</i>	<i>-15,43</i>	<i>0,30</i>
Rorônia	2,94	13,82	560,79	2,69	7,92	895,64	-8,30	0,60
Acre	1,91	9,79	348,35	1,52	8,90	419,45	-20,40	0,20
Amazonas	10,17	9,63	1.861,84	8,15	6,63	2.476,39	-19,88	0,33
Roraima	1,23	8,47	296,96	1,14	6,48	436,59	-7,25	0,47
Pará	28,03	14,94	3.675,33	23,83	11,76	4.566,68	-14,96	0,24
Amapá	3,04	10,14	519,96	2,34	9,33	647,17	-23,09	0,24
Tocantins	2,64	12,69	398,19	2,57	12,29	499,59	-2,65	0,25
<i>Região Nordeste</i>	<i>200,45</i>	<i>20,76</i>	<i>21.722,40</i>	<i>158,58</i>	<i>17,28</i>	<i>24.141,80</i>	<i>-20,89</i>	<i>0,11</i>
Maranhão	15,24	14,27	2.211,93	10,27	11,10	2.361,24	-32,62	0,07
Piauí	14,29	23,64	977,96	10,89	25,28	1.024,99	-23,79	0,05
Ceará	40,23	22,27	3.859,06	25,33	15,43	4.294,91	-37,03	0,11
Rio Grande do Norte	16,09	26,68	1.298,55	12,58	22,71	1.577,91	-21,83	0,22
Paraíba	16,23	28,12	1.457,03	12,63	23,94	1.486,49	-22,19	0,02
Pernambuco	40,50	20,99	4.331,71	28,38	16,42	4.931,30	-29,91	0,14
Alagoas	14,73	30,63	1.171,53	12,24	28,47	1.265,91	-16,89	0,08
Sergipe	10,16	34,34	752,90	8,85	26,92	966,36	-12,91	0,28
Bahia	32,99	14,41	5.661,72	37,41	14,33	6.232,70	13,41	0,10
<i>Região Sudeste</i>	<i>423,84</i>	<i>17,59</i>	<i>56.162,70</i>	<i>394,55</i>	<i>18,07</i>	<i>63.691,46</i>	<i>-6,91</i>	<i>0,13</i>
Minas Gerais	58,38	16,11	8.485,61	49,56	16,32	9.899,55	-15,10	0,17
Espírito Santo	16,05	19,02	2.203,63	12,45	14,67	2.685,73	-22,46	0,22
Rio de Janeiro	122,21	23,06	14.175,52	111,82	21,48	15.641,00	-8,50	0,10
São Paulo	227,21	15,86	31.297,95	220,73	17,33	35.465,18	-2,85	0,13
<i>Região Sul</i>	<i>104,43</i>	<i>19,71</i>	<i>13.025,62</i>	<i>98,84</i>	<i>20,45</i>	<i>15.124,99</i>	<i>-5,36</i>	<i>0,16</i>
Paraná	47,71	20,10	5.245,32	43,98	22,34	6.250,12	-7,82	0,19
Santa Catarina	25,90	24,04	2.735,15	24,69	20,30	3.332,34	-4,66	0,22
Rio Grande do Sul	30,82	16,68	5.045,14	30,16	18,28	5.542,54	-2,14	0,10
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>74,38</i>	<i>20,82</i>	<i>8.038,36</i>	<i>68,20</i>	<i>18,02</i>	<i>10.122,76</i>	<i>-8,31</i>	<i>0,26</i>
Mato Grosso do Sul	8,83	17,24	1.216,26	7,36	13,57	1.381,80	-16,63	0,14
Mato Grosso	8,51	14,53	1.140,68	8,64	14,43	1.410,20	1,49	0,24
Goiás	28,56	21,04	3.032,89	26,08	17,67	4.236,43	-8,69	0,40
Distrito Federal	28,48	25,48	2.648,53	26,13	22,36	3.094,33	-8,27	0,17

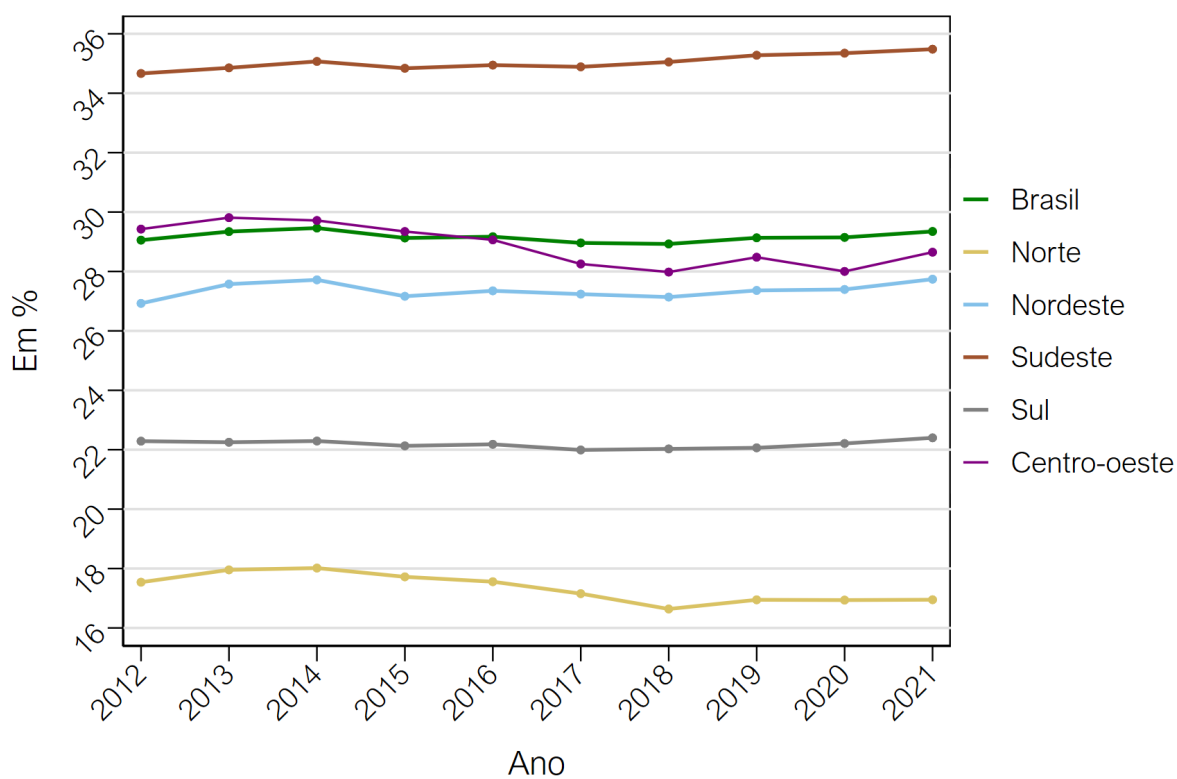
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.35: Estabelecimentos privados que ofertam Ensino Médio



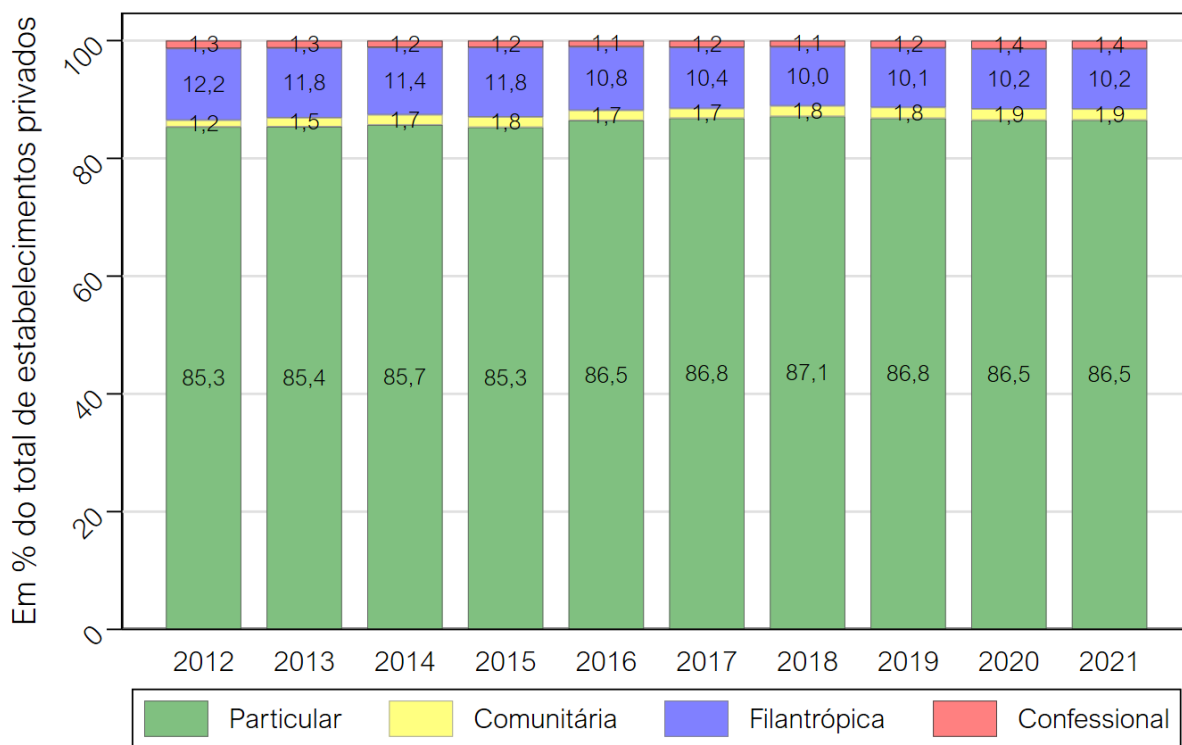
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.36: Estabelecimentos privados que ofertam Ensino Médio como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Ensino Médio



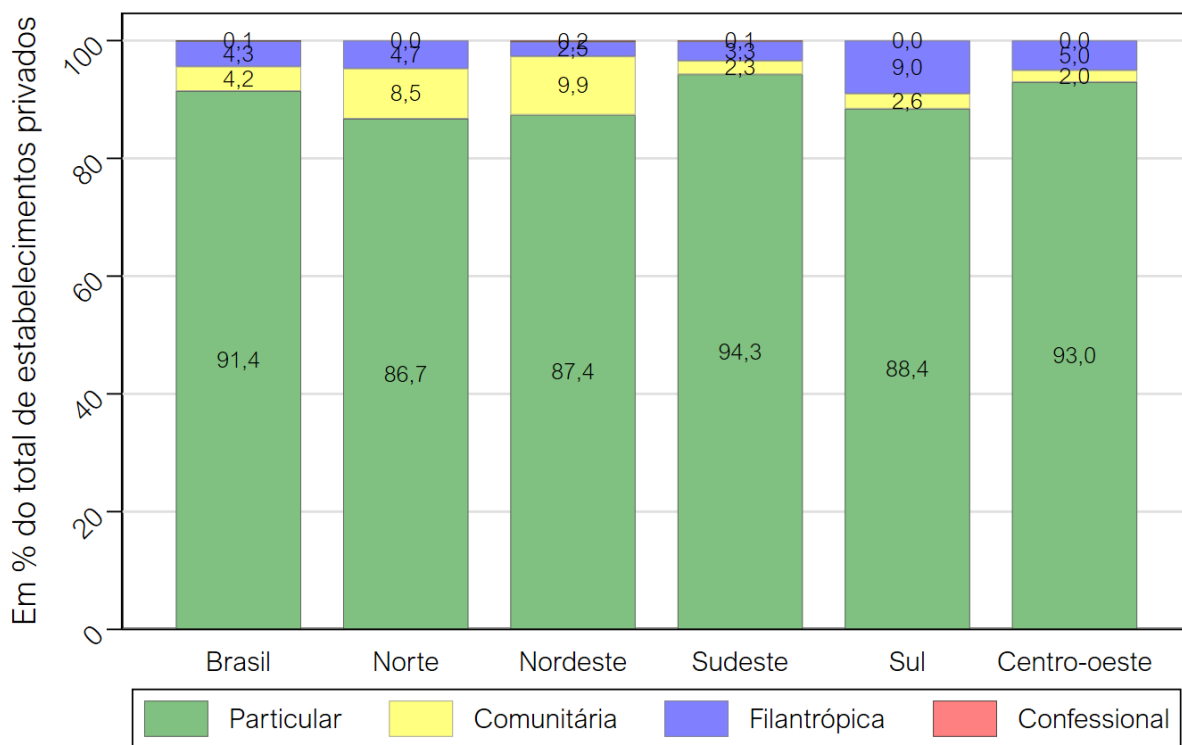
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.37: Tipo de estabelecimentos de Ensino Médio privado como proporção do total de estabelecimentos de Ensino Médio privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.38: Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Médio privada – por região



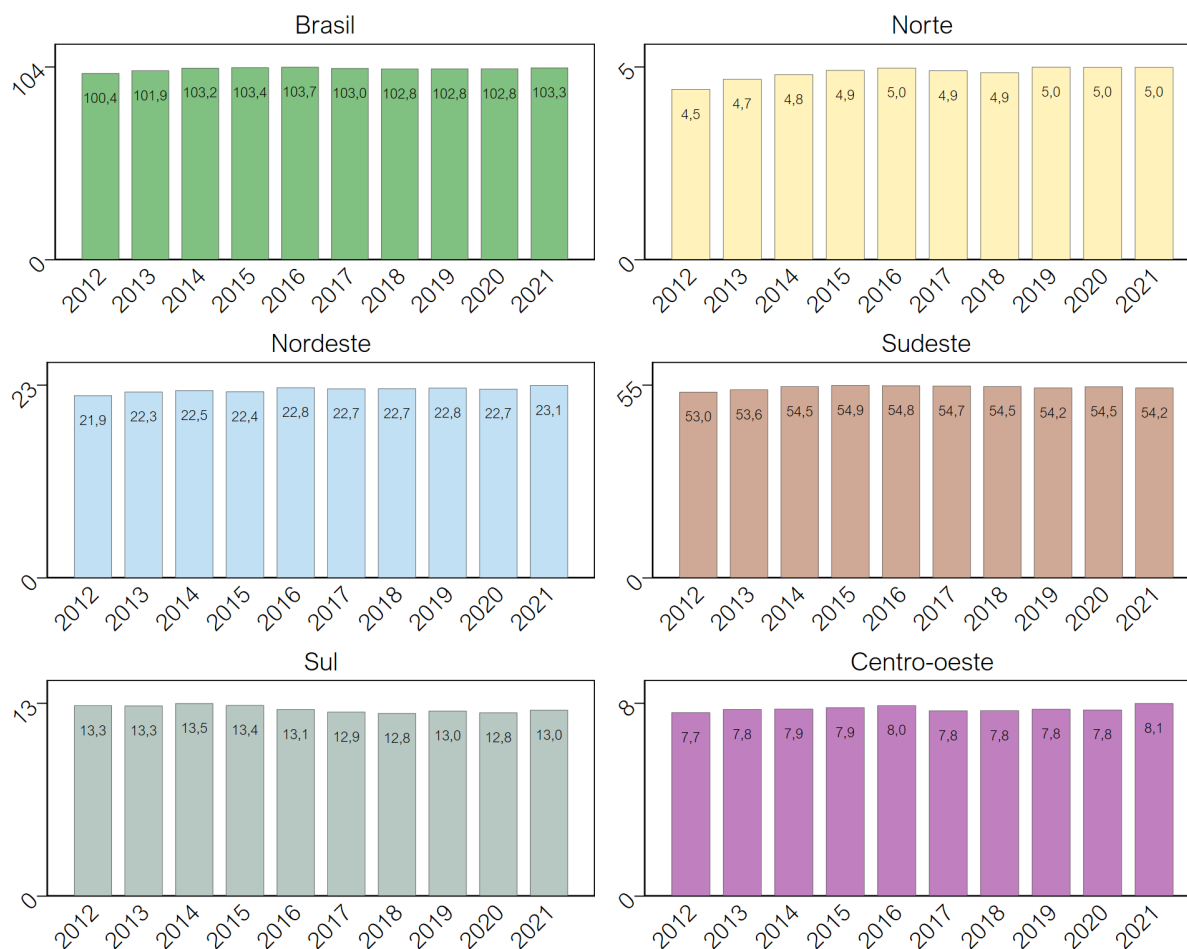
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.13: População, Estabelecimentos, Percentual de Estabelecimentos Privados no Ensino Médio (2012 e 2021) por UFs

	2012			2021			Variação %	
	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos	População
Brasil	7.900	29,05	193.946,89	8.560	29,35	213.317,64	8,35	0,10
<i>Região Norte</i>	358	17,54	16.318,16	428	16,95	18.906,96	19,55	0,16
Roraima	41	18,14	1.590,01	43	17,27	1.815,28	4,88	0,14
Acre	12	8,28	758,79	13	5,10	906,88	8,33	0,20
Amazonas	55	14,03	3.590,99	65	13,35	4.270,00	18,18	0,19
Roraima	5	4,00	469,52	9	5,36	652,71	80,00	0,39
Pará	189	25,93	7.792,56	231	26,67	8.777,12	22,22	0,13
Amapá	17	14,17	698,60	27	17,65	877,61	58,82	0,26
Tocantins	39	12,83	1.417,69	40	11,53	1.607,36	2,56	0,13
<i>Região Nordeste</i>	1.852	26,93	53.907,14	2.002	27,74	57.667,84	8,10	0,07
Maranhão	186	17,99	6.714,31	185	18,23	7.153,26	-0,54	0,07
Piauí	137	20,88	3.160,75	134	20,24	3.289,29	-2,19	0,04
Ceará	292	32,27	8.606,01	262	27,43	9.240,58	-10,27	0,07
Rio Grande do Norte	132	29,86	3.228,20	141	30,13	3.560,90	6,82	0,10
Paraíba	143	26,73	3.815,17	173	26,33	4.059,91	20,98	0,06
Pernambuco	367	30,69	8.931,03	307	27,44	9.674,79	-16,35	0,08
Alagoas	133	39,23	3.165,47	164	40,20	3.365,35	23,31	0,06
Sergipe	94	35,47	2.110,87	112	37,33	2.338,47	19,15	0,11
Bahia	368	24,44	14.175,34	524	32,09	14.985,28	42,39	0,06
<i>Região Sudeste</i>	4.113	34,66	81.565,98	4.416	35,48	89.632,91	7,37	0,10
Minas Gerais	706	23,70	19.855,33	754	23,42	21.411,92	6,80	0,08
Espírito Santo	141	31,83	3.578,07	113	26,97	4.108,51	-19,86	0,15
Rio de Janeiro	999	46,64	16.231,37	1.122	48,55	17.463,35	12,31	0,08
São Paulo	2.267	35,98	41.901,22	2.427	37,36	46.649,13	7,06	0,11
<i>Região Sul</i>	962	22,29	27.731,64	1.023	22,40	30.402,59	6,34	0,10
Paraná	407	21,63	10.577,76	437	21,51	11.597,48	7,37	0,10
Santa Catarina	216	22,20	6.383,29	251	24,73	7.338,47	16,20	0,15
Rio Grande do Sul	339	23,20	10.770,60	335	22,04	11.466,63	-1,18	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	615	29,43	14.423,95	691	28,65	16.707,34	12,36	0,16
Mato Grosso do Sul	104	24,76	2.505,09	104	23,64	2.839,19	0,00	0,13
Mato Grosso	120	21,13	3.115,34	136	20,21	3.567,23	13,33	0,15
Goiás	281	31,12	6.155,00	303	29,05	7.206,59	7,83	0,17
Distrito Federal	110	55,28	2.648,53	148	57,81	3.094,33	34,55	0,17

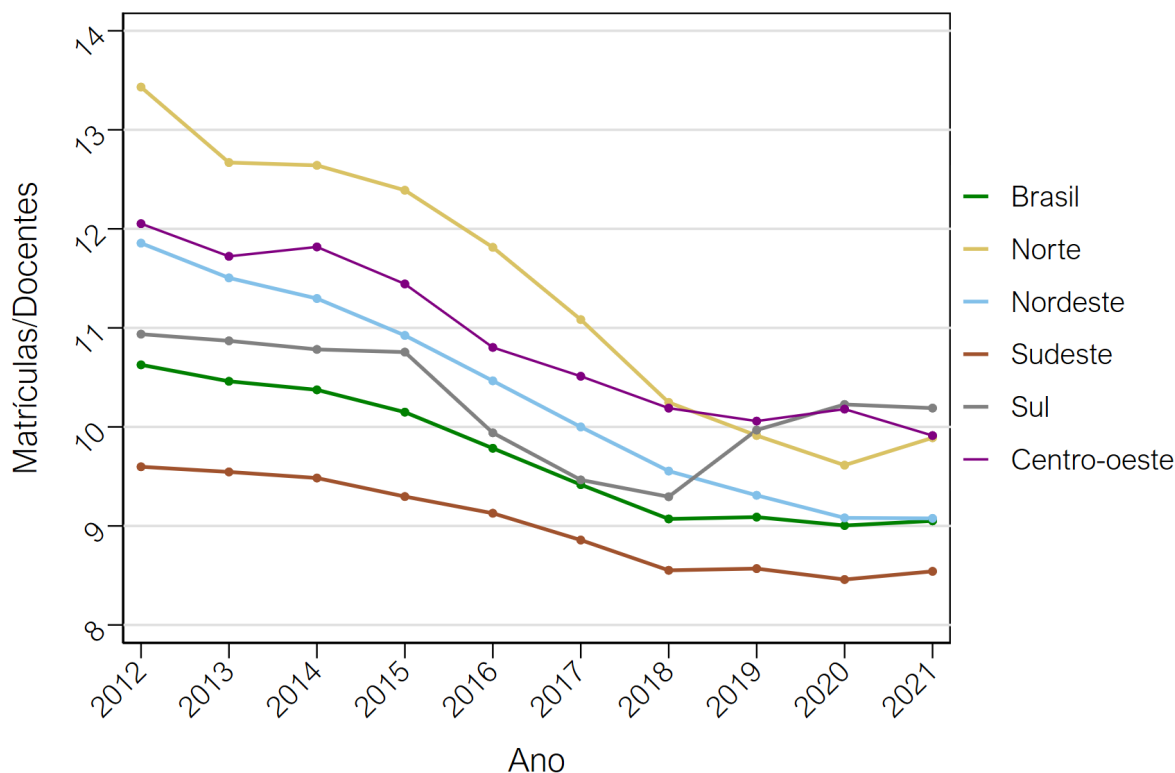
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.39: Total de docentes do Ensino Médio privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.40: Razão matrículas por docentes no Ensino Médio privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

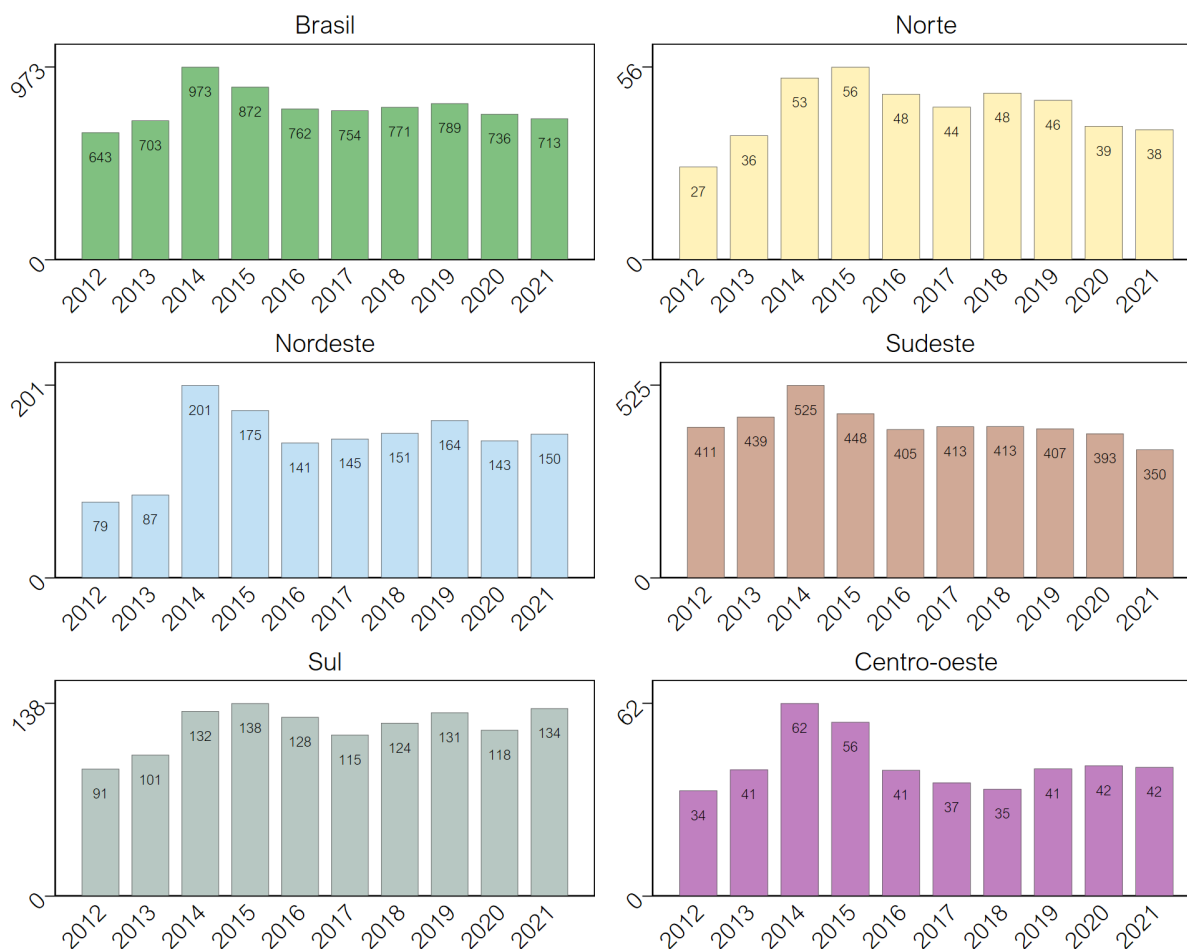
5.4 Educação Profissional

Nesta seção, são apresentados os dados da Educação Profissional. Os pontos de destaque deste nível de ensino são os seguintes:

- As matrículas em estabelecimentos privados representam 37,7% das matrículas da Educação Profissional, percentual bastante superior ao percentual da Educação Básica como um todo. Esse percentual só não é maior que o percentual da rede privada na Educação Especial, considerando apenas classes exclusivas.
- Na contramão da Educação Básica com um toda e do Ensino Médio, de 2012 a 2021, houve aumento no número de matrículas na Educação Profissional privada, de 10,9%. O maior número de matrículas alcançado foi em 2014. Depois deste ano, as matrículas se reduziram em 2015 e em 2016, se mantiveram relativamente constantes até 2019 e apresentaram queda novamente durante a pandemia em 2020 e em 2021.

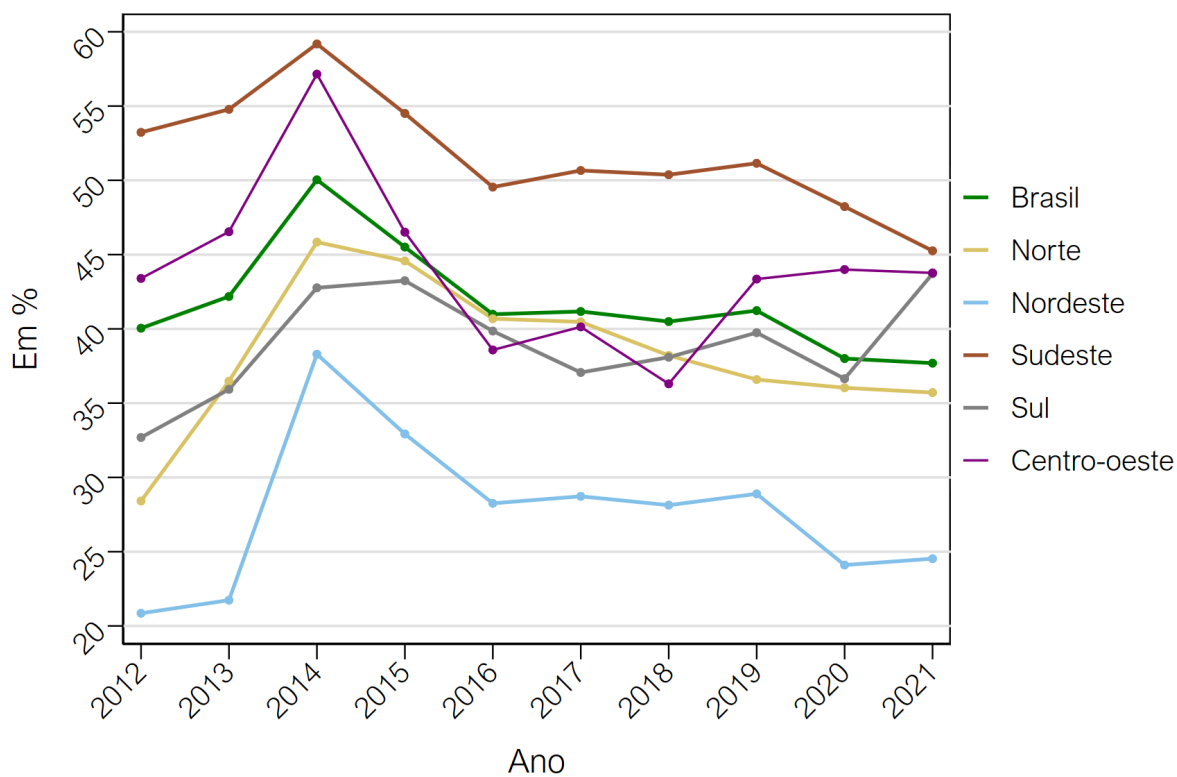
- A trajetória de crescimento foi semelhante em todas as regiões, com a exceção da região Sudeste que apresentou queda no número de matrículas no período e com diferenças na magnitude do crescimento entre as demais regiões.
- De 2019 para 2021, a diminuição no número de matrículas na Educação Profissional privada foi 9,6%, inferior à diminuição da Educação Básica privada como um todo.
- As regiões Sul e Centro-Oeste foram as que tiveram melhor desempenho no período pandêmico, conseguindo atingir em 2021 o mesmo número ou um número muito próximo de matrículas na rede privada que no ano de 2019.
- A participação da rede privada na Educação Profissional se altera bastante ao longo da década analisada. A maior participação da rede privada é alcançada em 2014, com aproximadamente 50% das matrículas. Depois disso a parcela decaiu para 37,7% em 2021.
- Diferente dos principais níveis de ensino da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio), na Educação Profissional, a região Nordeste substitui a Norte como a região com a menor parcela das matrículas na rede privada.
- Ao contrário dos demais níveis de ensino da Educação Básica, na Educação Profissional privada a razão matrículas por docente vem subindo. Em 2012, essa razão estava próxima de 15, e, em 2021, alcançou valor próximo a 24 matrículas por docente no Brasil.

Figura 5.41: Matrículas na Educação Profissional privada (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.42: Matrículas na Educação Profissional privada como percentual do total de matrículas na Educação Profissional



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.14: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – Educação Profissional

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	642,62	40,05	193.946,89	713,33	37,69	213.317,64	11,00	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>27,01</i>	<i>28,41</i>	<i>16.318,16</i>	<i>37,81</i>	<i>35,71</i>	<i>18.906,96</i>	<i>39,98</i>	<i>0,16</i>
Rondônia	3,23	41,90	1.590,01	4,33	43,97	1.815,28	34,18	0,14
Acre	0,74	14,26	758,79	0,92	18,37	906,88	25,20	0,20
Amazonas	7,12	23,45	3.590,99	7,11	27,13	4.270,00	-0,10	0,19
Roraima	0,18	5,51	469,52	1,60	40,39	652,71	810,23	0,39
Pará	9,98	30,90	7.792,56	20,85	43,27	8.777,12	108,97	0,13
Amapá	1,62	26,18	698,60	0,99	20,50	877,61	-38,57	0,26
Tocantins	4,15	40,91	1.417,69	1,99	25,65	1.607,36	-52,02	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>79,37</i>	<i>20,86</i>	<i>53.907,14</i>	<i>150,16</i>	<i>24,53</i>	<i>57.667,84</i>	<i>89,19</i>	<i>0,07</i>
Maranhão	9,73	35,21	6.714,31	15,51	33,76	7.153,26	59,38	0,07
Piauí	3,57	9,92	3.160,75	5,27	11,23	3.289,29	47,76	0,04
Ceará	18,43	29,16	8.606,01	23,76	24,74	9.240,58	28,97	0,07
Rio Grande do Norte	7,86	33,11	3.228,20	19,36	40,28	3.560,90	146,31	0,10
Paraíba	3,71	15,84	3.815,17	6,34	13,13	4.059,91	70,94	0,06
Pernambuco	18,32	23,26	8.931,03	35,90	31,34	9.674,79	96,00	0,08
Alagoas	7,85	34,19	3.165,47	9,45	22,55	3.365,35	20,43	0,06
Sergipe	0,91	8,55	2.110,87	4,70	39,57	2.338,47	417,73	0,11
Bahia	9,01	9,55	14.175,34	29,87	18,84	14.985,28	231,57	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>411,31</i>	<i>53,23</i>	<i>81.565,98</i>	<i>349,73</i>	<i>45,26</i>	<i>89.632,91</i>	<i>-14,97</i>	<i>0,10</i>
Minas Gerais	116,23	67,43	19.855,33	61,84	52,03	21.411,92	-46,79	0,08
Espírito Santo	18,19	39,60	3.578,07	14,31	31,99	4.108,51	-21,33	0,15
Rio de Janeiro	78,40	47,73	16.231,37	90,28	54,85	17.463,35	15,16	0,08
São Paulo	198,49	50,88	41.901,22	183,29	41,23	46.649,13	-7,65	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>90,77</i>	<i>32,69</i>	<i>27.731,64</i>	<i>133,91</i>	<i>43,72</i>	<i>30.402,59</i>	<i>47,53</i>	<i>0,10</i>
Paraná	21,30	18,84	10.577,76	32,01	30,83	11.597,48	50,30	0,10
Santa Catarina	26,17	44,62	6.383,29	37,97	52,47	7.338,47	45,06	0,15
Rio Grande do Sul	43,30	40,86	10.770,60	63,93	49,12	11.466,63	47,65	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>34,16</i>	<i>43,40</i>	<i>14.423,95</i>	<i>41,72</i>	<i>43,77</i>	<i>16.707,34</i>	<i>22,13</i>	<i>0,16</i>
Mato Grosso do Sul	7,18	39,38	2.505,09	8,59	40,11	2.839,19	19,76	0,13
Mato Grosso	3,13	15,39	3.115,34	4,78	31,72	3.567,23	52,62	0,15
Goiás	15,70	63,20	6.155,00	15,00	49,28	7.206,59	-4,48	0,17
Distrito Federal	8,15	53,27	2.648,53	13,35	47,03	3.094,33	63,79	0,17

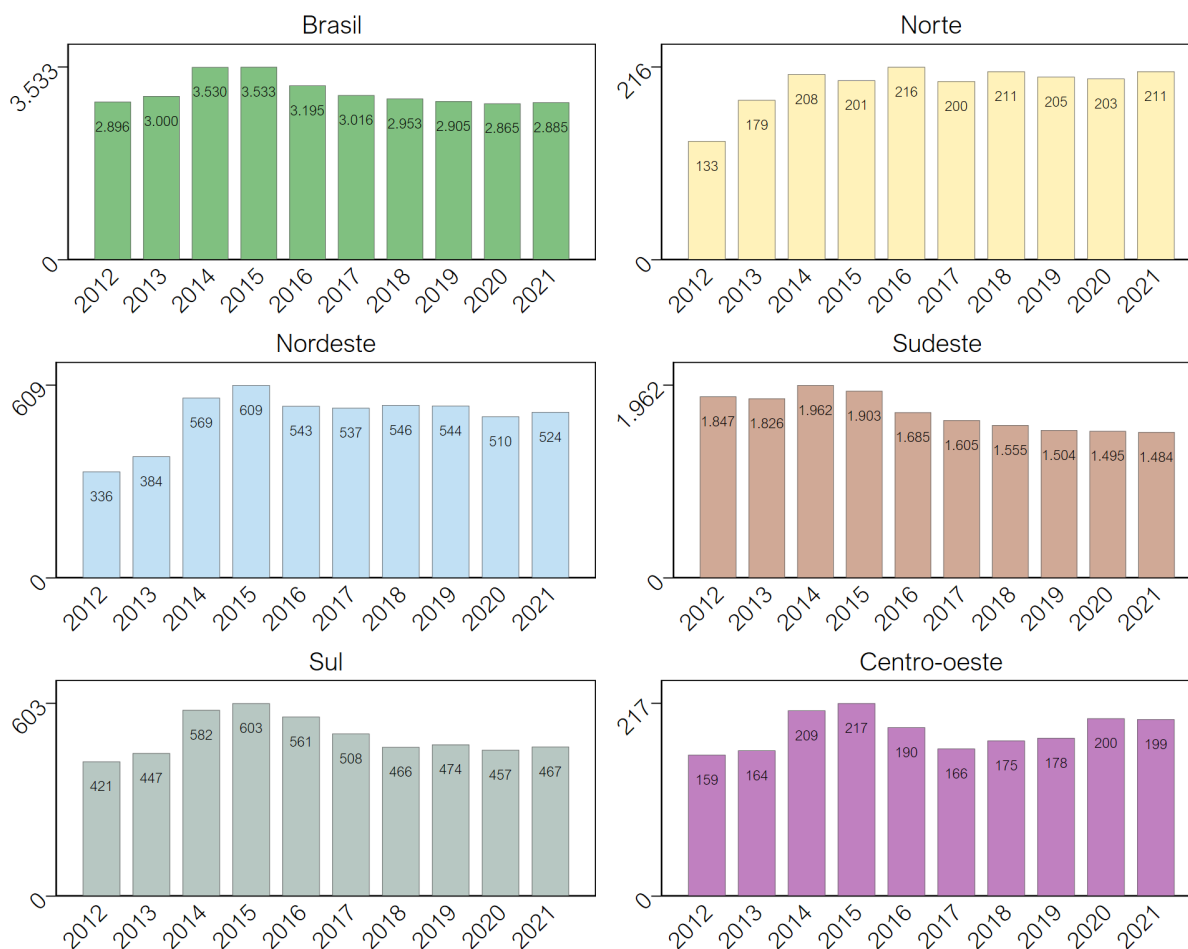
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.15: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – Educação Profissional

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	524,93	49,01	101.927,25	622,77	47,74	123.022,51	18,64	0,21
<i>Região Norte</i>	<i>21,41</i>	<i>33,90</i>	<i>7.350,59</i>	<i>31,61</i>	<i>44,04</i>	<i>9.941,51</i>	<i>47,67</i>	<i>0,35</i>
Roraima	1,56	46,04	560,79	2,86	48,76	895,64	83,10	0,60
Acre	0,74	21,60	348,35	0,88	25,28	419,45	19,24	0,20
Amazonas	7,01	39,21	1.861,84	7,01	53,30	2.476,39	-0,06	0,33
Roraima	0,16	5,88	296,96	1,59	50,05	436,59	909,55	0,47
Pará	8,50	33,01	3.468,90	17,05	43,65	4.566,68	100,55	0,32
Amapá	1,62	28,65	415,55	0,99	25,34	647,17	-38,57	0,56
Tocantins	1,82	41,52	398,19	1,24	39,49	499,59	-32,02	0,25
<i>Região Nordeste</i>	<i>66,82</i>	<i>33,07</i>	<i>19.235,54</i>	<i>121,39</i>	<i>35,79</i>	<i>24.141,80</i>	<i>81,67</i>	<i>0,26</i>
Maranhão	7,13	49,37	1.673,23	12,37	46,08	2.361,24	73,51	0,41
Piauí	2,55	13,54	977,96	3,68	22,18	1.024,99	44,26	0,05
Ceará	16,85	48,85	3.741,75	19,10	42,73	4.294,91	13,40	0,15
Rio Grande do Norte	6,33	42,76	1.298,55	17,22	55,53	1.577,91	172,19	0,22
Paraíba	3,40	29,48	1.234,49	4,75	23,69	1.486,49	39,67	0,20
Pernambuco	15,06	37,51	3.932,71	30,02	33,39	4.931,30	99,28	0,25
Alagoas	7,30	56,36	1.171,53	8,59	53,82	1.265,91	17,63	0,08
Sergipe	0,60	12,21	587,70	3,43	46,57	966,36	473,87	0,64
Bahia	7,61	15,23	4.617,61	22,24	25,62	6.232,70	192,35	0,35
<i>Região Sudeste</i>	<i>345,42</i>	<i>57,78</i>	<i>55.719,14</i>	<i>320,72</i>	<i>51,94</i>	<i>63.691,46</i>	<i>-7,15</i>	<i>0,14</i>
Minas Gerais	75,64	76,86	8.485,61	47,07	63,37	9.899,55	-37,78	0,17
Espírito Santo	16,30	47,44	2.203,63	12,70	37,74	2.685,73	-22,07	0,22
Rio de Janeiro	74,27	51,12	13.889,56	87,07	59,19	15.641,00	17,24	0,13
São Paulo	179,21	56,03	31.140,34	173,88	47,97	35.465,18	-2,97	0,14
<i>Região Sul</i>	<i>66,96</i>	<i>42,28</i>	<i>12.220,59</i>	<i>112,32</i>	<i>54,59</i>	<i>15.124,99</i>	<i>67,73</i>	<i>0,24</i>
Paraná	18,68	29,30	4.553,61	27,64	40,77	6.250,12	47,96	0,37
Santa Catarina	17,08	52,31	2.621,84	30,68	61,24	3.332,34	79,67	0,27
Rio Grande do Sul	31,21	50,35	5.045,14	54,00	61,47	5.542,54	73,02	0,10
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>24,32</i>	<i>49,00</i>	<i>7.401,39</i>	<i>36,72</i>	<i>52,21</i>	<i>10.122,76</i>	<i>50,98</i>	<i>0,37</i>
Mato Grosso do Sul	5,86	48,92	1.216,26	7,24	49,65	1.381,80	23,53	0,14
Mato Grosso	1,60	18,10	882,47	3,68	50,43	1.410,20	130,45	0,60
Goiás	8,72	64,36	2.654,12	12,46	62,02	4.236,43	42,92	0,60
Distrito Federal	8,15	53,27	2.648,53	13,35	47,03	3.094,33	63,79	0,17

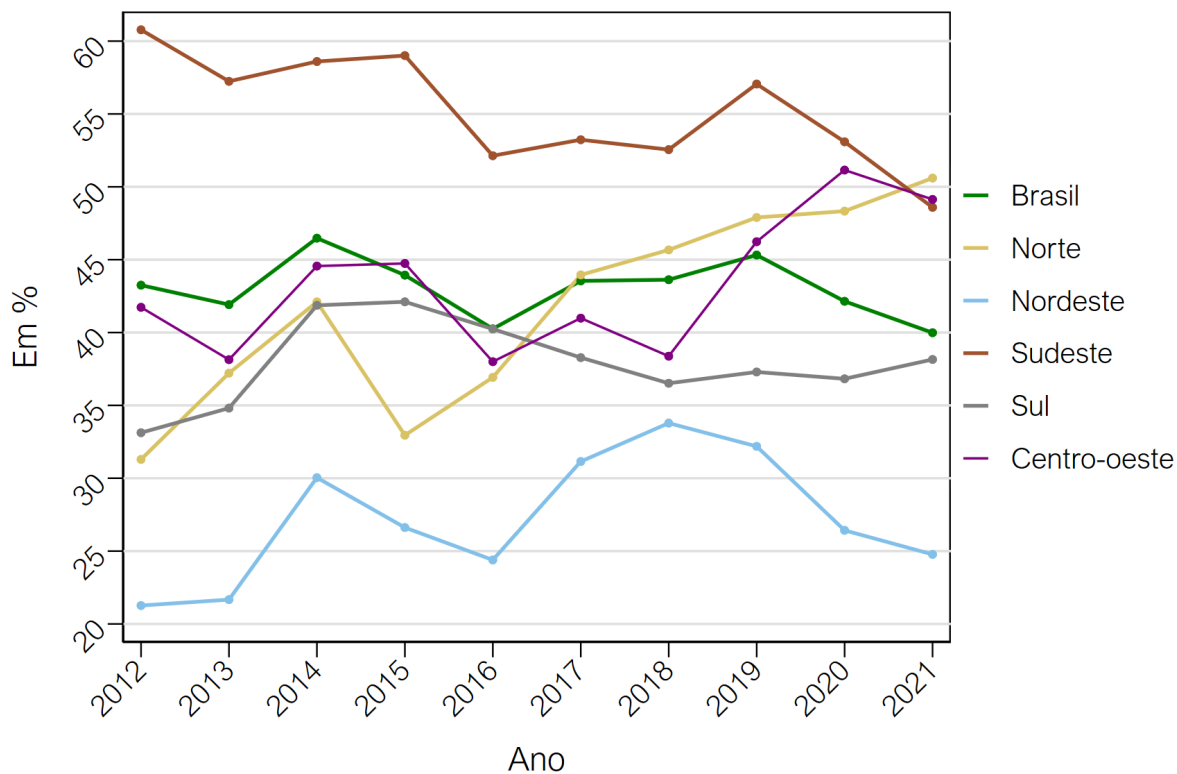
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.43: Estabelecimentos privados que ofertam Educação Profissional



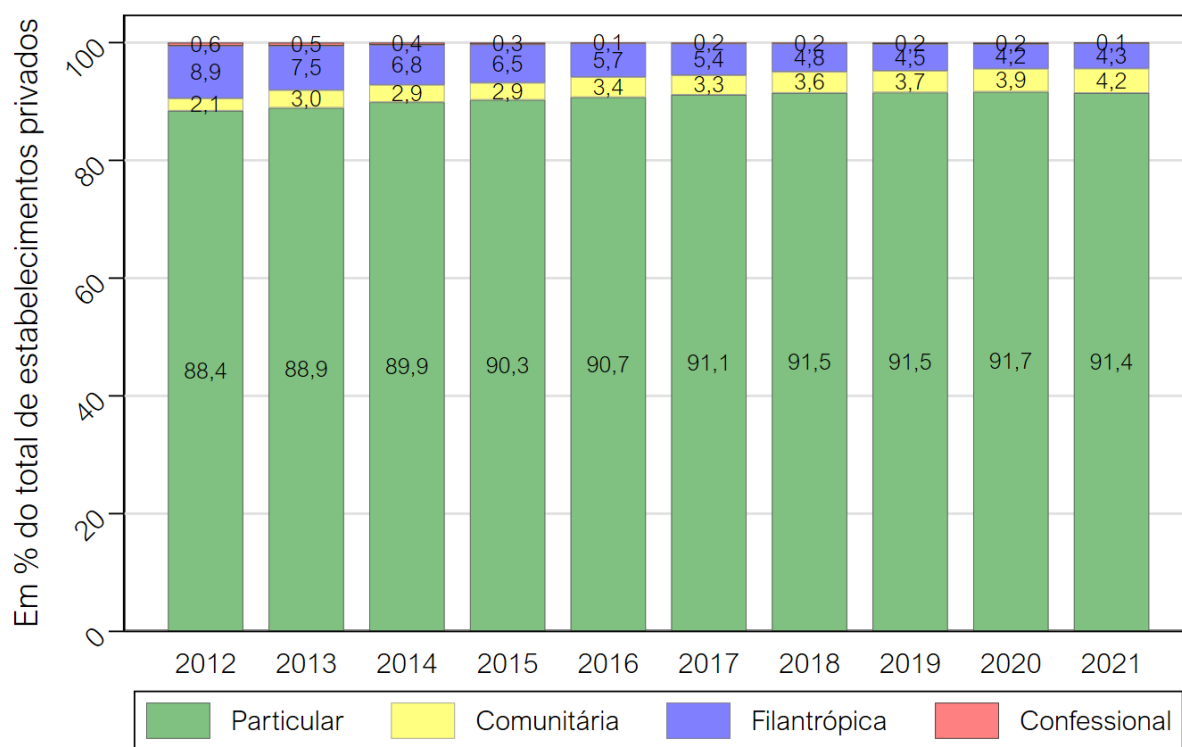
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.44: Estabelecimentos privados que ofertam Educação Profissional como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Educação Profissional



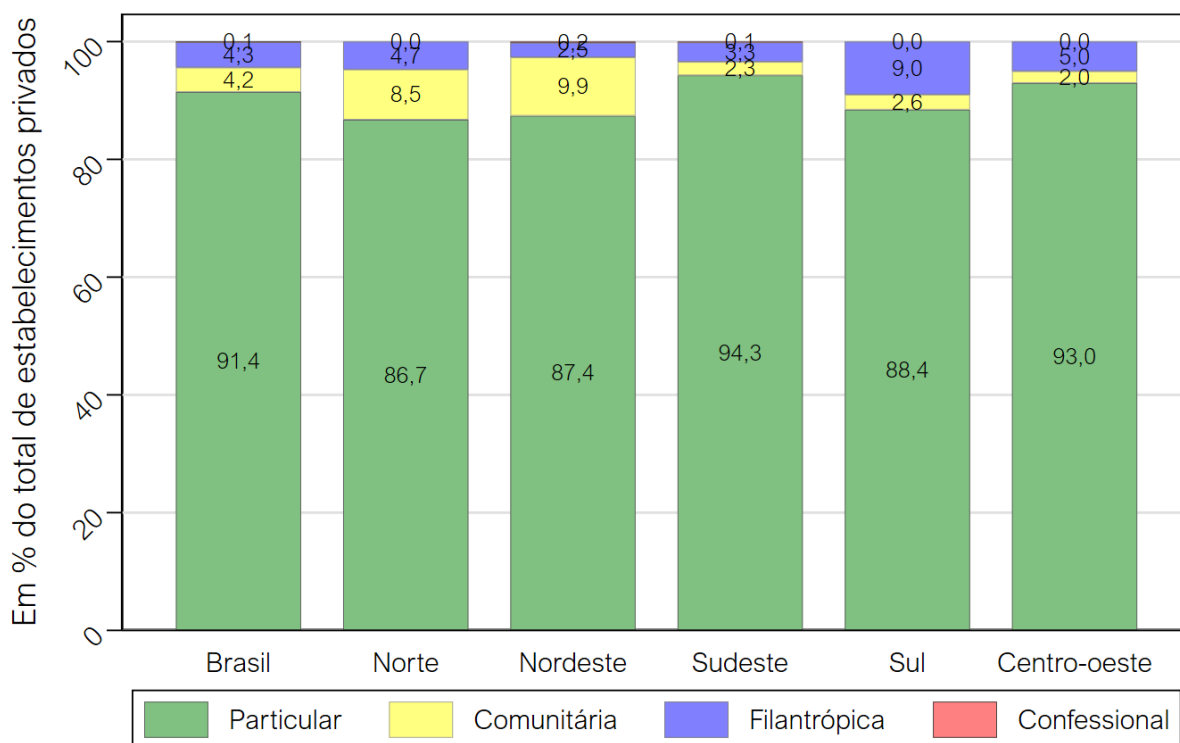
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.45: Tipo de estabelecimentos de Educação Profissional privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Profissional privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.46: Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Profissional privada – por região



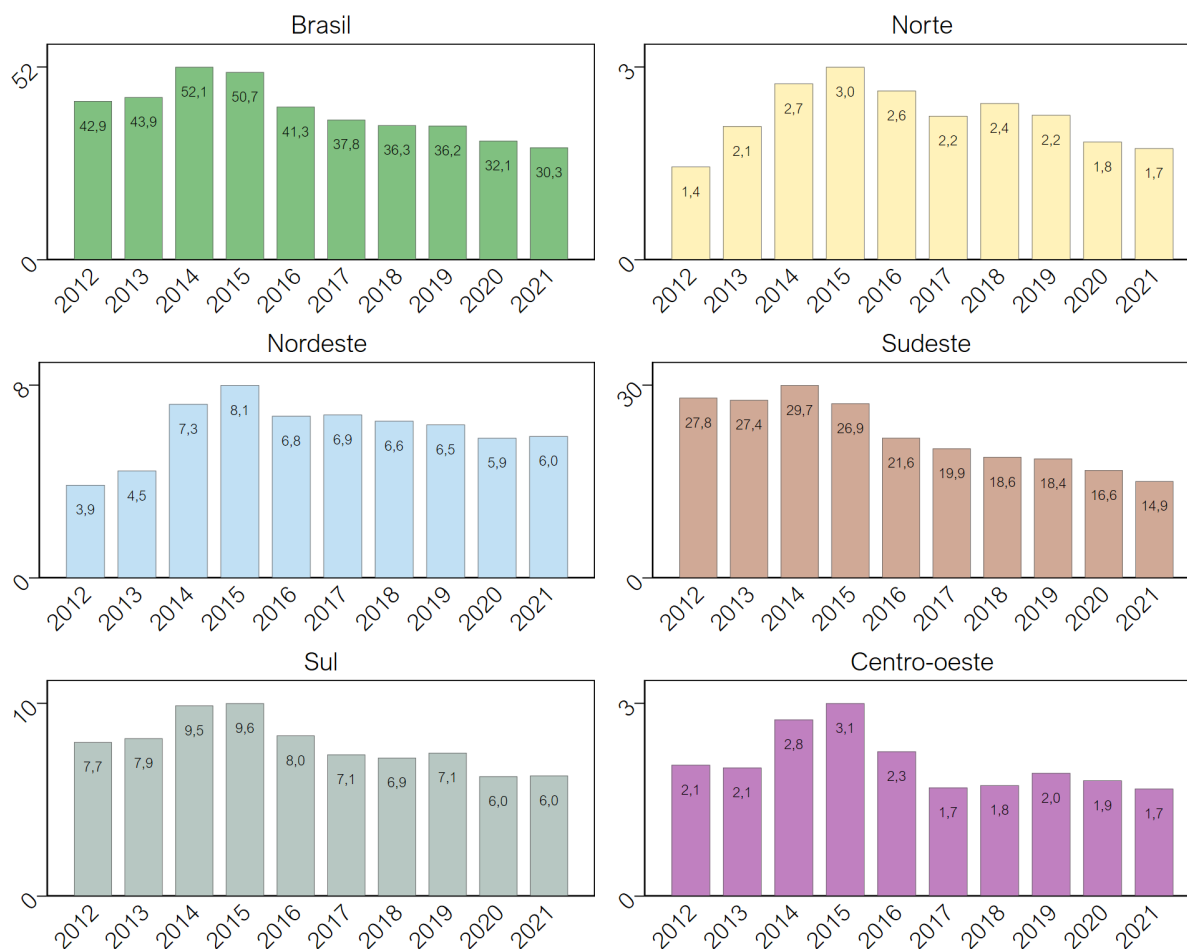
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.16: População, Estabelecimentos, Percentual de Estabelecimentos Privados de Ensino Profissional (2012 e 2021) por UFs

	2012			2021			Variação %	
	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos	População
Brasil	2.896	43,25	193.946,89	2.885	39,99	213.317,64	-0,38	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>133</i>	<i>31,29</i>	<i>16.318,16</i>	<i>211</i>	<i>50,60</i>	<i>18.906,96</i>	<i>58,65</i>	<i>0,16</i>
Roraima	4	17,39	758,79	5	29,41	906,88	25,00	0,20
Amazonas	10	9,09	3.590,99	23	21,90	4.270,00	130,00	0,19
Roraima	4	25,00	469,52	7	46,67	652,71	75,00	0,39
Pará	51	36,69	7.792,56	111	67,68	8.777,12	117,65	0,13
Amapá	7	26,92	698,60	7	38,89	877,61	0,00	0,26
Tocantins	35	51,47	1.417,69	26	48,15	1.607,36	-25,71	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>336</i>	<i>21,27</i>	<i>53.907,14</i>	<i>524</i>	<i>24,78</i>	<i>57.667,84</i>	<i>55,95</i>	<i>0,07</i>
Maranhão	52	30,77	6.714,31	80	29,96	7.153,26	53,85	0,07
Piauí	24	14,81	3.160,75	28	8,07	3.289,29	16,67	0,04
Ceará	64	27,12	8.606,01	95	32,20	9.240,58	48,44	0,07
Rio Grande do Norte	34	41,46	3.228,20	42	31,34	3.560,90	23,53	0,10
Paraíba	23	20,72	3.815,17	26	13,20	4.059,91	13,04	0,06
Pernambuco	68	21,18	8.931,03	85	46,20	9.674,79	25,00	0,08
Alagoas	17	25,00	3.165,47	22	10,05	3.365,35	29,41	0,06
Sergipe	7	10,14	2.110,87	21	50,00	2.338,47	200,00	0,11
Bahia	47	12,98	14.175,34	125	29,07	14.985,28	165,96	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>1.847</i>	<i>60,78</i>	<i>81.565,98</i>	<i>1.484</i>	<i>48,59</i>	<i>89.632,91</i>	<i>-19,65</i>	<i>0,10</i>
Minas Gerais	508	56,01	19.855,33	355	52,83	21.411,92	-30,12	0,08
Espírito Santo	59	28,50	3.578,07	62	31,16	4.108,51	5,08	0,15
Rio de Janeiro	316	50,80	16.231,37	363	50,56	17.463,35	14,87	0,08
São Paulo	964	73,98	41.901,22	704	48,05	46.649,13	-26,97	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>421</i>	<i>33,12</i>	<i>27.731,64</i>	<i>467</i>	<i>38,15</i>	<i>30.402,59</i>	<i>10,93</i>	<i>0,10</i>
Paraná	103	20,28	10.577,76	131	28,48	11.597,48	27,18	0,10
Santa Catarina	87	33,98	6.383,29	138	48,42	7.338,47	58,62	0,15
Rio Grande do Sul	231	45,56	10.770,60	198	41,34	11.466,63	-14,29	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>159</i>	<i>41,73</i>	<i>14.423,95</i>	<i>199</i>	<i>49,14</i>	<i>16.707,34</i>	<i>25,16</i>	<i>0,16</i>
Mato Grosso do Sul	31	28,97	2.505,09	39	39,00	2.839,19	25,81	0,13
Mato Grosso	35	25,74	3.115,34	36	52,94	3.567,23	2,86	0,15
Goiás	68	68,69	6.155,00	77	46,11	7.206,59	13,24	0,17
Distrito Federal	25	64,10	2.648,53	47	67,14	3.094,33	88,00	0,17

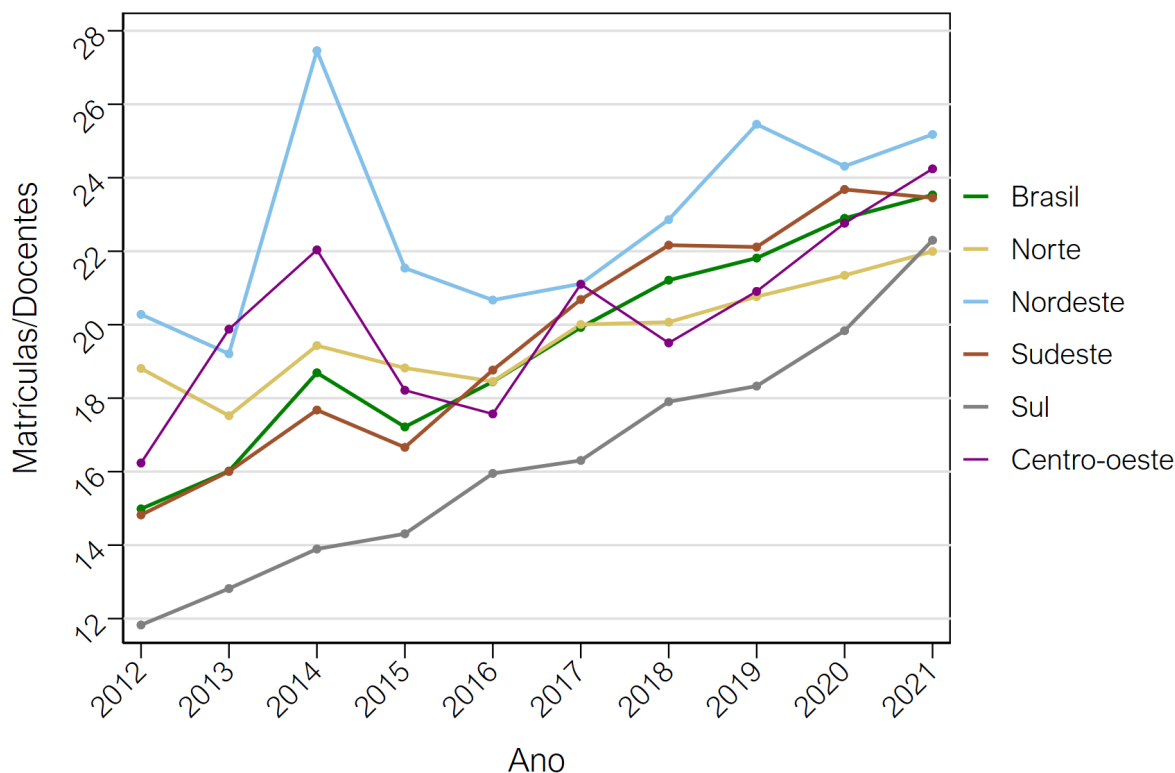
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.47: Total de docentes da Educação Profissional privada (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.48: Razão matrículas por docentes na Educação Profissional privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

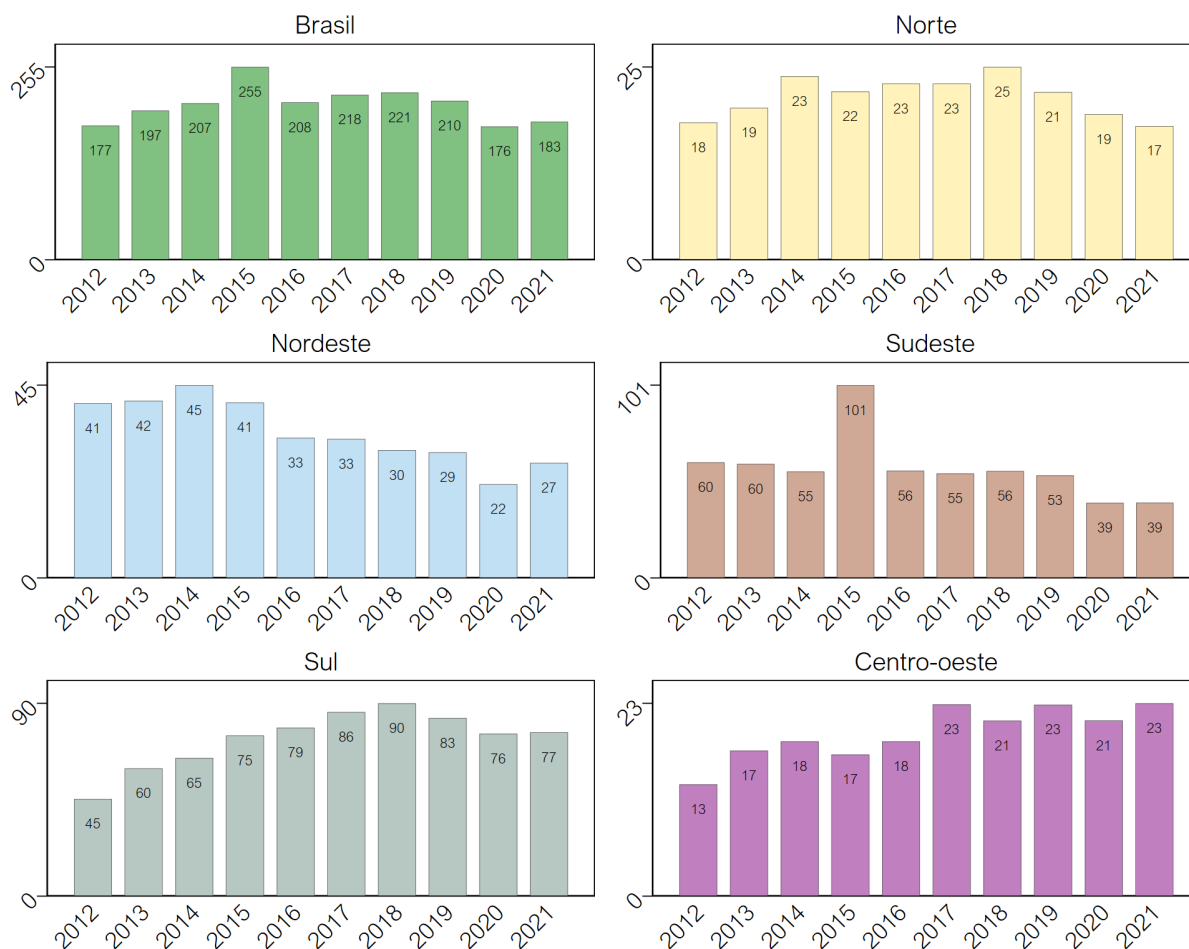
5.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Nesta seção, são apresentados os dados da EJA. Os pontos de destaque deste nível de ensino são os seguintes:

- As matrículas em estabelecimentos privados representam apenas 6,2% das matrículas da EJA, percentual bastante inferior ao percentual da Educação Básica como um todo. Esse percentual é o menor entre todos os níveis de ensino pertencentes à Educação Básica.
- Considerando o Brasil como um, de 2012 a 2021, houve aumento no número de matrículas na EJA privada, de 3,4%. O maior número de matrículas alcançado foi em 2015.
- A trajetória de crescimento foi distinta em cada uma das regiões. Com crescimento em algumas regiões (como Sul e Centro-Oeste) e diminuição em outras (como Nordeste e Sudeste).

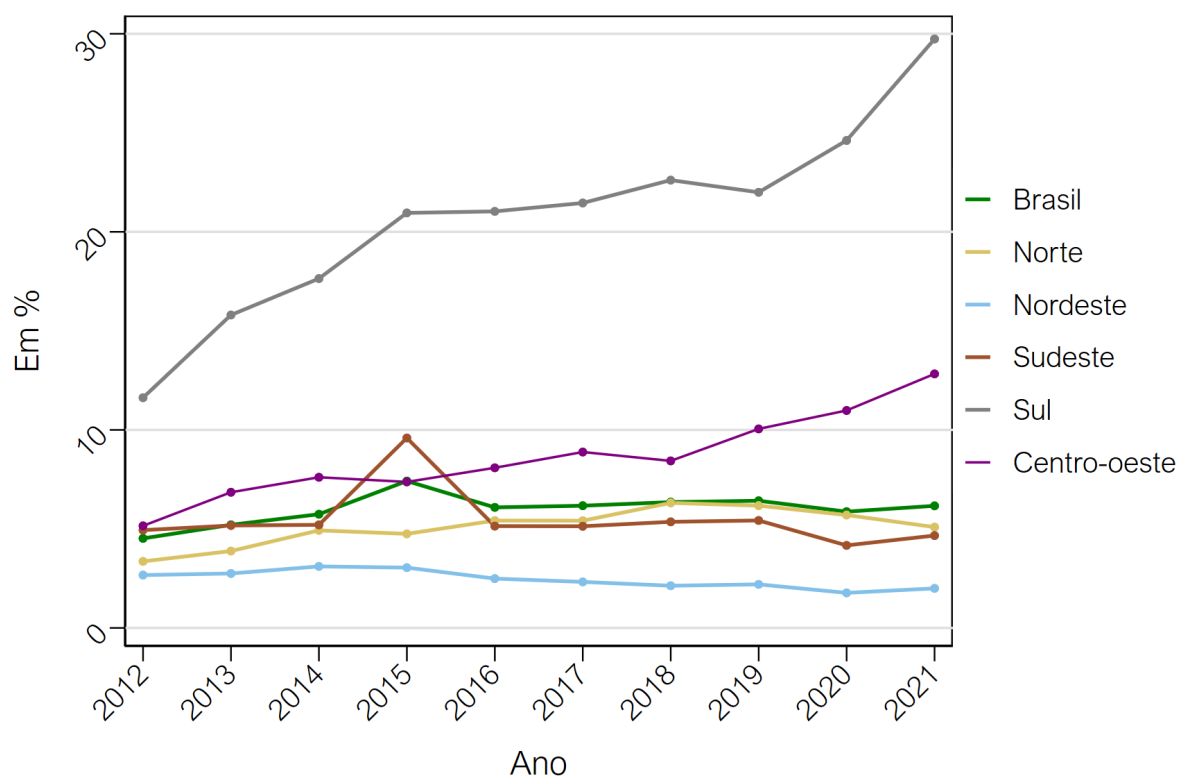
- De 2019 para 2021, a diminuição no número de matrículas na EJA privada foi 14,8%, superior à diminuição da Educação Básica privada como um todo.
- A participação da rede privada na EJA pouco se alterou ao longo da década, passando de 5,9% em 2012 para 6,2% em 2021.
- Diferente dos principais níveis de ensino da Educação Básica (Infantil, Fundamental e Médio), na Educação Profissional, a região Nordeste substituiu a Norte como a região com a menor parcela das matrículas na rede privada.
- O número de estabelecimentos privados que ofertam EJA apresenta tendência de variação diferentes nas diferentes regiões. Enquanto esse número cresceu na década analisada nas regiões Sul e Centro-Oeste, ele diminuiu nas regiões Nordeste e Sudeste. Na região Norte, houve variações positivas e negativas ao longo do período, fazendo com que o número em 2021 fosse bastante semelhante ao de 2012.
- Diferente de todos os demais níveis de ensino, as escolas privadas que ofertam EJA são, em sua maioria, filantrópicas.

Figura 5.49: Matrículas na EJA privada (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.50: Matrículas na EJA privada como percentual do total de matrículas na EJA



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.17: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada – EJA

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	177,41	4,52	193.946,89	182,68	6,17	213.317,64	2,97	0,10
<i>Região Norte</i>	17,55	3,36	16.318,16	17,10	5,09	18.906,96	-2,56	0,16
Roraima	3,00	4,41	1.590,01	0,86	2,85	1.815,28	-71,17	0,14
Acre	1,26	4,49	758,79	0,58	2,63	906,88	-54,19	0,20
Amazonas	1,77	1,61	3.590,99	2,31	2,76	4.270,00	30,70	0,19
Roraima	0,30	2,76	469,52	0,62	7,03	652,71	104,30	0,39
Pará	8,51	3,31	7.792,56	11,12	6,95	8.777,12	30,73	0,13
Amapá	1,41	5,86	698,60	1,00	6,39	877,61	-29,37	0,26
Tocantins	1,30	5,41	1.417,69	0,61	4,01	1.607,36	-53,20	0,13
<i>Região Nordeste</i>	41,00	2,67	53.907,14	26,99	2,00	57.667,84	-34,17	0,07
Maranhão	6,54	3,65	6.714,31	3,48	1,94	7.153,26	-46,77	0,07
Piauí	2,51	2,55	3.160,75	0,66	0,56	3.289,29	-73,83	0,04
Ceará	10,23	5,15	8.606,01	6,14	3,79	9.240,58	-40,04	0,07
Rio Grande do Norte	6,63	7,54	3.228,20	1,94	3,29	3.560,90	-70,77	0,10
Paraíba	2,01	1,40	3.815,17	3,21	2,57	4.059,91	59,51	0,06
Pernambuco	3,72	1,62	8.931,03	2,29	1,38	9.674,79	-38,51	0,08
Alagoas	2,10	2,02	3.165,47	0,74	0,55	3.365,35	-64,60	0,06
Sergipe	2,83	5,02	2.110,87	0,31	0,74	2.338,47	-88,99	0,11
Bahia	4,42	1,01	14.175,34	8,22	2,25	14.985,28	86,06	0,06
<i>Região Sudeste</i>	60,29	4,94	81.565,98	39,26	4,67	89.632,91	-34,88	0,10
Minas Gerais	22,25	6,23	19.855,33	11,25	4,99	21.411,92	-49,43	0,08
Espírito Santo	0,88	1,26	3.578,07	0,12	0,24	4.108,51	-86,28	0,15
Rio de Janeiro	26,57	8,38	16.231,37	12,78	5,71	17.463,35	-51,89	0,08
São Paulo	10,59	2,22	41.901,22	15,11	4,41	46.649,13	42,61	0,11
<i>Região Sul</i>	45,37	11,62	27.731,64	76,54	29,74	30.402,59	68,70	0,10
Paraná	18,13	11,07	10.577,76	32,08	28,04	11.597,48	76,92	0,10
Santa Catarina	10,27	13,81	6.383,29	16,37	31,02	7.338,47	59,45	0,15
Rio Grande do Sul	16,97	11,15	10.770,60	28,09	31,13	11.466,63	65,51	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	13,21	5,16	14.423,95	22,79	12,83	16.707,34	72,56	0,16
Mato Grosso do Sul	4,28	10,03	2.505,09	4,40	19,60	2.839,19	2,64	0,13
Mato Grosso	4,62	4,57	3.115,34	10,62	17,33	3.567,23	129,99	0,15
Goiás	2,28	3,71	6.155,00	5,63	9,88	7.206,59	147,23	0,17
Distrito Federal	2,03	3,98	2.648,53	2,14	5,80	3.094,33	5,62	0,17

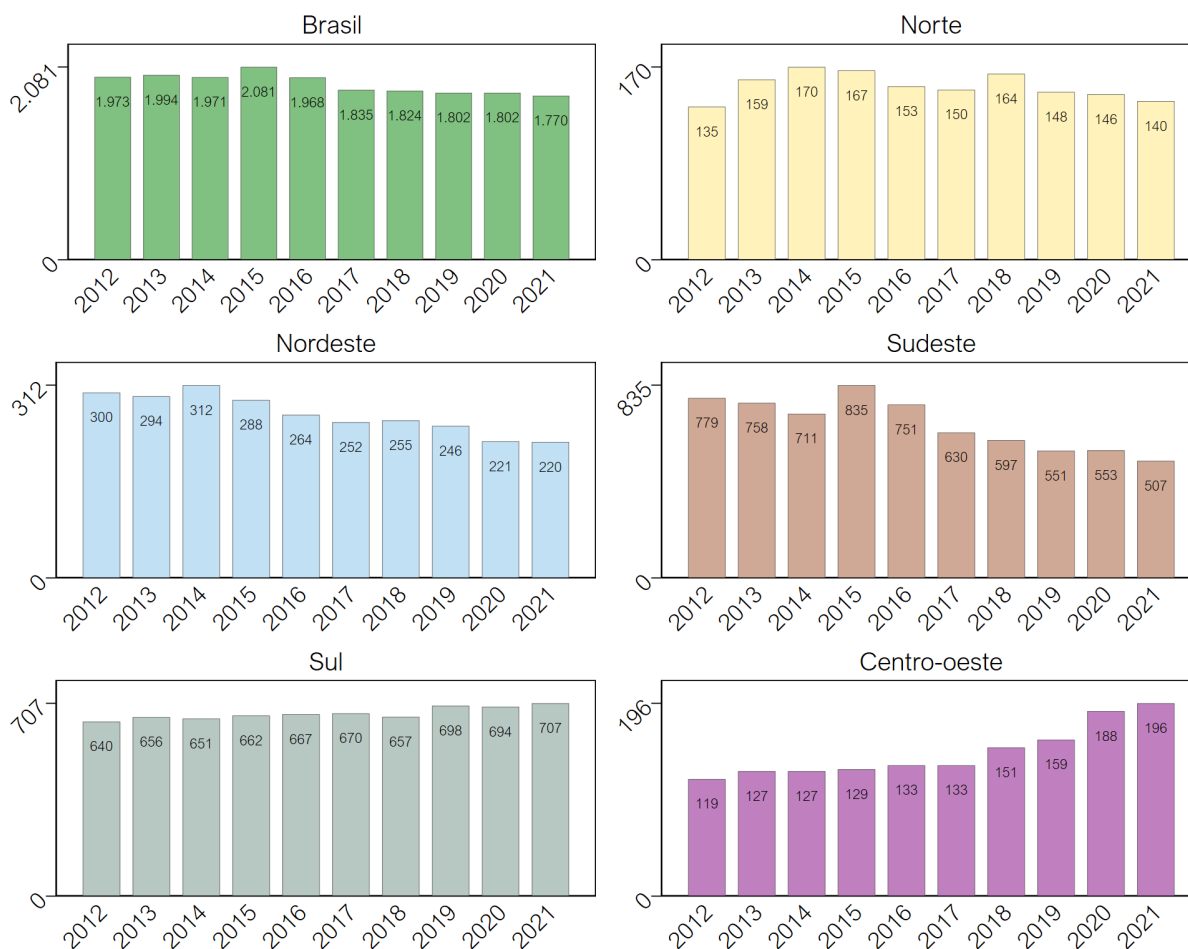
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.18: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – EJA

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	124,32	6,07	91.456,58	125,15	8,94	123.022,51	0,67	0,35
<i>Região Norte</i>	10,65	4,16	7.339,23	12,35	7,55	9.941,51	15,93	0,35
Rorônia	0,93	3,67	560,79	0,18	1,11	895,64	-80,90	0,60
Acre	1,22	10,04	348,35	0,20	2,50	419,45	-83,78	0,20
Amazonas	1,53	2,87	1.861,84	1,40	3,24	2.476,39	-8,55	0,33
Roraima	0,30	4,35	296,96	0,62	12,52	436,59	104,30	0,47
Pará	4,79	3,65	3.353,13	8,85	11,50	4.566,68	84,58	0,36
Amapá	1,18	6,56	519,96	0,78	7,57	647,17	-33,87	0,24
Tocantins	0,70	7,99	398,19	0,33	8,15	499,59	-52,51	0,25
<i>Região Nordeste</i>	34,53	5,83	18.602,17	20,94	5,34	24.141,80	-39,36	0,30
Maranhão	5,12	10,13	1.713,63	1,99	6,94	2.361,24	-61,13	0,38
Piauí	2,16	7,36	977,96	0,20	1,07	1.024,99	-90,69	0,05
Ceará	8,82	9,58	3.622,43	5,01	7,48	4.294,91	-43,17	0,19
Rio Grande do Norte	5,88	16,83	1.298,55	1,72	8,84	1.577,91	-70,66	0,22
Paraíba	1,86	3,62	1.335,04	2,80	9,15	1.486,49	50,35	0,11
Pernambuco	2,92	2,99	4.121,93	1,48	2,17	4.931,30	-49,37	0,20
Alagoas	2,02	8,78	1.171,53	0,74	3,99	1.265,91	-63,54	0,08
Sergipe	1,94	9,35	752,90	0,20	1,69	966,36	-89,56	0,28
Bahia	3,83	1,99	3.608,21	6,80	5,27	6.232,70	77,65	0,73
<i>Região Sudeste</i>	43,41	4,96	44.835,83	29,97	4,91	63.691,46	-30,95	0,42
Minas Gerais	9,94	5,89	7.573,96	3,74	3,44	9.899,55	-62,37	0,31
Espírito Santo	0,88	1,75	1.725,27	0,12	0,35	2.685,73	-86,28	0,56
Rio de Janeiro	25,24	9,49	13.810,80	11,91	6,08	15.641,00	-52,80	0,13
São Paulo	7,35	1,89	21.725,81	14,20	5,24	35.465,18	93,22	0,63
<i>Região Sul</i>	24,75	13,09	12.883,06	47,26	34,89	15.124,99	90,95	0,17
Paraná	6,19	7,99	5.245,32	14,37	26,01	6.250,12	132,14	0,19
Santa Catarina	6,83	20,23	2.592,60	11,77	44,74	3.332,34	72,15	0,29
Rio Grande do Sul	11,73	15,06	5.045,14	21,13	39,19	5.542,54	80,16	0,10
<i>Região Centro-Oeste</i>	10,98	8,10	7.796,30	14,63	14,87	10.122,76	33,24	0,30
Mato Grosso do Sul	3,84	18,22	1.216,26	2,68	27,01	1.381,80	-30,24	0,14
Mato Grosso	3,34	9,67	1.140,68	4,98	27,20	1.410,20	49,25	0,24
Goiás	1,77	6,13	2.790,82	4,82	14,54	4.236,43	172,54	0,52
Distrito Federal	2,03	3,98	2.648,53	2,14	5,80	3.094,33	5,62	0,17

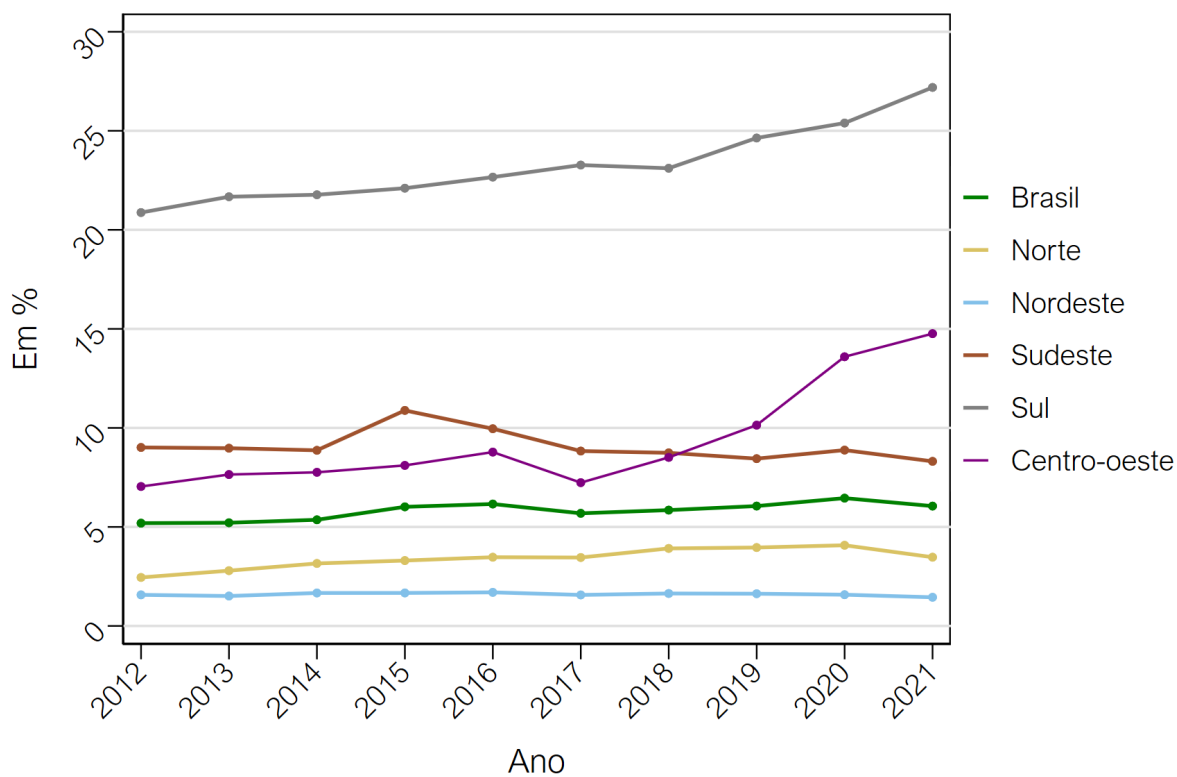
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.51: Estabelecimentos privados que ofertam EJA



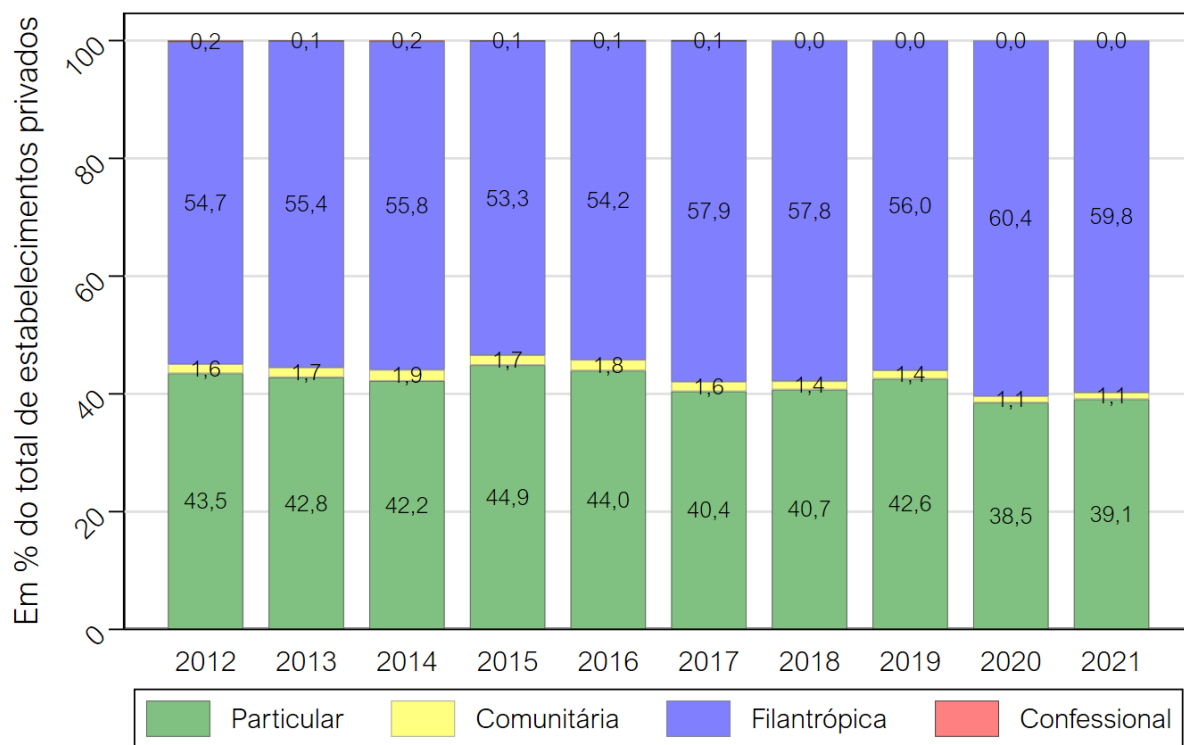
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.52: Estabelecimentos privados que ofertam EJA como percentual do total de estabelecimentos que ofertam EJA



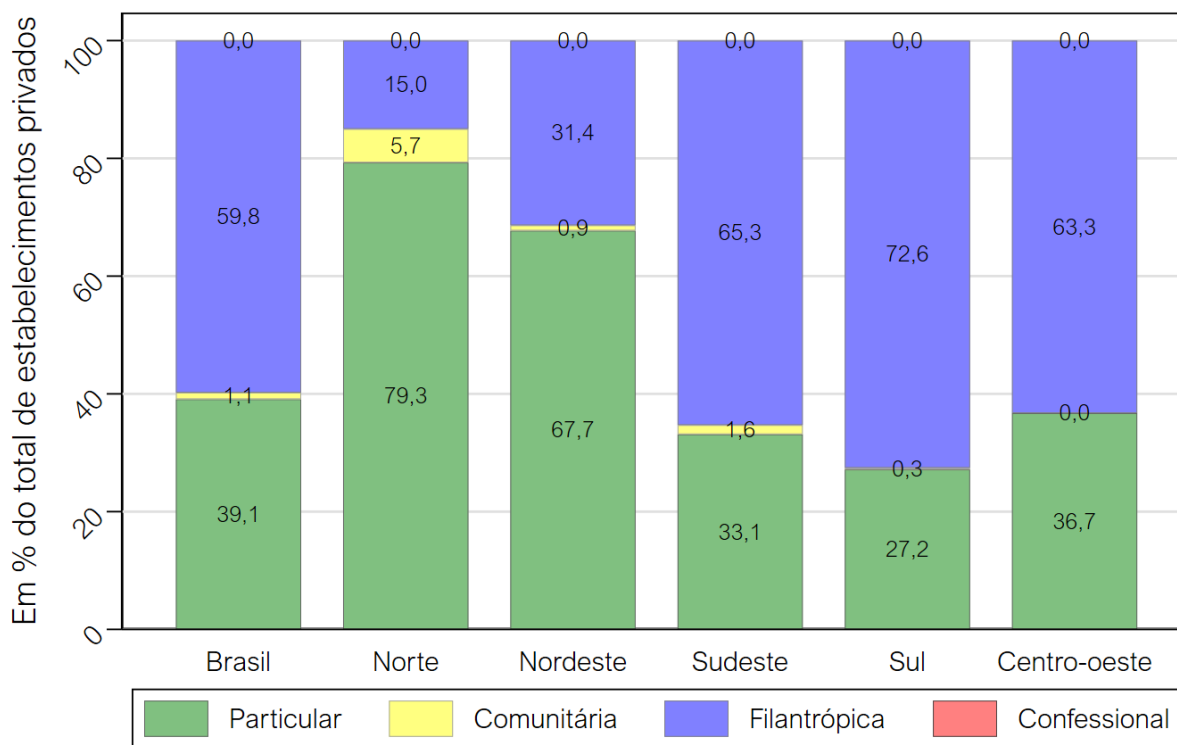
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.53: Tipo de estabelecimentos de EJA privada como proporção do total de estabelecimentos de EJA privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.54: Tipo de estabelecimentos de Educação Infantil privada como proporção do total de estabelecimentos de EJA privada – por região



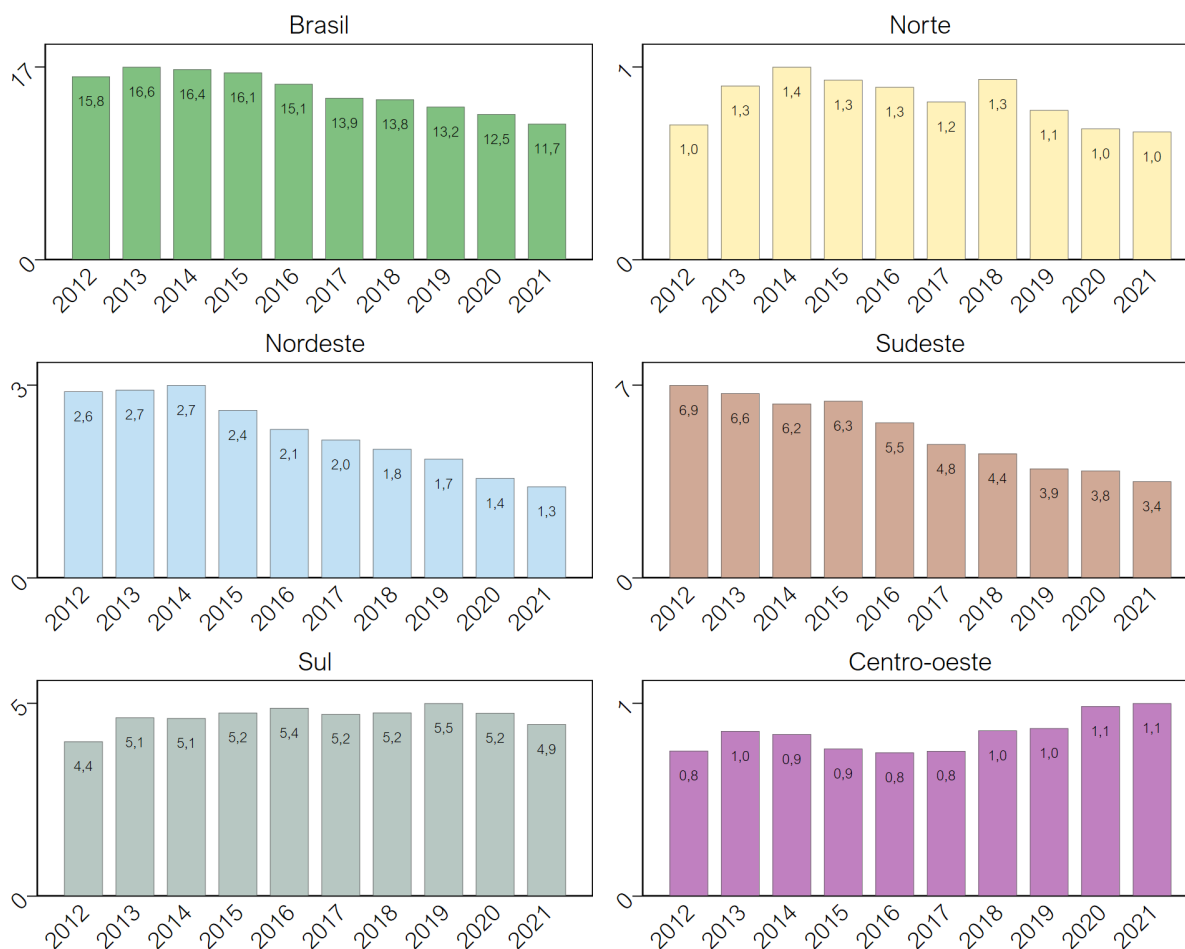
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.19: População, Estabelecimentos, Percentual de Estabelecimentos Privados – EJA (2012 e 2021) por UFs

	2012			2021			Variação %	
	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos	População
Brasil	1.973	5,19	193.946,89	1.770	6,05	213.317,64	-10,29	0,10
<i>Região Norte</i>	<i>135</i>	<i>2,45</i>	<i>16.318,16</i>	<i>140</i>	<i>3,47</i>	<i>18.906,96</i>	<i>3,70</i>	<i>0,16</i>
Roraima	4	1,03	758,79	9	3,60	906,88	125,00	0,20
Amazonas	8	0,58	3.590,99	17	1,51	4.270,00	112,50	0,19
Pará	56	1,99	7.792,56	77	3,83	8.777,12	37,50	0,13
Amapá	10	4,74	698,60	9	5,26	877,61	-10,00	0,26
Tocantins	19	6,23	1.417,69	8	3,49	1.607,36	-57,89	0,13
<i>Região Nordeste</i>	<i>300</i>	<i>1,57</i>	<i>53.907,14</i>	<i>220</i>	<i>1,45</i>	<i>57.667,84</i>	<i>-26,67</i>	<i>0,07</i>
Maranhão	57	1,56	6.714,31	56	1,65	7.153,26	-1,75	0,07
Piauí	24	1,69	3.160,75	20	1,66	3.289,29	-16,67	0,04
Ceará	71	2,94	8.606,01	45	3,13	9.240,58	-36,62	0,07
Rio Grande do Norte	24	2,79	3.228,20	14	2,28	3.560,90	-41,67	0,10
Paraíba	15	0,79	3.815,17	15	1,07	4.059,91	0,00	0,06
Pernambuco	40	1,63	8.931,03	23	1,40	9.674,79	-42,50	0,08
Alagoas	22	1,70	3.165,47	6	0,51	3.365,35	-72,73	0,06
Sergipe	23	5,29	2.110,87	9	1,92	2.338,47	-60,87	0,11
Bahia	24	0,51	14.175,34	32	0,83	14.985,28	33,33	0,06
<i>Região Sudeste</i>	<i>779</i>	<i>9,01</i>	<i>81.565,98</i>	<i>507</i>	<i>8,31</i>	<i>89.632,91</i>	<i>-34,92</i>	<i>0,10</i>
Minas Gerais	361	11,50	19.855,33	310	13,16	21.411,92	-14,13	0,08
Espírito Santo	7	1,60	3.578,07	3	0,89	4.108,51	-57,14	0,15
Rio de Janeiro	258	15,15	16.231,37	144	11,24	17.463,35	-44,19	0,08
São Paulo	153	4,55	41.901,22	50	2,35	46.649,13	-67,32	0,11
<i>Região Sul</i>	<i>640</i>	<i>20,87</i>	<i>27.731,64</i>	<i>707</i>	<i>27,19</i>	<i>30.402,59</i>	<i>10,47</i>	<i>0,10</i>
Paraná	378	27,69	10.577,76	413	36,58	11.597,48	9,26	0,10
Santa Catarina	67	14,35	6.383,29	79	17,25	7.338,47	17,91	0,15
Rio Grande do Sul	195	15,80	10.770,60	215	21,22	11.466,63	10,26	0,06
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>119</i>	<i>7,04</i>	<i>14.423,95</i>	<i>196</i>	<i>14,76</i>	<i>16.707,34</i>	<i>64,71</i>	<i>0,16</i>
Mato Grosso do Sul	25	9,40	2.505,09	46	19,83	2.839,19	84,00	0,13
Mato Grosso	53	8,75	3.115,34	75	17,28	3.567,23	41,51	0,15
Goiás	27	3,95	6.155,00	53	10,11	7.206,59	96,30	0,17
Distrito Federal	14	10,37	2.648,53	22	15,94	3.094,33	57,14	0,17

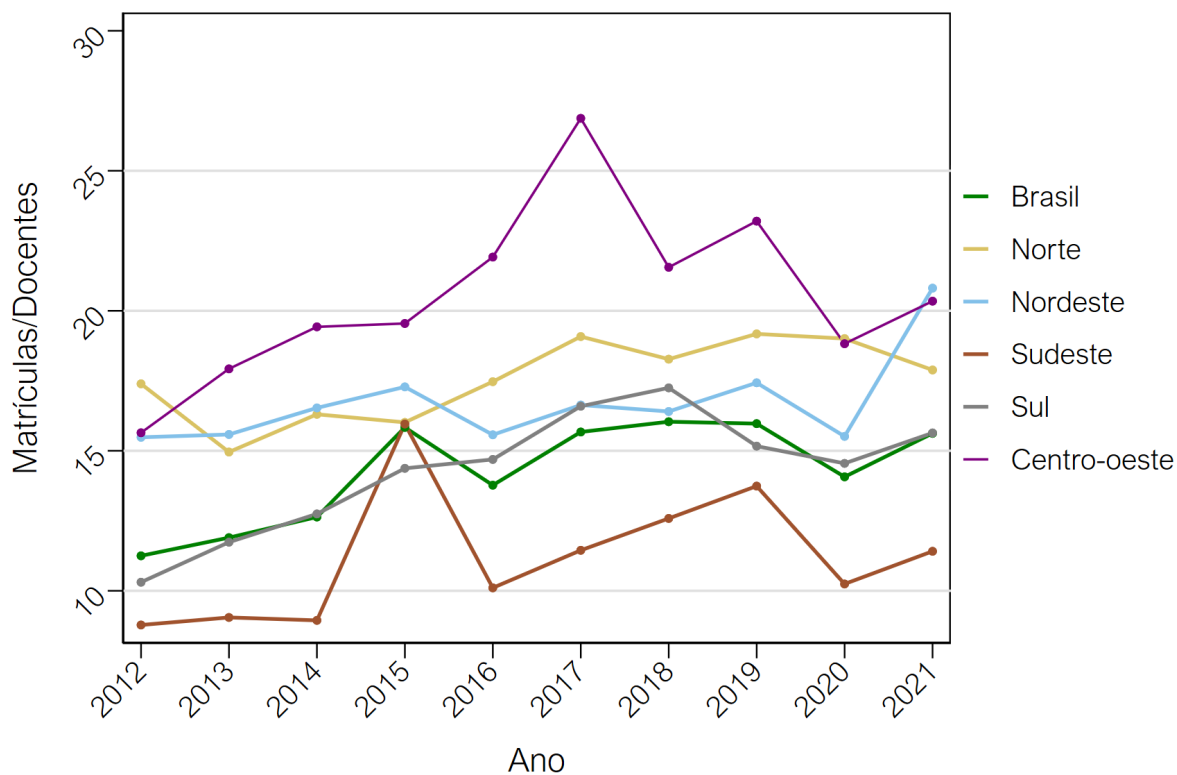
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.55: Total de docentes da EJA privada (em milhares)



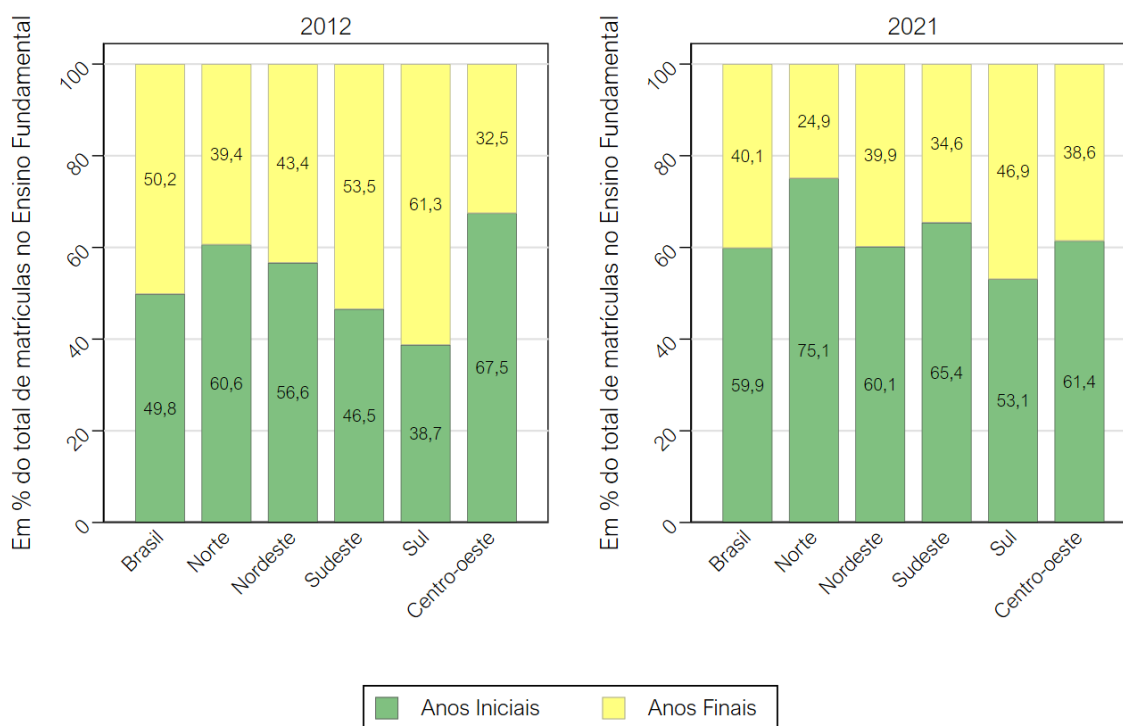
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.56: Razão matrículas por docentes na EJA privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.57: Percentual de matrículas no EJA em nível Fundamental e no EJA em nível Médio privados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

5.6 Educação Especial

Nesta seção, são apresentados os dados da Educação Especial, tanto para os alunos de inclusão em classes comuns quanto para estudantes com deficiência em classes exclusivas. Abaixo seguem os pontos de destaque para a Educação Especial, na sequência são apresentados os dados em tabelas e gráficos separando classes comuns e classes exclusivas:

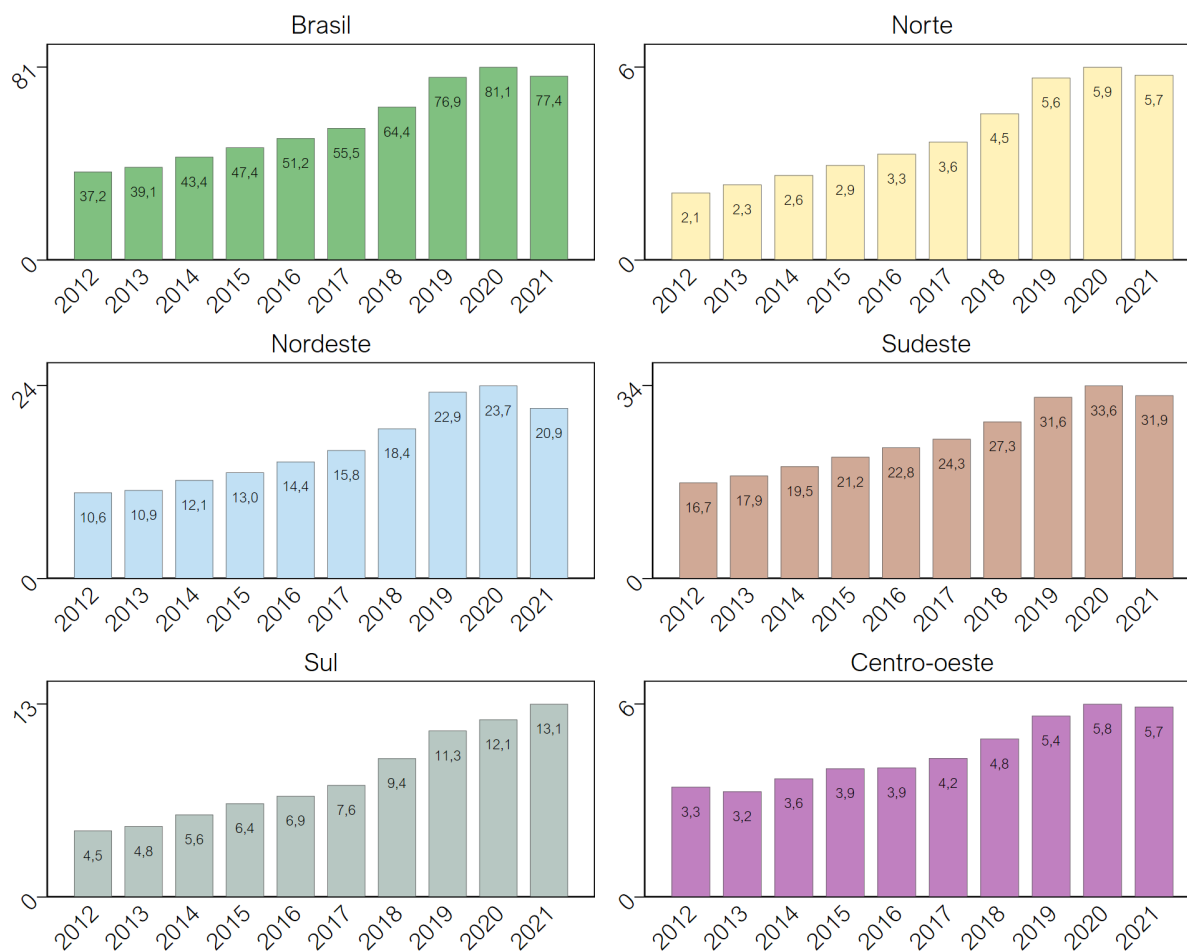
- O número de estudantes de inclusão matriculados em classes comuns aumentou mais de 100% de 2012 a 2021, passando de 37,2 mil para 77,4 mil. Nos dez anos analisados, apenas no ano de 2021 verificou-se uma diminuição no número em relação a ano anterior, provavelmente devido à pandemia da Covid-19.
- Em contrapartida ao aumento no número de estudantes de inclusão em classes comuns, o número de estudantes com deficiência matriculados em classes exclusivas vem caindo. No Brasil, em 2012, eram aproximadamente

141 mil estudantes nesta situação, passando para em torno de 117 mil em 2020. Norte, Nordeste e Sudeste seguem a mesma tendência do Brasil. Já as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam, respectivamente, estabilidade e leve aumento na evolução do número de matrículas de estudantes com deficiência em classes exclusivas.

- Dos estudantes com deficiência matriculados em classes comuns, um percentual relativamente pequeno se encontra na rede privada. Como vimos no início do capítulo, a rede privada representa 17,4% das matrículas da Educação Privada, mas não chega a 7% das matrículas dos estudantes de inclusão.
- Novamente, em oposição ao comportamento do setor privado nas classes comuns, o setor privado nas classes exclusivas representa mais de 70% das matrículas. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste ficam um pouco acima desta média, enquanto as regiões Norte e Nordeste ficam bastante abaixo desta média.
- O comportamento do número de estabelecimentos que ofertam Educação Especial em classes exclusivas e do número de docentes trabalhando em classes exclusivas é similar ao das matrículas, descrito acima.
- Em relação aos estabelecimentos, o que chama a atenção é o fato de mais de 90% são filantrópicos. Quando olhamos para a Educação Básica como um todo, como visto no início do capítulo, este percentual não chegava a 20%.
- Dividindo o número de matrículas nas classes exclusivas pelo número de docentes que trabalham em classes exclusivas, encontramos valores bastante elevados para as regiões Norte e Nordeste. Conclui-se que o mesmo docente deve trabalhar em diversas turmas, e que se tenha poucos profissionais qualificados nestas regiões para trabalhar com estudantes com deficiências graves.
- Por fim, olhando apenas para os estudantes da Educação Especial, temos proporcionalmente mais estudantes matriculados nas classes comuns nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

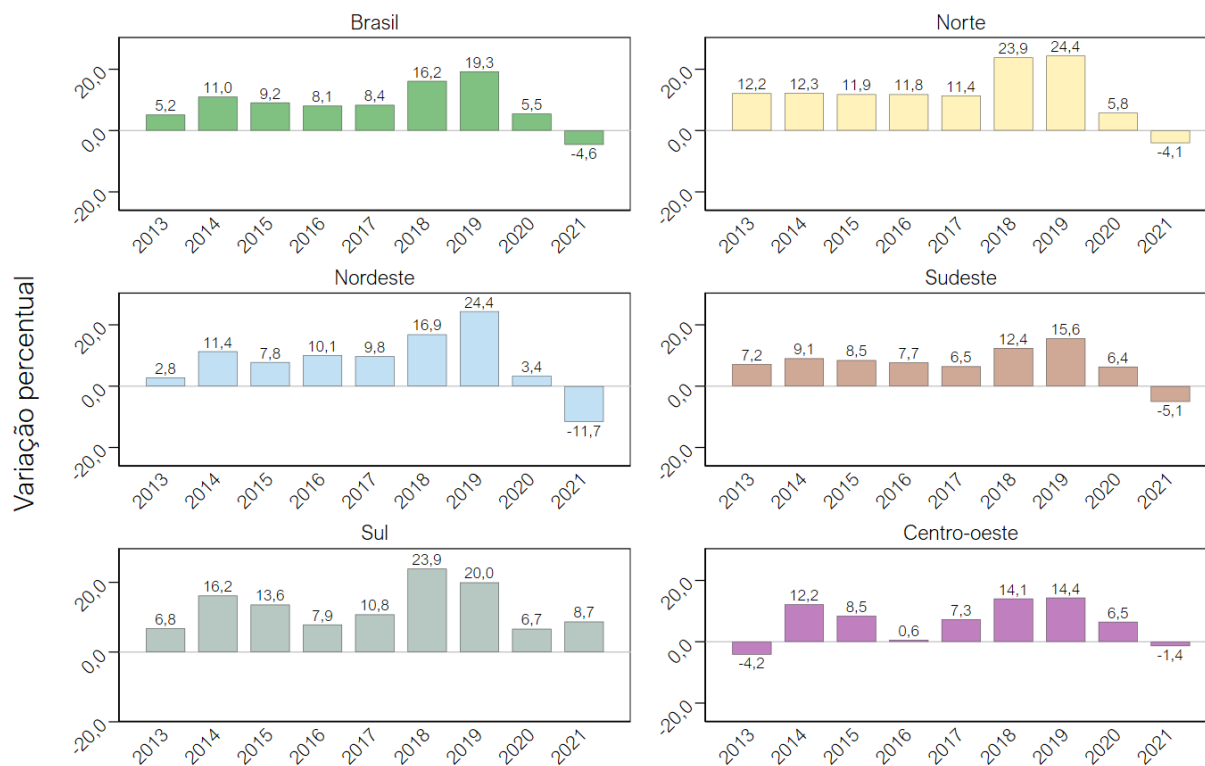
5.6.1 Classes Comuns

Figura 5.58: Matrículas na Educação Especial privada - classes comuns (em milhares)



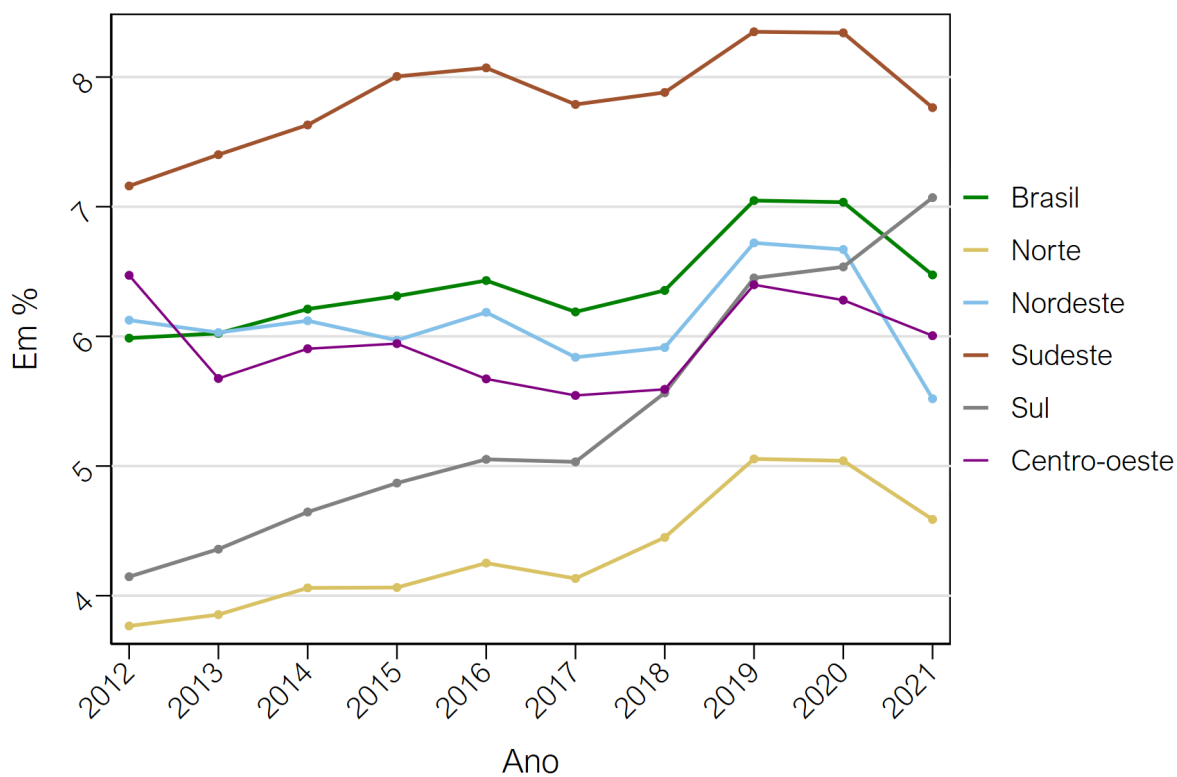
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.59: Taxa de variação das matrículas na Educação Especial privada - classes comuns



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

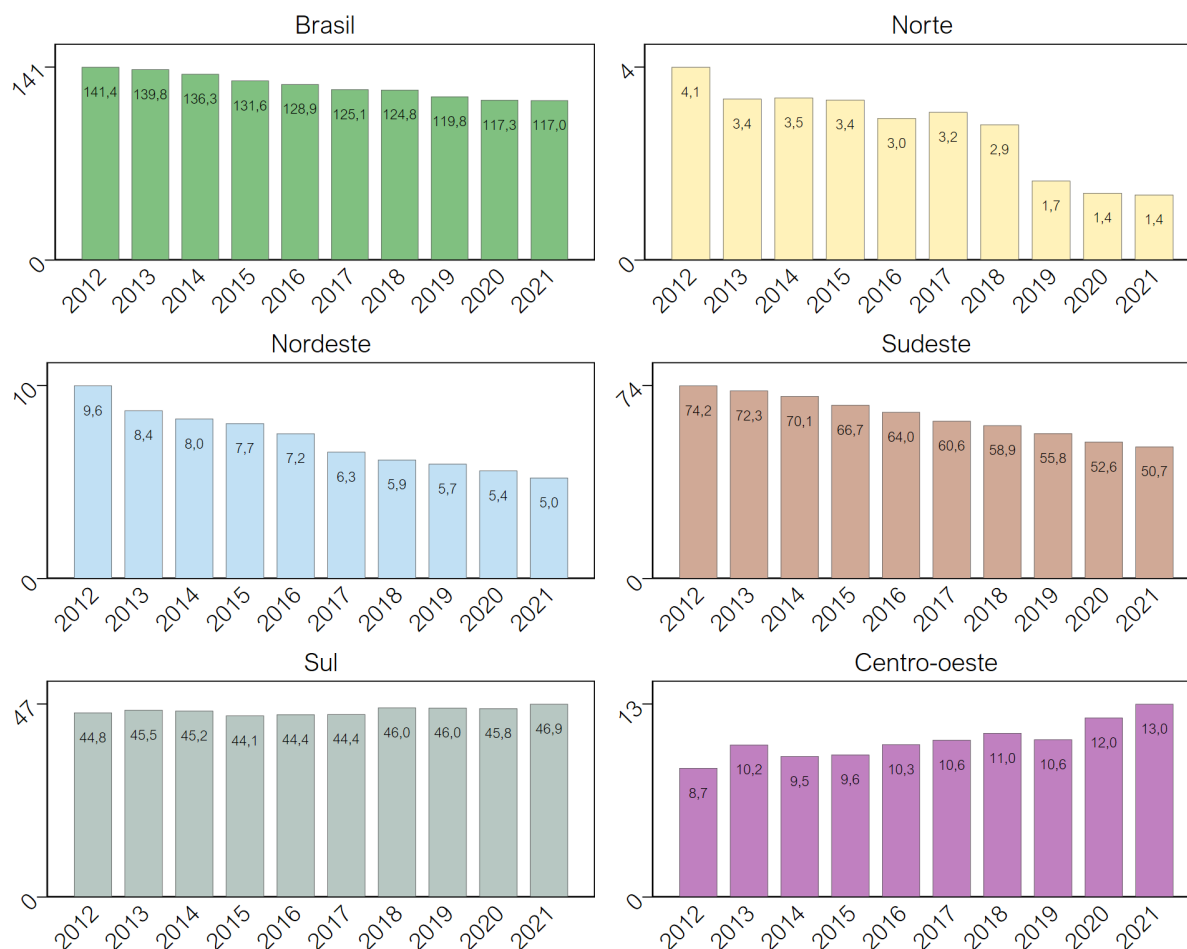
Figura 5.60: Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas como percentual do total de matrículas na Educação Especial - classes comuns



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

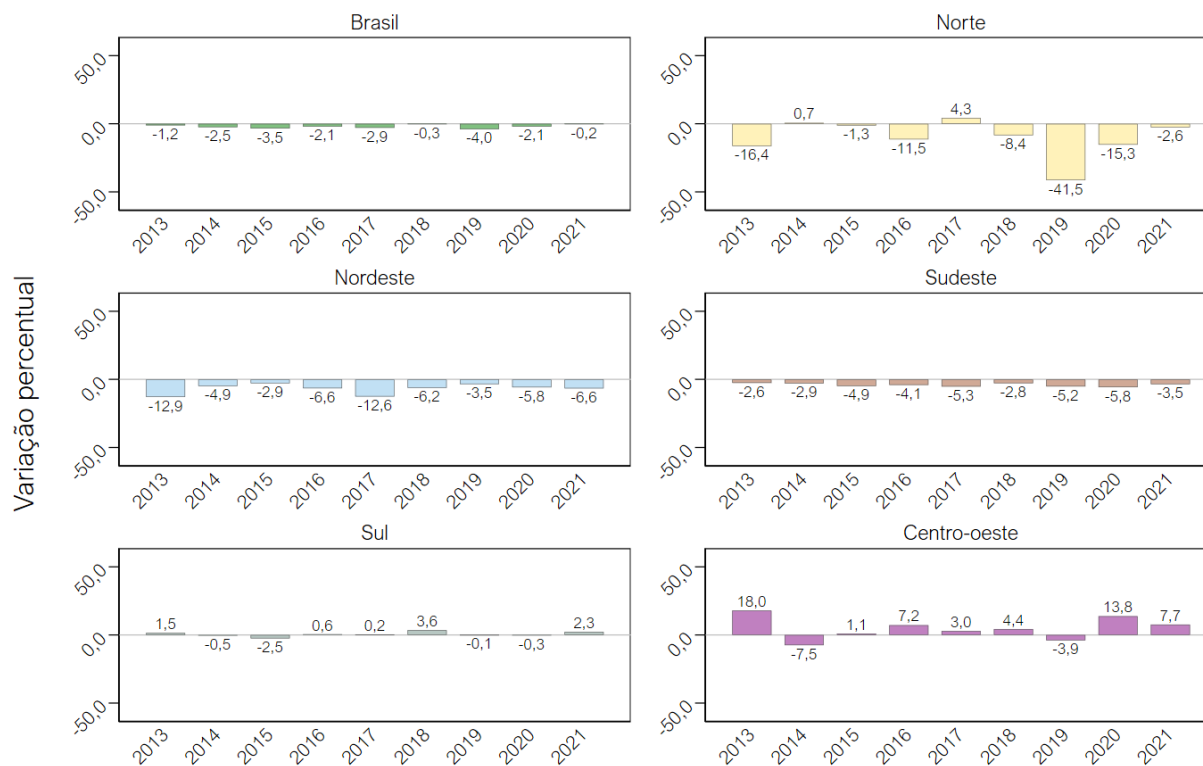
5.6.2 Classes Exklusivas

Figura 5.61: Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas (em milhares)



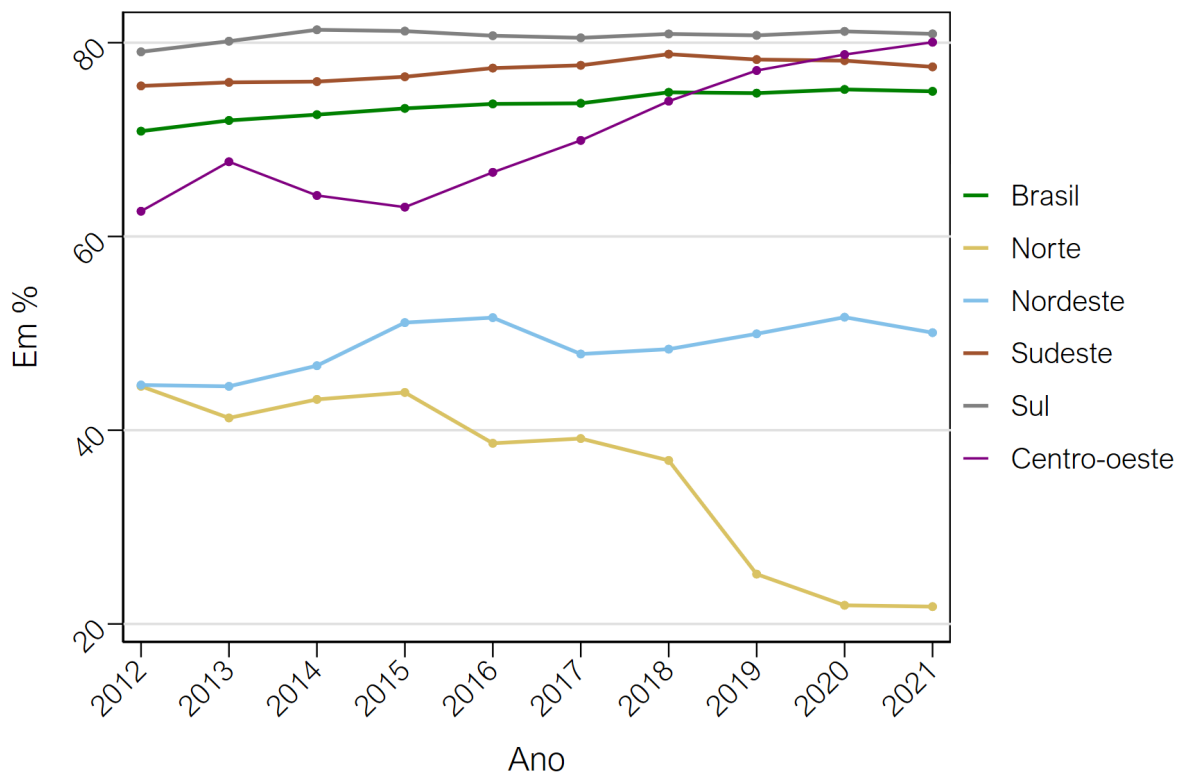
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.62: Taxa de variação das matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.63: Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas como percentual do total de matrículas na Educação Especial - classes exclusivas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.20: População, Matrículas, Percentual de Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas(2012 e 2021) por UFs

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Estabelecimentos	População
Brasil	37,15	5,99	193.946,89	77,35	6,47	213.317,64	108,20	9,99
<i>Região Norte</i>	2,07	3,77	16.318,16	5,68	4,59	18.906,96	174,71	15,86
Roraima	0,23	3,65	1.590,01	0,67	5,36	1.815,28	185,84	14,17
Acre	0,05	1,06	758,79	0,37	2,87	906,88	575,93	19,52
Amazonas	0,40	5,57	3.590,99	1,11	5,69	4.270,00	181,01	18,91
Roraima	0,09	5,26	469,52	0,23	6,21	652,71	156,82	39,02
Pará	0,97	4,10	7.792,56	2,55	4,55	8.777,12	162,08	12,63
Amapá	0,13	4,08	698,60	0,41	6,24	877,61	225,98	25,62
Tocantins	0,20	2,54	1.417,69	0,35	2,71	1.607,36	76,77	13,38
<i>Região Nordeste</i>	10,56	6,13	53.907,14	20,94	5,52	57.667,84	98,29	6,98
Maranhão	0,87	4,04	6.714,31	2,71	6,00	7.153,26	210,68	6,54
Piauí	0,42	3,89	3.160,75	1,40	5,88	3.289,29	231,35	4,07
Ceará	1,81	6,47	8.606,01	3,25	4,83	9.240,58	79,18	7,37
Rio Grande do Norte	1,12	9,15	3.228,20	2,09	9,37	3.560,90	85,84	10,31
Paraíba	0,84	5,88	3.815,17	1,62	5,94	4.059,91	92,64	6,41
Pernambuco	1,88	8,71	8.931,03	3,44	7,07	9.674,79	83,19	8,33
Alagoas	0,70	5,56	3.165,47	1,16	4,56	3.365,35	66,76	6,31
Sergipe	0,39	8,02	2.110,87	1,02	8,84	2.338,47	161,64	10,78
Bahia	2,53	5,44	14.175,34	4,26	3,94	14.985,28	68,59	5,71
<i>Região Sudeste</i>	16,69	7,16	81.565,98	31,88	7,76	89.632,91	90,95	9,89
Minas Gerais	3,83	6,59	19.855,33	5,56	4,62	21.411,92	45,14	7,84
Espírito Santo	0,65	4,37	3.578,07	1,23	3,71	4.108,51	88,04	14,82
Rio de Janeiro	4,00	11,44	16.231,37	8,49	11,55	17.463,35	112,35	7,59
São Paulo	8,21	6,56	41.901,22	16,60	9,04	46.649,13	102,11	11,33
<i>Região Sul</i>	4,52	4,15	27.731,64	13,13	7,07	30.402,59	190,70	9,63
Paraná	1,47	3,70	10.577,76	4,28	7,29	11.597,48	191,81	9,64
Santa Catarina	0,90	4,48	6.383,29	3,18	7,09	7.338,47	255,20	14,96
Rio Grande do Sul	2,16	4,38	10.770,60	5,68	6,90	11.466,63	163,21	6,46
<i>Região Centro-Oeste</i>	3,31	6,47	14.423,95	5,72	6,00	16.707,34	72,65	15,83
Mato Grosso do Sul	0,33	3,13	2.505,09	0,74	4,60	2.839,19	127,61	13,34
Mato Grosso	0,41	5,39	3.115,34	0,86	4,10	3.567,23	108,50	14,51
Goiás	1,45	6,56	6.155,00	1,86	4,41	7.206,59	27,58	17,09
Distrito Federal	1,12	10,21	2.648,53	2,26	14,05	3.094,33	101,96	16,83

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.21: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – classes exclusivas(2012 e 2021) por UFs

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Estabelecimentos	População
Brasil	27,13	9,22	106.773,37	61,80	10,17	122.918,23	127,76	15,12
<i>Região Norte</i>	<i>1,60</i>	<i>6,85</i>	<i>7.661,43</i>	<i>4,80</i>	<i>7,66</i>	<i>9.837,23</i>	<i>200,50</i>	<i>28,40</i>
Roraima	0,12	6,43	560,79	0,46	7,85	895,64	296,52	59,71
Acre	0,05	2,39	348,35	0,31	5,35	419,45	553,19	20,41
Amazonas	0,37	11,21	1.861,84	1,04	9,02	2.476,39	180,11	33,01
Roraima	0,09	7,21	296,96	0,22	8,49	436,59	154,55	47,02
Pará	0,75	6,88	3.675,33	2,15	7,68	4.462,40	185,28	21,41
Amapá	0,11	5,05	519,96	0,40	7,84	647,17	256,25	24,46
Tocantins	0,11	5,89	398,19	0,22	5,80	499,59	102,73	25,47
<i>Região Nordeste</i>	<i>6,42</i>	<i>11,83</i>	<i>21.722,40</i>	<i>14,53</i>	<i>10,59</i>	<i>24.141,80</i>	<i>126,35</i>	<i>11,14</i>
Maranhão	0,42	7,88	2.211,93	1,95	14,27	2.361,24	363,57	6,75
Piauí	0,27	9,55	977,96	1,06	13,00	1.024,99	289,67	4,81
Ceará	1,14	12,69	3.859,06	2,24	8,78	4.294,91	96,40	11,29
Rio Grande do Norte	0,69	15,30	1.298,55	1,60	16,74	1.577,91	131,46	21,51
Paraíba	0,45	9,31	1.457,03	1,12	12,52	1.486,49	150,89	2,02
Pernambuco	1,18	11,83	4.331,71	2,36	10,30	4.931,30	99,24	13,84
Alagoas	0,51	13,24	1.171,53	0,84	9,97	1.265,91	64,84	8,06
Sergipe	0,18	13,86	752,90	0,62	15,68	966,36	256,00	28,35
Bahia	1,58	12,47	5.661,72	2,74	7,58	6.232,70	73,45	10,08
<i>Região Sudeste</i>	<i>13,45</i>	<i>9,10</i>	<i>56.325,57</i>	<i>27,71</i>	<i>10,20</i>	<i>63.691,46</i>	<i>105,97</i>	<i>13,08</i>
Minas Gerais	2,33	10,91	8.648,48	3,95	7,65	9.899,55	69,50	14,47
Espirito Santo	0,57	6,59	2.203,63	1,02	4,87	2.685,73	79,30	21,88
Rio de Janeiro	3,48	12,48	14.175,52	8,00	13,07	15.641,00	130,21	10,34
São Paulo	7,08	7,86	31.297,95	14,73	10,69	35.465,18	108,23	13,31
<i>Região Sul</i>	<i>3,11</i>	<i>7,49</i>	<i>13.025,62</i>	<i>10,08</i>	<i>11,82</i>	<i>15.124,99</i>	<i>224,12</i>	<i>16,12</i>
Paraná	1,03	6,93	5.245,32	3,41	12,15	6.250,12	231,42	19,16
Santa Catarina	0,60	7,92	2.735,15	2,34	12,16	3.332,34	287,87	21,83
Rio Grande do Sul	1,48	7,75	5.045,14	4,34	11,40	5.542,54	193,11	9,86
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>2,55</i>	<i>9,35</i>	<i>8.038,36</i>	<i>4,68</i>	<i>9,19</i>	<i>10.122,76</i>	<i>83,24</i>	<i>25,93</i>
Mato Grosso do Sul	0,25	5,57	1.216,26	0,58	8,13	1.381,80	138,37	13,61
Mato Grosso	0,24	10,30	1.140,68	0,50	7,09	1.410,20	110,92	23,63
Goiás	0,95	9,87	3.032,89	1,33	6,48	4.236,43	39,94	39,68
Distrito Federal	1,12	10,21	2.648,53	2,26	14,05	3.094,33	101,96	16,83

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.22: População, Matrículas, Percentual de Matrículas na Educação Especial privada - classes exclusivas(2012 e 2021) por UFs

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	141,43	70,87	193.946,89	117,03	74,98	213.317,64	-17,25	9,99
<i>Região Norte</i>	<i>4,13</i>	<i>44,54</i>	<i>16.318,16</i>	<i>1,40</i>	<i>21,79</i>	<i>18.906,96</i>	<i>-66,13</i>	<i>15,86</i>
Rorônia	1,86	88,22	1.590,01	0,60	88,64	1.815,28	-67,76	14,17
Acre	0,00	0,00	758,79	0,00	0,00	906,88	0,00	19,52
Amazonas	1,23	42,45	3.590,99	0,71	25,41	4.270,00	-41,84	18,91
Roraima	0,00	0,00	469,52	0,00	0,00	652,71	0,00	39,02
Pará	0,43	32,34	7.792,56	0,04	12,87	8.777,12	-89,81	12,63
Amapá	0,50	84,85	698,60	0,00	0,00	877,61	-100,00	25,62
Tocantins	0,10	4,25	1.417,69	0,04	1,60	1.607,36	-60,61	13,38
<i>Região Nordeste</i>	<i>9,63</i>	<i>44,67</i>	<i>53.907,14</i>	<i>5,03</i>	<i>50,07</i>	<i>57.667,84</i>	<i>-47,79</i>	<i>6,98</i>
Maranhão	2,71	61,20	6.714,31	2,06	71,15	7.153,26	-24,21	6,54
Piauí	0,31	77,81	3.160,75	0,23	84,06	3.289,29	-25,64	4,07
Ceará	1,43	39,28	8.606,01	0,19	18,34	9.240,58	-86,96	7,37
Rio Grande do Norte	0,03	100,00	3.228,20	0,00	0,00	3.560,90	-100,00	10,31
Paraíba	0,36	41,77	3.815,17	0,41	68,35	4.059,91	11,85	6,41
Pernambuco	1,34	21,90	8.931,03	0,53	22,27	9.674,79	-60,60	8,33
Alagoas	0,28	46,31	3.165,47	0,02	14,39	3.365,35	-93,26	6,31
Sergipe	0,59	52,84	2.110,87	0,09	24,73	2.338,47	-84,30	10,78
Bahia	2,58	59,20	14.175,34	1,51	63,11	14.985,28	-41,59	5,71
<i>Região Sudeste</i>	<i>74,21</i>	<i>75,54</i>	<i>81.565,98</i>	<i>50,73</i>	<i>77,51</i>	<i>89.632,91</i>	<i>-31,64</i>	<i>9,89</i>
Minas Gerais	30,36	84,13	19.855,33	18,29	86,02	21.411,92	-39,77	7,84
Espírito Santo	0,00	0,00	3.578,07	0,00	0,00	4.108,51	0,00	14,82
Rio de Janeiro	3,74	27,20	16.231,37	2,30	22,54	17.463,35	-38,33	7,59
São Paulo	40,11	82,84	41.901,22	30,14	88,72	46.649,13	-24,86	11,33
<i>Região Sul</i>	<i>44,80</i>	<i>79,06</i>	<i>27.731,64</i>	<i>46,90</i>	<i>80,91</i>	<i>30.402,59</i>	<i>4,70</i>	<i>9,63</i>
Paraná	32,46	81,82	10.577,76	35,86	81,55	11.597,48	10,49	9,64
Santa Catarina	1,19	91,74	6.383,29	0,03	66,00	7.338,47	-97,22	14,96
Rio Grande do Sul	11,15	71,03	10.770,60	11,01	78,95	11.466,63	-1,29	6,46
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>8,67</i>	<i>62,60</i>	<i>14.423,95</i>	<i>12,97</i>	<i>80,05</i>	<i>16.707,34</i>	<i>49,61</i>	<i>15,83</i>
Mato Grosso do Sul	4,38	96,54	2.505,09	5,35	99,39	2.839,19	22,03	13,34
Mato Grosso	3,04	80,92	3.115,34	4,15	87,09	3.567,23	36,45	14,51
Goiás	0,76	53,41	6.155,00	3,23	69,26	7.206,59	324,87	17,09
Distrito Federal	0,49	11,84	2.648,53	0,25	17,71	3.094,33	-49,28	16,83

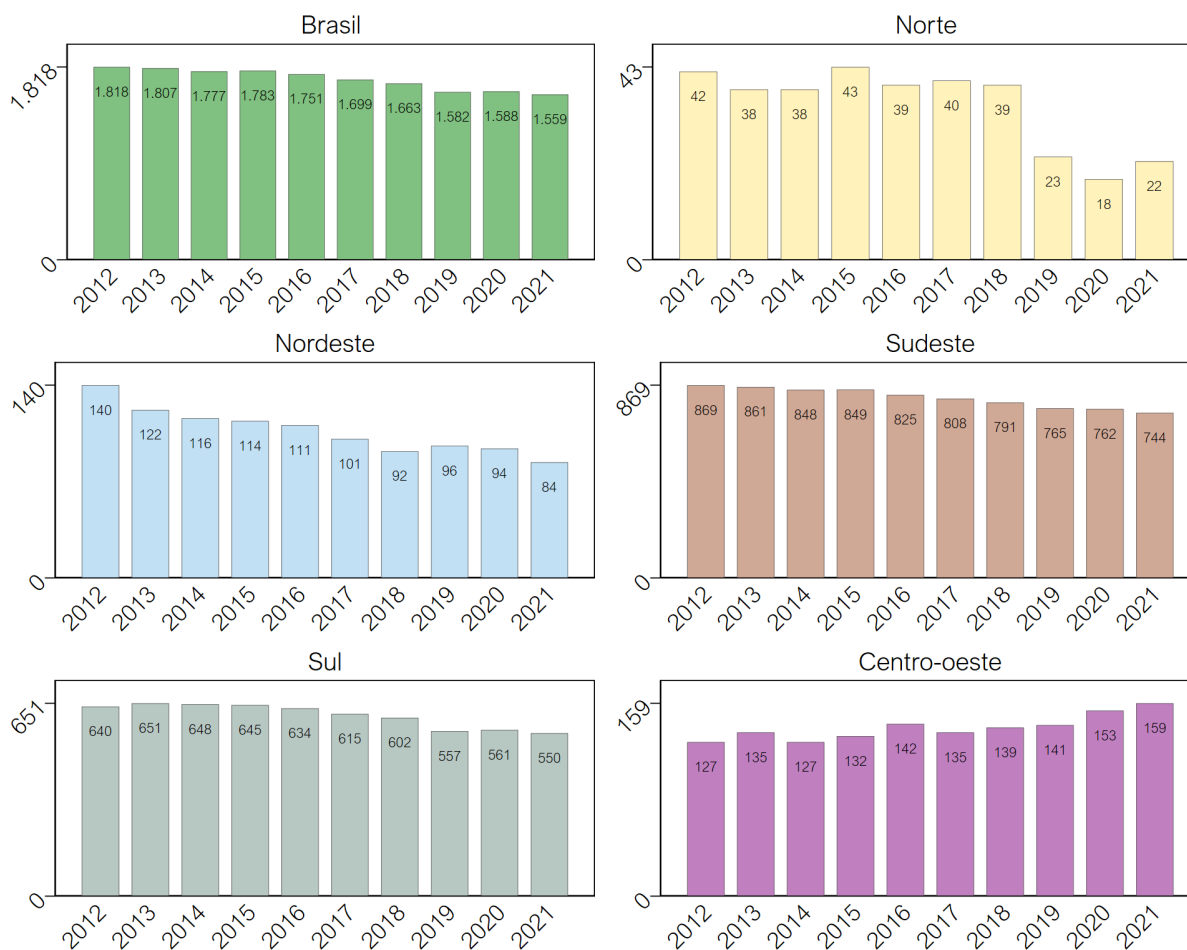
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.23: População, Matrículas e Percentual de Matrículas na Rede Privada, em municípios com mais de 100 mil habitantes – classes exclusivas(2012 e 2021) por UFs

	2012			2021			Variação %	
	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas (em milhares)	% de matrículas na rede privada	População (em milhares)	Matrículas	População
Brasil	51,75	57,39	88.172,66	44,11	62,91	91.939,40	-14,76	4,27
<i>Região Norte</i>	<i>1,70</i>	<i>43,71</i>	<i>4.601,27</i>	<i>0,48</i>	<i>15,98</i>	<i>4.662,79</i>	<i>-71,93</i>	<i>1,34</i>
Rondônia	0,35	61,34	560,79	0,12	60,31	679,98	-66,48	21,25
Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amazonas	0,49	29,72	1.965,67	0,32	15,78	2.476,39	-34,77	25,98
Roraima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pará	0,36	46,49	1.554,85	0,04	16,36	1.506,42	-87,91	-3,11
Amapá	0,50	90,48	519,96	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00
Tocantins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Região Nordeste</i>	<i>4,52</i>	<i>41,70</i>	<i>16.174,54</i>	<i>2,14</i>	<i>45,69</i>	<i>13.329,05</i>	<i>-52,59</i>	<i>-17,59</i>
Maranhão	0,79	40,70	1.673,23	0,70	50,47	1.760,95	-11,49	5,24
Piauí	0,02	94,74	830,23	0,01	100,00	871,13	-33,33	4,93
Ceará	0,63	33,11	3.403,65	0,19	24,25	2.703,39	-70,66	-20,57
Rio Grande do Norte	0,03	100,00	817,59	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00
Paraíba	0,03	6,75	742,48	0,18	60,76	522,60	525,00	-29,61
Pernambuco	1,21	36,07	3.524,78	0,30	31,74	2.020,39	-75,27	-42,68
Alagoas	0,23	50,55	953,39	0,02	46,34	1.031,60	-91,74	8,20
Sergipe	0,35	48,94	587,70	0,06	22,03	672,61	-81,79	14,45
Bahia	1,24	61,66	3.641,48	0,69	71,25	3.746,38	-44,44	2,88
<i>Região Sudeste</i>	<i>29,48</i>	<i>61,33</i>	<i>49.669,33</i>	<i>23,04</i>	<i>65,55</i>	<i>53.278,73</i>	<i>-21,86</i>	<i>7,27</i>
Minas Gerais	6,83	66,08	8.437,63	4,13	69,36	8.138,19	-39,57	-3,55
Espírito Santo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rio de Janeiro	2,09	18,55	11.671,13	1,55	17,43	12.815,84	-25,82	9,81
São Paulo	20,56	77,69	29.560,57	17,36	85,53	32.324,69	-15,56	9,35
<i>Região Sul</i>	<i>12,84</i>	<i>66,97</i>	<i>11.466,91</i>	<i>13,21</i>	<i>67,95</i>	<i>11.564,75</i>	<i>2,87</i>	<i>0,85</i>
Paraná	9,52	73,84	5.245,32	10,65	71,57	6.128,70	11,88	16,84
Santa Catarina	0,51	87,97	1.555,48	0,02	60,00	523,58	-95,31	-66,34
Rio Grande do Sul	2,81	49,32	4.666,11	2,54	56,12	4.912,48	-9,77	5,28
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>3,20</i>	<i>39,09</i>	<i>6.260,61</i>	<i>5,24</i>	<i>66,81</i>	<i>9.104,10</i>	<i>63,78</i>	<i>45,42</i>
Mato Grosso do Sul	1,51	93,39	1.216,26	1,63	99,15	1.381,80	7,61	13,61
Mato Grosso	0,85	57,56	882,47	1,07	67,15	1.410,20	25,79	59,80
Goiás	0,34	36,22	1.513,35	2,29	71,54	3.217,77	567,06	112,63
Distrito Federal	0,49	11,84	2.648,53	0,25	17,71	3.094,33	-49,28	16,83

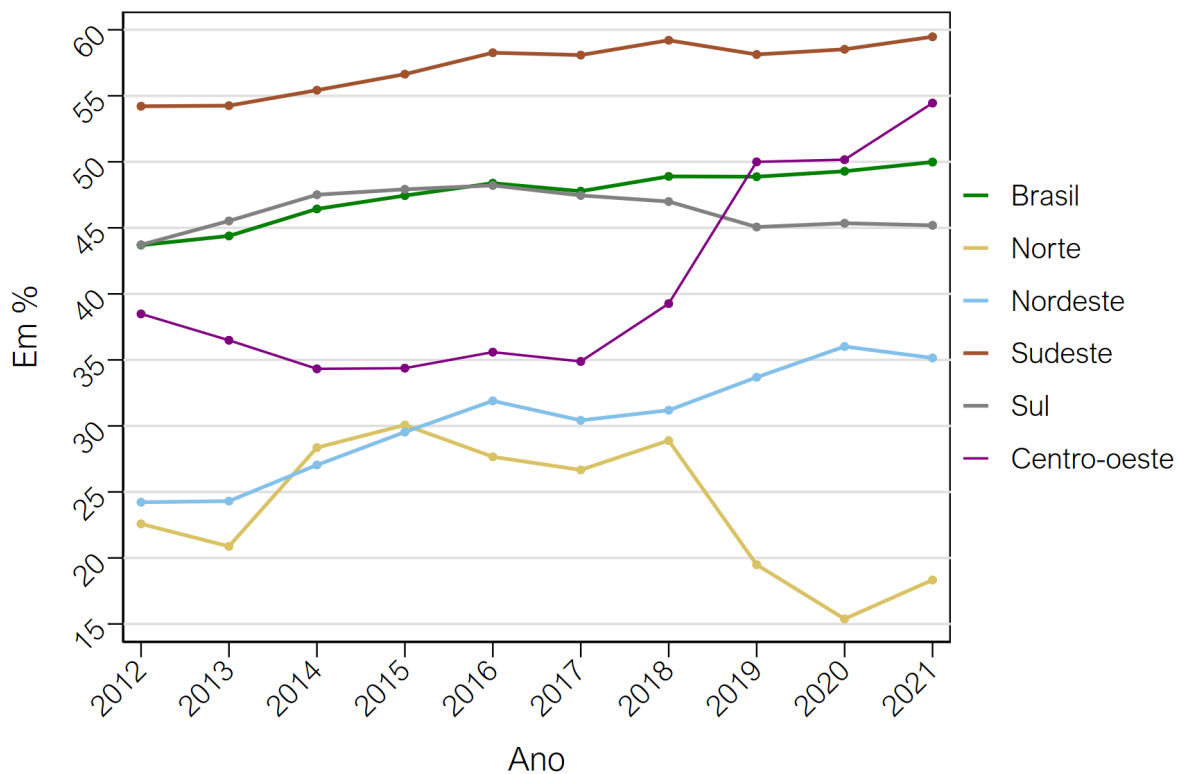
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.64: Estabelecimentos privados que ofertam Educação Especial - classes exclusivas



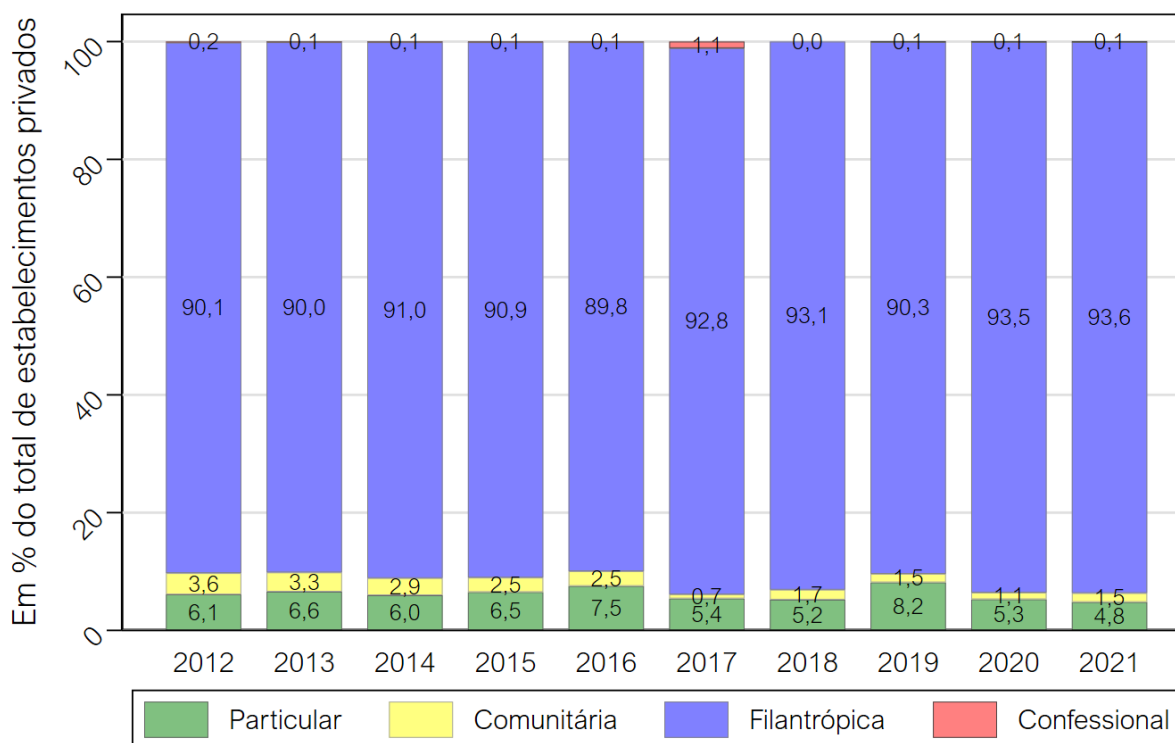
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.65: Estabelecimentos privados que ofertam Educação Especial - classes exclusivas como percentual do total de estabelecimentos que ofertam Educação Especial - classes exclusivas



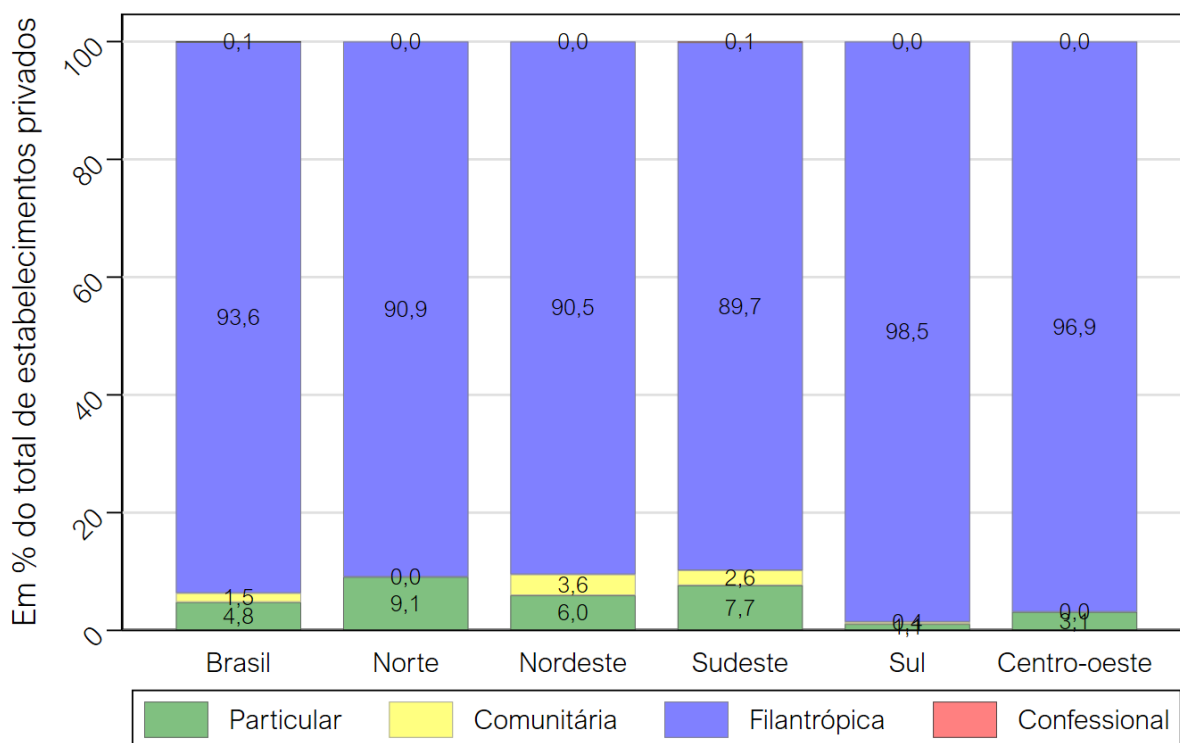
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do IINEP.

Figura 5.66: Tipo de estabelecimentos de Educação Especial privada - classes exclusivas como proporção do total de estabelecimentos de Educação Especial privada - classes exclusivas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.67: Tipo de estabelecimentos de Educação Especial privada como proporção do total de estabelecimentos de Educação Especial privada - classes exclusivas – por região



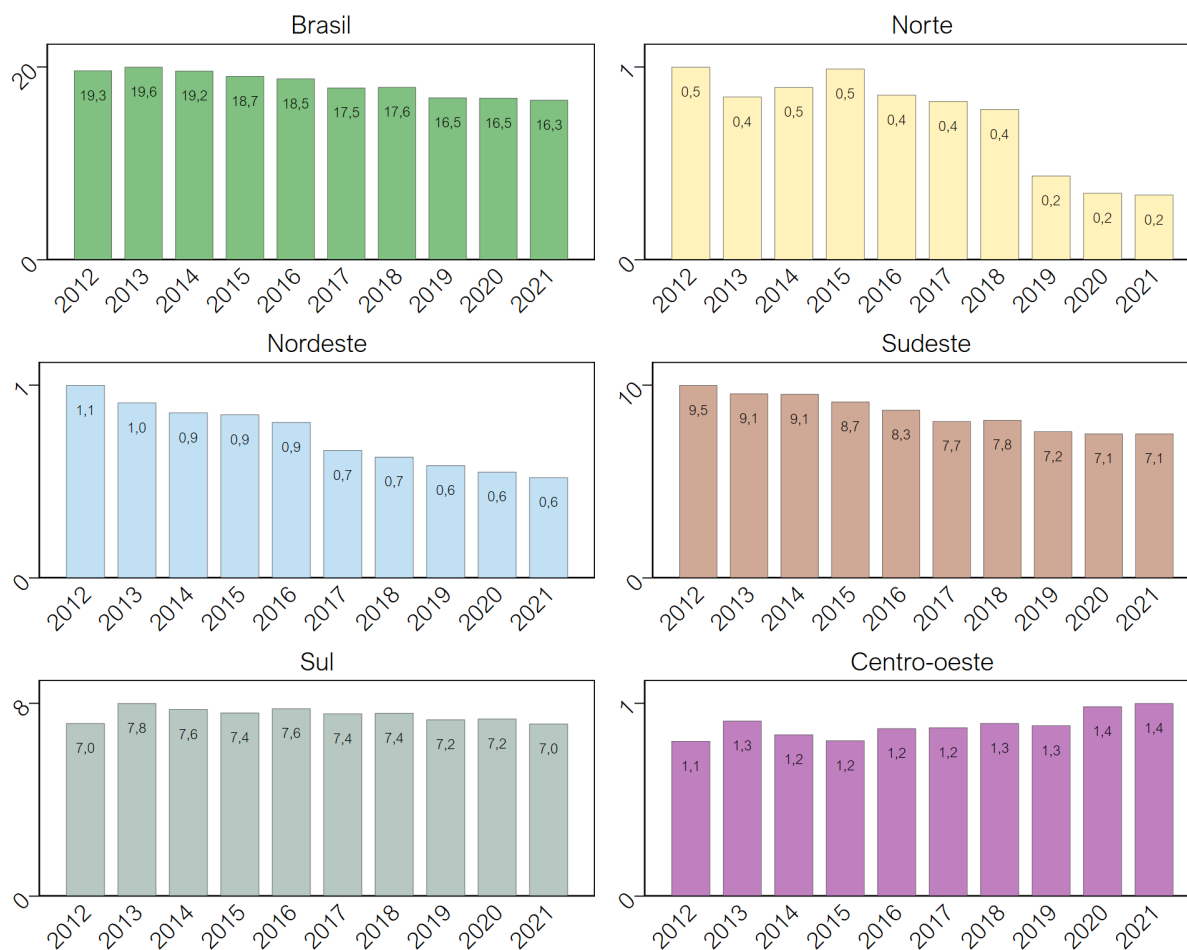
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 5.24: População, Estabelecimentos, Percentual de Estabelecimentos Privados – EJA (2012 e 2021) por UFs

	2012			2021			Variação %	
	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos de ensino	% de estabelecimentos privados	População (em milhares)	Estabelecimentos	População
Brasil	1.818	43,69	193.946,89	1.559	49,98	213.317,64	-14,25	9,99
<i>Região Norte</i>	42	22,58	16.318,16	22	18,33	18.906,96	-47,62	15,86
Rondônia	23	76,67	1.590,01	10	90,91	1.815,28	-56,52	14,17
Acre	0	0,00	758,79	0	0,00	906,88	0,00	19,52
Amazonas	11	23,91	3.590,99	10	14,93	4.270,00	-9,09	18,91
Roraima	0	0,00	469,52	0	0,00	652,71	0,00	39,02
Pará	3	4,55	7.792,56	1	14,29	8.777,12	-66,67	12,63
Amapá	2	18,18	698,60	0	0,00	877,61	-100,00	25,62
Tocantins	3	9,09	1.417,69	1	3,03	1.607,36	-66,67	13,38
<i>Região Nordeste</i>	140	24,22	53.907,14	84	35,15	57.667,84	-40,00	6,98
Maranhão	31	30,39	6.714,31	30	69,77	7.153,26	-3,23	6,54
Piauí	8	61,54	3.160,75	10	76,92	3.289,29	25,00	4,07
Ceará	25	27,47	8.606,01	3	13,04	9.240,58	-88,00	7,37
Rio Grande do Norte	1	100,00	3.228,20	0	0,00	3.560,90	-100,00	10,31
Paraíba	6	37,50	3.815,17	8	57,14	4.059,91	33,33	6,41
Pernambuco	22	9,61	8.931,03	5	6,10	9.674,79	-77,27	8,33
Alagoas	6	31,58	3.165,47	1	14,29	3.365,35	-83,33	6,31
Sergipe	10	29,41	2.110,87	2	22,22	2.338,47	-80,00	10,78
Bahia	31	42,47	14.175,34	25	53,19	14.985,28	-19,35	5,71
<i>Região Sudeste</i>	869	54,21	81.565,98	744	59,47	89.632,91	-14,38	9,89
Minas Gerais	407	86,60	19.855,33	338	86,89	21.411,92	-16,95	7,84
Espírito Santo	0	0,00	3.578,07	0	0,00	4.108,51	0,00	14,82
Rio de Janeiro	68	13,91	16.231,37	46	11,30	17.463,35	-32,35	7,59
São Paulo	394	61,18	41.901,22	360	79,12	46.649,13	-8,63	11,33
<i>Região Sul</i>	640	43,72	27.731,64	550	45,19	30.402,59	-14,06	9,63
Paraná	387	38,43	10.577,76	388	39,15	11.597,48	0,26	9,64
Santa Catarina	75	80,65	6.383,29	5	62,50	7.338,47	-93,33	14,96
Rio Grande do Sul	178	48,90	10.770,60	157	72,02	11.466,63	-11,80	6,46
<i>Região Centro-Oeste</i>	127	38,48	14.423,95	159	54,45	16.707,34	25,20	15,83
Mato Grosso do Sul	62	87,32	2.505,09	65	94,20	2.839,19	4,84	13,34
Mato Grosso	53	88,33	3.115,34	60	89,55	3.567,23	13,21	14,51
Goiás	10	27,03	6.155,00	32	42,11	7.206,59	220,00	17,09
Distrito Federal	2	1,23	2.648,53	2	2,50	3.094,33	0,00	16,83

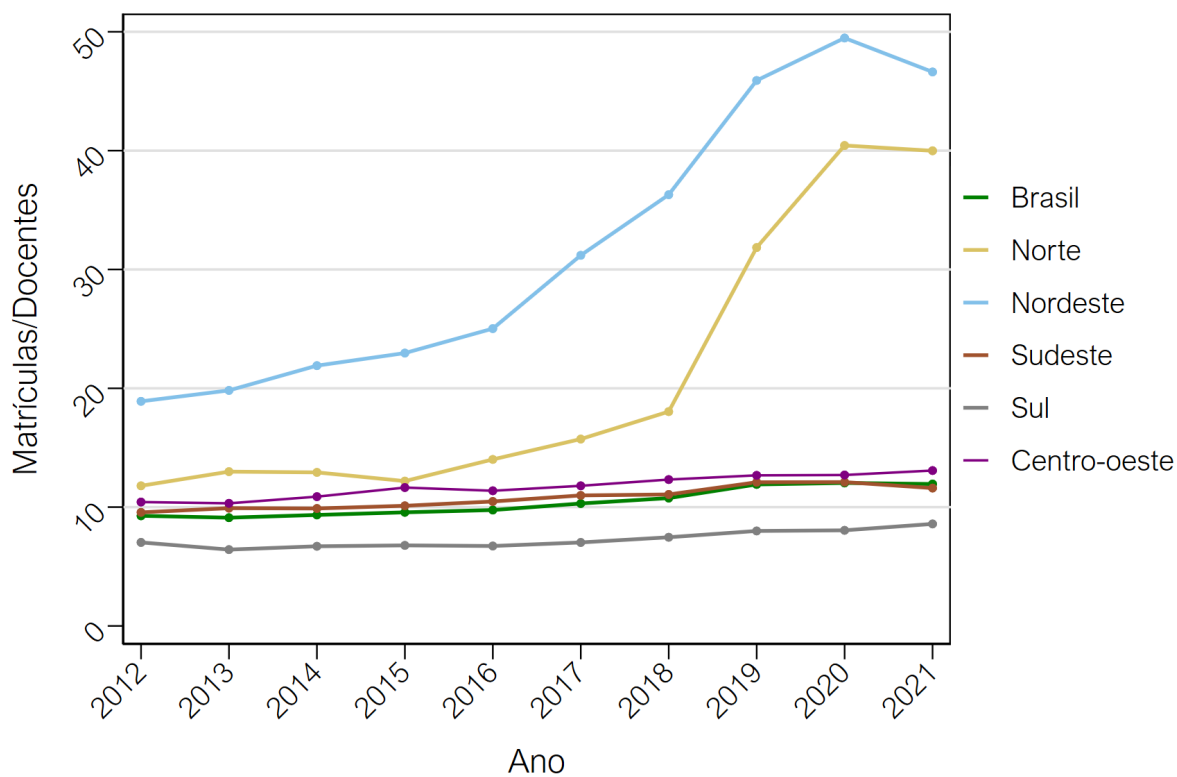
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Figura 5.68: Total de docentes da Educação Especial privada - classes exclusivas (em milhares)



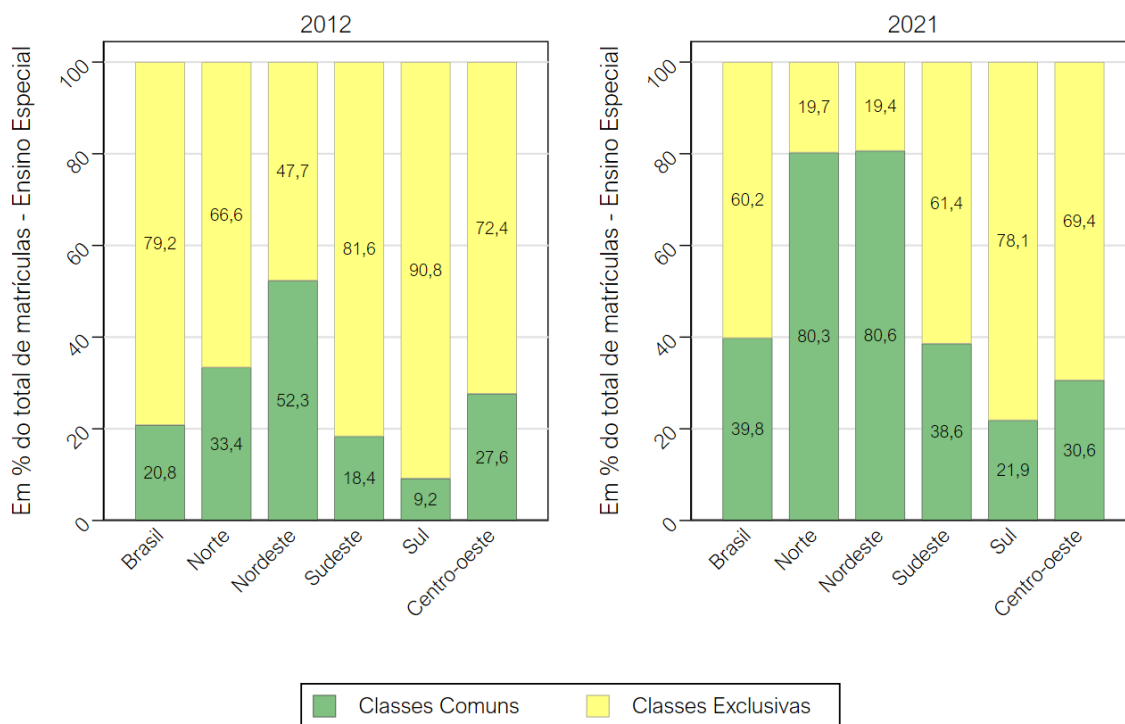
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.69: Razão matrículas por docentes na Educação Especial privada - classes exclusivas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 5.70: Percentual de matrículas de Classes Comuns e Classes Especiais em relação ao total de matrículas na Educação Especial



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Capítulo 6

Educação Superior

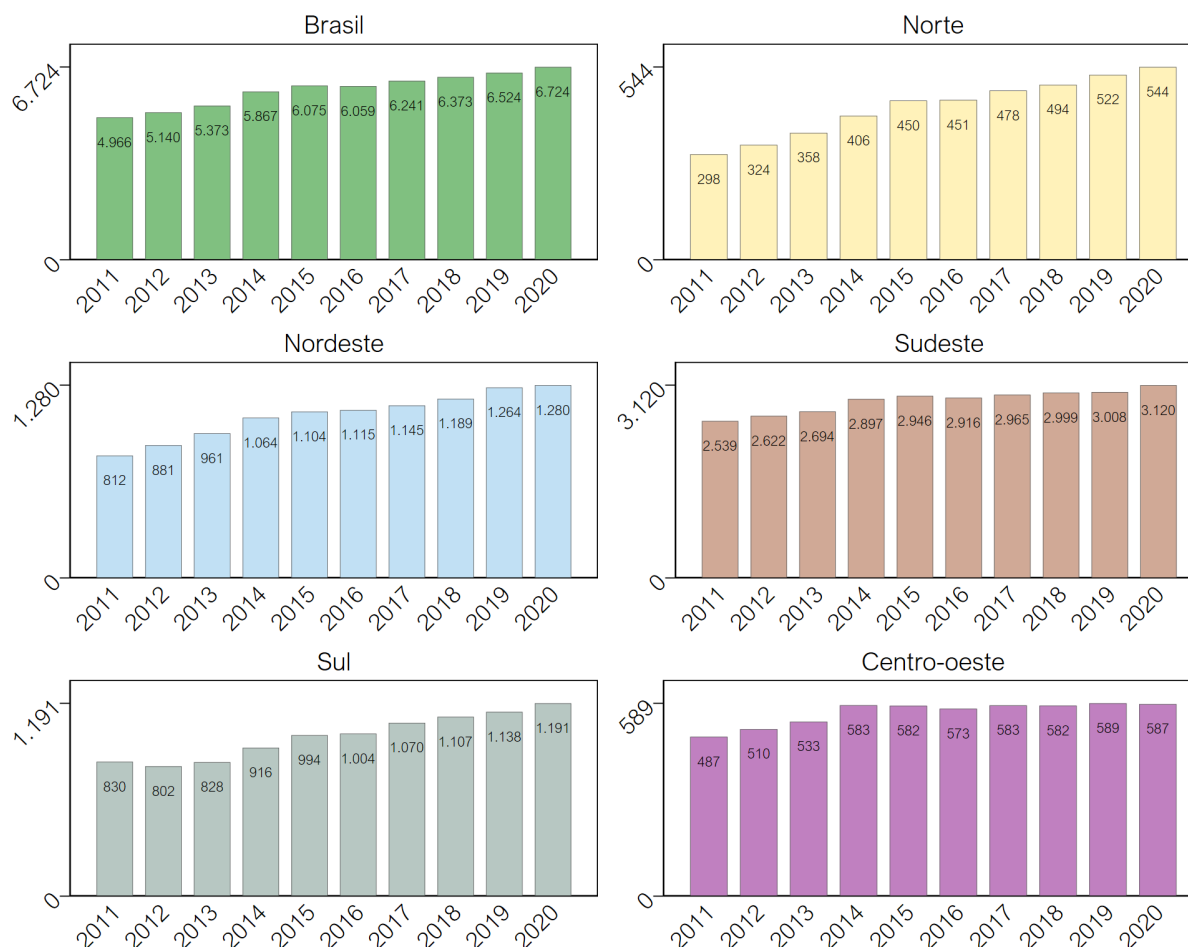
Segundo dados do Censo da Educação Superior, em 2020, havia 6.724.002 estudantes matriculados na Educação Superior em instituições privadas no Brasil. Nesta seção, o objetivo é detalhar o panorama do ensino superior privado no período compreendido entre 2011 e 2020. O capítulo está dividido em oito seções: (1) matrículas; (2) ingressantes; (3) concluintes; (4) estudantes com deficiência; (5) alunos com financiamento estudantil; e (6) estabelecimentos; (7) docentes; e (8) técnicos administrativos.

6.1 Matrículas

Em 2020, o Brasil tinha cerca de 6,7 milhões de estudantes matriculados no ensino superior privado. Destes, aproximadamente 3,8 milhões eram alunos de cursos presenciais (56%), ao passo que outros quase três milhões de estudantes estavam em cursos à distância (44%). Esse cenário teve modificações significativas se comparado com os dados do Censo da Educação Superior de 2011. Há uma década, o número de estudantes na Educação Superior era de aproximadamente cinco milhões. Assim, no período analisado, observou-se um aumento de 35% no número total de matrículas. Entretanto, houve significativa mudança no peso do ensino à distância na quantidade de alunos matriculados.

A figura 6.1 apresenta o número total de matrículas na Educação Superior de instituições privadas ao longo dos últimos dez anos para o Brasil e Grandes Regiões. Como se vê, todas as regiões tiveram tendência de alta no período. A região Norte teve aumento de 83% no número de matrículas, a região Nordeste, 58%, a região Sudeste, 23%, a região Sul, 44%, e a região Centro-Oeste, 21%. Contudo, os números totais ocultam a heterogeneidade da evolução das matrículas entre cursos presenciais e remotos.

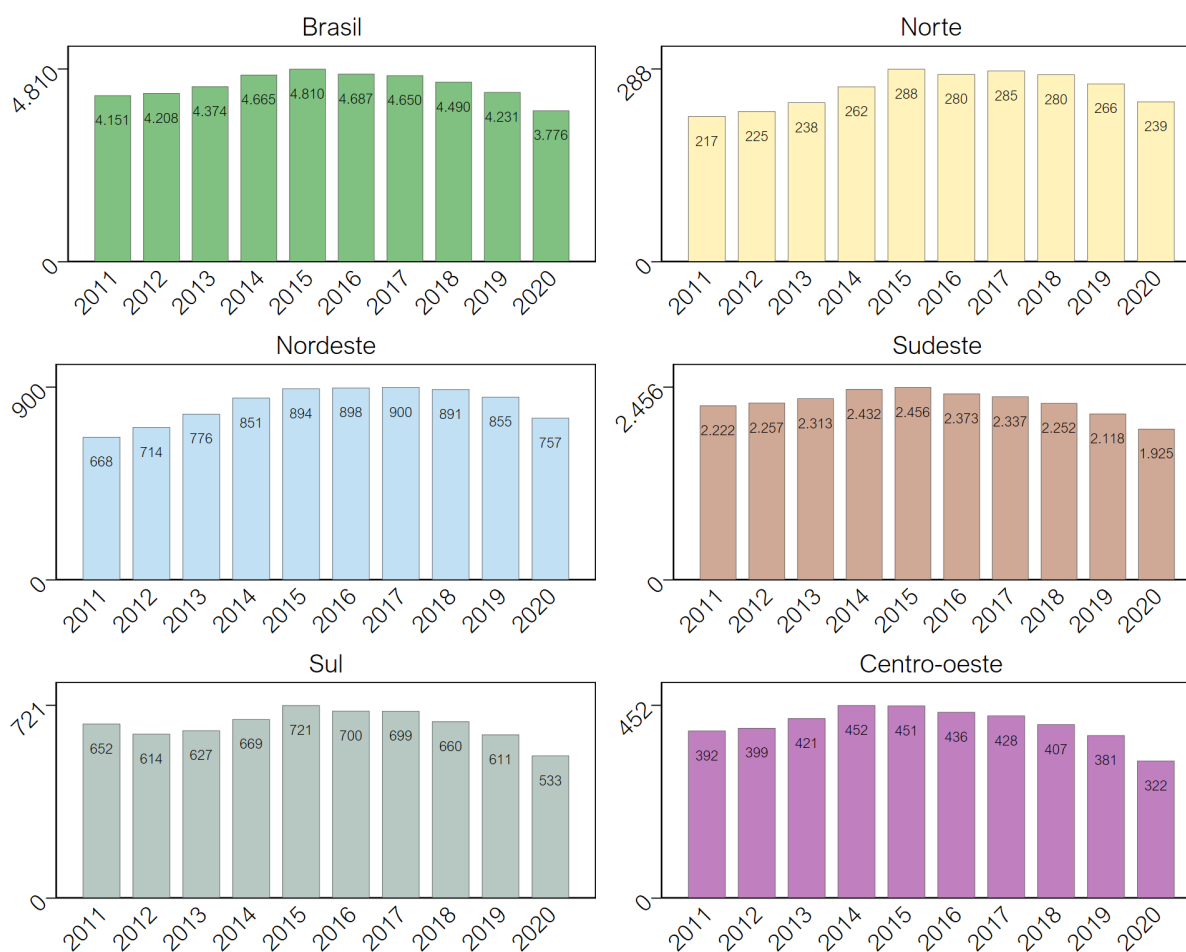
Figura 6.1: Matrículas no ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

A figura 6.2 detalha a evolução das matrículas nos cursos presenciais de ensino superior privado. É possível notar que o panorama é diferente daquele apresentado na figura anterior. No Brasil, o número de matrículas em cursos presenciais teve pico em 2015 e depois teve redução significativa nos anos subsequentes. Em 2020, a nível nacional, a quantidade de alunos matriculados teve redução de 9% em comparação a dez anos antes. Essa tendência se verifica nas regiões brasileiras, à exceção do Norte e do Nordeste. Nestas localidades, a tendência de queda após a metade da década passada também se verifica, mas a quantidade de matrículas em 2020 ainda é 10% maior no Norte e 13% maior no Nordeste quando comparados aos números de 2011.

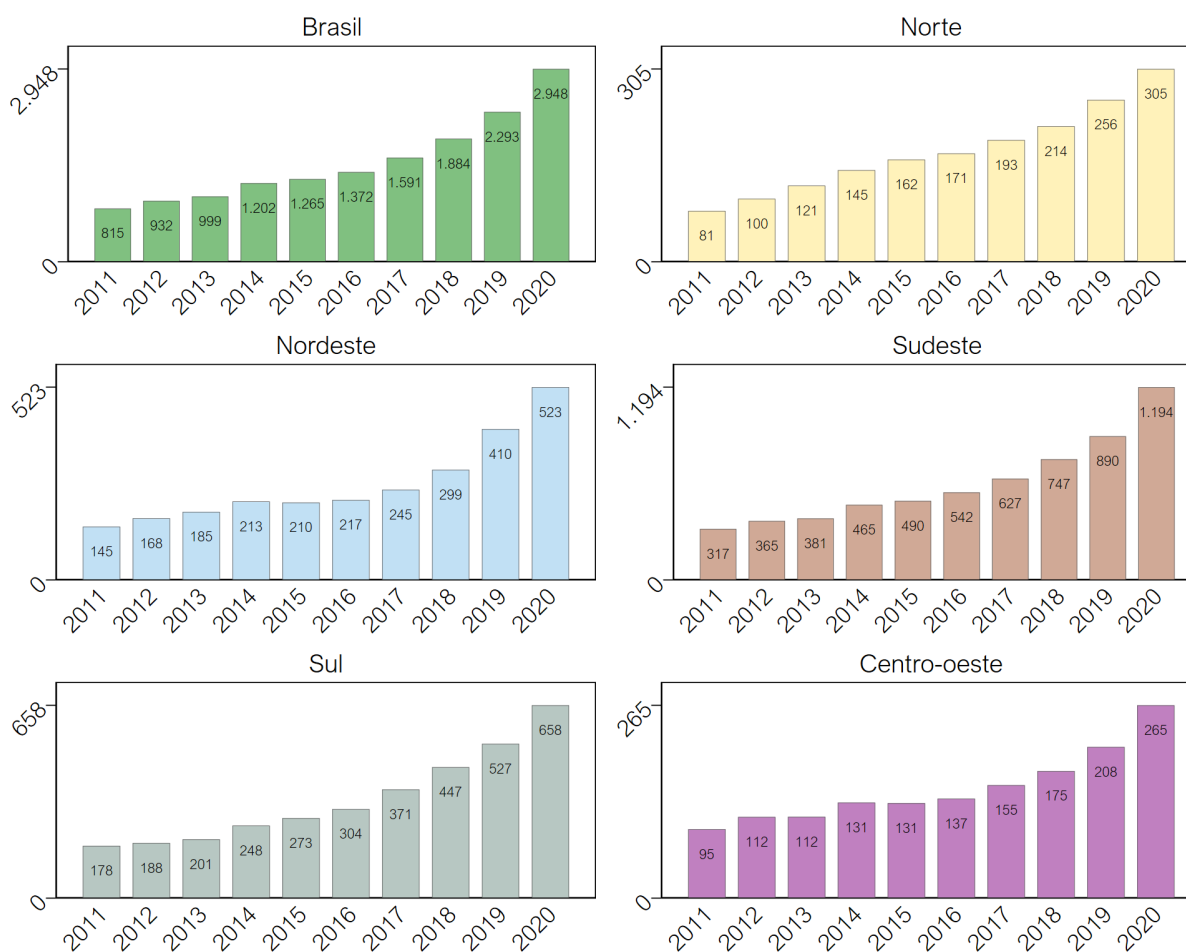
Figura 6.2: Matrículas em cursos presenciais do ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Os números dos cursos à distância, por outro lado, são continuamente positivos no período (figura 6.3). Em apenas uma década, o Brasil passou de cerca de 815 mil matrículas em cursos remotos em 2011 para quase três milhões de alunos em 2020. Isso representou um aumento de 262% em dez anos ou um crescimento médio anual de 13,7%. Essa tendência também se verifica em cada uma das regiões brasileiras. O Norte teve aumento de 277% no número de matrículas em cursos à distância, ao passo que o Nordeste teve aumento de 261%, o Sudeste, 277%, o Sul, 270%, e o Centro-Oeste, 279%.

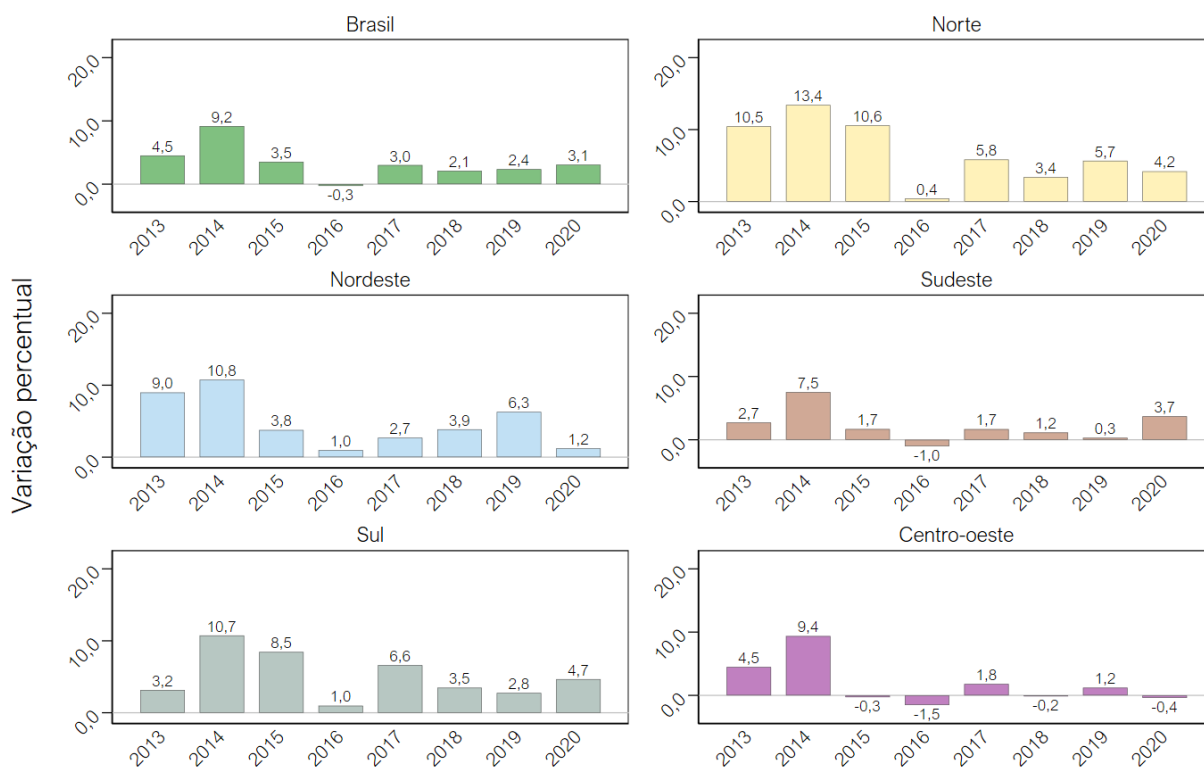
Figura 6.3: Matrículas em cursos à distância do ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

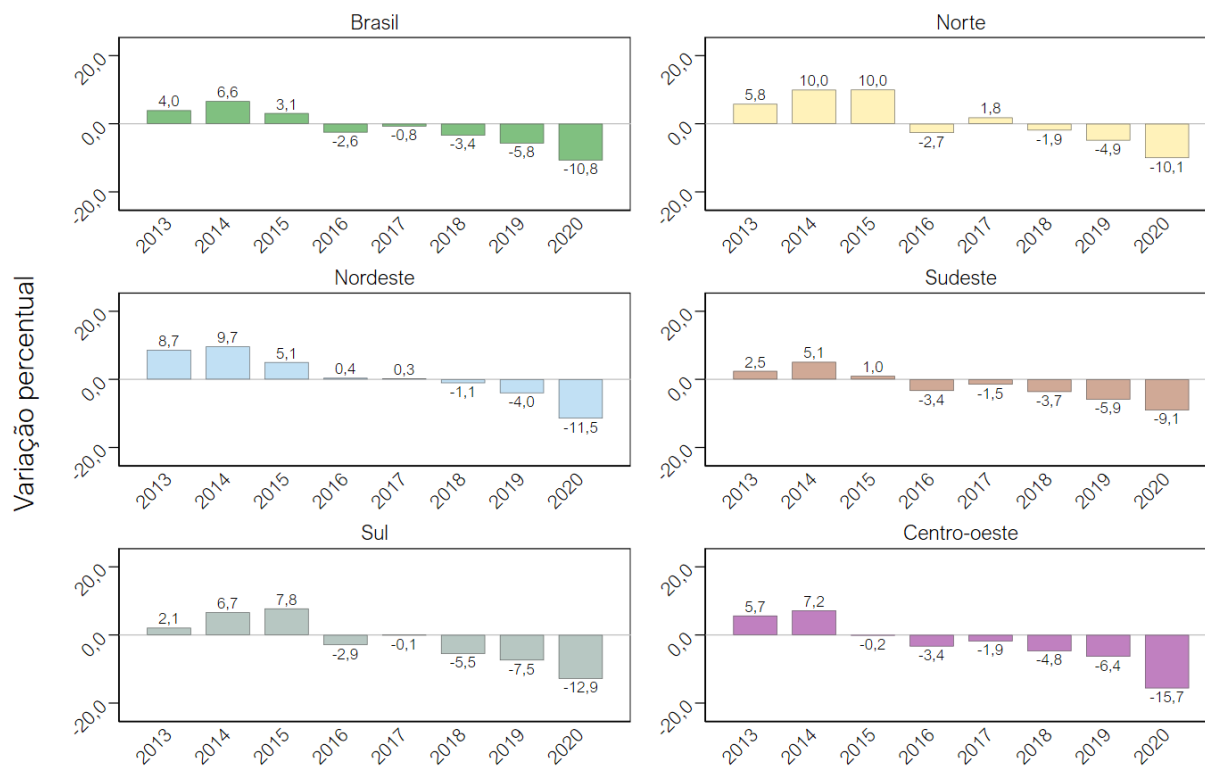
A seguir, são apresentadas as taxas anuais de crescimento do total de matrículas da rede privada de ensino superior – total, somente cursos presenciais e somente cursos à distância, nas figuras 6.4, 6.5 e 6.6, respectivamente. A partir dessas figuras, o panorama detalhado acima fica mais claro. Nota-se uma redução consistente e acelerada variação anual do número de matrículas dos cursos presenciais. De modo contrário, é possível verificar um crescimento consistente na variação de cursos à distância. No agregado, não há um sentido definido, mas as variações foram geralmente positivas no período, já que os cursos à distância conseguiram compensar os números negativos do ensino presencial.

Figura 6.4: Taxa de variação anual das matrículas na rede privada



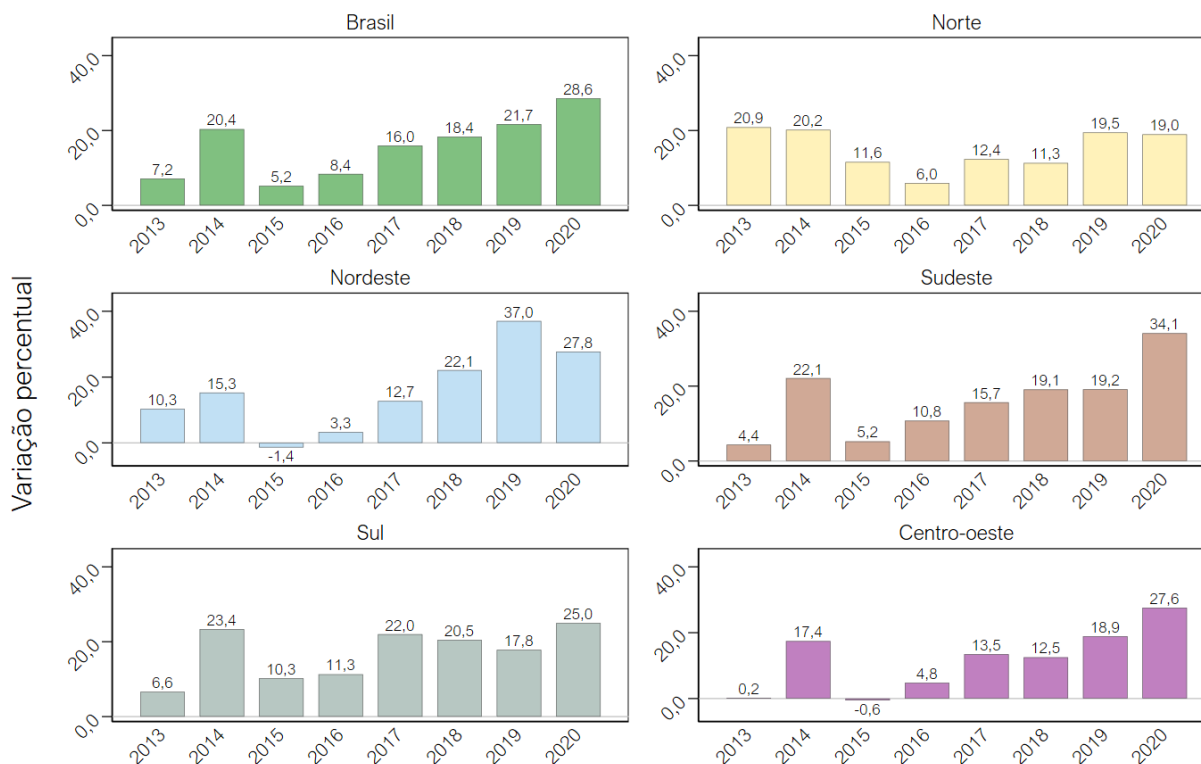
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.5: Taxa de variação anual das matrículas em cursos presenciais na rede privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.6: Taxa de variação anual das matrículas em cursos à distância na rede privada



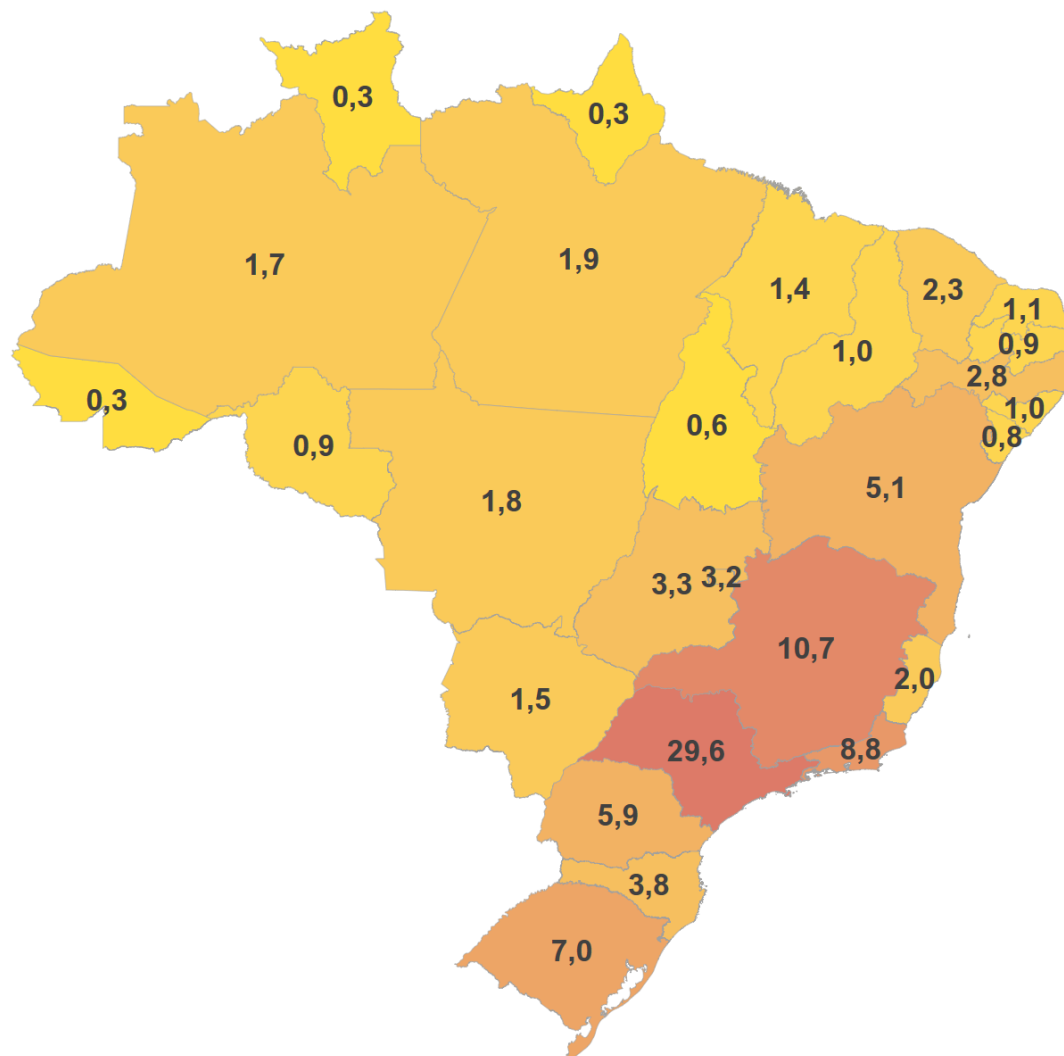
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

As figuras 6.9, 6.10 e 6.11 apresentam o peso do setor privado no total de matrículas do ensino superior como um todo, nos cursos presenciais e nos cursos à distância, respectivamente. De modo geral, a participação das instituições privadas no total de matrículas cresceu pouco menos de quatro pontos percentuais nos últimos dez anos. Nas regiões, esse resultado foi heterogêneo. Destaque para a região Norte, onde as matrículas do setor privado representavam 57,3% em 2011 e passaram a representar 80,3% em 2020, um aumento de mais de 20 pontos percentuais. No Nordeste, o ensino superior privado também ganhou participação, passando de 61,2% para 70% do total de matrículas. A região Sul também apresentou aumento de 5,7 pontos percentuais. As demais regiões permaneceram com participação relativamente constante no período. A região Sudeste apresentou leve redução de 1,2 pontos percentuais e o Centro-Oeste teve redução de 0,2 pontos percentuais.

Analisando o percentual de matrículas no ensino superior privado, podemos verificar que houve diminuição de concentração das matrículas nas regiões brasileiras. As figuras 6.7 e 6.8 mostram que a região sudeste, que representava cerca de 51% das matrículas privadas em 2011, passou a corresponder a 46%

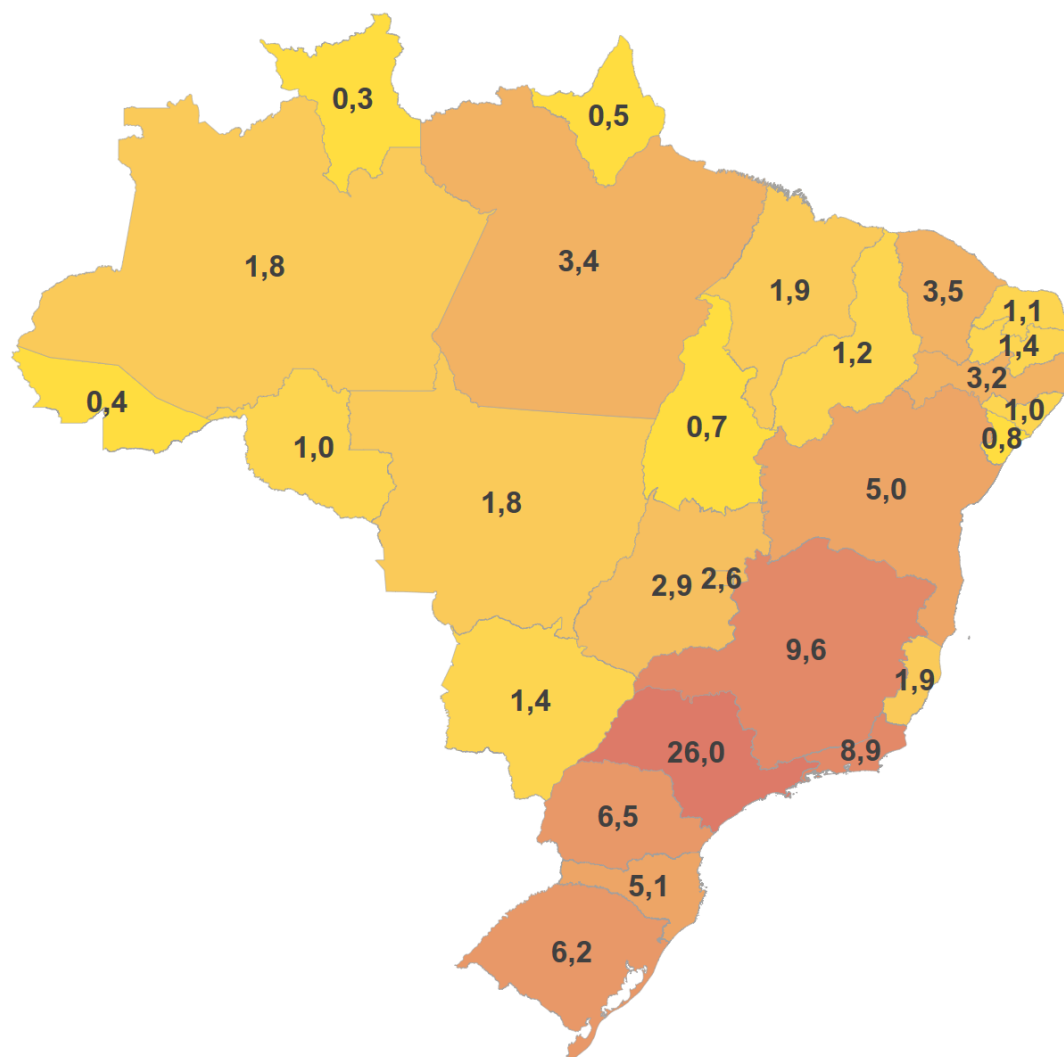
dez anos depois. A região de mais ganhou participação no período foi a região norte, que passou a deter 8% das matrículas em 2020, em comparação aos 6% registrados em 2011. A região nordeste aumentou a sua participação de aproximadamente 16% para 19%. A região sul representava aproximadamente 17% das matrículas e agora representa 18%. Já a região centro-oeste passou de 10% para 9% no período analisado.

Figura 6.7: Percentual de matrículas por Unidades Federativas – 2011



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.8: Percentual de matrículas por Unidades Federativas – 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Nas figuras 6.10 e 6.11, é possível constatar que o aumento de participação do setor privado no número de matrículas é decorrência direta do ensino à distância. Isso porque apenas as regiões norte e nordeste tiveram aumento de participação do ensino privado em cursos presenciais. No Brasil e nas demais regiões, o ensino superior público aumentou consideravelmente o peso do setor nos cursos presenciais. Ao contrário, as matrículas no ensino superior à distância foram predominantemente ofertadas por instituições privadas. Como se vê da figura 6.11, 95% dos alunos matriculados em cursos à distância estavam vinculados a centros privados. Essa tendência foi homogênea nas regiões brasileiras. Destaca-se, porém, o aumento de participação do setor na região norte, onde a fração das matrículas de ensino a distância privado passou de

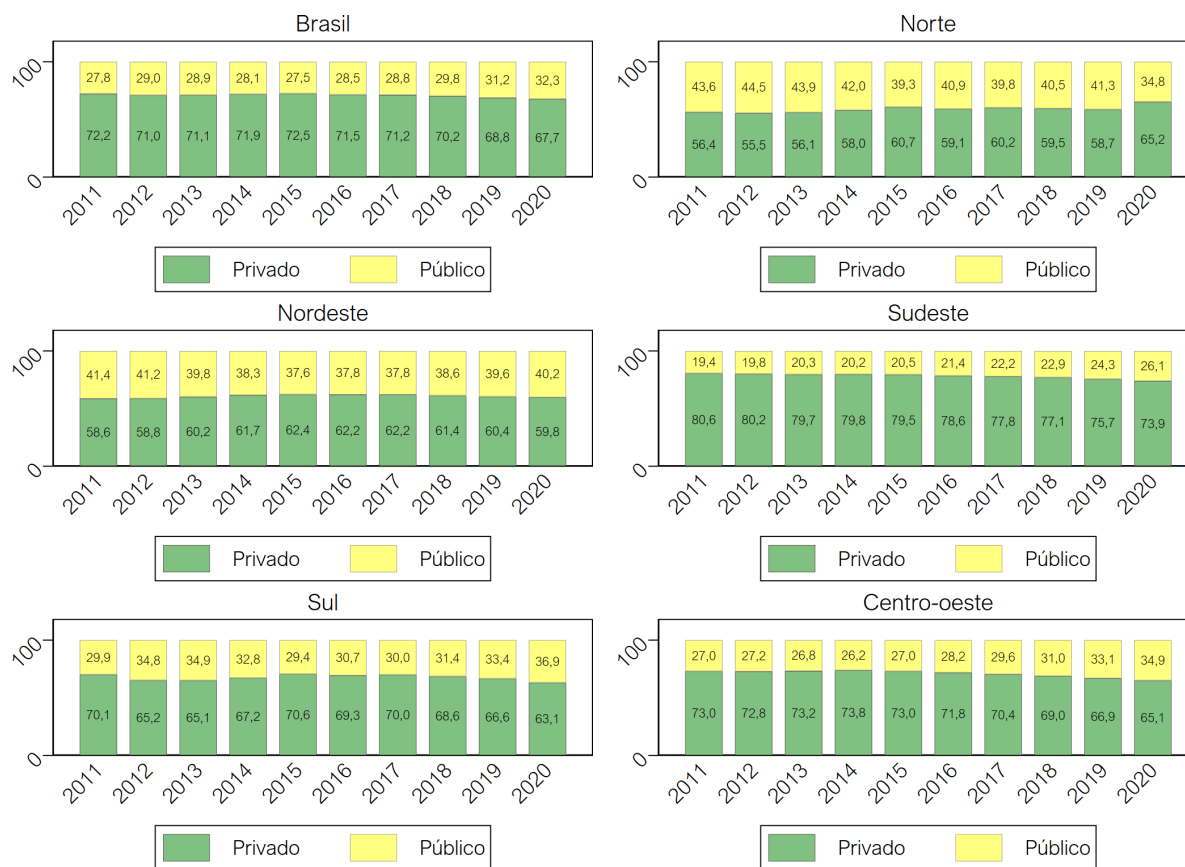
cerca de 60% para 98%, a maior variação na última década.

Figura 6.9: Percentual de matrículas na rede privada



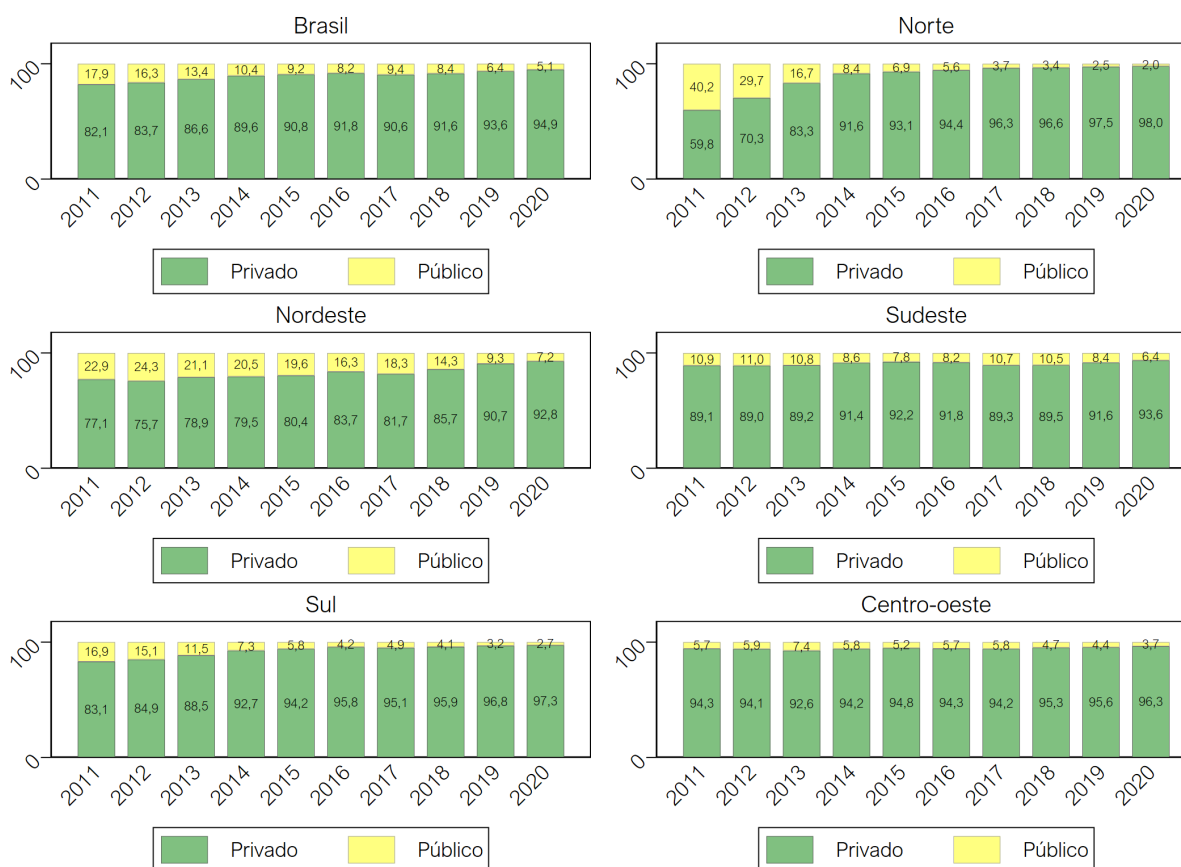
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.10: Percentual de matrículas em cursos presenciais na rede privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

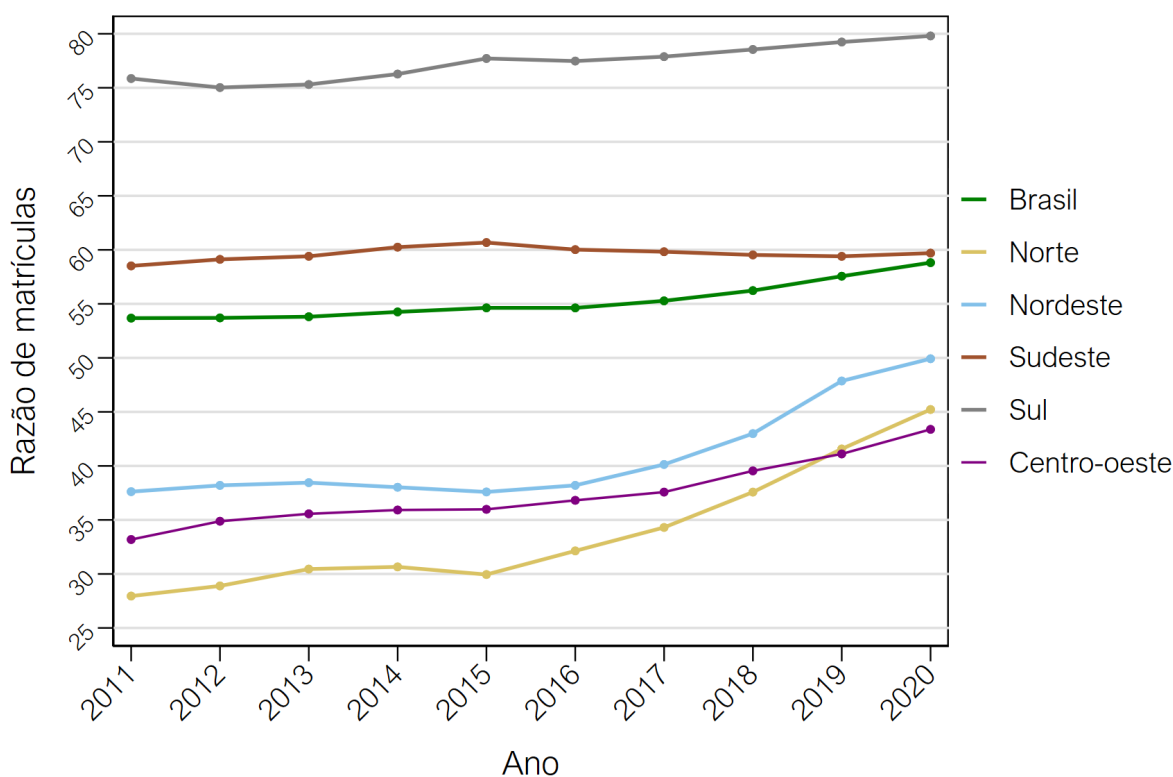
Figura 6.11: Percentual de matrículas em cursos à distância na rede privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

A figura 6.12 apresenta o grau de interiorização das matrículas da rede privada de ensino superior. O grau de interiorização é definido como a razão entre o número de matrículas registradas em IES localizadas fora da capital e o total de matrículas. A interiorização do ensino superior privado passou de cerca de 54% em 2011 para quase 59% em 2020. As regiões que tinham menor grau de interiorização tiveram maior aumento no período. Na última década, a interiorização da região Norte passou de 28% para 45%. Na região Centro-Oeste, passou de 33% para 43%. Já na região Nordeste, passou de 38% para 50%. As regiões Sudeste e Sul, que começaram o processo de interiorização do ensino superior há mais tempo tiveram menor variação. O grau de interiorização do Sudeste se manteve relativamente estável no período indo de 59% para cerca de 60%. O Sul, que já tinha o maior grau de interiorização entre todas as regiões, passou de 76% em 2011 para aproximadamente 80% em 2020.

Figura 6.12: Grau de interiorização das matrículas da rede privada de ensino superior



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

A seguir, são apresentadas as tabelas com os cursos com maior número de matriculados no ensino superior privado para os anos de 2011 e 2020. Na tabela 6.1, é possível notar que os cursos de Negócios e Administração continuam em primeiro lugar no ranking de total de matrículas na rede privada superior. Já os cursos de Saúde, Ciências Sociais e Comportamentais, bem como Arquitetura e Construção tiveram aumentos expressivos no número de matriculados. Os cursos de Direito, Engenharias e Computação tiveram um aumento menor no número de matrículas.

Importante frisar que o número de matrículas foi muito influenciado pela mudança do ensino à distância. Conforme se verifica das tabelas 6.2 e 6.3, grande parte das matrículas dos cursos de Negócios e Administração, Educação e Computação migraram para o ensino à distância. Dessa forma, cursos das áreas da Saúde e do Direito passaram a ser os líderes de matrículas em cursos presenciais. Com efeito, essa dinâmica se verifica para as demais regiões brasileiras.

Tabela 6.1: Cursos com maior número de matrículas na rede privada

	2011		2020	
	Curso	Matrículas	Curso	Matrículas
Brasil	Negócios e administração	1.535.758	Negócios e administração	1.664.378
	Educação	772.491	Saúde	1.339.073
	Direito	645.849	Educação	1.111.362
	Saúde	643.004	Direito	695.486
	Computação e TIC	233.479	Ciências sociais e comportamentais	305.398
	Engenharia e profissões correlatas	231.902	Arquitetura e construção	296.890
	Arquitetura e construção	183.466	Computação e TIC	288.812
	Ciências sociais e comportamentais	161.988	Engenharia e profissões correlatas	241.839
	Bem-estar	119.009	Bem-estar	118.880
	Produção e processamento	118.726	Produção e processamento	104.025
Norte	Negócios e administração	88.022	Saúde	130.289
	Educação	50.729	Negócios e administração	118.941
	Saúde	43.285	Educação	118.695
	Direito	39.848	Direito	54.876
	Bem-estar	15.019	Arquitetura e construção	19.969
	Computação e TIC	13.425	Bem-estar	17.391
	Engenharia e profissões correlatas	11.783	Engenharia e profissões correlatas	17.133
	Arquitetura e construção	9.592	Computação e TIC	14.797
	Ciências sociais e comportamentais	7.786	Ciências sociais e comportamentais	13.986
	Produção e processamento	4.388	Serviços pessoais	7.298
Nordeste	Negócios e administração	229.490	Saúde	336.138
	Saúde	146.456	Negócios e administração	268.199
	Direito	134.098	Educação	207.223
	Educação	112.223	Direito	144.708
	Bem-estar	43.733	Ciências sociais e comportamentais	57.346
	Computação e TIC	30.914	Arquitetura e construção	57.343
	Ciências sociais e comportamentais	25.519	Computação e TIC	42.602
	Arquitetura e construção	21.617	Bem-estar	38.746
	Engenharia e profissões correlatas	17.357	Engenharia e profissões correlatas	31.770
	Produção e processamento	14.534	Serviços pessoais	20.374
Sudeste	Negócios e administração	786.114	Negócios e administração	787.313
	Educação	389.729	Saúde	578.852
	Saúde	312.387	Educação	467.160
	Direito	279.125	Direito	314.682
	Engenharia e profissões correlatas	150.916	Ciências sociais e comportamentais	161.921
	Computação e TIC	129.032	Computação e TIC	155.187
	Arquitetura e construção	104.616	Arquitetura e construção	144.052
	Ciências sociais e comportamentais	88.240	Engenharia e profissões correlatas	132.254
	Produção e processamento	83.657	Produção e processamento	63.909
	Artes	45.659	Artes	52.142
Sul	Negócios e administração	285.330	Negócios e administração	349.544
	Educação	142.353	Educação	224.333
	Direito	106.864	Saúde	175.037
	Saúde	77.545	Direito	104.167
	Engenharia e profissões correlatas	39.317	Computação e TIC	51.451
	Computação e TIC	35.231	Arquitetura e construção	48.148
	Ciências sociais e comportamentais	28.842	Ciências sociais e comportamentais	46.499
	Arquitetura e construção	28.349	Engenharia e profissões correlatas	46.465
	Artes	16.829	Artes	19.577
	Produção e processamento	13.277	Agricultura	19.123
Centro-oeste	Negócios e administração	146.802	Negócios e administração	139.529
	Direito	85.914	Saúde	118.746
	Educação	77.457	Educação	93.427
	Saúde	63.331	Direito	77.012
	Computação e TIC	24.877	Arquitetura e construção	27.378
	Arquitetura e construção	19.292	Ciências sociais e comportamentais	25.574
	Engenharia e profissões correlatas	12.529	Computação e TIC	24.405
	Bem-estar	12.091	Agricultura	15.065
	Ciências sociais e comportamentais	11.601	Engenharia e profissões correlatas	14.164
	Serviços pessoais	5.416	Serviços pessoais	9.374

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Nota: a expressão Tecnologias da Informação e Comunicação foi abreviada como TIC.

Tabela 6.2: Cursos com maior número de matrículas em cursos presenciais na rede privada

	2011		2020	
	Curso	Matrículas	Curso	Matrículas
Brasil	Negócios e administração	1.180.345	Saúde	1.041.323
	Direito	645.605	Direito	676.947
	Saúde	642.192	Negócios e administração	565.724
	Educação	447.727	Ciências sociais e comportamentais	283.994
	Engenharia e profissões correlatas	209.518	Arquitetura e construção	263.136
	Computação e TIC	207.731	Educação	222.557
	Arquitetura e construção	182.448	Engenharia e profissões correlatas	172.143
	Ciências sociais e comportamentais	160.900	Computação e TIC	134.477
	Produção e processamento	114.824	Veterinária	91.826
Artes	74.732	Produção e processamento	69.031	
Norte	Negócios e administração	50.095	Saúde	79.166
	Saúde	42.945	Direito	52.140
	Direito	39.848	Negócios e administração	28.163
	Educação	27.735	Arquitetura e construção	16.595
	Arquitetura e construção	9.592	Educação	15.138
	Computação e TIC	9.505	Ciências sociais e comportamentais	12.766
	Bem-estar	7.531	Engenharia e profissões correlatas	9.380
	Ciências sociais e comportamentais	7.490	Computação e TIC	5.951
	Engenharia e profissões correlatas	6.793	Veterinária	4.779
	Serviços pessoais	3.098	Serviços pessoais	3.609
Nordeste	Negócios e administração	174.828	Saúde	264.191
	Saúde	146.438	Direito	140.638
	Direito	134.098	Negócios e administração	98.985
	Educação	59.008	Ciências sociais e comportamentais	54.762
	Computação e TIC	26.733	Arquitetura e construção	51.812
	Ciências sociais e comportamentais	25.341	Educação	42.336
	Arquitetura e construção	21.617	Engenharia e profissões correlatas	22.368
	Bem-estar	15.980	Computação e TIC	20.927
	Engenharia e profissões correlatas	15.032	Serviços pessoais	13.073
	Produção e processamento	14.346	Veterinária	10.962
Sudeste	Negócios e administração	653.776	Saúde	486.430
	Saúde	312.174	Negócios e administração	322.599
	Direito	279.125	Direito	309.060
	Educação	246.998	Ciências sociais e comportamentais	151.521
	Engenharia e profissões correlatas	143.691	Arquitetura e construção	129.280
	Computação e TIC	118.480	Educação	114.242
	Arquitetura e construção	103.929	Engenharia e profissões correlatas	103.341
	Ciências sociais e comportamentais	87.888	Computação e TIC	77.737
	Produção e processamento	81.891	Veterinária	51.503
	Artes	45.580	Produção e processamento	45.092
Sul	Negócios e administração	198.611	Saúde	118.033
	Direito	106.620	Direito	100.308
	Saúde	77.544	Negócios e administração	78.812
	Educação	67.644	Arquitetura e construção	41.547
	Engenharia e profissões correlatas	34.397	Ciências sociais e comportamentais	41.503
	Computação e TIC	31.616	Educação	33.449
	Ciências sociais e comportamentais	28.685	Engenharia e profissões correlatas	29.606
	Arquitetura e construção	28.085	Computação e TIC	19.294
	Artes	16.527	Veterinária	16.367
	Produção e processamento	13.107	Agricultura	12.978
Centro-oeste	Negócios e administração	103.035	Saúde	93.503
	Direito	85.914	Direito	74.801
	Saúde	63.091	Negócios e administração	37.165
	Educação	46.342	Arquitetura e construção	23.902
	Computação e TIC	21.397	Ciências sociais e comportamentais	23.442
	Arquitetura e construção	19.225	Educação	17.392
	Ciências sociais e comportamentais	11.496	Computação e TIC	10.568
	Engenharia e profissões correlatas	9.605	Agricultura	9.327
	Serviços pessoais	5.222	Veterinária	8.215
	Agricultura	4.747	Engenharia e profissões correlatas	7.448

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Nota: a expressão Tecnologias da Informação e Comunicação foi abreviada como TIC.

Tabela 6.3: Cursos com maior número de matrículas em cursos à distância na rede privada

	2011		2020	
	Curso	Matrículas	Curso	Matrículas
Brasil	Negócios e administração	355.413	Negócios e administração	1.098.654
	Educação	324.764	Educação	888.805
	Bem-estar	64.299	Saúde	297.750
	Computação e TIC	25.748	Computação e TIC	154.335
	Engenharia e profissões correlatas	22.384	Bem-estar	98.329
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	5.385	Engenharia e profissões correlatas	69.696
	Serviços de segurança	4.200	Serviços de segurança	64.169
	Produção e processamento	3.902	Serviços pessoais	45.280
	Humanidades (exceto línguas)	2.722	Produção e processamento	34.994
Agricultura	1.300	Arquitetura e construção	33.754	
Norte	Negócios e administração	37.927	Educação	103.557
	Educação	22.994	Negócios e administração	90.778
	Bem-estar	7.488	Saúde	51.123
	Engenharia e profissões correlatas	4.990	Bem-estar	15.225
	Computação e TIC	3.920	Computação e TIC	8.846
	Produção e processamento	1.612	Engenharia e profissões correlatas	7.753
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	489	Serviços de segurança	6.055
	Saúde	340	Serviços pessoais	3.689
	Ciências sociais e comportamentais	296	Arquitetura e construção	3.374
Humanidades (exceto línguas)	167	Direito	2.736	
Nordeste	Negócios e administração	54.662	Negócios e administração	169.214
	Educação	53.215	Educação	164.887
	Bem-estar	27.753	Saúde	71.947
	Computação e TIC	4.181	Bem-estar	29.873
	Engenharia e profissões correlatas	2.325	Computação e TIC	21.675
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	1.650	Serviços de segurança	16.905
	Humanidades (exceto línguas)	203	Engenharia e profissões correlatas	9.402
	Produção e processamento	188	Serviços pessoais	7.301
	Ciências sociais e comportamentais	178	Arquitetura e construção	5.531
Serviços de segurança	165	Humanidades (exceto línguas)	4.525	
Sudeste	Educação	142.731	Negócios e administração	464.714
	Negócios e administração	132.338	Educação	352.918
	Bem-estar	16.449	Saúde	92.422
	Computação e TIC	10.552	Computação e TIC	77.450
	Engenharia e profissões correlatas	7.225	Bem-estar	33.343
	Produção e processamento	1.766	Engenharia e profissões correlatas	28.913
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	1.712	Serviços de segurança	23.734
	Humanidades (exceto línguas)	1.182	Serviços pessoais	19.121
	Arquitetura e construção	687	Produção e processamento	18.817
Serviços pessoais	612	Arquitetura e construção	14.772	
Sul	Negócios e administração	86.719	Negócios e administração	270.732
	Educação	74.709	Educação	190.884
	Engenharia e profissões correlatas	4.920	Saúde	57.004
	Bem-estar	4.108	Computação e TIC	32.157
	Computação e TIC	3.615	Engenharia e profissões correlatas	16.859
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	1.117	Bem-estar	13.255
	Humanidades (exceto línguas)	737	Serviços de segurança	12.660
	Serviços de segurança	655	Serviços pessoais	10.814
	Agricultura	523	Artes	8.619
Artes	302	Produção e processamento	7.711	
Centro-oeste	Negócios e administração	43.767	Negócios e administração	102.364
	Educação	31.115	Educação	76.035
	Bem-estar	8.501	Saúde	25.243
	Computação e TIC	3.480	Computação e TIC	13.837
	Engenharia e profissões correlatas	2.924	Engenharia e profissões correlatas	6.716
	Serviços de segurança	2.728	Bem-estar	6.608
	Agricultura	616	Agricultura	5.738
	Humanidades (exceto línguas)	433	Serviços de segurança	4.806
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	417	Serviços pessoais	4.294
Saúde	240	Arquitetura e construção	3.476	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Nota: a expressão Tecnologias da Informação e Comunicação foi abreviada como TIC.

Tabela 6.4: Matrículas na rede privada, em cursos presenciais e à distância, por UF

	2011				2020			
	Matrículas – presencial (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Matrículas – EaD (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Matrículas – presencial (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Matrículas – EaD (em milhares)	% da Rede Superior Privada
Brasil	4.151.371	83,6	815.003	16,4	3.775.571	56,2	2.948.431	43,8
<i>Região Norte</i>	217.390	73,0	80.514	27,0	239.193	44,0	304.889	56,0
Rondônia	34.204	74,4	11.760	25,6	33.015	48,6	34.952	51,4
Acre	9.540	57,4	7.068	42,6	10.586	38,0	17.269	62,0
Amazonas	74.562	88,2	9.944	11,8	71.760	60,9	46.122	39,1
Roraima	11.242	78,1	3.154	21,9	6.195	34,6	11.687	65,4
Pará	53.974	58,2	38.713	41,8	80.193	34,7	150.670	65,3
Amapá	13.600	84,7	2.458	15,3	14.689	41,4	20.792	58,6
Tocantins	20.268	73,2	7.417	26,8	22.755	49,3	23.397	50,7
<i>Região Nordeste</i>	667.749	82,2	144.695	17,8	756.612	59,1	523.277	40,9
Maranhão	57.120	83,6	11.230	16,4	76.483	60,8	49.222	39,2
Piauí	44.752	92,6	3.566	7,4	51.112	64,8	27.823	35,2
Ceará	101.113	88,4	13.308	11,6	134.518	57,6	99.047	42,4
Rio Grande do Norte	52.333	93,8	3.442	6,2	40.382	56,3	31.314	43,7
Paraíba	39.319	88,1	5.334	11,9	56.726	60,7	36.707	39,3
Pernambuco	123.803	89,8	14.085	10,2	140.189	64,7	76.372	35,3
Alagoas	36.183	74,6	12.337	25,4	37.285	54,4	31.242	45,6
Sergipe	30.661	74,3	10.581	25,7	34.126	62,1	20.806	37,9
Bahia	182.465	72,0	70.812	28,0	185.791	55,2	150.744	44,8
<i>Região Sudeste</i>	2.222.280	87,5	316.525	12,5	1.925.415	61,7	1.194.351	38,3
Minas Gerais	432.385	81,4	99.026	18,6	364.916	56,7	278.656	43,3
Espírito Santo	79.811	79,1	21.103	20,9	70.360	54,1	59.737	45,9
Rio de Janeiro	398.929	91,0	39.461	9,0	337.803	56,5	259.646	43,5
São Paulo	1.311.155	89,3	156.935	10,7	1.152.336	65,9	596.312	34,1
<i>Região Sul</i>	651.750	78,5	178.455	21,5	532.683	44,7	658.385	55,3
Paraná	227.730	77,7	65.397	22,3	199.668	46,0	234.778	54,0
Santa Catarina	136.064	71,9	53.278	28,1	143.820	42,0	198.249	58,0
Rio Grande do Sul	287.956	82,8	59.780	17,2	189.195	45,6	225.358	54,4
<i>Região Centro-Oeste</i>	392.202	80,5	94.814	19,5	321.668	54,8	265.175	45,2
Mato Grosso do Sul	49.794	65,2	26.522	34,8	41.074	43,3	53.849	56,7
Mato Grosso	67.168	75,8	21.494	24,2	57.639	47,9	62.701	52,1
Goias	138.206	84,7	24.981	15,3	115.985	59,3	79.525	40,7
Distrito Federal	137.034	86,3	21.817	13,7	106.970	60,8	69.100	39,2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Tabela 6.5: Matrículas na rede privada, em cursos presenciais e à distância, excluídas as capitais, por UF

	2011				2020			
	Matrículas – presencial (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Matrículas – EaD (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Matrículas – presencial (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Matrículas – EaD (em milhares)	% da Rede Superior Privada
Brasil	2.093.005	78,5	572.936	21,5	1.914.703	48,4	2.040.163	51,6
<i>Região Norte</i>	42.825	51,4	40.452	48,6	64.146	26,1	181.915	73,9
Rondônia	15.116	63,6	8.655	36,4	17.684	41,8	24.626	58,2
Acre	251	9,1	2.513	90,9	93	1,3	7.325	98,7
Amazonas	0	0,0	597	100,0	47	0,3	16.158	99,7
Roraima	0	0,0	146	100,0	0	0,0	482	100,0
Pará	17.480	42,2	23.988	57,8	35.122	23,3	115.645	76,7
Amapá	619	75,4	202	24,6	547	12,1	3.983	87,9
Tocantins	9.359	68,3	4.351	31,7	10.653	43,8	13.696	56,2
<i>Região Nordeste</i>	206.147	67,5	99.467	32,5	292.999	45,9	345.948	54,1
Maranhão	18.362	73,3	6.690	26,7	26.173	44,1	33.198	55,9
Piauí	8.317	85,1	1.456	14,9	12.231	44,0	15.544	56,0
Ceará	21.952	75,3	7.192	24,7	41.155	40,8	59.699	59,2
Rio Grande do Norte	9.328	83,9	1.794	16,1	10.964	41,3	15.570	58,7
Paraíba	15.503	82,6	3.264	17,4	29.166	55,5	23.420	44,5
Pernambuco	49.963	83,3	10.021	16,7	64.490	54,3	54.357	45,7
Alagoas	3.340	34,2	6.421	65,8	6.293	27,3	16.766	72,7
Sergipe	3.764	36,3	6.615	63,7	3.120	26,2	8.780	73,8
Bahia	75.618	57,4	56.014	42,6	99.407	45,6	118.614	54,4
<i>Região Sudeste</i>	1.244.114	83,7	241.519	16,3	1.042.830	56,0	819.569	44,0
Minas Gerais	283.943	78,0	80.263	22,0	247.448	52,5	223.874	47,5
Espírito Santo	54.130	75,8	17.260	24,2	47.017	49,6	47.687	50,4
Rio de Janeiro	161.617	87,7	22.597	12,3	155.281	52,0	143.315	48,0
São Paulo	744.424	86,0	121.399	14,0	593.084	59,4	404.693	40,6
<i>Região Sul</i>	488.896	77,6	140.891	22,4	405.224	42,6	545.286	57,4
Paraná	134.193	73,0	49.520	27,0	123.013	40,4	181.100	59,6
Santa Catarina	125.742	72,8	46.975	27,2	136.408	42,9	181.336	57,1
Rio Grande do Sul	228.961	83,8	44.396	16,2	145.803	44,4	182.850	55,6
<i>Região Centro-Oeste</i>	111.023	68,7	50.607	31,3	109.504	43,0	145.091	57,0
Mato Grosso do Sul	16.955	53,2	14.935	46,8	14.007	28,8	34.548	71,2
Mato Grosso	37.837	69,3	16.737	30,7	38.645	42,7	51.772	57,3
Goias	56.231	74,8	18.935	25,2	56.852	49,2	58.771	50,8
Distrito Federal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

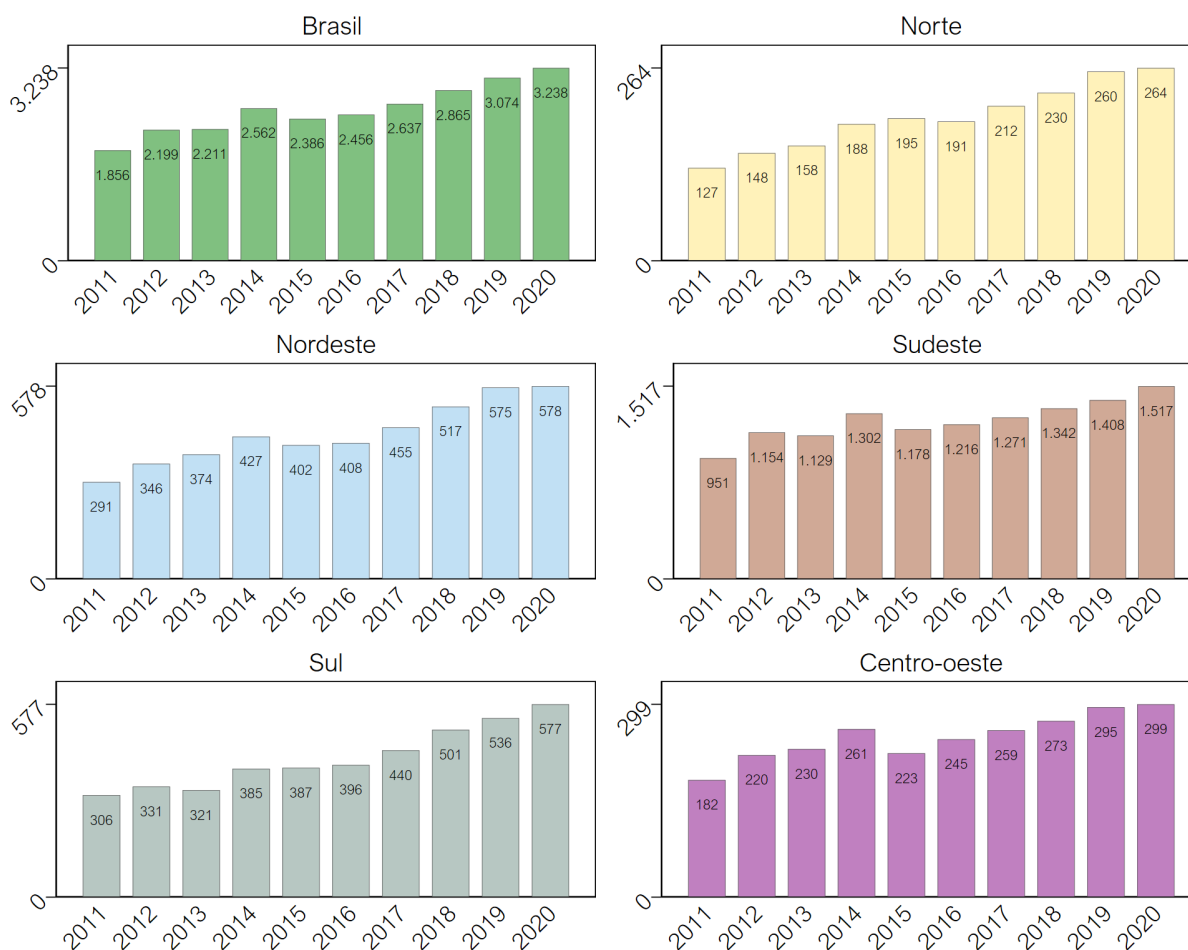
6.2 Ingressantes

Nas próximas seções, trazemos os dados de ingressantes, concluintes, estudantes com deficiência e alunos com financiamento estudantil. Os gráficos e tabelas aqui apresentados são muito semelhantes ao da primeira seção de matrículas, razão pela qual não serão descritas todas as figuras individualmente. Abaixo são listados as principais conclusões acerca dos dados de ingressantes:

- O número total de ingressantes em cursos do ensino superior privado teve aumento em todas as regiões brasileiras entre 2011 e 2020. A nível nacional, o aumento de ingressantes foi na ordem de 74%, passando de 1,86 milhão de novos alunos em 2011 para 3,24 milhões de novos estudantes em 2020. A região Norte teve o maior aumento percentual no período, passando de 127 mil para 264 mil ingressantes (aumento de 108%). A seguir vem a região Nordeste (99%), a região Sul (89%), a região Centro-Oeste (64%) e a região Sudeste (60%).
- A evolução do número de ingressantes se deu de forma heterogênea na modalidade dos cursos. O ensino presencial, de modo geral, teve pico no número de ingressantes por volta da metade da última década, passando a diminuir de forma consistente a partir de 2015. Ao final de 2020, a maior parte das regiões tinha uma quantidade de ingressantes em cursos de ensino superior privado menor do que aquela verificada em 2011.
- No Brasil, o número de novos estudantes no ensino superior privado presencial passou de 1,46 milhão em 2011 para 1,28 milhão em 2020. Isso representou uma queda de 12% no número de ingressantes em dez anos. A única região que apresentou crescimento no número de alunos novos em cursos presenciais em instituições de ensino superior privado no período foi a região Nordeste, que passou de 225 mil ingressantes em 2011 para 239 mil ingressantes em 2022 (aumento de 6,2%).
- Já no ensino à distância, a nível nacional, houve forte crescimento na última década. O número de ingressantes passou de 398 mil em 2011 para 1,96 milhão de novos alunos em 2020, um aumento de mais de 390%. Essa mesma tendência se verificou nas regiões brasileiras. A região Norte teve aumento de 304% no período, a região Nordeste 412%, a região Sudeste 458%, a região Sul 367% e a região Centro-Oeste 291%.
- Como se verifica na figura 6.16, a taxa de crescimento do ensino superior se manteve positiva na maior parte do período analisado. No Brasil, entre 2019 e 2020, houve aumento de 5,3% no número de ingressantes na rede privada do ensino superior. Em todas as regiões brasileiras, a diferença do número de ingressantes foi positiva entre 2019 e o primeiro ano da pandemia da Covid. Destaque para as regiões Sudeste e Sul, que tiveram as maiores variações no biênio (7,8% e 7,7% respectivamente).

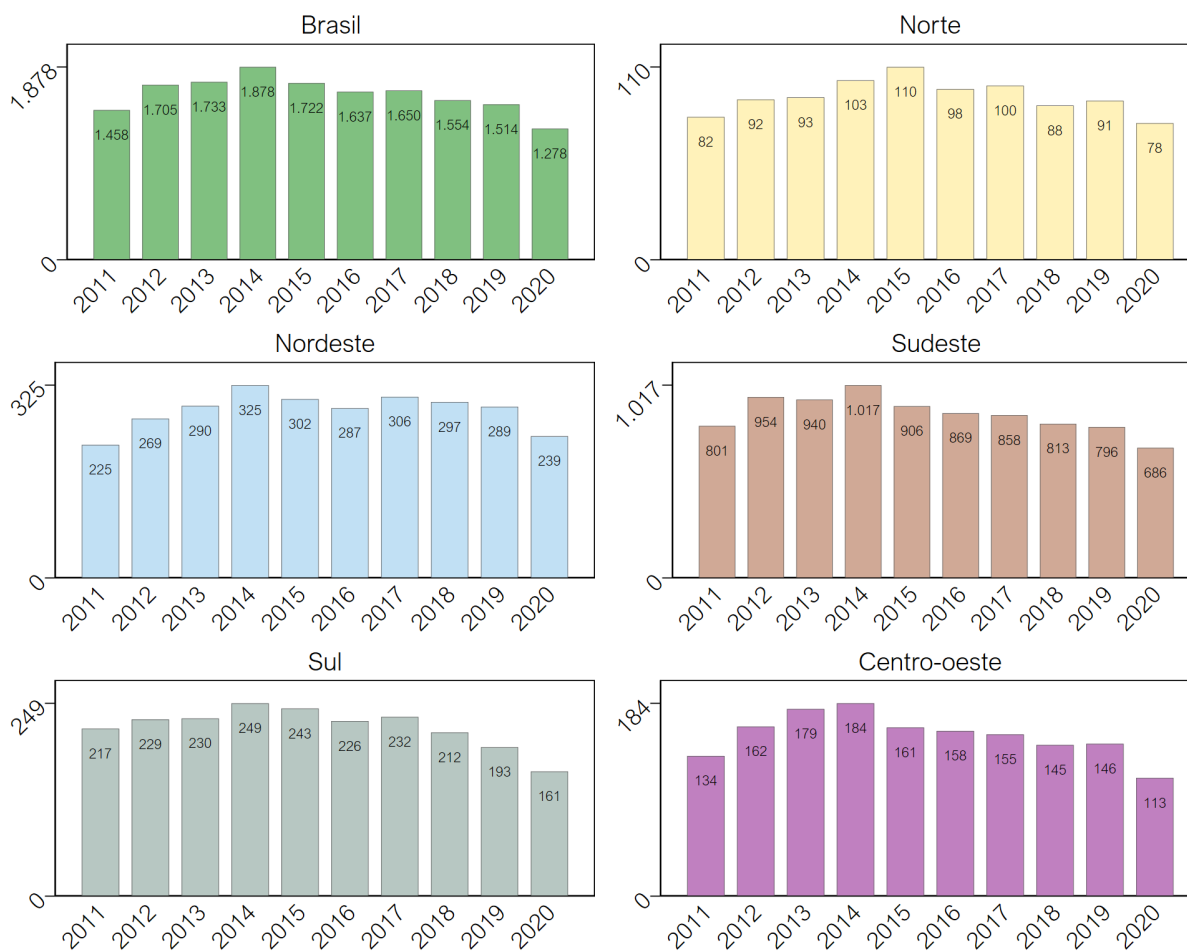
- A heterogeneidade entre os ingressos dos estudantes de cursos presenciais e à distância se torna mais visível nas figuras 6.17 e 6.18. Enquanto a rede privada presencial apresentou essencialmente taxas negativas de variação a partir de 2014, a modalidade à distância apresentou variações muito positivas no período. A diferença se acentua em 2019/2020, obviamente em razão da pandemia do Covid-19, em que os ingressantes em cursos presenciais caíram 15,6%, ao passo que a modalidade remota teve crescimento de 25,7% nacionalmente.

Figura 6.13: Ingressantes no ensino superior privado (em milhares)



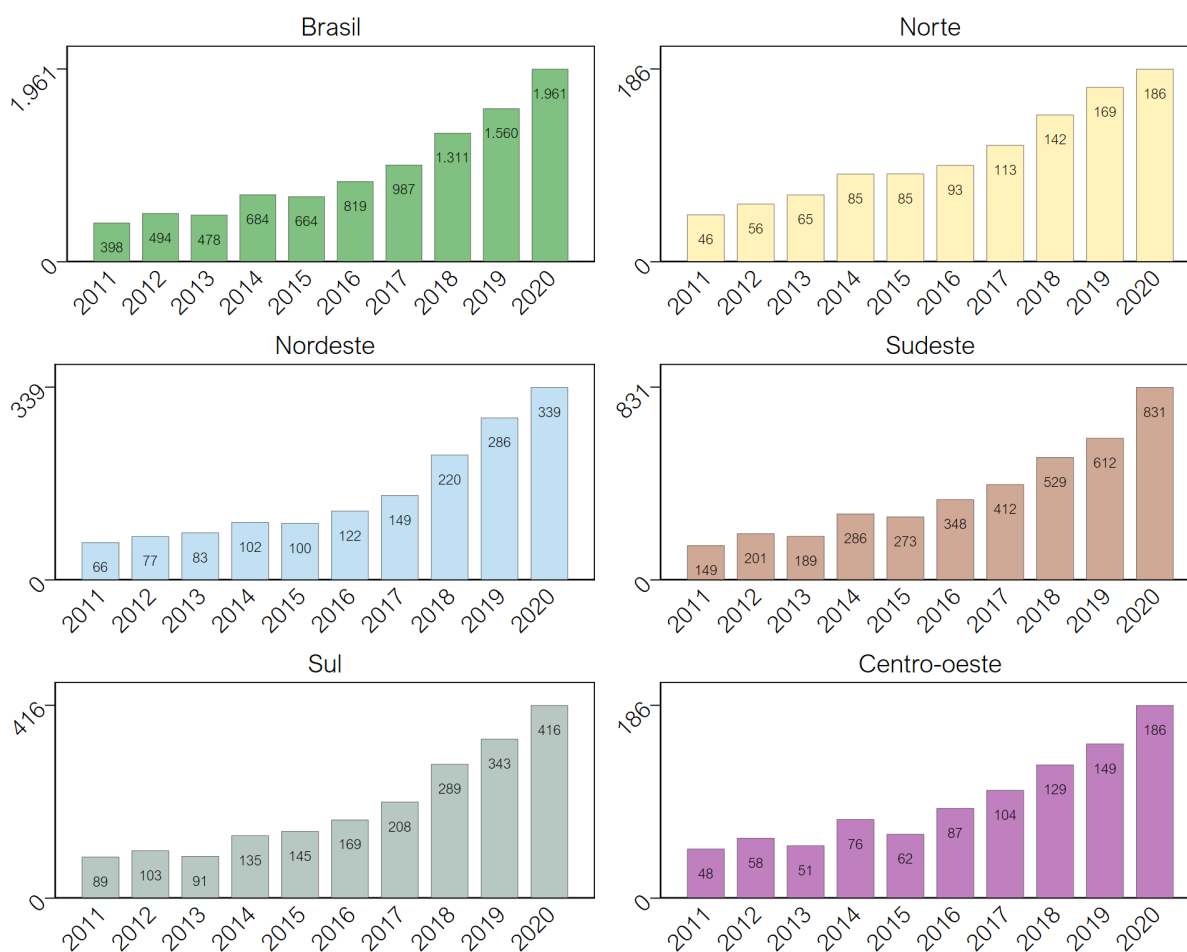
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.14: Ingressantes em cursos presenciais do ensino superior privado (em milhares)



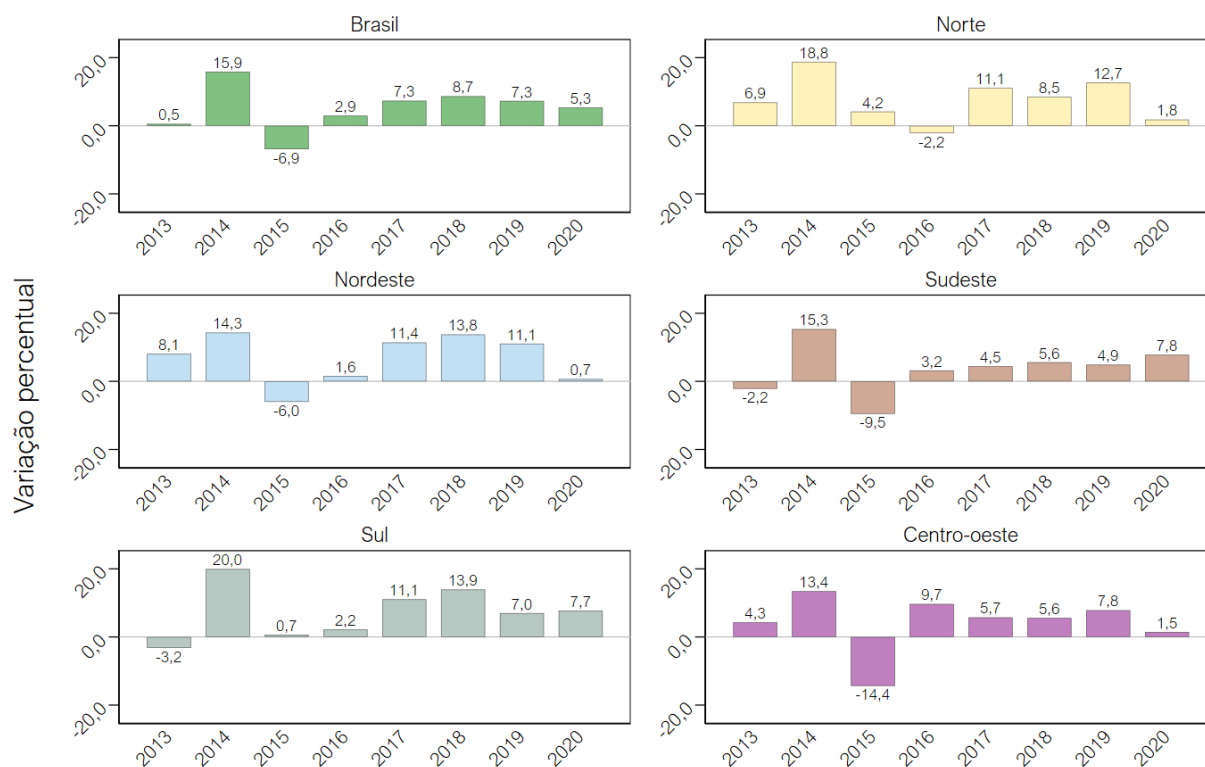
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.15: Ingressantes em cursos à distância do ensino superior privado (em milhares)



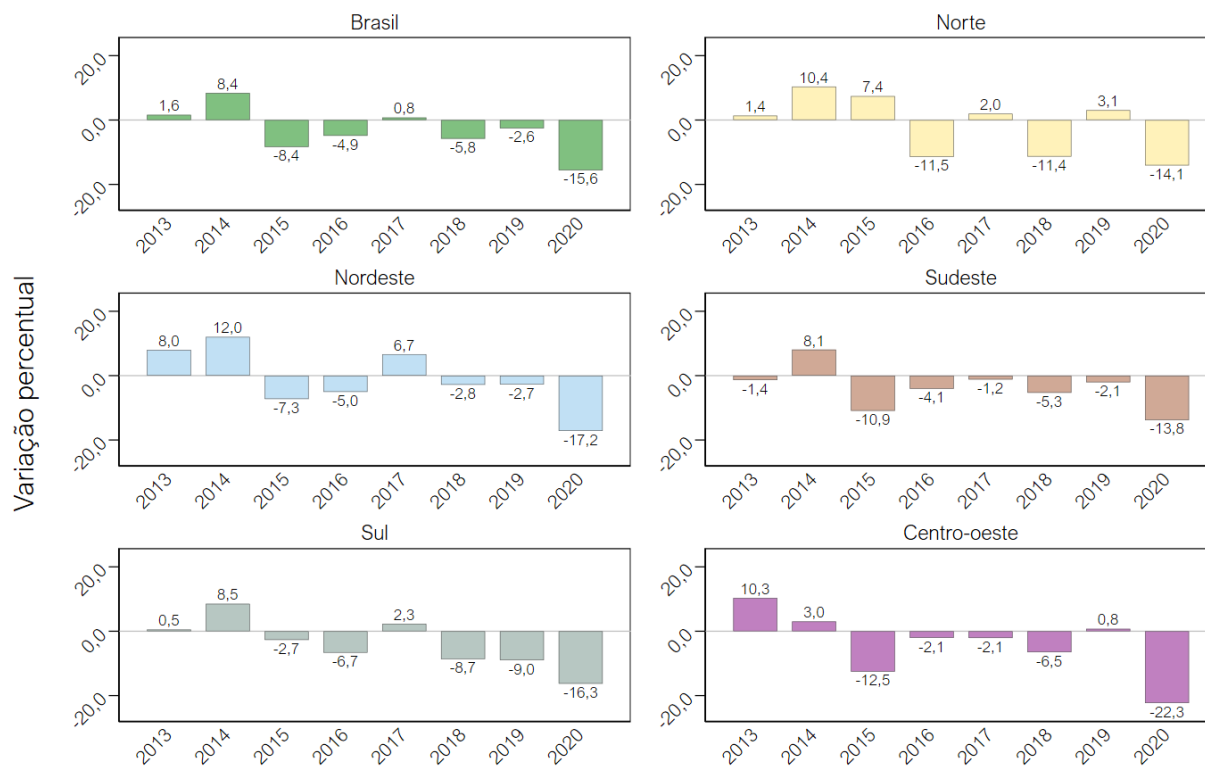
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.16: Taxa de variação anual de ingressantes na rede privada



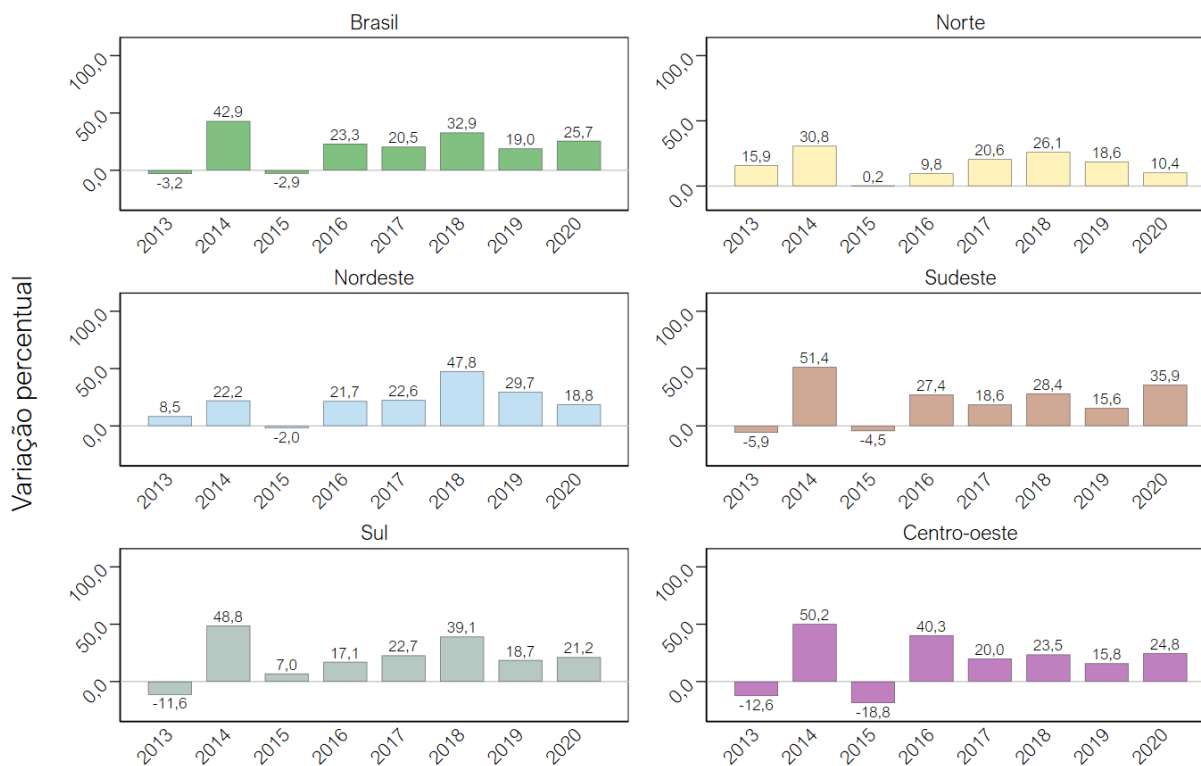
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.17: Taxa de variação anual de ingressantes em cursos presenciais na rede privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.18: Taxa de variação anual das matrículas em cursos à distância na rede privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 6.6: Cursos com maior número de ingressantes na rede privada

	2011		2020	
	Curso	Ingressantes	Curso	Ingressantes
Brasil	Negócios e administração	620.426	Negócios e administração	957.016
	Educação	296.331	Saúde	584.918
	Saúde	200.875	Educação	550.246
	Direito	181.310	Direito	221.337
	Computação e TIC	99.931	Computação e TIC	187.914
	Engenharia e profissões correlatas	96.695	Ciências sociais e comportamentais	132.151
	Arquitetura e construção	86.331	Engenharia e profissões correlatas	98.825
	Ciências sociais e comportamentais	53.963	Arquitetura e construção	86.408
	Produção e processamento	47.070	Serviços pessoais	66.564
	Bem-estar	45.424	Bem-estar	60.277
Norte	Negócios e administração	41.392	Negócios e administração	66.783
	Educação	23.840	Saúde	58.381
	Saúde	15.345	Educação	56.809
	Direito	11.687	Direito	20.673
	Computação e TIC	6.631	Computação e TIC	9.755
	Bem-estar	6.618	Engenharia e profissões correlatas	8.437
	Engenharia e profissões correlatas	6.310	Bem-estar	7.627
	Arquitetura e construção	4.108	Ciências sociais e comportamentais	6.702
	Ciências sociais e comportamentais	2.646	Arquitetura e construção	5.742
	Produção e processamento	2.552	Serviços de segurança	5.348
Nordeste	Negócios e administração	93.350	Negócios e administração	148.666
	Saúde	44.245	Saúde	132.160
	Direito	35.890	Educação	101.284
	Educação	35.015	Direito	46.838
	Bem-estar	17.658	Computação e TIC	27.552
	Computação e TIC	13.147	Ciências sociais e comportamentais	22.563
	Arquitetura e construção	10.163	Bem-estar	15.943
	Engenharia e profissões correlatas	8.809	Arquitetura e construção	15.020
	Ciências sociais e comportamentais	8.641	Serviços de segurança	13.374
	Produção e processamento	7.201	Engenharia e profissões correlatas	13.241
Sudeste	Negócios e administração	312.109	Negócios e administração	457.771
	Educação	152.604	Saúde	255.759
	Saúde	96.953	Educação	237.119
	Direito	80.155	Computação e TIC	100.824
	Engenharia e profissões correlatas	59.977	Direito	98.882
	Computação e TIC	55.362	Ciências sociais e comportamentais	71.869
	Arquitetura e construção	51.074	Engenharia e profissões correlatas	51.581
	Produção e processamento	31.148	Arquitetura e construção	42.971
	Ciências sociais e comportamentais	29.074	Artes	30.983
	Artes	20.687	Serviços pessoais	30.780
Sul	Negócios e administração	114.453	Negócios e administração	196.382
	Educação	53.962	Educação	105.181
	Direito	30.197	Saúde	83.858
	Saúde	23.502	Computação e TIC	32.594
	Engenharia e profissões correlatas	15.436	Direito	30.951
	Computação e TIC	14.595	Ciências sociais e comportamentais	19.198
	Arquitetura e construção	11.464	Engenharia e profissões correlatas	18.010
	Ciências sociais e comportamentais	9.616	Arquitetura e construção	14.051
	Artes	6.418	Serviços pessoais	11.601
	Produção e processamento	4.715	Artes	11.537
Centro-oeste	Negócios e administração	59.122	Negócios e administração	86.809
	Educação	30.910	Saúde	54.748
	Direito	23.381	Educação	49.530
	Saúde	20.830	Direito	23.958
	Computação e TIC	10.196	Computação e TIC	16.908
	Arquitetura e construção	9.522	Ciências sociais e comportamentais	11.745
	Engenharia e profissões correlatas	6.163	Arquitetura e construção	8.624
	Bem-estar	4.526	Agricultura	7.514
	Ciências sociais e comportamentais	3.986	Engenharia e profissões correlatas	7.502
	Serviços pessoais	2.347	Serviços pessoais	6.199

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Nota: a expressão Tecnologias da Informação e Comunicação foi abreviada como TIC.

Tabela 6.7: Cursos com maior número de ingressantes em cursos presenciais na rede privada

	2011		2020	
	Curso	Ingressantes	Curso	Ingressantes
Brasil	Negócios e administração	434.348	Saúde	351.513
	Saúde	200.554	Negócios e administração	213.786
	Direito	181.156	Direito	204.308
	Educação	152.853	Ciências sociais e comportamentais	113.831
	Arquitetura e construção	85.677	Educação	68.604
	Engenharia e profissões correlatas	84.049	Computação e TIC	64.768
	Computação e TIC	83.979	Arquitetura e construção	60.842
	Ciências sociais e comportamentais	53.145	Engenharia e profissões correlatas	48.634
	Produção e processamento	44.201	Veterinária	33.402
	Artes	33.526	Serviços pessoais	29.365
Norte	Negócios e administração	20.445	Saúde	23.998
	Saúde	15.178	Direito	18.061
	Direito	11.687	Negócios e administração	10.066
	Educação	10.295	Ciências sociais e comportamentais	5.634
	Computação e TIC	4.484	Educação	4.266
	Arquitetura e construção	4.108	Arquitetura e construção	3.479
	Engenharia e profissões correlatas	3.392	Engenharia e profissões correlatas	2.936
	Bem-estar	2.959	Computação e TIC	2.394
	Ciências sociais e comportamentais	2.376	Serviços pessoais	1.872
	Produção e processamento	1.467	Veterinária	1.757
Nordeste	Negócios e administração	63.686	Saúde	79.966
	Saúde	44.227	Direito	42.900
	Direito	35.890	Negócios e administração	35.222
	Educação	16.474	Ciências sociais e comportamentais	20.243
	Computação e TIC	10.429	Educação	12.506
	Arquitetura e construção	10.163	Arquitetura e construção	10.948
	Ciências sociais e comportamentais	8.550	Computação e TIC	9.394
	Engenharia e profissões correlatas	7.232	Serviços pessoais	6.756
	Produção e processamento	7.038	Engenharia e profissões correlatas	6.029
	Bem-estar	5.940	Veterinária	4.387
Sudeste	Negócios e administração	247.545	Saúde	175.925
	Saúde	96.875	Negócios e administração	127.979
	Educação	88.651	Direito	93.650
	Direito	80.155	Ciências sociais e comportamentais	62.540
	Engenharia e profissões correlatas	56.120	Computação e TIC	39.762
	Arquitetura e construção	50.591	Educação	38.712
	Computação e TIC	48.739	Arquitetura e construção	31.353
	Produção e processamento	29.630	Engenharia e profissões correlatas	29.919
	Ciências sociais e comportamentais	28.772	Veterinária	18.785
	Artes	20.654	Artes	18.051
Sul	Negócios e administração	66.712	Saúde	38.193
	Direito	30.043	Direito	27.851
	Saúde	23.501	Negócios e administração	25.616
	Educação	22.425	Ciências sociais e comportamentais	15.418
	Engenharia e profissões correlatas	12.921	Arquitetura e construção	9.045
	Computação e TIC	12.045	Computação e TIC	7.912
	Arquitetura e construção	11.359	Educação	7.359
	Ciências sociais e comportamentais	9.532	Engenharia e profissões correlatas	7.143
	Artes	6.351	Veterinária	5.380
	Produção e processamento	4.670	Artes	4.305
Centro-oeste	Negócios e administração	35.960	Saúde	33.431
	Direito	23.381	Direito	21.846
	Saúde	20.773	Negócios e administração	14.903
	Educação	15.008	Ciências sociais e comportamentais	9.996
	Arquitetura e construção	9.456	Arquitetura e construção	6.017
	Computação e TIC	8.282	Educação	5.761
	Engenharia e profissões correlatas	4.384	Computação e TIC	5.306
	Ciências sociais e comportamentais	3.915	Veterinária	3.093
	Serviços pessoais	2.142	Agricultura	3.029
	Artes	2.097	Serviços pessoais	2.813

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Nota: a expressão Tecnologias da Informação e Comunicação foi abreviada como TIC.

Tabela 6.8: Cursos com maior número de ingressantes em cursos à distância na rede privada

	2011		2020	
	Curso	Ingressantes	Curso	Ingressantes
Brasil	Negócios e administração	186.078	Negócios e administração	743.230
	Educação	143.478	Educação	481.642
	Bem-estar	26.535	Saúde	233.405
	Computação e TIC	15.952	Computação e TIC	123.146
	Engenharia e profissões correlatas	12.646	Bem-estar	54.399
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	3.608	Serviços de segurança	52.643
	Produção e processamento	2.869	Engenharia e profissões correlatas	50.191
	Serviços pessoais	1.343	Serviços pessoais	37.199
	Humanidades (exceto línguas)	1.181	Artes	28.084
	Serviços de segurança	1.116	Arquitetura e construção	25.566
Norte	Negócios e administração	20.947	Negócios e administração	56.717
	Educação	13.545	Educação	52.543
	Bem-estar	3.659	Saúde	34.383
	Engenharia e profissões correlatas	2.918	Computação e TIC	7.361
	Computação e TIC	2.147	Bem-estar	6.959
	Produção e processamento	1.085	Engenharia e profissões correlatas	5.501
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	501	Serviços de segurança	5.187
	Ciências sociais e comportamentais	270	Serviços pessoais	3.104
	Saúde	167	Direito	2.612
	Serviços pessoais	165	Arquitetura e construção	2.263
Nordeste	Negócios e administração	29.664	Negócios e administração	113.444
	Educação	18.541	Educação	88.778
	Bem-estar	11.718	Saúde	52.194
	Computação e TIC	2.718	Computação e TIC	18.158
	Engenharia e profissões correlatas	1.577	Bem-estar	13.828
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	1.236	Serviços de segurança	13.272
	Serviços pessoais	222	Engenharia e profissões correlatas	7.212
	Produção e processamento	163	Serviços pessoais	6.199
	Humanidades (exceto línguas)	130	Artes	4.096
	Serviços de segurança	107	Arquitetura e construção	4.072
Sudeste	Negócios e administração	64.564	Negócios e administração	329.792
	Educação	63.953	Educação	198.407
	Computação e TIC	6.623	Saúde	79.834
	Bem-estar	5.989	Computação e TIC	61.062
	Engenharia e profissões correlatas	3.857	Engenharia e profissões correlatas	21.662
	Produção e processamento	1.518	Bem-estar	21.253
	Serviços pessoais	576	Serviços de segurança	20.232
	Arquitetura e construção	483	Serviços pessoais	16.383
	Humanidades (exceto línguas)	442	Artes	12.932
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	373	Produção e processamento	11.786
Sul	Negócios e administração	47.741	Negócios e administração	170.766
	Educação	31.537	Educação	97.822
	Computação e TIC	2.550	Saúde	45.665
	Engenharia e profissões correlatas	2.515	Computação e TIC	24.682
	Bem-estar	1.961	Engenharia e profissões correlatas	10.867
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	1.148	Serviços de segurança	9.506
	Serviços de segurança	395	Bem-estar	8.420
	Humanidades (exceto línguas)	355	Serviços pessoais	8.074
	Agricultura	250	Artes	7.232
	Serviços pessoais	175	Produção e processamento	5.487
Centro-oeste	Negócios e administração	23.162	Negócios e administração	71.906
	Educação	15.902	Educação	43.769
	Bem-estar	3.208	Saúde	21.317
	Computação e TIC	1.914	Computação e TIC	11.602
	Engenharia e profissões correlatas	1.779	Engenharia e profissões correlatas	4.895
	Higiene e serviços de saúde ocupacional	350	Agricultura	4.485
	Agricultura	311	Serviços de segurança	4.436
	Serviços de segurança	263	Bem-estar	3.917
	Serviços pessoais	205	Serviços pessoais	3.386
	Humanidades (exceto línguas)	125	Arquitetura e construção	2.607

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Nota: a expressão Tecnologias da Informação e Comunicação foi abreviada como TIC.

Tabela 6.9: Ingressantes na rede privada, em cursos presenciais e à distancia, por UF

	2011				2020			
	Matriculas – presencial (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Matriculas – EaD (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Matriculas – presencial (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Matriculas – EaD (em milhares)	% da Rede Superior Privada
Brasil	1.458.463	78,6	397.552	21,4	1.277.790	39,5	1.960.679	60,5
<i>Região Norte</i>	81.737	64,2	45.648	35,8	78.211	29,6	186.183	70,4
Rondônia	11.760	62,2	7.150	37,8	10.431	33,0	21.143	67,0
Acre	2.533	42,2	3.476	57,8	2.815	21,5	10.259	78,5
Amazonas	33.562	82,9	6.911	17,1	27.179	44,9	33.295	55,1
Roraima	4.104	68,4	1.895	31,6	2.068	20,8	7.889	79,2
Pará	16.556	44,7	20.465	55,3	25.382	22,7	86.645	77,3
Amapá	5.560	79,7	1.417	20,3	4.689	27,9	12.147	72,1
Tocantins	7.662	63,9	4.334	36,1	5.647	27,6	14.805	72,4
<i>Região Nordeste</i>	224.610	77,2	66.202	22,8	239.176	41,3	339.312	58,7
Maranhão	17.175	78,7	4.660	21,3	23.787	41,3	33.762	58,7
Piauí	11.309	85,8	1.865	14,2	12.643	42,3	17.274	57,7
Ceará	33.427	84,6	6.105	15,4	39.778	37,4	66.665	62,6
Rio Grande do Norte	17.818	90,9	1.793	9,1	14.215	40,5	20.888	59,5
Paraíba	14.199	82,5	3.008	17,5	18.381	43,0	24.336	57,0
Pernambuco	39.254	83,6	7.693	16,4	48.418	48,3	51.740	51,7
Alagoas	13.367	70,4	5.630	29,6	10.997	38,2	17.781	61,8
Sergipe	13.828	76,0	4.360	24,0	9.698	41,8	13.491	58,2
Bahia	64.233	67,4	31.088	32,6	61.259	39,6	93.375	60,4
<i>Região Sudeste</i>	801.384	84,3	149.116	15,7	685.977	45,2	831.461	54,8
Minas Gerais	140.439	77,0	41.865	23,0	106.387	37,2	179.614	62,8
Espirito Santo	25.765	73,2	9.445	26,8	20.607	34,5	39.162	65,5
Rio de Janeiro	122.699	86,7	18.898	13,3	99.549	35,4	181.396	64,6
São Paulo	512.481	86,7	78.908	13,3	459.434	51,6	431.289	48,4
<i>Região Sul</i>	216.592	70,9	89.083	29,1	161.229	27,9	416.256	72,1
Paraná	74.840	73,0	27.656	27,0	62.437	29,4	149.794	70,6
Santa Catarina	43.377	61,0	27.756	39,0	45.595	27,5	120.439	72,5
Rio Grande do Sul	98.375	74,5	33.671	25,5	53.197	26,7	146.023	73,3
<i>Região Centro-Oeste</i>	134.140	73,8	47.503	26,2	113.197	37,9	185.745	62,1
Mato Grosso do Sul	15.670	57,9	11.393	42,1	15.552	30,0	36.301	70,0
Mato Grosso	25.743	66,5	12.954	33,5	19.938	30,7	45.013	69,3
Goiás	47.215	78,1	13.243	21,9	38.271	39,9	57.573	60,1
Distrito Federal	45.512	82,1	9.913	17,9	39.436	45,7	46.858	54,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

6.3 Concluintes

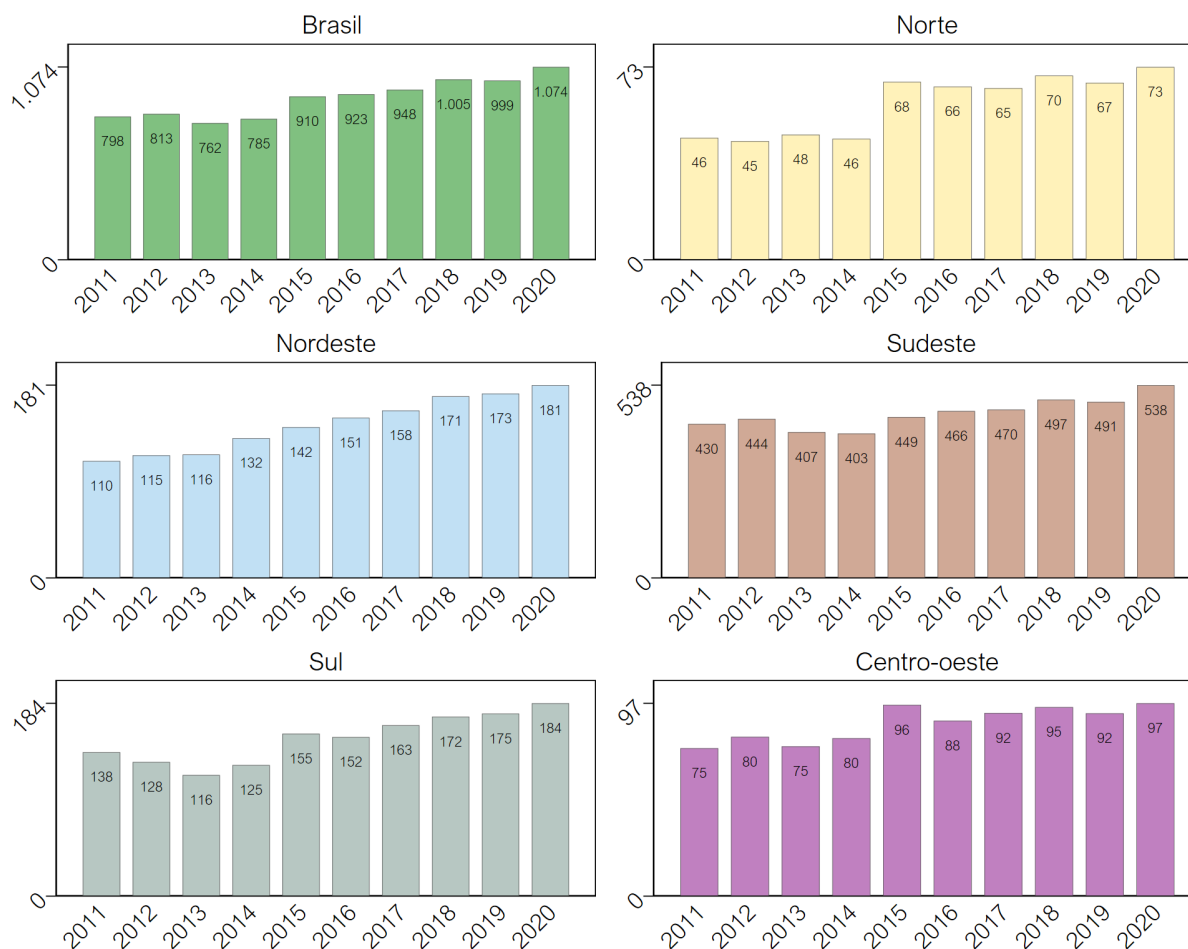
Nesta seção, são apresentados os dados de concluintes do ensino superior privado. As principais conclusões são as seguintes:

- O número total de concluintes em cursos do ensino superior privado teve aumento em todas as regiões brasileiras entre 2011 e 2020 (figura 6.19). A nível nacional, o aumento de ingressantes foi na ordem de 35%, passando de 798 mil novos egressos em 2011 para 1,07 milhão de graduados em 2020. A região Nordeste teve o maior aumento percentual no período, passando de 110 mil para 181 mil concluintes (aumento de 65%). A seguir vem a região Norte (59%), a região Sul (33%), a região Centro-Oeste (29%) e a região Sudeste (25%).
- A heterogeneidade entre as modalidades dos cursos novamente explica significativamente a trajetória do número de concluintes na Educação Superior privada no Brasil (figuras 6.20 e 6.21). A nível nacional, o ensino presencial teve pico no número de concluintes em 2018. Ao final de 2020, a maior parte das regiões tinha uma quantidade de concluintes em cursos da rede privada presencial semelhante àquela verificada em 2011. No agregado brasileiro, houve leve aumento no total de egressos em 2020, passando de 670 mil para 692 mil estudantes (3%).
- Com efeito, as regiões Sudeste e Sul tiveram pequena redução percentual no número de concluintes em 2020 comparado a 2011 na ordem de -3%

e -2% respectivamente. Já as regiões Centro-Oeste (1,2%), Norte (1,2%) e Nordeste (1,3%) tiveram leve aumento no número de concluintes no período.

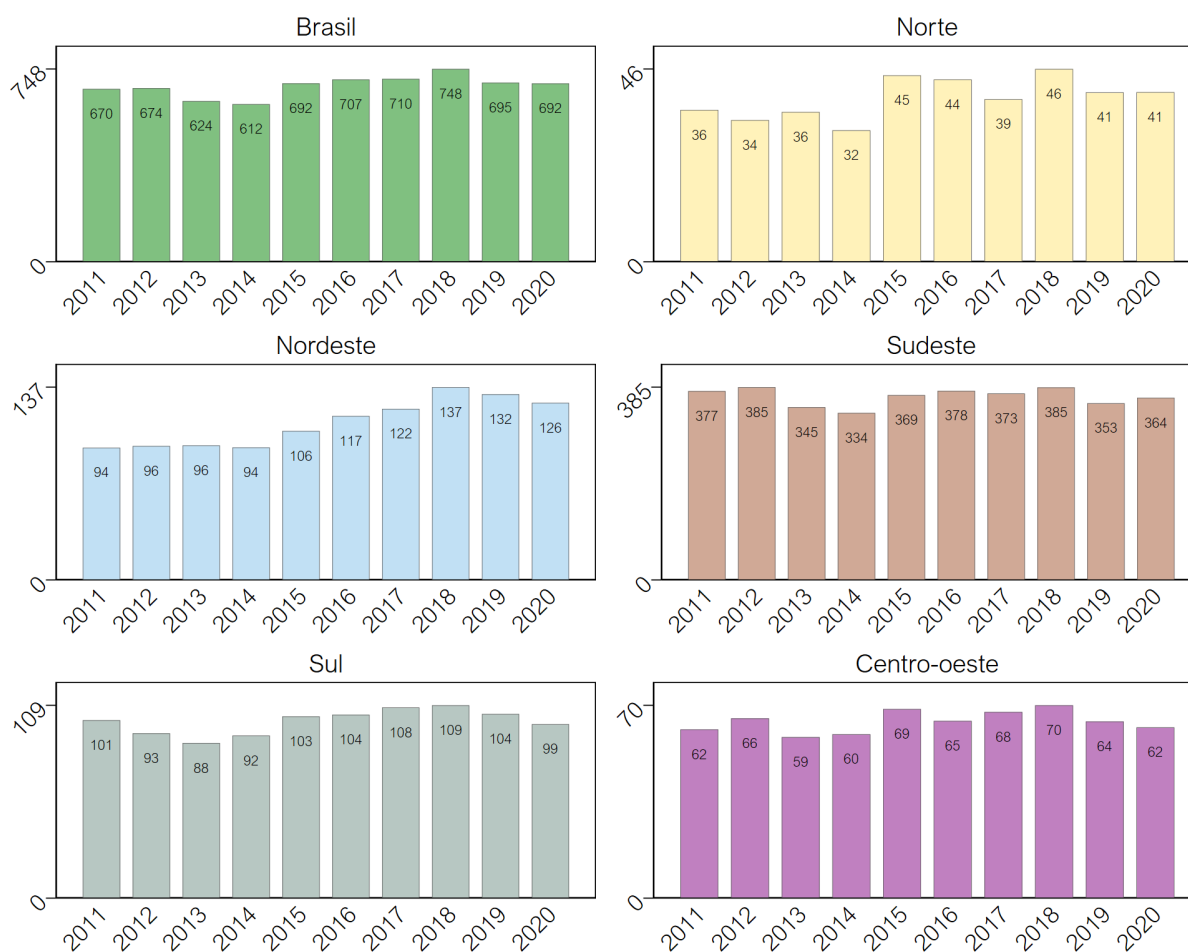
- O ensino à distância, por outro lado, apresentou forte crescimento no período entre 2011 e 2020. O número de concluintes na rede privada remota de ensino superior passou de 128 mil em 2011 para 383 mil de novos egressos em 2020, um aumento de mais de 199%. Essa mesma tendência se verificou nas regiões brasileiras. A região Norte teve aumento de 230% no período, a região Nordeste 244%, a região Sudeste 234%, a região Sul 132% e a região Centro-Oeste 169%.
- Importante frisar também que a participação do ensino à distância frente ao total de concluintes aumentou significativamente no período analisado. Enquanto, em 2011, os egressos do ensino remoto representavam apenas 16% do total de concluintes da rede privada, em 2020, 35,6% dos graduados, ou seja, mais de um terço dos alunos formados no ensino superior privado, eram de cursos remotos.

Figura 6.19: Concluintes no ensino superior privado (em milhares)



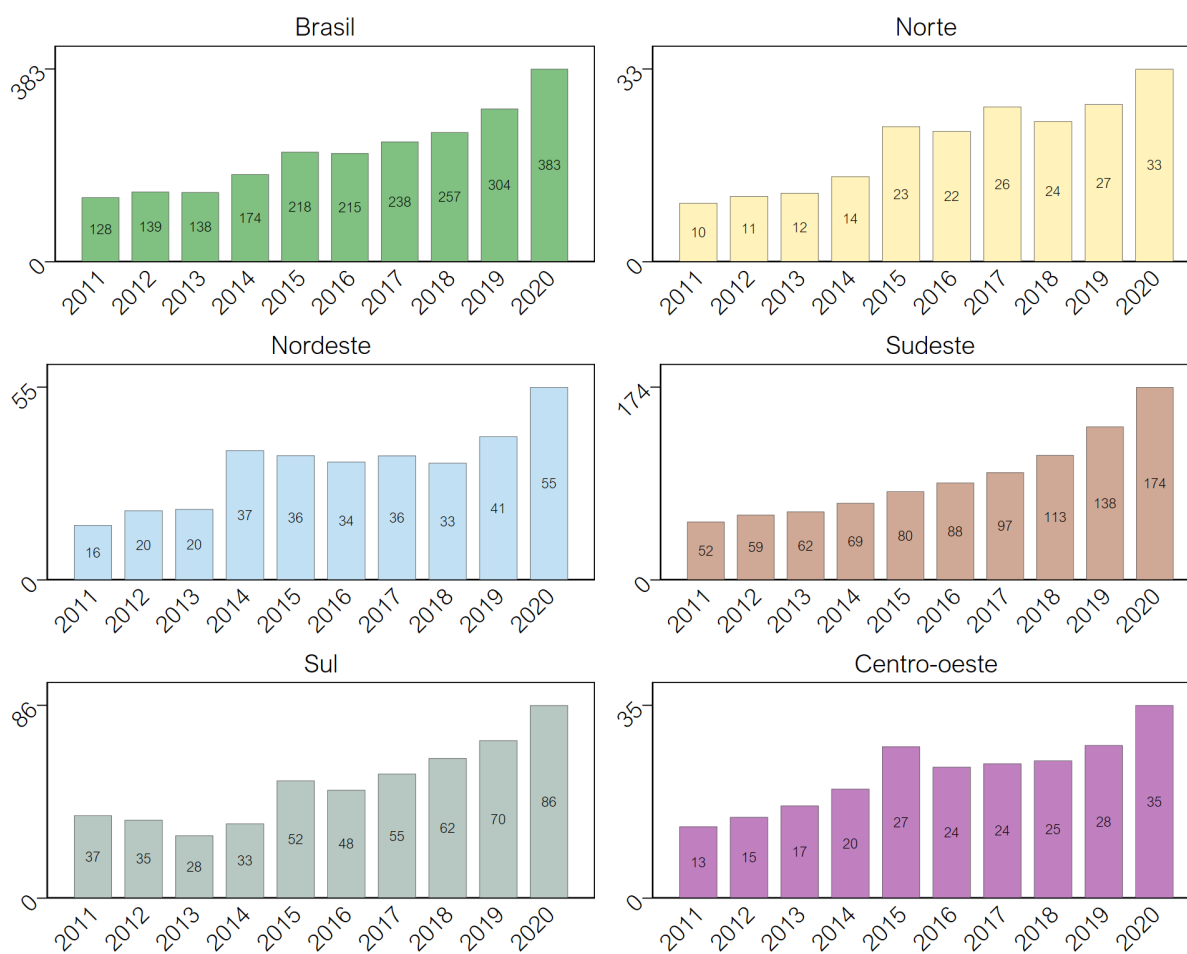
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.20: Concluintes em cursos presenciais do ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.21: Concluintes em cursos à distância do ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 6.10: Concluintes na rede privada, em cursos presenciais e à distancia, por UF

	2011				2020			
	Concluintes – presencial (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Concluintes – EaD (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Concluintes – presencial (em milhares)	% da Rede Superior Privada	Concluintes – EaD (em milhares)	% da Rede Superior Privada
Brasil	670.495	84,0	127.853	16,0	691.864	64,4	382.584	35,6
<i>Região Norte</i>	36.413	78,6	9.931	21,4	40.657	55,5	32.540	44,5
Rorônia	5.920	73,8	2.100	26,2	5.184	52,7	4.653	47,3
Acre	1.872	61,4	1.177	38,6	2.069	48,0	2.244	52,0
Amazonas	12.811	93,2	931	6,8	12.890	76,0	4.074	24,0
Roraima	1.713	84,6	313	15,4	737	38,2	1.193	61,8
Pará	9.311	67,1	4.565	32,9	12.755	44,9	15.661	55,1
Amapá	1.806	92,8	141	7,2	2.824	59,1	1.952	40,9
Tocantins	2.980	80,9	704	19,1	4.198	60,3	2.763	39,7
<i>Região Nordeste</i>	94.342	85,8	15.657	14,2	126.286	69,6	55.117	30,4
Maranhão	8.198	87,1	1.212	12,9	13.541	79,7	3.442	20,3
Plauí	6.841	97,3	187	2,7	8.350	78,5	2.290	21,5
Ceará	11.129	93,6	764	6,4	21.471	68,6	9.807	31,4
Rio Grande do Norte	8.920	96,3	340	3,7	6.491	68,9	2.932	31,1
Paraíba	5.045	91,8	451	8,2	10.363	71,9	4.044	28,1
Pernambuco	17.304	91,4	1.622	8,6	20.499	72,0	7.962	28,0
Alagoas	4.624	74,8	1.558	25,2	5.725	58,2	4.120	41,8
Sergipe	4.361	84,2	819	15,8	4.831	69,4	2.129	30,6
Bahia	27.920	76,2	8.704	23,8	35.015	65,6	18.391	34,4
<i>Região Sudeste</i>	377.352	87,8	52.493	12,2	364.039	67,7	173.832	32,3
Minas Gerais	70.891	80,3	17.363	19,7	69.947	62,0	42.898	38,0
Espirito Santo	14.917	81,8	3.312	18,2	14.564	62,9	8.598	37,1
Rio de Janeiro	64.883	93,3	4.637	6,7	55.059	63,9	31.147	36,1
São Paulo	226.661	89,3	27.181	10,7	224.469	71,1	91.189	28,9
<i>Região Sul</i>	100.832	73,2	36.828	26,8	98.571	53,4	85.872	46,6
Paraná	42.405	72,0	16.491	28,0	40.739	55,5	32.630	44,5
Santa Catarina	21.421	70,2	9.077	29,8	24.819	49,0	25.844	51,0
Rio Grande do Sul	37.006	76,7	11.260	23,3	33.013	54,6	27.398	45,4
<i>Região Centro-Oeste</i>	61.556	82,6	12.944	17,4	62.311	64,1	34.853	35,9
Mato Grosso do Sul	6.500	75,5	2.105	24,5	8.669	52,5	7.830	47,5
Mato Grosso	9.295	72,1	3.596	27,9	11.790	60,8	7.610	39,2
Goiás	22.466	88,4	2.946	11,6	22.061	71,1	8.949	28,9
Distrito Federal	23.295	84,4	4.297	15,6	19.791	65,4	10.464	34,6

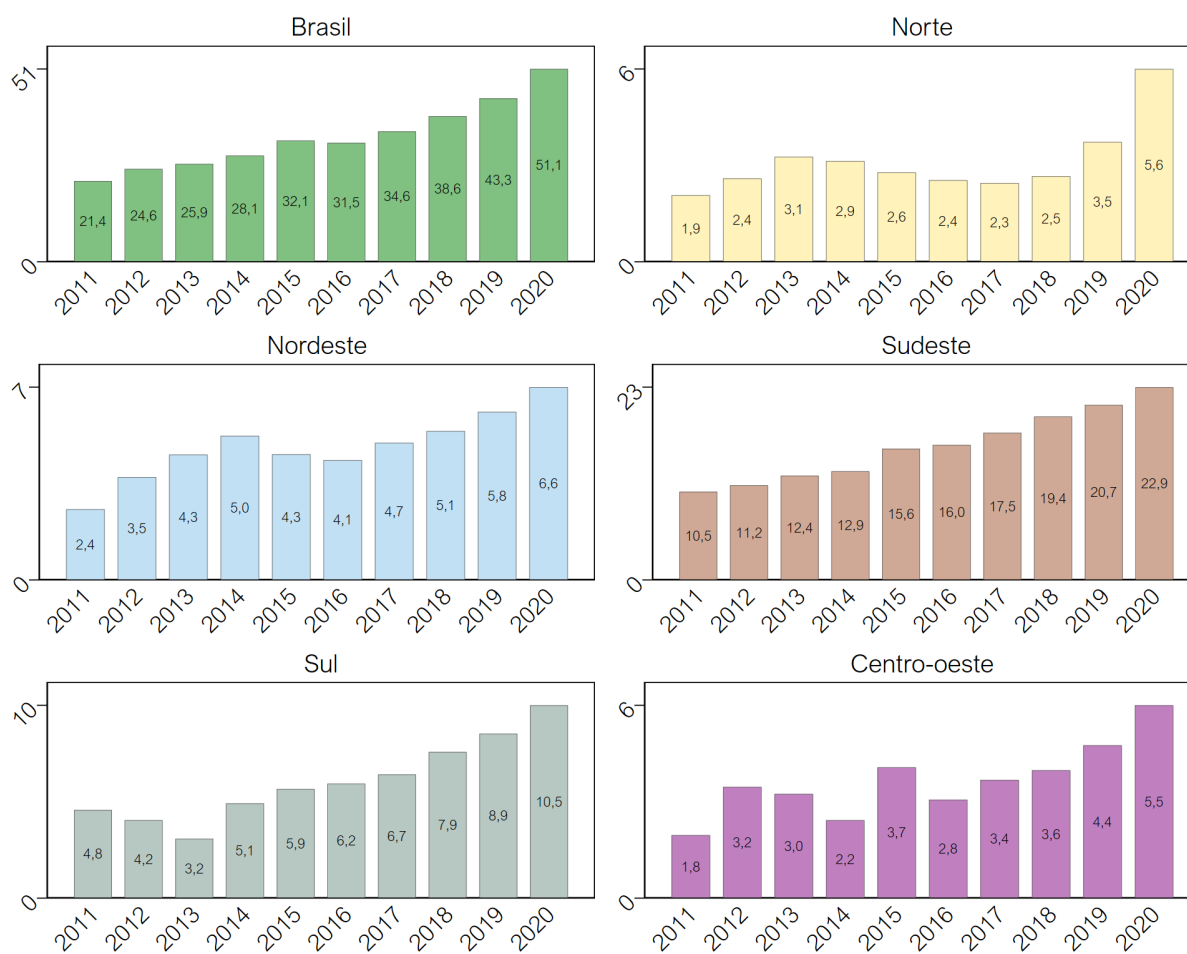
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

6.4 Estudantes com deficiência

Nesta seção, são apresentados os dados de estudantes com deficiência do ensino superior privado. As principais conclusões são as seguintes:

- Houve aumento no número de estudantes portadores de deficiência no ensino superior privado na última década, como se depreende da figura 6.22. No Brasil, em 2011, havia 21,4 mil estudantes com deficiência. Em 2020, esse número foi ampliado para 51,1 mil, um aumento de quase 140% em dez anos.
- As regiões que apresentaram os maiores aumentos percentuais foram as regiões Norte (195%) e Centro-Oeste(205%). A primeira contava com apenas 1,9 mil estudantes com deficiência em 2011, passando para 5,6 em uma década. De modo semelhante, o Centro-Oeste tinha 1,8 mil matrículas de ensino superior de estudantes com deficiência em 2011, mas ampliou esse número para 5,5 mil em 2020.
- Em número absolutos, a região Sudeste é a que detém o maior número de pessoas com deficiência matriculadas na rede de ensino superior privado. Em 2020, o número era de 22,9 mil estudantes, um aumento de 118% em dez anos.

Figura 6.22: Estudantes com deficiência no ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 6.11: Estudantes com deficiência no ensino superior privado, por UF

	2011	2020
Brasil	21.402	51.073
<i>Região Norte</i>	<i>1.939</i>	<i>5.618</i>
Rondônia	81	515
Acre	83	2.142
Amazonas	784	1.137
Roraima	33	98
Pará	687	1.184
Amapá	101	192
Tocantins	170	350
<i>Região Nordeste</i>	<i>2.428</i>	<i>6.622</i>
Maranhão	104	585
Piauí	157	293
Ceará	412	1.161
Rio Grande do Norte	141	335
Paraíba	172	658
Pernambuco	247	835
Alagoas	168	472
Sergipe	234	409
Bahia	793	1.874
<i>Região Sudeste</i>	<i>10.458</i>	<i>22.859</i>
Minas Gerais	1.703	4.365
Espírito Santo	234	826
Rio de Janeiro	646	3.402
São Paulo	7.875	14.266
<i>Região Sul</i>	<i>4.782</i>	<i>10.461</i>
Paraná	2.034	3.964
Santa Catarina	1.160	3.297
Rio Grande do Sul	1.588	3.200
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>1.795</i>	<i>5.502</i>
Mato Grosso do Sul	107	670
Mato Grosso	296	1.691
Goiás	494	1.569
Distrito Federal	898	1.572

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

6.5 Financiamento Estudantil

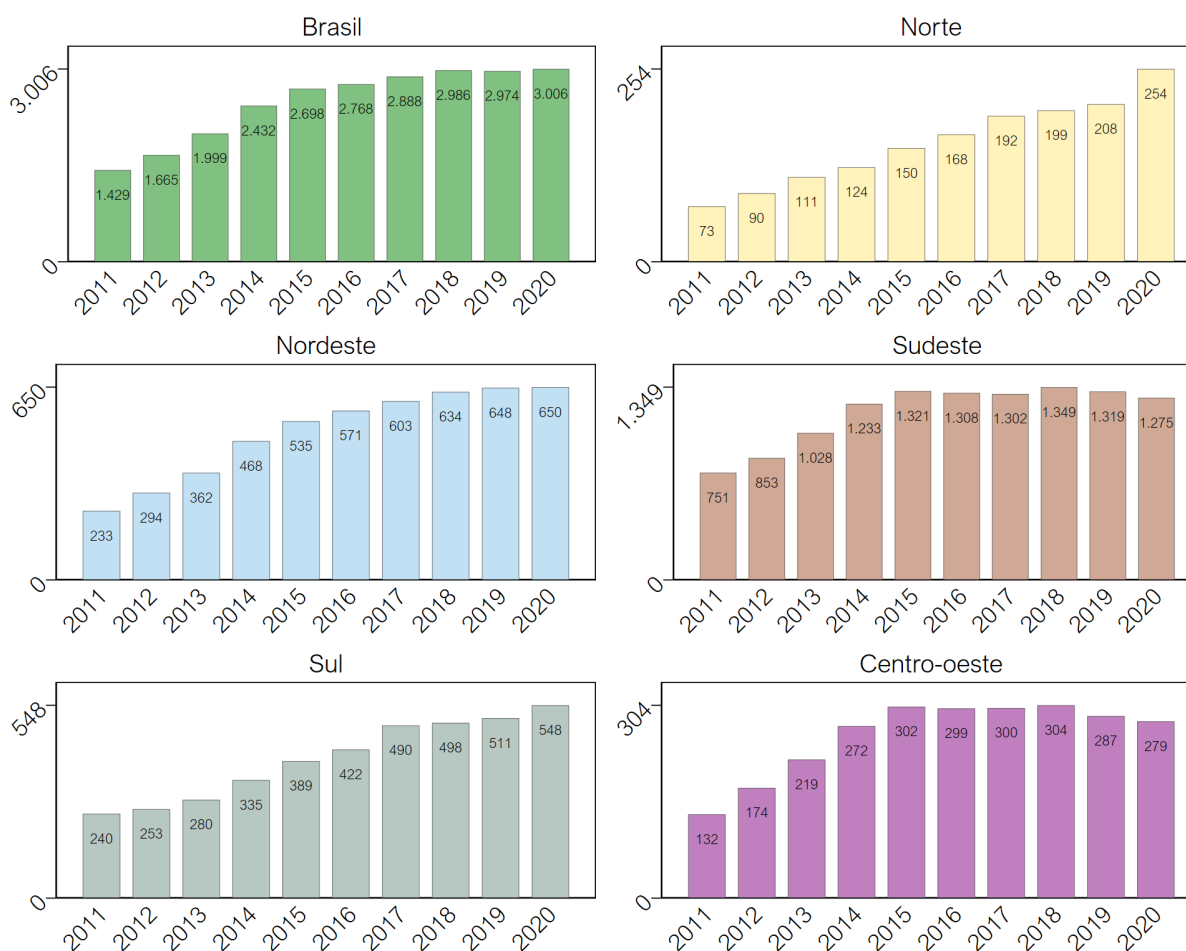
Nesta seção, são apresentados os dados de alunos com financiamento estudantil do ensino superior privado. As principais conclusões são as seguintes:

- Em 2020, havia mais de três milhões de estudantes de Ensino Superior que possuíam alguma forma de financiamento estudantil, o que representa um aumento de 110% em relação a 2011 (figura 6.23). Em que pese este aumento, o financiamento estudantil público perdeu participação no total, de modo que os alunos estão buscando outras formas de custeio das mensalidades.
- Com efeito, houve aumento na quantidade de estudantes de Ensino Superior beneficiários de todas as modalidades de financiamento público em 2020 frente ao início da década. O FIES teve aumento de 60% no número de beneficiários. O Prouni integral, 64%, e o Prouni parcial, 34%.
- Entretanto, a participação do custeio público no financiamento estudantil diminuiu nos últimos dez anos. Em 2011, o FIES e o Prouni (integral e parcial) representavam 41% do total de alunos com algum tipo de financiamento. Em 2020, essa razão diminuiu para 31%, o que significa que mais

de dois terços dos estudantes financiaram seus estudos integral ou parcialmente com a própria instituição de ensino, com instituições do exterior ou outras entidades externas.

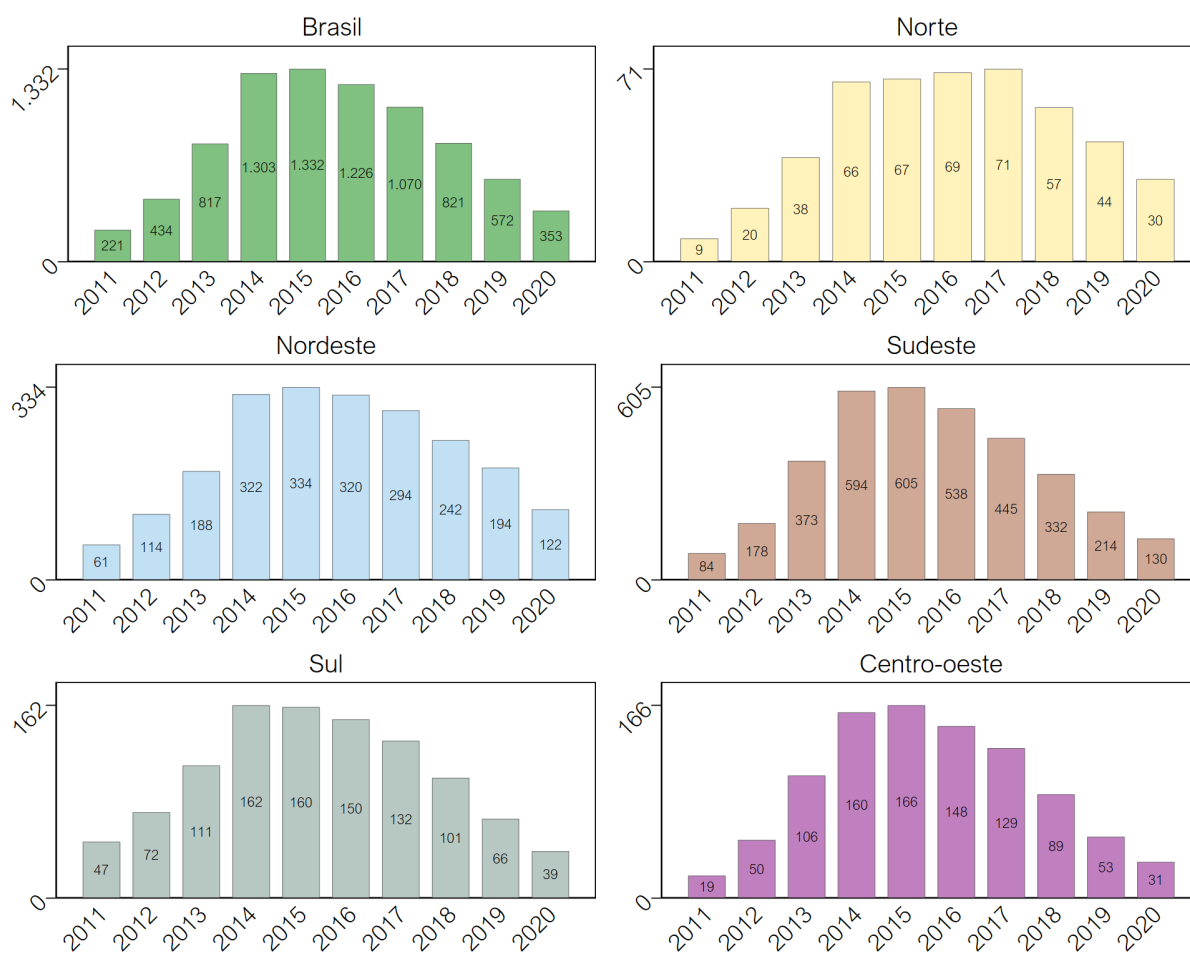
- Outro ponto importante de frisar é que houve um pico do financiamento público estudantil na segunda metade da última década no Brasil. A nível nacional, o FIES atingiu seu número máximo de beneficiários em 2015, ao passo que o Prouni teve maior número de beneficiários em 2017 (integral) e 2019 (parcial).

Figura 6.23: Estudantes com financiamento estudantil (total) no ensino superior privado (em milhares)



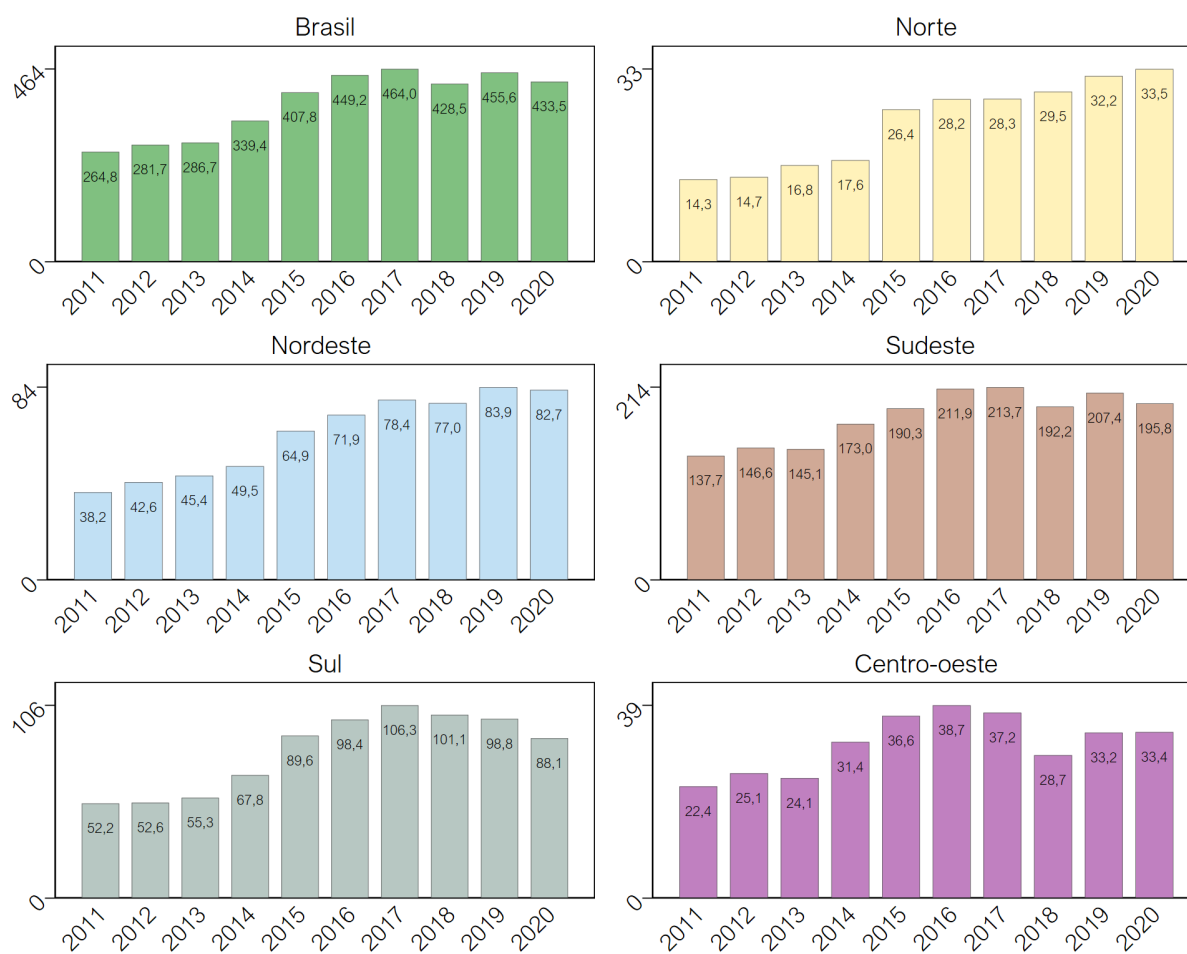
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.24: Estudantes com financiamento estudantil (FIES) no ensino superior privado (em milhares)



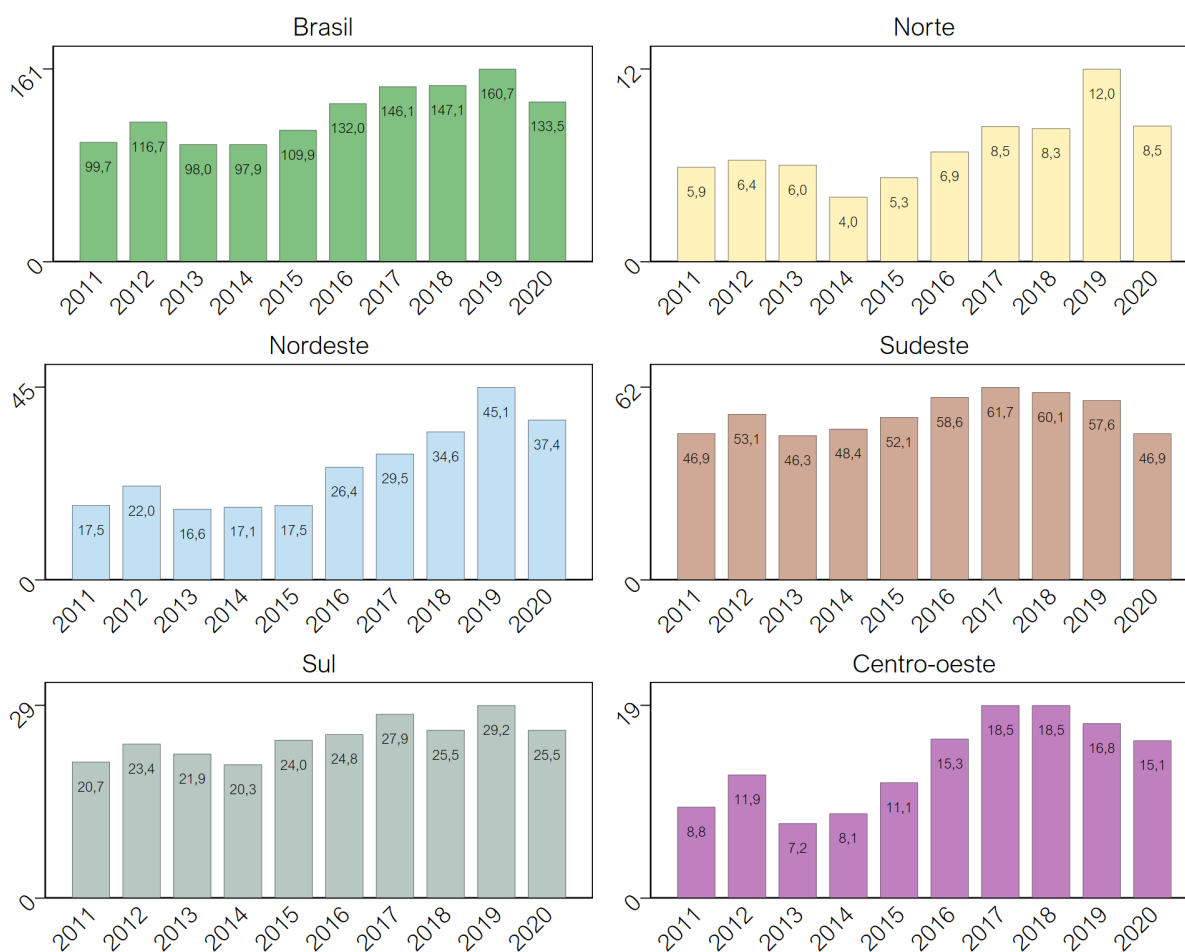
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.25: Estudantes com financiamento estudantil (Prouni integral) no ensino superior privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.26: Estudantes com financiamento estudantil (Prouni parcial) no ensino superior privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 6.12: Estudantes com financiamento estudantil (Total, FIES, Prouni Integral e Prouni Parcial) no ensino superior privado, por UF

	2011				2020			
	Financiamento estudantil (total)	FIES	Prouni Integral	Prouni Parcial	Financiamento estudantil (total)	FIES	Prouni Integral	Prouni Parcial
Brasil	1.428.984	220.542	264.839	99.735	3.005.530	353.001	433.500	133.452
<i>Região Norte</i>	73.153	8.511	14.315	5.912	253.783	30.289	33.462	8.490
Rondônia	13.145	1.508	2.524	1.039	30.396	4.597	4.464	1.783
Acre	3.859	1.430	825	541	12.043	2.945	2.442	1.349
Amazonas	25.891	854	3.973	2.927	59.256	3.787	7.479	927
Roraima	4.542	149	431	132	8.643	697	742	23
Pará	13.782	2.443	4.324	1.082	106.179	11.935	12.848	3.327
Amapá	4.793	451	664	63	16.625	3.691	2.318	159
Tocantins	7.141	1.676	1.574	128	20.641	2.637	3.169	922
<i>Região Nordeste</i>	233.034	61.096	38.184	17.465	650.352	122.156	82.741	37.414
Maranhão	12.322	1.360	2.453	2.895	62.515	12.474	8.224	11.440
Piauí	10.929	5.551	2.776	1.039	29.333	3.443	2.039	2.215
Ceará	35.204	14.713	4.004	1.448	133.325	32.486	12.596	4.995
Rio Grande do Norte	22.147	5.223	2.321	3.196	44.446	5.286	5.192	507
Paraíba	14.298	4.017	2.222	928	50.374	11.254	7.823	1.179
Pernambuco	48.898	6.871	6.785	742	102.184	13.633	14.359	8.573
Alagoas	10.377	3.381	1.632	88	33.095	4.649	4.179	198
Sergipe	9.282	2.067	3.423	94	26.987	5.029	4.271	957
Bahia	69.577	17.913	12.568	7.035	168.093	33.902	24.058	7.350
<i>Região Sudeste</i>	751.111	84.235	137.706	46.929	1.274.676	130.063	195.815	46.927
Minas Gerais	198.391	42.967	31.595	13.831	332.494	46.754	45.086	21.470
Espírito Santo	27.996	4.816	4.322	1.230	67.952	8.036	7.844	3.930
Rio de Janeiro	170.137	9.057	20.908	1.404	364.784	23.951	32.814	1.608
São Paulo	354.587	27.395	80.881	30.464	509.446	51.322	110.071	19.919
<i>Região Sul</i>	239.540	47.361	52.196	20.671	547.745	39.386	88.127	25.472
Paraná	82.208	16.535	15.880	10.445	134.225	15.011	25.963	11.224
Santa Catarina	50.884	5.489	9.188	1.598	201.860	6.533	22.286	6.912
Rio Grande do Sul	106.448	25.337	27.128	8.628	211.660	17.842	39.878	7.336
<i>Região Centro-Oeste</i>	132.146	19.339	22.438	8.758	278.899	31.107	33.355	15.148
Mato Grosso do Sul	13.239	3.554	2.383	2.065	49.816	5.746	5.287	1.261
Mato Grosso	36.109	7.203	4.470	2.247	57.996	8.071	6.357	604
Goiás	44.849	5.032	8.002	2.278	93.101	10.087	12.745	5.305
Distrito Federal	37.949	3.550	7.583	2.168	77.986	7.203	8.966	7.978

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

6.6 Estabelecimentos

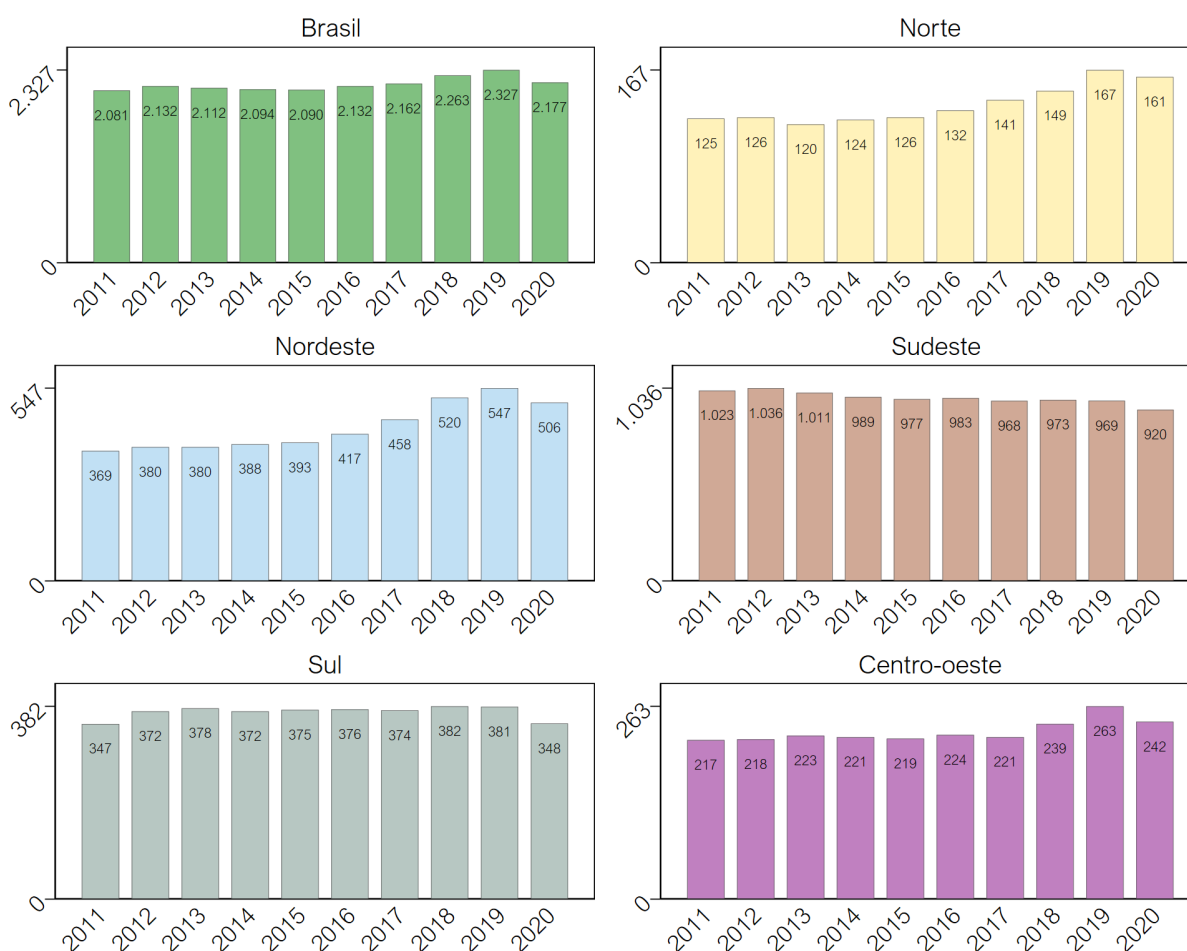
Nesta seção, são apresentados os dados de estabelecimentos que ofertam cursos da Educação Superior. As principais conclusões são as seguintes:

- O crescimento no número de estabelecimentos privados de Ensino Superior de 2011 para 2020 foi de 4,6%. Na região Sudeste, única com variação negativa no período, o número de estabelecimentos privados que ofertam vagas de nível superior caiu 10%. O número de estabelecimentos privados cresceu nas demais regiões, 28,8% na região Norte, 37,1% na região Nordeste, 0,3% na região Sul e 11,5% na região Centro-Oeste.
- A participação dos estabelecimentos privados frente aos públicos na Educação Superior também apresentou leve crescimento na última década no Brasil, passando de 88% do total para 88,6%. Entretanto, esse aumento da fração total dos estabelecimentos se deu de forma heterogênea ao longo das

regiões. Ao passo que as regiões Norte, Nordeste e Sudeste tiveram aumento relativo do número de estabelecimentos privados, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram movimento inverso, aumentando a participação de instalações públicas.

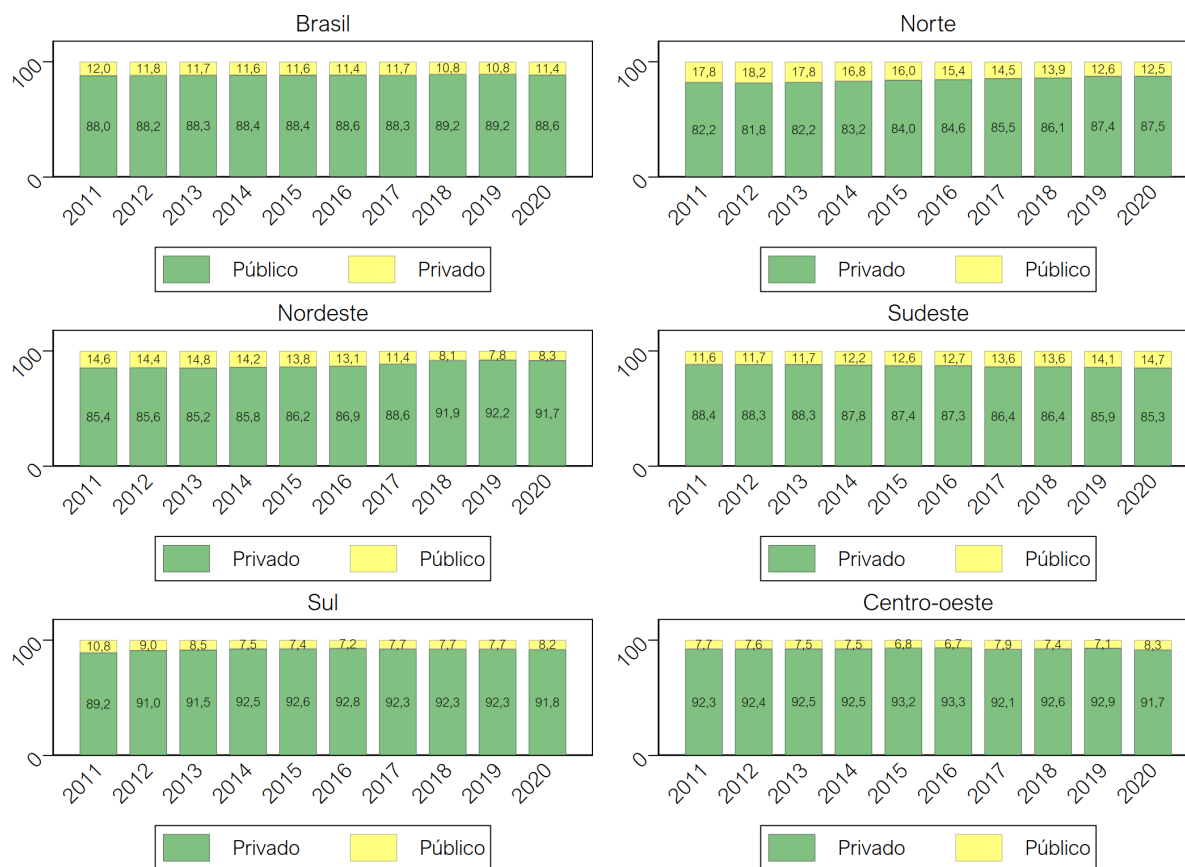
- As faculdades perderam espaço na última década, com os centros universitários aumentando sua participação relativa no número de estabelecimentos. Em 2011, cerca de 90% dos estabelecimentos eram faculdades e apenas 6% centros universitários, ao passo que, em 2020, eram 81,4% e 14,4% respectivamente. A proporção de universidades permaneceu relativamente constante – em torno de 4,2% – com pico no biênio 2012/2013, onde atingiu a participação relativa de 4,5% dos estabelecimentos.

Figura 6.27: Estabelecimentos de ensino superior privado



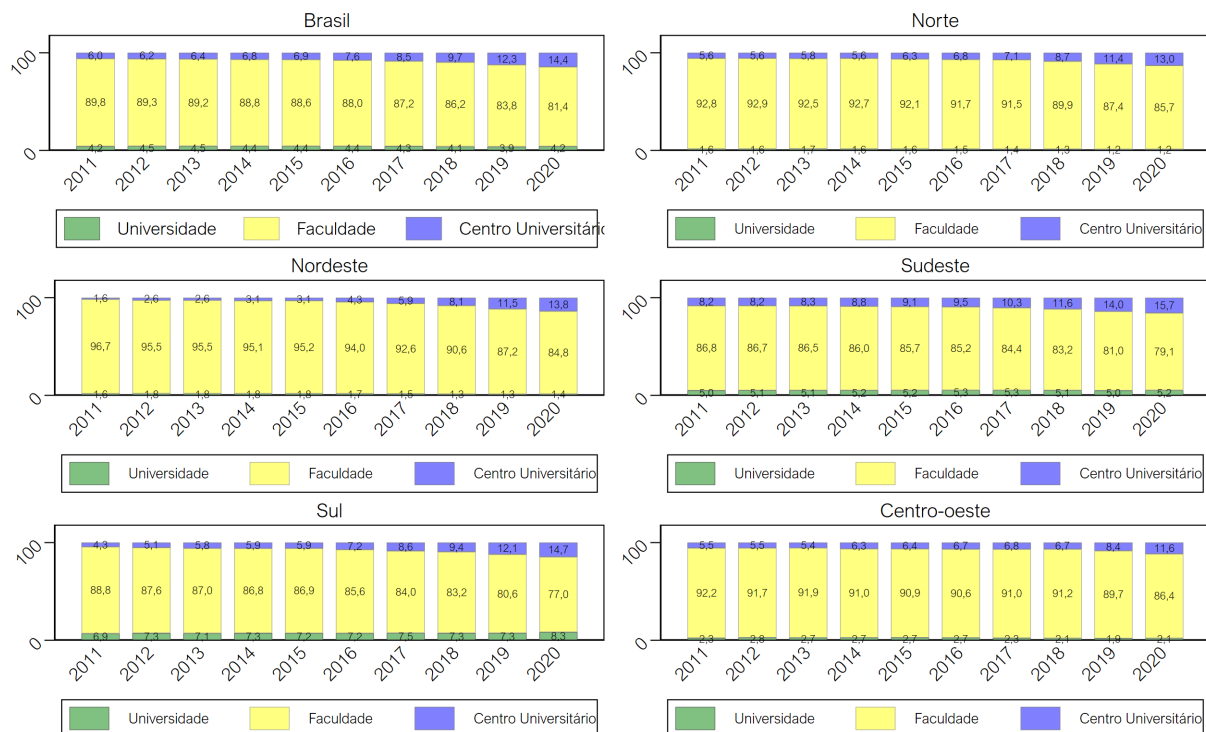
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.28: Percentual de estabelecimentos de ensino superior privados



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.29: Tipo de estabelecimentos de ensino como proporção do total de estabelecimentos de ensino superior privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 6.13: Estabelecimentos de ensino superior privado, por UF

	2011		2020	
	Estabelecimentos Privados	% da Rede de Ens. Superior	Estabelecimentos Privados	% da Rede de Ens. Superior
Brasil	2.081	88,0	2.177	88,6
<i>Região Norte</i>	125	82,2	161	87,5
Rondônia	30	93,8	28	93,3
Acre	9	81,8	9	81,8
Amazonas	16	84,2	22	88,0
Roraima	4	57,1	5	62,5
Pará	28	84,8	66	93,0
Amapá	13	81,3	12	80,0
Tocantins	25	73,5	19	79,2
<i>Região Nordeste</i>	369	85,4	506	91,7
Maranhão	27	90,0	50	94,3
Piauí	34	91,9	37	90,2
Ceará	47	88,7	82	92,1
Rio Grande do Norte	20	80,0	24	85,7
Paraíba	34	89,5	37	90,2
Pernambuco	66	70,2	106	93,0
Alagoas	22	84,6	26	86,7
Sergipe	12	85,7	16	88,9
Bahia	107	93,0	128	92,8
<i>Região Sudeste</i>	1.023	88,4	920	85,3
Minas Gerais	327	92,1	278	93,0
Espírito Santo	84	95,5	61	92,4
Rio de Janeiro	114	83,2	101	77,7
São Paulo	498	86,3	480	82,3
<i>Região Sul</i>	347	89,2	348	91,8
Paraná	164	88,6	150	92,0
Santa Catarina	82	88,2	96	92,3
Rio Grande do Sul	101	91,0	102	91,1
<i>Região Centro-Oeste</i>	217	92,3	242	91,7
Mato Grosso do Sul	33	89,2	30	88,2
Mato Grosso	54	94,7	60	93,8
Goiás	74	90,2	96	91,4
Distrito Federal	56	94,9	56	91,8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

6.7 Docentes

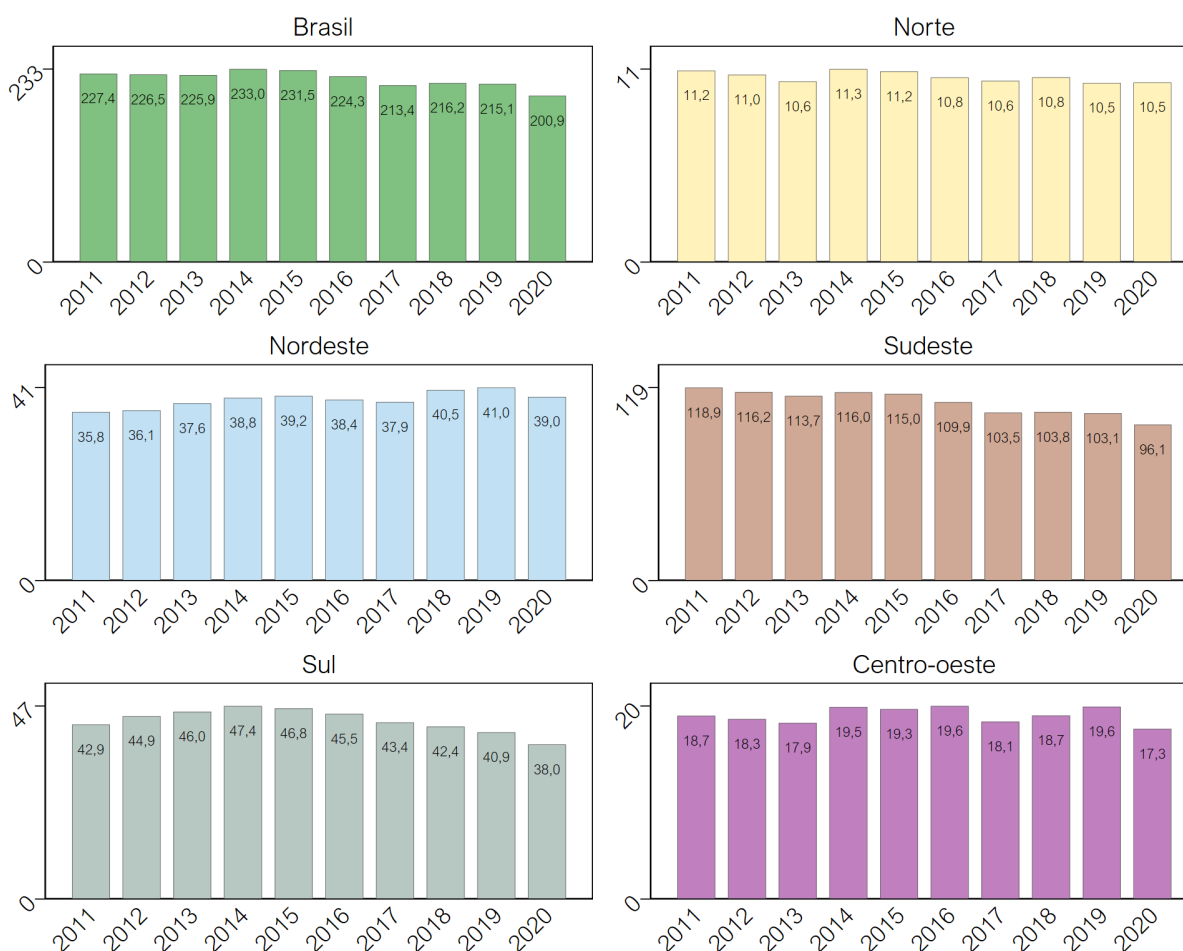
Nesta seção, são apresentados os dados de docentes do ensino superior privado. As principais conclusões são as seguintes:

- O número de docentes empregados no ensino superior privado apresentou queda ao longo da última década (figura 6.30). No Brasil, a redução do número de docentes foi na ordem de cerca de 12%, passando de 227,4 mil professores para pouco menos de 201 mil.
- Quanto às regiões, apenas o Nordeste apresentou aumento do número de professores. Entre 2011 e 2020, o número passou de 35,8 mil docentes para 39 mil, um aumento de 9%. As demais regiões apresentaram queda. O Norte teve redução de -6%, o Sudeste, -19%, o Sul, -11%, e o Centro-Oeste, -7%.
- O fato de o número de matrículas de ensino superior ter aumento no período,

associado à leve redução do número de docentes gerou aumento da razão de matrículas por docentes. A tendência já era positiva ao longo do período analisado, mas houve aumento significativo no ano de 2020, devido à pandemia da Covid-19.

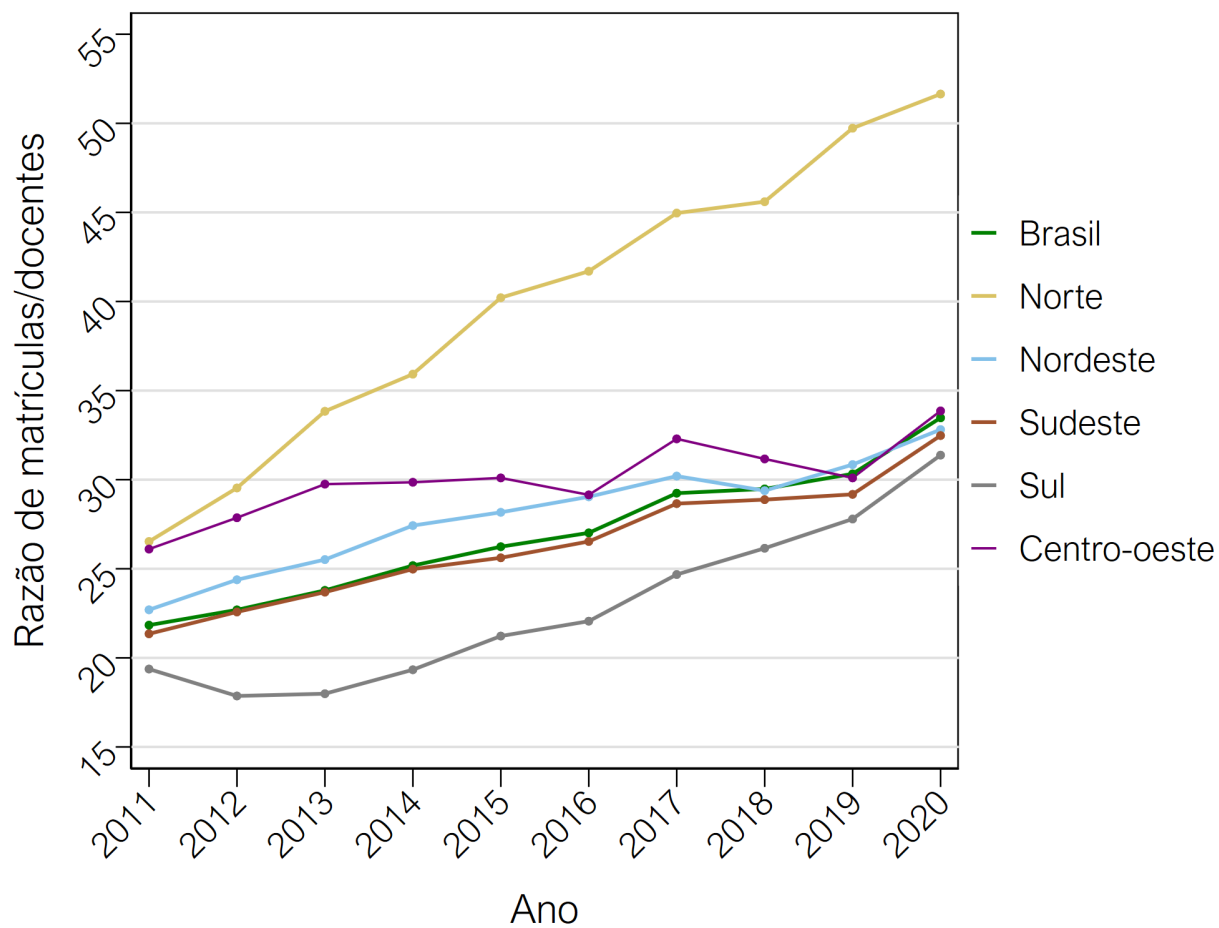
- A figura 6.31 mostra a evolução da razão de matrículas por professores do ensino superior privado. O Brasil passou de cerca 22 matrículas por docente em 2011 para aproximadamente 33 em 2020. O indicador apresentou tendência semelhante para as demais regiões brasileiras, à exceção da região Norte, que apresentou aumento bem mais expressivo.

Figura 6.30: Docentes no ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Figura 6.31: Razão de matrículas por docentes



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 6.14: Docentes no ensino superior privado, por UF

	Total de docentes		
	2011	2020	Var. %
Brasil	227.442	200.891	-12%
<i>Região Norte</i>	<i>11.229</i>	<i>10.535</i>	<i>-6%</i>
Rondônia	2.251	1.695	-25%
Acre	484	415	-14%
Amazonas	2.550	2.105	-17%
Roraima	455	254	-44%
Pará	3.231	4.243	31%
Amapá	822	706	-14%
Tocantins	1.436	1.117	-22%
<i>Região Nordeste</i>	<i>35.794</i>	<i>39.006</i>	<i>9%</i>
Maranhão	2.732	3.330	22%
Piauí	2.548	2.018	-21%
Ceará	5.062	6.721	33%
Rio Grande do Norte	2.242	1.618	-28%
Paraíba	3.098	3.634	17%
Pernambuco	6.164	7.724	25%
Alagoas	2.229	2.414	8%
Sergipe	1.552	1.675	8%
Bahia	10.167	9.872	-3%
<i>Região Sudeste</i>	<i>118.908</i>	<i>96.061</i>	<i>-19%</i>
Minas Gerais	27.279	22.305	-18%
Espírito Santo	4.854	3.673	-24%
Rio de Janeiro	20.045	16.347	-18%
São Paulo	66.730	53.736	-19%
<i>Região Sul</i>	<i>42.855</i>	<i>37.958</i>	<i>-11%</i>
Paraná	16.301	13.872	-15%
Santa Catarina	10.791	11.125	3%
Rio Grande do Sul	15.763	12.961	-18%
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>18.656</i>	<i>17.331</i>	<i>-7%</i>
Mato Grosso do Sul	2.531	2.391	-6%
Mato Grosso	3.576	3.308	-7%
Goiás	6.623	6.815	3%
Distrito Federal	5.926	4.817	-19%

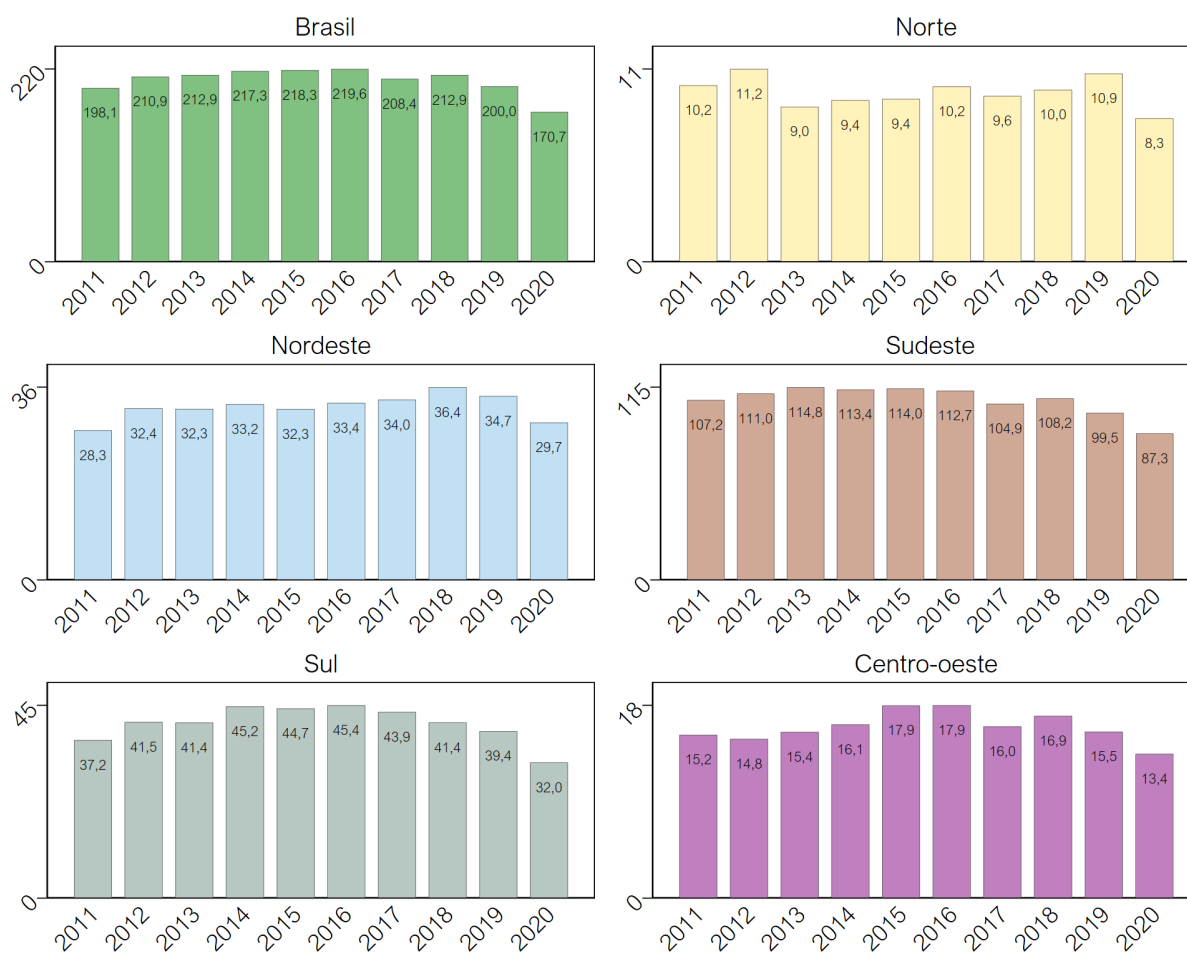
Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

6.8 Técnicos Administrativos

Nesta seção, são apresentados os dados de técnicos administrativos do ensino superior privado. As principais conclusões são as seguintes:

- O número de técnicos administrativos contratados no ensino superior privado apresentou queda ao longo dos últimos dez anos (figura 6.32). No Brasil, a redução do número de docentes foi na ordem de cerca de 14%, passando de 198 mil técnicos para pouco menos de 171 mil.
- Quanto às regiões, tal como analisado na seção de docentes, apenas o Nordeste apresentou aumento do número de técnicos contratados. Na última década, o número passou de 28,3 mil funcionários para 29,7 mil, um aumento de 5%. As demais regiões apresentaram queda. O Norte teve redução de -19%, o Sudeste, -19%, o Sul, -14%, e o Centro-Oeste, -12%.

Figura 6.32: Técnicos administrativos em estabelecimentos do ensino superior privado (em milhares)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Escolar do INEP.

Tabela 6.15: Técnicos administrativos em estabelecimentos do ensino superior privado, por UF

	Total de técnicos administrativos		Var. %
	2011	2020	
Brasil	198.050	170.688	-14%
<i>Região Norte</i>	<i>10.215</i>	<i>8.315</i>	<i>-19%</i>
Rondônia	1.643	2.045	24%
Acre	666	246	-63%
Amazonas	1.440	1.853	29%
Roraima	345	174	-50%
Pará	2.680	2.565	-4%
Amapá	665	445	-33%
Tocantins	2.776	987	-64%
<i>Região Nordeste</i>	<i>28.255</i>	<i>29.718</i>	<i>5%</i>
Maranhão	1.993	2.804	41%
Piauí	1.902	1.416	-26%
Ceará	4.372	5.994	37%
Rio Grande do Norte	1.806	1.459	-19%
Paraíba	1.816	2.481	37%
Pernambuco	4.798	5.124	7%
Alagoas	1.453	1.230	-15%
Sergipe	987	1.219	24%
Bahia	9.128	7.991	-12%
<i>Região Sudeste</i>	<i>107.153</i>	<i>87.281</i>	<i>-19%</i>
Minas Gerais	28.183	21.944	-22%
Espírito Santo	3.983	2.904	-27%
Rio de Janeiro	20.868	16.575	-21%
São Paulo	54.119	45.858	-15%
<i>Região Sul</i>	<i>37.247</i>	<i>31.963</i>	<i>-14%</i>
Paraná	14.104	12.517	-11%
Santa Catarina	6.543	7.624	17%
Rio Grande do Sul	16.600	11.822	-29%
<i>Região Centro-Oeste</i>	<i>15.180</i>	<i>13.411</i>	<i>-12%</i>
Mato Grosso do Sul	2.486	2.074	-17%
Mato Grosso	2.586	2.600	1%
Goiás	4.742	5.246	11%
Distrito Federal	5.366	3.491	-35%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados Censo Escolar do INEP.

Parte IV

**Aspectos Econômicos da Rede
Privada**

Introdução

Esta quarta parte descreverá a importância econômica do setor educacional privado no Brasil. Os dados utilizados originam-se do IBGE e dos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Do IBGE é possível obter a partir das Tabelas de Usos e Recursos, a magnitude e participação relativa no Valor Adicionado Bruto, bem como o consumo intermediário do setor. O Valor Adicionado Bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades. A partir do Valor Adicionado Bruto de toda economia, se calcula o Produto Interno Bruto (PIB) de um país.

Já a RAIS é uma base de dados administrativa, disponibilizada pelo atual Ministério da Economia, que contém a informação de todos os vínculos empregatícios formais do Brasil. As informações disponibilizadas para cada vínculo incluem características do empregado (como, por exemplo, idade, sexo, cor e escolaridade), características do vínculo (natureza da ocupação, tempo no emprego, horas contratadas e etc.) e características da empresa (setor econômico, tamanho, natureza jurídica e etc.).

As estatísticas que serão apresentadas se referem ao período de 2011 até 2020. Elas incluem apenas os vínculos de emprego formal que estavam ativos no dia 31 de dezembro de cada ano. Além disso, a análise foi feita apenas para a educação privada e, portanto, todas as escolas, faculdades e universidades públicas foram excluídas.

Esta parte se divide em três capítulos. O primeiro capítulo descreve aspectos da Educação Privada no contexto da Contabilidade Nacional: valor absoluto e participação desse setor no Valor Adicionado Bruto e etc. O segundo capítulo descreve as características do mercado de trabalho considerando todos os profissionais vinculados ao setor educacional, os professores e demais empregados que trabalham no setor. Por fim, a partir dos dados apresentados no trabalho como um todo, no terceiro capítulo, serão discutidos os impactos da desoneração da folha no ensino privado do Brasil.

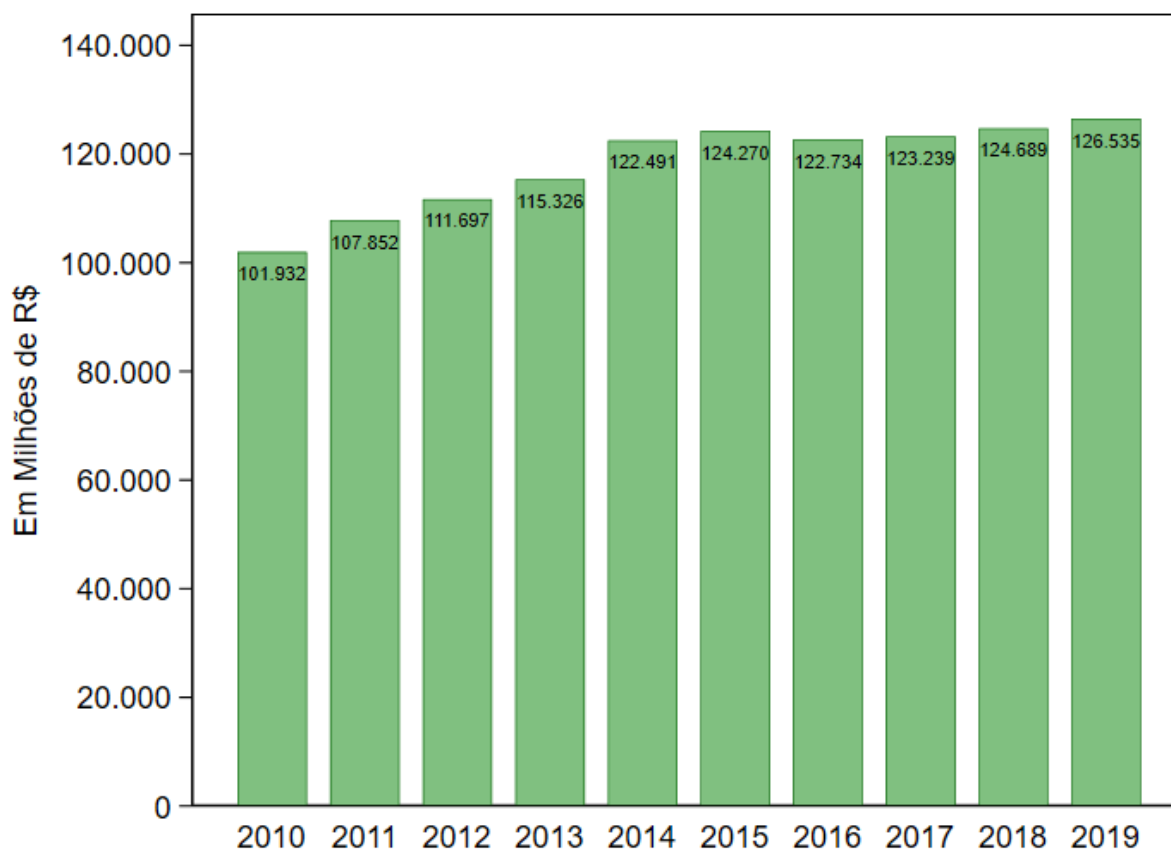
Capítulo 7

O PIB do Ensino Privado

O Valor Adicionado Bruto de um setor da economia mensura a contribuição do mesmo para o Valor Adicionado Bruto da economia como um todo. A partir das Tabelas de Recursos e Usos (TRU) é possível identificar 128 setores e suas respectivas contribuições para o Produto Interno Bruto. Um desses setores é chamado de “Ensino Privado”, o qual contempla todos os serviços educacionais que não são desempenhados pelo setor público. Os valores reportados neste capítulo estão mensurados utilizando “preços básicos”, isto é: correspondem ao preço de mercado menos impostos líquidos de subsídios.

Em 2019, a contribuição da Educação Privada para o PIB foi de 126,5 bilhões de reais. A figura 7.1 mostra a evolução dessa contribuição nos últimos dez anos. Nos primeiros anos do período observado, o PIB da Educação Privada experimentou uma tendência positiva de crescimento. Entre 2010 e 2014, o produto cresceu cerca de 20% em termos reais. O processo de crescimento perde força em 2015 em função da crise econômica do período e, a partir de então, o setor passa por uma estagnação. Entre 2015 e 2019, o PIB do setor de educação privada cresceu apenas 1,8% – um crescimento 10 vezes menor em relação ao observado nos primeiros 5 anos do período analisado.

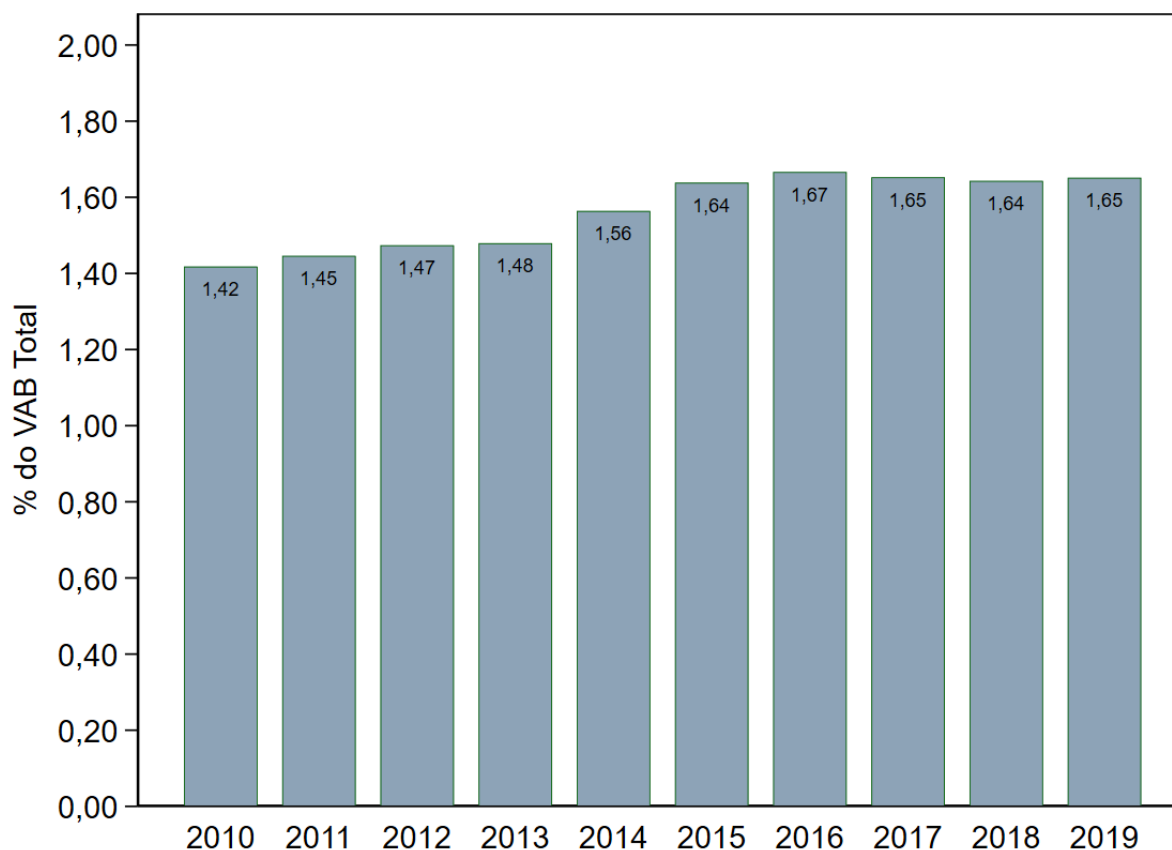
Figura 7.1: Valor Adicionado Bruto da Educação Privada



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Valores calculados a preços básicos, utilizando os deflatores até 2019. A atualização dos preços até 2022 foi feita com o IPCA.

O crescimento do PIB do Ensino Privado entre 2010 e 2015 foi maior do que o crescimento da economia como um todo nesse período. Tal fenômeno, conforme mostra a figura 7.2, fez com que a participação do Ensino Privado no PIB brasileiro crescesse de 1,42% em 2010 para 1,64% em 2015 – o último ano de crescimento ininterrupto da série. A partir de 2016, mesmo com o crescimento quase nulo do setor, a participação no PIB se manteve próxima ao nível mais alto. Em 2019, último ano para o qual o dado encontra-se disponível, o Ensino Privado correspondia a 1,65% do PIB.

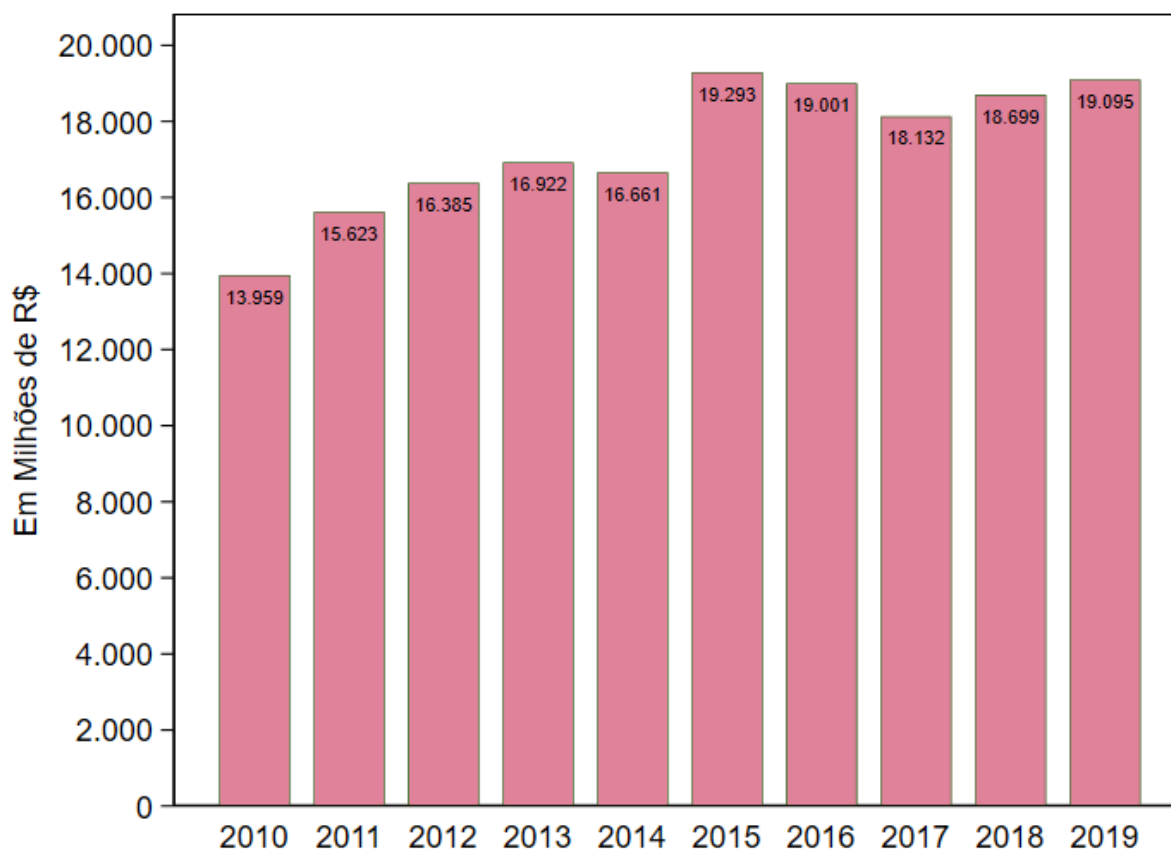
Figura 7.2: Participação da Educação Privada no Valor Adicionado Bruto (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Valor Adicionado Bruto mensurado a Preços Básicos.

Olhando para os dados das Contas Nacionais, é possível decompor o Valor Adicionado Bruto do Ensino Privado em Remunerações, Excedente Operacional Bruto e Impostos Sobre a Produção. Nas remunerações, incluem-se “Salários” e “Contribuições Sociais”. Dentro das contribuições sociais, é possível identificar o montante que o setor do ensino privado destinou à previdência oficial e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Além de gerarem benefícios diretos para os trabalhadores, estes dois elementos são de extrema importância para as políticas públicas do governo federal. Conforme mostra a figura 7.3, o Ensino Privado contribuiu com quase 20 bilhões de reais para a previdência e FGTS.

Figura 7.3: Previdência oficial /FGTS



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE. Valores calculados a preços básicos, utilizando os deflatores até 2019. A atualização dos preços até 2022 foi feita com o IPCA.

Além de contribuir para a previdência e FGTS, o setor de Ensino Privado brasileiro também precisa consumir produtos de outros setores da economia. A Tabela de Recursos e Usos construída pelo IBGE permite identificar quais produtos são utilizados como consumo intermediário pelo setor em questão. A tabela 7.1 mostra a lista de produtos consumidos pelo setor em ordem decrescente no valor do gasto para o ano de 2019. O produto com o maior valor consumido é “Aluguel efetivo e serviços imobiliários” (7,2 bilhões), seguido de “Transporte” (5 bilhões) e “Publicidade e outros serviços técnicos” (4,8 bilhões).

A tabela 7.2 mostra a participação de cada tipo de produto no consumo intermediário do Ensino Privado para o período de 2010 até 2019. A partir dela, pode-se perceber que o gasto com aluguel sempre foi o principal consumo intermediário do setor de ensino privado. Além disso, o gasto de transporte e com publicidade e outros serviços técnicos sempre se situaram entre os principais componentes do consumo. Em termos de ganhos e perdas de participação, pode-se destacar o gasto com “Livros, jornais e revistas” que apresenta uma queda na

Tabela 7.1: Consumo Intermediário do Ensino Privado em 2019 (em milhões de reais)

Descrição do produto	Consumo Intermediário
Aluguel efetivo e serviços imobiliários	7.243,06
Transporte	5.036,03
Publicidade e outros serviços técnicos	4.796,16
Eletricidade, gás e outras utilidades	4.262,19
Aluguéis não-imb. e gestão de ativos de propriedade intelectual	3.720,98
Serviços jurídicos, contabilidade e consultoria	3.655,89
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3.346,11
Outros serviços administrativos	3.211,10
Livros, jornais e revistas	3.168,92
Condomínios e serviços para edifícios	2.980,88
Serviços de vigilância, segurança e investigação	1.974,40
Telecomunicações, TV por assinatura e outros serv. relacionados	1.809,26
Demais gastos	7.924,10

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Nota: Valores calculados a preços básicos. Atualização dos preços até 2022 pelo IPCA.

Tabela 7.2: Distribuição do Consumo Intermediário entre Produtos (% do total)

Descrição do produto	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Aluguel efetivo e serviços imobiliários	13,6%	13,8%	13,8%	13,0%	12,7%	13,3%	13,5%	13,6%	13,9%	13,2%
Transporte	9,5%	9,2%	9,6%	9,3%	9,5%	10,2%	10,4%	9,8%	9,9%	9,2%
Publicidade e outros serviços técnicos	9,0%	9,2%	9,2%	9,6%	9,3%	9,4%	9,4%	9,6%	9,5%	9,1%
Eletricidade, gás e outras utilidades	8,0%	7,4%	6,9%	6,4%	7,2%	5,6%	5,8%	6,8%	7,2%	7,5%
Aluguéis não-imb. e gestão de ativos de propriedade intelectual	7,0%	7,5%	7,8%	9,3%	10,4%	9,5%	8,8%	8,2%	7,4%	6,1%
Serviços jurídicos, contabilidade e consultoria	6,9%	7,0%	7,0%	6,5%	5,8%	5,9%	5,8%	5,5%	5,6%	5,7%
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	6,3%	6,5%	6,8%	7,2%	6,6%	5,4%	4,7%	4,8%	4,4%	4,2%
Outros serviços administrativos	6,0%	5,7%	5,4%	5,3%	4,9%	4,8%	5,0%	5,0%	4,9%	5,1%
Livros, jornais e revistas	6,0%	5,4%	5,2%	5,4%	6,4%	7,4%	7,7%	8,4%	8,2%	9,8%
Condomínios e serviços para edifícios	5,6%	5,8%	5,8%	5,8%	4,9%	5,2%	4,9%	4,7%	4,8%	4,7%
Serviços de vigilância, segurança e investigação	3,7%	3,9%	4,1%	4,1%	4,1%	4,2%	3,9%	3,5%	3,7%	3,7%
Telecomunicações, TV por assinatura e outros serv. relacionados	3,4%	3,6%	3,8%	3,7%	3,9%	4,1%	4,6%	5,0%	5,3%	5,6%
Demais gastos	14,9%	15,0%	14,6%	14,4%	14,4%	15,0%	15,6%	15,1%	15,2%	16,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

participação ao longo dos dez anos analisados, saindo de 9,8% em 2010, para 6% em 2019. Em contrapartida, o gasto com “Intermediação financeira, seguros e previdência complementar” apresenta um aumento no mesmo período, saindo de 4,2% do consumo intermediário em 2010 para 6,3% em 2019. Outro setor importante é de “Serviços Jurídicos, contabilidade e consultoria” que teve um incremento de 1,2% pontos percentuais de participação em dez anos, representando 6,9% do consumo intermediário em 2019.

Capítulo 8

Mercado de Trabalho

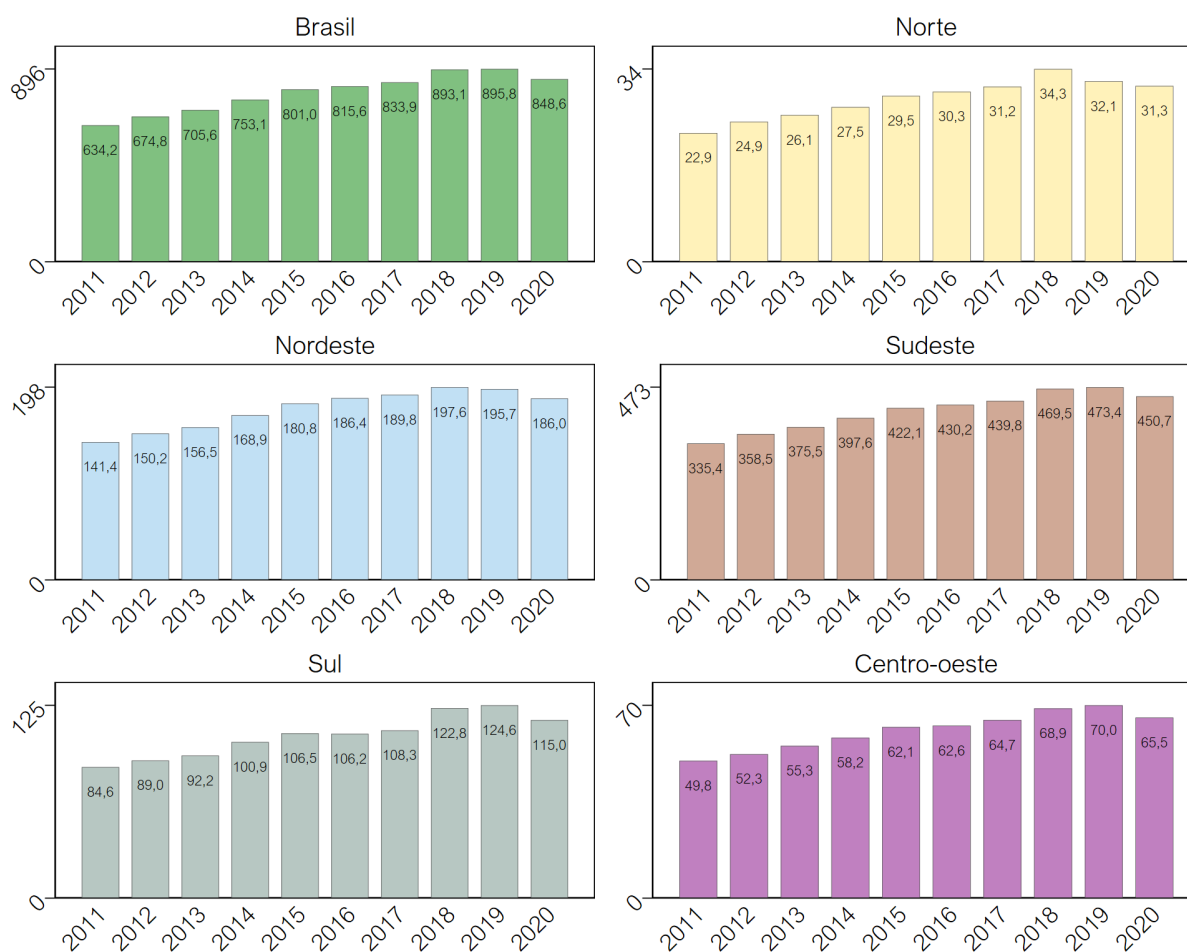
8.1 Setor Educacional

O setor educacional privado brasileiro tinha 1,2 milhões de vínculos empregatícios formais em 2020¹. Isso representa 3,4% de todos os empregos formais do setor privado no Brasil. Destes 1,2 milhões de empregos, a maior parte (aproximadamente dois terços) fica na educação básica e totaliza cerca de 850 mil postos de trabalho. A figura 8.1 mostra como o número de empregos no ensino privado básico evoluiu ao longo tempo no Brasil e regiões durante os últimos dez anos. Durante esse período, o número de empregos nesse setor cresceu 34%. A tendência de crescimento foi interrompida em 2020, muito provavelmente por causa da pandemia da Covid-19. A figura 8.2 mostra a mesma evolução nos últimos dez anos, mas desta vez para os empregos no ensino superior privado. Ao contrário do ensino básico, o ensino superior não apresentou uma tendência clara de crescimento no Brasil. O maior número de empregos observado foi no ano de 2014 (cerca de 443 mil) e, a partir de então, o número começa a cair, atingindo seu menor valor em 2020 (390,5 mil).

As regiões brasileiras apresentaram padrões similares ao brasileiro, seja no ensino básico ou no superior. Além disso, a distribuição do total de empregos entre regiões segue o padrão da distribuição populacional brasileira: o maior número de empregos encontra-se na região Sudeste, enquanto o menor na região Norte.

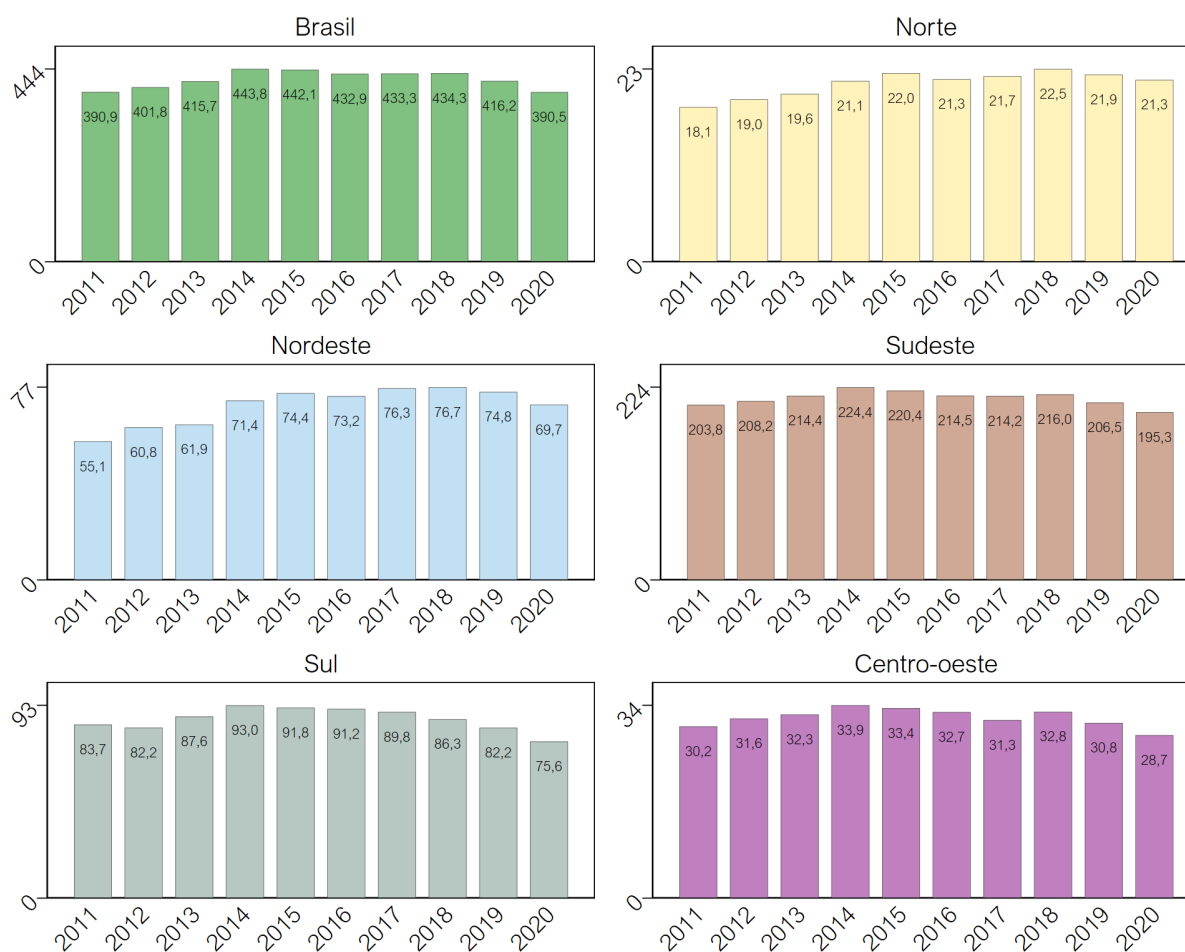
¹Vínculos empregatícios formais não correspondem a número de empregados, uma vez que um indivíduo pode ter mais de um vínculo empregatício.

Figura 8.1: Número de trabalhadores no setor da educação privada – ensino básico



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Figura 8.2: Número de trabalhadores no setor da educação privada – ensino superior



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

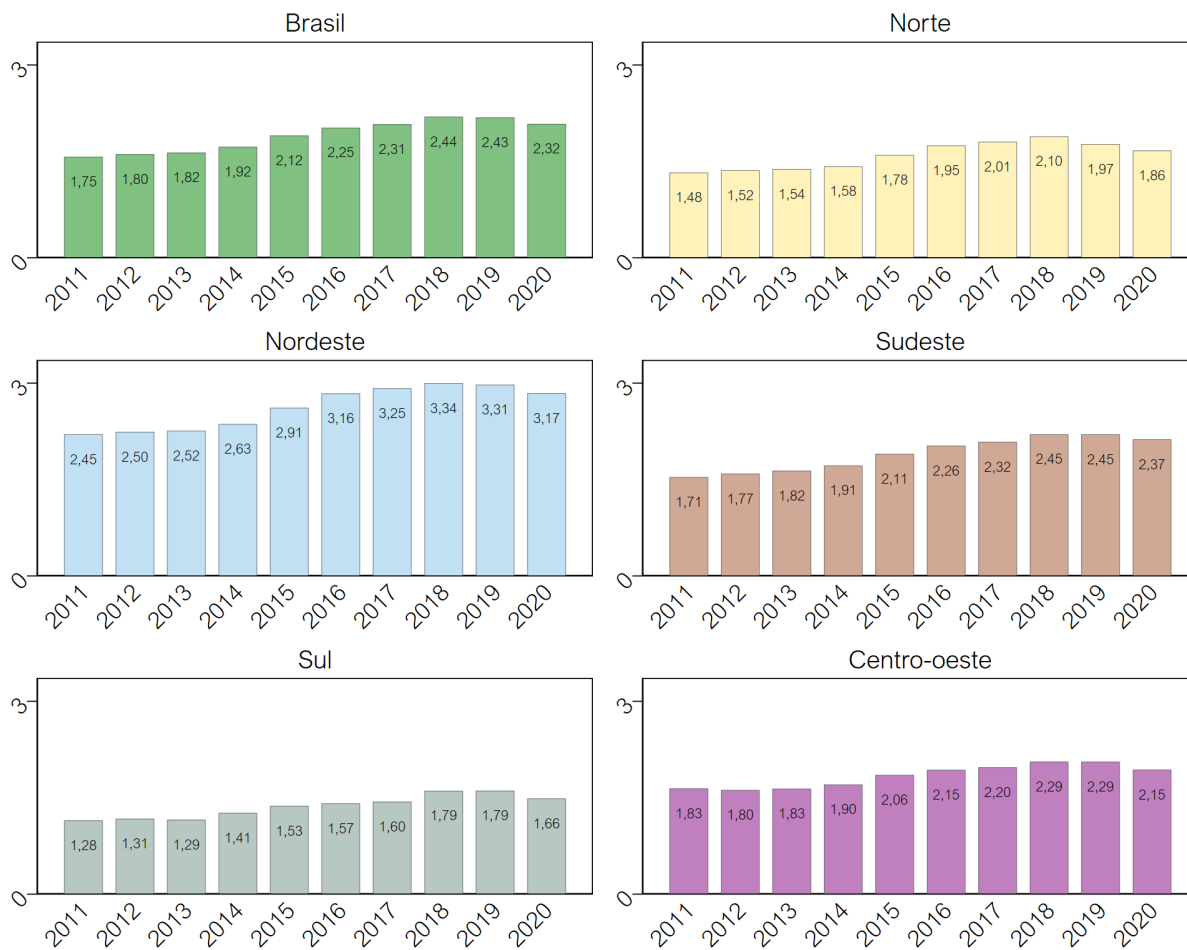
As figuras 8.3 e 8.4 mostram a participação dos empregos do setor de educação privada do ensino básico e superior no total de empregos no setor privado do Brasil e regiões. A proporção de empregos do ensino básico privado cresceu de 1,75% em 2011 para 2,32% em 2020; já a proporção do ensino superior privado não apresentou um crescimento no período observado. O ensino superior começou com 1,08% dos empregos em 2011, atingiu seu valor máximo em 1,20% em 2016 e caiu até 1,07% em 2020.

As figuras 8.5 e 8.6 mostram a participação dos empregos do setor de ensino básico privado e ensino superior privado no total de empregos no setor privado de serviços. Olhando apenas para o setor de serviços, o ensino básico privado representa 3,08% dos vínculos empregatícios e o ensino superior privado, 1,42%.

Em termos percentuais, o setor de ensino básico privada ocupa maior espaço

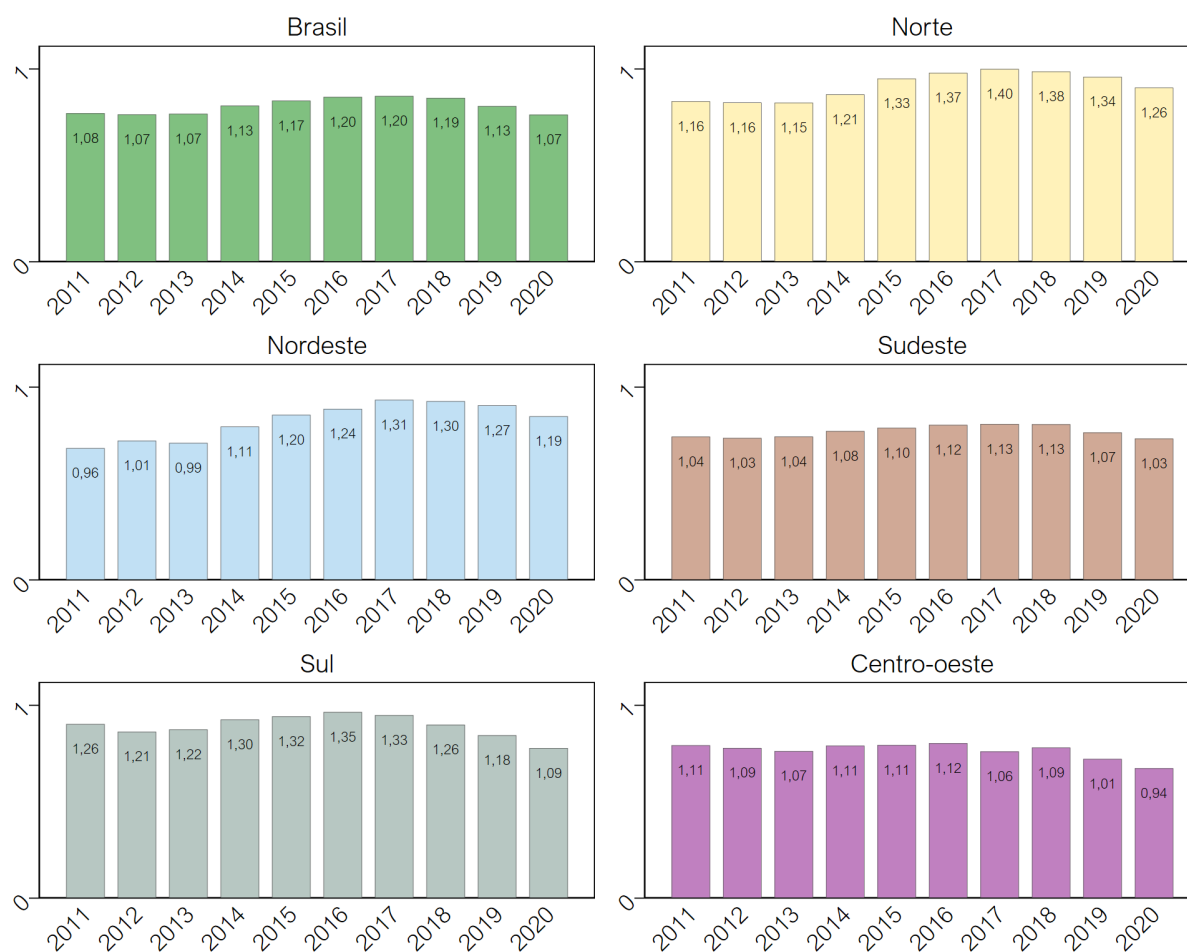
do mercado de trabalho na região Nordeste e menor espaço na região Sul. Já na Educação Superior, o ensino privado ocupa maior espaço no mercado de trabalho da região Norte e menor espaço na região Centro-Oeste.

Figura 8.3: Percentual de trabalhadores empregados no setor da Educação Básica privada sobre o total de trabalhadores no setor privado – em %



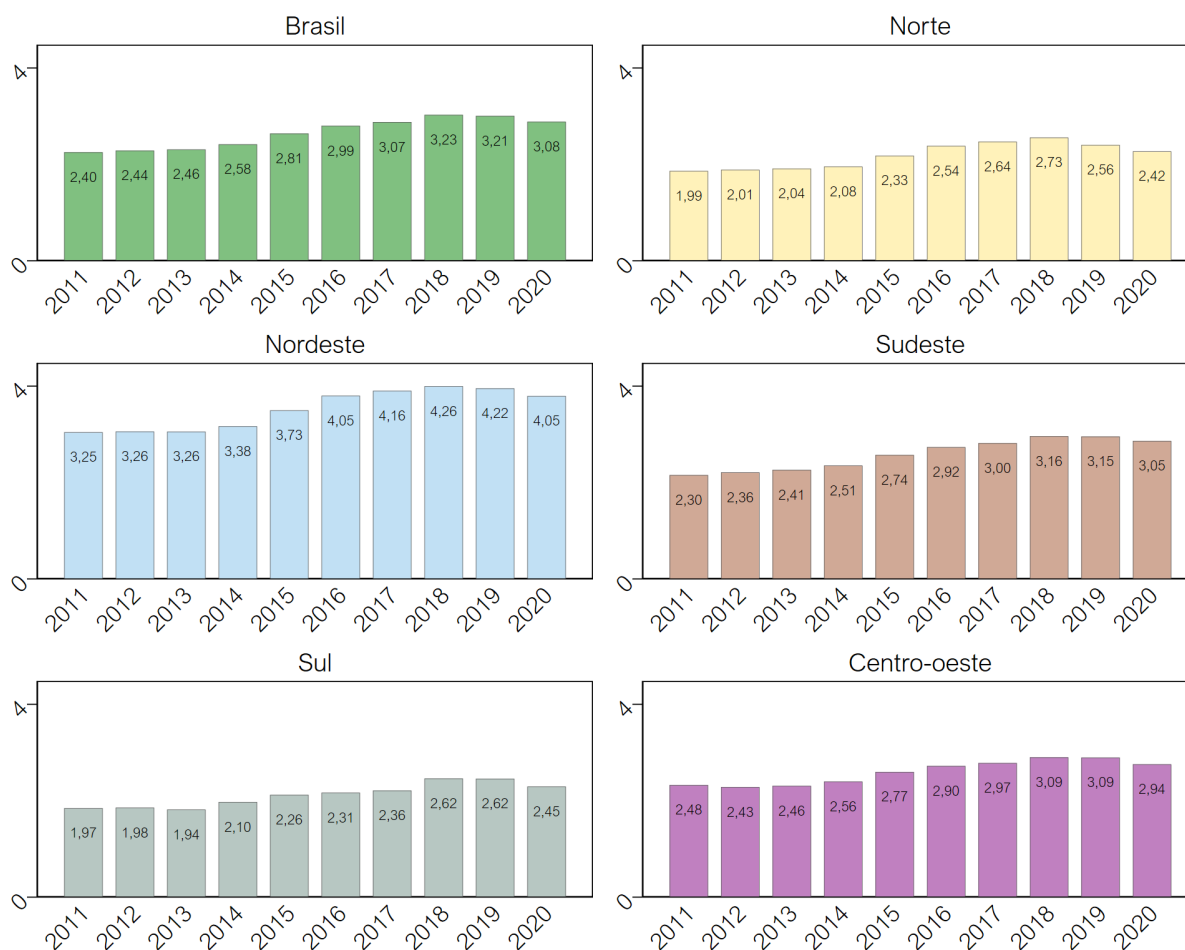
Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Figura 8.4: Percentual de trabalhadores empregados no setor da Educação Superior privada sobre o total de trabalhadores no setor privado – em %



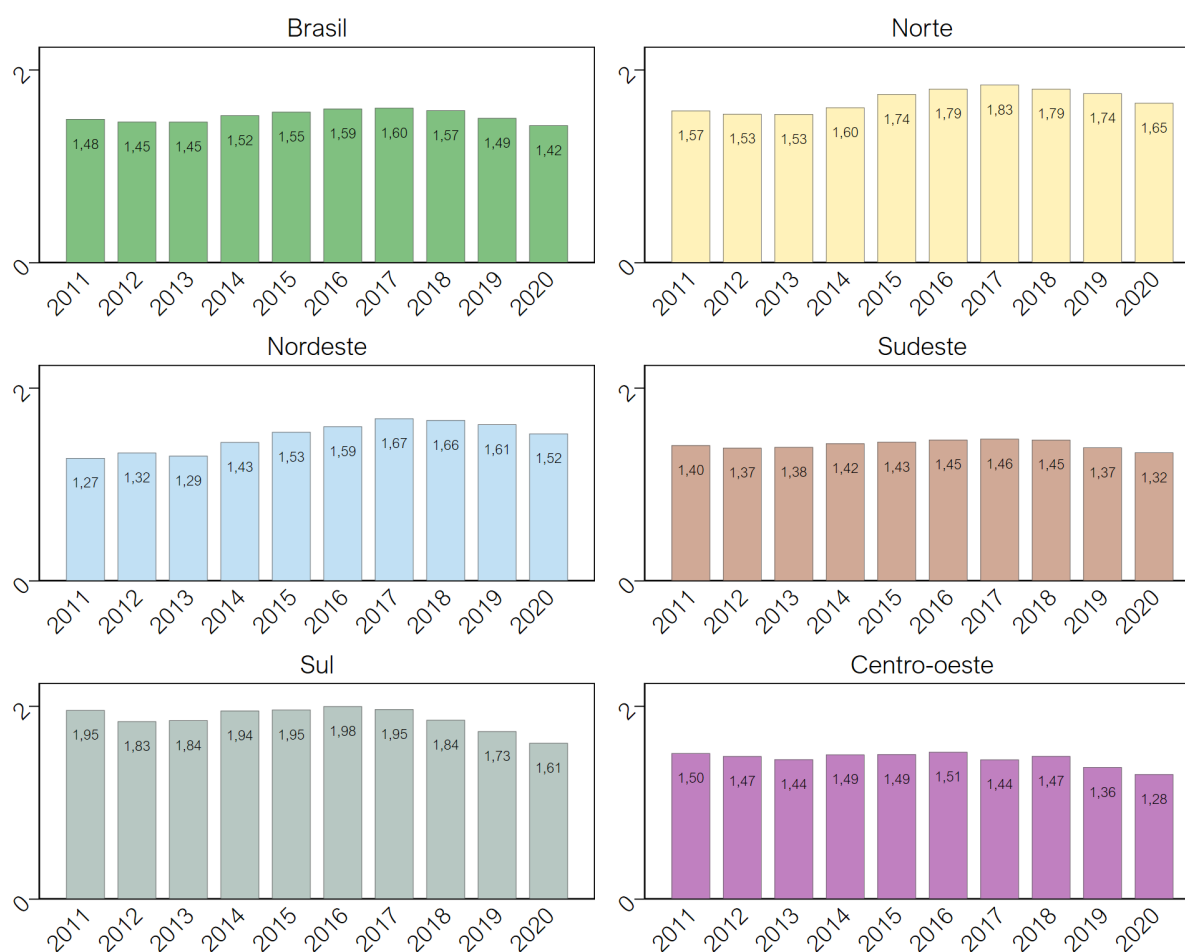
Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Figura 8.5: Percentual de trabalhadores empregados no setor da Educação Básica privada sobre o total de trabalhadores no setor de serviços privados – em %



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Figura 8.6: Percentual de trabalhadores empregados no setor da Educação Superior privada sobre o total de trabalhadores no setor de serviços privados – em %



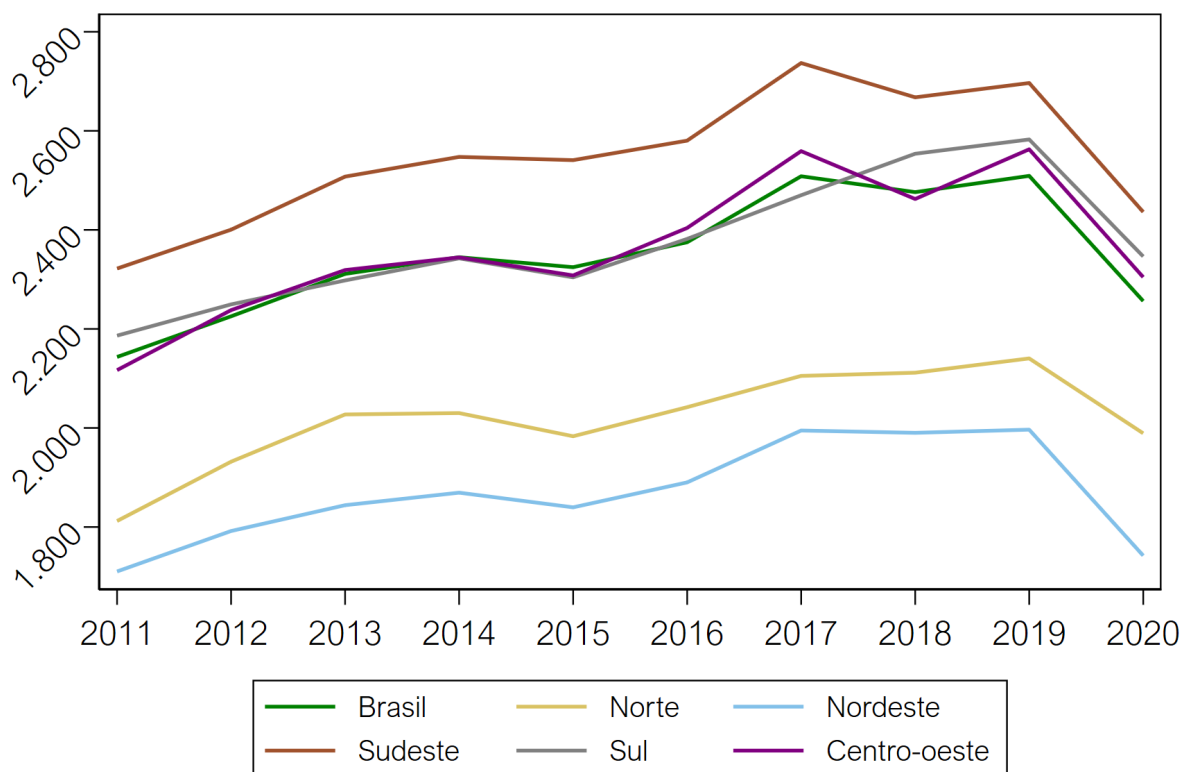
Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

As figuras 8.7 e 8.8 mostram o salário médio para os funcionários do ensino privado básico e superior, respectivamente. Esta média não leva em conta o salário dos professores, os quais serão analisados posteriormente. Em particular, para os cálculos da média considerou-se apenas os empregos cujo regime contratual envolvia mais do que 35 horas de trabalho.

Os dados revelam que a média salarial dos funcionários do ensino básico privado em 2020 era próxima a R\$ 2.200. Observando a série anual, constata-se que a existência de uma tendência positiva na média salarial entre os anos 2011 e 2017. O salário médio saiu de um valor inferior a R\$ 2.200 e chegou até cerca de R\$ 2.500 em 2017 – o maior valor do período considerado. A partir daí, constata-se uma estabilidade no salário até 2019, a qual é interrompida

em 2020, quando se observa uma queda. Esse padrão é parecido em todas as regiões, sendo que as regiões Centro-Oeste e Sul apresentam não só um padrão parecido como também se assemelham ao nível da média nacional. A região Sudeste, por outro lado, é a região com a maior média salarial, já a região Nordeste é a região com menor média.

Figura 8.7: Média salarial dos funcionários do ensino básico privado – em R\$

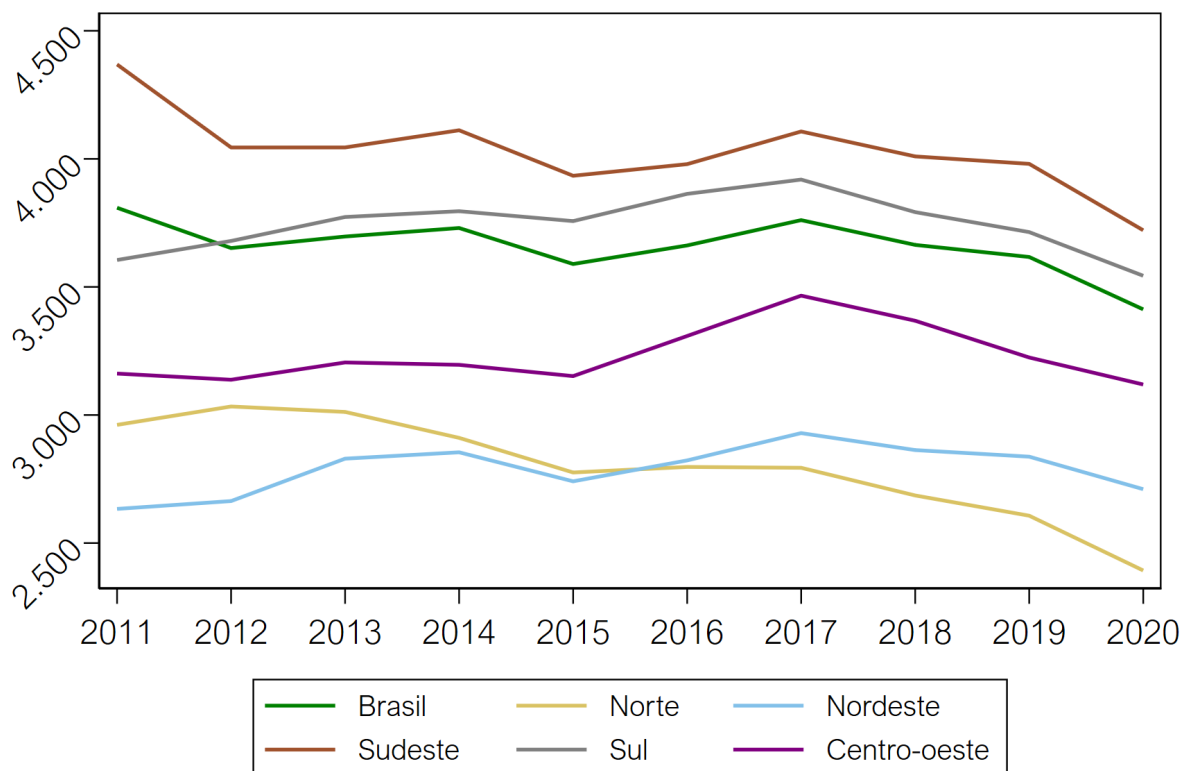


Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Nota: os valores foram corrigidos pelo IPCA para maio/2022.

O cenário para a média salarial dos funcionários no ensino superior é bem diferente do observado no ensino básico. A figura 8.8 mostra uma ausência de uma clara tendência de queda ou aumento da média salarial entre 2011 e 2020. Em 2020, o salário médio dos funcionários do ensino superior foi próximo a R\$ 3.500, consideravelmente maior ao observado no ensino básico. O padrão para as demais regiões é parecido, com exceção das regiões Sudeste e Norte, nas quais observa-se uma tendência mais clara de queda.

Figura 8.8: Média salarial dos funcionários do ensino superior privado – em R\$



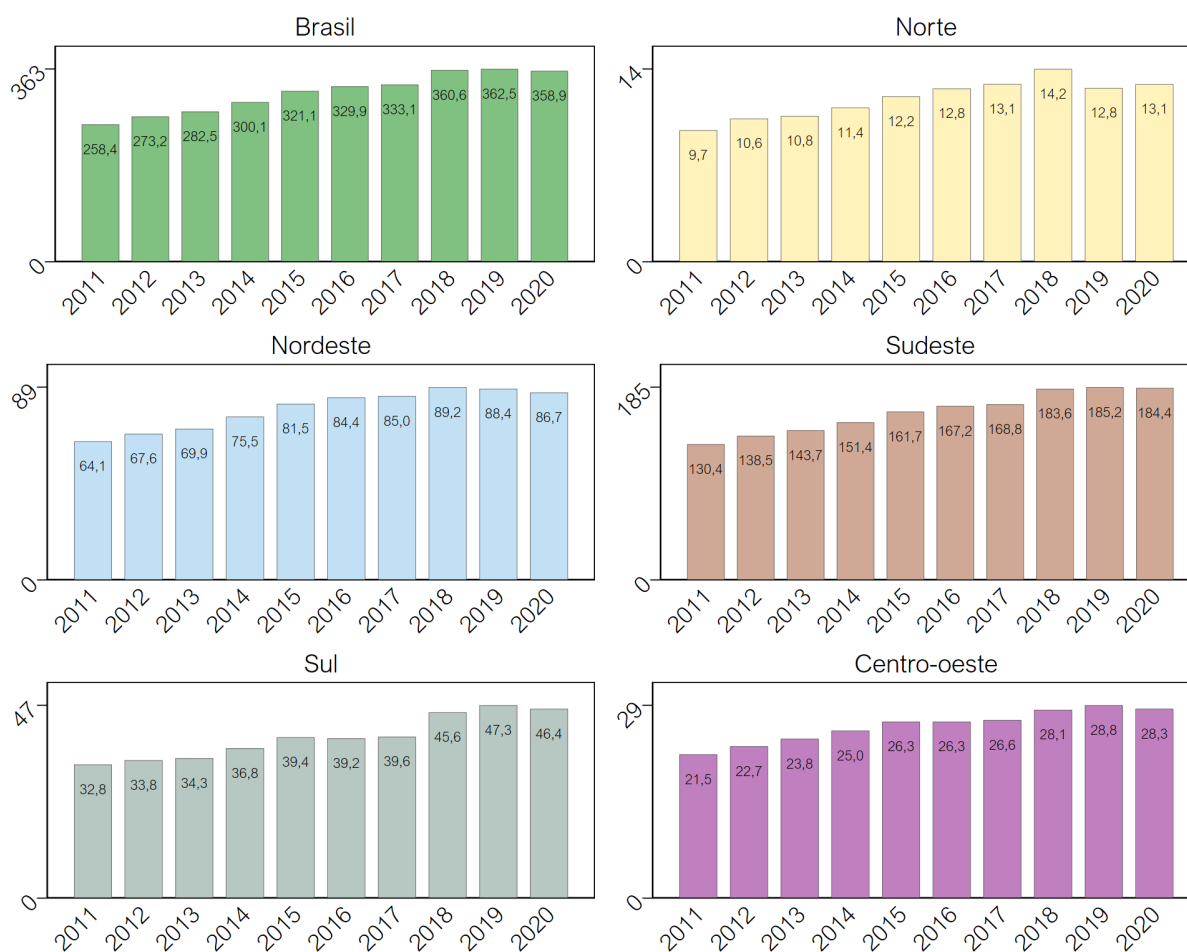
Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Nota: os valores foram corrigidos pelo IPCA para maio/2022.

8.2 Professores

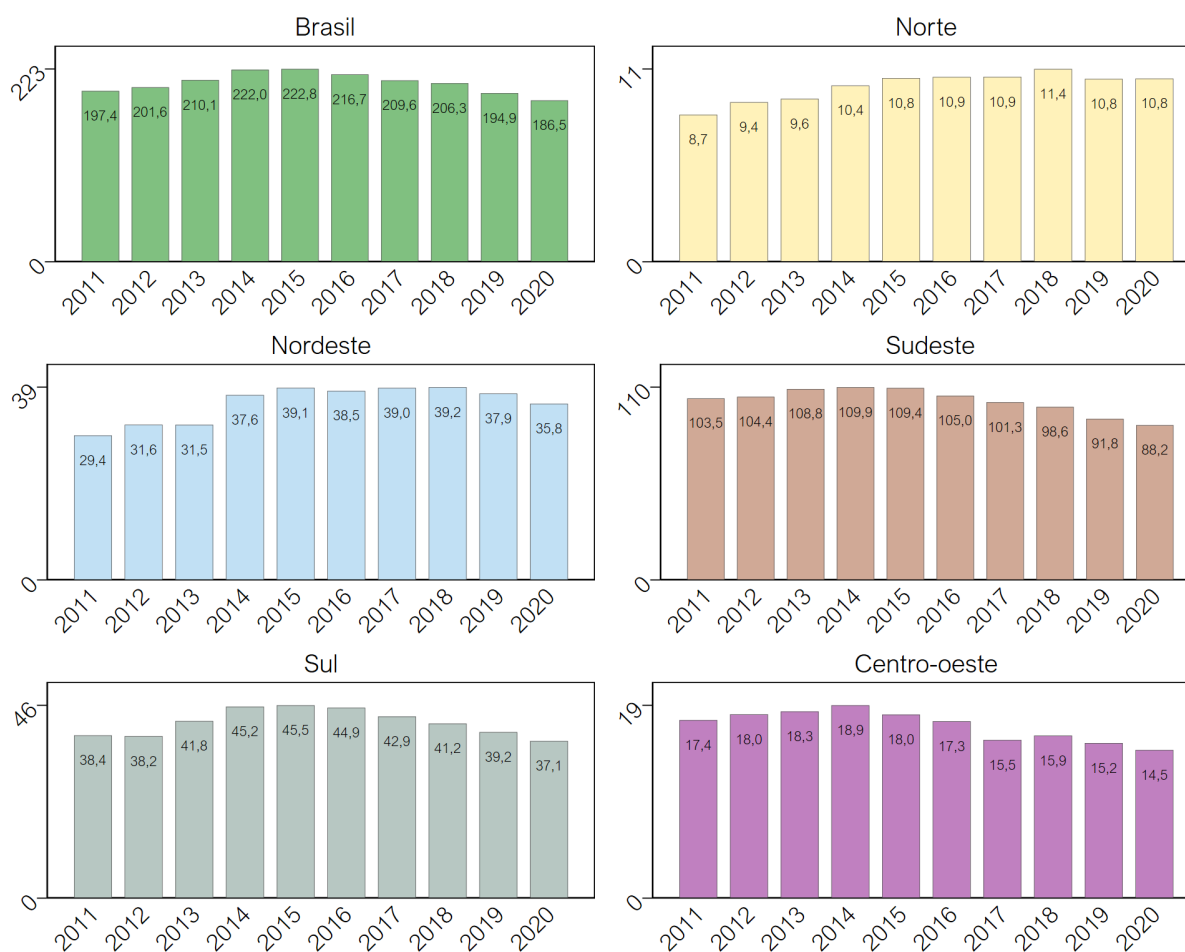
No Brasil, de acordo com a RAIS, havia 545 mil vínculos empregatícios de professor do ensino privado em 2020. Esse total representa menos 50% de todos os empregos do setor de educação privada. A maior parte dos empregos de professor, 358,9 mil (cerca de dois terços do total), encontram-se na educação básica e o restante, 186,5 mil, são professores no ensino superior. A figura 8.9 mostra a evolução do número de empregos de professor no ensino básico da rede privada nos últimos dez anos. A partir dela é possível observar um crescimento contínuo no número de empregos de professor entre os anos 2011 e 2019 e uma queda em 2020, o ano da pandemia da Covid-19. A 8.10 revela a mesma informação, mas para os empregos de professor no ensino superior. Ao contrário do ensino básico privado, o total de empregos de professor do ensino superior apresentou seu maior valor em 2015, 222,8 mil postos de trabalho, e, desde então, apresentou uma tendência de queda no Brasil. Essa tendência pode ser vista com maior intensidade nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Figura 8.9: Número empregos de professor no setor da educação privada – ensino básico



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Figura 8.10: Número de professores no setor da educação privada – ensino superior

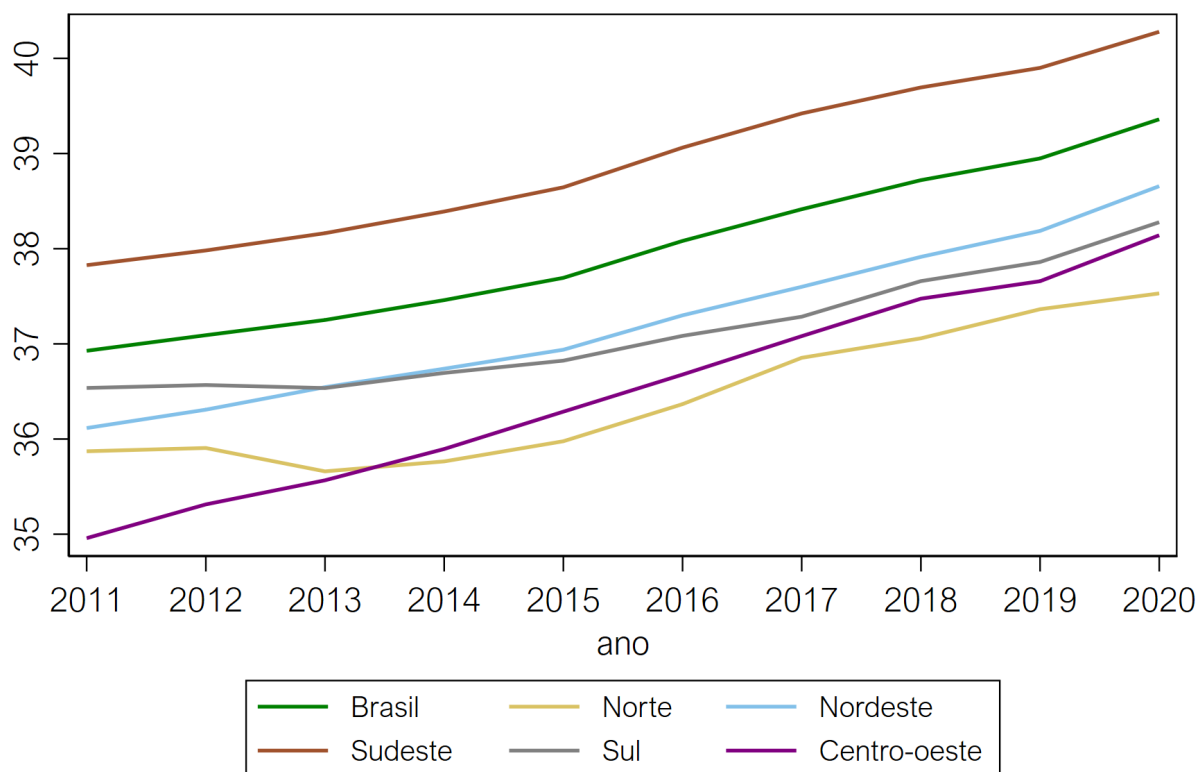


Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

A partir dos dados da RAIS é possível descrever algumas características dos professores e dos postos de trabalho que ocupam. As figuras 8.11 e 8.12 mostram a idade média dos indivíduos que ocupam os empregos de professor no Brasil e regiões nos ensinos básico e superior. Em geral, observa-se uma tendência de envelhecimento dos professores entre 2011 e 2020. Por exemplo, considerando o ensino básico, os professores do Brasil tinham em média 37 anos de idade em 2011 e aproximadamente 39 anos em 2020. Essa tendência é observada em todas as regiões do país, sendo que os professores do ensino básico privado com maior idade média estão localizados na região Sudeste. Comparando os ensinos básico e superior, nota-se que os professores desde último são em média mais velhos. Além disso, a tendência de envelhecimento dos professores também é observada nos professores desta etapa, porém em menor intensidade

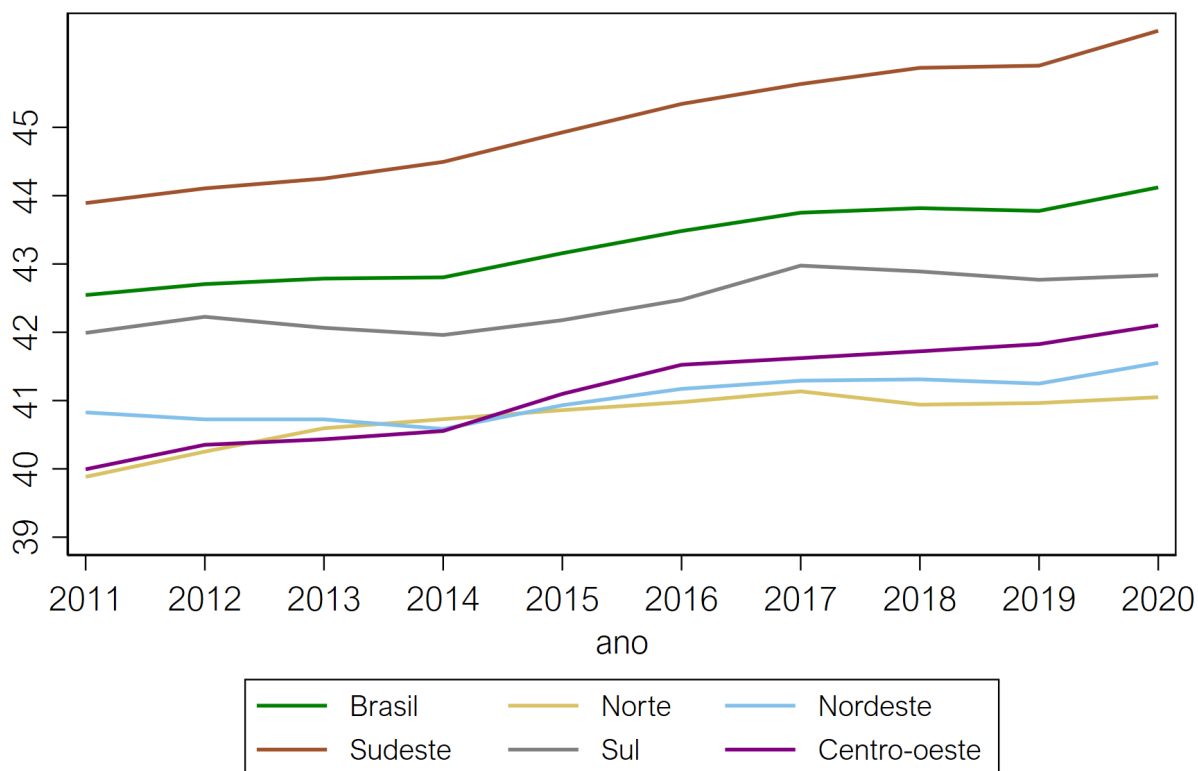
absoluta.

Figura 8.11: Idade média dos professores no ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Figura 8.12: Idade média dos professores no ensino superior privado

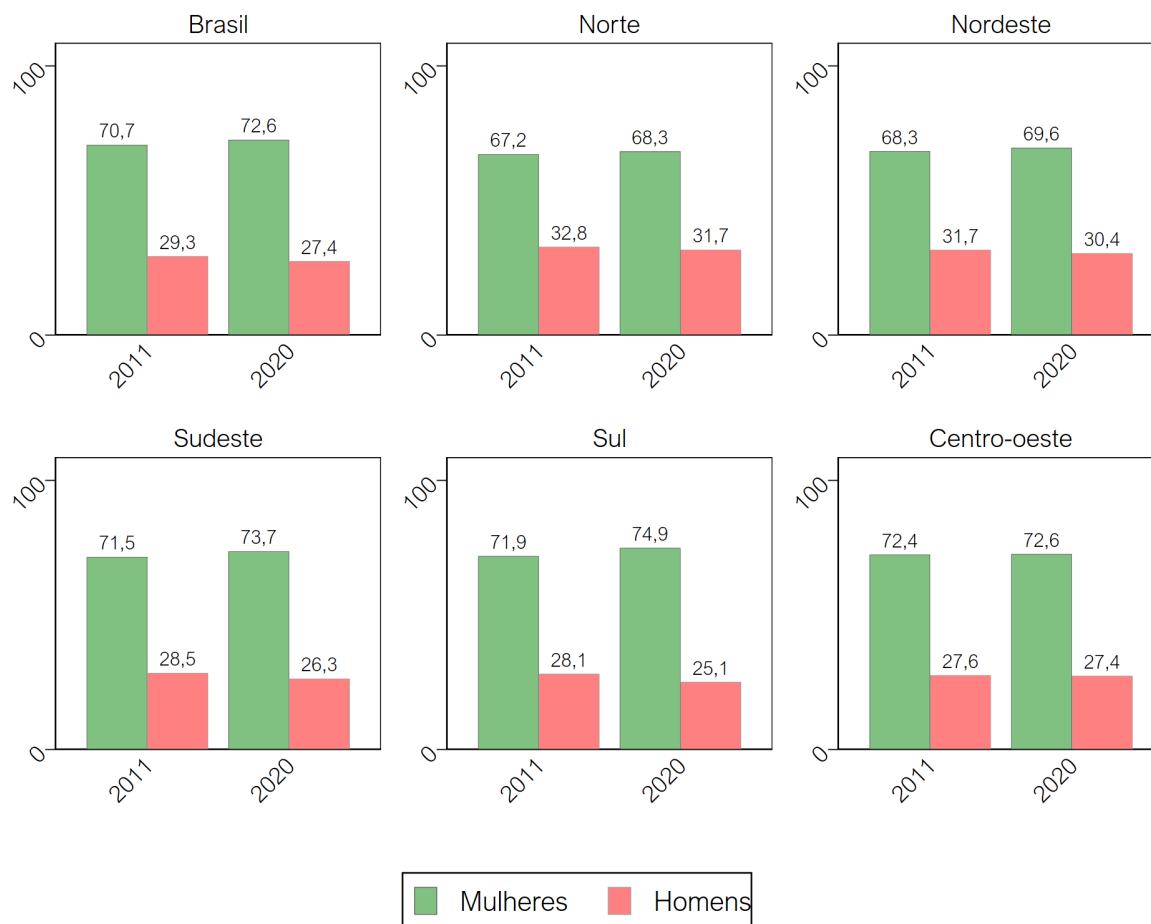


Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Outra característica interessante que pode ser observada a partir dos dados da RAIS é a distribuição de professores em relação ao sexo. A figura 8.13 mostra que, no ensino básico, a maioria dos empregos de professor são ocupados por mulheres. Em 2020, cerca de 73% dos empregos eram de professores, um número 2 pontos percentuais maior do que em 2011. Essa preponderância de mulheres é observada em todas as regiões do país. A região Sul é a região com maior proporção de mulheres (75%), enquanto a região Norte é a região com menor proporção (68%).

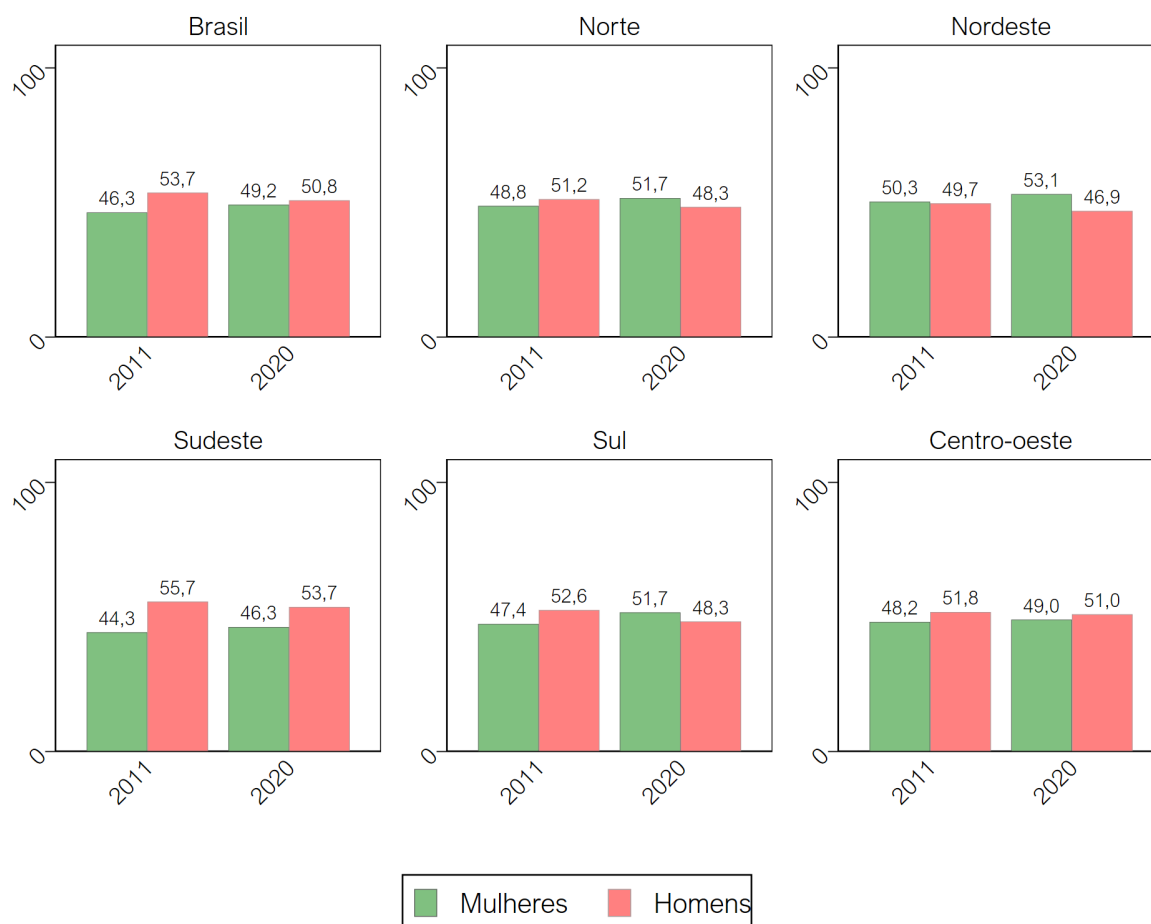
A figura 8.14, no entanto, mostra que essa preponderância das mulheres não é observada nos empregos de professor do ensino superior. A distribuição entre homens e mulheres é mais uniforme e são os homens a maioria. Em 2020, cerca de 51% dos empregos de professor do ensino superior eram ocupados por homens, 3 pontos percentuais a menos do que em 2011. Essa tendência de queda na proporção de homens é observada não só no Brasil, mas também em todas as suas regiões. Em particular, nas regiões Norte e Nordeste, as mulheres já são maioria nestes postos. A região Sudeste é a região com maior proporção de homens (54%) e a região Nordeste e região com menor (47%).

Figura 8.13: Distribuição do sexo dos professores no ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Figura 8.14: Distribuição do sexo dos professores no ensino superior privado

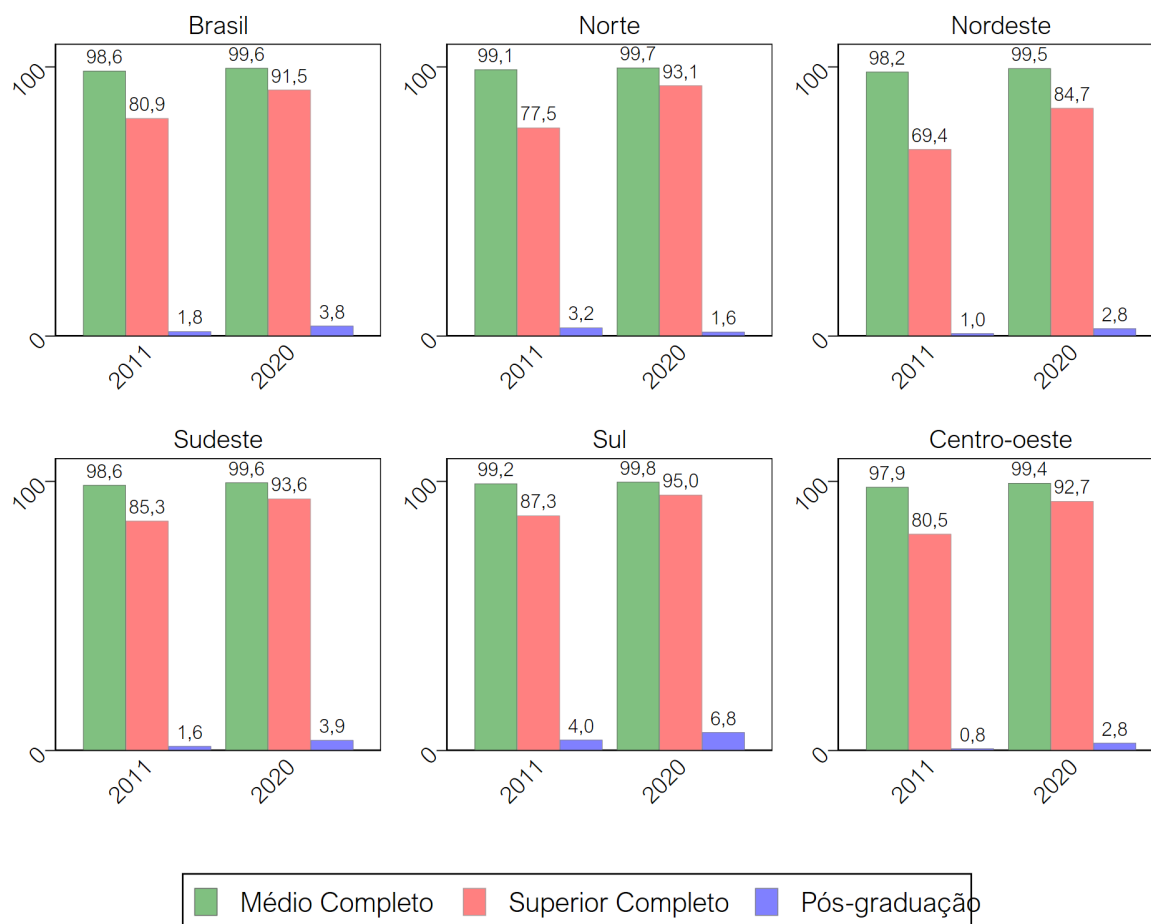


Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Além de idade e sexo, os dados da RAIS também mostram a distribuição de escolaridade dos professores do ensino privado. A figura 8.15 mostra que os professores do ensino básico possuem em sua grande maioria o ensino superior completo e que essa proporção cresceu ao longo do período observado. Em 2020, 91,5% dos professores do ensino básico da rede privada tinham ensino superior, 10 pontos percentuais a mais do que o observado em 2011 (81%). Essa tendência é observada em todas as regiões do país. Destacam-se a região Sul e Nordeste com as regiões com maior e menor proporção de professores com ensino superior, respectivamente. Outra característica a se destacar é a tendência cada vez maior dos professores terem alguma pós-graduação. O percentual de empregos cujo professor tinha pós-graduação no ensino básico saltou de 1,8% em 2011 para 3,8% em 2020, ou seja, quase a proporção dobrou em apenas uma década. A região Sul é onde existe a maior proporção de pós-graduados (6,8%) enquanto

a região Norte é onde existe a menor proporção (1,6%).

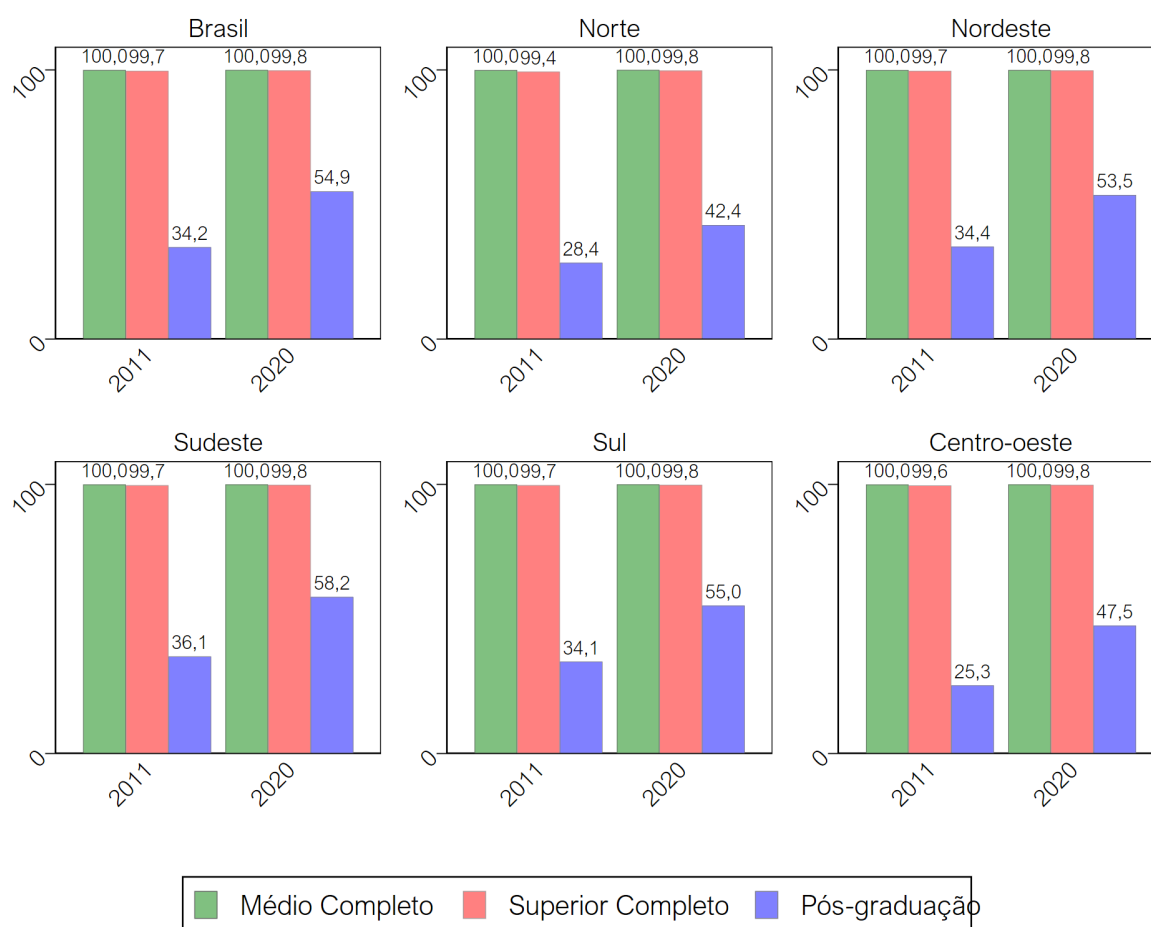
Figura 8.15: Distribuição da escolaridade dos professores no ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

A figura 8.16 mostra a mesma informação, porém para o ensino superior. Nesse nível de ensino, percebe-se que o padrão é completamente diferente. Todos os professores possuem ensino superior completo e a heterogeneidade encontra-se na presença de professores com pós-graduação. Em 2020, cerca de 55% dos empregos de professor do ensino superior eram ocupados por indivíduos com pós-graduação. Em 2011, esse número era bem menor (34%), ou seja, na última década houve um crescimento expressivo na qualificação profissional. Esse padrão é observado em todas as regiões e, dentre elas, destacam-se as regiões Sudeste (58% com pós-graduação) e Norte (42%) como os locais com maior e menor proporção de professores pós-graduados.

Figura 8.16: Distribuição da escolaridade dos professores no ensino superior privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

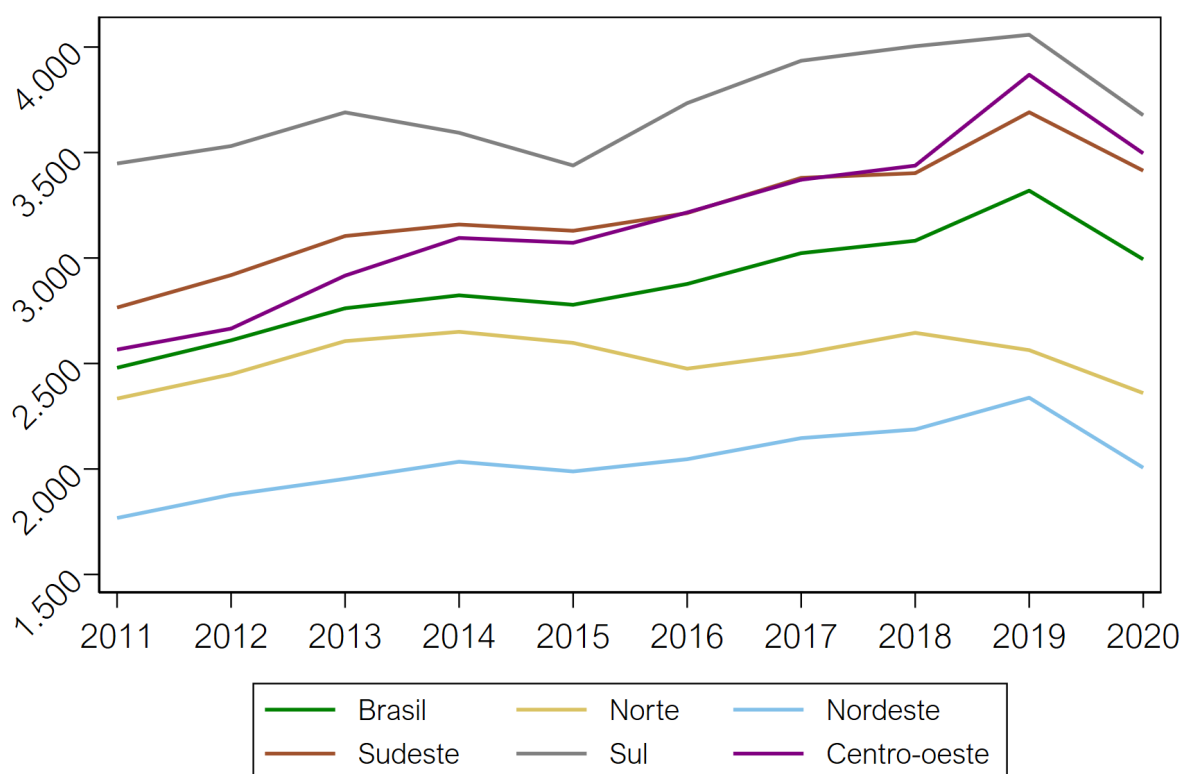
Até agora foram apresentadas características dos indivíduos que ocupam os empregos de professores. A seguir, serão apresentados a evolução da média salarial dos empregos de professor. A descrição do salário médio é feita para professores do ensino básico e superior, fazendo distinção entre professores de tempo integral e “meio período”. Vínculos de emprego do tipo “tempo integral” são aqueles em que as horas contratadas são maiores ou iguais a 35 horas.

As figuras 8.17 e 8.18 mostram o salário médio dos professores do ensino básico em regime integral e parcial, respectivamente. No Brasil, o salário médio do professor com jornada acima de 35 horas semanais foi cerca de R\$ 3 mil em 2020. Entre 2011 e 2019, o salário desses professores cresceu quase 30% em termos reais. Essa tendência de aumento foi interrompida em 2020. A tendência positiva no salário foi observada em quase todas as regiões brasileiras,

com exceção da região Norte, a qual apresentou uma tendência próxima a zero. A região com média salarial mais alta é a região Sul, enquanto a região Nordeste apresenta a média mais baixa.

A figura 8.17 mostra a evolução salarial para os empregos de professor do ensino básico com horas contratuais inferiores a 35. Ao contrário do que foi observado para o regime de tempo integral, não há uma clara forte tendência positiva de crescimento. O salário médio no Brasil em 2020 é muito próximo ao salário do começo da década. Nessa categoria, a região Sudeste se destaca com a maior média salarial, enquanto a região Nordeste novamente se encontra na região com os salários mais baixos.

Figura 8.17: Média salarial dos professores do ensino básico privado com jornada acima de 35 horas semanais – em R\$

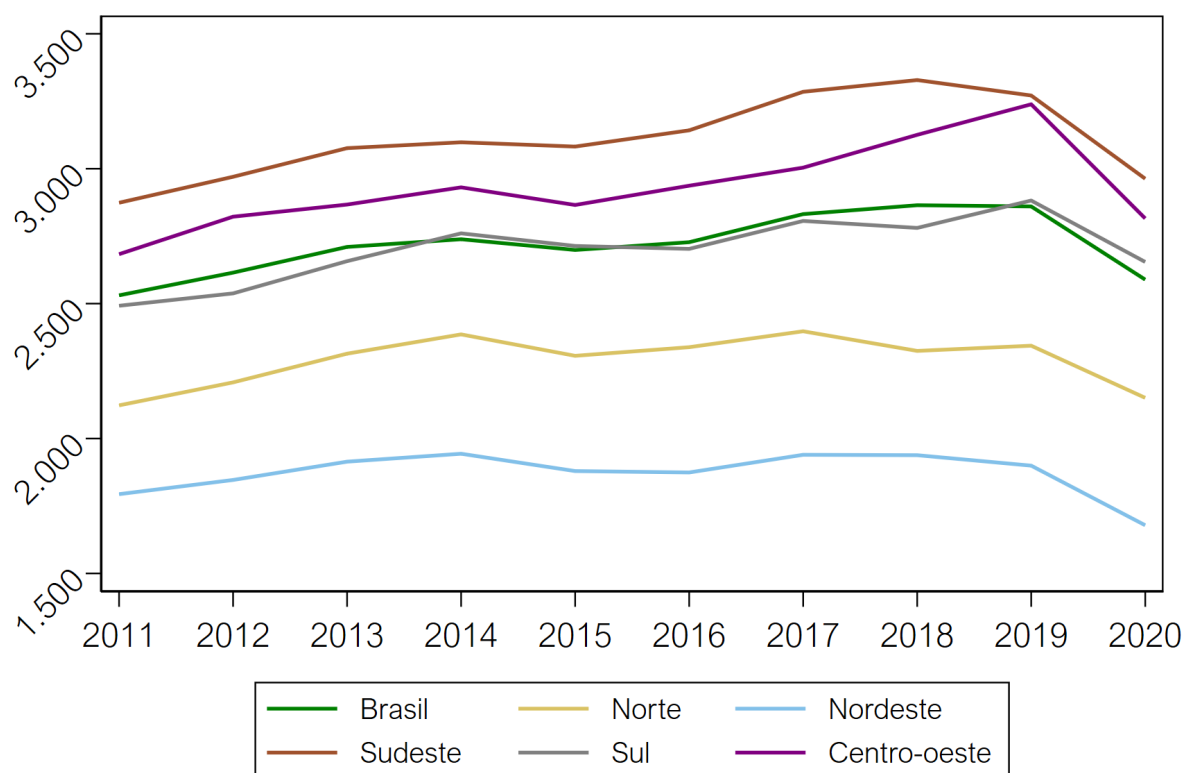


Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Nota: foram consideradas as CBOs 231, 232 e 233 para professores de ensino básico e a CBO 234 para professores de ensino superior.

Nota 2: os valores foram corrigidos pelo IPCA para maio/2022.

Figura 8.18: Média salarial dos professores do ensino básico privado com jornada até 35 horas semanais – em R\$



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Nota: foram consideradas as CBOs 231, 232 e 233 para professores de ensino básico e a CBO 234 para professores de ensino superior.

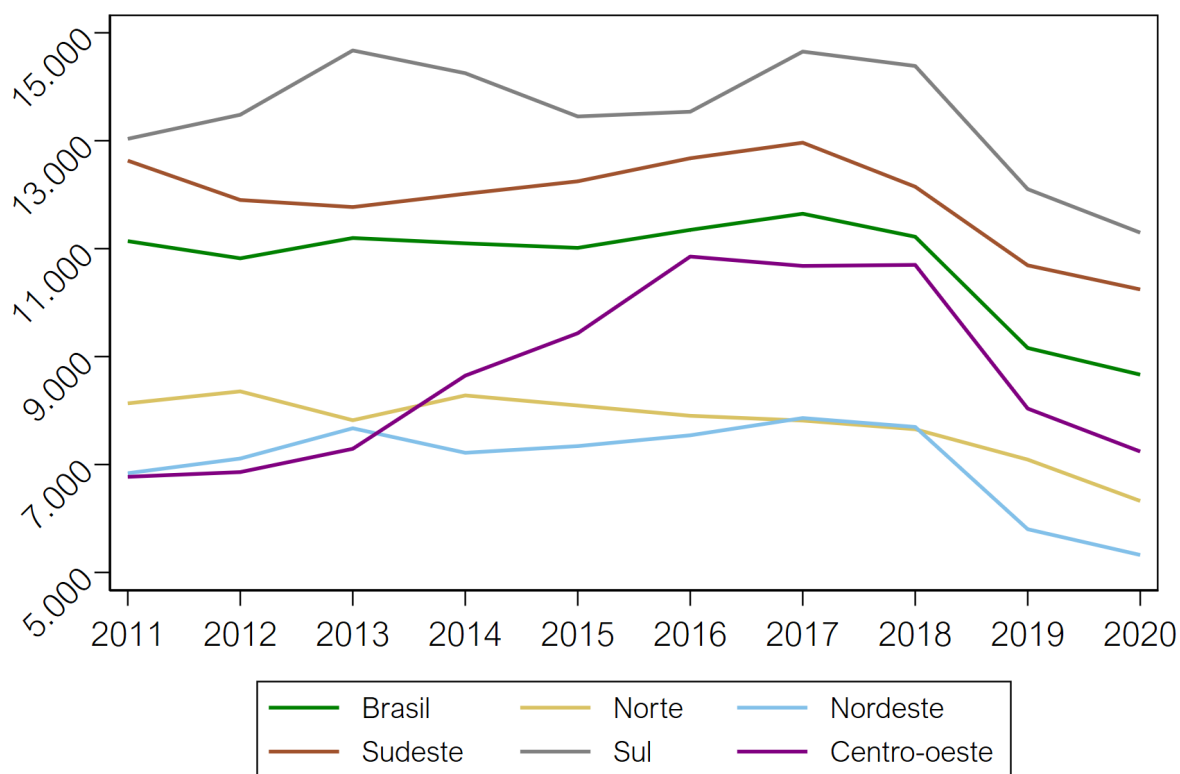
Nota 2: os valores foram corrigidos pelo IPCA para maio/2022.

As figuras 8.19 e 8.20 mostram a evolução da média salarial para os empregos de professor do ensino superior em tempo integral e parcial, respectivamente. Os dados mostram que no Brasil, em 2020, o salário médio para professores em tempo integral foi aproximadamente 9 mil reais. Observando-se a trajetória ao longo da década, percebe-se dois pontos importantes. Em primeiro lugar, entre 2011 e 2018, o salário médio oscilou ao redor de 11 mil reais, não apresentando nenhuma tendência positiva ou negativa. Essa ausência de tendência, no entanto, é quebrada em 2019, quando se observa uma queda significativa no salário, a qual continuou em 2020. Esse padrão nacional é observado em quase todas as regiões com exceção do Centro-Oeste o qual apresentou uma tendência positiva entre os anos 2011 e 2016, estagnação entre 2016 e 2018 e, finalmente, queda entre 2019 e 2020. Dentre as regiões, destacam-se a região Sul e a região Nordeste como as regiões com salários mais alto e mais baixo, respectivamente.

Comparando os dados dos professores em regime integral com o regime par-

cial, nota-se uma clara e esperada diferença na média salarial. No entanto, o padrão de evolução salarial permanece o mesmo: estagnação nos primeiros anos e tendência de queda nos últimos anos da década passada. A região com maiores salários nessa modalidade contratual ao longo de todo período é a região Sudeste, enquanto a região Nordeste se posicionava com a menor média salarial entre 2011 e 2018, mas foi ultrapassada pela região Norte em 2019 e 2020. Esta última apresentou uma forte tendência de queda entre os anos 2018 e 2020.

Figura 8.19: Média salarial dos professores do ensino superior privado com jornada acima de 35 horas semanais – em R\$

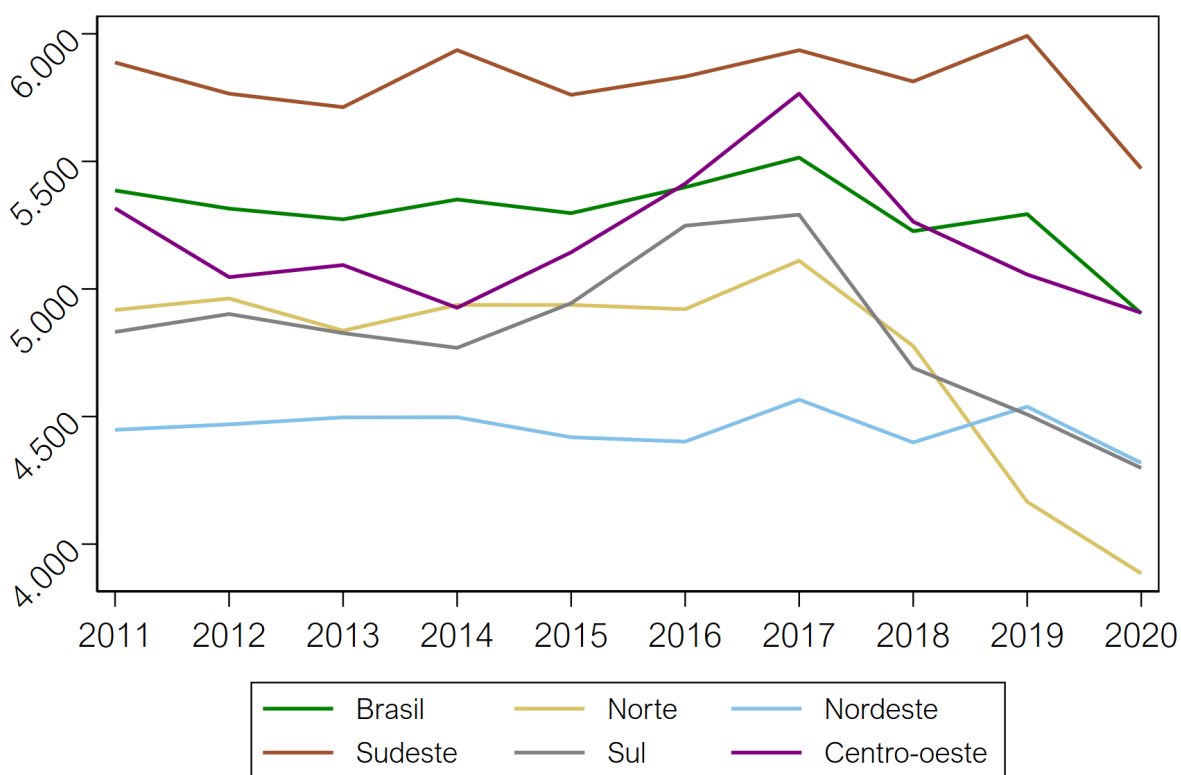


Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Nota: foram consideradas as CBOs 231, 232 e 233 para professores de ensino básico e a CBO 234 para professores de ensino superior.

Nota 2: os valores foram corrigidos pelo IPCA para maio/2022.

Figura 8.20: Média salarial dos professores do ensino superior privado com jornada até 35 horas semanais – em R\$



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Nota: foram consideradas as CBOs 231, 232 e 233 para professores de ensino básico e a CBO 234 para professores de ensino superior.

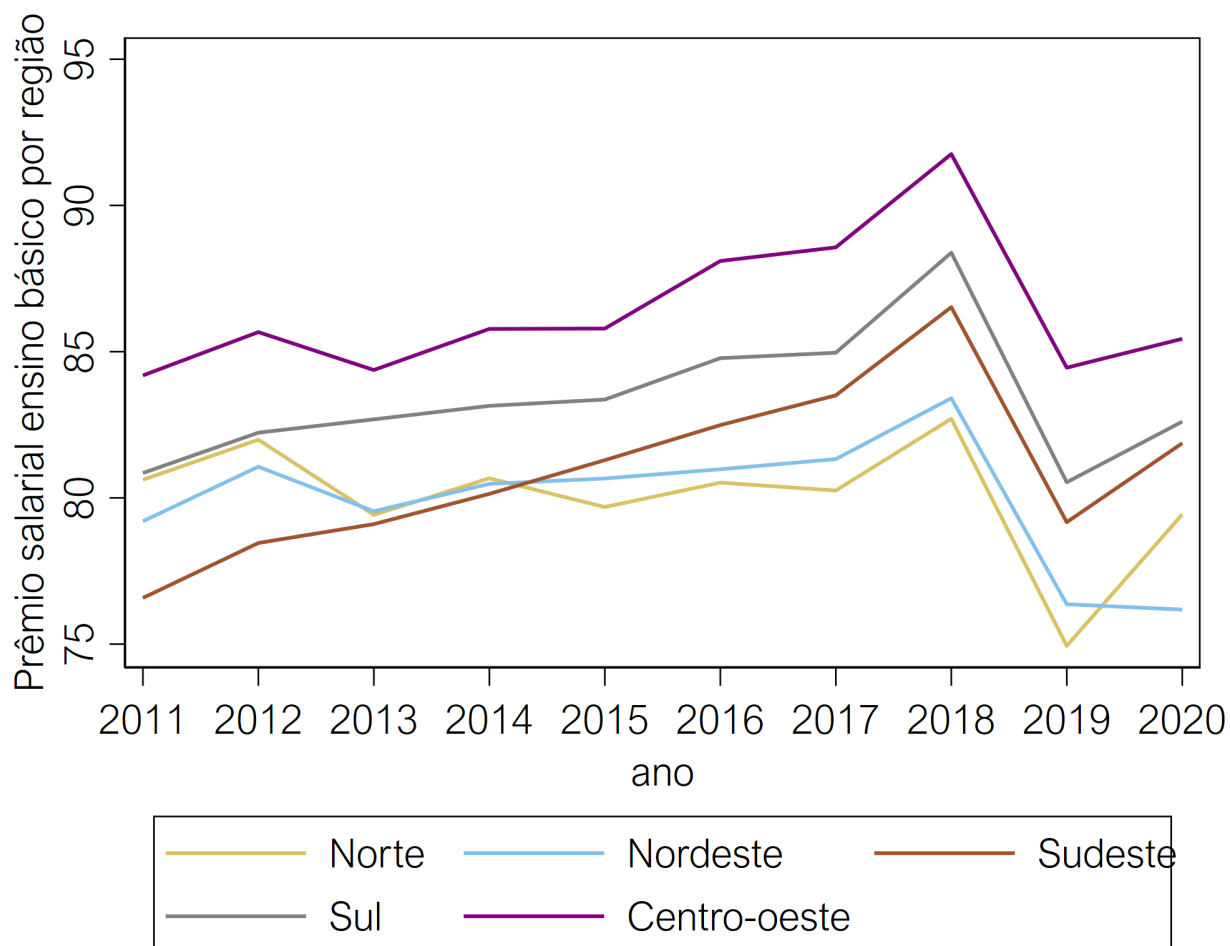
Nota 2: os valores foram corrigidos pelo IPCA para maio/2022.

Por fim, apresenta-se nessa seção uma estimativa do prêmio salarial dos professores do ensino básico e superior ao longo dos anos e para todas as regiões do Brasil. A partir dos dados da RAIS, estimou-se os parâmetros de uma regressão linear do logaritmo do salário contra diversas características dos empregados e de seus empregos. Foram consideradas as seguintes variáveis: idade, idade ao quadrado, tempo no emprego, quantidade de horas contratadas, escolaridade dos professores e variáveis binárias para mulheres, não-brancos, trabalhadores com jornada parcial, professores do ensino básico, professores do ensino superior, tamanho do estabelecimento, bem como variáveis para captar efeitos fixos regionais. A partir dessa metodologia, é possível mensurar qual é o prêmio salarial pago para os indivíduos como professores do ensino básico e superior. O prêmio salarial deve ser interpretado como o montante em termos percentuais que o indivíduo na profissão de professor ganha a mais (ou a menos) do que a média das outras ocupações apenas por ser professor.

As figuras 8.21 e 8.22 mostram esse prêmio para os professores do ensino básico e superior respectivamente. O prêmio está expresso em número índice e, portanto, um prêmio igual a 100 significa que o prêmio salário é nulo – o fato do empregado ser professor não está correlacionado com um salário maior ou menor do que os demais. Por outro lado, valores acima de 100 significam um prêmio positivo. Por exemplo, um prêmio de 120 significa que ser professor aumenta o salário em 20% em relação a não ser professor. Da mesma forma, se o prêmio for inferior a 100, isso significa que ser professor reduz o salário, em média.

A figura 8.21 mostra que, em média, o prêmio salarial de ser professor do ensino básico é negativo. No entanto, esse efeito negativo foi diminuindo ao longo do período 2011-2018. O aumento do prêmio, no entanto, foi interrompido em 2019, quando houve uma queda relativamente significativa. Em 2020, o prêmio voltou a aumentar. A região Centro-Oeste é onde se observa o maior prêmio salarial de professores. Em 2018, ser professor do ensino básico reduzia o salário em média 10%. Os menores prêmios salariais são encontrados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

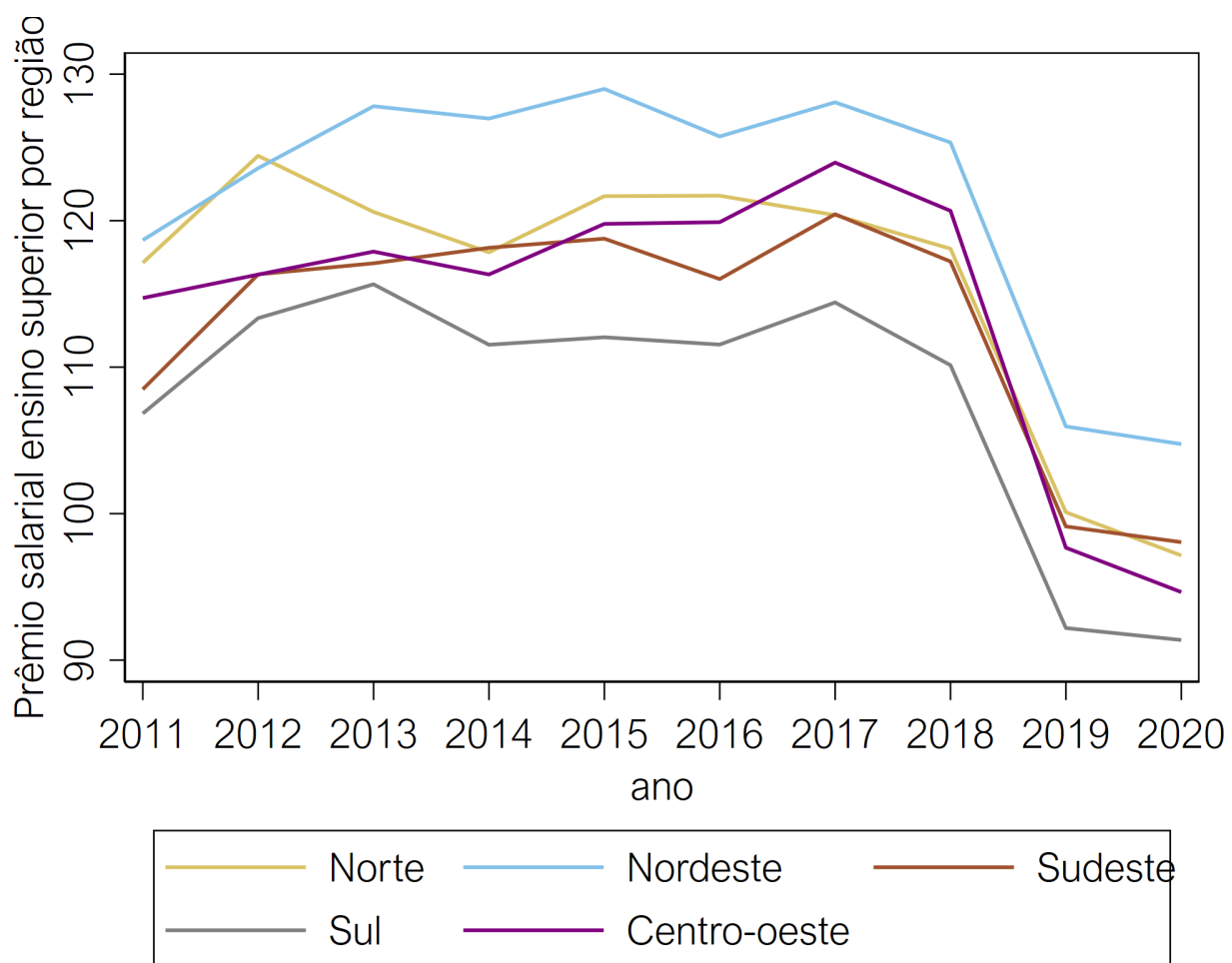
Figura 8.21: Prêmio salarial dos professores do ensino básico privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

A figura 8.22 mostra o prêmio salarial de ser empregado como professor de ensino superior. Ao contrário do ensino básico, o prêmio para o ensino superior foi positivo para todas as regiões (maior que 100 pontos) entre 2011-2018. O maior prêmio era na região Nordeste, enquanto o menor era na região Sul. Embora positivo durante o período de 2011 até 2018, ele apresentou relativa estabilidade nesse período. A partir de 2019, no entanto, observa-se uma queda substancial no prêmio salarial, o qual chega a ficar negativo (abaixo de 100) para todas as regiões a exceção da região Nordeste.

Figura 8.22: Prêmio salarial dos professores do ensino superior privado



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Capítulo 9

Impactos da Desoneração da Folha

Neste capítulo, serão realizadas simulações do impacto de uma extensão da política de desoneração da folha sobre o setor do Ensino Privado do Brasil. A desoneração da folha de pagamentos foi uma política criada em 2011 cujo intuito era estimular, através da redução dos custos de contratação, o aumento do emprego e a redução da informalidade.

9.1 Contexto Histórico

A Medida Provisória 540/2011, que foi convertida na Lei nº 12.546/2011, promoveu a alteração na legislação tributária incidente sobre a folha de pagamentos. A criação da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB), conhecida como desoneração da folha, consistiu na substituição da base de cálculo e da alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre 20% da remuneração dos empregados por uma alíquota reduzida sobre a receita bruta das empresas dos setores contemplados pela nova legislação. O objetivo da modificação era reduzir o custo da mão-de-obra, aumentando a quantidade de empregos formais gerados.

Ao longo da última década, as regras da política de desoneração da folha sofreram modificações. A partir de 2015, o regime especial passou a ser facultativo aos potenciais beneficiários. Ademais, as alíquotas foram alteradas. Na primeira edição da Medida Provisória, em 2011, as empresas contribuíam entre 1% e 2% da receita bruta da pessoa jurídica. Com a entrada em vigor da Lei nº 13.161/2015, as empresas de tecnologia passaram a contribuir à alíquota de 4,5%. Os negócios de *call center* tiveram sua participação aumentada para 3% sobre o faturamento. As demais empresas e indústrias passaram a contribuir com alíquotas que variavam entre 1,5% e 2,5%. Apenas a indústria de proteína animal permaneceu contribuindo a alíquota de 1,0%.

No decorrer dos anos, houve tentativas de reduzir a complexidade do sistema tributário e extinguir o regime especial de desoneração da folha. Em março de 2017, a Medida Provisória nº 774/2017, que extinguiu a contribuição para diversos setores, entrou em vigor, o que, pelo princípio da anterioridade nonagesimal,

extinguiria efetivamente o benefício a partir de julho de 2017. Entretanto, em agosto do mesmo ano, a União voltou atrás em sua decisão e acabou por revogar o ato legal.

Em 2018, o governo federal restringiu o número de setores beneficiários do regime de desoneração da folha. Com a edição da Lei nº 13.670/2018, setores como transporte ferroviário de cargas, transporte aéreo, transporte marítimo, manutenção de aeronaves e embarcações, empresas de hotelaria, indústria de produtos químicos, medicamentos e comércio varejista foram excluídos da prorrogação do benefício tributário.

Na atual configuração, 17 setores permanecem favorecidos pela medida: calçados, *call centers*, comunicação e radiodifusão, confecção e vestuário, construção civil, obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas. Com a edição da Lei nº 14.288/2021 a vigência da desoneração da folha foi prorrogada até 31 de dezembro de 2023.

9.2 Impacto Econômico

Em um mercado de trabalho competitivo, a receita obtida com contratação do último trabalhador contratado deve, em equilíbrio, ser igual ao seu salário. No entanto, a criação de um tributo sobre a contratação introduz uma distorção no mercado, fazendo com que o custo do trabalho, pago pela empresa, e o salário – a parte do custo do trabalho que o trabalhador efetivamente recebe – sejam diferentes. O tributo faz com que o custo do trabalho do último trabalhador contratado seja maior do que o salário deste.

Como resultado, a introdução do tributo reduz o bem-estar das empresas contratantes e dos trabalhadores. A queda variação no bem-estar das empresas e trabalhadores é explicada em parte pelo ganho de arrecadação do governo e parte pelo peso-morto provocado pelo tributo. Esse último, representa a perda de eficiência gerada pelo aumento do custo de contratação de trabalhadores. Tudo o mais constante, as empresas entendem que a receita adicional gerada por um trabalhador adicional é maior do que o salário pago, no entanto, com o custo tributário, ela opta pela não contratação, muito embora ela fizesse sentido economicamente. A ineficiência se manifesta com menor nível de emprego, menores salários e aumento da informalidade.

Tudo o mais constante, a substituição da contribuição social sobre a folha por outro tributo sobre receita, retira parte da ineficiência existente no mercado de trabalho gerada pela tributação. O efeito dessa política sob emprego e salário dependerá das diferenças relativas entre a elasticidade da oferta e da demanda de trabalho. Trata-se, portanto, de uma questão empírica, a qual deve ser mensurada em cada setor.

Alguns estudos acadêmicos foram realizados com o intuito de medir o impacto

causal da desoneração da folha no nível de emprego dos setores contemplados. Um dos primeiros trabalhos a estimar o efeito dessa política foi [Scherer \(2015\)](#), o qual identificou a partir de uma metodologia de diferenças-em-diferenças que os setores contemplados aumentaram 15% o total de empregos. O estudo foi realizado considerando como grupo de controle as empresas que se enquadravam na categoria do simples. A partir desse estudo inicial, novos estudos foram realizados, dentre os quais pode-se destacar [Garcia et al. \(2018\)](#), que adota o método de diferenças triplas como estratégia de identificação causal. Os autores encontram impactos substancialmente menores do que o estudo inicial. Por fim, destaca-se [Leandro Meyer et al. \(2021\)](#). Neste artigo, os autores estimam através de uma abordagem estrutural o efeito agregado da desoneração no aumento do emprego de todos os setores contemplados para diferentes níveis de ganho de eficiência. As estimativas foram feitas para ganhos de eficiência que vão de 5% até 20%. No geral, os autores concluem que a abordagem estrutural está em linha com os efeitos pequenos encontrados por [Garcia et al. \(2018\)](#).

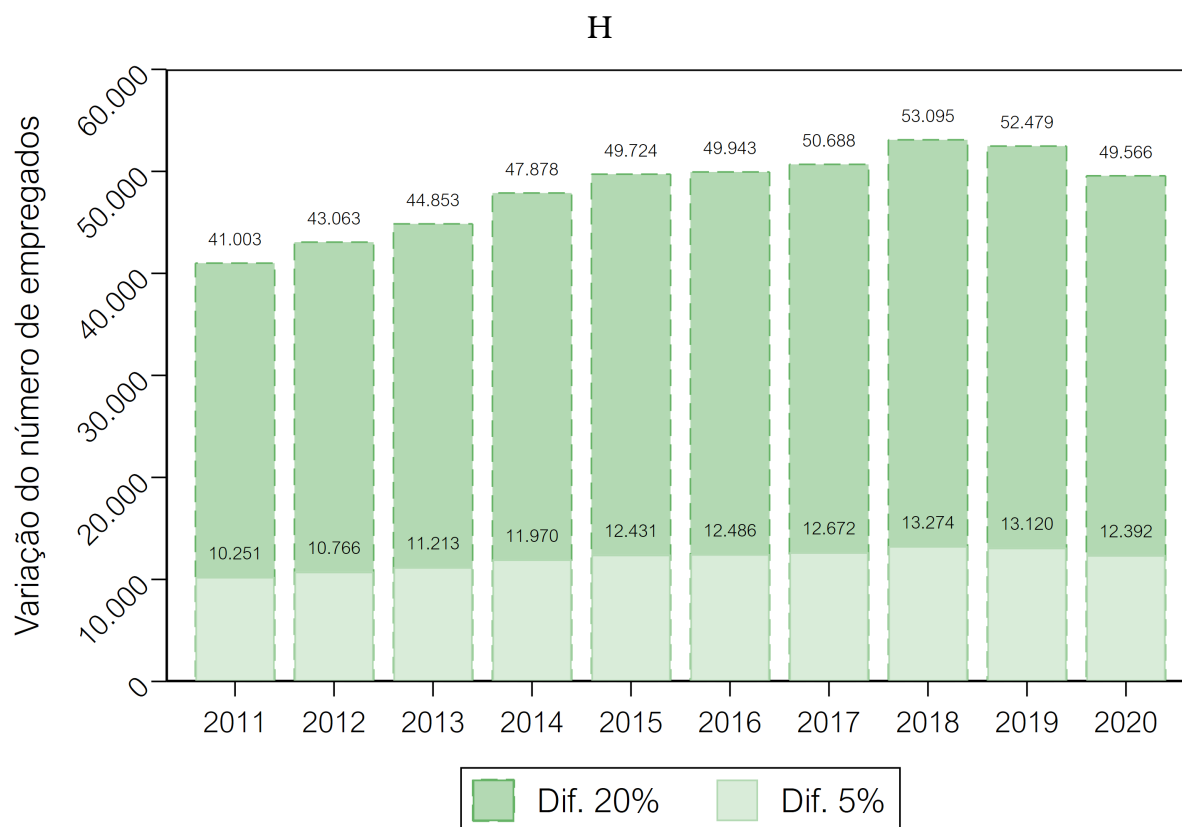
9.3 Simulações

Nesta seção serão realizadas simulações para encontrar estimativas do impacto que a extensão da desoneração para o Ensino Privado brasileiro teria sobre o aumento do emprego neste setor. As simulações serão realizadas com base nas estimativas pontuais do efeito da desoneração da folha que foram encontradas na literatura. Em particular, as estimativas que balizarão o exercício são adaptadas de [Leandro Meyer et al. \(2021\)](#).

A figura 9.1 mostra os limites superior e inferior da estimativa de ganhos de número de empregados no setor de educação privada brasileira. O limites foram obtidos utilizando o cenário em que os ganhos de eficiência advindas das desoneração da folha sejam o menor possível (5% de ganho) até os maior (20% de ganho). No ganho menor possível, considerou-se o aumento de emprego como sendo 1% e, no maior ganho possível, o aumento seria de 4%. A figura mostra o efeito em termos de número de empregos gerados a partir do estoque de empregos do setor obtidos pela RAIS. Em 2020, aproximadamente entre 12 e 50 mil empregos seriam gerados caso o setor educacional tivesse a desoneração da folha aplicada a ele.

É importante ressaltar que as simulações utilizam estimativas dos parâmetros dos setores contemplados pela política originalmente. Como a estrutura do mercado de trabalho desses setores, bem como a composição da utilização do fator trabalho e capital, são potencialmente diferentes do setor educacional, as simulações devem ser utilizadas com cautela. Neste trabalho, optou-se por adotar uma estimativa conservadora do efeito.

Figura 9.1: Simulação do efeito da política de desoneração da folha sobre o número de empregados no setor privado de educação



Fonte: Elaboração própria com base nos dados RAIS.

Referências Bibliográficas

- Clóvis Scherer. Payroll tax reduction in brazil: Effects on employment and wages. *ISS Working Paper Series/General Series*, 602(602):1–64, 2015.
- Felipe Garcia, Adolfo Sachsida, and Alexandre Ywata de Carvalho. Impacto da desoneração da folha de pagamento sobre o emprego: Novas evidências. Technical report, Texto para Discussão, 2018.
- Marcelo Leandro Meyer, Claudio Lucinda, and Humberto Spolador. The payroll tax exemption in brazil: Structural and quasi-experimental perspectives. *Revista Brasileira de Economia*, 75:37–63, 2021.